



ACADEMIA MILITAR



Instituto Universitário de Lisboa
Lisbon University Institute

Departamento de História

**As divisões da Instituição Militar portuguesa no
contexto da Grande Guerra 1914-1918**
David Magno: os dilemas de um militar português

Miguel Nunes Ramalho

Tese submetida como requisito para a obtenção do grau de Doutor em
História, Defesa e Relações Internacionais

Júri:

Presidente: Doutora Maria João Vaz, do ISCTE/IUL

Vogais: Doutor João Jorge Botelho Vieira Borges, Major General da Academia Militar
Doutor Paulo Miguel Fagundes de Freitas Rodrigues, da Universidade da Madeira
Doutora Teresa Maria e Sousa Nunes, da Universidade de Lisboa
Doutor António Paulo David Silva Duarte, da Universidade Nova de Lisboa
Doutor Luís Nuno Faria Valdez Rodrigues, do ISCTE/IUL
Doutor António José Telo, Catedrático da Academia Militar (Orientador)

Dezembro 2015

AGRADECIMENTOS

Sem o apoio incondicional de algumas instituições e individualidades não seria possível levar a cabo e concluir esta investigação.

Em primeiro lugar, manifesto a minha gratidão à família do capitão David José Gonçalves Magno particularmente na pessoa do seu neto, Tenente-Coronel Jorge Magno, recentemente falecido. Foi este oficial que me confiou toda a documentação não apenas sobre a acção do capitão David Magno em África e em La Lys, mas também as suas memórias relativas à actividade do CEP na Flandres. É em homenagem à memória do Tenente-Coronel Jorge Magno e à do seu pai, o médico Dr. Júlio Magno, que dedico este trabalho. A minha gratidão vai igualmente para os Senhores Professores do doutoramento em História, Defesa e Relações Internacionais António José Telo, Luís Nuno Rodrigues, Maria João Vaz, João Vieira Borges e Alexandra Dias pela dedicação, empenho e preciosa colaboração que me dispensaram no decorrer da componente lectiva.

Para o Senhor Professor António Telo, que se prestou a orientar-me neste trabalho, vai o meu profundo reconhecimento pela sua persistência no cumprimento do rigor científico na persecução do objecto essencial em estudo, na análise crítica do documento e na escolha criteriosa das fontes e pela sua total disponibilidade na orientação e correcção do desvio do essencial. Apesar das imensas tarefas de elaboração de estudos e solicitações de academias nacionais e estrangeiras, a sua contínua e prestável orientação foi fundamental para a realização dos objectivos deste trabalho. Para ele, a minha sincera gratidão.

E por fim, um cumprimento muito especial à Teresa, minha esposa, pela paciência, compreensão e colaboração na revisão do texto e ao Carlos Alexandre pela ajuda preciosa na parte informática.

RESUMO

Com esta investigação pretendeu-se identificar e aprofundar os dilemas e contradições originados pela forma como se forçou a beligerância portuguesa na Grande Guerra, usando a acção de David Magno como um caso exemplar da divisão entre militares.

As primeiras reformas republicanas do Exército iniciaram as clivagens entre os oficiais do quadro permanente e a pretendida força milicianiana. Mas seria a decisão política de forçar a entrada na guerra, sem dispor de um exército devidamente preparado e sem que a Inglaterra o solicitasse, que conduziu à grande ruptura política da sociedade e da instituição militar. Ao contrário do que se proclamou falhou a preparação, complicaram-se os transportes das tropas, cresceram os desentendimentos quanto ao dispositivo militar no terreno. Fracassaram a logística, a estratégia, a tática, a rotação e a rendição das tropas desmoralizando-se toda a força nas linhas da frente pelo cansaço físico e psicológico, agravado pela convicção de que nunca regressariam à pátria. Eram notórias as divergências entre militares do CEP, guerristas e não guerristas, militares e o poder político de Lisboa, comandos do CEP e Divisões, batalhões e companhias. Estas clivagens acarretariam irremediavelmente o fracasso do CEP conduzindo a uma ruptura insanável, de que o capitão Magno se tornou um caso exemplar. Porém, depois da Guerra e da vitória dos aliados, poucos foram os que aceitaram a derrota. Muitos dos vencidos pretenderam transformar-se em símbolos de heroísmo e de bravura da raça portuguesa. Foi tudo isto que analisámos e explicámos, desconstruindo mitos na procura da realidade dos factos.

Palavras-chave: Grande Guerra, CEP, La Lys, La Couture, Les Lobes, David Magno, Instituição Militar, Guerristas e Antiguerristas

ABSTRACT

This research aimed at identifying and improving our understanding of the dilemmas and contradictions caused by the way the Portuguese belligerency in the Great War was forced, giving special attention to the case of David Magno, paradigmatic of the division among military forces.

The first republican army reforms started the divisions between staff officers and the demanded militia force, but it was the political decision of forcing the beginning of the war without a well-trained army and without the request of England that led to the great political dissension both society and the military institution. Contrary to what was proclaimed, preparations failed, troops deployment became more difficult and disagreement arose about the military disposition on the ground. Logistics, strategy, tactics and relief and changing of the troops failed on the forces in the front line felt demoralized physical and psychological tiredness, increased by the conviction that they would never return home. Disagreements between soldiers of CEP, war supporters and war opponents, soldiers and the political power of Lisbon, staff officers of CEP and division, battalions and companies were generally known obvious. These rifts were inevitably to cause the failure of the CEP and to lead to an irreparable dissension, of which captain Magno became an outstanding perfect example. However, after the war and the victory of the allied forces only few accepted the defeat. Many of vanquished aimed at becoming into symbols of heroism and bravery of the Portuguese race. We have analysed and explained all this by dispelling myths, always having in mind the search for the real facts.

Key words: World War, CEP, La Lys, La Couture, Les Lobes, David Magno, Military Institution, war supporters, war opponents

AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	v
ABSTRACT	vi
ÍNDICE	vii
ÍNDICE DE ANEXOS E FIGURAS	ix
GLOSSÁRIO	xi
INTRODUÇÃO	1
1. Objecto De Estudo	1
2. Objectivos, sub-questões, ou questões secundárias	1
3. Estado da arte	3
4. Metodologia e quadro conceptual	13
5. Base documental	15
6. Razões da escolha, recorte cronológico e âmbito geográfico	17
CAPÍTULO I - CONTEXTO POLÍTICO EUROPEU NO FINAL DO SÉCULO XIX E PRINCÍPIO DO XX	21
1. Da teoria à prática; perspectiva da teoria realista.	21
2. Contexto político europeu nos finais do século XIX e princípios do XX.	26
3. O despoletar da guerra e a problemática da participação de Portugal.....	33
CAPÍTULO. II - PORTUGAL E A GUERRA - A POLÍTICA INTERVENCIONISTA DO PARTIDO DEMOCRÁTICO E A FRACTURA DA SOCIEDADE CIVIL E MILITAR	37
1. Fractura da sociedade civil e militar.....	37
2. A Lei do Recrutamento e a Organização Geral do Exército.	46
3. A Escola de Guerra.	49
4. O Partido Democrático e a guerra; guerrista e antiguerristas; os primeiros sintomas de desagrado das Forças Armadas; o caso do major Craveiro Lopes, o governo de Pimenta de Castro e o 14 de Maio de 1915.	51
5. A Declaração de Guerra e a preparação do CEP; Tancos e a Divisão de Instrução.....	75
6. Norton de Matos e Tamagnini: uma escolha conturbada e polémica.	90
7. Do Cais de Alcântara a Brest: o caos no embarque e a agitação nos navios.	96
8. Acordos e desacordos na questão dos transportes das tropas portuguesas.	102
9. O Desembarque em Brest.	107
10. O CEP na Frente em 1917; o plano de defesa do Sector Português.	109

11. Rotação e rendição das tropas: posição dos governos de Lisboa e do Almirantado inglês; divergências na estratégia político-militar.	121
12. Clima psicológico e moral das tropas, falta de quadros e interinidades.	124
13. O dispositivo militar do CEP nas vésperas do 9 de Abril: Fauquissart, Neuve Chapelle, Ferme du Bois; alteração logística de última hora.	138
14. Surpresa ou previsibilidade do taque inimigo; movimentações alemãs e deslocação de civis para a retaguarda; negligência das informações vindas da Frente; ordem de rendição.....	147
CAPÍTULO III - OPERAÇÃO GEORGETTE: SOB O VENDAVAL; INDECISÃO E DIVERGÊNCIAS NO COMANDO DO BI 13.....	157
1. Dia 9 de Abril de 1918, 4h15minutos: início da ofensiva alemã.....	157
2. A resposta do dispositivo militar do sector português; confusão e divergências nos comandos; indecisões, ordens e contra-ordens; desorganização e desagregação das baterias, dos batalhões e das companhias.....	161
3. O batalhão de infantaria 13 de Vila Real; enfrentar o inimigo ou esperar pela rendição; indecisão do comando, desorganização das companhias e fracasso da missão; a 3ª companhia do capitão David Magno: desbaratamento, ordens e contraordens, extravio e dilema do seu comandante.....	177
4. O cerco a La Couture; rendição sem resistência; o fim trágico militar do CEP.....	198
CAPÍTULO IV – DAVID MAGNO E OS RESTOS DO BI 13 E 15 RESISTEM EM LES LOBES, NO LAWE; CONTRA-ATAQUE DOS ALIADOS E FIM DA BATALHA DE LA LYS.....	205
1. David Magno e o 6º batalhão escocês da Seaforth Highlanders da Alta Escócia; negociações de Magno com o tenente-coronel Samuel MacDonald.	205
2. Os alemães atacam no canal do Lawe, após rendição de La Couture; forças dispersas do BI 13 e do BI 15 comandadas por David Magno combatem em Les Lobes, Vizinhanças de La Couture, em 10 e 11 de Abril ao lado dos escoceses; última resistência e último militar português morto em combate.....	210
3. A contra-ofensiva dos Aliados e o fim da Batalha de La Lys.....	215
4. A reorganização das tropas portuguesas e a actividade na retaguarda.....	220
CAPÍTULO V - DO RESCALDO DA BATALHA AO TRIBUNAL MILITAR; A BATALHA DA MEMÓRIA	227

1. Os equívocos de La Couture e de Les Lobes; os comandos português e britânico reconhecem a audácia dos “restos” do 13 e do 15 em Les Lobes; a primeira Cruz de Guerra.	227
2. Capitães Bento Roma e David Magno, exemplo das clivagens na instituição militar; notas biográficas dos dois oficiais.	239
3. Processo de desacreditação de David Magno por Bento Roma e Gustavo Pissarra; acusações de Bento Roma; pedido de Magno para ser julgado em Conselho de Guerra; a 3ª Divisão Militar procede a Auto de Corpo de Delito a David Magno; objecto da acusação: insubordinação e abandono da companhia; Magno prepara a defesa.	244
4. Procedimento a Auto de Corpo de Delito; audição do acusado e dos delatores.	250
5. Audição de testemunhas de acusação e defesa no quartel da 3ª Divisão do Exército e por carta precatória.	265
6. Auditor do Tribunal Territorial Militar do Porto envia o processo para julgamento; Magno acusado de dois crimes: desobediência ao comandante e abandono da companhia na frente do inimigo; novas audições de testemunhas.	302
7. Julgamento e sentença do Tribunal Militar Territorial do Porto.	320
8. A guerra das medalhas.	324
9. Construção e desconstrução de mitos; a batalha da memória.	337
CONCLUSÕES.....	361
FONTES E BIBLIOGRAFIA	369
ANEXOS (FIGURAS)	I
ANEXO A figura 1.2.	II
ANEXO B figura 2.2.	III
ANEXO C figura 3.2.	IV
ANEXO D figura 4.2.	V
ANEXO E figura 1.3.	VI
ANEXO F figura 1.4.	VII
ANEXO G figura 2.4.	VIII
ANEXO H figura 1.5.	IX
ANEXO I figura 2.5.	X
ANEXO J figura 3.5.	XI
ANEXO J a figura 3.5.	XII
ANEXO J b figura 3.5.	XIII
ANEXO K figura 4.5.	XIV

CURRICULUM VITAE	XV

GLOSSÁRIO

AHM - Arquivo Histórico Militar

BEF – British Expeditionary Force

B^a. I – Brigada de Infantaria

BI - Batalhão de Infantaria

CEM – Chefe do Estado-Maior

CEP – Corpo Expedicionário Português

CJM – Código de Justiça Militar

COM – Curso de Oficiais Milicianos

EM – Estado-Maior

EPI – Escola Prática de Infantaria

F- Folha

GA – Grupo de Artilharia

MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros

NA – National Archives

PRO - Public Record Office

PRP – Partido Republicano Português

QG – Quartel-General

RI – Regimento de Infantaria

RI – Relações Internacionais

St - Saint

TMTP – Tribunal Militar Territorial do Porto

INTRODUÇÃO

1. Objecto de estudo

Inicia-se a apresentação desta tese com a definição do seu objecto de estudo ou questão principal, a selecção dos objectivos, as sub-questões ou questões secundárias decorrentes, o estado da arte e a metodologia utilizada.

A problemática principal que se pretende manter constante em toda a narrativa consiste na forma como a intervenção de Portugal na Grande Guerra veio fracturar a instituição militar portuguesa e como essa conjuntura de beligerância permite entender melhor a ligação entre os campos da política interna e externa do regime republicano, usando como estudo de caso a acção do capitão David Magno do Regimento de Infantaria 13 de Vila Real antes, durante e após 9 de Abril de 1918. Isto é, procurou-se uma base teórica no sentido de encontrar uma resposta empírica à questão essencial: o modo como o Partido Democrático forçou a entrada na guerra provocou a ruptura inevitável na instituição militar?

2. Objectivos, sub-questões ou questões secundárias

Para a prossecução do objecto de estudo e através da investigação e análise documental definiram-se os objectivos para a elaboração de uma teoria que permitisse explicar e compreender as divisões da instituição militar portuguesa no contexto da Grande Guerra, que contribuíram para o fracasso do 9 de Abril e que se prolongaram para além do conflito. Consideraram-se de maior relevância para a percepção da questão principal e esclarecimento das questões derivadas, os seguintes objectivos:

- Perceber as razões do empenhamento do Partido Democrático na política intervencionista, forçando a Inglaterra a solicitar a entrada de Portugal na guerra;
- Esclarecer as divisões entre guerrista e antiguerristas;
- Relacionar a posição do governo britânico face à participação de uma força militar portuguesa, com a recusa do fornecimento de navios para o transporte de tropas, provocando a desmoralização dos militares na linha da frente por falta de rendição ou rotação para o respectivo descanso e recuperação;
- Analisar a acção dos comandos na linha da frente, no sentido de compreender os motivos da pesada derrota de toda divisão;
- Explicar o equívoco de La Couture e de Les Lobes e a acção do capitão Magno junto das tropas aliadas;
- Proceder à análise comparativa do conteúdo dos relatórios referentes à batalha de 9 de Abril;

- Entender e explicar o tratamento político dos mitos e heróis da Grande Guerra como hipotética justificação para o desastre da batalha, inserindo-o na “batalha da memória” da sociedade portuguesa;
- Fazer a apreciação crítica do Processo de David Magno do Tribunal Militar Territorial do Porto como exemplo da fractura da Instituição militar antes, durante e após 9 de Abril de 1918, dando particular relevo aos depoimentos das testemunhas como contributos fundamentais para a memória colectiva.

Delimitada a problemática principal às divisões da instituição militar portuguesa no contexto da Grande Guerra e definidos os principais objectivos, foram igualmente matéria de análise crítica as sub-questões, questões secundárias ou derivadas. Interagindo com a questão essencial configuram-se outras interrogações às quais se procurou dar resposta. O estudo destas variáveis teve como base a literatura editada nas décadas posteriores à guerra e os relatórios dos actores militares no terreno, constituindo um contributo elementar para a compreensão do objecto principal. Referimo-nos, de modo particular, às tentativas de reforma da instituição militar intentadas pelos “jovens turcos” no início do novo regime e enfatizadas pelo milicianismo, que provocaram divergências na maioria dos oficiais do quadro permanente; à percepção das razões do empenhamento do Partido Democrático na política intervencionista; à irreduzível posição política dicotómica de guerristas e não guerristas; à resistência da Inglaterra ao envio de tropas portuguesas; à decisão política de forçar a Inglaterra a solicitar a intervenção; à extensão da política interna a toda a linha do CEP, (intervencionistas e dezembristas); ao problema das interinidades, gerador de mal-estar no seio das tropas; à ineficácia da acção dos comandos militares na linha da frente; aos dilemas, insubordinações, revoltas e deserções por razões políticas ou militares; ao pesadelo da desmoralização das tropas; às relações de sobrançeria e desconsideração entre os militares da retaguarda e os das linhas (palmípedes, cachapins e trinchas); à atitude do comando inglês perante o contexto de desgaste físico, moral e psicológico das tropas portuguesas; às divergências no comando do CEP acerca do dispositivo militar na frente; às razões do fracasso na linha da frente (a estratégia político-militar, a logística, a táctica, a liderança, o espírito de corpo, a unidade e o consenso nas várias hierarquias de comando); à análise comparativa de relatórios da batalha; ao equívoco de La Couture e de Les Lobes, à construção de mitos justificativos do fracasso militar; à guerra pelas medalhas e ao Processo no Tribunal Militar Territorial do Porto, caso exemplar da fractura na instituição. Considerou-se que os depoimentos das testemunhas em tribunal constituíram um contributo essencial para a complexa batalha da memória.

A resposta a estas questões conduz a uma explicação tão objectiva quanto possível da questão principal, isto é, a forma como o governo português forçou a intervenção de Portugal no primeiro grande conflito mundial provocou irremediavelmente uma ruptura da instituição militar, a qual só viria fruir de alguma estabilidade durante o Estado Novo. Nesse sentido recorreu-se a variáveis de pesquisa que incidiram na literatura editada depois da Guerra, particularmente nas décadas posteriores, nos relatórios dos actores militares existentes no Arquivo Histórico Militar, na literatura editada e não editada pelo capitão David Magno, no processo do Tribunal Territorial Militar do Porto e em todo o espólio documental do arquivo da família.

Na convicção de que a análise do objecto principal deste estudo não foi ainda abordada na perspectiva que se pretende, procedeu-se à averiguação do estado da arte a fim de se confirmar a sua originalidade e o seu contributo.

3. Estado da Arte

Durante várias décadas, a complexa intervenção de Portugal na Primeira Guerra Mundial esteve praticamente no esquecimento. Razões de ordem ideológica, política, corporativa, institucional e até mesmo religiosa levaram as Academias e a Historiografia portuguesas a ignorar a realidade da acção do Corpo Expedicionário Português na Flandres. O culto do heroísmo patriótico e a exaltação das qualidades guerreiras da raça lusitana na Grande Guerra, que legitimaram o pouco que restava do regime republicano e tão propagandeados pelo Estado Novo, particularmente nos discursos e manifestações das efemérides das grandes batalhas, constituíram obstáculo à investigação de trabalhos académicos que produzissem resultados opostos à ideologia dominante, apesar da abundante literatura memorialista produzida antes, durante e após o conflito.

Os esforços levados a cabo, dentro e fora do Parlamento, pelo Partido Democrático liderado por Afonso Costa a fim de levar o País para a guerra iriam acentuar a clivagem transversal e profunda em toda a sociedade portuguesa, opondo os chamados guerristas e antigueristas, intervencionistas e neutralistas. Esta divisão atingiu igualmente a Instituição Militar, como se pode confirmar por publicações da autoria de civis, de oficiais do Exército e da Marinha relacionadas com o conflito. A imprensa era utilizada como arma de propaganda contra e a favor da intervenção: Afonso Costa no jornal *O Mundo*, António José de Almeida em *A República* e Brito Camacho n' *A Luta* publicitavam e confrontavam as suas ideias e posições acerca da intervenção de Portugal. Se o grosso das forças armadas permanecia apático em relação às decisões do poder político, o mesmo não se verificava com os militares claramente

identificados com as várias tendências partidárias, expressando as suas posições na imprensa diária, no Parlamento ou na *Revista de Infantaria* e na *Revista Militar*¹.

Nas décadas posteriores publicaram-se em abundância textos memorialistas, referidos na bibliografia, retratando as posições guerristas e antigueristas que vieram a reflectir-se na historiografia contemporânea da Grande Guerra. O conteúdo destas obras constitui o elemento essencial que permite entender as dimensões da clivagem existente na instituição militar provocada pela complexidade da questão do envio das tropas portuguesas para França e que neste estudo se pretende analisar.

No final do ano de 1918, André Brun, capitão do batalhão de infantaria 13, acabava de escrever *A Malta das Trincheiras*. Não é uma obra épica laudatória da raça lusitana em terras estranhas. Pelo contrário, é uma abordagem plena de sensibilidade e de respeito, até com algum sentido de humor, à acção dos homens que o acompanharam nas horas trágicas perante o sofrimento e a morte. Apesar de intervencionista convicto, não deixou de criticar “os desorganizadores da nossa participação”, glosando com as mais variadas estirpes de militares que se encontravam em França, os palmípedes, os cachapins e a variedade da malta das trincheiras.

No mesmo ano Augusto Casimiro, partidário da intervenção de Portugal na Guerra, publicou *Nas Trincheiras da Flandres*, um conjunto de notas sobre a sua vivência nas primeiras linhas, entre as quais se pode inferir a atitude voluntariosa dos oficiais milicianos no cumprimento do dever militar em contraste com os oficiais do quadro, sempre prontos a partir para o conforto e segurança da retaguarda. Em 9 de Abril de 1918 encontrava-se em Portugal em gozo de 53 dias de licença de campanha, regressando a França apenas em Junho, reorganizando o seu batalhão como unidade de assalto em Outubro.

O mesmo oficial edita em 1920 a obra *Calvário da Flandres*, denunciando os erros da desintervenção na guerra do governo de Sidónio Pais.

O general Gomes da Costa publicou em 1920 *O Corpo Expedicionário Português na Grande Guerra – A Batalha de La Lys – 9 de Abril de 1918* baseado no seu Relatório, onde clarifica as grandes dificuldades em que se encontravam as tropas do CEP nas vésperas da batalha².

Em 1921, através da Cruzada das Mulheres Portuguesas, o então major Bento Esteves Roma publicou o texto de uma conferência proferida na Escola do Exército subordinada ao tema Os

¹ No Parlamento existia um grande número de deputados pertencentes ao Exército e à Marinha; nas eleições de 1912, cerca de 22% eram militares e tinham combatido contra a monarquia.

² Reflectindo esta obra o conteúdo do seu relatório, por questões de ordem prática a ela nos referiremos.

Portugueses nas trincheiras da Grande Guerra. Numa análise breve da palestra constata-se não apenas um distinto auto-elogio à sua acção em La Couture como comandante interino do batalhão de infantaria 13, mas também um ataque à conduta do seu camarada de batalhão e de arma, capitão David José Gonçalves Magno.

Em 1921 foram editadas as “*Minhas Memórias*”, do capitão David Magno com o título *Livro da Guerra de Portugal na Flandres I e II Volumes*, descrição militar histórica do CEP, Recordação das Trincheiras, da batalha e do cativeiro, figuras, factos e impressões. Esta obra, além de poder considerar-se como um “Diário de Guerra” e, particularmente, “de quanto de positivo se passou”, constitui o primeiro instrumento de estudo do Corpo Expedicionário Português na Flandres. A historiografia portuguesa, mesmo a mais actual, não lhe tem conferido uma importância relevante no contexto da problemática da Grande Guerra, e muito menos no que se refere aos diferendos que se verificaram entre militares. A “guerra pelas medalhas” após o regresso da Alemanha dos oficiais prisioneiros veio demonstrar a clivagem entre os militares, de que é exemplo o que se passou entre os capitães Esteves Roma, capitão da 1ª Companhia e mais tarde 2º Comandante Interino do batalhão de Infantaria 13 de Vila Real e o capitão David Magno, capitão da 3ª Companhia do mesmo batalhão. No *Livro da Guerra de Portugal na Flandres*, David Magno não confirmou, ou simplesmente ignorou, a conjecturada carga de baioneta atribuída aos comandantes do seu batalhão.

O apoiante do movimento intervencionista major Vasco Vieira de Carvalho editou em 1924 *A 2ª Divisão Portuguesa na Batalha de La Lys (9 de Abril de 1918)*, com prefácio do general Tamagnini, referindo-se à má vontade de muitos oficiais em partirem para uma guerra cujas causas ignoravam, ao estado moral e físico das tropas e à forma como se desenvolveu a batalha em 9 de Abril. Vasco de Carvalho, aludindo à acção do batalhão de Infantaria 13 de Vila Real em La Couture, estabeleceu alguma confusão entre a resistência heroica nesta localidade e um grupo de soldados do 13 e do 15 que continuaram a combater nas margens do Lawe com tropas inglesas nos dias 10 e 11, constituindo um belíssimo episódio daquele dia de batalha. O autor não ignorou, porém, que este grupo de soldados era comandado pelo capitão David Magno.

Entre 1929 e 1932 João Chagas, ministro plenipotenciário em Paris durante a guerra, publicou o seu *Diário I, II, III, IV* justificando as razões que deveriam levar o Governo português a entrar no conflito ao lado da Inglaterra, atribuindo a Sidónio Pais e aos sidonistas o fracasso do CEP. Esta obra constitui matéria relevante para a desmontagem do equívoco entre Les Lobes e La Couture

O artigo de Hernâni Cidade “Portugal na Guerra: 1914-1918”, incluído na *História de Portugal*, Vol. III, dirigida por Damião Peres e publicada em 1933, poderá considerar-se o primeiro marco importante no que diz respeito ao tema da historiografia sobre a Grande Guerra, embora numa abordagem ainda acentuadamente positivista. O autor, oficial miliciano na Flandres e feito prisioneiro em 9 de Abril de 1918, imputava à Alemanha toda a responsabilidade de provocar o conflito, justificada pela filosofia e historiografia alemãs, adoptando a fórmula de Bismark: “quando o poder da Prússia está em causa, não conheço outro direito”³. No sentido de travar as ambições expansionistas e imperialistas alemãs sancionadas pela Providência o escritor, publicista e militar Hernâni Cidade defendia que Portugal não poderia ter-se mantido alheio ao conflito, não só por razões de ordem ética e ideológica mas também de ordem prática, atendendo ao dever de fidelidade à aliança com a Inglaterra e à defesa do património colonial.

Posição semelhante à de Hernâni Cidade foi assumida pelo general Luís Ferreira Martins no primeiro e segundo volumes de *Portugal na Grande Guerra*, publicados em 1934 e 1938. Este general não se limitou a acusar a Alemanha de ter provocado a guerra e de ameaçar as colónias portuguesas, mas atribuiu igualmente à Rússia a responsabilidade do início do conflito por não ter revogado a mobilização exigida pelo Kaiser em 29 de Julho de 1914. Para aquele oficial, os deveres ditados pela aliança exigiam de Portugal a intervenção ao lado da Inglaterra. Partidária da tese intervencionista, a obra do general Ferreira Martins tornou-se numa das principais responsáveis pela divulgação dos mitos do CEP acerca do “milagre de Tancos”, do heroísmo do militar português plasmado na batalha de La Lys e dos combates à baioneta, até ao golpe de Sidónio Pais, responsabilizando o antigo diplomata pela incapacidade de negociar a rendição das tropas e pelas suas consequentes desmoralização e desmobilização.

A Mentira da Flandres e o Medo (1922) de João Maria Ferreira do Amaral, oficial de Infantaria e comandante do BI 15 em França, provocou grande sensação e muita indignação nos apoiantes guerristas ao defender a teoria de que os soldados que embarcaram para a França eram apenas “cabeças de gado e mais nada”⁴. Para Ferreira do Amaral, a irritação provocada nos intervencionistas não passava de “uma hipocrisia ou uma mentira para o rol das muitas que cercaram e antecederam a campanha da Flandres”⁵. Comparava Norton de Matos a um moço de lavoura, formidável e incansável, cujo único objectivo era despejar no barco a maior porção de gente o mais rápido possível, a fim de evitar qualquer resistência. Alistado

³ Peres, 1933, vol. VII: 492.

⁴ Amaral, 1922: 356.

⁵ Amaral, 1922: 356.

voluntariamente em Cavalaria 2 em 1895, frequentara a Escola Politécnica de Lisboa e a Escola do Exército, terminando o curso de Infantaria em 1902. Ofereceu-se voluntariamente para várias operações em Angola onde se distinguiu pela sua bravura e disciplina militar, que viria também a manifestar junto dos seus soldados frente ao inimigo nas trincheiras da Flandres. Como militar de carreira não se imiscuiu na questão política interna/externa a propósito da intervenção na guerra. Todavia não deixou de reprovar a forma como os responsáveis políticos e militares Afonso Costa e Norton de Matos tinham enviado para a frente de batalha um Corpo Expedicionário constituído por homens rudes, analfabetos, doentes e sem preparação. Para Ferreira do Amaral, Afonso Costa mentira aos militares: prometera-lhes três divisões mas havia apenas uma. Por isso, a “massa do exército lhe tinha um ódio de morte”. *A Mentira da Flandres* é reveladora da fractura na instituição militar antes e depois do 9 de Abril. Afonso Costa e Sidónio Pais serviam, tanto a democráticos como a dezembristas, para mutuamente se atacarem. E se Afonso Costa deu “um pontapé nos militares e atirou com eles para França, Sidónio Pais deixou-os lá ficar, como que esquecidos até ao fim da guerra”⁶.

Nos anos de 1935 e 1936 foram publicados dois volumes de *Portugal na Guerra* de Brito Camacho, médico militar, fundador do jornal *A Luta* e líder do Partido Unionista. O autor expressa, de modo claro, a posição do seu Partido face à participação de Portugal na guerra, opondo-se radicalmente ao Partido Democrático e defendendo a ideia de que deveria limitar-se à defesa das colónias sem intervir em França, a não ser que a Inglaterra o solicitasse. Ao longo do texto, Brito Camacho dá a entender que haveria um consenso generalizado da parte dos militares para defesa dos territórios africanos, o que não se verificava em relação à Europa. Partidário da chamada tese antiguerista, revela sem dúvida que a mobilização para a Flandres fora determinante para a divisão entre os militares, porque oferecer um esforço militar sem dispor de armas, munições, equipamentos e dinheiro é uma leviandade que mal se compreende, uma loucura que mal se sustenta.

Em 1954, Damião Peres publicou o *Suplemento da História de Portugal* dedicado à 1ª República, abordando a acção portuguesa na Grande Guerra nos aspectos diplomático e militar, um contributo positivo para a compreensão do tema em estudo.

A partir dos anos 90 começaram a ser editados, numa perspectiva da História estrutural, os primeiros estudos universitários sobre a participação de Portugal na Grande Guerra, entre os quais se destaca *O Poder e a Guerra 1914-191* (1966) de Nuno Severiano Teixeira. O autor

⁶ Amaral, 1922: 377.

esclarece as origens do mito da Grande Guerra e o debate político posterior. Ao definir o quadro analítico da obra delimita-o a três explicações: por que foi Portugal para a guerra, as ambiguidades da neutralidade e como Portugal foi para a guerra, abordando superficialmente as clivagens nos militares, sem qualquer referência ao procedimento do CEP na batalha de La Lys nem à acção e obra publicada do capitão David Magno. Severiano Teixeira inscreve e questiona a questão das origens, da cultura e da desconstrução dos mitos emergentes da Grande Guerra.

Em 2004, a Fundação Mariana Seixas publicou *Memórias do General 1915 – 1919 “Os Meus Três Comandos”* de Fernando Tamagnini, um dos documentos importantes que dizem respeito à actuação dos militares do CEP antes, durante e depois da batalha de 9 de Abril e que se encontrava na posse a família. Após largos anos de tentativas de decifrar a caligrafia do general, Isabel Pestana Marques conseguiu finalmente a transcrição completa e a sua publicação. Tamagnini terminou de escrever “*Os meus três comandos*” D.I. – CEP. – 5ª Divisão de Agosto de 1915 a Fevereiro de 1919 em 19123, após ter “hesitado bastante antes de meter mão à obra, por tudo revelar muita miséria, denunciar muita baixaza de carácter e acentuar muita deslealdade, e isso é tarefa nada agradável”⁷. Trata-se de uma obra considerada essencial para se perceber o que na realidade se passava com os oficiais do CEP, tanto nas primeiras linhas como na retaguarda, as desavenças entre os comandos militares e entre os militares e os políticos, sendo um texto fundamental para uma nova concepção teórica da participação de Portugal no conflito.

A mesma historiadora publicou, através da Esfera dos Livros, a obra *Das Trincheiras com Saudade - A vida quotidiana dos militares portugueses durante a Primeira Guerra Mundial* (2008) baseada na sua tese de Mestrado, descrevendo em pormenor as denúncias feitas pelos comandantes de Brigada aos seus superiores hierárquicos acerca do baixo moral em que se encontravam as tropas em campanha, a resistência em permanecer na 1ª linha por alegadas doenças, as tentativas de fuga de oficiais, a indisciplina, as insubordinações e revoltas. O último capítulo é dedicado ao “9 de Abril de 1918”. No decorrer desse estudo encontram-se várias citações do *Livro da Guerra de Portugal na Flandres* de David Magno (1921), mas nenhuma referente a *Les Lobes* do mesmo autor (1956), ou a qualquer outra obra ou relatório do referido oficial. Embora a questão principal abordada por Isabel Pestana Marques incida sobre as divisões na instituição militar estas permanecem, todavia, como um contributo positivo para a análise da temática em estudo. Acerca do que aconteceu em 9 de Abril, a

⁷ Tamagnini, 1923: IX.

historiadora fundamenta particularmente a sua análise no relatório de Bento Roma, 2º comandante interino do batalhão de infantaria 13.

No âmbito do Mestrado em História Militar, José Custódio Madaleno Geraldo publicou em 2006 um estudo sobre *José Maria Hermano Baptista – Um Herói na Grande Guerra - 1917-1919*, onde é apresentado o testemunho relevante de um 2º sargento miliciano ferido em combate e prisioneiro de guerra no dia 9 de Abril. No mesmo ano, Maria da Conceição Soares Machado reedita *Prisioneiros Portugueses na Alemanha 1ª Grande Guerra* do tenente Manuel Hermenegildo Lourinho do Regimento de Infantaria 10, cuja primeira edição data de 1980. Apesar de não ser um trabalho com objectivo académico, a neta do militar tece em forma de prefácio algumas considerações importantes à publicação do avô.

Em 2010, o *Diário de Notícias* publicou uma colectânea de textos de vários historiadores, coordenada por Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes, sobre *Portugal – Grande Guerra 1914-1918*. Nesta compilação salientam-se, entre outros, os textos de António José Telo, Luís Alves de Fraga e do coronel David Martelo relacionados com a instituição militar.

Luís Alves de Fraga publicou em 2010 a sua tese de doutoramento sobre a 1ª Guerra Mundial com o título *Do Intervencionismo ao Sidonismo, Os dois segmentos da política de guerra na 1ª República: 1916-1918*. A obra tem como preocupação fundamental mostrar a forma como as tropas do CEP desempenharam e executaram a sua acção no teatro de guerra. No desenvolvimento do capítulo sobre a batalha de La Lys, o autor refere-se aos relatórios do general Gomes da Costa acerca do moral das tropas e da insubordinação de alguns regimentos sem, contudo, abordar o tema específico da fractura militar. Ao terminar o capítulo sobre a acção do CEP na batalha de La Lys, o autor afirma que “o ciclo de decadência do CEP se iniciou em Dezembro de 1917”. No decorrer do estudo, com base essencial no relatório de Bento Esteves Roma são feitas, sem grande significado, apenas algumas referências ao *Livro da Guerra* de David Magno.

A Editorial Presença editou nos anos de 2010 e 2011, respectivamente, *Primeira República I – Do Sonho à Realidade* e *Primeira República II – Como Cai um Regime* de António José Telo. No decorrer da obra, o autor vai caracterizando a 1ª República como um “regime bizarro e cheio de paradoxos”, abordando com clareza e sem preconceitos corporativistas ou ideológicos as questões fundamentais relacionadas com as Forças Armadas e a Guerra, o CEP em França, o 9 de Abril e o fim do Corpo Expedicionário e a questão sidonista. António Telo defende nesta obra a teoria de que o erro principal foi a má estratégia política: tudo o resto foi consequência da mesma, incluindo a queda do próprio regime. Por não se tratar de um qualquer estudo de caso não existe nenhuma referência a David Magno.

Através de publicação da Imprensa da Universidade de Coimbra Miguel Dias Santos dá a conhecer o texto, devidamente revisto e alterado, da sua dissertação de doutoramento em História Contemporânea realizada em 27 de Janeiro de 2010 com o título *Antiliberalismo e contra-revolução na I República (1910-1919)*. Miguel Santos pretende com esta obra dar algumas respostas por que falhou (se é que falhou) a primeira República, tentando explicar a importância e o lugar das contra-revoluções monárquicas na evolução histórica do período conturbado que decorreu entre 1910 e 19126, afirmando que uma das causas que explica o fracasso da República reside na formação de um eixo civil-militar que contestou a nova autoridade com relevo para os monárquicos afastando, todavia, a ideia de que o golpe de 5 de Dezembro tenha sido apenas obra de militares e muito menos de monárquicos.

Constitui também um contributo muito positivo para o estado da arte sobre o conflito de 1914-1918 a obra recente do coronel David Martelo *Origens da Grande Guerra: Rumo às Trincheiras. Percurso político-militar (1871-1914)* (2013). O autor analisa o papel dos vários actores no jogo de equilíbrio do poder, que viria a degenerar numa guerra de proporções inimagináveis.

Relacionada com as questões dos mitos e das mortes da Grande Guerra, a editora Debates e Temas publicou em Maio de 2015 a tese de doutoramento de Sílvia Correia sob o título *Entre a Morte e o Mito - Políticas da Memória da I Guerra Mundial (1918-1933)*. Um dos objectivos alcançados nesta obra consistiu em construir uma narrativa onde fossem assinalados alguns erros, combatidas falsas ideias e desconstruídos alguns mitos.

Em Junho de 2015, a Fronteira do Caos Editores publicou as Actas do Colóquio realizado em Novembro e Dezembro de 2014 na Academia Militar subordinado ao tema *A Grande Guerra – Um Século Depois*. Regista-se o interesse para o tema em análise das intervenções de António Paulo Duarte sobre “A Guerra Civil Larvar e a Beligerância Portuguesa na Grande Guerra” e, em particular, a de António Telo “Erros e ilusões Sobre a Beligerância Portuguesa”. Segundo Paulo Duarte, para os intervencionistas republicanos “a guerra externa seria um instrumento de resolução da guerra larvar interna, ao unir em torno de um partido triunfante Portugal e os portugueses”⁸, consolidando deste modo o regime radical republicano.

Por seu lado, António Telo afirma que a “História da beligerância está ainda por fazer, apesar das centenas de livros sobre o assunto”⁹, apontando as razões para esse facto: a primeira, porque a beligerância está envolta num manto de mentiras oficiais; a segunda,

⁸ Duarte, 2015: 92.

⁹ Telo, 2015: 229.

porque se inseriu numa guerra civil intermitente; finalmente o historiador conclui que apenas se conhece parte da realidade porque “a quase totalidade dos historiadores portugueses utiliza só as fontes nacionais (e raramente as primárias)”, conduzindo a uma visão dominante ideológica e deturpadora”¹⁰. Nesta perspectiva, António Telo apresenta e explica no seu texto os catorze erros e ilusões mais frequentes na visão portuguesa referente à beligerância.

O nº 50 da *Revista Aquae Flaviae* de 2015 apresenta um extenso texto de António de Sousa e Silva, “A Grande Guerra e a participação dos Militares do Alto Tâmega”, em particular do RI 19 de Chaves, descrevendo em detalhe a actuação dos militares daquela região na guerra na Flandres, relevando em particular o capitão Bento Esteves Roma, comandante interino de BI 13 de Vila Real e o alferes José Francisco Sevivas. Ao longo da obra, o autor destaca igualmente a acção do capitão David Magno em Les Lobes e o equívoco provocado na opinião pública pelo *Diário de Notícias* ao truncar uma notícia proveniente do diário francês *Téllégramme*. Também foi não esquecido o suposto herói, “soldado Milhões”. A propósito deste lendário herói, um “furo” dourado que foi e continua a ser para o jornalismo, a Matéria-Prima Edições publicou em 2014 o *Herói Português da I Guerra Mundial*, da autoria do jornalista Francisco Galope, onde são descritos todos os passos do soldado analfabeto Aníbal Augusto Milhais desde que foi arrancado à enxada até à sua coroa de glória em 9 de Abril de 1924, na Sala do Capítulo da Batalha. Apesar de muito suavemente afirmar que afinal tudo não terá passado duma lenda, o “furo” jornalístico atingiu os seus objectivos: continuar a mitificação do herói.

No que se refere à historiografia estrangeira, são mínimas as referências sobre a actividade do CEP antes, durante e depois do 9 de Abril e as que existem quase sempre se reportam à má preparação e ao grande desastre da 2ª Divisão portuguesa. Martin Gilbert é dos poucos historiadores que faz referências ao CEP na obra *a Primeira Guerra Mundial* (2007), incluindo algumas fotografias cedidas pela Agência Lusa, embora considere como uma batalha menor a que se deu em La Lys.

Alex Axelrod em *The Complete IDIOT's Guide World War I* (2000) menciona muito superficialmente a batalha de La Lys, afirmando que a Divisão portuguesa sob o controlo inglês foi completamente aniquilada, criando uma lacuna que ameaçava os flancos britânicos.

Em *Les batailles célèbres de l'histoire*, Daniel Veraghen refere que a partir do assalto alemão em 9 de Abril os portugueses ficaram desordenados e desorganizados.

¹⁰ Telo, 2015: 229.

Por seu lado, o historiador Richard Beamish em *History of The World War* (2006) escreve que um dos mais ferozes bombardeamentos foi o que se dirigiu contra o Exército português durante os combates ao longo do rio Lys e que o inimigo fizera um esforço especial para esmagar o contingente, que se comportou com a maior galhardia.

Em *History of the First World War* (1992), Lindell Hart refere-se à 2ª Divisão Portuguesa como parte positiva, ou de sorte, do Plano de Ludendorff em La Lys, sendo comentado entre os alemães que os portugueses iriam fugir com a extensão do desenvolvimento do ataque. Hart adianta que o Plano de Ludendorff teve de ser rebaptizado de *Georgette* e não de *George*, em virtude de só poder deslocar para a Frente do Lys onze em vez das trinta e cinco divisões previstas, verificando-se alguma indecisão ou menos interesse quanto à prossecução do seu Plano. O historiador justifica as afirmações através da consulta de documentos capturados ao IV Regimento Alemão que atacou o sector de La Lys, e que não tiveram possibilidade de ser alterados pelo inimigo.

Embora não faça qualquer referência a Portugal e aos portugueses que combateram em La Lys, Michael Howard em *The First World War* (2002) apresenta os argumentos que levaram os vários países a entrar na guerra, ignorando completamente as situações interna e externa portuguesas. Citando Clausewitz, ao escrever que os planos militares podem ter a sua gramática mas não uma lógica inerente, acrescenta que não houve certamente coerência na decisão do estado-maior general germânico em apoiar os austríacos num conflito com a Rússia e a Sérvia, como não existiu no ataque à França nem na invasão da Bélgica, cujo estatuto de neutralidade tinha sido garantido pelo Tratado de 1831 que tivera como signatárias a Alemanha e a Inglaterra. Ignora, contudo, a “lógica” da política interna e externa do Partido Democrático português, que levaria o país a entrar no conflito.

Em 2014, a Porto Editora publicou a tradução da obra *A Primeira Guerra Mundial*, de John Keegan. Não existe qualquer alusão à participação portuguesa. E sobre o 9 de Abril de 1918, o autor apenas refere que o nevoeiro ajudou os alemães a camuflar os seus movimentos iniciais beneficiando também da superioridade da artilharia pesada, passando de imediato ao dia 11 de Abril quando o general Haig, assustado, deu a conhecida ordem “entre a espada e a parede”¹¹.

Relativamente ao tema em análise, não se conhece qualquer estudo académico já efectuado, ou mesmo em vias de realização. Sobre a questão, ou o equívoco (deliberado ou não) de “Les Lobes” e de “La Couture”, onde surgiram supostamente os mitos e heróis de La Lys, tanto o

¹¹ Keegan, 2014: 519.

meio académico militar como o da sociedade civil têm ignorado a literatura editada ou arquivada pelo capitão David Magno: *O Livro de Guerra de Portugal na Flandres* (1921), obra já citada, *A Situação Portuguesa* (1926), *La Couture perante a História*, publicada em 1966, *Les Lobes - Derradeira Resistência Portuguesa na Batalha de La Lys* (1967), *David Magno - Memória Biográfica – MUTU UA `NGUZU` – Da Ocupação de Caculo Caenda – Herói de Les Lobes* (1960) e *Relatório Adicional à Monografia do RI 13*, dactilografado e editado parcialmente em *La Couture Perante a História* (1966)¹². Será a partir da análise teórica destes materiais que se irá fundamentar a questão essencial deste trabalho: a fractura da instituição militar agravada pela entrada na guerra, tendo como exemplo dessa clivagem o caso do capitão David Magno.

4. Metodologia e Quadro Conceptual

A metodologia adequada que permitiu analisar e deduzir as respectivas conclusões do objecto em estudo teve como base o método utilizado pelas Ciências Sociais, com a especificidade do método histórico, também designado por crítico, tendo como etapas principais a heurística, as operações analíticas ou crítica histórica e as operações sintéticas ou síntese. Deste modo, procurou-se detectar e explorar o mais exaustivamente possível as fontes existentes relacionadas com a problemática em estudo, particularmente as arquivistas ou diplomáticas de arquivos nacionais e internacionais, sem esquecer as fontes narrativas ou literárias como crónicas, memórias, diários, jornais e revistas relacionados com o tema, editados durante ou posteriormente à guerra.

Procedeu-se à análise crítica dos vários documentos, procurando determinar a sua proveniência, autenticidade ou falsidade, a sua localização no tempo e no espaço, o local de origem e os seus autores. Verificou-se a sua veracidade intrínseca, procurando interpretar o conteúdo e o sentido do texto na perspectiva de análise da sinceridade e exactidão dos factos. Finalmente, realizaram-se as operações sintéticas: delimitou-se e localizou-se o problema no espaço e no tempo: na Flandres e em Portugal, de 1911 a meados da década de 20, e definiu-se o problema principal: as divisões na Instituição Militar no contexto da Grande Guerra. Através do processo teórico e empírico, pelas análises comparativa e qualitativa do conteúdo das fontes, tanto nacionais como internacionais, expostas ao longo do corpo do texto, formularam-se as hipóteses e deduziram-se as conclusões.

¹² A publicação das obras de David Magno após a sua morte em 1957 deve-se ao filho, o médico Júlio Gonçalves Magno.

Com o processo teórico e empírico determinado iniciou-se a escrita do texto, que consiste numa Introdução onde se formula o problema estudado, a sua delimitação no espaço e no tempo, a justificação dos critérios de relevância e originalidade, opções do tipo de fontes, métodos e técnicas e num Corpo de Texto organizado em cinco capítulos, onde se expõe toda a problemática relacionada com a questão principal e com as questões derivadas ou decorrentes. No capítulo I, introduziu-se em termos gerais o contexto de final do século XIX e princípios do XX, em que alguns Estados vão criando as condições necessárias e convenientes ao despoletar de um conflito que pretendia resolver-se em cerca de seis meses. No campo teórico, o conflito situa-se dentro da tradição da escola realista anglo-saxónica das relações internacionais que coloca a noção de poder no centro da vida internacional, tendo não só a capacidade de sustentar e defender os interesses nacionais contra as agressões vindas do exterior mas também de os expandir. A noção de interesse constitui assim o conceito central, e a relação poder-interesse traduz-se no fenómeno principal das relações internacionais¹³. A escola realista justifica a inevitabilidade do conflito pela existência de uma anarquia internacional, isto é, pela ausência de uma entidade internacional, universal, capaz de se impor e regular as relações entre Estados.

No capítulo II foram abordados os temas da política intervencionista do Partido Democrático na guerra, que conduziram à fractura inevitável da sociedade civil e militar, a conturbada preparação e partida do CEP, o dispositivo militar na Frente, nomeadamente as posições divergentes dos Governo de Lisboa e do Almirantado inglês no transporte e rotação de tropas, o clima psicológico e moral nas linhas da frente, as insubordinações, o dispositivo militar nas vésperas de 9 de Abril e as negligências das informações vindas da frente. No capítulo III, sobre a operação Georgette, analisou-se a ofensiva alemã no sector da 2ª divisão, a hipotética resposta do dispositivo português, em particular a atitude tomada pelo comando batalhão de infantaria 13, o cerco de La Couture e o fim trágico do CEP. No capítulo IV o objecto de análise incidiu sobre a resistência em Les Lobes que, na perspectiva deste estudo, terá despoletado em alguns oficiais do batalhão de infantaria 13 prisioneiros em La Couture um grande desconforto, provocando situações de ruptura insanável que se repercutiram na instituição militar. No capítulo V pretendeu-se dissecar as movimentações no rescaldo da batalha tendo como pontos essenciais o que falhou, a desconstrução do equívoco de La Couture e Les Lobes através da imprensa internacional, a guerra das medalhas como elemento da divisão dos militares, o processo levantado pelo Tribunal Militar Territorial do Porto, caso

¹³ Moreira, 2011: 132.

exemplar da ruptura na instituição militar, os depoimentos em tribunal para a batalha da memória e a desconstrução de alguns mitos de guerra.

Por último, nas Conclusões é apresentada uma visão racional integrada e tanto quanto possível objectiva, onde se pode avaliar o grau de explicação que se pretendeu alcançar.

Dentro do quadro conceptual foram considerados relevantes para a compreensão do objecto em estudo os conceitos: Grande Guerra, 1ª Guerra Mundial, Teoria Realista, anarquia internacional, equilíbrio de poder, balança de poder, intervencionistas, neutralistas, CEP, conflito, batalha, beligerância, barragem de artilharia, operação Georgette, gás mostarda, carga de baioneta, ofensiva, front, comando, divisão, corpo de exército, brigada, batalhão, companhia, pelotão, comandante interino, linhas da frente, primeiras linhas, linha de corpo, *village line* ou linhas das aldeias, linhas inimigas, linha A, linha B, trincheiras, abrigos, redutos, escalonamento, táctica, estratégia, liderança, logística, baixas (mortos, feridos e prisioneiros), reserva divisionária, plano de defesa, condecorações, cobardia, rol da desonra, conselho de guerra.

A investigação e estudo desta problemática interagem com a problemática das Relações Internacionais, particularmente na necessidade de Portugal, na perspectiva do seu governo, se afirmar perante as nações europeias na suposta manutenção do seu império colonial, no receio de aproximação da Espanha à Inglaterra, testemunhando fidelidade aos seus aliados.

5. Base Documental

A base principal de documentação utilizada neste estudo referente à participação de Portugal na 1ª Grande Guerra encontra-se no Arquivo Histórico Militar, em Lisboa. Dos documentos existentes neste arquivo foram particularmente objecto de análise os relatórios do comandante do CEP, general Tamagnini, do comandante interino da 2ª divisão, general Gomes da Costa, e dos comandantes de brigadas, batalhões e companhias. Salientam-se também os relatórios do 1º e 2º comandantes do batalhão de infantaria 13 de Vila Real, publicados em 1959 com fidelidade em relação ao original pelo brigadeiro António Manuel da Mota e Costa na obra *Subsídios para a História do Batalhão de Infantaria 13* (1959). Deste modo, e por que se tornou mais acessível a consulta desta obra, entendeu-se fazer a sua citação sempre que mencionados os respectivos relatórios.

Foram investigados, analisados e comparados os conteúdos dos vários relatórios referentes aos períodos anterior, durante e posterior ao 9 de Abril de 1918, considerando o tempo, as circunstâncias e os objectivos com que foram elaborados pelos seus autores.

Deve referir-se ainda, embora com menos relevância, a documentação sobre as relações dos governos portugueses com a Inglaterra antes e depois do movimento sidonista, que se encontra no Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Nos arquivos de Infantaria 9 de Lamego e do 13 de Vila Real nada consta. Uma informação do RI 13 de Vila Real diz que tudo o que se relaciona com a sua acção e intervenção no CEP se encontra na Direcção de História e Cultura Militar. Por sua vez, o responsável por esta instituição remeteu para o Arquivo Geral do Exército e para o Arquivo Histórico Militar.

Constituiu também base de investigação do tema em análise a abundante documentação existente no Public Record Office de Londres e The National Archives disponibilizada pelo Grupo de Investigação da Academia Militar de Lisboa, coordenado pelo Professor Doutor António José Telo. Nesses documentos poder-se-ão confirmar as grandes divisões existentes no quadro político nacional e na instituição militar, como também a intrincada política externa com a Inglaterra referente às negociações da entrada no conflito, transporte, rendição das tropas, alimentação e a toda a logística de apoio.

Os documentos pertencentes ao Gabinete de Guerra do The National Archives dos Estados Unidos da América contêm alguma informação sobre os tumultos e ineficácia das tropas portuguesas.

Grande parte, ou mesmo quase todas as obras escritas nas décadas de 20, 30 e 40 e até 50 do século XX encontram-se fora do mercado, motivo pelo qual a sua consulta só é possível a partir da Biblioteca Nacional ou das bibliotecas municipais. Embora de importância relevante para o objectivo que se pretende atingir remetem-se para a bibliografia geral, por exemplo, as obras escritas por Gomes da Costa, Ferreira do Amaral, Augusto Casimiro, Brito Camacho, Vasco de Carvalho, João Chagas e Luís Ferreira Martins.

Da imprensa periódica onde se encontram vários testemunhos de actores que participaram no conflito há a destacar a *Revista Militar*, *Ilustração Portuguesa*, *Diário de Notícias*, *O Século*, *Diário de Lisboa* e *O Comércio do Porto*, que acompanharam de perto as informações provenientes da imprensa internacional, em particular o *Télégramme* e o *Daily News*.

Fonte igualmente muito importante que se encontra no Arquivo Histórico Militar é o Processo do Tribunal Militar Territorial do Porto movido contra o capitão David Magno “por insubordinação e abandono do comando das suas forças em frente do inimigo; cobardia e abandono do comando da companhia em frente do inimigo”.

No arquivo particular da família do capitão David Magno encontram-se quase todos os textos respeitantes à sua acção na batalha de La Lys, editados ou não por este oficial. O espólio foi cedido ao Museu Militar de Lisboa pelo seu filho Júlio Magno.

Entre os documentos que mais contribuíram para o empenho da investigação e análise da questão principal, assim como das variáveis secundárias foram, sem dúvida, o *Relatório Adicional à Monografia do RI 13* e A DEFESA que, em circunstâncias desconhecidas, terão desaparecido do arquivo deste regimento. Também foram objecto de especial relevância os depoimentos de todas as testemunhas ouvidas no auto de corpo de delito levantado contra o capitão Magno. Toda a restante documentação encontra-se especificada no Estado da Arte, inserido no ponto 3 e na bibliografia. Os mapas dos ANEXOS A, B, C, D e G foram adaptados da obra *Les Lobes*, de David Magno, p. 180 e 181.

6. Razões da escolha, recorte cronológico e âmbito geográfico

A escolha do tema a ser desenvolvido nesta tese de doutoramento, “As divisões da Instituição Militar portuguesa no contexto da Grande Guerra 1914-1918”, teve como subjacentes três ordens de razões:

Em primeiro lugar, o acesso a um conjunto de documentos publicados há vários anos mas muito pouco difundidos e a outros inéditos, legados pelo capitão David Magno, comandante da 3ª companhia do batalhão de infantaria 13 de Vila Real integrado no CEP, sobre a participação de Portugal no primeiro grande conflito europeu, relacionados com o dia-a-dia da guerra e as rivalidades, intrigas e divisões entre militares durante e após o conflito¹⁴. Foi de fundamental importância o conhecimento recente do espólio do capitão David Magno cedido ao Museu Militar de Lisboa: uma parte encontra-se exposta na Sala da Grande Guerra, destacando a sua acção na batalha de La Lys combatendo ao lado do batalhão escocês Seaford Highlanders. Também se destaca o acesso à consulta do Processo Individual e do Fundo Particular do mesmo oficial, igualmente dispensado pelos familiares ao Arquivo Histórico Militar¹⁵.

Em segundo lugar, a oportunidade no tempo: o centenário do início da 1ª Grande Guerra tem proporcionado às comunidades académicas nacionais e internacionais, aos historiadores em geral, às associações culturais e políticas e aos Estados não apenas a evocação de uma

¹⁴ O acesso a estes documentos foi proporcionado pelo tenente-coronel Jorge Magno, neto e fiel depositário do legado de todas as obras e espólio do capitão David Magno. Entre esses documentos encontra-se digitalizado todo o processo que decorreu no Tribunal Militar Territorial do Porto, entre 1921 e 1923. Este processo foi recentemente colocado também em formato digital à disposição da comunidade académica pelo Arquivo Histórico Militar, embora com paginação diferente da do processo original. Por isso, a paginação utilizada neste estudo corresponde à que se encontra no processo do Tribunal. PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922, 4 Vls.

¹⁵ AHM, Série 1 Caixa 890 e AHM, F/55/3/892/22. Mais adiante se falará de parte deste espólio, em especial do Sporrán que lhe foi oferecido pelo batalhão do Seaford Highlanders da Escócia.

efeméride homenageando os que se bateram pela independência, direito, justiça e liberdade dos povos, como também uma reflexão sobre a inevitabilidade do conflito, isto é, por que passou a Europa de uma guerra imaginável para uma guerra desejável, como questiona o historiador Martin Guilbert¹⁶.

Ao aproximar-se a evocação dos cem anos da entrada de Portugal no grande conflito mundial, com todas as consequências inerentes aos condicionamentos políticos, económicos, financeiros e sociais, seria relevante um trabalho analítico que gerasse um contributo positivo para a abordagem de temas ou vectores que, no nosso entender, ainda não foram suficientemente analisados.

A situação complexa em que Portugal foi lançado para uma guerra tão distante como incompreensível para um povo rude, pobre e analfabeto e a sua embaraçosa saída com a inerente humilhação exigem uma cabal clarificação dos factos, despojados de quaisquer complexos, receios ou preconceitos de cariz político ou militar. Compete à História essa explicação.

E finalmente, em terceiro lugar, justifica-se pela lacuna existente na historiografia portuguesa acerca das clivagens no seio dos militares antes, durante e após a 1ª Grande Guerra e da ruptura nas relações entre a instituição militar e o poder político. Recentemente, a historiografia portuguesa tem apresentado algumas obras sobre a participação de Portugal na Grande Guerra de 1914-1918. Com excepção da obra *A Primeira República I e II* (2010-2011) de António Telo, em que o autor indubitavelmente clarifica o rumo político que conduziu à ruptura no seio da Instituição Militar culminando com a do próprio regime, na maioria das publicações verifica-se não existir qualquer tipo de comentário, reflexão ou análise teórica ou comparativa referente ao contributo dos textos, editados ou não, de David Magno.

Na perspectiva deste estudo considera-se a documentação legada por este militar, agora ao dispor do público em geral e particularmente da comunidade académica, um contributo indispensável para a elaboração de uma teoria que conduza a uma explicação, tanto quanto possível objectiva, no que se refere às divisões, incoerências, equívocos e deturpações de factos propagandeados em conferências, publicações, relatórios e monografias sobre La Lys. Na mentalidade e cultura portuguesas, a instituição militar sempre fruiu de uma certa complacência da parte dos meios institucionais e académicos, de modo a que o seu espírito de corpo se mantivesse praticamente intangível ou inquestionável. A desconstrução de resilientes mitos de heróis, largamente difundidos e cultivados na memória colectiva pelo discurso oficial

¹⁶ Guilbert, 2007: 41.

ao longo da história, poderá levar a uma nova interpretação dum facto ou fenómeno histórico com as respectivas implicações políticas e militares. Não foi por acaso que alguns equívocos permaneceram, propositadamente ou não, durante décadas nas prateleiras dos arquivos. A imagem heróica da participação portuguesa na Grande Guerra entrou na galeria dos mitos nacionais, bem aproveitados pelo discurso dos actores políticos em situações de crises sociais e de regime. Para a sua consolidação que alimentou a memória nacional contribuiu, em grande parte, a história militar da participação portuguesa permanecendo “largamente tributária do mito” como bem esclarece Severiano Teixeira¹⁷. Sobre a desmontagem do mito, este historiador reafirma que “as interpretações globais continuam fiéis à tradicional concepção patriótica e auto-legitimadora, e as abordagens sectoriais mais objectivas e rigorosas centram-se exclusivamente sobre a organização militar das tropas e a evolução das operações tácticas”¹⁸.

Foi neste sentido, longe de qualquer pretensiosismo de esgotar o tema, que se pretendeu a partir da análise da produção historiográfica e das fontes documentais investigar, analisar, teorizar e produzir não apenas diferentes reflexões e perspectivas, mas novas conclusões referentes ao objecto principal em estudo: a forma como a decisão política de forçar a entrada de Portugal na guerra conduziu ao agravar das clivagens e fracturas no seio da instituição militar portuguesa e como essa conjuntura de beligerância permite entender melhor a ligação entre os campos das política interna e externa. Nesta linha, as questões relacionadas com o objecto deste estudo interagem com a problemática das Relações Internacionais, particularmente na necessidade de, na perspectiva do seu governo, Portugal se afirmar perante as outras nações europeias na suposta manutenção do seu império colonial, no receio de aproximação da Espanha à Inglaterra e na hipotética declaração de fidelidade aos seus aliados.

O recorte cronológico deste estudo será delimitado a partir do momento em que, em Agosto de 1914, os políticos no poder declararam no Parlamento a firme intenção de levar Portugal para a guerra até meados da década de 20, altura em que se deu por concluído o processo do Tribunal Militar Territorial do Porto movido contra o capitão David Magno. Todavia, para uma melhor contextualização das clivagens anteriores à guerra entendeu-se oportuno fazer um pequeno recuo a 1911, considerando as reformas de reorganização do Exército tentadas pelos governos republicanos, nem sempre com sucesso, e que não deixaram de provocar um acentuado mal-estar nos oficiais do quadro permanente. O âmbito geográfico abrangerá

¹⁷ Severiano Teixeira, 1996: 40.

¹⁸ Idem.

Portugal continental e o desenvolvimento da acção do CEP em França, particularmente na frente de batalha no sector da Flandres.

Entende-se que esta abordagem referente aos factos ocorridos durante e depois de 9 de Abril de 1918 à luz da nova documentação será um contributo positivo para uma reinterpretação da entrada de Portugal na guerra e da batalha de La Lys.

No sentido de uma melhor análise e compreensão do objecto principal, serviu como estudo de caso o exemplo dos diferendos existentes entre os vários oficiais do batalhão de Infantaria 13 de Vila Real antes, durante e depois de 9 de Abril de 1918, destacando-se como protagonistas o major Gustavo de Andrade Pissarra e os capitães Bento Esteves Roma e David José Gonçalves Magno.

Foi nesta perspectiva e na tentativa de desconstrução de alguns mitos nacionais, criados ao longo de várias décadas pelo discurso oficial nacionalista eivado de interesses pessoais, ideológicos, pseudonacionalistas ou patrióticos e pelo acesso a documentação original ainda não trabalhada pelos académicos, que optei por tratar o tema da batalha de La Lys nos dias 9, 10 e 11 de Abril de 1918, seguindo o testemunho do capitão David Magno, um dos poucos oficiais do CEP que tentou resistir ao inimigo para além do dia 9 de Abril.

CAPPÍTULO I - CONTEXTO POLÍTICO EUROPEU NO FINAL DO SÉCULO XIX E PRINCÍPIO DO SÉCULO XX.

Sendo o tema em estudo integrado no doutoramento em História, Defesa e Relações Internacionais, este capítulo terá por objectivo fazer a sua contextualização no sistema da Teoria Realista das Relações Internacionais, integrado no contexto económico, político e militar do final do século XIX até ao despoletar da guerra.

1. Da teoria à prática; perspectiva da Teoria Realista

As Relações Internacionais (*RI*) surgiram como um domínio teórico da Ciência Política no período imediatamente a seguir à Primeira Guerra Mundial com a necessidade de colmatar as lacunas de outras disciplinas sociais, particularmente a História, Direito Internacional, Economia, Sociologia e Antropologia, embora se possa afirmar que Spinoza, Rousseau e Kant tenham sido os primeiros a examiná-las com base na força e no poder dos Estados.

Os campos de estudo desta nova disciplina iniciaram-se no Institute of International Affairs, fundado em 1920 e, posteriormente, na London School of Economics onde foi criado um Departamento através do qual viriam a ser construídas as teorias da escola inglesa. Mas foi durante a Guerra Fria que vários estudos lhe conferiram o estatuto de disciplina autónoma¹⁹ graças ao grupo de académicos que, reflectindo sobre o pensamento internacional americano do período, desenvolveu a linha de pesquisa denominada *Escola Realista*, apelidando de *Realismo* a sua concepção teórica. Deste grupo destacaram-se Hans Morgenthau, Eward Carr, Reinhold Niebuhr e Kennet Watz como sendo os que definiram os parâmetros do Realismo que determinaram a disciplina de *Relações Internacionais* durante várias décadas.

A Escola anglo-saxónica coloca a noção de poder (*power*) no centro da vida internacional, com a capacidade de sustentar a integridade dos interesses próprios contra as agressões. A noção de *poder-interesse* traduz-se assim no conceito fundamental das Relações Internacionais.

Na elaboração da sua teoria, os construtores do Realismo inspiraram-se particularmente em Tucídides, Maquiavel e Espinosa para explicar a forma como se desenvolveu o conceito de *equilíbrio de poder* ou *balança de poder*, esclarecer a distinção feita entre a moralidade do príncipe e a moralidade privada e descrever o sistema anárquico, onde a principal dinâmica é produzida pela natureza humana²⁰. Maquiavel no *Príncipe* (1527) fez a primeira análise global

¹⁹ Para Adriano Moreira, *Paz e Guerra entre as Nações* de Raymond Aron, é um dos livros que datam a autonomia científica das RI. Adriano, 2011: 52.

²⁰ Cravinho, 2002: 139.

da sociedade internacional a partir do conceito “estado de natureza”. Os Principados não reconhecem lei ou poder que lhe sejam superiores, recusando deste modo a herança cultural cristã medieval. As relações entre os Principados são reguladas pelo equilíbrio dos poderes, sendo a força o seu elemento fundamental para a aquisição, manutenção e exercício do poder político. A guerra é a verdadeira profissão de quem governa. Os soberanos perderam os seus Estados por terem negligenciado as armas²¹. Em vários capítulos da sua obra, Maquiavel explica como deve conduzir-se um príncipe para realizar com sucesso os seus intentos: “O homem prudente deve escolher os trilhos já percorridos pelos grandes homens e corrigi-los; deve agir como os seteiros prudentes; todos os profetas armados venceram, e os desarmados fracassaram”²².

Nesse sentido, no capítulo XXI Maquiavel explicou como também deveria conduzir-se um príncipe para adquirir reputação para realizar com sucesso os seus intentos²³. Com base na observação dos acontecimentos anteriores na esfera política, aconselhava como poderia o príncipe conquistar e manter o poder, não importando o que fazia ou deixasse de fazer nos seus domínios, desde que mantivesse a autoridade. Embora a expressão “os fins justificam os meios” não se encontre explícita no texto tonou-se, contudo, numa interpretação tradicional do pensamento maquiavélico.

Thomas Hobbes no *Leviathan* (1615), onde procurou definir o que se entende por *natureza humana, soberania, obrigação política e lei*, admitiu a existência do direito natural que todos os seres racionais deveriam apreender e seguir. Reconhece que esse direito tem autoridade, mas não qualquer poder que o faça respeitar no estado de natureza, isto é, antes da instituição do poder político. Nessa situação, a vida social era uma guerra de todos os homens contra todos os homens²⁴. O estado de natureza que era caracterizado “pela guerra de todos contra todos” só poderia ser superado por um governo central autoritário que concentrasse em torno de si todo o poder, tomando todas as decisões da sociedade.

Hans Joachim Morgenthau é um dos mais significativos teóricos desta orientação *realista*. O seu *Politics Among Nations* (1948) representa a escola realista na sua versão pura e é a partir desse texto que outros autores elaboram as suas críticas e escrevem os seus aditamentos²⁵. Para Morgenthau, a luta pelo poder está implícita na natureza humana: “o

²¹ Moreira, 2011: 275.

²² Maquiavel, 1532: c. VI.

²³ Maquiavel, c. XXI.

²⁴ Moreira, 2011: 51.

²⁵ Cravinho, 2002: 130 e Moreira, 2011: 132.

homem nasce escravo, mas por outro lado quer ser mestre”²⁶. O poder é o seu objectivo imediato e os métodos para o adquirir, manter e demonstrar determinam a técnica da acção política. Sendo visto como um objectivo, é também o meio para atingir outros fins. Para este teórico das Relações Internacionais, a segurança e a paz mundiais só serão possíveis por um mecanismo de equilíbrio do poder dos Estados. Nesse sentido, a felicidade do homem terá de começar pela sua segurança e para a garantir deverá procurá-la no poder soberano, plasmado no próprio Estado. Assim, os Estados assumem características de soberania, constituindo um sistema normativo que lhes permite assegurar e gerir a liberdade humana, possuindo o monopólio da força para manter o poder e tornar eficaz a sua regulação. A responsabilidade pela segurança de cada um será, portanto, transferida para uma autoridade superior a quem será atribuído o direito exclusivo de impor a ordem.

Para os teóricos realistas, esta conjuntura assenta na ideia da anarquia internacional atribuída a Hobbes. Segundo este filósofo, o estado *natural da vida* entre os homens é uma permanente guerra de todos contra todos, como foi referido anteriormente²⁷. Para Hobbes, a conjuntura internacional é definida por um sistema internacional anárquico, ou seja, pela ausência de um governo soberano, de uma autoridade política que regule a interacção entre os vários actores do sistema, os Estados. São as relações que se estabelecem entre eles e o desenvolvimento das “capacidades” internas (segurança e defesa) que lhes criam uma situação de equilíbrio do poder. Na ausência de uma força ou potência universal que estabeleça e garanta a ordem, todos terão de aceitar a possibilidade de utilização da força.

Segundo Morgenthau e Raymond Aron, esta teoria da anarquia internacional pode ser qualificada como relações entre Estados num clima de permanente desconfiança, defendendo os seus interesses e sem recorrer à guerra, isto é, numa convivência entre entidades que não reconhecem nenhuma autoridade superior. Todavia, a corrida à guerra será sempre admitida em último recurso²⁸.

No conceito das Relações Internacionais e seguindo o pensamento de Hobbes, o final do século XIX e princípio do século XX são caracterizados como um sistema internacional anárquico, isto é, uma conjuntura política de inexistência de governos soberanos ou universais que regulam a interacção entre os Estados. Para a teoria realista, o princípio do século baseava-se na imagem da essência anárquica das Relações Internacionais que estabeleceria o equilíbrio

²⁶ Cravinho, 2002: 132.

²⁷ Cravinho, 2002: 32.

²⁸ Cravinho, 2002: 34.

do poder entre os Estados. Nesse sentido, uma conjuntura de guerra seria teoricamente improvável.

A guerra de 1914-1918 veio, efectivamente, questionar a tese dessa teoria. Em vez de um equilíbrio do poder, o sistema internacional conduziu à maximização do poder dos Estados, estimulado por ameaças de violência ou mesmo pelo seu exercício.

No contexto da Teoria Realista, a questão fundamental que poderá colocar-se é se pelo sistema da anarquia internacional do equilíbrio do poder entre os Estados, a Guerra de 1914-1918 poderia ter sido evitada. Dessa questão pode partir-se para outras que dela derivam: porquê uma guerra na Europa? Porquê uma guerra a nível mundial? A corrida ao armamento e, particularmente, o projecto de construção naval da Alemanha deveriam contribuir para o equilíbrio do poder? O esforço político para a entrada de Portugal na guerra teria como objectivo o equilíbrio da balança de poder do Estado português no sistema internacional? Embora não sendo objecto deste estudo, estas questões não deixam de ser pertinentes uma vez que interagem com o tema em causa: a decisão do poder político forçando o envio de uma força militar para o cenário de guerra, com todas as consequências daí decorrentes. Não pondo em causa a intenção do Governo português em se afirmar na política internacional poderá considerar-se, parafraseando Clausewitz, que a participação de Portugal na guerra não foi mais do que a continuação da política interna do Partido Democrático por outros meios, conduzindo não só à inevitável divisão da instituição militar como ao consequente fim do regime, como afirma António Telo²⁹.

A teoria da anarquia internacional não evitou na prática o recurso a uma guerra que viria a transformar-se no maior conflito a que a humanidade assistira até então, calculando-se o seu balanço aproximadamente na morte de mais de nove milhões de soldados de infantaria, marinha e força aérea e cerca de cinco milhões de civis, embora os números sejam variáveis de país para país. As dimensões da catástrofe mundial de 1914-1918 provocada pelo homem levaram à criação da teoria do poder hegemónico internacional, capaz de evitar outro conflito tão vasto. Foi a ausência deste poder hegemónico que permitiu o primeiro grande conflito entre Estados.

Como se referiu anteriormente, o final do século XIX e princípio do século XX são caracterizados, no conceito das Relações Internacionais, como um sistema internacional anárquico, isto é, uma ausência de governos soberanos universais que regulem a interacção entre os Estados. Para a Teoria Realista, o princípio do século baseava-se na imagem da

²⁹ Telo, 1993:12.

essência anárquica das Relações Internacionais que estabeleceria o equilíbrio do poder entre os Estados, sendo a sua essência a igualdade entre os Estados³⁰. Todavia, a teoria não tinha correspondência com a prática: como existe uma grande diferenciação entre os Estados em relação às suas capacidades, os que dispõem de pouco poder tendem a formar coligações ou alianças para garantirem a sua sobrevivência e aqueles que possuem amplos meios à sua disposição procuram desenvolvê-los e ampliá-los. As coligações ou alianças verificam-se, normalmente, entre Estados que têm alguns interesses comuns em relação à sua segurança e que são mais fortes. Os Estados mais poderosos gozam de margens mais largas de segurança do que os mais fracos. Estes, operando em margens mais estreitas, praticando actos inoportunos ou políticas imperfeitas podem ter resultados fatais³¹. Kenneth Waltz apresenta como exemplo deste interesse entre Estados fortes a aliança da Rússia com a França pela percepção de uma ameaça comum³². Foi neste sentido que se formaram os dois blocos no final do século XIX e princípios do século XX. A uns e a outros “o sistema internacional empurrou-os para estratégias de auto-ajuda”³³. Segundo Adriano Moreira (2001), a forma suprema, embora não a única, que os Estados têm de alcançar segurança com base nessa auto-ajuda encontra-se nos armamentos. A força é o elemento fundamental do Estado para a conquista, consolidação e ampliação do poder. Nesse sentido os Estados procuram reunir as forças suficientes para alcançarem os seus objectivos, não reconhecendo qualquer lei ou poder que lhes sejam superiores. Quando os Estados se convencem da existência dessas forças passam à acção, usando todo o poder na prossecução dos seus objectivos na convicção de que só um poder superior o poderá travar. Assim se entende a avidez com que o Império Áustro-Húngaro pretendia declarar guerra à Sérvia. É a conflitualidade do estado de natureza. É a conflitualidade do estado de natureza. Mas esta teoria armamentista de cada Estado se equipar para se defender de outro conduz a um grave problema de desconfiança, isto é, o grande esforço de um Estado se armar para garantir a sua segurança não será entendido por outro como uma ameaça? Para Adriano Moreira “é este o dilema de segurança que caracteriza um sistema internacional cuja estrutura é anárquica”³⁴. Terá sido nesta perspectiva que, a partir da segunda metade da primeira década do século XX, o Almirantado britânico viu com enorme desconfiança e apreensão o desenvolvimento da construção naval alemã. A guerra de 1914-1918 veio questionar a tese desta teoria. Em vez de um equilíbrio de poder, o sistema

³⁰ Moreira, 2011: 81.

³¹ Waltz, 2011: 266.

³² Waltz, 2002, 229.

³³ Moreira, 2011: 81.

³⁴ Moreira, 2011; 81.

internacional conduziu à maximização do poder dos Estados, estimulado por ameaças de violência ou mesmo pelo seu exercício.

Para Car, Niebhur e Morgenthau, baseados nos textos clássicos de Tucídides, Maquiavel e Hobbes, as guerras são consequência da natureza humana, onde impera a lei do mais forte. Por isso, os Estados actuam no meio internacional para aumentarem o seu domínio e impedir que outros façam o mesmo, o que deveria conduzir a um equilíbrio do poder. Nesta perspectiva, e reflectindo sobre a questão da natureza humana, já em 1921 o capitão David Magno citava F. Bernhardt, um dos mais distintos generais do exército alemão, que escrevia na sua obra *A Alemanha e a próxima guerra*, publicada em 1912: “a primeira responsável pela guerra é a natureza humana e a segunda – a Alemanha (...); e que os povos débeis não têm direito à existência”³⁵.

No conflito de 1914-1918, os Estados actuaram segundo a lei do mais forte no sentido de aumentarem o seu poder, desprezando o Direito Natural e a Ética para justificar assim a própria guerra. Sem uma necessidade plausível, Portugal arrastou-se para o conflito com base num hipotético receio do histórico inimigo espanhol ou da perda do seu Império colonial. E com os grandes desastres aparecem sempre os mitos, como em Alcácer-Quibir e La Lys.

A Teoria Realista da anarquia internacional, defendendo a ausência dum poder soberano capaz de estabelecer o equilíbrio de forças entre os vários actores/Estados, não evitou o conflito entre eles: daí os limites do Realismo. Desapareceram quatro impérios tradicionais: Alemanha, Rússia, Áustria-Hungria e Turquia.

Deu-se o nascimento da modernidade pela alteração de fundo das mentalidades, marcado pela perda de confiança na generosidade dos dirigentes e na capacidade dos Estados levarem a bom termo os destinos colectivos. E surgiu uma nova teoria resultante das críticas aos limites da Teoria Realista: o Idealismo.

2. Contexto Internacional Europeu no final do século XIX e princípio do século XX

Embora a problemática essencial incida fundamentalmente sobre as divisões na Instituição Militar provocadas pela entrada na guerra, tendo como exemplo desta clivagem um oficial envolvido na batalha de La Lys, entende-se que não pode ser descontextualizada do fenómeno central da Grande Guerra. Por isso julga-se ser relevante, embora muito superficialmente, a sua contextualização no âmbito das políticas interna e externa portuguesas.

³⁵ Magno, 1966: 34.

As revoluções demográfica, técnica, industrial e dos transportes, bem como a procura de matérias-primas fora do continente europeu no final do século XIX e princípio do século XX, conduziram a ambições imperialistas e colonialistas dos Estados europeus que, aliados ao liberalismo económico, permitiram a transição de um sistema unipolar dominado pela Inglaterra para um novo sistema internacional de centros múltiplos, ou multipolar, na definição de António Telo³⁶. Para o rompimento deste equilíbrio do poder internacional contribuíram igualmente a unificação da Itália e da Alemanha e a formação do sistema de Alianças: a Tríplice Aliança em 1882 e a Triple Entente em 1904 e 1907. O papel hegemónico da Inglaterra diminuía lentamente face ao novo contexto. Nesta ausência de uma entidade supranacional ou internacional capaz de estabelecer a manutenção do equilíbrio do poder entre os Estados, verificou-se uma corrida ao armamento no sentido de que quanto maior fosse a capacidade de defesa tanto maior seria o seu equilíbrio. Nesse sentido, procuraram-se novos entendimentos pelas potências emergentes, particularmente no Atlântico.

A partir de 1905 cresceram na Europa os riscos de um conflito armado. Os antagonismos entre os Estados tornavam-se cada vez mais evidentes. Os receios britânicos em relação aos germânicos, as exigências da Alemanha na costa atlântica e na fronteira oriental, as ambições da Rússia nos Balcãs, a manutenção da estrutura imperial da Áustria-Hungria, o revanchismo latente da França pela derrota na guerra franco-prussiana de 1871 e a emergência de minorias checas e eslovacas, eslovenas e croatas criaram um sentimento de que a guerra era não só imaginável, mas também possível, como afirma Martin Gilbert³⁷. A Alemanha tinha também ambições no Oriente através da construção do caminho-de-ferro Berlim-Bagdade, utilizando Constantinopla como passagem da Europa para a Ásia. Para os governos alemães, as possessões imperiais eram símbolos de poder. Nesse sentido estimulou-se a bandeira do patriotismo e do racismo. O pangermanismo que proclamava a superioridade da raça germânica e o pan-eslavismo, particularmente na Península Balcânica, fomentavam agitações nacionalistas entre os sérvios. A Rússia de Nicolau II defendia para aquela região um grande Estado eslavo. Por outro lado os polacos, sob os domínios germânico, austro-húngaro e russo, nunca perderam a esperança da sua independência. Tudo conduziu ao aumento do estado de alerta.

Como se referiu, a configuração da política de alianças e a rigidez dos Blocos contribuíram de modo muito significativo para o rompimento do equilíbrio da balança do poder.

³⁶ Telo, 1993: 12.

³⁷ Gilbert, 2007: 41.

Em 15 de Junho de 1898, Tirpitz revelou um memorando que iria alterar a história da Europa. Baseado na teoria do risco, argumentava que era necessário criar uma frota de navios de guerra que fosse capaz de derrotar a maior potência naval, ou pelo menos infligir danos suficientemente graves à Marinha Real que pudessem ameaçar o domínio militar britânico nos mares.

Na sua teoria, Tirpitz defendia que a Alemanha só precisava de ter metade do peso naval britânico para ser um poder marítimo de primeira ordem³⁸. O projecto foi definido por um conjunto de leis, as Cinco Leis Navais, que iria alterar as relações anglo-germânicas. Era a tentativa de afirmação do poder global alemão, que permitiria finalmente o lugar ao sol que a Alemanha merecia e que a Inglaterra lhe negava³⁹. O projecto era ambicioso: os seus objectivos não se limitavam à partilha do domínio na Europa e no Atlântico, mas também ao expansionismo colonial em África e no Médio e Extremo Oriente. Fundar um Império colonial tornara-se também no sonho da nação germânica. Nesse sentido, realizou-se a Convenção Anglo-Alemã de 30 de Agosto de 1898 e a respectiva Convenção Secreta. Com o pretexto do empréstimo do capital necessário a Portugal para pagar a indemnização pronunciada pela sentença do Tribunal Arbitral de Berna sobre a nacionalização do caminho-de-ferro de Lourenço Marques, a Inglaterra e a Alemanha pretendiam hipotecar as colónias de Angola e Moçambique e parte de Timor para depois, sabendo que Portugal era mau pagador, se apoderarem delas⁴⁰. Porém, a guerra entre boers e ingleses levou o governo de Londres ao tratado secreto de Windsor, em que a Inglaterra se comprometia a garantir a integridade territorial portuguesa das suas colónias e Portugal não permitiria a passagem de armas para o Transval através de Lourenço Marques. Assim, a Convenção ficou adiada.

Em resposta ao projecto de Tirpitz e do Kaiser Guilherme II, o governo de Londres intensificou a sua construção naval e de prevenção, colocando o mais próximo possível da Alemanha os seus navios mais poderosos, particularmente num dos pontos mais sensíveis, o Mar do Norte.

Os responsáveis ingleses sabiam que o domínio naval era importantíssimo para o seu país e sentiam que se tornava difícil acompanhar o ritmo das construções alemãs. A preocupação dos britânicos era não só afastar a Alemanha dos portos do Atlântico, mas também fazer-lhe compreender que a limitação da sua corrida naval era condição indispensável para um bom entendimento geral entre os dois países.

³⁸ Telo, 2010: 238.

³⁹ Telo, 2010: 239.

⁴⁰ Ramalho, 2001: 6.

Foi neste sentido que, em 1912, a Inglaterra aceitou renegociar com a Alemanha as colónias portuguesas a partir da Convenção Secreta de 1898: Berlim terminaria a construção naval e a Inglaterra abandonaria a política de aliança com a França e a Rússia, aceitando a expansão do Império alemão que se faria, naturalmente, a troco dos territórios de Portugal em África⁴¹.

Nem a Convenção se concretizou nem a Alemanha abrandou o plano de construção naval. A desconfiança instalou-se entre os dois Estados. Perante o desenvolvimento crescente do projecto germânico, o governo inglês passou a considerar a Alemanha como o seu maior inimigo, estando criadas as condições para o desencadeamento de um conflito entre as grandes potências europeias. Será importante lembrar que durante os anos de 1913 e 1914, enquanto decorriam as negociações entre a Inglaterra e a Alemanha para dar execução à Convenção Secreta, os governos de Lisboa, preocupados apenas com as questões de política interna, pouco se incomodavam com as negociações em curso, acreditando ingenuamente na fidelidade da tradicional Aliada. A Convenção era “secreta” mas a imprensa, tanto germânica como inglesa, dava conta do andamento das negociações. Sidónio Pais em Berlim e Manuel Teixeira Gomes em Londres pareciam ser os únicos a perceber o que se estava a passar na cena internacional. Em 3 de Dezembro de 1913, Carnegie enviava ao ministro Grey um discurso feito a 24 de Novembro na Sociedade de Geografia, na presença de membros do governo e vários ministros estrangeiros.

Martin Gilbert (2007) na obra já citada revela em três pontos a inevitabilidade do início de um conflito de grandes proporções. No primeiro, refere-se a afirmações de um oficial reformado da cavalaria alemã, Friedrich von Bernhardi que, em 1870, tinha entrado como conquistador em Paris e publicado no livro *Germany and the Next War*, em 1912: “A Alemanha ou faz a guerra ou perde a luta pelo poder mundial (...); a guerra é uma necessidade biológica”⁴². O segundo ponto diz respeito a Basil Liddell Hart, historiador britânico e oficial de infantaria que lutou entre 1914 e 1916 na Frente Ocidental e que escrevia para os alunos do colégio jesuíta, sessenta anos depois da Alemanha de Bismark ter anexado a Alsácia e parte da Lorena: “a mensagem das armas não precisa de intérprete”⁴³. O último ponto é uma afirmação do próprio historiador Gilbert: “todas as rivalidades e disputas combinadas criaram e aceleraram os sentimentos e a oportunidade que tornaram a guerra imaginável, portanto possível, e por fim desejável”⁴⁴.

⁴¹ Ramalho, 2001: 62.

⁴² Gilbert, 2007: 41.

⁴³ Gilbert, 2007: 30.

⁴⁴ Gilbert, 2007: 41.

De nada valeram o princípio da soberania das nações estabelecido pelo tratado de Vestefália, o humanitarismo da Convenção de Genebra, a limitação da capacidade de destruição dos armamentos negociada em 1868 em S. Petersburgo e muito menos as decisões da Conferência de Haia em 1899, convocada por iniciativa do czar Nicolau II. A intenção deste soberano em convocar uma conferência internacional visava não só o esforço da limitação do armamento, mas também a criação de um tribunal de justiça internacional para arbitragem de conflitos entre os Estados. Em Haia foi premonitório ao afirmar que “a corrida galopante aos armamentos transforma a paz armada num fardo esmagador que pesa sobre todas as nações e que se continuar levará ao cataclismo que se procura precisamente evitar”⁴⁵. Foi esta corrida ao armamento que tornou a Guerra não só inevitável como até desejável. Perante o investimento militar naval alemão, ingleses e franceses prepararam-se para qualquer tentativa de ofensiva. Os exércitos tinham elaborado os seus planos militares, capazes de responder a qualquer ataque do inimigo. Com excepção da Inglaterra, em que esses planos eram alvo de discussões abertas no interior do Comité de Defesa Imperial no qual participavam políticos, diplomatas, oficiais superiores e funcionários públicos, nos outros Estados eram mantidos como “segredos militares”. Por exemplo, o “Plano Schlieffen” começou a ser arquitectado em 1905 e só em Dezembro de 1912 o primeiro-ministro Bethmann-Howllweg foi informado dos seus pontos principais. Na Alemanha, a planificação da guerra era do domínio reservado ao Estado-Maior-General⁴⁶. Os planos secretos determinavam que as crises, ou uma crise mal resolvida por meios diplomáticos sensatos, conduziriam à guerra. O historiador Jonh Keegan (2014) esclarece ter sido através da sensatez diplomática que se resolveram as crises anteriores relacionadas com a África e os Balcãs, onde estariam em jogo particularmente questões de simples interesse nacional, mas não de honra ou prestígio. Em 28 de Junho de 1914, segundo Keegan, apesar de a Áustria-Hungria ser a mais delicada e fraca das potências europeias, directamente atingida pela morte do herdeiro ao trono, o que estava em causa eram o seu prestígio e a sua honra⁴⁷. Após o ultimado da Áustria à Sérvia e da corrida ao armamento das principais potências europeias, e perante a iminência do despoletar de uma guerra de consequências imprevisíveis, o ministro dos Negócios Estrangeiros britânico Edward Grey solicitou, em 26 de Julho de 1914, a realização de uma conferência entre as quatro potências. Para esse encontro, que deveria ocorrer no dia seguinte, a Rússia propunha que se estabelecessem negociações directas com a Áustria no sentido de que fossem moderadas as

⁴⁵ Keegan, 2014: 30.

⁴⁶ Keegan, 2014: 47.

⁴⁷ Keegan, 2014: 75.

suas exigências feitas à Sérvia. A Alemanha, pelo seu ministro dos Negócios Estrangeiros Gotlieb von Jagow não se mostrou favorável à proposta dos russos, contrapondo que preferia negociações directas com a Rússia e a Áustria, tendo consciência de que esta não pretendia estabelecer qualquer contacto com aquele país de Leste. Esta intenção do representante da Alemanha teria como objectivo “atrasar a mobilização russa”⁴⁸. Também a conferência das quatro potências proposta pelo ministro inglês foi boicotada. O conde Berchtold, ministro dos Negócios Estrangeiros austro-húngaro que passara várias semanas antes do atentado a preparar medidas diplomáticas contra a Sérvia, ao ter conhecimento da proposta de Edward Gray informou o embaixador britânico em Viena, a 27 de Julho, que tencionava “enviar uma declaração de guerra oficial, o mais tardar no dia seguinte”⁴⁹, no sentido de cortar a possibilidade de qualquer tentativa de mediação. Sentindo o apoio do kaiser, a decisão precipitada da Áustria de punir severamente o pequeno reino da Sérvia com a ausência de qualquer contacto ou negociação diplomática para averiguar a sua cumplicidade no atentado de Sarajevo, tornou-se viral para toda a Europa. Ao receber o relatório do embaixador austríaco Tschirschky, Guilherme II rascunhou na margem: “Agora ou nunca”⁵⁰. Não deixa de ser curiosa a versão do general Luís Ferreira Martins que, numa narrativa em coerência com o regime da época, atribuiu a responsabilidade da guerra à Rússia por ter decidido a mobilização geral⁵¹. De facto, quando o czar teve conhecimento da declaração de guerra da Áustria à Sérvia decidiu a mobilização parcial contra a Áustria. Os alemães entendiam que a grande ameaça viria do Leste. Por isso, não aceitaram uma última tentativa de Nicolau II para uma conferência em Haia, mediada pelos ingleses, para que a Áustria aceitasse retirar do ultimato os pontos que punham em causa a soberania da Sérvia. Moltke opôs-se terminantemente, pedindo à França o fim dos preparativos militares e à Rússia para revogar a ordem de mobilização, mesmo que parcial. A Alemanha não estava interessada em evitar o conflito que quanto mais depressa se iniciasse melhor, tornando-se por isso irredutível em aceitar qualquer condição proposta pela Rússia, França ou Inglaterra. Sabendo o imperador da Alemanha que nem a Rússia nem a França se submeteriam às suas exigências, atribuiu a responsabilidade da guerra à Rússia por não ter revogado a mobilização. A posição da Alemanha não passava de um pretexto para não assumir a responsabilidade do despoletar do conflito. A Áustria pretendia humilhar a Sérvia com o apoio da Alemanha sem que a Rússia

⁴⁸ Keegan, 2014: 88.

⁴⁹ Keegan, 2014: 88.

⁵⁰ Ferro, 2008: 64.

⁵¹ Martins, 1934.

ou a França intervissem, o que era absolutamente inviável. Em 31 de Julho foi decretada a mobilização geral no império austro-húngaro. No mesmo dia o czar tomava atitude idêntica, ordenando a mobilização geral. Finalmente, na manhã do dia 31 um telegrama enviado de S. Petersburgo pelo embaixador alemão Pourtalès anunciava a mobilização russa. Era o que Moltke esperava e precisava de saber para tomar de imediato as precauções necessárias. Ao ter conhecimento da mobilização geral da Áustria, a Alemanha declarou o “estado de perigo de guerra”. Perante o agravar da situação, no dia seguinte foi a vez da Alemanha e da França decretarem a mobilização geral e, algumas horas depois, o embaixador alemão em S. Petersburgo entregava a declaração de guerra a Sazonov, ministro dos Negócios Estrangeiros russo. O plano de guerra alemão contemplava um ataque imediato à França. Nesse sentido, foi entregue em Paris um ultimato exigindo uma declaração de neutralidade da França. A recusa do governo francês levou à declaração de guerra pela Alemanha. Porém, como surgissem dúvidas ao exército alemão em atacar directamente a França devido à forte protecção das suas fronteiras, foi decidido invadi-la através da Bélgica, proporcionando um pretexto à Inglaterra para enviar um ultimato à Alemanha, em 4 de Agosto, ameaçando entrar na guerra se as tropas alemãs não saíssem da Bélgica. Não houve resposta.

O episódio accidental de 28 de Junho de 1914 em Serajevo seria para os austríacos um pretexto adequado para resolver todos os seus problemas com os povos eslavos do sul e para os militares alemães uma subjugação da Rússia, que estava a tornar-se num pesadelo com o seu crescimento económico e industrial. Um diplomata do ministério dos Negócios Estrangeiros austro-húngaro apelidou o assassinato de Serajevo de “uma dádiva de Marte”⁵², permitindo que a Áustria se engrandecesse de novo.

A Europa encontrava-se em pleno progresso económico provocado pelo desenvolvimento industrial: embora com ritmos diferentes nos vários países, as tensões e manifestações dos movimentos sociais e o desemprego tinham diminuído e as condições de vida melhoravam particularmente em Paris, Londres, Berlim e Viena. Era garantida a segurança e chegara a era do automóvel. De um momento para o outro, aqueles que lutaram para impedir o conflito viram-se numa total incapacidade para o evitar. As soluções não eram muitas: a mais viável para as nações implicadas na guerra imediata era a de apelar ao sentimento patriótico, com o objectivo de salvaguardar os verdadeiros interesses da nação e dos seus cidadãos. Por isso se entende a forma como muitos jovens ingleses, franceses e alemães partiram como para uma aventura, felizes por mudarem de vida, por viajarem, convencidos de que voltariam em breve

⁵² Stone, 2007:36.

coroados com os louros da vitória. A guerra era considerada por todos como defesa patriótica e emancipadora e, por isso, uma guerra justa⁵³.

3. O despoletar da guerra e a problemática da participação de Portugal

A 28 de Junho de 1914, em Sarajevo, o assassinato do herdeiro do Império Austro-Húngaro arquiduque Francisco Fernando e de sua esposa por um estudante sérvio foi o pretexto para a crise de Verão do mesmo ano dominada, na realidade, por considerações de segurança e equilíbrio de forças. Em 28 do mês de Julho, apesar da pressão inglesa, a Áustria estimulada pelo comando alemão declarou guerra à Sérvia, fazendo accionar o sistema de alianças e precipitando as nações num conflito geral. A diplomacia e hesitação dos militares e dos políticos mostraram-se totalmente incapazes de evitar a catástrofe.

A 4 de Agosto cinco impérios encontravam-se em guerra: Áustria-Hungria contra a Sérvia e o império germânico contra a França; a Grã-Bretanha e o império russo contra a Alemanha e Áustria-Hungria e os impérios francês e inglês contra a Alemanha. Era convicção dos ingleses, mas particularmente dos alemães, que o conflito se resolveria em pouco mais de seis meses.

Todas as diligências levadas a cabo por Sidónio Pais, na altura chefe de Missão de 1ª classe e ministro plenipotenciário de Portugal em Berlim, no sentido de estabelecer as melhores relações de Portugal com a Alemanha e evitar a entrada do seu país no conflito, não correspondiam à intenção do governo de Lisboa.

Em 7 de Agosto, o Chefe do Gabinete Bernardino Machado declarava no Parlamento, em nome do Chefe do Estado, do Congresso e do povo português a solidariedade, amizade e fidelidade à aliança com a Inglaterra, surpreendendo o governo britânico com a atitude tão apressada e solícita de Lisboa. O próprio secretário de Estado, Sir Crowe, declarava a Manuel Teixeira Gomes que o Foreign Office não esperava que os acontecimentos se precipitassem, atribuindo a apressada resolução do governo português a alguma acção provocatória do ministro da Alemanha⁵⁴.

Todavia não foi pacífica a tomada de decisão da entrada de Portugal na guerra. Os Democráticos liderados por Afonso Costa e grande parte dos Evolucionistas chefiados por António José de Almeida eram claramente a favor de uma intervenção imediata. Afonso Costa afirmara categoricamente no Parlamento a sua posição e a do Partido: “Temos uma aliança, e

⁵³ Ferro, 2008: 21.

⁵⁴ Ramalho, 2001: 74. Do *Livro Branco*, Doc. 17 e arquivo do MNE, Legação de Portugal em Berlim

aliança com a nobre, ativa e gloriosa nação inglesa, que entrou na luta em defesa da paz e da velha Europa”⁵⁵.

Leote do Rego confirmava as mesmas intenções: “Quem não é por nós é contra nós ... que vergonha, que ignomínia que seria, com efeito, para a República uma declaração de neutralidade”⁵⁶. Porém, os Unionistas de Brito Camacho e de Sidónio Pais sustentavam que o País deveria manter a neutralidade, isto é, esperar por um pedido da Inglaterra, invocando a velha aliança dos dois Estados. Só nesse caso Portugal deveria satisfazer o seu compromisso.

No campo da História, da Defesa e das Relações Internacionais, a problemática da participação de Portugal naquela que ficou conhecida por Grande Guerra continua, nos dias de hoje, a suscitar perguntas para as quais há necessidade de procurar explicações. Severiano Teixeira e António Telo são consensuais nas respostas às questões porque foi e como foi Portugal para a Guerra: a tese colonial, segundo a qual o país participaria no conflito para salvar as colónias; a tese europeia-peninsular, que consistia no afastamento do perigo espanhol; a conquista de um lugar no concerto das nações no fim do conflito e, finalmente, e não menos importante, a defesa do regime republicano⁵⁷. Para os republicanos radicais, particularmente Afonso Costa, Bernardino Machado e João Chagas, que viam esgotar-se pouco a pouco o seu sonho, “a guerra neste campo era uma bênção”⁵⁸.

Tanto os republicanos radicais como os moderados perceberam que as conjunturas, tanto interna como externa, estavam intimamente ligadas. Era sua convicção, pelo menos aparente, que a perda das colónias e o derrube do regime estariam condicionados à posição que Portugal tomasse em relação ao conflito e às potências vitoriosas.

Mas as “reservas” britânicas em relação ao empenho do governo português prolongaram-se até 1916. Em 6 de Fevereiro, o conselho de ministros reunido sob a presidência do Chefe do Estado resolveu fazer a requisição geral dos navios alemães nos portos portugueses. A decisão veio na sequência de um pedido de Sir Edward Grey, justificando que os navios que se encontravam nos países cuja simpatia estava com a Grã-Bretanha na sua luta com a Alemanha poderiam ser utilizados, em vez de permanecerem desaproveitados⁵⁹. Perante algumas exigências do governo de Lisboa, em 17 de Fevereiro de 1916 Sir Lancelot Carnegie pediu

⁵⁵ Ramalho, 2001: 75. Citado do jornal *O Século* de 8/8/1914

⁵⁶ Ramalho, 2001: 75. Jornal *O Século* de 23/8/1914

⁵⁷ Teixeira, 1998: 56-62.

⁵⁸ Telo, 2010: 300.

⁵⁹ *Portugal No Conflito Europeu 1ª parte* (1920: 230-232) “Documentos apresentados ao Congresso da República em 1920 pelo MNE, negociações até à declaração de guerra”, também conhecido por *Livro Branco* da 1ª Guerra Mundial, Lisboa, Imprensa Nacional.

“ao Governo da República em nome da aliança a requisição de todos os barcos inimigos ancorados em portos portugueses”⁶⁰.

Em 23 de Fevereiro foi publicado em suplemento ao *Diário da República* o diploma da requisição dos navios alemães, tendo as autoridades portuguesas tomado posse dos mesmos sem incidentes. No mesmo dia, através dos representantes de Portugal em Haia, Berna e Estocolmo, Augusto Soares fazia transmitir um telegrama ao ministro de Portugal em Berlim, Sidónio Pais, informando-o da decisão do governo de Lisboa em requisitar os navios alemães e que deveria avisar o governo germânico da resolução. A 26 de Fevereiro, através de Haia, Sidónio Pais dava conta do encontro com o secretário de Estado alemão sobre a requisição dos navios, considerando a situação extremamente grave. No dia seguinte, um protesto do governo alemão chegou ao ministro dos Negócios Estrangeiros Augusto Soares, exigindo a imediata revogação da medida. A 28, Augusto Soares recomendava a Sidónio Pais que se preparasse para uma hipótese de retirada. E em 9 de Março de 1916 a Alemanha declarava guerra a Portugal. No dia seguinte, os republicanos radicais mostraram-se eufóricos: João Chagas escreveu no seu Diário: “Aleluia! A Agência Wolff anuncia o rompimento das relações diplomáticas da Alemanha com Portugal.”⁶¹. Para os republicanos radicais era “a dádiva de Marte”.

A partir dessa data, Tancos passou a ser o núcleo central de formação base das tropas que deveriam partir para a frente da guerra no final de Janeiro do 1917. Para esse efeito, Afonso Costa mandara formar uma divisão de Instrução e duas divisões auxiliares. A primeira a partir, formada por 3 brigadas de infantaria, 7 grupos de artilharia e 4 de metralhadoras, 9 baterias de morteiros ligeiros e médios, serviços auxiliares (saúde, engenharia, transmissões e logística) teria cerca de 34 mil homens e uma reserva de 5.705⁶².

Foi bastante agitada a preparação dos militares destinados à guerra. Além da falta de condições mínimas, havia o fraco empenho dos oficiais, incluindo a sublevação de algumas companhias, bem como a propaganda antibelicista e antiafonsista. Todavia, o motivo revelador da urgência de Afonso Costa e de toda a confusão subjacente era que as tropas portuguesas partissem para a Flandres sem qualquer inspecção médica. Esta era feita apenas nos portos de desembarque em França, onde se verificou que grande número de militares estava incapaz de exercer qualquer serviço.

⁶⁰ Idem: 233.

⁶¹ Chagas, 1929: 217-219.

⁶² Telo, 2010: 377-378.

Em finais de Janeiro de 1917 embarcaram para França, a bordo de navios ingleses de acordo com a Convenção Militar de 1917 entre Portugal e o governo inglês, as primeiras tropas do Corpo Expedicionário Português (CEP), comandado pelo general Fernando Tamagnini de Abreu e Silva. Pelo mesmo acordo, a Inglaterra deveria assegurar o transporte dos militares até à linha da frente, dar-lhes formação e fornecer armamento e equipamento.

Não cabe neste estudo indicar o tipo de armamento utilizado, nem fazer uma análise extensiva do período desde a chegada das tropas à linha da frente até às vésperas de 9 de Abril de 1918.

CAPÍTULO II - PORTUGAL E A GUERRA - A POLÍTICA INTERVENCIONISTA DO PARTIDO DEMOCRÁTICO E A FRACTURA DA SOCIEDADE CIVIL E MILITAR

Neste capítulo serão abordados os fundamentos básicos da divisão da sociedade civil e militar, a política de guerra do Partido Democrático que dominava o Parlamento e o Governo, a posição dos antigueristas e a entrada na guerra. Nesta sequência, sucederam-se as primeiras fracturas na instituição militar na mobilização para Tancos e a caminho da Flandres. Oficiais e soldados não entenderam a decisão política e por isso ocorreram desordens e tumultos das tropas portuguesas nos transportes ingleses, provocando grande descontentamento no almirantado britânico. Abordar-se-á a organização do CEP na frente, o dispositivo militar, a estratégia, logística, clima psicológico e moral das tropas, as insubordinações, desobediências e deserções, a falta de oficiais subalternos, o dispositivo do CEP nas vésperas do 9 de Abril, as ofensivas alemãs a partir de 15 de Março, movimentações inimigas nas linhas da frente portuguesa, a controvérsia da rendição das tropas e a clivagem entre os oficiais do regimento de infantaria 13 de Vila Real.

1. Fractura da sociedade civil e militar

Durou pouco tempo o consenso político e ideológico da família republicana. O Partido Republicano Português, não possuindo uma doutrina oficial nem um projecto político agregadores das várias tendências proporcionou que, logo após a revolução de 5 de Outubro, se verificasse uma clara divergência não apenas na constituição do governo provisório, mas também em relação a algumas das suas medidas, particularmente quanto ao normativo da lei da Separação da Igreja e do Estado, levada a cabo pelo ministro da Justiça. Bernardino Machado e Afonso Costa dominavam o governo provisório e rapidamente começaram a ser alvo de críticas, principalmente por pretenderem integrar na República vários monárquicos que não prescindiam de conservar os seus lugares privilegiados. Além disso, muitos sectores do PRP consideravam demasiado radicais as medidas de Afonso Costa, sendo apologistas de decisões mais moderadas e conciliadoras. A lei da Separação foi, sem dúvida, a que mais polémica provocou na sociedade e a que mais dividiu os portugueses, desagradando profundamente aos católicos e monárquicos, mas também aos republicanos moderados e conservadores. Considerada como lei basilar do regime pelos radicais, tornara-se na grande questão da República. Duas concepções do homem e da vida encontravam-se agora em oposição e rapidamente entraram em conflito. Por um lado, a igreja católica tradicional e conservadora impunha o seu dogmatismo julgando-se detentora da verdade única, exigindo

obediência cega em matéria religiosa. Por outro, a ideologia maçónica sustentada na prática por princípios demonstrados pela ciência, tinha por base a libertação do espírito e a independência intelectual do homem numa concepção progressista. É nesta perspectiva político-ideológica que se entende o que António Telo (2010) caracteriza como o paradoxo da República, isto é, um regime que surge numa Europa esmagadoramente monárquica, marcada pelos impérios tradicionais e pelas monarquias, reclamando-se de princípios políticos e sociais extremamente avançados para a época, e numa das sociedades mais tradicionais do continente, esmagadoramente rural, com 80% da população analfabeta dominada por fortes traços do Antigo Regime. Como nasce, questiona o mesmo autor, esta mistura única de conceitos políticos dos mais radicais do seu tempo, ou, pelo menos, de um discurso marcado por teorias políticas radicais, na sociedade tradicional e conservadora que é o Portugal republicano? ⁶³ É absolutamente plausível a explicação de António Telo ao afirmar que num nível político a 1ª República é no essencial um momento curto de uma crise de longa duração na sociedade portuguesa, estando em causa a transição entre regimes democráticos estáveis, capazes de garantir a paz interna e as condições para um desenvolvimento sustentado⁶⁴. O historiador refere-se a uma transição de 84 anos (1890-1974) entre regimes democráticos estáveis, onde a 1ª República é uma pequena parte. A finalidade essencial da democracia, seja qual o regime em que se desenvolva, monárquico ou republicano, é garantir a paz social entre os cidadãos e o desenvolvimento sustentado. Nem a monarquia nem a república criaram as condições necessárias para atingir esses objectivos. Pelo contrário, a instabilidade parlamentar e governamental, a agitação social, o recurso sistemático à violência para resolver os conflitos sociais, os golpes e contragolpes, pronunciamentos, revoluções, batalhas de rua, vagas de assaltos, grupos de civis armados ilegais, a “formiga branca”, o olho sempre atento dos “bons primos” da carbonária, a “formiga preta” e os *trauliteiros* da monarquia eram um sinal de “guerra civil intermitente” durante a 1ª República, na expressão elucidativa de António Telo. Esta conjuntura de guerra “civil intermitente” começou a ser preparada pelo PRP na primeira década do século XX com o discurso regenerador do sistema liberal, tendo os seus pontos culminantes no assassinato do rei em 1908 e na revolução do 5 de Outubro de 1910 e que iria prolongar-se até 1927 ⁶⁵.

Hegemonizando o descontentamento e na esperança de uma vida diferente, aderiram a esse discurso a pequena burguesia urbana, as elites das profissões liberais, os intelectuais, os

⁶³ Telo, 2010: 11-12. O autor dá a resposta ao longo desta obra.

⁶⁴ Telo, 2010: 12.

⁶⁵ Telo, 2015: 230.

assalariados urbanos, caixeiros, marçanos, vendedores ambulantes, sargentos e cabos das forças armadas. Foi com esta massa de plebe republicana, com a pequena burguesia urbana e com o braço armado dos milhares de “bons primos” da carbonária que o PRP pretendeu regenerar o sistema liberal pela conquista revolucionária do poder. No discurso ideológico republicano subjazia, como objectivo de fundo, a grande tarefa emancipatória centrada no indivíduo, “a transformação do súbdito, embrutecido sob as trevas do analfabetismo, do obscurantismo religioso e da opressão monárquico-clerical, em cidadão consciente dos seus direitos e deveres”⁶⁶, deveria ser levada a cabo pela reforma da instrução pública, com especial incidência no ensino primário. O 5 de Outubro foi essencialmente uma revolução urbana no interior de Lisboa, e o bloco político republicano sentiu-se incapaz de a estender à província. Por isso, como afirma Fernando Rosas, o republicanismo sentiu-se isolado do resto do país e não conseguiu romper o cerco porque a República não tinha estratégia⁶⁷.

Foi, com efeito, esta contradição pretensamente realística que conduziu a curto e médio prazo à fractura política, ideológica, social, religiosa e militar da sociedade portuguesa. Reformas revolucionárias destinadas a um povo analfabeto e rural, de costumes medievais, arreigado a um catolicismo conservador, dificilmente produziriam efeito num país considerado de brandos costumes. Em 1926, na sua análise da situação portuguesa, o capitão David Magno fazia o mesmo diagnóstico ao afirmar que o povo português “vive com as janelas fechadas à sua existência, porque 79% dos indivíduos são analfabetos e se há escolas não há frequência de alunos porque os seus progenitores, sem recursos ou sem compreensão da utilidade da instrução, os abandonam à desmoralização da rua considerando este círculo vicioso um dos maiores infortúnios do Povo”⁶⁸. Reforçando a importância da componente educativa para o sucesso do ideário republicano, Magno mencionava Correia de Campos, coronel do Estado-Maior, professor e publicista ao afirmar: “está cada vez mais que provado que o nosso problema nacional é de natureza educativo”⁶⁹ e, referindo-se concretamente aos políticos da República, citava as palavras do grande educador americano Horace Mann: “Não pode haver republicanos, onde existir ignorância”⁷⁰. Grande parte das medidas para instrução e educação dos cidadãos não passaram do papel. Se em 1910 o analfabetismo rondava 79%, em 1927 a escritora Virgínia de Castro e Almeida escrevia no jornal *O Século*:

⁶⁶ Rosas, 2010: 39.

⁶⁷ Rosas, 2010: 72-73).

⁶⁸ Magno, 1926: 24.

⁶⁹ Magno, 1926: 26.

⁷⁰ Magno, 1926: 27.

Sabendo ler e escrever, nascem-lhe ambições: querem ir para as cidades ser marçanos, caixeiros, senhores, querem ir para o Brasil. Aprenderam a ler? Que lêem? Relações de crimes; noções erradas de política; livros maus; folhetos de propaganda subversiva. Largam a enxada, desinteressam-se da terra e só têm uma ambição: serem empregados públicos. Que vantagens foram buscar à Escola? Nenhumas. Nada ganharam. Perderam tudo. Felizes os que esqueceram as letras e voltaram à enxada. A parte mais linda, mais forte e mais saudável da alma portuguesa, reside nesses 75% de analfabetos⁷¹.

Dezassete anos após a revolução de Outubro e atingindo os fundamentos dos objectivos republicanos, era este o panorama cultural da generalidade do povo português caracterizado por uma conceituada escritora portuguesa da época, que vivera parte da sua vida na Suíça e em França.

Os sinais da clivagem do bloco político republicano do 5 de Outubro iriam ter início e concretizar-se na discussão do próprio regime a definir pela 1ª Constituição Republicana e, particularmente, no que dizia respeito à eleição do Presidente da República. Esta eleição, fortemente competitiva, veio demonstrar que a harmonia republicana da primeira década do século XX, que conduziu ao fim do regime monárquico, começava a dar sinais de que estava posta em causa, já que os republicanos se encaminhavam para uma divisão praticamente irreversível. Contudo seria de esperar que o PRP, com cerca de trinta e cinco anos de vida de enorme resistência, luta e coragem políticas e que acabava de fazer com sucesso uma revolução, fosse capaz de obter um mínimo de consenso na escolha dos elementos mais competentes para dirigir com eficácia os destinos do país, no sentido do seu desenvolvimento sustentável nos planos económico, social e cultural. Mas não foi o que aconteceu. Para a escolha do primeiro Presidente da República o Congresso dividiu-se e uma série de figuras equacionaram-se para a eleição: Anselmo Braamcamp Freire, Correia Barreto, Basílio Teles, José Relvas, Manuel de Arriaga, Bernardino Machado, Duarte Leite, Sebastião Lima e Alves da Veiga.

Manuel da Arriaga e Bernardino Machado tornaram-se nos principais candidatos, apresentando apoios e programas políticos alternativos: Arriaga era proposto pelos partidários do chefe da tendência evolucionista António José de Almeida e por Brito Camacho, o defensor de temas caros aos moderados como a conciliação nacional, o respeito pela legalidade, a ordem pública e a revisão da Lei da Separação. Bernardino Machado era apoiado pelos elementos mais radicais do PRP, chefiados por Afonso Costa. O resultado eleitoral de 24 de Agosto de 1911 deu a vitória a Manuel de Arriaga com 121 votos a favor, contra 86 de

⁷¹ Jornal *O Século*, 5 de Fevereiro de 1927.

Bernardino Machado, 4 de Duarte Leite, 1 de Sebastião de Magalhães Lima, 1 de Alves da Veiga e quatro listas em branco. Afonso Costa não perdoou a derrota imposta pelos seus correligionários e a unidade da família republicana ia-se desfazendo pouco a pouco, tornando cada vez mais complicada a consecução dos objectivos da revolução de 5 de Outubro.

Em fins de Outubro de 1911 o congresso do PRP em Braga, dominado pelos radicais e do qual aparentemente se esperava a reconciliação da família republicana, veio clarificar as ideias das várias facções que se vinham afirmando no interior do partido. Afonso Costa foi recebido e aclamado triunfalmente, afastando de todos os lugares de responsabilidade os moderados que não compareceram. O velho PRP tornara-se no partido de Afonso Costa, herdando-lhe toda a máquina e influência, passando os seus elementos a ser conhecidos por *democráticos* e o partido por *Democrático*.

Na imprensa, António José de Almeida no seu jornal *A República*, Afonso Costa no *Mundo* e Brito Camacho em *A Luta* afrontavam-se, publicitando as várias tendências e fazendo valer as suas ideias.

Depressa se afastaram do PRP, dando origem a novos partidos políticos: António José de Almeida e Brito Camacho fundaram a União Nacional Republicana. Porém, os seus dirigentes não se entenderam e a União cindiu-se em dois agrupamentos: o Partido Evolucionista, ligado a António José de Almeida e a União Republicana, tendo como caudilho Brito Camacho. O líder evolucionista apostou numa estratégia de confronto com os radicais democráticos, ciente de que não seria possível qualquer entendimento com Afonso Costa. Não deixa de ser curiosa a interpretação feita por António Telo acerca dos nomes escolhidos para os partidos: o menos democrático dos partidos republicanos passou a chamar-se Democrático; e o agrupamento que tinha menos hipóteses de unir os republicanos, Unionista⁷².

Mas as divergências no seio da família republicana não se limitaram ao campo político e ideológico. Bem cedo se começaram a verificar desavenças, não só entre políticos e militares como também no interior da instituição militar.

Uma parte significativa dos oficiais que levou a cabo a revolução do 5 de Outubro, e que se considerava como verdadeira fundadora da República, tinha sido marginalizada pelo núcleo radical do Partido Republicano, plasmado no seu protagonista Afonso Costa. Aqueles oficiais, entre os quais se encontravam os capitães-de mar e guerra António Maria de Azevedo

⁷² Telo, 2010: 172

Machado dos Santos⁷³, o 1º tenente da armada António Ladislau Parreira⁷⁴ e o capitão-tenente José Carlos da Maia⁷⁵ entendiam dever participar activamente na definição do percurso do regime, na formação do Governo Provisório e nas medidas a serem tomadas. Mas não foi assim. Relegados da cena do poder, lançaram-se na oposição chefiados por Machado dos Santos e apoiados por outros oficiais da marinha, entre os quais o capitão-tenente José Mendes Cabeçadas do Comité Revolucionário, o capitão-tenente João Fiel Stockler⁷⁶ e o capitão-tenente Tito Augusto de Moraes⁷⁷. Estes oficiais acusavam o governo de Afonso Costa de se voltar contra o povo. Machado dos Santos fundara o jornal *O Intransigente* apenas com a finalidade de atacar o ministro da Justiça e as suas medidas tomadas como governante, apoiando todos os que se manifestassem antiafonsistas.

Por outro lado, em apoio ao grupo de Afonso Costa surgiu dentro do exército um *lobby* constituído por jovens parlamentares e oficiais das forças armadas com vínculo fortes à Maçonaria e à Carbonária. Associaram-se à chamada “Jovem Turquia”, apoiada e dirigida por figuras influentes na estrutura intermédia militar, como o major Alfredo Ernesto de Sá Cardoso, major José Afonso Pala, coronel António Xavier Correia Barreto⁷⁸, capitão Álvaro Poppe⁷⁹, Manuel Luís dos Santos, capitão de infantaria Américo Olavo Correia de Azevedo⁸⁰, capitão Hélder Armando dos Santos Ribeiro, capitão Rui Ribeiro⁸¹, tenente Vitorino Máximo

⁷³ Membro do Comité Revolucionário da Marinha na Revolução do 5 de Outubro

⁷⁴ Durante o 5 de Outubro, Ladislau Parreira foi o chefe dos revolucionários republicanos da Marinha sendo nomeado comandante do quartel de marinheiros de Alcântara; deputado e senador em 1911 pelo PRP transferiu-se para a União Republicana de Brito Camacho

⁷⁵ Membro do Comité Revolucionário da Marinha no 5 de Outubro, republicano independente e deputado à AN Constituinte, viria mais tarde a aderir ao Sidonismo.

⁷⁶ Comandante de vários navios, maçom, teve um papel importante na revolução de 5 de Outubro, sendo eleito para a A.N. Constituinte pelo círculo de Faro.

⁷⁷ Tito de Moraes viria a aderir ao Partido Unionista.

⁷⁸ António Xavier Correia Barreto foi iniciado na Loja Portugal e participou nas lutas políticas com Afonso Costa, em 1908, tendo feito parte do Directório do PRP. Esta situação em convergência com a invenção da pólvora sem fumo, que viria a ser conhecida por Pólvora Barreto, terá contribuído, para a sua nomeação como Ministro da Guerra do Governo Provisório da República, então com o posto de coronel.

⁷⁹ Álvaro Poppe estudou na Escola do Exército, pertencendo à arma de Cavalaria. Colaborou na propaganda antimonárquica, chegando a ser preso juntamente com Afonso Costa e Egas Moniz, após o 28 de Janeiro de 1908. Participando activamente na revolução do 5 de Outubro, colaborou com Correia Barreto na reorganização do Exército, sendo um dos fundadores dos Jovens Turcos. Defendeu a participação de Portugal na Guerra e interveio no movimento de 14 de Maio de 1915. Eleito deputado nas listas do Partido Democrático, abandonou o cargo partindo para França como comandante de um grupo de esquadrões de cavalaria.

⁸⁰ Capitão de Infantaria, Américo Olavo Correia de Azevedo deputado do Partido Democrático

⁸¹ Hélder Armando dos Santos Ribeiro fez o curso de Infantaria e do Estado Maior da Escola do Exército; era tenente em 5 de Outubro de 1910; foi promovido a capitão em 1914, a major em 1917, ajudante de campo do ministro da Guerra, Correia Barreto, adjunto do estado-maior do quartel-general da divisão de instrução até à sua transformação em força expedicionária a França; comandante do

de Carvalho Guimarães ⁸² e o tenente Álvaro Xavier de Castro⁸³. Perante o contexto progressivo de mal-estar e de divisionismo no interior da instituição militar, o grande problema que se colocava ao novo regime, como afirma António Telo, era o que fazer das Forças Armadas e de Segurança herdadas da monarquia, já que qualquer dirigente republicano minimamente consciente não podia confiar na maioria do corpo permanente de oficiais. Além disso, tanto a Guarda Municipal como a Guarda Fiscal tinham-se destacado activamente no combate aos republicanos, particularmente durante a revolução do 5 de Outubro⁸⁴.

No sentido de melhor se compreender o modo como as clivagens dentro da instituição militar se foram acumulando ao longo da toda a primeira República, agravando-se particularmente com a decisão política de levar Portugal para a guerra até atingirem o seu clímax em 28 de Maio de 1926, entende-se indispensável recuar às primeiras reformas preconizadas pelos políticos e militares no poder.

A republicanização do exército seria um dos objectivos e um dos suportes considerados essenciais para a construção e consolidação do novo regime. Os republicanos entendiam que o modelo de um corpo de oficiais profissionais, concebido para servir a monarquia e proveniente das elites sociais, deveria ser compensado pela criação de um quadro de oficiais milicianos saídos das classes médias urbanas. Segundo Telo, a resposta republicana era simples: “criar uma força realmente do cidadão soldado onde as classes médias urbanas dominem através do corpo de oficiais milicianos e onde o corpo profissional esteja reduzido ao mínimo” ⁸⁵.

A República trazia consigo um novo paradigma para a instituição militar: liquidar o velho modelo de exército profissional e permanente da monarquia e substituí-lo por um exército miliciano que lhe garantisse confiança e segurança. Nesse sentido, o Presidente da República Teófilo Braga indicou o coronel António Xavier Correia Barreto para ministro da Guerra a fim de levar a cabo a tarefa de uma nova Organização Geral do Exército (OGE). O ministro,

Batalhão de Infantaria 23 na Primavera de 1918; em Maio e Junho de 1918, chefe do Estado Maior Interino do CEP, em França; tinha ligações a Cândido dos Reis, João Chagas e Sá Cardoso; exerceu funções de ministro da Guerra em 1919 e 1924-1925. Entre 1910 e 1915 foi eleito deputado nas listas do Partido Democrático.

⁸² Vitorino Máximo de Carvalho Guimarães frequentando a Escola do Exército foi promovido a tenente em 1907 e a capitão em 1913. Filiou-se no PRP (Partido Democrático) fazendo parte do Directório entre 1912 e 1916. Integrou o Comité Militar para a proclamação da República, sendo eleito deputado em 1911.

⁸³ Advogado e oficial de infantaria, deputado na Constituinte pelo PRP, passou como ministro pelas pastas da Justiça e das Finanças e da Guerra; participou na revolução de 14 de Maio; As patentes referidas a estes oficiais eram as que possuíam nessa data, 1911.

⁸⁴ Telo, 2010: 359.

⁸⁵ Idem.

rodeando-se de homens da sua confiança política e militar e de elevada estatura profissional e intelectual, nomeou uma comissão de reorganização do exército presidida pelo general José Estêvão de Moraes Sarmiento incluindo muitos oficiais radicais da “Jovem Turquia”, de raiz maçónica, que tinham desempenhado um papel essencial na revolução do 5 de Outubro e muitos dos quais tinham sido eleitos para a Assembleia Constituinte. A influência que os “Jovens Turcos” exerciam, tanto no Parlamento e no Partido como dentro dos quartéis, era considerada fundamental para o êxito da reestruturação do sistema militar. O projecto político republicano ia criando as condições para o aparecimento no meio militar de uma vaga de fundo oposicionista.

Embora as primeiras reformas tivessem início com o decreto-lei 23 de Janeiro de 1911 sobre o “Regulamento de Disciplina Militar” e com o decreto de 4 de Fevereiro de 1911 que alterava o “Regulamento para a Concessão da Medalha Militar”, os pilares essenciais com que Xavier Barreto e os seus correligionários procuraram mudar tudo rapidamente foram os decretos, com força de lei, de 2 de Março de 1911 sobre a “Lei do Recrutamento” e os de 25 de Maio de 1911 sobre a “Organização Geral do Exército” e a “Organização da Escola de Guerra”. Conscientes da resistência da alta hierarquia militar às reformas preconizadas, os “Jovens Turcos” tentaram inverter todo o esquema da hierarquia castrense, vendo-se o ministro da Guerra forçado a recorrer à autoridade maçónica no sentido de “criar uma base social de apoio ao movimento republicano dentro do oficialato que de outro modo não seria fácil de obter”, como refere Paulo Pinto⁸⁶.

Não será de estranhar a substituição da hierarquia militar pela maçónica, uma vez que se tratava de um grupo de homens, muitos deles oficiais subalternos promovidos posteriormente, com antecedentes de quebra na chefia militar e claramente sós numa instituição que lhes era francamente hostil⁸⁷. A instituição militar anterior não era marcadamente republicana, apesar de uma boa parte dos oficiais progressistas ter aderido e até filiado posteriormente no PRP. A República não confiava nas forças armadas e muito menos nas Forças de Segurança, organizações que deveriam ter o monopólio da violência, como afirma António Telo, sendo necessário, nestas circunstâncias, que os republicanos fomentassem uma organização armada e politizada civil que vigiasse as forças armadas, anulando qualquer reacção dominante no corpo de oficiais do exército⁸⁸. Por isso era indispensável manter a instituição militar “em vigilância apertada, operação em que se destacaram os sargentos, cabos e praças,

⁸⁶ Rosado, 2009: 93 e Pinto, 2002: 65 e 93.

⁸⁷ Rosado, 2009: 95.

⁸⁸ Telo, 2010: 162-163.

mas também os carbonários, os grupos de defesa da república, todo o tipo de milícias armadas, designado normalmente por “formiga branca”, chegando mesmo a humilhações públicas dos oficiais suspeitos e ao confronto físico”⁸⁹. Foram vários os oficiais a protestar contra esta inversão dos valores levada a cabo pelos radicais republicanos, que promovia a subversão hierárquica da instituição militar. Perante uma instituição que primava pela ordem institucional, disciplina, obediência e lealdade, dificilmente os seus elementos adeririam a um regime onde predominasse a instabilidade, a desordem e a humilhação dos militares, como lamentava Pimenta de Castro: “quando bandos de soldados, cabos e sargentos se passeavam nas ruas como donos e senhores, mandando parar oficiais e obrigando-os a dar vivas à República”⁹⁰. Mas o que preconizavam os referidos decretos acerca das reformas das forças armadas que provocariam a instabilidade? Propunham, na sua essência, o fim de um exército permanente ou a sua redução ao mínimo e a adopção da forma miliciano, aproximada ao modelo suíço.

Teoricamente, os autores do projecto reformista pretendiam organizar uma verdadeira força armada, capaz de responder a qualquer agressão, uma vez que o exército mantido pelo regime monárquico “estava muito longe de poder satisfazer a defesa da pátria”, sendo “um pseudo-exército permanente que a monarquia supunha erroneamente que um regime se sustenta só com baionetas”⁹¹. Criticava-se fortemente a estrutura militar monárquica, acusando os governos anteriores de não enveredarem para o caminho de uma nação armada por nela verem um perigo para a sua integridade, atestando serem imobilistas os exércitos permanentes, “que tiveram o seu tempo, mas que eram instituições liquidadas. Doravante um exército não poderia ser propriedade exclusiva de militares profissionais”⁹².

O projecto republicano, com as leis do Recrutamento, da Organização Geral do Exército e da Escola de Guerra, não era mais do que um processo de liquidação das Forças Armadas monárquicas sob o pretexto de as transformar numa “grande massa da nação”. Afinal para a defesa da nação e do regime era absolutamente necessário colocar, na hierarquia militar e dentro dos quartéis, homens de confiança que dessem garantias da execução do projecto político republicano radical, nem que para isso fosse necessário recorrer a grupos de civis armados. Perante esta atitude dos revolucionários republicanos, era evidente que o conflito se iria instalar no seio da instituição militar.

⁸⁹ Santos, 2010: 80.

⁹⁰ Santos, 2010: 80.

⁹¹ AHM, Ordens do Exército, Janeiro-Junho de 1911, 1ª Série, 3ª Divisão, 3ª Secção, 4D/123, ordem nº 5, Lei do Recrutamento, p 144.

⁹² Idem.

2. A Lei do Recrutamento e a Organização Geral do Exército

Na análise conceptual e ideológica do preâmbulo do diploma de 2 de Março de 1911 relativamente à Lei do Recrutamento verifica-se, não só uma clara demarcação referente ao sistema militar monárquico, como também uma forte crítica à sua inutilidade como objecto de defesa da pátria. Afirma-se logo no início que a “nova organização das sociedades encontra na sua feição essencialmente democrática a melhor arma contra as anacrónicas doutrinas do particularismo militarista”⁹³ e não com “grandes aglomerações de homens armados, chamados exércitos permanentes”, declarando peremptoriamente que “o exército permanente deve considerar-se uma instituição liquidada”⁹⁴. Nesse sentido, segundo o mesmo decreto, a melhor forma de responder às necessidades de defesa da pátria seria a redução do serviço efectivo, o aperfeiçoamento da organização das reservas e a adopção do sistema miliciano. Condenava-se, assim, o carácter permanente e profissional do exército, herdado do regime deposto para dar lugar ao exército miliciano massificado e democratizado. Estas medidas assentavam em cinco pontos essenciais: impossibilitar a remissão pecuniária do serviço militar, reduzir o tempo de serviço efectivo nas fileiras, alterar e aperfeiçoar a organização das reservas, estabelecer os períodos de preparação militar anteriores e posteriores ao serviço militar e, finalmente, a parte substancial do decreto: tornar obrigatório o serviço militar no exército metropolitano. Para os reformadores, o que estava em causa era o novo conceito teórico de defesa nacional, isto é, perante o “magno problema de defesa nacional” era indispensável pôr fim a um exército permanente, sem qualquer preparação para a guerra, “despi-lo do rotineiro espírito de seita, deixar de constituir uma casta à parte” para o transformar numa “grande massa da nação”⁹⁵, pronta para a sua grande tarefa: a defesa da integridade nacional, onde quer que se torne necessária e constituindo a sua missão patriótica. Nesse sentido, seria indispensável recorrer a toda a população válida para se chegar à “nação em armas condição *sina qua non* para o êxito”⁹⁶. Para a consecução desse objectivo, seria fundamental impor o serviço pessoal e obrigatório, “forçando todos, sem distinção de classes, nascimento, fortuna ou profissão, a passar pelas fileiras, como escola da nação”⁹⁷. Antes de fazerem parte da primeira linha do exército era necessário, segundo os autores do diploma, incutir nos

⁹³ AHM, Ordens do Exército, Janeiro-Junho de 1911, 1ª Série, 3ª Divisão, 3ª Secção, 4D/123, ordem nº 5, Lei do Recrutamento, p. 144.

⁹⁴ Idem.

⁹⁵ AHM, Ordens do Exército, Janeiro-Junho de 1911, 1ª Série, 3ª Divisão, 3ª Secção, 4D/123, ordem nº 5, Lei do Recrutamento p. 144.

⁹⁶ AHM, Ordens do Exército, Janeiro-Junho de 1911, 1ª Série, 3ª Divisão, 3ª Secção, 4D/123, ordem nº 5, Lei do Recrutamento, p. 14.

⁹⁷ Idem.

mancebos o interesse pela defesa nacional, preparando-lhes o espírito e o corpo para mais tarde serem bons soldados. Com esta finalidade determinava-se que a obrigatoriedade do serviço militar deveria iniciar-se aos dezassete anos, embora a incorporação no activo apenas se efectuasse aos vinte.

As críticas e apreciações negativas sobre a estrutura e funcionamento do sistema militar anterior plasmadas na Lei do Recrutamento e no decreto da OGE provocaram, como seria de esperar, um efeito negativo numa grande parte dos oficiais do quadro permanente, conduzindo a uma forte resistência e contestação das medidas preconizadas. Muitos desses oficiais, que tinham participado nas expedições a África e combatido heroicamente na defesa e pacificação do império, viam agora a sua missão considerada como inútil pelos reformadores da República, o que constituía um grande passo para uma rotura dentro da instituição.

Na linha ideológica da Lei do Recrutamento foi redigido e publicado o decreto de 25 de Maio do mesmo ano sobre a OGE. Tinha como subjacente a filosofia do anterior, isto é, censurar o sistema militar monárquico acusando-o de anacrónico, nulo, incapaz de satisfazer as necessidades da defesa da pátria e de proceder às reformas julgadas necessárias pelos republicanos. No preâmbulo, encontravam-se definidos os objectivos da nova Organização Geral do Exército: supostamente inspirados no conceito maquiavélico de que “a guerra é a história do género humano”⁹⁸, os reformadores pretendiam organizar uma “verdadeira força armada” capaz de responder a qualquer agressão, já que o exército mantido pelo regime monárquico “estava longe de satisfazer a defesa da pátria”⁹⁹. Para isso, entendiam ser necessário “modificar e actualizar as instituições militares de forma a integrá-las completamente na obra da República, que é a grande obra da Pátria”¹⁰⁰.

De acordo com a ideologia republicana, a democratização da sociedade deveria estender-se igualmente às forças armadas ao “abrir as largas portas dos quartéis para por elas entrarem todas as energias necessárias à defesa da Pátria que o Exército reúne, identifica, instrui e prepara para a grande obra da constituição da defesa nacional”¹⁰¹.

Tal como na Lei do Recrutamento condenava-se o oficialato monárquico, “essas mentes brilhantes que, isolando-se de toda a vida nacional se dedicavam exclusivamente à prática de

⁹⁸ AHM, Ordens do Exército, Janeiro a Junho de 1911, 1ª Série, 3ª Divisão, 3ª Secção, 4D/123, ordem nº 11, Organização Geral do Exército, p. 572.

⁹⁹ Idem.

¹⁰⁰ AHM, Ordens do Exército, Janeiro a Junho de 1911, 1ª Série, 3ª Divisão, 3ª Secção, 4D/123, ordem nº 11, Organização Geral do Exército, p. 572.

¹⁰¹ AHM, Ordens do Exército, Janeiro a Junho de 1911, 1ª Série, 3ª Divisão, 3ª Secção, 4D/123, ordem nº 11, Organização Geral do Exército, p. 573.

exercícios com o fim de habituar o homem aos rudes trabalhos do campo”. Rejeitando um “pseudo-exército permanente que a monarquia supunha erroneamente ser a sua guarda pretoriana, na consciência de que um regime se sustenta só com baionetas”¹⁰², as reformas a efectuar contrapunham uma alteração profunda, pode-se dizer revolucionária, na organização da estrutura militar, isto é, um exército aberto ao povo, à democracia, a todas as energias da sociedade necessárias a uma “nação armada”.

Com essa finalidade foram criadas as várias instituições de ensino militar: a Escola de Guerra em Lisboa, estabelecimento de ensino superior, e as de instrução militar constituídas pelas escolas de recrutas, repetição e de quadros. Destas faziam parte as escolas preparatórias de oficiais milicianos e a escola central de oficiais, que tinha como objectivo preparar os tenentes, capitães e majores, quer milicianos quer dos quadros permanentes, para o posto imediato. O artigo 427º do referido decreto definia claramente que a classe de oficiais se dividia em oficiais do quadro permanente e oficiais milicianos.

Na concepção teórica dos reformadores, para a adopção do modelo helvético do sistema militar o oficialato miliciano constituiria, não só uma garantia de fidelidade ao regime, mas também de consolidação do ideário republicano. Não era qualquer militar que poderia aceder às Escolas de quadros. O artigo 426º do decreto sobre a Organização Geral do Exército estabelecia quem poderia aceder a esta instituição: “Os comandantes do regimento, batalhão, grupo, companhia, esquadrão ou bateria deverão propor por sua iniciativa, para serem chamados para as respectivas escolas de quadros, os militares que satisfaçam às condições literárias, profissionais e de aptidão necessárias para virem a fazer parte dos quadros do exército”¹⁰³. Por isso, é de salientar a importância dada às escolas preparatórias de oficiais milicianos criadas pelo país: no Porto, Coimbra e Lisboa para a arma de infantaria, em Torres Novas para a arma de cavalaria e em Vendas Novas para a de artilharia, citando apenas as que mais interessam para este estudo. Nestas escolas era ministrada aos sargentos a instrução teórica e prática indispensável para a promoção a alferes miliciano das diversas armas e serviços. Embora a formação destes oficiais estivesse a cargo de militares do quadro, gozavam de um estatuto menor em termos de promoções, continuidade na carreira e práticas militares, como exercícios e trabalhos de campo junto dos soldados. Não deixavam, todavia, de constituir uma classe concorrencial aos oficiais do quadro permanente que nem sempre viam

¹⁰² Idem.

¹⁰³ AHM, Ordens do Exército, Janeiro a Junho de 1911, 1ª Série, 3ª Divisão, 3ª Secção, 4D/123, ordem nº 11, Organização Geral do Exército, p. 575.

com bons olhos, até mesmo com algum incómodo, os sucessos dos oficiais milicianos¹⁰⁴. O caso do capitão David Magno, voluntário com origem na Escola de Sargentos, é um exemplo típico, entre muitos outros, de antipatia ou mesmo de rivalidade dos oficiais do quadro permanente para com os oficiais milicianos, em nada contribuindo para a boa harmonia, camaradagem e sucesso da missão militar das unidades em que se encontravam integrados¹⁰⁵.

A documentação existente sobre a acção de David Magno, tanto em África como durante e depois da intervenção de Portugal no conflito de 1914-1918, permite analisar de forma sustentável as contradições e dilemas criados, não só com a reestruturação do exército como igualmente pela forma como o poder político forçou a beligerância. Os ataques cerrados dos reformadores aos oficiais do quadro permanente e a sobrevalorização de alguns militares milicianos produziram um efeito perverso sobre todos os oficiais que não eram de carreira.

3. A Escola de Guerra

Na mesma perspectiva foi transformada a velha Escola do Exército, criada em 1837, em Escola de Guerra. Confirmando a adopção miliciana da nova instituição militar, o preâmbulo da sua criação definia as metas a atingir com o novo estabelecimento de ensino militar. Dando prioridade ao exército em detrimento da armada, a Escola de Guerra deveria preparar todos os oficiais de carreira, não só os incumbidos dos altos comandos como também os comandados com maior responsabilidade para serem instrutores e educadores dos quadros, “espelho dos seus camaradas milicianos e a fiança do exército”¹⁰⁶. Impunha-se por isso que o ensino na referida escola não se limitasse às ciências militares, mas que fosse alargado às ciências sociais, tornando os oficiais mais aptos a “ser verdadeiros educadores do povo”¹⁰⁷. Era a concepção de um exército novo, democrático, vocacionado não apenas para a prática da guerra, a defesa da paz e a segurança dos cidadãos, mas também para a educação do próprio povo. O que estava subjacente a esta mudança era um novo conceito de ética militar: o conceito ético de “espírito guerreiro” do militar monárquico alterava-se simplesmente para o de “espírito militar”, conferindo à instituição castrense uma intervenção cívica como

¹⁰⁴ Situação semelhante havia de verificar-se décadas mais tarde, durante a “guerra colonial” com a criação dos Cursos de Oficiais Milicianos (COM) e Cursos de Comandantes de Companhia (CCC) na Escola Prática de Infantaria (EPI) em Mafra.

¹⁰⁵ A relação pouco simpática entre oficiais do quadro permanente e milicianos iria acontecer igualmente durante o período da guerra colonial.

¹⁰⁶ AHM, Ordens do Exército, Janeiro a Junho de 1911, 1ª Série, 3ª Divisão, 3ª Secção, 4D/123, ordem do Exército nº 12, preâmbulo da Escola de Guerra, p. 807.

¹⁰⁷ Idem.

formadora do “cidadão-soldado”, “tornando o oficial mais apto a ser o verdadeiro educador do povo”¹⁰⁸.

Porém, apesar do movimento republicano se encontrar agora no topo da hierarquia militar, as reformas tentadas por Correia Barreto e pela “Jovem Turquia” encontraram, como era previsível, forte oposição da estrutura hierárquica tradicional, particularmente nos oficiais gerais e oficiais superiores do exército, favorecida pela adesivagem monárquica, embora alguma camuflada de republicana. Considerada reaccionária a estrutura militar anterior, os “Jovens Turcos” trataram de a dominar instituindo os corpos de oficiais e sargentos milicianos, facilitando a entrada da “formiga branca” nos quartéis. Foi nesse sentido que a nova Organização Geral do Exército transformou a Escola do Exército em Escola de Guerra e criou as escolas de oficiais milicianos.

O princípio de helvetização de um exército sem recursos, pouco instruído e contra a vontade do seu núcleo profissional faz remeter para o já citado paradoxo de António Telo: como é que “um regime político, com um discurso muito avançado, nasce numa das sociedades mais tradicionais do continente, esmagadoramente rural, com 80% da população analfabeta e com fortes traços de Antigo Regime”¹⁰⁹. E realçando a ideia, o mesmo historiador questiona: “Como nasce uma mistura única... de um discurso marcado por teorias políticas radicais, na sociedade tradicional e conservadora que é Portugal republicano”?¹¹⁰. Também o capitão David Magno, a propósito da adopção do modelo suíço, registava a grande diferença entre o povo suíço e o português. Apesar de considerar que “o regime miliciano é uma obra apreciável da República, carece ainda de radicais modificações”, isto é, “falta aos jovens educação intelectual, física e moral para a defesa da pátria, o mesmo não acontecendo com os habitantes da Suíça, que têm uma grande preparação cívica e de tiro”¹¹¹.

É nesta perspectiva que converge o problema do sucesso ou insucesso das reformas que se pretendiam executar. Atacar severamente o sistema anterior, atingindo a honra e o prestígio da hierarquia militar e o seu espírito de corpo, particularmente aqueles que ainda se encontravam no activo, era colocá-los num dilema: reconhecer a sua inutilidade como defensores da pátria durante a monarquia, aceitando a sua integração no novo sistema conceptual e ideológico das forças armadas, ou resistir firmemente, lutando pela dignidade profissional com todas as consequências. É o que se deduz ao longo deste estudo. As

¹⁰⁸ Idem.

¹⁰⁹ Telo, 2010: 12.

¹¹⁰ Idem.

¹¹¹ Magno, 1926: 70 e 103.

sucessivas decisões do poder político, de ordem interna ou no campo da diplomacia internacional, constituíram a principal fonte resistência das forças armadas ao seu aniquilamento. Os políticos radicais abriam o caminho para a desagregação na instituição militar.

4. O Partido Democrático e a guerra; guerristas e antiguerristas; os primeiros sintomas de desagregação das Forças Armadas; o caso do major Craveiro Lopes, o governo de Pimentade Castro o 14 de Maio de 1915.

De facto o governo do 5 de Outubro era dominado pela aliança de Afonso Costa, Bernardino Machado e os Jovens Turcos, cuja doutrina republicana para as forças armadas planeava adoptar o sistema miliciano na organização do Exército, tomando como modelo a do exército suíço. Porém esta reforma, fundamentada no princípio da helvetização aplicada a um exército sem recursos, pouco instruído e contra a vontade do seu núcleo profissional, estaria inevitavelmente votada ao fracasso. Afinal não se verificaram grandes mudanças na hierarquia militar e o tão criticado “quadro permanente” do sistema anterior iria continuar a existir e a ser reforçado pela Escola de Guerra. As críticas das revistas profissionais, particularmente a de *Infantaria* de Junho a Dezembro de 1911 e a de *Artilharia* de Janeiro de 1912, salientavam a necessidade de manutenção de um quadro permanente mínimo, pondo em dúvida a capacidade de oficiais em enquadrar as novas unidades em tempo de paz. As expedições a África e as incursões monárquicas exigiam um corpo de oficiais permanente que pudesse ser chamado a cada momento. Por isso, grande parte das reformas não iriam além do papel. O mesmo aconteceria com o programa naval da República que não passaria de “um sonho que ninguém minimamente informado sobre a realidade podia levar a sério”¹¹² fazendo com que, ao rebentar a guerra na Europa, nem o exército nem a armada estivessem preparados. O cepticismo de muitos oficiais do corpo profissional permanente em relação à concretização das reformas das Forças Armadas, particularmente quanto à eficácia do modelo miliciano justifica de certo modo que, até final de 1911, apenas trinta oficiais pedissem a demissão, seis desertassem e muitos outros viessem a participar em golpes contra o regime.

Nos primeiros anos da República, particularmente entre 1911 e 1913, não considerando as movimentações monárquicas que não constituem objectivo deste estudo, verificaram-se entre os militares levantamentos e revoltas de norte a sul do país, envolvendo quase todas as forças do exército. Grande parte destas manifestações conjunturais não teriam como alvo principal a

¹¹² Telo, 2010: 367.

reposição do regime monárquico, mas lutar fundamentalmente pela dignidade e prestígio da instituição militar.

As forças armadas encontravam-se no início de um processo complexo de instabilidade e de ruptura, no confronto entre uma instituição tradicionalmente conservadora e um regime radical e revolucionário que conduziria, sem dúvida, à queda do próprio regime se as conjunturas não se invertessem, o que não aconteceu. Seria uma questão de tempo. Os governos liderados pelo Partido Democrático ainda tentaram mitigar o mal-estar entre os militares através de algumas medidas favoráveis à renovação das forças de terra e mar, tais como a criação de um fundo anual destinado a pagar um empréstimo para rearmar o exército e a armada, assim como a Lei de Meios que “mandava reservar a importância de 2500 contos exclusivamente aplicável a despesas com a defesa nacional”¹¹³. Porém, as incursões monárquicas e particularmente a decisão de levar Portugal para a guerra aniquilaram, não só grande parte das reformas, como tornaram irreversível a fractura entre as forças armadas e o regime e o divisionismo no seio da instituição.

A posição dos republicanos radicais no poder perante o primeiro grande conflito mundial veio agravar irremediavelmente a já tão dividida sociedade portuguesa, marcando igualmente uma nova fase nas relações entre a instituição militar e o novo regime. No sentido de melhor compreender o enquadramento da posição do governo português sobre a entrada de Portugal no conflito, particularmente com a mítica justificação da defesa do império colonial, considera-se importante neste estudo recuar ao início da segunda década do século XX e observar, mesmo superficialmente, o contexto político e militar em que se envolviam as duas grandes potências europeias, a Inglaterra e a Alemanha.

A conjuntura política desse período e as relações entre os dois países condicionavam a própria política interna portuguesa, pondo em causa efectivamente a manutenção do seu império colonial. Desde a Conferência de Berlim que a Alemanha assumira uma posição divergente das outras potências europeias em relação a África. A política de expansão, não só na Europa como no domínio de “esferas de influência”, marcada pela aquisição de pontos de apoio em várias partes do mundo, a *Weltpolitik*, tornava-se não só necessária como legítima para os alemães. A sua ambição pelo domínio de zonas estratégicas no Atlântico sul, e particularmente em África, seria não só um campo extenso para o comércio universal da Alemanha como também restringia ao sul o poderio colonial britânico. Esta apetência recairia forçosamente sobre o mais fraco, Portugal, pondo em perigo as suas colónias. Por outro lado,

¹¹³ Medeiros Ferreira 2003: 268.

o ritmo crescente da construção naval alemã, baseado no projecto Tirpitz, provocara uma alteração no equilíbrio naval europeu agudizando a rivalidade anglo-alemã. A partir de 1912 verificou-se um aumento ainda maior na construção de *destroyers* e submarinos, cujo objectivo seria atingir a capacidade militar naval igual ou superior à da Inglaterra. Os responsáveis ingleses compreendiam que o domínio naval era vital para o seu país e sabiam que se tornava difícil acompanhar o ritmo das construções alemãs. A solução para o governo britânico era fazer parar ou limitar a construção naval alemã, condição indispensável para um bom entendimento geral entre os dois países. Perante esta situação, a hipotética via encontrada pelas duas potências consistiu em recorrer à fracassada e conhecida Convenção anglo- alemã de 30 de Agosto de 1898 e à chamada Convenção Secreta¹¹⁴.

Foi neste sentido que a Inglaterra aceitou negociar com a Alemanha as colónias portuguesas, tendo por base a Convenção de 1898. As negociações, que se pretendiam secretas, decorreram entre 1912 até 1914 e só não se concretizaram porque os interesses dos dois países se incompatibilizaram e as negociações foram interrompidas devido ao começo da Primeira Guerra Mundial. Embora não seja objecto deste estudo a análise aprofundada do conteúdo subjacente às Convenções Secretas de 1898 e 1912 entre a Alemanha e a Inglaterra, não será de todo descabido referir-se a posição do governo português e dos seus principais embaixadores durante o percurso das referidas negociações, particularmente em Londres e Berlim, respectivamente Manuel Teixeira Gomes e Sidónio Pais. Como já se referiu, a guerra do Transval entre boers e ingleses no final da década de 90 do século XIX conduziu em 1899 ao Tratado de Windsor, pelo qual Portugal se obrigava a não declarar a neutralidade naquele conflito, a proibir o transporte de armas para o Transval e a permitir aos ingleses a passagem de tropas por Lourenço Marques e a Beira. A Inglaterra, por seu lado, comprometia-se a garantir a integridade territorial portuguesa, tanto no continente como nas colónias¹¹⁵.

Em 1912, estando em risco o domínio britânico do Atlântico devido à concorrência naval alemã, a Inglaterra aceita negociar com a Alemanha as colónias portuguesas: a Alemanha acabaria com a corrida naval e a Inglaterra abandonaria a política de aliança com a França e a Rússia e aceitaria a expansão do Império alemão, como conclui António Telo em *Os Açores e o Controlo do Atlântico* (1993)¹¹⁶. A Inglaterra sabia muito bem que esta expansão seria feita a troco dos territórios de Portugal em África. Porém, os interesses da Coroa britânica suplantaram sempre qualquer outro, decalcando afinal a fórmula bismarckiana “quando o

¹¹⁴ Sobre este assunto ver Ramalho, 2001: 59.

¹¹⁵ Ramalho, 2001: 60.

¹¹⁶ Ramalho, 2001: 62.

poder da Prússia está em causa, não conheço outro direito”¹¹⁷. Na transição para um novo sistema internacional no princípio do século XX, o centro das relações entre a Inglaterra e Portugal passara da África austral para o Atlântico tornando-se os Açores, tal como outros portos portugueses, na base da política externa portuguesa. Eram pontos estratégicos essenciais do controlo do Atlântico pelos britânicos, situação que não fora alterada com o novo regime.

Para o governo inglês, e perante uma situação política ainda muito indefinida que se verificava em Portugal em que o radicalismo ideológico e político estava a ganhar força nos vários sectores da sociedade, não seria de todo conveniente que viessem para a praça pública as novas negociações sobre a hipoteca das colónias portuguesas. Seria necessário manter todas as diligências em segredo, tanto do lado inglês como do alemão, no sentido de não provocar protestos diplomáticos e de rua, como acontecera em 1888 com o boato que correu em Lisboa da venda de Lourenço Marques à Inglaterra e com o ultimato inglês, em 1890. Embora nenhuma das partes assumisse a responsabilidade da iniciativa e da sua veracidade, na imprensa alemã foi surgindo uma vaga de fundo que dava conta de existirem debates e conferência para negociações e acordos entre a Inglaterra e a Alemanha acerca da partilha dos territórios portugueses.

Quando o tema chega de facto aos jornais em Fevereiro de 1913, particularmente aos alemães, são os embaixadores portugueses que mais sentem o incómodo pela situação e que diligenciam junto dos governos desses países no sentido de pedir esclarecimentos. Sidónio Pais, embaixador em Berlim, solicitou de imediato uma explicação ao governo alemão sobre o assunto, sendo-lhe afirmado pelo subsecretário de Estado Zimmermann que não existia qualquer acordo entre a Alemanha e a Inglaterra sobre essa questão. De facto ainda não existia, mas para Sidónio o acordo estava a ser preparado e sentia-se na obrigação de o denunciar ao seu governo. Por isso, perante a insistência da imprensa alemã e londrina sobre uma Conferência Internacional para os assuntos coloniais entre as duas potências, o embaixador português viu-se obrigado a pedir explicações ao ministro dos Negócios Estrangeiros alemão. Este, numa audiência particular a Sidónio, “opôs um desmentido formal aos boatos publicados em jornais sobre a realização de uma conferência acerca dos assuntos coloniais, bem como sobre acordos ou negociações existentes entre a Alemanha e a Inglaterra em relação a domínios portugueses em África”¹¹⁸ afirmando que “as relações do seu país com Portugal

¹¹⁷ Ramalho, 2001: 61.

¹¹⁸ Ramalho, 2001: 64.

nunca estiveram tão boas. Zimmermann transferia para o governo inglês a responsabilidade de comunicar ao governo português qualquer acordo entre os dois países sobre aquele assunto”¹¹⁹.

Também Teixeira Gomes encarava com apreensão os rumores da imprensa londrina sobre o assunto. A situação era embaraçosa para o representante de Portugal junto do governo de Londres ao ler na imprensa as movimentações diplomáticas da velha aliada, a quem os governos portugueses manifestaram sempre a mais completa fidelidade, no sentido de negociar secretamente uma parte do território português. Perante o pedido de esclarecimento ao governo inglês sobre o assunto, também o subsecretário de Estado Sr. Crowe respondeu inicialmente, a 19 de Fevereiro de 1913, a Teixeira Gomes “que os sentimentos para com os aliados lhe não permitiriam fazer tratado que de modo algum afectasse a integridade ou soberania das nossas colónias”¹²⁰. Porém, a 21 do mesmo mês, perante a insistência dos jornais, o mesmo subsecretário comunicava numa audiência a Teixeira Gomes que afinal havia efectivamente uma negociação pendente para remodelar o tratado anglo-alemão de 1898, sem alterar o carácter primitivo, mas quando o tratado fosse assinado Sir Edward Grey daria de antemão conhecimento ao governo português. Avisava ainda o diplomata português de que aquelas declarações eram estritamente confidenciais¹²¹. Pelas informações chegadas a Lisboa pelo embaixador português em Londres, a Inglaterra estava mesmo na disposição de realizar e materializar o acordo com a Alemanha no sentido de travar a sua construção naval, nem que para isso tivesse de sacrificar as colónias africanas da sua velha aliada. Mas como o assunto era melindroso, para não gerar grande alarme começaria por um acordo de domínio de “esferas de influência” que Portugal deveria assinar. Depois do acordo final, seria apresentado a Portugal como um facto consumado. As preocupações dos dois embaixadores portugueses eram efectivamente reais e justificadas.

O mesmo entendimento não era partilhado pelo governo Democrático no poder em Lisboa, e a sua atitude constitui mais um paradoxo relativamente à questão colonial. Preocupados com demasiados problemas da política interna e com receio de não melindrar a velha Aliada, os ministros portugueses desdobraram-se em afirmar que tudo não passaria de “sinistras insinuações atribuídas à Inglaterra e à Alemanha e que o governo tinha prova evidente de que a malevolência era a principal fonte desses boatos”¹²². Assim discursava o ministro português

¹¹⁹ Idem.

¹²⁰ Ramalho, 2001: 66.

¹²¹ Idem.

¹²² Ramalho, 2001: 69. De notar que Sidónio Pais e Manuel Teixeira Gomes não eram filiados no Partido Democrático.

dos Negócios Estrangeiros Augusto Macieira perante o seu governo e vários ministros estrangeiros na Sociedade de Geografia, em 24 de Novembro de 1913.

Não é plausível que o ministro Macieira não atribuísse importância ao conteúdo dos telegramas provenientes de Berlim e de Londres e não os comunicasse, manifestando a sua preocupação ao chefe do governo. As informações eram claras e os jornais, tanto alemães como ingleses, não escondiam a realidade dos acordos. A Inglaterra dispusera-se a aceitar como um mal menor a divisão do império português e, em troca, os alemães desistiriam da corrida naval. É neste contexto que devem ser entendidas as negociações anglo-alemãs entre 1912-1914. A verdade era que, nos princípios de 1914, o novo acordo secreto com as novas linhas traçadas no mapa para a divisão do império português estava para ser assinado quando o embaixador da Alemanha em Londres, Lichnowsky, regressasse de umas hipotéticas curtas férias no seu país¹²³. Estas serviriam para comunicar ao seu governo a certeza da assinatura, mas a execução do acordo deveria ser rectificadora dependendo dum entendimento geral entre os dois países. A assinatura do acordo não se efectivou, em primeiro lugar porque a “Alemanha se recusou a reduzir o ritmo das construções navais, única contrapartida que interessava à Inglaterra”¹²⁴; em segundo pelo despoletar da Primeira Guerra Mundial e em terceiro lugar pode afirmar-se, sem dúvida, pelos pedidos de esclarecimento e pelos protestos e denúncias de Sidónio Pais e de Manuel Teixeira Gomes junto dos governos alemão e inglês. Se a Alemanha tivesse cedido, tudo indica que a Inglaterra aceitaria mesmo dividir as colónias portuguesas com os alemães, pois estavam em causa os benefícios da Inglaterra e, parafraseando Bismark, os interesses da coroa britânica superavam qualquer outro direito. Por consequência, abandonaria a aliança com Portugal.

A reacção do governo português chefiado por Afonso Costa às negociações anglo-alemãs foi despreciente ou praticamente nula. O que consta nos documentos é um pedido de visita a Londres por Afonso Costa para um possível encontro com Sir Grey e Sir Asquith, e a marcação de uma audiência entre o presidente da República portuguesa e o rei de Inglaterra, hipoteticamente para abordar assuntos africanos.

Mas Afonso Costa não gozava das boas graças do governo britânico e muito menos do embaixador Carnegie¹²⁵. Pelas cartas enviadas pelo representante de Londres em Lisboa ao seu ministro Edward Grey revela-se a existência uma imagem de pouca deferência, até mesmo de algum sarcasmo, em que era tido Afonso Costa pela diplomacia inglesa. Carnegie procurou

¹²³ Ramalho, 2001: 70.

¹²⁴ Telo, 1993: 118.

¹²⁵ Ramalho, 2001: 171.

junto do seu governo desconstruir o pedido de Afonso Costa referente à visita a Londres. Para o embaixador, o que Afonso Costa pretendia com estes encontros não seria tanto tratar da questão das colónias portuguesas, mas ser introduzido no círculo das relações do embaixador em Lisboa através de alguns jantares, ter um bom acolhimento da parte de Grey e Asquith, uma recepção triunfal com o rei e, finalmente, “visitar as costas aliadas com algum espalhafato. E no caso de ser tratado com alguma negligência, todos os Realistas exilados poderiam aproveitar-se disso na Imprensa de Lisboa e poderiam enfiar-lhe bem como aos seus seguidores”¹²⁶. Perante esta posição da diplomacia britânica, não seria de estranhar que a visita solicitada por Afonso Costa não tivesse uma resposta positiva. A recusa dos encontros com o governo foi comunicada a Augusto Macieira pelo próprio Carnegie “delicadamente e sem ofensa”, com os argumentos de que “a situação actual na Europa do Leste, com todas as incertezas e inquietações torna difícil discutir com ele assuntos anglo-portugueses tão exaustivamente como desejaria que fosse, e portanto seria preferível adiar para ocasião mais favorável... e como a estação está quase no fim Londres ficaria praticamente vazia”¹²⁷. Quanto à audiência com o rei, apesar de Macieira ter avançado a hipótese de o encontro se realizar não necessariamente em Londres mas em qualquer outro lugar neutral, Carnegie informou o ministro português de que seria “de todo improvável, já que depois da visita a Berlim, Sua Majestade iria provavelmente para o estrangeiro durante algum tempo”¹²⁸.

Depreende-se que a diplomacia britânica não estaria, de maneira alguma, interessada em receber o chefe do governo português e muito menos tratar com ele de assuntos referentes a África, que estavam a ser acordados com a sua concorrente naval, a Alemanha. Esta postura de altivez e mesmo de menosprezo do executivo britânico irá contrastar, um ano mais tarde, com a atitude solícita e de subserviência do governo português para com a sua velha aliada no início do grande conflito mundial, o que não deixa de ser mais um paradoxo dos homens da República, isto é, oferecer-se para lutar ao lado de quem pretendia usurpar parte do seu território. Todavia, Lisboa iria servir-se do argumento da preservação do património colonial para justificar o seu oferecimento aos ingleses. Uma postura de contradição e servilismo do governo português que contribuiu, sem dúvida definitivamente, para a ruptura social e política na sociedade portuguesa e condicionar as relações entre a instituição militar e o novo regime.

Afonso Costa não quis perceber que não era o amigo de confiança do governo de Sua Majestade britânica, acumulando sucessivos erros até à queda final.

¹²⁶ Ramalho, 2001: 171, doc. 25.

¹²⁷ Ramalho, 2001: 171-172.

¹²⁸ Ramalho, 2001: 172, doc. 25.

De facto, desde que a Inglaterra se declarou beligerante colocou-se de imediato a Portugal o problema da sua participação. A série de Tratados de Aliança com aquele país, desde 1373 até *The Windsor Treaty* de 1899, mais propriamente uma Declaração do que um Tratado, obrigava a considerar como nossos inimigos os inimigos da nossa aliada. A substância essencial dos Tratados diz respeito à paz constante e à amizade perpétua entre os dois países, mantendo e sustentando por mar e por terra contra todos os homens ou Estados que os lesem, ou pretendam lesá-los. Porém, cabe ao país invadido ou ameaçado requerer ao aliado, quer por escrito quer por via de mensageiros fidedignos, que prontamente acuda em seu socorro, levando-lhe toda a casta de defesa¹²⁹.

Na verdade, o governo democrático aproveitava todas as circunstâncias para manifestar o seu desejo de obter algum protagonismo junto dos parceiros internacionais. Ainda a Inglaterra não entrara no conflito e já o governo de Lisboa solicitava ao de Londres que lhe indicasse a atitude a tomar, disponibilizando desde logo a sua ajuda¹³⁰.

Não é objecto deste estudo analisar as razões avançadas pelo governo português para justificar a participação de Portugal na guerra, já que se encontram sobejamente analisadas pela historiografia actual, com especial relevo nas obras citadas de António Telo, *Portugal e a Primeira República I*, e de Nuno Severiano Teixeira em *O Poder e a Guerra 1914-1918 e Portugal e a Guerra*. Entende-se, contudo, ter presente a postura do governo de Londres em relação à questão da hipotética partilha das colónias portuguesas com os alemães, desrespeitando todos os tratados de aliança com Portugal, e a atitude pretensiosa do governo português no cumprimento tão rigoroso desses tratados com a Inglaterra, mesmo que para isso tivesse de hipotecar bens materiais, financeiros e humanos, isto é, o país inteiro.

Severiano Teixeira, referindo que o pensamento estratégico militar no início do século XX era atlântico e marítimo e não europeu, desenvolve as três explicações para a entrada no conflito. As duas primeiras assentam nas teses da historiografia tradicional: a colonial, Portugal deveria entrar na guerra para salvar as colónias, e a europeia-peninsular, ou seja, a do perigo espanhol¹³¹, com a presumida aproximação da Espanha à Inglaterra. Apesar de serem aceites como verdadeiras, Severiano Teixeira considera as duas incompletas e insuficientes para justificar a necessidade da beligerância e, por isso, avança com uma

¹²⁹ Camacho, 1936: 60.

¹³⁰ *Portugal no Conflito Europeu*. Documentos apresentados ao Congresso da República em 1920 pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. Negociações até à declaração de guerra, Lisboa, Imprensa Nacional, 1920, Doc nº 1, 1 de Agosto de 1914: 3.

¹³¹ Teixeira, 1998: 56-57.

“verdadeira hipótese explicativa: a consolidação política e a legitimação nacional do regime¹³².

Após a revolução de 5 de Outubro, a condução da política interna levada a cabo pelos actores políticos mais radicais tornou-se, de facto, fracturante da sociedade portuguesa com maior gravidade na questão religiosa provocada pela Lei da Separação, a marginalização e combate ao sindicalismo operário, a perseguição e saneamento dos monárquicos e o desprezo das franjas mais pobres da sociedade. A mesma situação verificou-se no interior dos próprios partidos políticos. Por isso, para o Partido Democrático a entrada na guerra ao lado das grandes potências europeias seria uma oportunidade de ressuscitar um movimento de unidade e de consenso nacionais em torno da República e, por conseguinte, uma maior aceitação do partido. Com a ida para as trincheiras, os soldados dariam à República a legitimidade histórica em termos nacionais e internacionais, afirmavam mais uma vez a raça lusa perante as nações estrangeiras e consolidariam o regime em torno do partido. Daí a pressão de ir para a guerra, mesmo contra tudo e contra todos.

A participação na beligerância ao lado dos aliados constituiria, por isso, a razão fundamental perante os opositores para o fortalecimento e afirmação do Partido Democrático no poder. Foi nesse sentido que, após ter sido accionado o sistema de alianças motivado pela declaração de guerra da Áustria à Sérvia em Julho de 1914, Bernardino Machado, chefe do Gabinete, no dia 7 de Agosto anunciava no Parlamento em nome do Presidente da República, do Congresso e do povo português a solidariedade, amizade e a fidelidade à Inglaterra, surpreendendo o próprio governo de Londres: o subsecretário de Estado Sir Crowe atribuiu esta postura tão rápida e tão solícita a alguma provocação do ministro da Alemanha em Lisboa¹³³. Em sintonia com a posição de Bernardino Machado, o jornal *O Século* do mesmo dia justificava em editorial a necessidade da beligerância de Portugal ao lado da Inglaterra: “Estamos longe do campo de guerra e para a guerra em nada contribuimos (...) Aliados da Inglaterra, os nossos interesses como nação não são opostos aos dela (...) Levar longe o interesse da Pátria e da República”¹³⁴. E, no dia seguinte, o mesmo periódico, num artigo sob o título “Dia de glória para Portugal” citava as palavras que Afonso Costa proferira no Parlamento em nome do Partido Democrático: “temos uma aliança, e aliança com a nobre, ativa e gloriosa nação inglesa, que entrou em luta em defesa da paz e da velha Europa. A nós, portanto, compete

¹³² Teixeira, 1998: 60.

¹³³ *Portugal no Conflito Europeu*. Documentos apresentados ao Congresso, ob.cit. nº 17, pp 12-13 e também Arquivo do MNE, Legação de Portugal em Berlim, Maço 18, telegrama de 9 de Agosto de 1914.

¹³⁴ Ramalho, 2001: 128.

participar das glórias ou dos reveses da nossa aliada”¹³⁵. Com a mesma intenção não deixavam qualquer dúvida as afirmações de Leote do Rego: “Quem não é por nós é contra nós (...) que vergonha, que ignomínia que seria, com efeito, para a República, uma declaração de neutralidade”¹³⁶. Para a sobrevivência do Partido Democrático no poder e principalmente para os republicanos radicais a entrada na guerra “surgia como resposta a todos os problemas”¹³⁷. João Chagas, embaixador de Portugal em Paris ia mais longe ao transmitir a Augusto de Vasconcelos, ministro dos Negócios Estrangeiros, a sua opinião logo que a Inglaterra declarou guerra à Alemanha, em 4 de Agosto de 1914:

Este momento fornece-lhe (a Portugal) um ensejo único na sua história de adquirir personalidade. Se o abandona é uma nação perdida. Portugal deve assumir sem tergiversações o papel de aliado da Inglaterra e dar-lhe o pouco que pode dar-lhe, mas dar-lho e não esperar que ela o exija ou o tome por suas mãos. Portugal deve assumir o papel de aliado da Inglaterra e dar-lhe o pouco que pode dar¹³⁸.

Com a oposição de muitos dirigentes políticos, contra ou a favor da maioria da população, ou mesmo com a desaprovação de alguns ministros, os “democráticos” e o seu governo estavam efectivamente determinados a entrar na guerra e, claro, só poderia ser ao lado da Inglaterra. Nesse sentido procuraram por todos os meios, tanto a nível interno como externo, forçar a entrada na beligerância. Foi esta decisão que provocou uma forte ruptura na sociedade portuguesa. As lutas internas iriam centrar-se fundamentalmente na questão da ida ou não para a guerra, dividindo a sociedade em guerristas ou intervencionistas, partidários da entrada imediata, e antiguerristas ou neutralistas, aqueles que de uma maneira ou de outra discordavam dessa posição. Pode afirmar-se de um modo muito superficial, mas que não estará muito longe da realidade, que do lado dos intervencionistas estaria a grande maioria dos republicanos do Partido Democrático e da parte dos tradicionalmente designados antiguerristas ou defensores da neutralidade estariam praticamente todos os outros, embora fossem partidários da intervenção de Portugal, uma vez solicitada pela Inglaterra.

Às três explicações apresentadas por Severiano Teixeira (1996 e 1998), o perigo colonial, o perigo da intervenção espanhola com entendimento com a Inglaterra e o perigo do fim do regime, que constituíam a base teórica do governo para a entrada de Portugal na guerra, corroboradas por vários historiadores, António Telo adianta uma outra justificação que poderá considerar-se a mais consistente: “o esgotamento do modelo político radical” do Partido

¹³⁵ Ramalho, 2001: 13.

¹³⁶ Ramalho, 2001: 134.

¹³⁷ Telo, 2010: 299.

¹³⁸ Chagas, 1929, Vol. 1º: 132, citado por Damião Peres, Suplemento, 1954: 57.

Democrático¹³⁹. Desde o 5 de Outubro que a República se debatia pela resolução do seu maior problema político estrutural: a consolidação do regime. Todavia, os superiores interesses pessoais e partidários depressa fizeram esquecer as promessas de um sonho de liberdade, igualdade e fraternidade. Sectores da esquerda à direita, passando pelos mais moderados, foram marginalizados ou simplesmente excluídos dos quadros políticos legais, lançando-os em acções de participação política ou laboral ilegal, provocando alterações de ordem pública, assumindo por vezes acções de carácter revolucionário. Constatavam-se duas realidades a nível interno: a não integração de todos os portugueses no novo regime, com todas as consequências a nível social e político e as rivalidades inconciliáveis entre os partidos republicanos radicais, moderados e conservadores, com elevada violência política que tornava inviável a governabilidade do país.

O grito da “pátria em perigo” seria o impulso vital da nova estratégia dos radicais no poder que a conjuntura externa lhe oferecia, apelando ao velho mito de unidade nacional de cerrar fileiras de todos os portugueses em torno do Partido Democrático para salvação da Pátria. Com a explosão de patriotismo gerada pela entrada na guerra seriam resolvidos os problemas de divisões internas, da recuperação do ideário republicano e, simultaneamente, afastar os perigos colonial e espanhol. Para alcançar esse objectivo era fundamental ir para a guerra. Para António Telo, os radicais viam aqui a solução para todos os problemas: resolveria o problema colonial em relação à Inglaterra e a Alemanha, dissipava-se o perigo espanhol e a perda da independência nacional, reafirmando-se como poder mais firme na Península e, finalmente, era solucionado o problema interno com a explosão de patriotismo em volta do Partido Democrático. Era o “grande desígnio”, o grande sonho estratégico dos radicais, onde as novas conjunturas interna e externa estariam intimamente ligadas¹⁴⁰.

O governo democrático e os seus apoiantes serviam-se de todos os meios ao seu dispor, no Parlamento, na imprensa, nos comícios e nos congressos para, através de discursos, lançarem uma campanha contra a Alemanha e a favor da Inglaterra, no sentido de convencer a opinião pública com o pseudoargumento de que a pátria se encontrava em perigo. A única solução para salvar o país era ir para a guerra.

Mas, ao contrário das expectativas dos partidários da beligerância, a outra parte dos portugueses não manifestou qualquer vontade de entrar num conflito que acontecia lá longe das suas fronteiras. A versão do governo não correspondia à verdade, era um embuste e

¹³⁹ Telo, 2010: 300.

¹⁴⁰ Telo, 2010: 301 e 302. Texto adaptado.

particularmente os chamados antiguerristas sabiam disso: primeiro, porque duvidavam que a pátria estivesse em perigo, já que não teria havido qualquer declaração de guerra a Portugal por nenhum dos intervenientes nem qualquer ataque directo alemão e, em segundo lugar, a velha Inglaterra, apesar de todos os Tratados de Aliança com Portugal, ainda não solicitara formalmente colaboração militar. Para a aliada era ainda muito recente a hipotética “traição” com a Alemanha. Por isso, em 7 de Agosto de 1914 aplaudiu a declaração de oferta do governo português já que, não sendo de neutralidade, permitia a Portugal prestar à Inglaterra a colaboração possível e, não sendo de beligerância, permitia à Alemanha prosseguir as relações comerciais e diplomáticas com Lisboa. Para a defesa dos interesses da coroa inglesa ainda não tinha chegado a hora de Portugal ir para a guerra.

Se a República já era atravessada por profundas clivagens, a partir da decisão drástica dos republicanos radicais em provocar a beligerância a todo o custo os consensos políticos tornaram-se definitivamente irreconciliáveis, o mesmo acontecendo com a instituição militar.

Inicialmente, os Unionistas ainda aceitaram colaborar com o projecto radical enquanto pensaram que a Inglaterra pretendia a participação portuguesa. Em 15 de Outubro de 1914, Brito Camacho escrevia no seu diário *Portugal Na Guerra*, definindo sem qualquer dúvida a posição dos republicanos moderados:

A Inglaterra defende-se, lutando contra a Alemanha; mas nós, lutando contra a Alemanha ao lado da Inglaterra, também curamos da nossa defesa (...) a Inglaterra, pedindo a nossa intervenção directa no conflito, só o faz porque dele precisa, e ainda neste lance grave ela procura poupar-nos o mais possível (...) A Inglaterra pede-nos aquilo de que precisa, mas deixa margem para que à nossa cooperação tracemos limites tão largos que dentro deles caiba, ainda que hipertrofiado, o orgulho nacional. (...) Estamos em condições de prestar à Inglaterra um grande auxílio, um poderoso auxílio, e é esse que ela nos pede, formulando o seu pedido em termos que plenamente satisfazem os nossos brios e são honrosos, na mais alta medida para o nosso exército. (...) Mas a Inglaterra sabe que não temos um forte exército profissional, e não ignora que só há três anos começamos a instruir os nossos milicianos (...) Se, por conseguinte, Portugal amanhã der à Inglaterra o auxílio que ela pede, e se aos campos de batalha enviar o mínimo contingente, o *quantum satis* para assegurar a nossa cooperação num pleito que tem de ser dirimido pelas armas, se assim fizer, teremos cumprido honradamente um dever¹⁴¹.

Os Unionistas estariam convencidos que no país não haveria alguém que desaconselhasse, sob qualquer pretexto, o auxílio que a Inglaterra pedisse a Portugal. Todavia, sendo a questão uma

¹⁴¹ Camacho, 1936: 86-89.

causa nacional, defendiam o princípio de que seria necessário debatê-la seriamente para se avaliarem as vantagens e se evitarem os sacrifícios inúteis.

O que estava em causa para os moderados, que viriam a ser apontados pelos radicais como antiguerristas ou neutralistas, não era exactamente a questão da participação ou não na guerra, mas “em que termos deveria o nosso país conciliar os seus interesses com os seus deveres de forma que honrando uns servisse os outros”¹⁴².

Apesar de alguma historiografia portuguesa, na linha dos republicanos radicais, catalogar e referir as posições de Brito Camacho, chefe dos Unionistas, como antiguerrista e germanófilo, os seus discursos no Parlamento e os seus depoimentos durante e depois da guerra, como se infere pela declaração anterior, permitem desconstruir essa teoria. Na sua perspectiva e na do seu partido Portugal deveria ir para a guerra, desde que a Inglaterra, com fundamento nos tratados e alianças assim solicitasse a sua intervenção militar, “mas nunca por mero diletantismo militar, nem seria correcto pretendêsemos impor à Inglaterra serviços que ela tivesse por dispensáveis. (...) Apesar de tudo seria melhor não ir se isso se pudesse fazer com honra, sem faltar ao estrito cumprimento do dever”¹⁴³, isto é, “dar o que era pedido, mas mais nada para além disso”, como conclui António Telo sobre a atitude dos moderados¹⁴⁴. O pedido britânico de auxílio deveria ter em conta aquilo de que realmente necessitaria e ser objecto de análise do governo português no sentido de evitar sacrifícios e prejuízos desnecessários. Para os conservadores Unionistas e segundo os Tratados, Portugal não teria o direito de negar à Inglaterra o que ela pedia, nem seria razoável querer obrigá-la a pedir mais do que julgasse ser-lhe necessário. E no caso de solicitado o apoio militar, seria uma honra para os soldados portugueses combater ao lado dos ingleses, mas impor essa necessidade seria um erro tremendo, afirma Brito Camacho¹⁴⁵. E contrariando a tese guerrista, o político escrevia a seguir à declaração de guerra da Alemanha a Portugal que no dia em que para cumprimento de algum dos deveres para com a aliada fosse necessário cortar relações com algum dos seus inimigos, nesse dia abriríamos uma excepção, sujeitando-nos às consequências do nosso acto¹⁴⁶. A segurança com que Brito Camacho releva a sua posição acerca da beligerância deixa entender que, segundo António Telo,¹⁴⁷ teria acesso privilegiado a documentação do governo de Londres, já que era essa a posição da Inglaterra acerca de Portugal. Ao contrário do que os

¹⁴² Camacho, 1936: 110).

¹⁴³ Camacho, 1936: 110 e 113.

¹⁴⁴ Telo, 2010: 302.

¹⁴⁵ Camacho, 1936: 130.

¹⁴⁶ Camacho, 1936: 246.

¹⁴⁷ Conferência proferida na Sociedade Portuguesa de Geografia, em 10 de Outubro de 2014.

republicanos radicais o acusaram e que durante várias décadas se fez passar para a historiografia, herdeira das teses intervencionistas, a atitude de Brito Camacho era corroborada pelo unionista Sidónio Pais em Berlim que, sem qualquer receio, manifestava ao secretário de Estado alemão, Sr. Jagow, a posição de Portugal sobre a guerra: “Temos um Tratado de aliança com a Inglaterra que nos obriga, caso esta nos peça auxílio. Se essa eventualidade se der, cumprimos o nosso dever. Nenhum outro móbil nos determina”¹⁴⁸. Para Sidónio, se Portugal tivesse de entrar na guerra seria com o dever de vencer mas todavia deixava bem claro que tudo faria para não romper com a Alemanha sem justo motivo¹⁴⁹. A ideia, propositadamente proclamada pelos chamados guerristas, de que todos os que não se manifestassem a favor da entrada imediata na guerra seriam considerados germanófilos ou monárquicos não corresponde, por isso, à verdade. Era apenas propaganda.

Entende-se ser importante acentuar o que pensava Brito Camacho sobre a questão “guerrista e antiguerrista”, no sentido de melhor compreender as fracturas insanáveis entre os velhos republicanos e que conduziram à fractura da instituição militar e, por consequência, ao fim da 1ª República. Em princípios de Janeiro de 1915, Brito Camacho insistia que teria sido um erro praticado pelos governos do chamado partido da guerra oferecer à Inglaterra um reforço militar, sem ter em consideração as dificuldades de toda a ordem, sem dispor de armas, munições, equipamento e dinheiro, apesar do ministro da Guerra ter declarado no Parlamento que não possuía quaisquer meios para combater. Ainda faltaria mais de um ano para a declaração de guerra da Alemanha a Portugal e Brito Camacho já insistia que “é uma levandade que mal se compreende e uma loucura que não se sustenta oferecer à Inglaterra um reforço militar sem dispor de armas, sem dispor de equipamentos, sem dispor de munições, sem dispor de dinheiro”¹⁵⁰.

A conselho do governo britânico os camachistas defendiam, aliás, que se procedesse a uma mais eficiente defesa das colónias em África, continuando a enviar o maior contingente possível de tropas no sentido de tirar aos alemães qualquer veleidade de ataque aos territórios portugueses o que, aliás, estaria de acordo com um dos argumentos do Partido Democrático: a defesa do império colonial.

¹⁴⁸ *Livro Branco*, ob. cit. doc. 97.

¹⁴⁹ Importa esclarecer, e assim o entendemos, que Sidónio Pais, Brito Camacho e outros Unionistas defendiam que Portugal deveria manter-se neutro até que a Inglaterra em nome da Aliança nos solicitasse qualquer tipo de apoio. Quando isso se verificasse, os portugueses deveriam preparar-se para cumprir com todos os deveres da Aliança. Não foi essa a intenção dos intervencionistas. Ofereceram-se para a guerra e forçaram a sua entrada.

¹⁵⁰ Camacho, 1936: 156.

Nos últimos meses de 1914, o debate sobre a beligerância assumiu novos contornos. Em 23 de Novembro, Bernardino Machado convocou uma reunião do Parlamento no sentido de tornar oficialmente pública a posição de Portugal perante o conflito, pedindo liberdade de movimentos perante a guerra. O chefe do governo solicitou ao Congresso poderes gerais governativos de natureza militar para intervir na Europa. O pedido foi aprovado e publicado sob a forma de Lei nº 283 de 24 Novembro, autorizando o executivo “a intervir militarmente, quando e como o julgasse necessário aos nossos altos interesses de nação livre e aliada da Inglaterra”¹⁵¹. Dois dias depois, o general Pereira de Eça apresentava o Decreto de Mobilização da Divisão Auxiliar, composta pelas 1ª e 7ª divisões do exército¹⁵², comandada pelo general Jaime Leitão de Castro e pelo tenente-coronel Roberto Baptista, chefe do estado-maior da mesma Divisão. Foi aprovada na mesma altura a censura sobre a Forças armadas. Os partidários do intervencionismo começaram a difundir a ideia de que a participação portuguesa na guerra não poderia sequer ser objecto de debate e, por isso, qualquer atitude contrária deveria ser considerada de cobardia, derrotista e de traição à pátria, apoiando-se no aforismo de Leote do Rego de que “quem não é por nós é contra nós”. Isto é, ou se era a favor da intervenção na guerra de harmonia com a pretensão dos radicais, ou contra a intervenção. Nesse caso seriam considerados germanófilos e inimigos da Inglaterra.

Para os radicais a participação de Portugal era, pois, assunto indiscutível, fazendo na imprensa uma dura campanha contra a Alemanha, promovendo e afirmando o sentimento público de amizade e simpatia para com a aliada Inglaterra.

Os camachistas, ao aperceberem-se de que afinal eram apenas os republicanos radicais que forçavam a beligerância e não o governo inglês que a desejava, pelo menos nessa altura, afastaram-se e opuseram-se-lhes de forma muito clara. O mesmo aconteceu com alguns indecisos que se moviam junto de António José de Almeida: “hesitam entre o que desconfiam ser um desígnio partidário dos radicais e um possível grande projecto nacional de cores republicanas (...) com uma forte explosão de patriotismo”¹⁵³. Presumindo que aconteceria a segunda hipótese, até aceitaram em entrar num governo de coligação, “para cavalgar a onda”, mas “quando se apercebem de que não há uma onda de fundo e que, pelo contrário, a conjuntura da guerra aprofunda mais as divisões nacionais, retiram-se” como refere António Telo¹⁵⁴.

¹⁵¹ Godinho, 2005: 123.

¹⁵² A nova Organização Geral do Exército contemplava oito divisões.

¹⁵³ Telo, 2010: 302.

¹⁵⁴ Telo, 2010: 302.

Na realidade, o país não estaria muito sensibilizado para despertar um forte sentimento de unidade nacional e simpatia a favor de uma nação que, apesar de aliada, em pouco mais de duas décadas lhe provocara um movimento patriótico de ódio e aversão com o Ultimato e, por duas vezes, estivera decidida a partilhar parte do seu império com outro Estado por meio de convenções secretas. Nem a grande onda de sentimento nacional e patriótico se concretizou a favor da Inglaterra nem a tentativa de propaganda contra a Alemanha surtiu grande efeito na população portuguesa, continuando o governo a manter com normalidade as relações diplomáticas e comerciais através do seu embaixador em Berlim, Sidónio Pais. Aliás, a partir da declaração de 7 de Agosto a atitude do governo português em relação à Alemanha foi sempre carregada de uma grande ambiguidade. Se, por um lado, pretendia forçar a beligerância ao lado da Inglaterra contra a Alemanha desenvolvendo na imprensa, nas conferências e nos comícios uma campanha antigermânica, por outro, avisava Sidónio Pais para que agisse junto do governo alemão com todo o cuidado, manifestando-lhe que Portugal só entraria na guerra no cumprimento da aliança que tinha com a Inglaterra. Mesmo com as incursões alemãs já em curso em território angolano, seria necessário agir com toda a prudência.

Em 9 de Dezembro de 1914, o ministro dos Negócios Estrangeiros Freire de Andrade enviava ao seu embaixador em Berlim um telegrama, prevenindo Sidónio de que a reclamação junto do governo germânico sobre as incursões alemãs deveria ser feita com muito cuidado, sendo tomadas como incidente de fronteira, exigindo apenas compensação às vítimas e, em caso algum, deveriam ser tomadas como *casus belli*¹⁵⁵. O esforço do governo português em provocar a beligerância, apesar das reservas britânicas, conduziu definitiva e irremediavelmente à divisão entre os republicanos e toda a sociedade política.

A mesma situação de falta de consenso no contexto social e partidário sobre a entrada de Portugal no conflito verificava-se no seio da instituição militar. O centro do movimento chamado antiguerrista encontrava-se agora no corpo de oficiais do exército, igualmente dividido, embora com motivações diversas. Alguns oficiais faziam parte dos gabinetes políticos; outros, pertencentes à Jovem Turquia a que já se referiu anteriormente, tinham sido promovidos ou graduados encontrando-se agora no topo da hierarquia militar. Outros ainda, eleitos pelas listas do Partido Democrático, exerciam grande influência no Parlamento através da sua actuação política, apoiando não só a intervenção na guerra como censurando os que, sob qualquer pretexto, se lhe opunham. Além do mal-estar verificado dentro dos quartéis pela

¹⁵⁵ *Portugal no Conflito Europeu, ou Livro Branco*, doc. 170.

infiltração da “formiga branca” para fiscalização e controlo dos oficiais, a maioria destes estava consciente da perda da eficácia da instituição militar, da falta de preparação física e militar das tropas e da exiguidade de meios necessários para a intervenção numa guerra na Europa, que se tornava cada vez mais intensa. Por outro lado, e apesar de todas as estratégias políticas utilizadas pelos intervencionistas, tinham consciência de que o governo português estava a tentar levar o país para a guerra contra a vontade da Inglaterra, não pretendendo assumir o ónus do fracasso militar caso este viesse a acontecer. Os militares aperceberam-se de que os guerristas tinham apenas razões de ordem da política interna para entrar na guerra: recuperar a imagem de Portugal através do Partido, forçando a beligerância a pedido da Inglaterra.

Uma das primeiras manifestações militares antiguerristas, embora sem grandes repercussões mas que manifesta sinais de descontentamento quanto ao processo da intervenção na guerra, teve lugar em 20 de Outubro de 1914 na sequência de uma tentativa revolucionária de militares e civis em Bragança e Mafra. O tenente Henrique Constâncio, acompanhado de alguns sargentos e praças, conseguiu dar entrada no quartel de Mafra a um grupo de cerca de 150 civis, distribuindo-lhes armas. Tomando conta da vila proclamaram a monarquia, esperando a adesão em outros pontos do país. Sem o apoio de nenhuma unidade os revoltosos, cercados por uma formação militar comandada pelo jovem turco capitão Álvaro Pope, dirigiram-se para Torres Vedras sendo perseguidos e derrotados em S. Pedro da Cadeira após algum tiroteio de parte a parte, do qual resultaram dois mortos e alguns feridos. Depois de efectuadas várias prisões os revoltosos, acusados de monárquicos, foram julgados em tribunal militar. Enquanto em Lisboa grupos de republicanos radicais assaltavam as sedes de alguns jornais monárquicos mais activos, o governo de Bernardino Machado distribuía uma nota oficiosa, na qual comunicava que a “ordem não tinha sido alterada no país”¹⁵⁶.

A situação entre os militares viria a agravar-se com o pedido de exoneração colectiva do Gabinete feita por Bernardino Machado ao Presidente da República. Em 2 de Dezembro, o deputado democrático Vitorino Godinho informou que pretendia fazer uma interpelação no Parlamento ao chefe de Gabinete e, particularmente, ao ministro da Guerra sobre o *chamado decreto de mobilização*, de 23 de Novembro. Bernardino Machado entendeu que da intenção do deputado de interpelar o governo inferia alguma dúvida a respeito da acção militar que estava a ser preparada e ameaçou que, se o Parlamento insistisse em aprovar a interpelação, considerá-la-ia um voto de desconfiança ao governo e ao seu presidente acrescentando que,

¹⁵⁶ Peres, 1954: 61-62.

julgando-a inaceitável, ou o digno deputado e a Câmara a retiravam ou se retirava do governo¹⁵⁷. O Parlamento, reconhecendo a Godinho o direito de interpelação e ao governo o dever de responder, aprovou a moção com setenta e sete votos dos democráticos e de alguns evolucionistas a favor e dez contra, entre os quais António José de Almeida e Machado dos Santos¹⁵⁸. Em 5 de Dezembro, Bernardino Machado apresentou a demissão do governo, que se efectivou uma semana depois. Ao governo extrapartidário de Bernardino Machado sucedeu-lhe outro, chefiado por Victor Hugo de Azevedo Coutinho. Com excepção do responsável pela pasta do Fomento, Lima Bastos, todos os outros ministros eram juristas ou oficiais do exército e da armada. Porém, a ligação de quase todos os elementos ao Partido Democrático e à execução do projecto radical de entrada na guerra, ignorando por completo os graves problemas sociais, económicos e até religiosos que preocupavam o país, depressa levaram os outros partidos a declararem a sua oposição ao governo. António José de Almeida anunciava peremptoriamente no Parlamento “guerra sem tréguas” ao governo; Brito Camacho apregoava que “não inspirava confiança à Nação”; e Machados dos Santos protestava que era “um escárnio e um desafio lançado ao País”¹⁵⁹. O gabinete partidário de Azevedo Coutinho não iria resistir durante muito tempo, já que uma nova crise militar provocaria a sua demissão.

Como se tem vindo a referir, tal como na sociedade civil também entre os militares se desenvolvera alguma animosidade contra a política do Partido Democrático, não só pela sua aversão a qualquer tipo de radicalismo como também pelo desrespeito e até mesmo injúrias públicas feitas à corporação militar, o que afectava o prestígio dos oficiais. Não era apenas a política governamental favorável à intervenção de Portugal na guerra que criava um mal-estar generalizado nos oficiais, mas também a constante interferência de militares e civis ligados ao partido na nomeação, destituição e substituição dos postos de comando da guarnição de Lisboa, nem sempre de acordo com as respectivas competências, mas sobretudo por vínculo partidário ou confiança política e ideológica. Por isso não seria de todo surpreendente que a menor provocação à oficialidade fizesse despertar uma atitude de descontentamento e mesmo de insubordinação, o que veio a verificar-se entre 20 e 25 de Janeiro de 1915 e que ficaria conhecido pelo Golpe ou Movimento das Espadas¹⁶⁰.

¹⁵⁷ Godinho, 2005: 124.

¹⁵⁸ Godinho, 2005: 125.

¹⁵⁹ Peres, 1954: 75-76.

¹⁶⁰ Alusão ao nome de outro “Movimento das Espadas”, ocorrido a 5 de Dezembro de 1869, quando um grupo de oficiais generais se manifestou a favor do Marechal Saldanha após o seu regresso do exílio.

No dia 20 o major João Carlos Craveiro Lopes, conhecido pelas suas ideias monárquicas,¹⁶¹ encontrava-se aquartelado no regimento de infantaria nº 28 na Figueira da Foz desde 1911 onde, gozando da simpatia do comandante, o substituía quando este se ausentava, havendo contudo outros oficiais antigos e mais graduados. Foi entretanto transferido compulsivamente para o regimento de infantaria nº 19, sediado em Chaves, como represália de uma alteração privada com um militante do Partido Democrático, que o denunciou ao Comité Democrático Militar, estrutura política ligada ao partido. Este incidente veio despoletar uma acção conspirativa nos meios militares. Em 22 de Janeiro, um grupo de oficiais daquela unidade em solidariedade com o major Craveiro Lopes levou a cabo uma acção colectiva de protesto perante o Presidente da República, denunciando aquela transferência, bem como a de outros oficiais, como perseguição política. Por sua vez, o governo defendia-se justificando que a medida tinha como fundamento apenas a defesa da República e decretou a ordem de prevenção. O movimento alastrou ao regimento de infantaria 5 e particularmente a Lisboa, onde numerosos oficiais do regimento de cavalaria 2, liderados pelo capitão Martins Lima, saindo do quartel e marchando pela calçada da Ajuda se dirigiram ao palácio de Belém, a fim de entregar as suas espadas ao Presidente Manuel de Arriaga em sinal de desagrado. Interceptados por militares fiéis ao governo, foram presos e enviados para navios de guerra atracados no Tejo sob a acusação de manobra monárquica para desestabilizar a República, argumento utilizado pelos radicais sempre que qualquer tipo de movimento pusesse em causa a sua acção no poder. Todavia esta acusação não viria a sortir efeito, pois na tarde desse mesmo dia Machado dos Santos, em solidariedade e camaradagem para com os oficiais presos, dirigiu-se também ao palácio presidencial a fim de entregar pessoalmente a Manuel de Arriaga a espada que utilizara no 5 de Outubro de 1910. O Movimento das Espadas, como ficou conhecido, e particularmente a atitude de Machado dos Santos eram claro sinal enviado a Belém da parte do corpo de oficiais no sentido de tomar uma posição de força sobre a questão da beligerância. E as consequências políticas não se fizeram esperar. No dia imediato o Presidente, alarmado com a situação entre os militares e perante uma crise que poderia ter resultados gravíssimos, lançou uma espécie de SOS ao seu amigo pessoal e velho republicano, general Joaquim Pereira Pimenta de Castro:

¹⁶¹ Após O Movimento das Espadas, Craveiro Lopes foi colocado em Macau numa comissão de serviço, como comandante do Corpo de polícia. Regressando à metrópole foi colocado no Regimento de Infantaria 21 e promovido a tenente-coronel em Maio de 1917, fazendo parte do Estado-maior da arma de Infantaria. Embarcou para França integrado no CEP, comandando interinamente a 5ª Brigada de Infantaria até 8 de Abril de 1918, sendo feito prisioneiro pelos alemães durante a batalha de La Lys. Chefiou a missão militar portuguesa na inauguração do monumento aos mortos em La Couture

Meu caro Pimenta de Castro vejo-me violentado a intervir nesta amaldiçoada barafunda política em que as paixões sectaristas e a intolerância dos velhos costumes têm envolvido esta nossa querida pátria. Se não se acode desde já com firmeza e prontidão ao incêndio em que as facções estão ardendo há muito tempo, como desejando reduzir tudo isto à podridão e à miséria, estamos perdidos. Isto é a realidade. Careço de ti e de forma que sem ti poderá caducar para sempre o remédio a dar-se ao grande mal. Em duas palavras: preciso dum governo extrapartidário, de acordo senão de todos os partidos, ao menos por quase unanimidade, para atalhar ao antagonismo entre a República e o Exército. Deste Governo serás o Presidente e ministro do Interior (...) Tem paciência: somos dois velhos que nos vemos obrigados a dar alento aos novos. (Não te esquives; não venhas com evasivas. Peço-te em nome da República e da Pátria que não me abandones)¹⁶².

A longa experiência política de Manuel Arriaga dava-lhe argumentos para se consciencializar de que conflitos, discórdias ou mal-estares entre a instituição militar e qualquer regime acarretariam, mais cedo ou mais tarde, gravíssimas situações de golpes e contragolpes. Daí o apelo ao seu amigo general.

Ao ter conhecimento das consultas realizadas por Manuel de Arriaga para a formação de um novo ministério, o governo de Azevedo Coutinho (alinhado de “Os Miseráveis de Victor Hugo”) pediu a demissão. Em 25 de Janeiro, Manuel de Arriaga confiou então o poder a Pimenta de Castro. O novo governo tomou posse no dia 28, tendo o general acumulado os cargos de presidente e ministro da Guerra. Com excepção dos ministros da Justiça Guilherme Moreira e do Fomento, Nunes da Ponte, todos os restantes eram militares. O novo gabinete não foi, inicialmente, hostilizado pelo partido evolucionista de António José de Almeida e teve o apoio do grupo de Machado dos Santos, dos monárquicos, da hierarquia da igreja católica, de alguns oficiais do exército e do operariado, este último desagradado com as políticas laborais do Partido Democrático.

Pimenta de Castro, promovido em 1908 a general de divisão do regime monárquico, encontrava-se no comando da 3ª Região no Porto quando da revolução do 5 de Outubro de 1910. Como militar profissional manteve-se à margem dos partidos e da política activa, apesar de ter assumido a pasta da Guerra no primeiro ministério constitucional presidido por João Chagas, que teve a duração de apenas dois meses. Os democráticos afastaram-no, acusando-o de ser demasiado benevolente para com os golpistas monárquicos. Com cerca de setenta anos de idade, a sua experiência de governo era praticamente nula e não manifestou ou pretendeu revelar alguma vez grande talento ou vontade para a política. Incompatibilizado

¹⁶² *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, Pimenta de Castro, Vol, 21, Lisboa- Rio de Janeiro.

com o Partido Democrático moveu forte perseguição a alguns dos seus membros, dissolveu e encerrou o Parlamento e ocupou-o com uma força pública, iniciando em ditadura a sua acção governativa, sem qualquer supervisão parlamentar. Pimenta de Castro contava agora com os militares como seu principal apoio, iniciando uma inversão na política de guerra.

O novo chefe do governo seguiria a política dos moderados, de acordo com a declaração de 7 de Agosto de 1914, isto é, Portugal estaria disponível para cumprir todos os deveres dos tratados com a sua aliada, mas deveria aguardar que fossem os aliados a pressionar o governo português a entrar na beligerância o que, aliás, teve o apoio manifesto da Inglaterra: afinal o governo de Londres parecia manifestar maior simpatia pelos antigueristas. E foi nesse sentido e com esta confiança que Pimenta de Castro resolveu desmobilizar as praças das unidades expedicionárias, excepto aquelas que estavam destinadas para as colónias. Com o apoio total do Presidente da República e na sua ingenuidade política, plenamente convicto de que iria realizar a reconciliação dos portugueses, deu o seu apoio aos partidos moderados e independentes, liberdade aos monárquicos e católicos para se organizarem legalmente e alargou o direito de voto aos oficiais e sargentos das forças armadas, contando deste modo com o apoio do exército.

A nova lei eleitoral de 24 de Fevereiro de 1915, tendo o apoio dos moderados e de muitos oficiais, provocou uma onda de protesto de outros partidos. Desde o início de Março que o Partido Democrático declarara guerra ao novo governo, quando soube que as Câmaras não podiam reunir-se em 4 de Março e as eleições tinham sido adiadas para Junho. Afonso Costa chamava-lhe “acto de ditadura” numa entrevista ao jornal *O Século*, e no seu jornal *O Mundo* propunha desobediência ao decreto, já que representava “um acto de ditadura e flagrante atropelo das disposições constitucionais”. Por sua vez, Pimenta de Castro acusava os governos anteriores do Partido Democrático de terem sido “no poder uns permanentes ditadores (...) e de terem governado a nação como um país de cafres”¹⁶³. As clivagens entre o governo e os seus adversários assumiram rapidamente atitudes de irredutibilidade. No dia 4 de Março, ao ser vedada pelas forças militares a entrada a noventa deputados e senadores que pretendiam reunir-se no palácio do Congresso, estes dirigiram-se para o palácio da Mitra em S. Julião do Tojal, próximo de Loures, proclamando-se em primeiro lugar em sessão da câmara dos deputados primeiro e, seguidamente, em sessão do Congresso¹⁶⁴. Aprovaram uma moção de

¹⁶³ Peres, 1954: 86.

¹⁶⁴ O Palácio da Mitra, vulgarmente conhecido como Palácio dos Arcebispos era uma antiga residência de veraneio, primeiro dos Arcebispos e depois dos Patriarcas de Lisboa, situando-se na freguesia de Santo Antão do Tojal, em Loures. O primitivo palácio foi mandado construir pelo arcebispo D.

Afonso Costa declarando fora de lei o Presidente da República e o governo e, portanto, ilegais todos os seus actos, incitando particularmente os funcionários públicos a não dar cumprimento às ordens ditatoriais do governo. De nada valeu perante os “congressistas” a voz de Bernardino Machado, que se ergueu em defesa de Manuel de Arriaga, lembrando que era um velho militante republicano a quem se deveria manifestar uma atitude de respeito. A assembleia não o consentiu. Apesar da “expectativa benévola”, dos evolucionistas e dos unionistas perante as medidas tomadas por Pimenta de Castro, particularmente a nova lei eleitoral e a recusa da reunião do Congresso, elas não deixaram de causar abalo no próprio governo, levando à demissão do ministro das Finanças, Herculano Galhardo.

No congresso do Partido Democrático, reunido entre 28 e 30 de Março, Afonso Costa criticava António José de Almeida de “com o coração a sangrar apoiar este governo de insignificantes, presidido por um doido e guiado por um traidor, o Sr. Brito Camacho”¹⁶⁵. Aos protestos do Partido Democrático contra os actos do governo juntaram-se a Câmara de Lisboa e as juntas de paróquia. Pimenta de Castro continuava, contudo, a usufruir do apoio de António José de Almeida que, no congresso do seu partido ocorrido em Lisboa em 10 de Abril de 1915, lhe teceu um forte elogio apelidando-o de grande patriota e lealíssimo republicano.

Com o parlamento suspenso e as eleições adiadas para Junho, assim como a grande manifestação de aplauso ao gabinete do general no dia 11 do mesmo mês, todos estes factores se conjugavam para encorajar o governo a prosseguir nas intenções de congregar em seu redor outras forças, nomeadamente a dos monárquicos. Foi nessa vertente que se concretizou a lei da amnistia. A benevolência total para com os monárquicos condenados e presos por actos de violência contra a República e a abertura dos seus centros, com a permissão de propaganda para derrubar o regime, não foi apenas considerada como um acto ofensivo para os democráticos, mas também retirou a Pimenta de Castro a simpatia e o apoio de muitos republicanos conservadores, considerando-a uma traição à República. No congresso partidário de 2 e 3 de Maio já os Unionistas protestavam contra a nomeação de diversas personalidades, manifestamente contrárias à República, para cargos da administração pública e de autoridade e, juntamente com outros motivos de ordem eleitoral, cancelaram o apoio ao chefe do Governo.

Nos últimos dias de Abril e no início de Maio alguma imprensa, particularmente os jornais *O Povo*, *O Mundo* e *A Montanha* foram criando uma vaga de fundo manifestando abertamente

Fernando de Vasconcelos, cerca de 1554, sendo este arcebispo também o responsável pela construção da Igreja Matriz de Santo Antão do Tojal.

¹⁶⁵ Peres, 1954: 90

a urgência de uma revolução, já não apenas para salvar a República mas para restaurá-la. No dia 12 uma junta revolucionária encabeçada por António Maria da Silva e os jovens turcos Álvaro de Castro, Freitas Ribeiro, Norton de Matos e Sá Cardoso decidiu pôr fim ao governo de Pimenta de Castro, escolhendo o capitão-de-fragata Leote do Rego para assumir o comando. A estratégia projectou-se e desenvolveu-se em moldes semelhantes às de 4 e 5 de Outubro de 1910. A “guerra intermitente” de que fala António Telo consolidava-se entre os militares.

Na tarde de 14 de Maio Pimenta de Castro, ao verificar que até alguns elementos afectos ao seu próprio governo tinham transitado para os revoltosos, acordou em pedir a demissão do seu gabinete. No dia seguinte o major Sá Cardoso, membro da junta revolucionária, proclamava na varanda da Câmara Municipal de Lisboa a legalidade e o triunfo da revolução, anunciando a constituição de um novo governo. Este deveria ser presidido por João Chagas, que se encontrava no Porto juntamente com Afonso Costa. Porém, num acidente sobejamente conhecido de que foi alvo também o senador João de Freitas, ficou ferido quando viajava no comboio para Lisboa, não lhe permitindo tomar posse como chefe do executivo, que acabou por ser presidido interinamente por José de Castro. Entretanto, seriam presos o ministro da Marinha Xavier de Brito, Machado dos Santos e, mais tarde, o próprio Pimenta de Castro. Após o armistício iniciou-se nos dias seguintes um período sangrento nas ruas com assaltos e incêndios a casas, sedes de jornais e centros monárquicos, particularmente dos apoiantes de Pimenta de Castro, incluindo unidades militares e até o palácio do Presidente da República. Marinheiros e civis armados realizaram saques sem qualquer controlo da junta revolucionária. Um dos factos que viria a ter um forte simbolismo, cerca de dois anos mais tarde, foi o que se passou com os cadetes da escola de Guerra na rua Gomes Freire, de que dá conta António Telo:

“Os cadetes são obrigados a formar na parada e entregar as poucas armas que têm, mas, assim que o fazem, começa uma fuzilaria tremenda, que não se sabe ao certo de onde parte. Há vários mortos e feridos nesse dia, (...) Os cadetes, agredidos e enxovalhados, são levados pela multidão em fúria para o Arsenal – não é para admirar que, em Dezembro de 1917, estes jovens fossem os primeiros a sair para a rua para apoiar Sidónio Pais”¹⁶⁶.

Muitos militares foram convencidos a mudar-se para o lado dos revolucionários sob o pretexto de que estes estavam a lutar para salvar a República, nada tendo a ver com o Partido Democrático. A fractura na instituição militar tornava-se cada vez mais evidente.

¹⁶⁶ Telo, 2010: 325

Não cabe neste estudo uma elaboração pormenorizada de toda a problemática conjuntural do governo que levaria ao derrube de ditadura Pimentista. Não se duvida, contudo, que o movimento do 14 de Maio permitiu reinstalar os democráticos no poder, com a eleição de Bernardino Machado para Presidente da República em Agosto de 1915 e Afonso Costa a chefiar o seu segundo gabinete em final de Novembro do mesmo ano. Agora os democráticos, com uma maioria no Parlamento, um governo e um presidente apressavam-se a forçar a beligerância, desencadeando uma violenta campanha contra os militares que se manifestavam contra a participação portuguesa no conflito europeu: voltava a pairar o espectro da intervenção na guerra. Nesse contexto, pode inferir-se que a revolução de 14 de Maio marcou uma viragem no comportamento dos militares face ao novo poder político. De expectante, e em alguns casos de colaborante, até ao golpe de 14 de Maio de 1915 parte dos militares passaria a assumir uma atitude contestatária, manifestando-se contra a intervenção activa de Portugal na guerra. Mas o governo democrático encontrava-se decidido a entrar no conflito a todo o custo, não porque a invasão espanhola estivesse iminente ou porque houvesse razões evidentes para demonstrar que o império colonial estivesse em perigo, mas porque era necessário manter e consolidar o partido no poder. O país encontrava-se cada vez mais ingovernável com vagas de assaltos, organizadas e generalizadas de norte a sul¹⁶⁷.

O governo iria agora incentivar a criação do movimento de unidade nacional, que congregasse todos os portugueses a favor da Inglaterra e do partido. Aqueles que manifestassem uma atitude diferente eram, para João Chagas, indivíduos menores e medíocres. Referindo-se a Brito Camacho, um dos principais opositores, Chagas alude ironicamente à sua parca inteligência: “este Camacho tem a admiração de todos os medíocres do tipo de Sidónio, nulos, mas diplomados. (...) Tudo quanto as escolas portuguesas têm produzido de *non valeurs* vai para ele”¹⁶⁸. Augusto de Vasconcelos, na altura ministro em Madrid, é descrito como irmão gémeo de Camacho, magro, alto, delgado, ligeiramente corcunda e simioso (sic)¹⁶⁹. A António José de Almeida chama nulo e iletrado, afirmando que a República não gerou senão mediocridades. Nem o ministro da Inglaterra em Lisboa Sir Lancelot Carnegie escapou à crítica de João Chagas, sendo acusado de muito *honorable* mas pouco sagaz¹⁷⁰.

¹⁶⁷ Nas manifestações em Trás-os-Montes e Alto Douro, Lamego, Régua, Alijó, verificou-se um elevado número de mortos.

¹⁶⁸ Chagas, 1932, Vol III: 224.

¹⁶⁹ Chagas, 1932, Vol III: 315.

¹⁷⁰ Chagas, 1932, Vol III: 298.

As forças armadas encontravam-se, efectivamente, em franca divisão interna e numa relação já diferente com o governo, não apenas pela mudança da estratégia política relativa à questão europeia como também no que respeitava à defesa das colónias.

Na reorganização do exército colonial preconizada pela República previa-se que se tornasse quanto possível independente, reduzindo ao máximo os efectivos europeus nas unidades ultramarinas e, se houvesse necessidade de recorrer ao exército da metrópole, que se fizesse em regime de voluntariado. O receio de que a guerra na Europa tivesse consequências mais graves nos territórios portugueses de África do que no continente e ilhas, os governos decidiram enviar corpos expedicionários militares para Angola e Moçambique a fim de prevenir a sua defesa, decisão que contrariava a filosofia subjacente à criação de um exército colonial independente. Esta mudança política, que alterou todo o esquema de formação de um novo exército colonial, decorreu num clima de desagrado no seio da instituição militar no continente, agravado pelas fracas condições de transporte para a África, a falta de preparação e a longa permanência das tropas nas colónias, como relata Gomes da Costa em *Guerra das Colónias*¹⁷¹.

Foram, sem dúvida, os sucessivos desentendimentos e erros dos agentes políticos e dos seus caudilhos que, ao longo dos anos de 1915 e 1916, abriram um fosso cada vez maior entre os militares e o poder político e uma divisão entre os próprios militares e as forças de segurança.

Esta mudança na instituição castrense viria a agravar-se com a decisão de entrar na guerra, a instrução em Tancos e o embarque das unidades para França e com as sublevações de algumas tropas ao longo da viagem até às trincheiras, como se tratará nos pontos seguintes.

5. A Declaração de Guerra e a preparação do CEP; Tancos e a Divisão de Instrução

A assinatura em Abril de 1915 dum tratado secreto entre os aliados e a Itália, que levou este país a entrar no conflito, veio alterar a correlação de forças no mediterrâneo, permitindo aos aliados uma superioridade naval e deixando não só de se temer um eventual alinhamento da Espanha com Berlim, mas tornando também a Inglaterra mais receptiva às insistências do governo de Lisboa, como afirma António José Telo¹⁷². Por outro lado, a aprovação pelo Reichstag em Berlim de uma guerra submarina imediata e irrestrita em Março de 1916, tornara-se cada vez mais preocupante para os aliados. Os combates navais à superfície encontravam-se num impasse sem vencedores e vencidos já que, tanto dum lado como do

¹⁷¹ Costa, 1925: 66-67.

¹⁷² Telo, 2010: 330.

outro, ora se considerava uma grande vitória ou uma grande derrota, como testemunha Vera Brittan após a Batalha da Jutlândia, em que morreram afogados 6097 marinheiros britânicos e 2551 alemães: “Estamos a celebrar uma gloriosa vitória naval ou a lamentar uma ignominiosa derrota¹⁷³? Para os britânicos, o resultado da batalha da Jutlândia terá sido uma desilusão já que, apesar da sua frota naval ser muito superior em número à dos alemães, não conseguiu quebrar-lhe ou anular-lhe o poder. Depois deste combate considerado uma punição, os alemães decidiram não arriscar de novo uma batalha naval e aumentaram a campanha submarina.

Sob variados pretextos, tanto navios de guerra como navios mercantes eram afundados pelos submarinos alemães. E seria por esta via que os germânicos, pensando ainda no arrojado e bem-sucedido projecto de Tirpiz, estariam convencidos de que iriam ganhar a guerra.

A nova correlação de forças no mediterrâneo e o crescimento da ameaça submarina fizeram com que se alterasse a posição britânica sobre Portugal, o que viria de encontro às intenções do Partido Democrático no poder. Como a posição de vários partidos políticos, de algumas elites conservadoras e da sociedade em geral era contra o que consideravam ser uma simples oferta de entrar na guerra, o governo tentava por todas as formas convencer a Inglaterra a fazer o pedido em nome da aliança, nem que para isso fosse necessário ir contra a opinião pública. Se isso viesse a acontecer, estaria justificada a posição interna em relação à intervenção portuguesa e beneficiaria de todo o tipo de apoio da aliada. A oportunidade aconteceu em Fevereiro de 1916, com a questão dos navios alemães abrigados em portos portugueses desde Agosto de 1914, quando começara a guerra. Embora o incentivo tenha partido do governo francês, foi contudo a Inglaterra a dar o passo. João Chagas, apercebendo-se da desesperada situação interna dos radicais portugueses e movimentando-se com alguma influência nos meios diplomáticos e governativos de França, igualmente republicana ao contrário duma Inglaterra monárquica, pediu a intervenção urgente da França junto da Grã-Bretanha¹⁷⁴. Foi na sequência deste apelo que o primeiro-ministro Aristides Briand propôs que Portugal requisitasse os navios alemães que se encontravam nos portos portugueses e que os alugasse depois à França. Para António Telo (2015), “este aluguer solucionava o problema financeiro nacional, levava à beligerância e permitiria manter os radicais no poder”¹⁷⁵. Em fins de Dezembro de 1915, a França comunicou ao governo britânico que iria pedir a Portugal a requisição dos referidos navios. Esta posição de força do governo francês colocava os ingleses

¹⁷³ Guilbert, 2007: 382.

¹⁷⁴ Telo, 2015: 241.

¹⁷⁵ Telo, 2015: 241.

num dilema: deixar o assunto nas mãos de Paris, significando que Portugal entrava na guerra apoiado pela França, pondo em causa a velha aliança, ou assumirem os britânicos a chefia do processo¹⁷⁶. Foi esta a decisão tomada pelo governo de Londres, informando Paris de que iria dar indicações a Lisboa para a requisição dos navios, aceitando também o pedido de financiamento de Afonso Costa.

O *Memorandum* de Sir Carnegie de 17 de Fevereiro dirigido ao governo da República iria ser fatal para os militares, e um grande alívio para os democráticos radicais. A guerra estava à vista. Em nome da aliança, o governo britânico solicitou ao governo português “a requisição urgente de todos os navios inimigos estacionados em portos portugueses, os quais deveriam ser usados para comércio português”¹⁷⁷. Esta seria a justificação que o governo de Lisboa deveria apresentar ao de Berlim. O telegrama de 23 de Fevereiro que o ministro dos Negócios Estrangeiros Augusto Soares enviou a Sidónio Pais através da delegação de Portugal em Haia, e cujo conteúdo deveria apresentar ao governo alemão, era revelador de grande hipocrisia: “Governo tomou decisão de requisitar navios alemães surtos em portos portugueses em face das necessidades do país”¹⁷⁸. Esta tarefa tornara-se extremamente desconfortável para o embaixador de Portugal em Berlim, cujo esforço para o desenvolvimento das relações económicas, sociais, políticas, diplomáticas e particularmente na aceitação do regime republicano tinha obtido um resultado altamente positivo. Em 26 de Fevereiro, Sidónio apresentou-se no ministério dos Negócios Estrangeiros alemão tendo sido recebido pelo secretário de Estado, a quem comunicou a decisão do governo português. O executivo alemão exigiu a revogação do decreto que permitia a requisição dos navios, pedindo uma resposta no mais curto prazo possível. Em 2 de Março Sidónio tentou ainda, em vão, chamar a discussão para o terreno do Direito, afirmando que os navios não se destinavam a inimigos da Alemanha. Porém o seu amigo Jagow, secretário de Estado, não se deixou iludir pelas “boas” intenções dos governos de Lisboa e de Londres, terminando bruscamente a conversa com Sidónio e dizendo-lhe que em breve seria dada uma resposta ao governo português¹⁷⁹. Seria este o último acto diplomático do ministro plenipotenciário da legação de Portugal em Berlim. O governo alemão estava muito bem informado através do seu ministro em Lisboa, Sr. Rosem, das pretensões do executivo português. Perante as várias provocações e recusas de negociações a

¹⁷⁶ Telo, 2015: 241.

¹⁷⁷ *Portugal no Conflito Europeu*. Documentos apresentados ao Congresso da República em 1920 pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, 1ª Parte, Doc. 330, p. 233, Lisboa, Imprensa Nacional, 1920. Também conhecido por *Livro Branco* da Primeira Guerra Mundial.

¹⁷⁸ *Portugal no Conflito Europeu*, ou *Livro Branco*, doc. 333: 236.

¹⁷⁹ Idem, doc. 352: 249.

Alemanha não transigiu e, em 9 de Março de 1916, respondeu com a declaração de guerra a Portugal: “O Governo Imperial vê-se forçado a tirar as necessárias consequências do procedimento do Governo Português. Considera-se de agora em diante como achando-se em estado de guerra com o Governo Português”¹⁸⁰. A explosão de alegria de João Chagas é significativa do estado de espírito do grupo de republicanos radicais, que apostavam tudo na política de forçar a beligerância: “Alleluia! A Agência Wolff anuncia o rompimento das relações diplomáticas da Alemanha com Portugal”¹⁸¹. A “dádiva de Marte” tinha descido finalmente sobre os republicanos radicais. A satisfação do ministro de Portugal em Paris atingiria o delírio quatro dias depois, ao ser recebido no ministério dos Negócios Estrangeiros anunciando que chegara o momento mais alto da história de Portugal: “Ao subir esta manhã as escadas do MNE, Portugal subia a uma das eminências da sua história, o momento mais alto da nossa história”¹⁸².

Se, por um lado, a Inglaterra tinha necessidade dos navios alemães abrigados em portos portugueses por outro pode depreender-se que, pela justificação a apresentar ao governo alemão, não estaria ainda interessada na entrada directa de Portugal na beligerância. A colaboração militar portuguesa implicava a formação de uma força moderna capaz de ser enviada para as linhas da frente em França, onde os meios e as tácticas de combate tinham evoluído consideravelmente, em nada comparáveis com as campanhas militares levadas a cabo pelo exército português nas colónias africanas. Tudo envolveria um grande esforço técnico, logístico e financeiro de que Portugal não dispunha e que a Inglaterra não estaria disposta a suportar. Por isso, recomendou ao governo de Lisboa que se preparasse apenas para defender as costas e os portos do seu território e, em particular, as colónias africanas. Não era esse, de modo algum, o objectivo de Afonso Costa. Os democráticos radicais, como já se afirmou anteriormente, pretendiam a todo o custo entrar directamente na beligerância com forças militares. Para isso Afonso Costa, aproveitando a oportunidade de ouro para levar Portugal para o conflito obrigando a Grã-Bretanha a ceder, serviu-se da arma dos navios apreendidos à Alemanha, como afirma António Telo¹⁸³. Nesse sentido, nos meses de Junho e Julho de 1916 deslocou-se a Londres acompanhado de Augusto Soares a fim de negociar as condições da participação das forças portuguesas. Após todos os esforços dos ministros, a Inglaterra acedeu ao envio do corpo expedicionário português para França assumindo todos

¹⁸⁰ Idem, doc. 35: 250.

¹⁸¹ Chagas, 1932, Vol III: 217.

¹⁸² Chagas, 1932, Vol. III: 220.

¹⁸³ Telo, 2010:336.

os custos de transportar, armar e treinar as tropas portuguesas. Por sua vez, Portugal cederia à Inglaterra 80% dos navios alemães, número que viria a ser reduzido mais tarde para 65% devido às precárias condições económicas em que vivia a população portuguesa por falta de navios comerciais que pudessem ser fretados para importação de produtos de primeira necessidade. Afonso Costa alcançara finalmente o objectivo ambicionado: ir para a guerra ao lado da Inglaterra, ainda que isso custasse o endividamento e o empobrecimento do país, a fome e a miséria da população. Numa entrevista concedida ao jornal *O Século* em 7 de Agosto de 1917, Norton de Matos punha de parte todos os problemas do país de índole política, social ou financeira para se concentrar exclusivamente na questão da guerra: “os dinheiros da Nação temos de gastá-los na guerra”¹⁸⁴. Acrescente-se que esta contradição, segundo Alves de Fraga, não poderia ser explicada por Afonso Costa e pelo Partido Democrático¹⁸⁵ à opinião pública.

Era demasiado claro que o governo alemão tinha todas as razões para desconfiar da justificação apresentada pelo governo português para apreensão dos seus navios: não seria para satisfazer as necessidades do país, mas para serviço da Inglaterra e dos aliados, justificando assim a expressão do *Memorandum* enviado a Portugal considerando-o “vassalo da Inglaterra”¹⁸⁶.

Em 25 de Novembro de 1914, na perspectiva da entrada na guerra o governo resolvera criar a Divisão Auxiliar Portuguesa constituída por um efectivo de 22 461 homens. Porém esta iniciativa governamental, impulsionada particularmente pelos militares afectos ao Partido Democrático, teve uma oposição significativa das forças armadas que, em Janeiro de 1915 como já foi referenciado colocariam Pimenta de Castro no poder, no sentido de ser interrompida a hipotética preparação da divisão auxiliar. Os democráticos conspiraram e, em 14 de Maio do mesmo ano, voltaram de novo ao poder reiniciando as actividades de preparação da força expedicionária. Declarada a guerra a Portugal pela Alemanha a 9 de Março de 1916, o deputado do Partido Democrático Alexandre Braga, numa sessão do Parlamento do dia seguinte, propôs a formação dum ministério de expressão nacional com representação de todos os partidos no sentido de acalmar, pelo menos temporariamente, o ambiente conflituoso da vida política. Como era de prever, aderiram de imediato os

¹⁸⁴ O Jonal *O Século*, 7 de Agosto de 1917, “Entrevista com o Senhor Norton de Matos”.

¹⁸⁵ Fraga, 2010: 160, nota 11.

¹⁸⁶ O barão Rosen, ministro da Alemanha em Lisboa, quando ao ler a nota da declaração de guerra ao Ministro dos Negócios Estrangeiros considerando Portugal como vassalo da Inglaterra, Augusto Soares ergueu-se e interrompendo Rosen perguntou-lhe quantos passaportes desejava. No dia seguinte abandonava Portugal, acompanhado até à fronteira por um secretário do MNE. Brito Camacho, *Portugal na Guerra*, p 245.

democráticos e uma parte dos evolucionistas seguidores de António José de Almeida. Brito Camacho e os unionistas dariam a sua anuência se participassem igualmente os socialistas e os monárquicos. Os socialistas do norte, que eram contra a guerra, aprovaram uma moção em que declaravam não ter quaisquer responsabilidades no estado de guerra a que Portugal chegara e que, por isso, entendiam não dever aceitar qualquer participação no ministério que se viesse a formar. Os monárquicos recusaram também participar na constituição do novo governo uma vez que, antes da requisição dos navios, teriam tido conhecimento duma proposta do governo alemão de apoio à restauração da monarquia portuguesa em troca do seu contributo para a não intervenção na guerra. A mesma recusa proveio dos independentes do grupo de Machado dos Santos. Perante a rejeição de socialistas e monárquicos, de insultos constantes de *traidor à pátria* e de *vendido à Alemanha* a Brito Camacho por parte dos democráticos, os unionistas não quiseram participar no que viria a chamar-se governo de União Sagrada. A pronta anuência de António José de Almeida valeu-lhe o prémio da chefia do gabinete, mas as pastas essenciais ficaram na mão dos democráticos: Afonso Costa nas Finanças, Norton de Matos na Guerra e Augusto Soares nos Negócios Estrangeiros.

Após a declaração de guerra, a preocupação essencial destes governantes com o apoio precioso do francófilo João Chagas iria agora concentrar-se na forma como deveria materializar-se a participação do país na beligerância europeia, sem contudo descurar a frente nas colónias africanas. Assim em 21 de Março, sob a ordem e o apoio entusiástico do ministro da Guerra Norton de Matos, foi ordenada a mobilização da “Divisão de Instrução” e nomeado para a comandar o general Fernando Tamagnini de Abreu e Silva, comandante da 5ª Divisão Territorial, com sede em Coimbra. Foi organizado o estado-maior da divisão, tendo como chefe o major Roberto Baptista, bem como os chefes de serviços da divisão de instrução, sem qualquer interferência do comandante nomeado¹⁸⁷. Aparentemente com este grupo estariam assegurados o controlo militar e a confiança política da divisão, independentemente de quem viesse a assumir o comando.

Afonso Costa escolhera o polígono de Tancos como região que maiores vantagens oferecia para a concentração de um número de tropas tão elevado como nunca acontecera no país. Estava localizado junto do rio Zêzere e do Tejo para o abastecimento de água, em cima de linhas de comboio próximo do Entroncamento, facilitando o transporte de pessoal, víveres e

¹⁸⁷ Constituíam o Estado-Maior além do Comandante Geral e do C.E.M. o Sub-Chefe Major Ivens Ferraz, capitães Vitorino Godinho e seu cunhado Maia Magalhães, Matias de Castro, Fernando Pereira, Hélder Ribeiro, Coutinho, Arrobas Machado, Abreu e Campos, quase todos pertencentes ao club da “Jovem Turquia”.

material¹⁸⁸. Abril de 1916 foi a data estipulada para o início da instrução. Todavia a resistência recorrente da obrigatoriedade de abandonar a terra natal, o afastamento da família, os efeitos da propaganda e, particularmente, a fraca liderança dos oficiais e a falta de disciplina das praças, nomeadamente de infantaria, atrasaram o calendário estabelecido. Durante a primavera de 1916 um número elevado de homens, provenientes de unidades de todo o país, afluiu a esse campo de instrução. Infantaria, cavalaria, artilharia, engenharia e administração militar criaram graves problemas decorrentes da logística, particularmente no que dizia respeito ao alojamento das tropas.

O primeiro obstáculo surgiu com o abastecimento de água, já que as fontes existentes não eram suficientes para as necessidades do efectivo de uma divisão. Resolveu-se proceder à elevação das águas do Zêzere e a tarefa de proceder ao reconhecimento e estudo indispensável foi confiada ao comandante da engenharia da divisão, major Filipe da Costa. Iniciados os trabalhos foram arrematadas as respectivas máquinas no estrangeiro as quais, por dificuldades de transporte, só chegaram a Lisboa depois da desmobilização da divisão¹⁸⁹.

Entretanto o problema foi ultrapassado pela informação transmitida pelo tenente-coronel Abílio de Sá de que junto ao polígono havia uma nascente, a do Loreto, com abundante e magnífica água suficiente para abastecer toda a divisão¹⁹⁰. No que se refere aos abrigos e alojamento também a questão não se tornou fácil. No mercado não havia lona para a construção de tendas e as fábricas exigiam preços elevados para as tecer. Segundo afirmação de Tamagnini, parece que alguém se lembrou de que no arsenal do exército deveriam existir as tendas de campanha utilizadas nas manobras de 1866, ordenadas pelo antigo ministro da Guerra Fontes Pereira de Melo¹⁹¹. A construção de um modelo de tenda de madeira para 16 militares, por iniciativa do capitão do estado-maior Matias de Castro, juntamente com as tendas do arsenal do exército e do serviço de saúde, foram a solução encontrada para o abrigo das tropas em Tancos.

De acordo com as primeiras negociações entre as missões militares portuguesa, britânica e francesa, a participação de Portugal no teatro europeu consistiria numa divisão reforçada,

¹⁸⁸ António Telo refere que a Espanha pediu explicações à Inglaterra sobre a concentração de tropas portuguesas tão próximas da sua fronteira, pois poderiam ser usadas para atacar Espanha. A Inglaterra respondeu que aquela concentração de tropas se destinava exclusivamente à divisão e a quele local tinha sido escolhido por estar em cima de das linhas de comboio: Esclarecimentos trocados entre Madrid e Londres como se Portugal não existisse. Telo, 2010: 335-336.

¹⁸⁹ Tamagnini, 1923, Parte I: XV.

¹⁹⁰ Idem, Parte I: XVII). É curioso e sintomático o comentário do Comandante Tamagnini: “A nascente era bem conhecida do comandante de engenharia da Divisão, que nunca falou nela”.

¹⁹¹ Idem, Parte I: XVIII.

constituída por 3 brigadas de infantaria, artilharia divisionária, elementos de apoio de combate e serviços num total de cerca de 34 000 homens, embora a intenção do governo fosse a criação de duas divisões auxiliares e duma divisão de instrução. A divisão auxiliar viria a tornar-se no núcleo do Corpo Expedicionário Português (CEP).

Parte significativa do exército não entendera a decisão política da entrada de Portugal na guerra, manifestando uma profunda relutância em marchar para a frente de batalha, agravando as rivalidades dos militares para com o governo e as clivagens dentro da própria instituição. Havia uma consciência generalizada de que o exército português não reunia as condições de equipamento, armamento e técnico-profissionais mínimas para ir combater numa frente cujos meios técnicos e tácticos se tinham vindo a desenvolver desde o início da guerra. Comandado ainda por uma boa parte de oficiais conservadores o exército não queria, efectivamente, ir para a guerra. Surtira efeito em muitos militares a forte campanha rejeitando a mobilização que os antibeligerantes, monárquicos, anarquistas, sindicalistas e unionistas tinham desenvolvido junto dos quartéis.

As primeiras reacções à política do governo e aos oficiais que incondicionalmente a apoiavam, ou que pela sua condição militar a cumpriam rigorosamente, surgiram logo na mobilização para Tancos. Foi o momento de pôr à prova a capacidade disciplinar de comando do general Tamagnini perante a facção militar que se opunha à beligerância nas condições que o governo pretendia. Em 22 de Abril de 1916, duas companhias do regimento de infantaria 21 aquartelado na Covilhã revoltaram-se incitadas por civis, recusando-se a abandonar o quartel e a seguir para Tancos. Foi o próprio comandante da divisão que se dirigiu à Covilhã, acompanhado por alguns oficiais do seu estado-maior e um batalhão de infantaria, no sentido de fazer cumprir a ordem e restabelecer a disciplina. O prestígio e a presença do general Tamagnini no quartel levaram a que as companhias sublevadas mudassem de atitude, obrigando-as a deslocarem-se para Tancos, desarmadas e escoltadas. E para exemplo de situações futuras semelhantes, houve sanções disciplinares aplicadas aos cabecilhas da sublevação, aos oficiais do regimento por incapacidade de impor a disciplina e até aos civis incitadores da revolta.

O comportamento das tropas da Covilhã constituiria um primeiro aviso e um alerta para o comandante da divisão de instrução. Para os militares, a ida para Tancos significava a concessão do passaporte de partida para a guerra o que, aliado às deficientes condições em que as tropas se encontravam naquele campo de instrução, poderia ser naturalmente favorável ao aparecimento de novos actos de insubordinação.

Em 22 de Julho, dias antes da marcha para o exercício final da instrução, realizou-se na charneca de Montalvo, situada entre Vila Nova de Constância e Abrantes, a cerca de 10 quilómetros de Tancos, uma parada geral. As tropas que se tinham concentrado durante cerca de três meses no polígono desfilaram, com pompa e circunstância, perante uma tribuna construída para o efeito onde se encontravam o Presidente da República, o governo, membros do corpo diplomático e adidos militares. Escreve Tamagnini que assistiram ao desfile oficiais e civis idos de Lisboa, muitas senhoras, assim como grande número de habitantes das povoações próximas¹⁹². Após o desfile foi servido um lanche aos convidados mandado preparar pelo ministro da Guerra, durante o qual se fizeram vários brindes, um dos quais ao comandante da divisão que recebeu o abraço do Presidente da República e ministros, sendo apelidado por um deles de “glorioso general”¹⁹³.

Nos dias seguintes porcedeu-se à desmobilização e as tropas iniciaram a partida para os seus quartéis, tendo os últimos batalhões chegado às unidades no dia 8 de Agosto.

Em 15 de Agosto, de acordo com as intenções do governo democrático, o ministro da Guerra ordenou a mobilização da 1ª divisão territorial de modo a manter em Tancos uma 2ª divisão comandada pelo general Pereira d’Eça, que deveria ficar pronta para entrar em operações.

Embora a problemática da divisão de instrução de Tancos não constitua elemento essencial deste estudo, entende-se importante abordá-la liminarmente em duas perspectivas diferentes: para os optimistas, Tancos constituiu um milagre, “o milagre de Tancos” como lhe chamaram os democráticos, pela forma tão rápida e eficiente com que se mobilizara e concentrara um número tão elevado de tropas e uma enorme dimensão de recursos humanos e materiais, com um processo sem falhas, como se afirmava na propaganda guerrista. As missões militares estrangeiras que visitaram o campo de instrução elogiaram vivamente os seus comandantes e os dirigentes políticos. Tamagnini não se poupou em citar as declarações dos comandantes espanhóis D. Eduardo Raselga e D. Joaquim Aramburu, veiculadas pelo nº 5 da publicação *La Guerra e su preparacion*, de Setembro de 1916:

Apesar de estas desfavorables condiciones, el desfile resultó brillantissimo y fueso manifesto el perfecto entrenamiento de las fuerzas que tomaran parte en la revista (...). La impresion que sucamos del conjunto no puede ser mas favorable (...). Hemos admirado en el ejercito portuguez el espiritu que anima a todos sus individuos y la perfecta instruccion que acredita de capases y entusiastas a sus jefes y oficiales, y de aptos subordinados vigorosos a los soldados¹⁹⁴.

¹⁹² Tamagnini, Idem: XXX.

¹⁹³ Tamagnini, Idem: XXXI.

¹⁹⁴ Tamagini, Idem: XXIX e XXXI.

Durante as operações passaram pelo polígono de Tancos o presidente do Ministério, os ministros das Finanças e da Guerra, o subsecretário da Guerra, os generais Rodrigues Ribeiro, Pereira d'Eça, Mendonça e Matos, Macedo e Brito e o comandante da divisão naval, Leote do Rego, oficiais brasileiros de passagem por Lisboa a caminho de França e dois oficiais espanhóis que assistiram a alguns exercícios. O general Ferreira Martins, intervencionista e fervoroso adepto do milicianismo, ao referir-se a Tancos na sua obra *Portugal na Grande Guerra* (1934) não se coíbiu de afirmar que *O Milagre* “fez sair em pouco tempo do nada o que era então o misérrimo exército português, uma divisão devidamente organizada e apetrechada, que durante três meses de trabalho se preparou convenientemente para entrar em campanha na metrópole e fora dela”¹⁹⁵. É a narrativa oficial e conveniente dum militar do estado-maior do CEP que se empenhou na entrada de Portugal na guerra. Na perspectiva otimista, Tancos tornara-se num grande centro da formação e instrução de um exército capaz de resistir e superar todos os obstáculos. Na mesma sintonia se encontra Vitorino Magalhães Godinho ao enaltecer a excelente formação das tropas portuguesas em Tancos, no que se refere ao treino com metralhadoras orientado pelo capitão Vitorino Henriques Godinho, grande conhecedor desta arma na missão de defesa e contra-ataque¹⁹⁶. E considerando os exercícios praticados no polígono com a metralhadora, Magalhães Godinho conclui que “se comprova que as forças armadas portuguesas estavam preparadas para enfrentar esta arma de efeito psicológico devastador e para utilizar em campanha com eficácia”¹⁹⁷. Magalhães Godinho tinha razão em afirmar que a metralhadora produzia um efeito psicológico devastador nos militares, mas não só, provocava também consequências arrasadoras frente ao inimigo. Contudo, não foram as metralhadoras usadas nos exercícios de Tancos que as tropas portuguesas levaram para a frente de combate. Magalhães Godinho refere-se ainda aos novos instrumentos de ataque como a utilização do tanque de guerra, os vários tipos de gases e os progressos nas comunicações (a radiotelegrafia e o telefone), as motos e as bicicletas que caracterizavam a “guerra moderna”, para reafirmar que “não podemos deixar de constatar que as forças portuguesas se prepararam a sério e de acordo com a evolução que se estava a processar”¹⁹⁸. Assim, seria neste sentido que se deveria entender, segundo aquele oficial, o

¹⁹⁵ Martins, 1934: 104).

¹⁹⁶ Vitorino Henriques Godinho, pai de Vitorino Magalhães Godinho, frequentou em Lisboa a Escola do Exército (Infantaria) e o curso do Estado-Maior. No 5 de Outubro era tenente, sendo promovido a capitão em 1912 e a major em 1917. Eleito deputado para a Constituinte pelo PRP viria a aderir ao Partido Democrático. Durante a I Guerra Mundial desempenhou as funções de Chefe do Serviço de Informações e do Estado Maior da 2ª Divisão.

¹⁹⁷ Godinho, 2005: 148.

¹⁹⁸ Idem: 149.

esforço de guerra da República Portuguesa: “Não seguir este caminho, é cair no logro da propaganda contra o regime, e a democracia em geral, ou de certas tendências tortuosas de alguns “interesses britânicos”¹⁹⁹. A perspectiva de Fernando Rosas não se orienta no mesmo sentido, ao afirmar que Afonso Costa desconhecia totalmente o que era necessário para manter um país em guerra: “não deixa de ser significativo que a cegueira voluntarista e a retórica tenham impedido os afonsistas e os seus aliados intervencionistas de compreender o que significava mobilizar para fazer a guerra tecnologicamente mais avançada e exigente que a humanidade alguma vez disputara, um país como Portugal”²⁰⁰.

Tancos fora o “milagre” desejado pelos partidários da intervenção e que terminaria com um *show* de “fim da festa”²⁰¹ como se de uma vitória se tratasse e os soldados estivessem ansiosos pelo regresso a casa.

Do lado oposto, para os menos optimistas, ou mesmo pessimistas, o “milagre” não foi tão óbvio como se pretendia fazer crer. Isabel Pestana Marques (2008) ao referir-se a este assunto afirma que a instrução realizada no polígono de Tancos de pouco ou nada serviu para aplicação em França. As armas eram diferentes, as tropas portuguesas tiveram de se adaptar às novas tácticas de defesa e à orografia diferente dos campos planos e pantanosos da Flandres, que em nada se comparavam ao solo acidentado e seco do norte do Ribatejo, com a agravante de lhes ser distribuída uma alimentação de campanha que em nada se assemelhava ao paladar da comida tradicional portuguesa. Não faltaram as críticas contra as marchas longas, extenuantes e sem ritmo da infantaria, os exercícios de cavalaria descabidos para uma guerra de trincheiras, a inexistência de exercícios intensivos de granadas, morteiros, metralhadoras e lançamento de gases e o treino com espingardas, que nunca iriam utilizar na frente de combate²⁰². O próprio comandante, apesar de todos os elogios, viria mais tarde a lamentar o ambiente pouco propício à preparação teórica e prática dos militares pela falta de ocupação das praças nos tempos de lazer, proporcionando um clima de ociosidade, indisciplina e desrespeito para com a hierarquia, com o apoio de muitos oficiais contrários à guerra e da propaganda antiguerrista. Aliás, Tancos serviria como uma espécie de “santuário” ou fenómeno militar onde políticos, civis e oficiais de toda a espécie se poderiam dirigir tanto em jeito de romaria, como usufruindo dum agradável passeio, “imaginando um dia de regabofe”²⁰³. Um caso paradigmático desta situação é narrado pelo general Tamagnini: Norton de Matos lembrara-

¹⁹⁹ Idem: 150.

²⁰⁰ Rosas, 2010: 95-96

²⁰¹ Termo utilizado por Luís Alves de Fraga in *Portugal na Grande Guerra*, 2006): 281.

²⁰² Pestana Marques, 2008: 28.

²⁰³ Tamagnini, 1923, Parte I: XXIX.

se de convidar todos os oficiais que assim o desejassem para visitar o acampamento, colocando à sua disposição em Lisboa um comboio com passagem gratuita. Numa manhã desceram em Tancos mais de 150 oficiais, mas como não houve qualquer aviso prévio da sua chegada não foram aguardados na estação, tendo de percorrer algumas centenas de metros até ao polígono. Esta falta de comunicação provocou um enorme desagrado entre alguns oficiais “pouco educados e muito inconvenientes” que, chegando ao quartel, “invadiram a cozinha, exigindo dos rancheiros café, pão e o que lhes lembrou exigir, partindo chávenas pertencentes à Escola de Aplicação de Engenharia e cometendo outros actos de vandalismo, salientando-se nesta edificante cena (sic) uns oficiais superiores”!²⁰⁴

No prefácio ao livro do major Vasco Vieira de Carvalho *A 2ª Divisão Portuguesa na Batalha de La Lys, (9 de Abril de 1918)*, publicado em 1924, Tamagnini viria a confirmar que o ambiente de indisciplina no meio das tropas portuguesas não se ficou apenas por Tancos mas manteve-se ao longo de toda a missão do CEP, desde as vésperas da partida, durante o transporte e mesmo depois do desastre de 9 de Abril: “as tropas partiram para França, não mantendo o grau de disciplina, que seria mister, nalguns batalhões do primeiro troço expedicionário”²⁰⁵. Este assunto será abordado mais adiante.

Se a derrocada do CEP terá começado com a tomada de poder de Sidónio Pais como veladamente dá a entender Luís Alves de Fraga²⁰⁶ e de forma bem mais clara Vitorino Magalhães Godinho²⁰⁷, para Isabel Pestana Marques, baseando-se nas memórias do general Tamagnini, Tancos terá sido o início do fim: “Poucas vozes se ergueram e ninguém de direito as ouviu. As sugestões de alterações e adaptações a fazer em Tancos encheram-se de pó nas gavetas do ministério da Guerra”²⁰⁸. Eram flagrantes as contradições do governo acerca da preparação das tropas. Três meses de instrução não estariam em conformidade com as declarações feitas pelo próprio Afonso Costa em sessões parlamentares, alguns anos antes. De facto, em 1 de Maio de 1913 Afonso Costa afirmava num discurso com muita convicção: “Nós, para gozarmos a nossa defesa, tanto em terra como no mar, carecemos de alguns anos”²⁰⁹. E em 15 de Maio do mesmo ano corroborava a ideia de que “um exército não se

²⁰⁴ Idem, Parte I: XXX e XXXI.

²⁰⁵ Vasco Carvalho, 1924: VI.

²⁰⁶ Fraga, 2010: 487. “Seria faltar à verdade histórica afirmar que toda a derrocada do CEP começou exactamente com a tomada do poder por Sidónio Pais.

²⁰⁷ Godinho, 2005: 178. “A reconstrução sidonista (...) vai proliferando ao sabor de pressões sucessivas, sem coerência a não ser quanto a duas linhas mestras: alicerçar o estado autoritário e dismantlar o CEP.

²⁰⁸ Marques, 2008: 29.

²⁰⁹ Camacho, 1936: 242.

educa em poucos meses”²¹⁰. Miguel Dias Santos, citando uma carta de Luís de Magalhães a D. Manuel II datada de 16 de Agosto de 1916 acerca da instrução das tropas em Tancos, refere o seguinte: “Quanto ao “milagre de Tancos” não passaria de pura pantomina. Ao fim de dois meses de instrução conseguiu fazer-se uma parada”²¹¹. António Telo, porém, vai mais longe demonstrando que o fracasso do CEP terá começado em 1914 quando foi tomada a decisão de levar Portugal para a guerra. A política militar nacional tradicional não estava preparada para organizar grandes expedições para ir combater numa frente de guerra mais exigente na Europa. “É a incapacidade da direcção política de conceber uma estratégia realista que a leva a conceber a pedir o impossível (...) o erro principal é a má estratégia política, tudo o resto é consequência”²¹². Para este historiador, a entrada na guerra não arrastou apenas o exército para uma situação de fractura interna irreversível, levou com ela também o regime: “A República enquanto regime e enquanto grande projecto nacional morre na guerra”²¹³. Os guerristas fizeram passar para a opinião pública, incluindo os visitantes estrangeiros, que Tancos fora efectivamente um autêntico *show*, um sucesso. Era necessário, contudo, aguardar pelos resultados no terreno.

Terminada a instrução, o governo entendia que as tropas estariam prontas para embarcar. Porém, até à saída dos quartéis os antigueristas civis e militares não iriam facilitar a tarefa ao governo. Era seu propósito provocar motins e protestos em todo o país por ocasião da partida dos primeiros militares. Foi com esta intenção que, em 13 de Dezembro de 1916, estalou em Tomar um movimento antiguerista chefiado por Machado dos Santos, numa última tentativa de estancar a corrente de mobilização para a frente de batalha através da demissão do chefe do governo. O movimento, que ficou conhecido pelo “13 de Dezembro”, como afirma o general Tamagnini, deflagrou no momento de grande tensão provocada pela campanha contra a intervenção com folhetos e cartazes espalhados pelas ruas e quartéis. Teve a adesão de muitos oficiais, embora se tenham manifestado unicamente as guarnições da Figueira da Foz, Tomar e, na primeira fase, o batalhão de infantaria 22 de Abrantes. As intenções de Machado dos Santos não eram desconhecidas dos democráticos. Os relatórios das várias unidades informavam existir um clima favorável a uma insubordinação e que haveria a disponibilidade de adesão de muitos oficiais que “sem reparo marcharam para África, mas resistiam a embarcar para França por não saberem se ao nosso país não tinha sido pedido auxílio, com

²¹⁰ Camacho. 1936: 242.

²¹¹ Santos, 2010: 34, citando uma carta de Luís de Magalhães a D. Manuel II, de Agosto de 1916

²¹² Telo, 2010: 442 e 443.

²¹³ Idem.

tropas para a Inglaterra”²¹⁴. Os serviços de informação do ministério da Guerra, chefiados pelo capitão Luís Galhardo e apoiados pelos grupos civis revolucionários com a missão de vigiar os inimigos do regime, proporcionaram ao governo e ao partido no poder as informações necessárias no sentido de esmagar qualquer tentativa anti-revolucionária e o golpe fracassou. Para o próprio Presidente da República não seria novidade, já que numa entrevista que teve na sua residência, em Setembro de 1915, quando era chefe do governo, Machado dos Santos lhe propusera um golpe de Estado pacífico, como declarou no Auto de Perguntas no comando da 7ª divisão do exército, em 16 de Dezembro de 1916 e na sua declaração de 8 de Fevereiro de 1917, no comando da 5ª divisão do exército. Bernardino Machado, porém, não lhe dera o seu acordo. Agora o golpe de Machado dos Santos deixava de ser pacífico e era bem claro quanto aos seus objectivos: “expulsar o Governo da presidência do Senhor António José de Almeida que se tornara réu dos maiores crimes, pela sua abjecta política internacional”²¹⁵. No dia 11 de Dezembro, praticamente nas vésperas do início do movimento, os serviços de informações comunicavam ao ministério da Guerra que, após analisados os boatos que corriam em Lisboa, alguns exagerados, tinham apurado a existência de entendimentos entre Brito Camacho, Alfredo Magalhães, defensor de governos extrapartidários e Machado dos Santos; que Maфра seria o eixo do pronunciamento militar e que dali pretendiam arrancar armas e munições; que todos os oficiais do quartel entrariam no movimento excepto o tenente Valente, que não concordara; que naquela madrugada Machado dos Santos convocara uma reunião onde organizara um ministério revolucionário a que faltava apenas o titular dos Estrangeiros e que o *complot* militar teria entendimentos no ministério da Guerra. O mesmo serviço adiantava que em todos os regimentos haveria, contudo, pessoas de confiança e que um alferes de infantaria teria sido nomeado para se entender com os revolucionários, informando de todas as ocorrências o ministério da Guerra. O capitão Amaral, que estava em Maфра, teria sido avisado para redobrar a vigilância; à Figueira da Foz, Coimbra e Braga tinha-se enviado uma pessoa de confiança; de Viseu havia um relatório completo e a Évora seria urgente mandar alguém ²¹⁶. O golpe falhado viria a ter consequências bem negativas na formação do CEP. Muitos oficiais dos batalhões sublevados, infantarias 15, 22 e 23, com sede respectivamente em Tomar, Abrantes e Figueira da Foz, foram enviados para a prisão. O objectivo do “herói da Rotunda” seria derrubar os democráticos do poder, formar um novo

²¹⁴ Tamagnini, Parte II: XLIV.

²¹⁵ AHM, 5ª Div. 3ª Sec. Caixa 1279, “Movimentos Revolucionários, Insubordinações Militares”.

²¹⁶ AHM, “Movimentos Revolucionários, Insubordinações Militares 1916/1917”, Caixa 1279, 5ª Div. 3ª Sec. Serviço de Informações.

governo e impedir o embarque do CEP para França? As duas premissas iniciais não deixam qualquer dúvida. Machado dos Santos tinha proposto o acordo a Bernardino Machado com esse objectivo. Conseguiu ainda fazer publicar no *Diário do Governo* um decreto pelo qual, como automeado ministro da Guerra e do Interior, demitia o ministério. Apesar de alguns oficiais do batalhão de infantaria 34 de Santarém e de infantaria 7 de Leiria se terem recusado a embarcar, não poderá afirmar-se com a mesma certeza o propósito de impedir o embarque das tropas para França, a acreditar na fiabilidade das respostas dadas no acto de inquirição a bordo no navio *Vasco da Gama*, após Machado dos Santos ter sido detido em Abrantes pelo coronel Abel Hipólito: afirmou ser partidário de Portugal na guerra e que, desde o princípio, defendera no seu jornal *O Intransigente* a participação incondicional ao lado da Inglaterra. Todavia, dava a entender que as tropas não estariam suficientemente preparadas e equipadas nem os objectivos bem definidos para enfrentar uma guerra na Europa, que poderia levar a um fracasso como acontecera no desastre de África²¹⁷. O fundador da República, como ele próprio se considerava, entendia ser tão ou mais legítimo o seu movimento para derrubar o governo como o fora o movimento revolucionário de 14 de Maio: “Os factos recentes dizem que em matéria de liberdade se está pior que no tempo em que o respondente se levantou contra a ditadura do senhor João Franco, e a mentira campeia nas altas regiões políticas e governativas sem que a censura permita que se esclareça o povo e se acautelem os seus destinos”²¹⁸. Às acusações feitas no seu *Diário de Governo*, Machado dos Santos respondeu contrapondo com o precedente do 14 de Maio, em que os revolucionários assaltaram a Imprensa Nacional e forjaram um falso *Diário* com decretos sem assinatura ou autorização do Presidente da República, o mesmo acontecendo com uma ordem do exército que apareceu com a assinatura de Basílio Teles como ministro da Guerra sem que este a tivesse sequer autorizado, não constando que alguém tivesse sido acusado por estas ilegalidades. Mas para o fundador da República a grande diferença entre os dois movimentos era que sendo o 14 de Maio “uma sangria que vitimou para cima de mil pessoas foi considerada um acto de patriotismo e no 13 de Dezembro não houve derramamento de sangue e, tendo-se entregue voluntariamente à prisão, foi condenado”²¹⁹. Os militares partidários da intervenção, constituindo-se juízes em causa própria, não se convenceram das “boas intenções” de Machado dos Santos e, apesar do republicanismo indubitável que retirava aos democráticos a

²¹⁷ AHM, 1ª Div., 3ª. Sec., Caixa 1279, “Movimentos Revolucionários, Insubordinações Militares, 1916-1917”.

²¹⁸ Idem.

²¹⁹ Idem.

possibilidade de o acusarem de golpista monárquico, enviaram-no para a prisão do Fontelo, em Viseu, donde viria a sair apenas em 5 de Dezembro do ano seguinte com o movimento revolucionário de Sidónio Pais. Machado dos Santos chamou a si toda a responsabilidade do movimento recusando-se, no entanto, a revelar os nomes de todos os que o apoiavam.

A decisão política de provocar a beligerância a todo o custo dividiu irremediavelmente os militares. Na realidade, grande parte do exército não queria ir para a guerra. Em muitos quartéis do país como os de Évora, Viseu, Braga, Vila Real ou Leiria, ligados a um mundo rural tradicional e conservador, os oficiais inimigos do partido Democrático e da guerra manifestavam-se abertamente contra o embarque para França. A estratégia assumida pelos radicais republicanos de enviar para os regimentos da província os oficiais que não dessem garantias de fidelidade à República virava-se agora contra eles. Do ponto de vista político, o 13 de Dezembro assumido claramente por um capitão-de-mar-e-guerra, significou o primeiro grito de revolta dos sectores contrários à entrada na guerra da forma que fora proposta pelo partido de Afonso Costa.

Negar “a guerra civil intermitente” em Portugal neste período, como afirma António Telo (2015), é efectivamente um erro e uma ilusão. A instituição militar encontrava-se de facto em ruptura.

6. Norton de Matos e Tamagnini: uma escolha conturbada e polémica

A partir da tentativa frustrada do golpe de 16 de Dezembro, as clivagens entre os militares iriam acentuar-se no Corpo Expedicionário Português. O governo estava consciente do descontentamento e mal-estar que era visível, particularmente no corpo de oficiais. A incorporação de centenas de milicianos, até então sem qualquer peso ou influência nos quadros da instituição militar, iria alterar o equilíbrio da estrutura de comando nas hierarquias médias, competindo com os quadros profissionais. Esta situação, particularmente manifesta no dispositivo do terreno de guerra, criou tensão e animosidade entre os oficiais do quadro e os milicianos, como se poderá constatar, para além de outros, no caso paradigmático entre o capitão David José Gonçalves Magno, comandante da 3ª companhia do batalhão de infantaria 13 de Vila Real na batalha de La Lys e os comandantes do mesmo batalhão, major Pissarra e capitão Bento Roma.

Ainda antes do decreto de mobilização do CEP, em 17 de Janeiro de 1917, o governo português enviou a França o chefe do estado-maior da divisão acompanhado da sua equipa, com representantes de cavalaria e serviços de saúde, a fim de preparar com as forças britânicas a recepção e instalação das unidades portuguesas bem como o fornecimento de material de

guerra e instrução militar. No sentido de facilitar os contactos administrativos militares, foram nomeados como adidos militares junto da legação de Portugal em Paris o tenente- coronel Ortigão Peres e como adjunto o capitão de artilharia Tomás Fernandes. No final de Dezembro encontravam-se já na capital francesa cerca de cem oficiais portugueses, entre os quais Roberto Baptista, o comandante de artilharia Abel Hipólito, Ivens Ferraz e Fernando Freiria, todos ligados à Jovem Turquia. Aquele número iria aumentar significativamente em poucos dias.

Ao general Tamagnini não agradou a decisão de terem sido enviados oficiais sob o seu comando para resolver com as autoridades militares britânicas assuntos que lhe diziam directamente respeito. Entendia ser ele, como comandante das forças expedicionárias, o primeiro a partir para se entender directamente com os ingleses, o que teria evitado no futuro algumas dificuldades que se vieram a verificar, como esclareceu alguns anos mais tarde²²⁰. Não foi esse o entendimento de Norton de Matos e de Afonso Costa ao enviarem oficiais da sua inteira confiança, facto que permite inferir que aquele grupo de oficiais deveria controlar a missão do comandante Tamagnini à frente do CEP.

Em 17 de Janeiro de 1917 foi promulgado o decreto de mobilização do Corpo Expedicionário, sendo nomeado seu comandante o general Tamagnini de Abreu. Pelo mesmo diploma os tenentes-coroneis Roberto Baptista e Ferreira Martins foram nomeados, respectivamente, chefe e vice-chefe do estado-maior, ambos guerristas. Para evitar qualquer afinidade política ou ideológica que justificasse a razão da escolha que poderia pôr em causa o profissionalismo de militar, oficial e comandante, o próprio Tamagnini sentiu, todavia, necessidade de esclarecer as relações que o ligavam ao ministro da Guerra.

Tamagnini conhecera Norton de Matos quando este, depois de ter concluído o curso do estado-maior, fora tirocinar para o regimento de cavalaria nº 4, onde o primeiro comandava o 3º esquadrão, tendo aí convivido durante dois anos. Quanto aos outros ministros e figuras de destaque da República, como Bernardino Machado, António José de Almeida e Afonso Costa, disse tê-los conhecido apenas em Tancos.

A sua convicção sobre os ideais republicanos de Norton de Matos não era muito profunda, já que conspirara pela monarquia após a implantação da República, fazendo parte do grupo que veio a ser designado por “adesivos”²²¹. Para o futuro comandante do CEP terá sido na

²²⁰ Tamagnini, 1923, Parte II: XLIV.

²²¹ Pequenas notas revelam, por vezes, atitudes significativas do comportamento dos indivíduos em determinadas circunstâncias. Em nota de rodapé, Tamagnini escreve sobre Norton de Matos: “Sendo Ministro da Guerra, foi procurado por um camarada a quem indeferiu qualquer pretensão; e quando

revolução de 14 de Maio que o general Norton de Matos se revelara como um democrático obstinado para derrubar do poder outro general, Pimenta de Castro. A razão da escolha de Tamagnini por Norton de Matos para comandante do CEP poderá ser encarada em duas vertentes: pelo facto de não existir no corpo de generais praticamente nenhum fidelíssimo republicano em condições de assumir o comando de um número tão elevado de tropas no estrangeiro e ser do seu conhecimento o brio, competência e profissionalismo militar do general, sem qualquer manifesta afinidade política ou partidária, permitindo deste modo aos seus assessores um enorme controlo no cumprimento das decisões políticas emanadas de Lisboa. Tamagnini afirmava-se essencialmente como um militar e não como político: “preciso deixar bem expressa a seguinte declaração categórica: não sou político e nunca estive filiado em qualquer partido e nunca conspirei: o militar serve o seu País, e não exclusivamente este ou aquele partido; deve ser um elemento de ordem e não de desordem”²²². Aos oficiais competiria obedecer e aos políticos não errar. Não se oferecera para comandar nem ir para a guerra, como se verificara com muitos outros. Foi escolhido pelo próprio ministro da Guerra para comandar Tancos, aliás com bastante surpresa do então comandante da 5ª divisão em Coimbra, declarando-lhe desde logo que “podia o Governo contar a minha boa vontade, esforço e dedicação para os bons resultados do empreendimento”²²³. Para Norton de Matos e Afonso Costa, Tamagnini era o general certo para o cumprimento dos desígnios do partido Democrático. Militar íntegro, apolítico e sem qualquer filiação partidária, estaria sempre pronto a obedecer a qualquer ordem do poder instituído. Os oficiais guerristas inicialmente não entenderam a intenção de Norton de Matos e consideraram esta nomeação como uma “pedrada no charco” provocando-lhes algum incómodo, tal como acontecera com a escolha do coronel Gomes da Costa para comandante da 1ª divisão, por nunca Tamagnini se ter afirmado politicamente como um acérrimo defensor do intervencionismo. O seu constrangimento era manifestado por Vitorino Henriques Godinho, Roberto Baptista, Álvaro Pope, Fernando Freiria, Abel Hipólito e Helder Ribeiro, entre outros, que se apregoavam como os verdadeiros patriotas e republicanos e, julgando não ser oportuno criticar directamente o autor da nomeação, dirigiram o ataque a Tamagnini fazendo coro com o embaixador em Paris, João Chagas. A prova disso é que tentaram destruí-lo já no final da carreira, pondo em causa as suas capacidades de comando: “O Tamagnini, sem força, sem

este lhe recordou a época em que tinham conspirado juntos, respondeu: “fui mais esperto que você...afastei-me a tempo” (Tamagnini, 1923, Parte II: CCXXXIX).

²²² Tamagnini, 1923, Parte I: X.

²²³ Idem, Parte I: XVI.

prestígio, absolutamente incapaz. O general caiu completamente no conceito da tropa”, confessou o jovem turco Álvaro Pope a João Chagas²²⁴. Não deixa de ser curioso confrontar o pensamento de Tamagnini acerca destes e outros oficiais quando, cinco anos depois do final da guerra, resolveu escrever sobre os dezoito meses que estivera à frente do Corpo Expedicionário Português. De facto, tudo corria mal no CEP:

“Hesitei e hesitei bastante antes de meter mãos à obra, por tudo revelar muita miséria, denunciar muita baixeza de carácter e acentuar muita deslealdade (...). Tenho de dizer que não foram os propagandistas da intervenção de Portugal na guerra, e os que discursam em festas, reuniões e comemorações, aqueles que mais assíduo serviço prestaram no CEP; alguns conseguiram esquivar-se a esse árduo dever, outros procuraram fugir e poucos se conservaram até final na linha de combate ²²⁵.

Apesar de louvar a coragem, a energia e perseverança do ministro da Guerra, afrontando a resistência passiva e a má vontade de muitos oficiais não só na organização da divisão de instrução em Tancos como em todo o processo de embarque do CEP, não se inibe de lhe censurar como político a incapacidade de resistir aos pedidos dos seus correligionários que, mesmo com prejuízo da fazenda nacional, cometeram à sua sombra erros e arbitrariedades, dando origem a uma série de injustiças. Tamagnini acusa Norton de Matos de se ter rodeado de nulidades que, colocadas no ministério da Guerra, conseguiram escapar à mobilização e por Lisboa ficaram, ridicularizando os camaradas lançados para a Flandres, imiscuindo-se mesmo nas decisões do comando do CEP e desprezando os seus pedidos, particularmente no que se referia às requisições de pessoal. Os oficiais guerristas controlavam tanto as cúpulas militares de Lisboa como as do CEP.

Na sequência do que se afirmou anteriormente sobre a oposição de alguns oficiais intervencionistas quanto à escolha do general Tamagnini para comandar o CEP, esta iria tornar muito complicada a sua missão em França. Procuraram por todos os meios dificultar-lhe a sua tarefa, começando por minar as boas relações com o próprio ministro da Guerra. As relações que chegaram a ser de perfeita cordialidade entre o ministro e o comandante do CEP alteraram-se profundamente, chegando ao ponto de surgirem censuras dirigidas a Tamagnini pelo próprio Norton de Matos. De acordo com o seu testemunho, estas censuras terão tido origem numa carta enviada em Setembro de 1917 a Norton de Matos pelo ministro da Instrução, pedindo urgentemente a saída de Tamagnini do comando do CEP e noutra de Sá Cardoso, em Novembro do mesmo ano, exigindo o mesmo “nem que para isso fosse

²²⁴ João Chagas, 1932: 169.

²²⁵ Tamagnini, 1923, Parte I: IX.

necessário fazê-lo ministro de qualquer coisa, para se verem livre dele”²²⁶. Tamagnini não estaria tão subserviente às ordens do poder político, particularmente quando elas punham em causa a segurança da sua força ou dificultavam a missão na frente de batalha. Mas os “fidelíssimos” democráticos que o rodeavam também o controlavam, informando Lisboa.

A primeira censura foi-lhe transmitida pelo subsecretário de estado Mimoso Guerra, através da nota confidencial nº 237 de 17 de Setembro, como resposta ao despacho 198 de nota H-74 de 2 Agosto de 917 de Tamagnini. Nesse despacho, o comandante reclamava ao ministro as providências necessárias para estabelecer nos transportes de guerra portugueses um serviço de censura pelo menos tão rigoroso como o que estava em vigor para as tropas do CEP. O pedido tinha por fundamento uma comunicação do serviço de censura do CEP, onde se afirmava que a bordo dos cruzadores portugueses *Pedro Nunes*, *Gil Eanes* e *Douro* eram expedidas cartas nas quais se transmitiam informações sobre condições da viagem, efectivos das tropas transportadas, datas de partidas e chegadas prováveis dos barcos, portos de destino, e outras. O conteúdo destas cartas não só transgredia o respectivo regulamento como poderia, em caso de aprisionamento ou ataque de submarinos, fornecer ao inimigo informações perigosíssimas para a segurança das tropas portuguesas. Como o comandante do CEP não tinha jurisdição sobre essas guarnições, solicitou ao ministro a sua intervenção naquela matéria, propondo que procedesse da mesma forma como já se fazia com as marinhas aliadas, enviando-lhe por isso um extracto do regulamento britânico. O último parágrafo do despacho de 2 de Agosto de Tamagnini terá provocado indignação na “corte democrática” do ministério da Guerra, ao responsabilizar as entidades competentes pelas graves consequências que daí resultassem: “Em vista dos factos apontados sou levado a concluir que não foi tomada na devida consideração a citada nota H-74 e assim, deponho nas mãos de quem deveria ordenar as necessárias medidas para remediar este estado de coisas, as responsabilidades de toda a ordem que daí possam advir”²²⁷.

A resposta a esta nota H-74 demorou cerca de dois meses a ser elaborada, tendo como resultado uma censura do ministro, reveladora do afastamento das relações cordiais que até então se verificavam: “Diga-se ao senhor general Tamagnini que acho altamente inconveniente o último período desta nota e que lhe recomendo expressamente que de futuro evite por completo tal maneira de dizer e tal forma de redacção quando se dirigir ao Chefe do Exército”²²⁸.

²²⁶ Tamagnini, 1923, Parte II: CCXLI.

²²⁷ Tamagnini, Parte II: CCXLIV.

²²⁸ Idem: CCXLIV.

Tamagnini acusava os colaboradores de Norton de Matos de terem interpretado erradamente, por ignorância ou má-fé, as palavras escritas no último período da nota H – 74. O general afirmava que as suas palavras não eram dirigidas ao ministro da Guerra mas às entidades competentes para ordenar as medidas necessárias para a resolução do assunto, tais como o ministério da Marinha.

A segunda censura dirigida ao comandante do CEP pelo ministro da Guerra teve origem numa informação recebida em 17 de Outubro de 1917 do quartel-general territorial, informando que o ministro teria concedido oito dias de demora ao capitão médico Alberto dos Santos Monteiro, que naquele dia terminava a licença de campanha. Tamagnini, consciente da grande falta de oficiais e sem resposta às requisições de pessoal, manifestou a sua indignação enviando a nota R.E nº 48 a Norton de Matos, com data de 27 de Outubro de 1917, chamando a atenção para o precedente que tal concessão poderia estabelecer, lamentando que outros oficiais do CEP no gozo de licença em Portugal tivessem conseguido prolongar o período de licença por ele concedida facto que, além de afectar o prestígio do seu comando, representava uma grave injustiça para os cumpridores que tudo faziam para regressar ao serviço no período determinado e para aqueles que, tendo o direito de gozar a sua licença, teriam de aguardar a chegada dos primeiros que tinham partido. Perante a pertinente reclamação, em 19 de Novembro o ministro respondia-lhe laconicamente através da nota confidencial nº 281: “Tendo presente a nota de V. Excia nº 48 de 28 de Outubro findo. Muito lastimo que V. Excia ma tivesse dirigido. Representa ela crítica aos meus actos que a disciplina militar não permite que seja feita por qualquer subordinado meu, e que são sempre orientados pelo mais altos interesses da Pátria, da República e do Exército. Saúde e Fraternidade. J.N.Norton de Matos ²²⁹. Tanto nesta nota como na anterior e nas seguintes, as expressões “presado amigo, camarada amigo e muito obrigado e grato” tinham desaparecido do tratamento entre os dois principais responsáveis pelas tropas portuguesas em terras de França, o que não vaticinava um futuro brilhante.

Se por um lado o general Tamagnini louvava o carácter enérgico e perseverante do ministro, não deixa de lamentar a fraqueza de espírito perante os seus “beneficiados” republicanos democráticos.

Tamagnini atribuiu – lhes a mudança das relações entre o ministro e o comandante do CEP a partir de Agosto de 1917: o ministro rodeara-se de nulidades que, recebendo falsas informações dos amigos do CEP em França, as filtravam na secretaria da guerra e as

²²⁹ Tamagnini, Parte II: CCXL.

transmitiam a Norton de Matos que as aceitava como verdadeiras. Estas informações provenientes de alguns oficiais em França, pouco ou nada simpatizantes com o comandante da força portuguesa e cujo conteúdo se relacionava com a actuação das tropas, eram partilhadas com o ministro Afonso Costa, tornando-se geradoras de instabilidade entre o executivo e o responsável máximo das tropas portuguesas numa altura em que se exigia o maior esforço de consenso entre as duas partes. Para o governo o mais importante era transmitir à opinião pública que tudo corria da melhor forma: não era, porém, a verdade. Um duplo conflito tinha-se aberto no CEP: entre o ministro da Guerra e o comandante do CEP e entre os oficiais em França e Tamagnini.

7. Do Cais de Alcântara a Brest: o caos no embarque e a agitação nos navios

Todo o processo de transporte das tropas portuguesas desde as suas unidades até às primeiras linhas se rodeou de inúmeras peripécias, insubordinações, faltas de higiene e outras, que em nada abonavam a condição de uma força militar organizada e muito menos quando se dirigia para uma frente de batalha. Pela convenção militar assinada em princípios de Janeiro de 1917 entre o ministro da Guerra, o comandante e alguns oficiais do estado-maior da divisão e as missões britânica e francesa que se tinham deslocado a Lisboa, ficara decidido que o transporte desde Lisboa até à zona da frente, a alimentação, armamento, equipamento e as munições para a força portuguesa ficariam a cargo do governo britânico. A aliada comprometia-se igualmente a dar formação às tropas portuguesas e assumir a responsabilidade do seu repatriamento. Portugal comprometia-se a pagar mais tarde à Inglaterra o custo financeiro das operações. Nas negociações entre os generais ingleses, o comandante do CEP e o ministro da Guerra, Norton de Matos, durante os meses de Janeiro e Fevereiro de 1917 ficou decidido que a força portuguesa a enviar para França seria constituída por um corpo de exército a 2 divisões.

Em 17 de Janeiro entraram no Tejo 7 navios ingleses (*Laomedon, Flavia, City of Benares, Rhesus, Bohemian, Belerophon* e *Inventor*) que, juntamente com os navios portugueses *Pedro Nunes* e *Gil Eanes*, deveriam transportar para França as primeiras tropas portuguesas. Os batalhões da divisão de instrução seriam os primeiros a embarcar.

A confusão iniciou-se logo com a ordem de marcha para o cais de Alcântara, em Lisboa. Correndo o boato na cidade de que se preparava uma grande resistência à partida dos soldados para a capital, Norton de Matos solicitou a Tamagnini que visitasse as várias unidades do país que constituíam o primeiro troço de embarque do CEP a fim de observar o seu estado de espírito e controlar a marcha para o cais. Tamagnini e Gomes da Costa percorreram os vários regimentos verificando que, afinal, o boato que corria em Lisboa de que as unidades se

recusariam a embarcar não correspondia totalmente à verdade, embora reconhecessem existir focos de resistência fomentados por alguns oficiais.

De entre os vários depoimentos deixados pelos militares, o capitão David Magno comandante da 3ª companhia do batalhão de infantaria 13 de Vila Real descreve, na saída das tropas para Lisboa, sentimentos mistos de subordinação aos seus comandantes no cumprimento do dever patriótico e atitude de conformismo e resignação com a sorte ou o infortúnio que as esperava. Era gente humilde e analfabeta dum mundo rural extremamente atrasado, gente que nunca vira um comboio, o mar, um navio e sem a menor ideia do motivo que a fazia partir para uma guerra tão distante. Por isso, Ferreira do Amaral escrevia: “Em Lisboa embarcou-se cabeças de gado e nada mais”²³⁰.

Não era, pois, de estranhar que as primeiras baixas, lamentavelmente, não se tenham verificado nem em França nem na frente flamenga, mas nos túneis do caminho-de-ferro da linha do Douro, da Régua em direcção ao Porto: “Alguns soldados, embriagados para espalharem as paixões, trepavam às carruagens do comboio. Esquecidos dos túneis, chocavam com a entrada dos mesmos e assim morreram estupidamente, sem que a isso os superiores fosse possível obstar”²³¹.

Não foi de todo pacífica a deslocação das tropas para a capital. Os principais obstáculos ocorreram com os oficiais dos batalhões de infantaria 34 de Santarém que se opunham a embarcar e os de infantaria 7 de Leiria, a que já se aludiu. A falta de condições para reunir o mais rápido possível os mobilizados para a partida nos primeiros navios levou a que embarcassem somente os disponíveis. Foi motivo de grande desmoralização, tanto dos oficiais como das praças, a substituição dos oficiais presos como resultado do 16 de Dezembro e da resistência de infantaria 34, que tinham acompanhado os seus soldados durante toda a instrução em Tancos, por camaradas de outros batalhões mobilizados para acompanhar as novas unidades até França, ou apenas para os conduzirem até ao embarque.

Por isso não surpreende a atitude de desagrado, por parte não só de oficiais que se viram obrigados a separar-se dos homens por eles instruídos para irem comandar outras unidades desconhecidas mas, principalmente, a grande desmotivação das praças que se viram de um momento para o outro privadas dos seus comandantes e obrigadas a adaptarem-se a uma nova situação. Sobre o estado de espírito dos soldados, Tamagnini refere o exemplo do capitão Ferreira do Amaral, não mobilizado que, ao ouvir os soldados do batalhão de infantaria 15,

²³⁰ Amaral, 1922: 329-330.

²³¹ Magno, 1921: 24.

onde prestara serviço durante algum tempo, queixarem-se de não terem junto de si os seus oficiais, ofereceu-se para embarcar com o batalhão, sendo transferido pelo ministro da Guerra para infantaria 15²³².

Foi o próprio Ferreira do Amaral quem, sem receio da indignação dos políticos a que apelidou de hipócritas, protestou contra a forma como Norton de Matos obrigou os militares portugueses a embarcarem para França:

De Tomar ao cais de Santos levei comigo duzentas e cinquenta cabeças de gado e nada mais. Ao assumir, em França, o comando de Infantaria 15, apenas tinha umas mil e cem cabeças de gado. É certo que no fim de algumas semanas, eu e alguns oficiais começámos a descortinar que esse gado era uma raça de gente de que se faz tudo o que se quer, e que, por isso mesmo, deve ser poupada quase com usura. Mas o que saiu de Tomar era gado e só gado foi o que embarcou para França²³³

Ferreira do Amaral elogiava até a energia quase cega do ministro da Guerra, cujo objectivo era unicamente “fazer embarcar a maior porção de gente; embarcar em cada troço o maior número de homens e o mais rapidamente possível, para que os factos consumassem a realidade e levassem de vencida toda e qualquer resistência”²³⁴.

A este péssimo efeito produzido pela substituição dos oficiais dos batalhões há a acrescentar o caos provocado em Lisboa com o número elevado de tropas com os quadros incompletos e pouco disciplinadas, assim como a descoordenação no embarque. O almirantado britânico tinha exigido que o embarque das tropas portuguesas se fizesse com a maior descrição e o mais rápido possível, não havendo lugar a despedidas com toque de bandas ou fanfarras como era habitual na partida para a linha da frente colonial africana. A confusão instalara-se em Alcântara, agravada com a grande demora dos transportes no Tejo e com a proibição dos militares saírem dos navios, chegando mesmo as praças do batalhão de infantaria 9 de Lamego a insubordinar-se no cais e a recusarem-se a embarcar, aproveitando a fraca atitude disciplinadora dos oficiais. Mesmo nos batalhões mais submissos o mal-estar foi-se acumulando, como relata David Magno:

No dia 22 saiu o batalhão do comboio para o vapor, assim a modos de uma execução que se vai fazer. O povo era arredado para longe. Nem um viva à Pátria, nem palmas que aquecessem. Os nossos olhos foram de encontro a uma pequena porta aberta no bojo de um navio monstro, negro,

²³² Tamagnini, 1923, Parte II: LI). Aliás, Ferreira do Amaral contestou no seu livro *A Mentira da Flandres... e o Medo* a palavra “ofereceu-se” utilizada pelo próprio Tamagnini, justificando que uma “uma criatura fardada *apresenta-se* não se oferece, Amaral: 387.

²³³ Amaral. 1922: 329-330.

²³⁴ Idem.

onde li “Bohemian- D”, que nos fez vir à ideia o horror de tudo aquilo, se um submarino nos metesse no fundo, desde o sair da barra. (...) Quando me vi à sombra da bandeira britânica, caiu-me o coração aos pés e senti-me escravo...da liberdade. (...) Abandonados de quaisquer saudações, os nossos soldados lá embarcaram equipados, de saca de roupa na mão, como um rebanho atrás de outro rebanho (...). Iam bater-se por tanta coisa que alguns lhe disseram que eles, submissos ignorantes, em geral, quase não sabiam pelo quê (...) Havia-se decretado o ódio à Alemanha mas...maiores agravos tínhamos dessa mesma França que estávamos sinceramente amando, apesar de, em três anos napoleónicos, nos ter feito derramar torrentes de sangue e lágrimas²³⁵.

A nuvem de fumo de que tudo corria com normalidade entre os militares acerca da marcha para a guerra adensava-se e era necessário tomar medidas urgentes que não comprometessem as decisões do poder político, nem fossem motivo de escândalo ou sobressalto perante a opinião pública. Para evitar uma confusão ainda maior entre os militares já embarcados, Norton de Matos sugeriu a Tamagnini fazer uma visita aos navios. O general, acompanhado pelo comandante da divisão naval Leote do Rego, um dos fiéis adeptos da intervenção, efectuou a visita contactando com as praças e recomendando aos oficiais as medidas necessárias para garantir a ordem e a disciplina, não se tendo registado qualquer acto de protesto ou insubordinação. O mesmo não sucedeu com a visita do Presidente da República e a sua comitiva, da qual fazia parte Afonso Costa, ministro das Finanças. Não fosse a intervenção prudente e lúcida do coronel Gomes da Gosta, a situação teria assumido contornos de alguma gravidade particularmente com o batalhão de infantaria 15 e os oficiais de infantaria 34 que tinham embarcado sob prisão, como revela Tamagnini: Gomes da Costa tentou convencer os seus homens de que era uma grande honra para os militares que o Presidente da República se viesse despedir deles e que só lhe poderiam pagar portando-se com honra e bravura, características do soldado português²³⁶. Convencidos pelas palavras do coronel, os militares acabaram por dar vivas à guerra. Porém Tamagnini não deixou passar em claro esta atitude dos soldados, apontando que os mesmos que davam “vivas à guerra” dariam igualmente “morras à guerra” se alguém com prestígio os desafiasse a isso, concluindo que “o nosso soldado em regra dócil e sofredor, vai para onde os oficiais o levam sem ter a maior parte a consciência nem a compreensão do que vai praticar”²³⁷. Tendo em conta os graves antecedentes relacionados com todo o processo de mobilização, a situação de embarque, a espera nos navios e, principalmente, a incerteza do futuro, não será de todo errado considerar

²³⁵ Magno, 1921: 24

²³⁶ Tamagnini, 1923, Parte II: LII

²³⁷ Tamagnini, 1923, Parte II: LII

como uma provocação às tropas a visita dos responsáveis políticos aos navios. Era esta a predisposição da força portuguesa destinada a ir combater pelo Direito, pela Liberdade e pela Pátria.

Em 26 de Janeiro partiu de Lisboa a primeira brigada comandada por Gomes da Costa nos sete navios ingleses, no *Gil Eanes* e no cruzador *Pedro Nunes* que transportava os oficiais sob prisão, vindo a desembarcar em Brest em 2 de Fevereiro. Desde esse mês até Fevereiro de 1918 embarcaram no Tejo com destino ao CEP 53.478 praças e 1499 oficiais, tendo seguido muitos outros por via terrestre.

O transporte da força portuguesa para França nos navios britânicos foi bastante conturbado, pelo menos em algumas viagens. Se para a maioria das praças, oriunda do país rural de características medievais eram uma novidade o comboio, o navio e o mar, para outros mais elucidados e afeitos às viagens para África em transportes portugueses o mal-estar foi-se agravando ao longo da viagem.

A vida a bordo não se tornara nada fácil, particularmente para as praças que, habituadas a uma vida livre no campo e muito pouco disciplinadas nos poucos dias de exercício militar, se encontravam agora num espaço reduzido e partilhado por camaradas, a caminho duma guerra cujos motivos ignoravam. Se a indisciplina ou a pouca preocupação com a obediência durante a vida a bordo eram principalmente características dos oficiais, a ausência de princípios básicos de higiene individual era conflagradora entre a maioria das praças. O relatório do capitão médico José Guilherme Pacheco de Miranda que acompanhou a tropa numa das viagens denunciou os péssimos hábitos dos militares, propondo as respectivas soluções. O médico queixava-se da sobrelotação do navio, tanto em homens como solípedes, dos locais escuros, húmidos e exíguos, sem as mínimas condições onde as tropas eram obrigadas a permanecer, lamentando particularmente a ignorância da maioria das praças em relação às regras essenciais de higiene²³⁸.

Estas situações eram de tal modo evidentes e graves que a própria tripulação britânica dos navios se viu na necessidade de enviar várias cartas aos seus comandantes, descrevendo pormenorizadamente a forma muito pouco cívica dos militares portugueses. Aproveitando a oportunidade de resposta ao pedido do governo português para transporte de mais tropas de Lisboa para França, o secretário do gabinete de guerra quis discutir com o ministro português

²³⁸ Pestana Marques, 2008: 53.

e o adido naval em Londres a indisciplina e o comportamento geral dos contingentes a bordo dos navios britânicos²³⁹.

O encontro teve lugar no dia 24 de Abril de 1917 e ocorreu de forma amigável. O objectivo seria sensibilizar o governo português para os factos que se passavam com as tropas portuguesas no sentido de, pelo menos, serem ultrapassadas algumas situações de ordem disciplinar e sanitária. O teor da generalidade das queixas enviadas pelas tripulações britânicas e relatadas pelo secretário da guerra em nada abonavam a posição do ministro português em Londres e do adido naval: tratava-se da indisciplina dos oficiais e da ausência completa de civilidade das praças, traduzida na prática pelo desleixo e ignorância no que respeitava à higiene pessoal e colectiva. Quanto à primeira, o secretário da Guerra questionou o ministro português sobre as medidas a adoptar pelo seu governo a fim de promover uma melhor disciplina, convencendo os oficiais a bordo a fazer rondas nos *decks* e a visitar as tropas com mais frequência, no sentido de evitar as irregularidades já cometidas como, por exemplo, a destruição pelo corte de cintos de salva-vidas e, em alguns casos, a provocação de incêndio. O ministro português acabou por reconhecer que havia, efectivamente, uma grande falta de disciplina, situação que não surpreendia pelo facto de haver entre as tropas muitos monárquicos e republicanos simpatizantes da Alemanha, cuja influência exercida junto das tropas era muito forte. E numa atitude reveladora da subserviência que, aliás, pouco dignificava as relações entre dois Estados soberanos com uma grande tradição histórica europeia e mundial, o ministro português desculpou os oficiais portugueses atendendo ao facto de que não tinham um comportamento idêntico ao dos oficiais britânicos e não controlavam os seus homens como os ingleses, mas estava seguro de que a disciplina entre as tropas melhorava diariamente desde a sua estadia em França²⁴⁰.

Decerto que a questão da higiene individual apresentada pelo secretário de estado da Guerra deveria ter causado perturbação e grande constrangimento nas entidades portuguesas presentes no encontro. Na realidade, o assunto era bastante delicado, pois a falta de asseio das praças era tão grave que provocava grande insalubridade a bordo, representando um perigo para a saúde das tropas e da tripulação. E também sobre essa matéria o representante de Portugal justificou-a com a desculpa de que a média dos portugueses nunca aprendera a seguir uma vida com preocupações de ordem sanitária, e assim as tropas da província não estavam habituadas a usar latrinas, sendo esse o motivo de satisfazerem as suas necessidades

²³⁹ A the National Archives, catalogue Reference: CAB/24/11, Image Reference: 0065, War Cabinet G.T. 565, 26/4/1917, folha 248, Arquivo da Academia Militar.

²⁴⁰ A the National Archives, 1917: folha 49.

fisiológicas por todo o navio. Mas acrescentava que aprenderiam depressa depois de estarem em França durante algum tempo. Numa atitude certamente de grande embaraço e humilhação para o diplomata Manuel Teixeira Gomes, o ministro português apenas pôde dizer que iria comunicar o assunto ao seu governo²⁴¹.

No final do encontro, o secretário da Guerra não se manifestou nada convencido sobre a probabilidade de grande progresso das tropas portuguesas, tanto no que dizia respeito à disciplina como às questões de higiene deduzindo que, pela generalidade da conversa com os representantes de Lisboa, o objectivo primeiro dos portugueses era o de manter aqueles homens fora do país, o que se tornaria demasiado dispendioso para a generalidade dos aliados.

Apesar de Portugal se encontrar ainda no início da sua intervenção no conflito, as observações feitas pelo secretário da Guerra são bem reveladoras da apreciação muito pouco abonatória que o gabinete de guerra tinha acerca do país e das tropas portuguesas. Toda esta conjuntura viria reforçar o que a diplomacia britânica pensava sobre o envio de um corpo expedicionário nacional para França. Não se tratava apenas de suportar todo o esforço logístico, técnico e financeiro, mas ainda integrar no exército britânico tropas indisciplinadas, mal treinadas e sem hábitos mínimos de higiene individual e sanitário. Apesar da convenção militar assinada em Janeiro de 1917 pelos dois países para o transporte de tropas desde o embarque até à linha da frente, não seria de estranhar que a máquina diplomática e de guerra inglesa pretendesse ver-se livre da suposta força portuguesa, aconselhando-a a ir combater para África. Nestas circunstâncias não será errado presumir-se a relutância do almirantado britânico em relação ao fornecimento dos navios.

8. Acordos e desacordos na questão dos transportes das tropas portuguesas

O transporte da força portuguesa até à frente de batalha viria a constituir mais um problema que dava razão à Inglaterra e aos partidários da não intervenção coibindo que o governo português forçasse a entrada na beligerância, pelo menos nos moldes em que o partido Democrático o exigia. Sem uma resolução consistente e um pedido formal da aliada em que Portugal pudesse negociar as condições para a sua intervenção, de acordo com o conteúdo dos Tratados de Aliança era previsível que, mais cedo ou mais tarde, quando os interesses da coroa inglesa se sobrepusessem aos de Portugal, o governo de Londres se desfizesse do compromisso: assim veio a acontecer.

²⁴¹ A the National Archives: folha 250.

No sentido de evitar equívocos de alguma historiografia, que pretende declinar toda a responsabilidade política do transporte das tropas do CEP durante o governo do partido Democrático e transferi-la, exclusivamente, para o governo sidonista, entende-se conveniente lembrar o período em que os militares foram transportados, de acordo com o testemunho do general Tamagnini e outra documentação.

Em Fevereiro os 7 transportes ingleses e dois portugueses, Pedro Nunes e Gil e Eanes, levaram para França 338 oficiais e 12 082 praças. Em Março, os mesmos transportes britânicos e um português conduziram 179 oficiais e 6 431 praças e em Abril 247 oficiais e 8 022 praças. Em Maio não foi empregado o transporte português e os 7 britânicos desembarcaram 266 oficiais e 7 810 praças. Em Junho nenhuma tropa foi mandada para França. Em Julho só foram empregados dois transportes britânicos que em duas viagens com os dois portugueses levaram 153 oficiais e 7 403 praças; e, em Agosto 146 oficiais e 7 444. Em Setembro os dois transportes britânicos transportaram 109 oficiais e 2.511 praças. Cessaram com estas últimas viagens os transportes dos batalhões de reforço. E desde então nenhum navio britânico tornou a conduzir tropas portuguesas para França²⁴².

Em Setembro seriam, portanto, as últimas viagens de transporte de tropas portuguesas para o CEP realizadas pelos navios ingleses. O golpe de Sidónio Pais viria a ter início cerca de três meses mais tarde, em 5 de Dezembro, portanto algum tempo depois do almirantado britânico ter recusado ao governo de Afonso Costa a cedência de navios ingleses.

As negociações entre os dois governos não foram fáceis. Apesar dos acordos entre os dois países, nos relatórios de 12 de Maio de 1917 enviados ao gabinete da Guerra os oficiais e capitães dos navios britânicos criticavam com severidade o comportamento dos militares portugueses, sugerindo ser praticamente um desperdício o emprego dos sete navios ingleses no transporte da divisão portuguesa. Em primeiro lugar, por não existir nenhuma disciplina entre as tropas; segundo, por estarem convencidos do seu fraco valor e, finalmente, porque os navios seriam mais úteis ao serviço do país. Nesse sentido, os oficiais e capitães punham à consideração do gabinete de Guerra que o transporte já calendarizado para o dia 16 desse mês de Maio fosse o último, sendo os navios libertados para serviços mais duros, mais urgentes e necessários para os interesses da Inglaterra²⁴³. Aconselhavam que os sete navios fossem usados para transportar para o país o trigo da América, carregando entre 60 000 a 70 000 toneladas em cada viagem. Do mesmo modo deveria proceder-se com os quatro *destroyers*,

²⁴² Tamagnini, 1923: Parte II: LIX.

²⁴³ “The Portuguese Division” e “Memorandum as to Conveyance of Portuguese Division from Lisbon to France”, A the National Archives, Catalogue Reference: CAB/24/13. Image Reference:0013. WarCabinet Paper,GT, 12/5/1917, folhas 79 e 80.

destinados à escolta dos sete navios, que deveriam voltar a fazer o patrulhamento urgente e necessário das rotas comerciais e de caça de submarinos. E se o governo português insistisse em enviar mais tropas, propunham que o fizesse com os seus próprios navios, escoltados pelos seus cruzadores²⁴⁴.

A situação tornava-se mais complicada para o governo português, que pretendia colocar na França o maior número possível de militares, 5000 homens por mês, com o fim de substituir as baixas e fazer a rotação das unidades. Para Afonso Costa e Norton de Matos era uma questão vital para elevar e manter o moral das tropas. Para isso seria necessário manter em efectividade pelo menos dois navios de média dimensão. Perante a resistência do almirantado inglês, e estando em causa os objectivos de Lisboa, Portugal tentou junto dos representantes franceses convencer o governo inglês da importância das tropas portuguesas ao lado dos aliados: mais uma vez, o governo português socorria-se da França para fazer pressão junto da Inglaterra. Assim, em princípios de Junho o encarregado dos negócios estrangeiros francês Sr de Fleuryau teve um encontro com o subsecretário de estado dos Negócios Estrangeiros britânico, Robert Cecil ²⁴⁵, no departamento do ministério, tentando fazer ver ao almirantado inglês o valor já demonstrado pelas tropas portuguesas em França e, tendo em vista a necessidade militar de mais homens, exprimiu a opinião de que com um tratamento ponderado e criterioso poderia ser obtido de Portugal um considerável reforço para as tropas aliadas²⁴⁶.

O governante inglês fez questão de assinalar ao Sr. Fleuryau que a grande dificuldade residiria na questão de providenciar o transporte e a respectiva escolta, como era demonstrado na altura pela impossibilidade do transporte marítimo para França dos poucos milhares de militares prontos a sair de Portugal.

Em resposta a essa objecção, Fleuryau observou que talvez não tivesse havido uma cooperação suficiente entre as marinhas francesa e britânica e as autoridades de controlo de transporte alvitando que, na medida do possível, as autoridades francesas poderiam dar alguma assistência, o que facilitaria a resolução do problema do transporte.

²⁴⁴ “The Portuguese Division” e “Memorandum as to Conveyance of Portuguese Division from Lisbon to France”, A the National Archives, Catalogue Reference: CAB/24/13. Image Reference:0013. WarCabinet Paper,GT, 12/5/1917, folhas 79 e 80.

²⁴⁵ Robert Cecil, Subsecretário de Estado dos Negócios Estrangeiros de 30 de maio de 1915 a 10 de Janeiro de 1919 foi um dos mentores da criação da Liga das Nações. Em Novembro de 1917 propôs a Balfour a criação de um Comité que considerasse as suas propostas para a criação da Liga das Nações. Balfour garantiu-lhe essa criação e em Janeiro de 1918 o Comité estava estabelecido sendo presidido pelo Lord Phillimore

²⁴⁶ A the National Archives, Catalogue Reference: CAB/24/15, Image Reference: 0100, War Cabinet, G.T. – folhas 379- 380.

Perante esta perspectiva, as autoridades navais e de controlo de transporte britânicos ainda admitiram a probabilidade, embora muito restrita, de que as autoridades francesas poderiam prestar alguma colaboração. Lord Robert Cecil, tomando consciência de que o assunto era essencialmente de natureza militar entendeu, contudo, ser importante ouvir o parecer do almirantado sobre a generalidade da questão²⁴⁷.

Em 8 de Junho o assunto foi colocado pelo comandante das operações militares à secretaria do almirantado, solicitando aos comissários a possibilidade de levar à prática a sugestão de Fleuriau²⁴⁸.

A resposta rápida e clara foi enviada no dia seguinte, 9 de Junho. O gabinete de Guerra fez sair um novo *memorandum* assinado pelo comandante naval J.R. Jellicoe,²⁴⁹ no qual era considerado novamente o assunto sobre a continuação do transporte da divisão portuguesa de acordo com o departamento de controlo naval. Naquela data, o ponto da situação dos sete navios utilizados anteriormente para o transporte das tropas portuguesas era o seguinte: três navios, (*Laomedon*, *Flavia* e *City of Benares*) já tinham viajado para os Estados Unidos a fim de transportar trigo para a Inglaterra; o "*Rhesus*" deveria sair no dia 12 do sul da Escócia para Filadélfia; o *Bohemian* tinha sido deslocado para o movimento de tropas na região do mediterrâneo e o *Bellerophon* e o *Inventor* estariam a deixar Brest, carregados de carvão para o país antes de partirem para os Estados Unidos²⁵⁰.

O director dos transportes e navegação afirmava no *memorandum* que um pedido urgente teria efeito no sentido de serem realizados transportes-extra para carregar 8 baterias de artilharia de Marselha para o Egipto. Se os navios que tinham sido deslocados para o transporte de tropas portuguesas não fossem utilizados no transporte de trigo, deveriam ser enviados para o Mediterrâneo no sentido de satisfazer os pedidos do gabinete de Guerra, por serem muito mais importantes do que no transporte de tropas portuguesas. Se os navios eram

²⁴⁷ A the National Archives, Idem: Folha 380, II.

²⁴⁸ A the National Archices, Idem: folhas 380, I.

²⁴⁹ O Almirante Robert Jellicoe foi Comandante da Grande Frota britânica durante os dois primeiros anos da Primeira Guerra Mundial, tendo comandado a frota na Batalha naval da Jutlândia. Em princípio de 1917 foi nomeado Primeiro Lord do Almirantado. Em desacordo com Loyd Geog foi demitido do cargo em Dezembro de 1917 e substituído por Eric Geddes. Os seus colegas não gostaram e ameaçaram renunciar mas ele convenceu-os a não o fazer. Filho dum capitão da Marinha mercante e de uma família da qual tinham saído sete oficiais de Marinha, possuía uma larga experiência de comando de vários tipos de navios de guerra, tinha perfeita consciência da importância da ordem e disciplina exigidas aos oficiais e praças dos navios. Pertence a R. Jellicoe o plano de transporte em sistema de comboio.

²⁵⁰ A the National Archives, Catalogue Reference: CAB/24/15, Image Reference 0100: folha 379.

requisitados para o transporte de trigo para a Inglaterra, significaria que outros navios deveriam tomar o seu lugar.

Eram apresentados motivos de vária ordem, essenciais para recusar os transportes das tropas portuguesas. Primeiro, a necessidade de carregar trigo durante o mês de Julho da América para a Inglaterra, devido à grande carência de cereais. Os sete navios ao serviço de Portugal representavam cerca de 50 mil toneladas de trigo por mês, constituindo um factor importante neste abastecimento. Outro caso de extrema importância na situação do transporte era o fornecimento de carvão para a Itália e à frota francesa no Mediterrâneo.

Para o almirantado britânico estas últimas necessidades militares eram absolutamente urgentes, e qualquer desvio de transporte de trigo para outro serviço que não fosse o do transporte de carvão para os referidos países deveria ser desconsiderado. Outro ponto era o desperdício de tonelagem envolvida no movimento de tropas portuguesa. Devido ao perigo das rotas que estes navios teriam de percorrer para levar os militares, seria necessário que o trajecto se efectuasse durante a noite, ficando inactivos cerca de cinquenta por cento do tempo. Além disso, da parte do exército britânico começaram a surgir as primeiras dúvidas quanto à eficácia militar dos portugueses, devido à fraca organização, pouco empenhamento, baixo moral e às grandes divisões políticas particularmente entre os oficiais, pondo em causa a sua credibilidade.

Tendo em vista as razões anteriores, considerava-se que nenhum navio britânico poderia eventualmente ser poupado para continuar o transporte das tropas portuguesas para França, sugerindo-se que as dificuldades fossem comunicadas mais uma vez ao ministro da Guerra de Portugal que devia ser informado, embora lamentando-se profundamente, que era impossível encontrar navios disponíveis e propondo que os dois vapores portugueses *Gil Eanes* e *Pedro Nunes* fossem empregues neste serviço, relevando assim as dificuldades nesta matéria. Se o governo português concordasse, seria possível enviar ainda dois *destroyers* para escoltar os navios entre Lisboa e Brest e vice-versa.

Quanto à proposta adiantada pelo diplomata francês, o almirantado britânico entendia que da França nada se poderia esperar em termos de cooperação, fazendo aos ingleses exigências que não poderiam ser cumpridas. E para evidenciar a decisão de retirar os navios para o transporte das tropas portuguesas era referido que, no dia 20 de Maio, o oficial dos transportes em Brest enviara um telegrama para a secretaria da Guerra, lamentando a forma como as cargas dos navios tinham chegado de Lisboa: o *Rhesus* com 500 tropas e 271 cavalos, o *Laomedon*, com 290 tropas e 415 cavalos e o *Flavia* com 880 tropas; os navios portugueses *Pedro Nunes* e *Gil Eanes* tinham chegado vazios. Para o almirantado era um grande

desperdício de tonelagem, já que o navio *Flavia* poderia ter carregado todos os cavalos, provisões e metade das tropas, pois tinha capacidade para 795 homens podendo ainda transportar todos os veículos,²⁵¹ e as tropas restantes deveriam ter sido transportadas pelo *Pedro Nunes*. Este seria apenas um exemplo entre muitos casos semelhantes que tinham ocorrido desde que começara o transporte da divisão portuguesa.

Para o comandante naval inglês, o aumento dramático dos naufrágios a partir do mês de Fevereiro de 1917 exigia um maior número de escoltas e muitos dos vapores não eram adequados. Só em Abril tinham sido afundadas, por acção inimiga, 881.841 toneladas de navios. Todavia, perante a pressão de Norton de Matos junto da missão militar inglesa em Lisboa e no sentido de evitar uma crise política interna latente, a Inglaterra condescendeu colocando ainda durante o mês de Julho dois navios para o transporte do contingente português, mas por pouco tempo. No final desse mês ficou apenas o vapor *Bellerophon* para essa missão, efectuando a sua última viagem em fins de Setembro. Em Outubro, o governo britânico retirou o último navio destinado ao transporte da força portuguesa para França. As reclamações ou protestos de Norton de Matos ou de Afonso Costa foram absolutamente inúteis. Restavam apenas os navios *Gil Eanes* e *Pedro Nunes* para fazer as ligações marítimas de Lisboa para França. O *Gil Eanes*, antigo cargueiro alemão *Lanheck*, era um dos navios aprisionados à Alemanha em 1916 e fora entregue à armada portuguesa. Efectuou apenas uma viagem nos três primeiros meses de 1918. Passados oito meses da chegada das primeiras tropas à linha da frente, a situação não augurava nada de bom para o CEP. Efectivamente seria faltar à verdade histórica, na expressão de Luís Alves de Fraga, atribuir qualquer tipo de responsabilidade a Sidónio Pais. Afonso Costa, o Partido Democrático e os guerristas, autoproclamados os verdadeiros anglófilos, não se encontravam de maneira nenhuma nas boas graças do governo britânico. Bem pelo contrário, a Inglaterra tudo fazia para contrariar as suas propostas. A pressão de uma pequena potência de forçar a beligerância sem dinheiro, armamento, munições, transportes, sem preparação, isto é, sem nada, sobre a potência cuja responsabilidade recaía a missão de ganhar a guerra não poderia ter resultados muito positivos.

9. O desembarque em Brest

As primeiras tropas chegaram a Brest a 2 de Fevereiro de 1917, no final de uma conturbada viagem marítima. A esse porto, bem protegido por *destroyers*, contratorpedeiros e cruzadores couraçados chegavam igualmente milhares de soldados provenientes de outras

²⁵¹ A the National Archives, Catalogue Reference: CAB/24/15, Image Reference: 0100, folha 379.

nacionalidades. Mais uma vez as tropas portuguesas iriam confrontar-se com uma série de problemas de coordenação relacionadas com o desembarque. Os dias de permanência dos militares doentes, exaustos e imundos em navios de cheiro nauseabundo a aguardar ordens de desembarque eram favoráveis à continuação dos actos de indisciplina, que já se tinham verificado durante a viagem. Perante a recusa de serem ouvidos os seus protestos e reclamações, alguns militares iniciaram a descida por sua livre iniciativa, outros lançaram fogo na coberta de um navio incendiando as próprias enxergas que lhes tinham sido destinadas. Muitas praças atiraram ao mar os cintos de salvação distribuídos. Vários problemas surgiram com o transporte do material para as tropas: se no embarque em Lisboa não merecera o melhor cuidado o seu acondicionamento nos navios, também em Brest não houve melhor sorte no desembarque. Tamagnini²⁵² refere que nesse serviço se verificaram ideias muito extravagantes, tais como: vários volumes foram metidos em caixotes sem indicação do seu conteúdo e destino; artigos de cirurgia e farmácia ficaram acondicionados em caixas de tábuas finas que permitiram o seu roubo; arreios dos animais foram embalados incompletos em caixotes diferentes, isto é, se um navio se perdesse com alguns dos caixotes não haveria possibilidade de armar os arreios; extraviou-se grande quantidade de vinho porque as pipas eram muito velhas ou tinham os aros mal apertados; várias unidades chegaram a Brest com gado mas sem carros e outras com arreios mas sem gado e um caixote de grandes dimensões continha apenas um capote e uma corda de piquete. A grande demora dos comboios de mercadorias nas estações, dando prioridade aos feridos, tropas, munições e víveres, não só atrasava a chegada dos produtos ao destino como facilitava o seu roubo. Os mesmos problemas aconteceriam nos meses seguintes com os militares a desembarcar, apenas atenuados pelo toque da Portuguesa executado por uma charanga e pela bandeira verde-rubra colocada no mastro de um couraçado. A desilusão das praças continuava em terra quando se deparavam com uma série de contrariedades. A primeira a aparecer foi a censura que proibia o envio de postais ilustrados, os “*souvenirs*” para as famílias e amigos. Maior decepção tiveram os soldados com as ordens dos oficiais que os obrigaram a deixar no cais os sacos que transportavam das suas terras, como bem descreve David Magno:

Preparamo-nos para o desembarque (...). As praças equiparam-se de mochila às costas e de saco na mão. Batelões cheios de soldados baloizam para debaixo de umas bicas de água do navio. Risota no meio da desolação que ia aumentar com a inesperada ordem de cada um largar o seu saco no cais. Os últimos mimos das mães, petiscos ou objectos militares indispensáveis, para ali

²⁵² Tamagnini, 1923, Parte II: LX.

ficaram para nunca mais se verem. A minha mala regulamentar, também só quarenta dias depois a recebi, vazia²⁵³.

Mas nem tudo era desilusão. No desembarque em Brest desempenharam um papel importante de apoio e conforto na recepção aos militares as madrinhas de guerra francesas, que colocavam uma medalhinha nas fardas desejando-lhes boa sorte. Em formatura, aos batalhões que desembarcavam após serem apresentados às autoridades locais era fornecida uma ração de combate para três dias, seguindo depois a pé pelas ruas da cidade até à estação do comboio, como recorda David Magno: “o 13, lá desfila aprumado por ruas e avenidas, subindo em zig-zag, com os corneteiros e tambores à frente, tocando a marcha pesada e roncante da nossa infantaria, atraindo as “demoiselles”, algumas deliciosamente belas, que nos saúdam alegre e amoravelmente”²⁵⁴.

Após uma penosa viagem marítima seguia-se uma outra de cerca de três dias, passando por Rennes, capital da Bretanha, Alençon, Evreux, Rouen e Amiens até chegar ao primeiro local de destino, Aire-Sur-La Lys, onde recebiam a primeira instrução. A partir daí, um oficial do estado-maior português indicava-lhes o caminho, tendo de marchar durante várias dezenas de quilómetros até às aldeias designadas. A 7 de Fevereiro de 1917 desembarcaram na zona de guerra os primeiros soldados portugueses. Eram os batalhões de infantaria 7 e 21.

O batalhão de infantaria 13, que partira de Vila Real em 21 de Abril, desembarcara em Brest no dia 26 e apeou-se do comboio na vila de Wizernes, marchando depois cerca de trinta quilómetros até Senlecques onde chegou no dia 28, data de referência ao longo deste estudo.

10. O CEP na Frente em 1917; o plano de defesa do Sector Português

Entretanto, no dia 21 de Fevereiro partira de Lisboa por comboio rumo a França o comandante da força portuguesa, general Fernando Tamagnini que, após alguns contratempos de atraso nas viagens, chegou a Paris no final do dia 24. Tinha à sua espera o general Valentier, representando o ministro da Guerra francês, o ministro de Portugal em Paris, João Chagas com todo o pessoal da delegação e do consulado, o adido militar britânico, coronel H. Le Ray Lewis e os adidos militares portugueses coronel Ortigão Pessoa, capitão Tomás Fernandes e capitão Matias de Castro do estado-maior do CEP. Nos dias seguintes, acompanhado de João Chagas, efectuou as visitas oficiais ao ministro da Guerra, general Liautey, ao chefe do estado-maior general, general Duport, ao ministro das Munições, Albert Thomaz e ao Presidente da República, Raymond Poincaré, que o recebeu no Eliseu. Por motivos de agenda não foi

²⁵³ David Magno, 1921: 29 e 30.

²⁵⁴ David Magno, 1921.

apresentado ao presidente do governo, Mr. Aristides Briand. Depois de cumpridas todas as formalidades na capital francesa, a 1 de Março Tamagnini partiu de automóvel em direcção a Lillers, uma pequena cidade rural situada entre Air-Sur-La Lys e Béthune, a uma distância de 40 quilómetros de Lille, que se encontrava na posse dos alemães. Em Lillers, sede do comando do I exército britânico, foi recebido pelo seu comandante, o general de cavalaria Henry Horne sob cujas ordens se encontrava o CEP, ficando alojado na sua residência.

O bom acolhimento pelas autoridades francesas e a amabilidade com que fora recebido na zona de guerra pelo seu chefe imediato, Henry Horne, alimentaram em Tamagnini a esperança de um grande sucesso na missão relevante que iria desempenhar como comandante da força portuguesa.

Após estabelecido o seu quartel-general em Air-Sur-La Lys, em 3 de Março, o general dirigiu-se às suas tropas através de uma proclamação escrita na qual comunicava que assumia o comando do CEP em França, incitando os militares a entrar na luta “pela defesa do Direito, da Liberdade e da própria Honra, ultrajada pelos inimigos”²⁵⁵. Sem outros argumentos mais convincentes, o comandante tentava orientar o entusiasmo dos soldados para um ajuste de contas vingando a afronta infringida pelo inimigo alemão nas terras de África, procurando convencê-los de que a vitória dos aliados seria a vitória da própria causa dos portugueses.

Mas afinal para que zona da Europa foram enviadas as tropas portuguesas e que motivos teria o comando aliado na escolha desta região? Tendo o CEP sido imposto ao comando militar britânico por razões políticas e vendo-o como um potencial problema, sem artilharia pesada, aviação e um bom serviço de informações militares, a melhor forma de diminuir o perigo seria instalá-lo numa região calma, protegido por uma linha de corpo à esquerda do rio Lys a norte e à retaguarda do canal Lawe. Não foi por acaso que o comando inglês só em Novembro de 1917 permitiu ao CEP a responsabilidade do sector: aguardou que comesçassem as chuvas do Outono, de modo a ter a certeza de que os alemães não iriam aí atacar em força, pelo menos até à Primavera²⁵⁶.

Com frequência se fala e escreve de forma pouco correcta e até confusa acerca de tropas em França, na Flandres e na Bélgica. Embora existam algumas descrições, de modo mais ou menos sucinto, relativas às condições logísticas no terreno em que se encontrava o dispositivo do exército português para a defesa dos sectores e subsectores optou-se, para uma melhor compreensão do objectivo deste estudo referir, entre outras, a forma como o capitão David

²⁵⁵ Tamagnini, 1923, Parte II: LVIII.

²⁵⁶ Telo, 2015: 250.

Magno caracteriza aquela região da Flandres quando os soldados portugueses lá chegaram em 1917.

O reino da Bélgica foi fundado entre 1830 e 1832, libertando-se da Holanda com o auxílio da França e da Inglaterra. Leopoldo de Saxe-Coburgo foi o primeiro monarca a quem foi oferecida a coroa, que aceitou em 1831. O seu filho Leopoldo II desenvolveu uma intensa política colonial, reunindo em 1876 os principais exploradores africanos nas conferências de Bruxelas, das quais resultou em 1882 a “Association Internationale du Congo”. Na conferência de Berlim de 1884, Leopoldo II conseguiu a formação do Estado Livre do Congo, entregue à Bélgica em 1908 com o apoio e reconhecimento dos Estados Unidos, Inglaterra e França e em prejuízo para Portugal. Até ao princípio do século XX, o reino belga atingiu uma grande prosperidade económica com uma agricultura variada e intensa, importante actividade industrial ligada particularmente à construção naval e relevantes centros de comércio interno e colonial. Em 1909, após a morte de Leopoldo II sucedeu-lhe no trono o sobrinho Alberto I, neto de dona Antónia de Bragança, filha da rainha dona Maria II. A rainha Isabel da Baviera, sua esposa, era filha da infanta dona Maria José de Bragança e neta de D. Miguel I de Portugal.

Durante a Primeira Guerra Mundial, Alberto I assumiu o comando do exército belga para defender o seu país da invasão alemã, resistindo até o Reino Unido e a França se prepararem para a primeira batalha do Marne, em Setembro de 1914.

“Eu governo uma nação e não uma estrada”, disse o rei em resposta aos alemães que desejavam movimentar os seus soldados através da Bélgica, tentando abrir caminho para o mar através dos portos de Calais e Dunkerque. Em Outubro de 1914, Alberto I conduziu o seu exército no cerco de Antuérpia e na batalha de Yser. Nesta contenda o rei colocou todo o seu exército na frente de combate. Apesar da perda da cidade de Diksmuide para os alemães, a batalha teve significados importantes para os belgas e para os aliados: não permitiu aos alemães derrotar o exército belga e conquistar todo o país, estabilizou a frente ocidental e terminou com o objectivo alemão da corrida para o mar.

No final da guerra, Alberto I regressou ao seu território como comandante do Grupo Flandres que consistia em divisões belgas, britânicas e francesas. Foi saudado em Bruxelas como um herói nacional.

No período em estudo, o quadro geográfico deste reino era constituído por três regiões: a alta Bélgica ao sul, a parte montanhosa do reino com revestimento florestal, englobando o planalto das Ardenas; a Bélgica média, constituída por planaltos, onde se encontravam os campos mais férteis da Europa e se cultivavam trigo, beterraba e aveia, assim como se faziam grandes criações de gado bovino e cavalar e, por fim, a baixa Bélgica, região onde se situava

a Flandres exterior, caracterizada pelas terras dúnicas e os “polders” e a Flandres interior, com abundantes terras férteis para a agricultura, mas também constituída por campina de solos pobres e arenosos. Foi na parte sul desta região flamenga, formando na época os departamentos franceses do Pas-de-Calais e du Nord com a capital em Lille, que teve lugar o teatro das operações das tropas portuguesas. Afastada um pouco das dunas do Mar do Norte, a zona compreendia terrenos pantanosos, alguns dos quais irrigados pela mão do homem em proveito da agricultura e da criação de gado. Tratava-se de uma região plana e em alguns pontos insalubre: “é cortada em todas as direcções por estradas largas, macadamizadas, pouco convexas ou muito gastas pelo movimento, dando lugar a que se conservem uma boa parte do ano enlameadas, em resultado das chuvas, da neve e dos degelos”²⁵⁷. Era uma desvantagem em relação ao inimigo alemão que ocupava as zonas de terreno mais elevado, não estando sujeito aos efeitos da drenagem. As estradas eram limitadas por valas ou drenos pelos quais corria e se escoava a água, cobertos de lodo e algas com funduras arriscadas, ladeadas por plátanos, olmos, tílias e álamos. As valas cortavam os campos em todas as direcções, formando grandes talhões assinalados por alamedas de choupos ou salgueiros degolados a pequena altura, de cujo topo se erguiam hastes e rebentos estorvando extraordinariamente qualquer tipo de marcha ou manobra militar. Para além destes obstáculos, o capitão Magno refere a abundância de canais servidos por muitas pontes de ferro movediças, permitindo o deslize de batelões de fundo chato. Através da construção do sistema de eclusas, os barcos podiam deslizar de um ponto inferior para o superior e vice-versa sem saltos de nível. A paisagem agrária tinha como cenário essencial os campos de trigo, beterraba, trevo e aveia, batatas e cenouras. Os prados serviam de pasto a manadas de vacas de raça, a carneiros flamengos e cavalos normandos e bolonheses. Onde o terreno era mais ondulado existiam bosques e alamedas onde se encontravam ricos e artísticos solares, os célebres “châteaux” com jardins e lagos. Por todo o lado abundavam as casas de campo, as conhecidas “fermes”, formadas por quatro corpos em quadrado, com uma parte descoberta ao centro onde se juntavam e se curtiam os detritos que, posteriormente, iriam fertilizar as terras. Compreendiam os depósitos, estábulos e a habitação caracterizada por quarto de dormir, cave e sala de visitas com fogão de cozinha e de aquecimento. Na cave ou subterrâneo existiam uma frisqueira e um abrigo contra os bombardeamentos. Segundo David Magno, terá sido daqui que os

²⁵⁷ Magno, 1921: 39-40.

franceses criaram o verbo “caver” (refugiar-se) e na gíria dos portugueses a palavra “cavar” no sentido de fugir²⁵⁸.

As tropas portuguesas foram alojadas nas partes disponíveis e mais desprezíveis destas “fermes”. No inverno os soldados dormiam vestidos sobre um colchão de palha no chão, cobertos por três mantas que lhes foram distribuídas. Os habitantes das aldeias disponibilizaram cama aos oficiais e sargentos. Toda a logística referente à distribuição de tropas pelas várias localidades, instalação, alojamento e instrução era da responsabilidade de oficiais britânicos. Os proprietários dos alojamentos cobravam pagamento pela instalação das tropas segundo o preço previamente estabelecido pelas autoridades britânicas, sendo sempre o mesmo nas localidades da zona de guerra onde permaneceram as unidades do CEP²⁵⁹. Pela cama de um oficial ou sargento o proprietário recebia um franco diário (200 reis) e cinco cêntimos ou um *sous* (10 reis) pelo lugar ocupado por uma praça. Para além das “fermes” existiam em abundância, quase até às linhas, os “estaminets”, com as respectivas “demoiselles”, semelhantes às tabernas portuguesas com caixas de música ou pianolas, convidando os soldados a esquecerem as mágoas e tristezas nas horas vagas. As casas das pequenas povoações não iam além de dois andares, sobressaindo-lhes apenas a torre da igreja. Característicos desta região eram os chamados “Calvários” que revelavam a profunda religiosidade do povo da Flandres. Eram grandes crucifixos em tamanho natural colocados à beira dos caminhos, convidando o transeunte à oração por quem falecera. Nenhum militar que tenha passado pela frente de batalha e tido a sorte de regressar jamais ouvirá, sem alguma saudade, os nomes de La Gorgue, Le Touret, Neuve e Vieille Chapelle, Feurbaix, La Lawe, Richebourg, Saint Vast, Lestrem, La Couture, Aire, Lestrem, Pont du Hem, Estaires, Fauquissard e outros²⁶⁰.

Foi nestas terras da Flandres, desde Armentières a La Bassé, de Merville a Béthune, que as tropas portuguesas viveram e sofreram o seu grande calvário, ignorando a verdadeira razão da luta para a qual foram lançadas.

Em 20 de Abril de 1917 era publicada a nova organização do CEP em duas divisões em vez de uma reforçada, como estava acordado no *Memorandum* de 3 de Janeiro.

No final do mês encontravam-se já na Flandres 16 batalhões de infantaria, apoiados por artilharia e outras unidades, como engenharia e serviços. Todos passavam pelas escolas de

²⁵⁸ Magno, 1921: 42.

²⁵⁹ Tamagnini, 1923, Parte II: LXVII.

²⁶⁰ Magno, 1921: 43.

formação britânicas e só depois as companhias iriam ter contacto com a frente de combate, integradas nos batalhões ingleses.

No que respeita ao armamento da força portuguesa, a Inglaterra forneceu à infantaria a espingarda *Lee-Enfield* de 7,7 mm, equipando cada batalhão com dezoito metralhadoras ligeiras *Lewis* de 7,7 mm. Cada divisão contava com três grupos de metralhadoras pesadas *Vickers* de 7,7mm. A infantaria recebeu ainda outras armas desconhecidas das tropas portuguesas: espingardas com mira telescópica ou com adaptadores lança-granadas, granadas e morteiros. A artilharia das divisões, formada por três grupos, recebeu da França baterias de peças *Schneider* de 75mm, usando munições francesas e da Inglaterra uma bateria de obuses de 114mm. As únicas armas provenientes de Portugal no CEP eram as pistolas *Savage* e *Luger*, usadas pelos oficiais²⁶¹. Devido às dificuldades logísticas e às condições do terreno dos sectores guarnecidos pelas tropas portuguesas a que já se referiu anteriormente, os esquadrões de cavalaria tiveram de ser convertidos num corpo de ciclistas. Ao manterem-se sempre nas mesmas posições não se tornou possível, nem mesmo conveniente, utilizar a cavalaria. Por isso, devido à grande despesa na alimentação e às doenças provocadas principalmente pelos bombardeamentos, foi necessário proceder ao abate de uma boa parte do gado, tendo o efectivo de cavalos ficado muito reduzido.

No final de Maio de 1917, as tropas portuguesas da 1ª divisão sob o comando do general Gomes da Costa começaram a ocupar o sector da Ferme du Bois, a cerca de três quilómetros e meio da linha da frente, integradas na 55ª divisão britânica. O quartel-general da divisão foi sedear-se em Lestrem²⁶² e o quartel-general do CEP em S. Venant, a cerca de vinte quilómetros da linha da frente.

O sistema defensivo do sector português no teatro de operações situava-se entre o rio Lys, a Norte, sendo Laventie a principal cidade e o canal Aire a Sul, tendo Richeburg como localidade mais importante. Compreendia, inicialmente, uma frente de cerca de catorze quilómetros e, posteriormente, de 10 600 metros. A frente do sector português abrangia três subsectores: a norte o subsector de Fauquissart, ao centro o de Neuve Chapelle e a sul o de Ferme du Bois²⁶³. O sistema defensivo obedecia a um plano de defesa do sector, extraído do plano de defesa do Corpo que, por sua vez, não era mais do que a tradução do plano britânico, reunindo um conjunto de princípios e doutrinas, concepções e planos, determinações, detalhes e regras que deveriam ser rigorosamente observados. Os planos de defesa das divisões

²⁶¹ Telo, 2010: 382 e 383.

²⁶² ANEXO A, figura 1.2. mapa 1.

²⁶³ ANEXO B, figura 2.2, mapa 2.

passavam de umas para outras e, em caso de ataque, os comandos deveriam cumprir o que estava determinado. Por isso mesmo, dada a forma como a 2ª divisão tomou conta de todo o sector português praticamente nas vésperas de 9 de Abril, o seu plano de defesa não era mais do que a sobreposição do plano da 1ª divisão.

Os planos de defesa que estavam em execução no sector português eram de Janeiro de 1918, tendo alguns capítulos passado por alterações. Competia às divisões que se encontravam na linha da frente oferecer resistência ao inimigo, no sentido de garantir ao alto comando o tempo e as condições necessárias para concentrar as reservas nos sectores que eventualmente fossem atacados. Baseados neste princípio, estavam organizados os planos de defesa das divisões que se encontravam na linha da frente. Não seria, portanto, aceitável que um comandante de batalhão perante um ataque de surpresa do inimigo não contra-atacasse de imediato, à espera de ordens da brigada, justificando desconhecer o plano de defesa. Segundo David Magno, esta situação ter-se-á verificado na madrugada de 9 de Abril com o comando do batalhão de infantaria 13. Era nas linhas da frente A, B e, eventualmente, na linha C que deveria defender ou morrer o CEP. Competia aos postos de defesa situados na chamada linha de corpo suster ou retardar um ataque inimigo, aguardando o contra-ataque britânico.

O sistema de defesa consistia numa série de linhas defensivas atrás da chamada *Terra de Ninguém*, constituídas por trincheiras ou obras fechadas e escalonadas da frente para a retaguarda. De uma maneira geral, este sistema defensivo era constituído por duas linhas de defesa principais²⁶⁴.

A *1ª Linha de Defesa*, a cargo da divisão, subdividia-se em três linhas: a) *1ª Linha, Linha Avançada* ou *Linha A* (Front Line); b) *2ª Linha, Linha de Apoio* ou *Linha B* (B Line); e c) *Linha de Reserva* ou *Linha “C”*. À frente da *1ª Linha* ficava a chamada *Terra de Ninguém* (*no-man’s land*), uma faixa de terreno que separava as trincheiras dum lado e do outro do conflito.

A *Linha “A”* era um trincheira contínua de combate, encostada à *Terra de Ninguém*, com parapeito de dois metros e dez centímetros de altura, guarnecida com postos intercalados de observação e defesa, protegida com três faixas de arame farpado de três metros de largura e com intervalos de dez metros. Era apoiada a cem ou duzentos metros à retaguarda por pequenos postos com elementos que sobravam às companhias do guarnecimento da linha da frente, constituindo a *Linha de suporte* (*Support Line*). O acesso à *Linha A* era feito por trincheiras de comunicação, onde estavam instaladas guarnições mistas de metralhadoras

²⁶⁴ ANEXO C, figura 3.2. mapa 3.

pesadas ou *Lewis* e granadeiros. Era uma linha de vigilância e de postos de combate ligados entre si por trincheiras contínuas. A sua reparação era feita permanentemente, devido aos bombardeamentos diários que destruíam o parapeito e despedaçavam o arame. Na sua retaguarda havia vários redutos de apoio.

A *Linha B*, de trezentos a oitocentos metros à retaguarda da *Linha A*, era uma trincheira contínua de combate protegida por uma faixa de arame farpado de cerca de seis metros de largura e flanqueada por metralhadoras pesadas. Nela havia abrigos para homens, depósitos de munições e plataformas para morteiros e metralhadoras pesadas. Constituía a *linha principal de defesa ou linha de resistência* da divisão, que deveria ser defendida a todo o custo pelas tropas do sector. Porém no subsector central de Neuve Chapelle, embora a *Linha B* fosse dupla, não funcionava apenas como *linha principal de defesa* mas também como linha avançada da *Linha A*, devido ao grande significado moral que havia com a posse das suas ruínas fortificadas e reconquistadas aos alemães em 1915 assumindo, por isso, importância excepcional os postos de Richebourg, Church e Chateau²⁶⁵. A *Linha B* ligava-se não só à *Linha A* como também à retaguarda por uma série de trincheiras em zig zag. Na carta da divisão, a *Linha B* estava marcada a tinta azul. A quinhentos ou oitocentos metros à retaguarda encontrava-se a *Linha “C”*, ou *Linha de Reserva*, uma espécie de posição de socorro destinada a receber as tropas atingidas nas linhas A e B, servindo também de ponto de reunião e de partida às fracções de reserva para contra-ataques. Não sendo uma linha contínua era normalmente ocupada pelas companhias dos batalhões de apoio, formada por pequenas obras de construção ligeira onde se conservavam os víveres, munições e água, e onde o comandante e 2º comandante dos batalhões, assim como o ajudante, observador, metralhador, granadeiro, médicos e rancheiros se encontravam, igualmente instalados em abrigos de madeira e terra²⁶⁶. Vários depoimentos de oficiais e sargentos, entre os quais o do capitão David Magno, referem que os lugares nesta linha eram disputados “com assinalado valor e preenchidos com o maior zelo e dedicação quando abrem qualquer vaga no *Museu...* - na gíria da *malta das trincheiras* – por serem considerados de clima ameno, comparados com os calores das nossas primeiras linhas. Bem... aqui, já se encontra quem ressoe dentro de pijamas ou em simples trajes menores”²⁶⁷. Segundo o major Vasco Vieira de Carvalho, estas três linhas constituíam no seu conjunto o sistema frontal, ou a 1ª linha de defesa, apresentando em média uma profundidade entre mil e quinhentos e mil oitocentos metros e eram ligadas transversalmente por trincheiras

²⁶⁵ Costa, 1920: 89.

²⁶⁶ Costa, 1920: 88.

²⁶⁷ Magno, 1967: 16.

travejadas para permitir a circulação a coberto das vistas do inimigo. A sua situação era, contudo, conhecida pelo inimigo uma vez que, através da observação aérea e por meio de fotografia, poder-se-iam determinar os nós de comunicação e impedir ou dificultar a circulação²⁶⁸.

A 2ª *Linha de Defesa* era constituída pela Village Line, ou Linha das Aldeias e pela chamada *Linha de Corpo* por ser da responsabilidade do corpo de exército a sua defesa e conservação.

Atrás da Linha C, entre dois mil e seiscentos e três mil metros da Linha A, estava a Linha Intermédia ou Linha das Aldeias, (Village Line)²⁶⁹, marcada na carta a tinta vermelha, constituída por um conjunto de postos ou ruínas de casas fortificadas com abrigos para morteiros e metralhadoras. Esquin, St. Vaast e Epinette constituíam postos avançados desta linha. Em caso de ataque era guarnecida pela reserva da divisão, ou reserva divisionária. Nesta linha eram constantes as obras de reconstrução de abrigos e fortificação de postos cercados por uma rede de arame com aberturas, para facilitar não só o contra-ataque como para a possibilidade de canalizar as colunas de ataque inimigas segundo as direcções mais convenientes. Destinava-se a sustentar a marcha das forças inimigas que tivessem forçado o sistema central de defesa, demorando-as o tempo necessário para que as tropas de reserva do CEP estacionadas à retaguarda organizassem e iniciassem o contra-ataque. A táctica para o dispositivo militar estava bem delineada: o problema era que, segundo Vasco de Carvalho, esta linha como principal centro de resistência deveria ser guarnecida pelas tropas do corpo de exército que deveriam encontrar-se à retaguarda, mas como o corpo não possuía quaisquer tropas foi-lhe destinada a reserva divisionária ficando, portanto, a divisão sem reserva. Em caso de ataque em profundidade do inimigo não haveria qualquer possibilidade de resposta, como aconteceu na noite de 9 de Abril. Os postos principais desta linha situavam-se em Laventie, Pont du Hem, S. Vast, Richebourg Chavattes e Epinette. Nela situavam-se também os postos de comando do sector e os quartéis-generais das brigadas. Encontrava-se a uma distância de seis mil metros da linha da frente e era constituída por obras de fortificação de grandes postos e redutos resguardados por rede de arame. Com óptimas condições para a defesa, possuía campos de tiro e bons e bem situados abrigos de betão para metralhadoras.

²⁶⁸ Vasco de Carvalho, 1924: 109.

²⁶⁹ Gomes da Costa (1920) integra esta Linha das Aldeias na 2ª Linha de Defesa, enquanto Tamagnini e Vasco de Carvalho (1924) a colocam entre a 1ª e a 2ª Linha de Defesa.

Protegia as passagens para a Ribeira do Lawe com os postos principais em Riez Bailleul, Huit Maisons, La Couture e Mesplaux²⁷⁰.

A linha de corpo, ou os postos de defesa da linha de corpo situavam-se acerca de três quilómetros atrás da Village Line. Na retaguarda desta linha corria o canal do Lawe atravessando de norte a sul todo o sector português desde Mesplaux, no sul, até La Gorgue, a norte, junto ao rio Lys. Os agrupamentos ou postos defensivos desta linha, localizados em Mudy Line, Drumez, Carters, Bout Deville, Huit Maisons, La Couture e Mesplaux, estavam organizados de forma a poderem fazer face a qualquer direcção de ataque, havendo para esse efeito linhas flanqueantes de entrincheiramento que ligavam à linha intermédia, conhecidas por Linhas Alternativas (*Switch Lines*). A linha de corpo estendia-se de Mesplaux a Mudy Line. Porém, como se referiu anteriormente, a sua ocupação pertencia às tropas do Corpo, mas como este não possuía tropas foi-lhe destinada a reserva divisionária, a 3ª brigada de infantaria, ficando a divisão sem reserva. Como todos os batalhões do CEP entravam na composição das divisões, seriam destinadas para esse fim duas brigadas britânicas, o que nunca veio a acontecer. Esta linha tinha como finalidade ser utilizada como base para a organização e ponto de partida para a contra-ofensiva, mas deixara de ter tropas para executar essa missão. Nela se situavam os comandos de brigada. Além das linhas de defesa citadas, existiam no sector português vários redutos e postos isolados, fortemente organizados e bem situados, como descreve Gomes da Costa²⁷¹, não fazendo parte de qualquer daqueles sistemas e servindo, em caso de ataque, de locais de reunião ou de apoio, aproveitados para acomodação das reservas.

Em resumo: a frente de batalha era dividida em três grandes Zonas: a *Zona Avançada* que compreendia as zonas frontais; a *Zona de Batalha*, onde se desenvolviam os agrupamentos da *Linha de Corpo* e a *Village Line* e, finalmente, a *Zona da Retaguarda*, atrás da *Linha de Corpo* e da ribeira do Lawe. Esta abrangia todas as obras de fortificação, postos isolados destinados a defender estradas importantes e nós de comunicação e eram consideradas também linhas defensivas, que teriam como finalidade a organização de uma nova Frente se uma ofensiva inimiga se tivesse apoderado da zona frontal. Inicialmente, quando as duas divisões se encontravam na linha da frente e dispunham de duas brigadas cada na 1ª linha e uma de reserva, a cobertura da frente encontrava-se razoavelmente bem guarnecida, embora com as falhas na *Linha de Corpo*.

²⁷⁰ Ver ANEXO C, figura 3.2. mapa 3.

²⁷¹ AHM, Gomes da Costa em Relatório de Vitorino Godinho, caixa 144: 115.

Quando, mais tarde, foi decidido retirar uma divisão da linha da frente cobrindo os mesmos sectores sem que para isso fossem aumentados os efectivos, a situação tornara-se bem mais favorável para o inimigo em caso de ataque, já que o comando divisionário ficara sem qualquer reserva à sua disposição. Gomes da Costa refere que as alterações ao plano de defesa relacionados com a defesa do *Corpo* e da *Linha B* vieram provocar alguma desorientação nos militares e que, lamentavelmente, produziram o resultado do 9 de Abril²⁷². Os autores do plano definiram que a *Linha B*, como também já foi referido, seria a principal linha de resistência do sector, mas atribuíam à reserva da divisão o guarnecimento da *Linha Intermédia*, (*Village Line*) que se encontrava a mais de dois mil metros da *Linha B*, o que tornaria impossível qualquer apoio de reserva a esta linha, isto é, a brigada de reserva teria de defender uma linha na qual raramente estaria colocada. Outra confusão, e até alguma contradição, dizia respeito à definição das linhas *A* e *B*. As tropas da *Linha B*, considerada a principal linha de resistência, deveriam combater até à última extremidade até que as tropas de apoio ou de reserva ocupassem a *Linha B* e executassem o contra-ataque. Esta acção tornava-se praticamente inexequível, já que as tropas de reserva não poderiam estar ao mesmo tempo a defender dois locais, *Linha B* e *Linha Intermédia*, distanciados um do outro cerca de dois mil metros.

Outra questão pertinente colocada em relação ao plano de defesa relacionava-se com a missão e a ocupação da *Linha A*. Esta era considerada como sistema de postos avançados e linha de vigilância e resistência, só devendo ser abandonada quando se tornasse insustentável a sua defesa por um forte bombardeamento. Segundo o plano não seria, portanto, tida como uma linha importante de resistência ao inimigo, mas era aí que se encontrava o grande número de tropas, o que causava alguma confusão nos militares que a defendiam.

É por isso que Gomes da Costa apresenta como defeito fundamental do plano de defesa, para além da confusão do emprego da reserva divisionária, o guarnecimento da *Linha A* “com forças demasiadas para simples observação e vigilância, e contudo deficientes para repelir um ataque de importância, não havendo com que as reforçar nem as auxiliar com contra-ataques no momento oportuno”²⁷³. As forças de reserva nunca poderiam avançar nem para a linha da frente nem para a *Linha Intermédia* enquanto decorresse o bombardeamento de metralhadoras. Foi o que se verificou com a forte barragem na noite e dia de 9 de Abril, em que nem a *Linha Intermédia* nem a *Linha B* foram guarnecidas, como se verá mais adiante. O bombardeamento

²⁷² Costa, 1920: 95

²⁷³ Costa, 1920: 96.

preliminar esmagou a primeira linha, e como à retaguarda não havia forças suficientes o inimigo não teve qualquer dificuldade em avançar no terreno até atingir o objectivo.

O desconhecimento ou a negligência do plano de defesa do sector, com as várias alterações e confusões a que foi sendo sujeito durante os três meses antes da batalha, são fundamentais para se entender, mínima e objectivamente, o que na realidade levou à sua não execução e, por consequência, ao desastre do CEP em 9, 10 e 11 de Abril em La Lys e, particularmente, em La Couture.

Cada sector divisionário dividia-se em dois ou três sectores de brigada e cada sector de brigada em dois subsectores, guarnecidos por dois batalhões em primeira linha, um em apoio e outro de reserva. Cada batalhão em 1ª linha dispunha de duas ou três companhias na frente e duas ou uma em apoio na *Linha B*. As companhias da frente dispunham os pelotões pelos postos da *Linha A* e pontos de apoio à retaguarda. As companhias de sapadores mineiros e pioneiros faziam parte da chamada reserva divisionária.

A artilharia encontrava-se sob as ordens directas do comando da divisão. Devido às condições do terreno ocupado pelas tropas do CEP, não houve oportunidade de empregar a cavalaria, como já se referiu.

No plano de defesa constava “todo o conjunto de princípios e doutrinas, concepções e planos, determinações gerais e de detalhe, que serviam para orientar a defesa e conservação do sistema defensivo do sector”²⁷⁴. Os planos de defesa de cada sector passavam de umas para outras divisões no acto da rendição. Neles estava marcado o posto de combate de todas as unidades existentes no sector, desde a linha mais avançada à mais recuada, devendo cada uma obedecer rigorosamente a esse plano. Em caso de ataque, se não houvesse ordem em contrário, nada mais tinham a fazer do que cumprir o que neles estava determinado. A infantaria era considerada como o elemento essencial naquela guerra de trincheiras. Seria a primeira a estar em contacto directo com o inimigo, sujeita a contínuos ataques e bombardeamentos necessitando, por isso, que os seus soldados não fossem apenas dotados das armas necessárias para a sua acção como dum contínuo apoio moral e psicológico. Aos comandantes de brigada era exigido a verificação ou propostas de alteração dos planos de defesa, a ligação com os batalhões, a superintendência na instrução e disciplina das unidades e a responsabilidade do comando de todas as unidades do sector. Era da competência e dever dos comandantes de batalhão e de companhia a manutenção da disciplina das tropas, as ligações às brigadas, detalhes do serviço, reconstrução das defesas, higiene, informações, zelar pela manutenção do

²⁷⁴ Carvalho, 1924: 105.

moral das tropas e pelo cumprimento de todas as ordens emanadas da hierarquia militar e, principalmente, defender o sector à sua guarda. Porém quase tudo falhou, a começar pela rendição das tropas.

11. Rotação e rendição das tropas: posição dos governos de Lisboa e do Almirantado inglês; divergências na estratégia político-militar.

A retirada do último navio britânico para o transporte das tropas portuguesas em Setembro de 1917 representou um golpe nas pretensões políticas do governo de Afonso Costa e, por consequência, nos objectivos que o ministro da Guerra teria definido para o CEP. A pretensão do governo português era a de manter duas divisões na frente, ao contrário da vontade dos ingleses que pretendiam apenas uma integrada num corpo britânico e outra à retaguarda, em profundidade. Tudo leva a crer que tenha sido a primeira punição pela “chantagem” dos navios. Esta divergência entre os governos de Lisboa e Londres agravou a desavença já existente entre os generais Tamagnini e Gomes da Costa. O comandante do CEP estaria obrigado a cumprir as orientações políticas do governo. Gomes da Costa era apoiante da decisão britânica de manter uma única divisão na frente, ciente das dificuldades dos militares e de que não haveria possibilidade de rotação de unidades, já que não seriam recebidos reforços. Tamagnini tentou ainda explicar ao seu ministro que a 2ª divisão permaneceria na retaguarda muito incompleta em termos de oficiais e de sargentos, que destacara algumas unidades para reforçar a 1ª divisão e que o comando inglês ordenara que três batalhões da 2ª divisão ficassem como reserva da divisão britânica. Esta atitude de redução das tropas na segunda divisão levava mesmo à demissão do seu comandante Roberto Baptista, em 19 de Outubro. Se as relações entre Norton de Matos e Tamagnini já não eram muito cordiais, desta vez o ministro reagiu de modo violento ameaçando que poderiam ser acusados os dois comandantes (do CEP e da 1ª divisão) de crime de lesa pátria, punidos com destituição imediata e demissão de oficiais do exército²⁷⁵. A decisão política, errada ou não, de catástrofe ou de vitória impunha-se às estratégias ou tácticas de guerra dos comandos militares. Esta atitude de intimidação do poder político para com a mais alta hierarquia militar em cenário de guerra, responsável por várias dezenas de milhares de homens, cansados e desmoralizados numa frente de combate, a quem entregaram a defesa de um sector de terreno, em nada contribuiria para elevar a força anímica das suas tropas.

²⁷⁵ Telo, 2010: 392.

Perante a insistência de Norton de Matos de que não era possível alterar o acordado para que Portugal tivesse um corpo de exército em França, a Inglaterra, a fim de evitar maiores problemas políticos, aceitou a resolução de compromisso, embora contra a vontade dos militares ingleses e franceses. Assim, e apesar de muito incompleto, Portugal tinha formalmente um corpo de exército em França. Era uma concessão política da Inglaterra, mas era a última, como afirma António Telo²⁷⁶.

Foi nestas circunstâncias que, no fim de Novembro de 1917, o CEP foi ocupar o sector da frente em choque com o comando britânico e com os seus comandantes, ameaçados de acusação de traição à pátria e de serem demitidos do exército. Confirmavam-se as suspeitas de Tamagnini no que respeitava às relações com o general Norton de Matos. O “prezado amigo” encontrava-se agora num verdadeiro dilema: ou executava subservientemente as ordens de Lisboa ou era acusado de traição à pátria.

A decisão britânica de retirar os transportes terá sido, segundo António Telo, o fim do CEP como Corpo de Exército e mesmo como força combatente²⁷⁷. As tropas de reforço nunca chegaram e a falta de rotação das unidades nas primeiras linhas criou nos militares uma sensação de abandono, levando à sua desmoralização. Se na frente o desentendimento na hierarquia militar era constante e notável, em Portugal as conjunturas social, política e económico/financeira tinham atingido uma fase de enorme degradação. A fome e o racionamento dos produtos de primeira necessidade afectaram todo o país. E em 7 de Agosto de 1917 Norton de Matos, numa entrevista ao jornal *O Século*, continuava a afirmar que “os dinheiros da Nação temos de gastá-los na guerra”, convencendo-se de que o povo compreendia bem os sacrifícios que fazia. A grande agitação com a paralisação do país através de greves, tumultos de rua, tentativas de golpes e contragolpes criaram as condições necessárias e suficientes para conduzir irremediavelmente ao sucesso uma revolução chefiada por um ex-militar, também republicano e maçom, de quem poucos ou ninguém suspeitava. O protagonista era Sidónio Pais, o diplomata “colocado na prateleira” do ministério dos Negócios Estrangeiros a fumar os seus célebres charutos, mas atento à situação do país. Aparentemente tão insignificante que, para iniciar o movimento militar, teve de se servir duma farda emprestada.

À partida não seria de estranhar que a mudança abrupta de governo num país aliado, numa altura em que a guerra se encontrava por decidir, levasse a Inglaterra a colocar muitas dúvidas

²⁷⁶ Telo, 2010: 393.

²⁷⁷ Telo, 2010: 390.

e mesmo desconfianças quanto às intenções do novo executivo português, com a agravante de o caudilho do movimento ser acusado pelos democráticos de germanófilo e antiguerrista.

Toda a documentação relacionada com a postura da missão militar inglesa que se apressou a visitar o chefe do movimento revolucionário, que ainda se encontrava no alto do Parque Eduardo VII a fim de se informar acerca das suas intenções, permite deduzir que o governo britânico não se importaria, ou até mesmo ansiasse, que os portugueses se libertassem do executivo vigente. O próprio Rocha Martins, no dia seguinte à revolução escrevia sobre a inevitabilidade da mesma: “Afonso Costa se não fosse vencido por Sidónio Pais, sucumbiria por uma revolta dos seus partidários”²⁷⁸, isto é, se Sidónio o não executasse, outros o fariam. Por isso, o governo britânico não teve grande dificuldade em reconhecer de imediato o novo executivo. Para isso terão contribuído certamente a insistência dos governos do partido Democrático forçando a beligerância, a pressão de Afonso Costa e de Norton de Matos acerca dos transportes das tropas portuguesas utilizando como justificação o aprisionamento dos navios alemães, a formação do corpo de exército e os vários problemas relacionados com África.

Na verdade, as relações entre os gabinetes português e britânico anteriores a 5 de Dezembro não eram as melhores. A correspondência enviada por Teixeira Gomes para Lisboa permitia concluir que o governo de Londres perdera a confiança em Afonso Costa quanto à sua capacidade de fazer executar algumas normas. Em 4 de Dezembro de 1917, Teixeira Gomes enviava ao seu ministro dos Negócios Estrangeiros um telegrama no qual dava conta “em termos gravíssimos” do descontentamento e má impressão, não só do governo inglês como também da opinião pública, pela forma como o governo português estava a gerir a cooperação portuguesa em África ²⁷⁹.

Como se tem vindo a analisar, esta conjuntura de desentendimento no que se refere às questões da política externa, conjugada com os graves problemas de ordem interna, permitem concluir que a entrada na guerra provocou de modo decisivo a divisão da sociedade civil e intensificou, particularmente, uma fractura irreparável da instituição militar que conduziria ao fim da 1ª República.

Ao contrário do que se escreveu durante décadas, não era intenção de Sidónio Pais retirar Portugal da guerra. Se para alguns germanófilos e militares que lhe deram o apoio esse propósito estaria implícito, a verdade é que todas as declarações públicas do autor principal

²⁷⁸ Rocha Martins, 1924: 14.

²⁷⁹ Arquivo Histórico- Diplomático do MNE, Legação de Portugal em Londres, Caixa 23, e Ramalho; 2001: doc. 32.

do golpe militar foram em sentido oposto, isto é, “a manutenção de todos os compromissos internacionais, nomeadamente os que se filiavam na aliança com a Inglaterra”²⁸⁰.

Tendo em consideração a má vontade do governo de Londres, é de presumir que uma alteração na política interna portuguesa fosse mesmo desejável para os ingleses. Carnegie confirmaria isso mais tarde a Sidónio: “O governo inglês declara-se animado da máxima boa vontade para com o actual governo, pretendendo evitar qualquer procedimento que possa causar-lhe prejuízo, desejando continuar o pleno apoio a Portugal, seu velho aliado”²⁸¹.

Não se alterando a política para com os aliados, Sidónio pretendeu enviar reforços de tropas para França, para se proceder à sua rotação e rendição. Nesse sentido, formulou junto de Barnardinston o pedido de navios necessários para se proceder ao respectivo transporte. A resposta negativa do representante inglês já não consistia apenas na forte ameaça submarina mas agora, e principalmente, a prioridade britânica estava voltada para o transporte de americanos para a Europa. De nada valeram a Sidónio os vários pedidos. Tal como nos governos anteriores, a partir de Setembro mais nenhum navio inglês esteve ao serviço de Portugal. Os poucos reforços enviados para França no governo de Sidónio foram transportados nos dois vapores portugueses. Por outro lado, o envio de tropas por comboio levantava outra preocupação aos britânicos, já que uma epidemia de tifo que se propagara em Portugal fazia com que os soldados embarcados ficassem de quarentena na linha da frente, sendo mesmo proibido pela Inglaterra qualquer tipo de transporte no mês de Março de 1918. Os interesses da coroa inglesa não se compadeciam com a vontade ou com as intenções políticas dos governantes ou dos diplomatas portugueses, afonsistas ou sidonistas.

12. Clima psicológico e moral das tropas, falta de quadros e interinidades

Tendo falhado a questão recorrente dos transportes, a vida dos militares portugueses na frente tornara-se muito mais complicada. Não havia reforços para rotação e rendição das tropas como acontecia com as unidades de todos os outros países, e os militares portugueses tinham conhecimento do facto o que contribuiu para um enorme e grave desgaste físico, psicológico e moral. No sentido de mitigar quanto possível o problema, os ingleses propuseram reduzir a uma divisão a presença portuguesa na linha da frente integrada no exército britânico, ficando a outra como unidade de rotação e descanso à retaguarda. Perante a insistência inglesa e não vislumbrando outra alternativa, em Fevereiro de 1918 o governo de Sidónio aceitou a

²⁸⁰ Ramalho, 2001: 116.

²⁸¹ Ramalho, 2001: 117.

proposta, com o acordo de Gomes da Costa e a oposição de Tamagnini, que ainda chegou a pedir a sua substituição no comando do CEP, que não foi aceite.

Tornava-se cada vez mais evidente a incapacidade logística de Portugal para levar a cabo a concretização dos objectivos que o Partido Democrático e os jovens turcos obstinadamente tinham projectado na participação na guerra. E muitos factores contribuíram para isso. Gomes da Costa no Relatório de 7 de Abril de 1918²⁸² apresentou em resumo as principais razões que justificavam o precário estado físico e moral das tropas que guarneciam o sector português, deduzidas da leitura dos depoimentos dos comandantes das várias unidades que deram entrada no comando da 2ª divisão no dia 4 do referido mês. A longa permanência na frente, a extrema redução dos efectivos e a falta de quadros, a questão das licenças de campanha, o logro da promessa de rendição ao fim de um ano em França, o tratamento leviano dos jornais portugueses com o consentimento da censura sobre casos de licença de campanha e a difícil execução da rendição das tropas e, finalmente, a pouca energia e força moral de grande número de oficiais constituíam factores evidentes de um fracasso frente ao inimigo em caso de ataque de grande envergadura.

Quanto à primeira razão, Gomes da Costa lembra a longa permanência na frente das tropas portuguesas, o que não acontecia com as de qualquer outra nacionalidade mantidas na 1ª linha. Seria muito pouco estimulante para os portugueses ver partir para licença ou descanso as tropas de outras nacionalidades e terem de aguentar na frente de batalha sem qualquer esperança de descanso, rendição ou regresso ao seu país. E não foram poucas as ocasiões em que os soldados portugueses tiveram de presenciar essa partida. Em cinco meses, de Novembro a Abril de 1918, a divisão portuguesa conheceu 4 divisões britânicas no seu flanco esquerdo e 3 no flanco direito. Perante tais circunstâncias, com que argumentos os comandantes na frente de batalha poderiam convencer os seus homens a manterem o moral elevado, apelar ao espírito patriótico da raça lusitana, ou garantir-lhes que a derrota da Alemanha seria a vitória de Portugal? Apesar dessa realidade, o soldado português resistiu e lutou até onde os meios ao seu alcance e a sua capacidade física e psicológica lhe permitiram, evidenciando-se como o melhor entre os melhores. A mesma atitude não foi partilhada pelos oficiais: ao abordar esta questão, Tamagnini não receou em afirmar que o moral dos soldados seria bem mais positivo se a totalidade dos oficiais obedecesse aos seus deveres e desse são exemplos²⁸³.

²⁸² AHM 1ª Divisão, 35ª Secção, Caixa 144, follha 59.

²⁸³ Tamagnini, 1923, Parte I: IX.

Mas a maior preocupação dos responsáveis do CEP consistia na extrema redução de efectivos e na falta de quadros nas unidades. E a agravar estas lacunas, o comandante interino da 2ª divisão acrescentava ainda a pouca idoneidade de muitos quadros e a falta de vontade no cumprimento do dever. Os militares tinham plena consciência de que em Portugal haveria não só reforços, como também oficiais e graduados suficientes para ter os quadros completos. E, por isso, as tropas da frente consideravam-se vítimas da injustiça e de traição dos poderes públicos, que protegiam os que se encontravam no país sem pretenderem voltar para a guerra. O preenchimento dos quadros de oficiais era considerado pela mais alta hierarquia do CEP o ponto fulcral para o sucesso da missão e seria errado, mais uma vez, “faltar à verdade histórica” como, aliás, aconteceu em algumas narrativas, alijando toda a responsabilidade para o governo de Sidónio Pais. O problema arrastava-se havia cerca de um ano. A partir de 25 de Maio de 1917 Tamagnini levantava a questão da falta de oficiais, endereçando inúmeras notas e telegramas ao ministro da Guerra, solicitando que lhe enviasse capitães e subalternos, já que as unidades de infantaria da 1ª divisão na frente se encontravam com os quadros muito incompletos, sendo a maioria de alferes milicianos e grande parte destes muito pouco preparados. Os pedidos intensificaram-se durante os meses do ano de 1917, nos governos de Afonso Costa e nos meses de 1918, com Sidónio Pais no poder. Tanto com um como com o outro governo, o resultado foi praticamente nulo.

Na mesma data de 7 de Abril e sobre a carência de quadros de oficiais Gomes da Costa, em resposta à nº 436 de 29 de Março do mesmo ano do chefe do estado-maior do CEP²⁸⁴ que lhe impunha a responsabilidade da defesa do sector, afirmava que não poderia assumir a responsabilidade efectiva que o comandante do CEP lhe determinava. Alegava que à sua divisão faltavam 399 oficiais e 7059 praças e o quadro de sargentos encontrava-se reduzido a cinquenta por cento, o que tornaria praticamente impossível resistir a qualquer ataque de grande envergadura. Para agravar a situação, quase todos os batalhões eram comandados por capitães que pouco tempo se demoravam nas suas unidades; muitas companhias, inicialmente comandadas por capitães, foram entregues a tenentes e os pelotões a sargentos-ajudantes e primeiros-sargentos promovidos a alferes, após terem saído de Portugal. Poucos destes, já na casa dos trinta e mais anos, sem a energia e as capacidades físicas da juventude, tinham frequentado a escola de Guerra.

No quadro de resumo dos efectivos relativamente ao total das tropas da 2ª divisão à data de 9 de Abril, já reforçada com uma brigada e um grupo de artilharia da 1ª divisão, Gomes da

²⁸⁴ Costa, 1931: 64.

Costa aponta o quantitativo de 1 102 oficiais e 25 582 praças mobilizados, faltando por isso 413 oficiais e 6 208 praças, ou seja, 37% de oficiais e 24% de praças²⁸⁵. Referindo-se somente às quatro brigadas de infantaria, dos 672 oficiais e 17 968 praças mobilizados apenas 384 oficiais e 12 618 praças se encontravam presentes naquela data, faltando 288 oficiais e 5 350 praças. Pelos cálculos de Vasco Vieira de Carvalho, havia um desfalque de 43% de oficiais e aproximadamente 30% de praças. No que respeitava aos batalhões de infantaria encontravam-se presentes 300 oficiais e faltavam 242, isto é, uma redução de cerca de metade²⁸⁶.

Nas baterias de artilharia o défice era um pouco menor, mas ainda bastante significativo: 34% por cento de oficiais e 13% de praças.

Além dos efectivos se encontrarem extremamente reduzidos, era colocada em causa também a idoneidade de muitos quadros. Tamagnini refere que não eram apenas os oficiais milicianos que não ofereciam boas garantias por falta de conhecimentos e de treino indispensáveis, embora alguns deles tivessem merecido as melhores referências. Também os oficiais do quadro permanente eram objecto de forte crítica, tanto de Tamagnini como de Gomes da Costa, ao reconhecerem que (sic) “infelizmente uma percentagem relativamente elevada que, por diversas circunstâncias, nada valia”²⁸⁷. O comandante do CEP vai muito além da apreciação profissional dos seus subordinados: na explicação aos leitores quando, cinco anos após o 9 de Abril decidiu publicar a obra *Os meus três Comandos*, Tamagnini resolveu passar a escrito para memória futura o seu juízo sobre o comportamento de muitos oficiais do quadro permanente, durante os dezoito meses à frente do CEP em França. Não se coibiu de exaltar a coragem e os actos de valor dos soldados portugueses mas, como principal responsável de toda a força portuguesa, não perdoou e denunciou a baixeza de carácter e a deslealdade de grande parte dos oficiais. Perante as comemorações entusiásticas da batalha como uma grande vitória das forças portuguesas, a panóplia de oficiais “enfeitados” de condecorações, a construção de mitos de heróis com o patrocínio da imprensa²⁸⁸, Tamagnini entendeu vir pôr a claro a realidade de grande parte da família castrense que constituía o CEP. O general lamentava profundamente ao ver:

²⁸⁵ AHM, Caixa 144, 1ª Divisão, 35ª Secção, folha 53.

²⁸⁶ Carvalho, 1824: 53. Vasco de Carvalho afirma que os números apresentados por Gomes da Costa no seu livro *A Grande Batalha do CEP* têm versões diferentes, o que poderá mostrar a incerteza dos números correctos. O motivo que poderá levar a esta discrepância quanto à exactidão dos efectivos terá a ver com o desaparecimento do arquivo da 2ª repartição do G. G. 2, embora em números redondos não se afastará muito da realidade.

²⁸⁷ Costa, 1931: 71.

²⁸⁸ Como o caso do soldado Milhais “Milhões, em 1924 pelo *Diário de Lisboa*.”

Realçados a situações proeminentes, cobertos de refulgentes condecorações e apontados como beneméritos da Pátria oficiais, que salvo raras excepções, pouco mais fizeram do que ostentar vaidades, procurar divertimentos, cultivar a política e os políticos em evidência, ufanar-se de imagináveis serviços, avolumando a importância daqueles que simplesmente cumpriram, alardeando valentias em arrostar perigos a que uma imaginação fértil dava proporções, exageradas pela própria fantasia²⁸⁹.

Acrescentava que, afinal, não foram os propagandistas da intervenção de Portugal na guerra os que mais prestaram serviço no CEP. Uns conseguiram esquivar-se, outros procuraram fugir e poucos se conservaram até final na linha de combate. Denunciava a pouca energia e força moral dum grande número de oficiais que, tendo abraçado a carreira numa época de paz, sem suspeitar que teriam de tomar parte numa campanha desta natureza, não tinham o carácter suficientemente temperado para serem guias dos seus soldados. Pelo contrário, a presença junto dos seus homens fora perniciososa, contribuindo para o seu desânimo moral e psicológico. Felizmente, conclui Tamagnini, que houve uma minoria de ótimos oficiais, em todos os sentidos, à qual se deve o ter-se conservado por tanto tempo o CEP²⁹⁰.

O respeito pela condição e dignidade militares não lhe permitiu citar nomes de oficiais, mas com a análise de outros documentos algumas destas afirmações de Tamagnini podem deixar transparecer, sem grande margem de erro, o alvo a quem se dirigiam. O comandante é peremptório ao afirmar que uns procuraram esquivar-se, outros procuraram fugir “e poucos se conservaram até final da linha da frente”²⁹¹. Como comandante tinha pleno conhecimento dos oficiais que não se entregaram ao inimigo de braços caídos no Reduto de La Couture e que procuraram resistir na linha de combate até receberem a ordem de retirada, no dia 11 de Abril:

“No meio da destruição e da carnificina, foi ainda a minoria de ótimos oficiais que com o seu exemplo e prestígio levaram as fracções do seu comando à prática de actos heróicos, fazendo frente ao inimigo, demorando-lhe o avanço e dando assim tempo às tropas britânicas, ao lado das quais ainda combateram de chegar ao terreno da luta e obstar que os alemães conquistassem mais de oito quilómetros de profundidade no sector português”²⁹².

Embora não refira o seu nome, poderá presumir-se que o general quisesse referir-se também ao capitão David Magno, comandante da 3ª companhia do BI 13 de Vila Real, que combateu ao lado dos escoceses até ao dia 11 de Abril em Les Lobes.

²⁸⁹ Tamagnini, 1923, Parte I: IX.

²⁹⁰ Tamagnini, 1923, Parte II: LXXVI.

²⁹¹ Tamagnini, 1923, Parte I: IX.

²⁹² Tamagnini, 1923, Parte I: X.

Bem conhecedor dos seus subordinados, Tamagnini não se surpreendeu, apenas lamentou que “certos oficiais, cobertos de refulgentes condecorações, apontados como beneméritos da Pátria, que pouco ou mais fizeram do que ostentar vaidades, se ufassem de imagináveis serviços, alardeando valentias em arrostar perigos”²⁹³. Não será abusivo deduzir que se refira ao comandante do 13 de Vila Real, major Gustavo de Andrade Piçarra e ao 2º comandante interino do mesmo batalhão, Bento Esteves Roma. O primeiro foi louvado pelo comandante interino da divisão por ter sido morto em combate em La Couture e o segundo louvado, também pelo mesmo comandante, pelos actos de coragem em La Couture, “onde desapareceu”²⁹⁴. A realidade é que os dois oficiais não foram mortos nem desapareceram. Durante todo bombardeamento do dia 9, Andrade Piçarra e Esteves Roma permaneceram no reduto de La Couture enquanto o seu batalhão vagueava, disperso e desorientado, por várias localidades.

Outro motivo de desconforto e desalento das tropas relacionava-se com as licenças de campanha. A forma como foram concebidas e posteriormente orientadas as concessões de licença levou a que, de uma maneira geral, somente os bafejados pela sorte e pela conivência ou compadrio dos amigos nas secretarias gozassem desse benefício, de tal modo que o caso das licenças era conhecido entre as tropas pelo “Conto do Vigário”²⁹⁵. A situação das licenças foi sendo agravada ao longo da permanência das tropas em França, tanto no governo de Afonso Costa como no de Sidónio Pais. Alguns oficiais que iam de licença demoravam-se em Portugal argumentando com os mais variados pretextos, quase sempre com a cumplicidade da hierarquia militar, incluindo a do próprio ministro da Guerra. Tamagnini contestou sempre este tipo de situações, o que lhe valeu num dos casos a censura de Norton de Matos por protestar contra a concessão de oito dias de demora no país ao capitão médico Alberto dos Santos Monteiro, a que já se referiu anteriormente. Outros licenciados nunca mais voltaram a França com a conivência dos amigos do partido, contribuindo deste modo para o mal-estar e indignação entre camaradas que se reflectia no desempenho de todo o serviço, já que os impossibilitava de gozar do mesmo direito.

A ausência de rendição, a prostração física e a falta de descanso das tropas conduziu a um estado extraordinário de baixo moral e começo de indisciplina nas fileiras do CEP. Apesar do sentimento do dever, do brio e do patriotismo próprios do soldado português em todas as

²⁹³ Tamagnini, 1923, Parte I: X.

²⁹⁴ Biblioteca do Exército, CEP, 2ª Divisão, Ordem de Serviço nº 146, Serviço no Campo da Divisão, Ordem de Corpo nº 144 (29.V.1918).

²⁹⁵ AHM. Caixa, 144, 1ª Divisão, 35ª Secção, folha 60.

circunstâncias em que foi sempre solicitado, a duração da guerra, o cansaço, o sofrimento físico, a pouca esperança do regresso fizeram-se sentir com as consequências mais desastrosas. Para agravar esta situação, os militares convenceram-se do sentimento de abandono, particularmente da parte do poder político de Lisboa e de muitos oficiais e comandantes que recorriam a puras invenções para justificar a saída da frente e regressar a Portugal, sem nunca mais voltar a França. O conteúdo dos relatórios dos comandantes de brigada, batalhões de infantaria, grupos de bateria e artilharia e de alguns médicos que deram entrada no comando do CEP em 4 Abril de 1918, como se referenciou anteriormente, é bem elucidativo do baixo estado moral em que se encontravam as tropas portuguesas nas vésperas de uma batalha que seria decisiva para o prestígio e o orgulho do CEP no contexto internacional.

A leitura e análise do teor de alguns desses relatórios permitem avaliar de modo concreto e objectivo o estado moral e físico em que se encontravam quase todas as tropas na véspera do 9 de Abril, como resultado de uma decisão errada de enviar para a guerra uma força sem as condições mínimas exigidas para o cumprimento da missão²⁹⁶.

Reportando-se aos relatórios das suas unidades, o comandante da 3ª brigada de infantaria coronel João Júlio dos Reis e Silva comunicava que o estado moral das tropas era mau, o que se confirmava por investigações pessoais. Esse estado moral causado pela falta de repouso, por não se ter gozado a licença a que se tinha direito e pelo desconto em tempo de serviço dos dias em que se encontravam de baixa teve como consequência o abatimento físico, o desleixo pessoal e a indisciplina, a indiferença às punições e um aumento extraordinário da percentagem de doentes²⁹⁷.

Os quatro batalhões (9, 12, 14 e 15)²⁹⁸ pertencentes à 3ª brigada de infantaria apresentavam um estado moral muito pouco recomendável para enfrentar um inimigo com as potencialidades da Alemanha. O major Henrique Alberto de Oliveira, comandante do batalhão de infantaria 9, afirmava que só com muito esforço e dedicação dos graduados tinham conseguido manter algum prestígio junto dos seus homens que se encontravam fracos, enervados e esgotados, quer física quer moralmente, sendo muito difícil arcar com a defesa do subsector. Dando conta de que o moral do batalhão era mau, prevenia o comandante da sua brigada: “Será muito difícil e árduo, sem um repouso absoluto e prolongado para todos, com

²⁹⁶ AHM, Caixa 144, 1ª Secção, 135ª, folhas 69 e seguintes. Parte de alguns destes Relatórios são citados por Vasco de Carvalho (1924).

²⁹⁷ AHM, Idem: folha 69.

²⁹⁸ No Relatório de Vitorino Godinho, aparece por lapso citado o BI nº 11 como pertencente à 3ª Brigada de Infantaria, em vez do BI 14. Na realidade o BI 11 fazia parte 6ª Brigada de Infantaria.

elementos fracos, enervados e esgotados física e moralmente, arcar com a responsabilidade da defesa do subsector e de quaisquer operações que tenha de executar-se”²⁹⁹. Também o médico do batalhão tenente Mário Alberto Pereira Machado corroborava aquelas afirmações, acrescentando que o estado sanitário do seu batalhão era o pior possível, chegando a atingir o extremo grau de fadiga. Igual referência partia do comandante do batalhão de infantaria 12 capitão Mário Augusto Teixeira Dinis, reportando que o moral das suas tropas não era bom. Quanto ao batalhão de infantaria 14 comandado pelo major Horácio Severo M. Ferreira, embora o estado moral da unidade não pudesse ser qualificado de mau considerava-se, todavia, que as tropas se encontravam muito abatidas. Em pior situação estava o batalhão de infantaria 15, em grande estado de depressão moral e incapaz de resistir a um ataque mais forte do inimigo, sendo altamente perigoso conservá-lo por mais tempo na frente por serem nulos o seu valor ofensivo e a capacidade de resistência, como afirmava o seu comandante Raúl Andrade Peres³⁰⁰. O próprio médico capitão Francisco M. Rodrigues Moreira, que estava de serviço a esta unidade, ficou impressionado com o estado de miséria física em que encontrou os seus homens, sugerindo ao comandante da divisão a sua imediata convalescença, não se responsabilizando pelo seu estado de saúde se não lhes fosse proporcionado o respectivo repouso³⁰¹.

Problemas idênticos aos da 3ª brigada afectavam gravemente o estado moral e físico dos militares da 4ª brigada de infantaria. Assim o confirma o relatório do seu comandante interino tenente-coronel Eugénio Carlos Mardel Ferreira,³⁰² responsável pela defesa da linha da frente de Fauquissart, atribuindo a causa principal daquela situação à redução dos efectivos que não permitia a rotação nas trincheiras. E quando isso acontecia, os soldados que vinham para a retaguarda eram obrigados a executar todo o tipo de trabalhos debaixo de uma disciplina rigorosa e desajustada, permanecendo horas e horas durante a noite com as armas ensarilhadas fazendo com que as tropas vindas da frente, em vez de recuperarem forças, suportassem uma fadiga ainda maior. A advertência ao poder hierárquico da divisão não deixava qualquer dúvida sobre a incapacidade de executar uma missão contra o inimigo. Por isso o comandante da 4ª brigada alertava a hierarquia do CEP no sentido de que, se aquele estado de coisas não fosse remediado, não lhe poderia ser atribuído qualquer tipo de responsabilidade pelos factos desagradáveis que pudessem vir a acontecer: “Cumpre-me informar que julgo impossível

²⁹⁹ AHM, Caixa 144, folha 72.

³⁰⁰ AHM Caixa 144, 1ª Divisão, 35ª Secção, folha 74.

³⁰¹ Idem, folha 74-75.

³⁰² O coronel Adolfo de Almeida Barbosa encontrava-se a comandar interinamente a 1ª Divisão, em 9 de Abril.

continuar a despender a mesma energia física, porque o limite da resistência está excedido e é natural que nestas condições o moral comece a ressentir-se, já porque os oficiais graduados faltam, já porque as praças não resistirão, desde que lhe falte o exemplo dos seus superiores³⁰³. Todos os comandantes dos quatro batalhões (3, 8, 20 e 29) que constituíam a 4ª brigada denunciavam o esgotamento físico e moral dos soldados, alertando para a necessidade de retemperar as suas forças. Uma particularidade teria agravado a situação do batalhão de infantaria 20, comandado interinamente pelo major António Marcelino Baptista Lage em virtude do comandante efectivo, tenente-coronel José António A. Júnior, se encontrar de licença de campanha: alguns soldados que tinham feito recentemente uma campanha em África foram enviados para França sem o descanso necessário para recuperação das energias e tratamento de doenças, sendo a maior parte portadores de paludismo. Como em Portugal não era feita a inspecção sanitária com receio de que não pudessem embarcar, seguiram doentes, tendo como resultado um elevado número de combatentes que teve de baixar ao hospital quando se encontrava na primeira linha. O médico do batalhão atestava que sem um repouso imediato, prolongado e reparador as praças não poderiam resistir, acrescentando que os graduados se encontravam no mesmo estado de abatimento, tendo o próprio comandante de batalhão sido hospitalizado. Também o médico do batalhão 29 tenente José Alberto de Bastos alertava para o estado sanitário dos soldados à sua responsabilidade, que seria perigoso não só para eles como também para a defesa do sector conservar aqueles homens na linha da frente³⁰⁴.

Não era diferente a situação das forças que formavam a 5ª e a 6ª brigadas de infantaria comandadas, respectivamente, pelos coronéis Diocleciano Augusto Martins e Felisberto Alves Pedrosa. Da primeira faziam parte os batalhões 4, 10, 13 e 17 e da segunda os batalhões 1, 2, 5 e 11. Os relatórios dos comandantes destas brigadas como dos seus batalhões espelham a realidade da vivência das forças portuguesas na zona de guerra, ao descrever o estado moral e físico dos seus homens: deprimidos, abatidos, depauperados, debilitados de vigor físico e moral, com espírito de indisciplina e o profundo sentimento de terem sido enganados e traídos. O comandante do batalhão 4 tenente-coronel José Sande Lemos, além de muitas outras razões, adiantava uma em especial para a grande depressão dos seus homens: a perda do gosto de escrever para as famílias, justificada pela falta de esperança de voltar a Portugal verificando-se, por isso, uma enorme diminuição de correspondência³⁰⁵.

³⁰³ AHM, Caixa 144, folha 76.

³⁰⁴ AHM, Caixa 144, folha 80.

³⁰⁵ AHM, Caixa 144, folha 81.

No que se refere ao batalhão 13 comandado pelo major Gustavo de Andrade Pissarra, que se abordará mais adiante, o relatório afirmava que o estado moral das tropas não era bom, o que veio a ser confirmado mais tarde pelo capitão da 3ª companhia David Magno, a propósito das tropas que, eventualmente, viriam descansar alguns dias à retaguarda. David Magno lembra e lamenta a forma como eram tratados esses militares. Com o pretexto de um ataque iminente a uma distância de cinco quilómetros da 1ª linha, os oficiais da retaguarda exigiam-lhes esforços absolutamente incompreensíveis e inúteis, ao contrário do que era exigido às tropas alemãs:

Não é manterem-se as companhias *em armas*, indefinidamente, a altas horas da madrugada, formadas a *pé firme* nos campos gelados da Flandres e a mais de cinco quilómetros das primeiras Linhas que, dentro das possibilidades da época, se ganha tranquilidade interior e se resolve a certeza de suspender um ataque (...). Tais prevenções em paradas nocturnas e a longo prazo apenas podiam precipitar a ruptura da capacidade de resistência psicossomática das tropas, *a priori*, exauridas e desmoralizadas (...). Foram estas e outras exigências, absolutamente inúteis, que acabaram por esgotar o resto das energias. Fartos de sofrer, fartos de prevenções, fartos de passar dias e noites sem dormir, à espera de um ataque que parece não rebentar mais³⁰⁶.

Quanto ao batalhão 17, embora o estado moral fosse satisfatório, o seu comandante major José Augusto Duque fazia notar que existiam alguma depressão e mal-estar entre os militares pelo facto de terem feito uma campanha em África entre 1914 e 1915 e em 1916 terem sido enviados para França, o que não acontecera com outros dois batalhões do mesmo regimento que não foram sujeitos a qualquer mobilização.

Os relatórios referentes aos batalhões de infantaria da 6ª brigada apresentavam uma situação igual ou semelhante aos das outras brigadas, com excepção do batalhão de infantaria 11, ao afirmar-se ser excelente o estado moral das suas tropas. Todavia, o comandante advertia que para a manutenção daquele estado seria necessário completar os efectivos, nomeadamente o dos oficiais, e conceder as licenças de campanha.

Os dados são conclusivos no que dizia respeito à situação dos militares que formavam a 2ª divisão do CEP. Todos os batalhões que se encontravam na 1ª linha (10, 17, 1, 20 e 29) apresentavam um estado moral e físico considerado mau, com excepção do batalhão nº 2 registado como bom já que, segundo os seus oficiais, as tropas ainda alimentavam a esperança de serem rendidas. O mesmo se passava com os outros batalhões (4, 5, 9, 12, 13, 14) que se encontravam nas outras linhas, fossem elas B, C, linhas das aldeias ou linha de corpo: todos manifestavam um estado físico e moral mau ou muito deficiente, excluindo também o batalhão

³⁰⁶ David Magno, 1967: 38.

11 cujo comandante tenente-coronel Viriato Borges Pereira da Silva informava que o estado moral das suas tropas continuava excelente.

Será curioso notar que, em relação ao batalhão de infantaria 2, dos dez oficiais que constituíam o seu estado-maior seis encontravam-se em serviço noutras unidades, como o seu comandante, tenente-coronel Jerónimo Osório de Castro em diligência na 6ª brigada, ou em licença de campanha ou de Junta, tal como o segundo comandante major João Nepomuceno de Freitas. Quanto ao batalhão de infantaria 11, o seu estado-maior era formado por onze oficiais, mas apenas quatro estavam efectivamente ao serviço já que dois se encontravam de baixa no hospital, incluindo o seu comandante, o tenente miliciano médico Francisco Rodrigues Mingacho, e os outros seis de licença de campanha. Não será de estranhar que, apesar de tantas alterações e falhas a nível de comandantes, fossem os únicos que reportassem um estado moral e físico positivo.

No que diz respeito aos grupos de baterias de artilharia, grande parte acusava um estado moral e físico fraco, deprimido, abatido, com a sensação de se ter sido enganado. Foi apenas nas tropas dos grupos de metralhadoras e de murteiros nas companhias de sapadores mineiros e ambulâncias que se verificou um estado moral regular, positivo e até bom.

Sobre o estado das tropas é o próprio comandante do CEP que, perante as várias causas, confirma que a situação era crítica e o descontentamento geral, havendo da parte dos soldados a convicção de que estavam condenados a morrer em França³⁰⁷. A falta de quadros não seria o único motivo de enfraquecimento do CEP. A questão das interinidades constituía igualmente um problema grave para o fortalecimento moral do dispositivo militar e para a execução rápida e eficaz de qualquer missão contra o inimigo. Os militares dos vários escalões hierárquicos recorriam a todos os pretextos e oportunidades para conseguirem licenças de campanha e de junta, baixas aos hospitais e ambulâncias ou diligências fora da unidade para se esquivarem da frente de combate, e mesmo da própria França. Estas autorizações, muitas delas facilitadas pelas secretarias, aconteceram em percentagem muito elevada implicando a substituição no cargo, em princípio temporária, mas que em muitos casos se tornou definitiva.

Em todas as unidades um grande número de oficiais exercia funções interinamente, a começar pelo próprio comandante da divisão, general Gomes da Costa, substituindo temporariamente o general José Augusto Simas Machado que se encontrava em licença de campanha no dia da batalha. Semelhante situação acontecia com o major Vitorino Henriques Godinho que ocupava o cargo de chefe do estado-maior da divisão, em virtude do tenente-

³⁰⁷ Carvalho, 1924: IX.

coronel Martins de Castro estar de licença de Junta, sucedendo o mesmo com o comandante de artilharia Veríssimo de Azevedo, que ocupava interinamente o lugar do coronel Coelho de Oliveira. Do quartel-general da 2ª divisão encontravam-se também em licença de campanha os ajudantes do comandante, o capitão José Augusto Pereira de Melo e o tenente de cavalaria Sarmiento Pimentel e o oficial de ordens do estado-maior.

O problema tornou-se mais delicado e mesmo embaraçoso quando os batalhões passaram a ser comandados por capitães, as companhias por subalternos, alguns deles alferes milicianos, e os pelotões por sargentos e segundo-sargentos. Grande parte destes militares não tinha preparação, conhecimentos e carisma exigidos para o comando eficaz de tropas, particularmente em tempo de guerra e guerra de trincheiras. No primeiro ataque de grande envergadura, em 9 de Abril, a maioria dos comandantes de batalhão, companhia ou pelotão vira-se completamente inapta para saber quando e como responder ao inimigo, embora nos relatórios posteriores muitos deles se tivessem apresentado com a presunção de terem sido grandes heróis sem nunca dispararem um tiro, ou terem estado na presença do inimigo apenas quando este lhes deu voz de prisão.

Para este estudo considera-se importante, embora muito sumariamente, apresentar alguns dados que se julgam relevantes no sentido de melhor se compreender o significado que o problema das interinidades teve não só no moral das tropas mas, principalmente, na incapacidade de resistir ao inimigo, no insucesso de toda a missão em França e que é prova cabal da fractura da instituição militar. Os militares não desejaram a guerra, não queriam ir para guerra e não queriam combater. Os que puderam ficaram na retaguarda e outros regressaram à pátria logo que a situação foi possível. Mas no fim todos lutaram pelos louvores e pelas medalhas.

Na 3ª brigada de infantaria apenas o batalhão de infantaria 9 tinha à frente o seu comandante, major Henrique Alberto de Oliveira. Todos os outros eram chefiados interinamente por outro oficial. O comandante do batalhão 14 major Horácio Severo de M. Ferreira encontrava-se hospitalizado, e o 2º comandante Geraldês F.A. e Campos em licença de campanha. No batalhão 12 o seu comandante encontrava-se em licença de campanha, sendo substituído interinamente pelo capitão Mário Augusto Teixeira Diniz, assumindo ao mesmo tempo o cargo de 2º comandante interino o capitão Carlos Augusto Pereira do Carmo. Em licença de campanha estava igualmente o comandante do batalhão 15 Ferreira do Amaral, substituído interinamente pelo major Raul de Andrade Peres.

Na 4ª brigada de infantaria encontravam-se em licença de campanha os comandantes do batalhão 3 major de Almeida Campos Gusmão e do batalhão 20 tenente-coronel José António

A. Júnior tendo assumido o cargo de comandantes interinos, respectivamente, o capitão Alberto Augusto do Vale e o major António Marcelino Baptista Lage; o comandante do batalhão 29 tenente-coronel José António Pereira encontrava-se em diligência fora do batalhão; nesta brigada, somente o batalhão 8 tinha o seu comandante efectivo, major Aníbal Coelho de Montalvão.

Foi na 5ª brigada onde se verificaram menos situações de interinidade. Todos os batalhões (4, 10, 13 e 17) tinham em função os seus comandantes. Regista-se, todavia, que o comandante da 1ª companhia do batalhão de infantaria 13 capitão Bento Esteves Roma foi nomeado comandante interino do batalhão, em virtude de se encontrar em gozo de licença de campanha o major Júlio César Gil Iglésias.

No que diz respeito à 6ª brigada, apenas o comandante do batalhão 1 major António de Barros Rodrigues se encontrava em funções, embora dos doze oficiais que constituíam o estado-maior desse batalhão seis se encontravam de licença de campanha, incluindo o 2º comandante, e um de baixa no hospital. Quanto aos comandantes de companhia e de pelotão, a situação não era muito diferente: entre quarenta a cinquenta por cento desses comandantes encontrava-se em licença de campanha, no hospital ou em diligência noutra unidade, companhia ou serviço. No sentido de melhor se entender o que tem vindo a afirmar-se e que se considera importante referir é que as praças que partiam de licença quase todas regressavam, o mesmo não acontecendo com os oficiais. Dos vinte e cinco que foram chamados para Portugal até 8 de Abril de 1918 apenas oito regressaram e dos 1912 que entraram de licença, somente 822 voltaram a França.

Para o estudo em análise importa particularmente conhecer a constituição hierárquica do batalhão de infantaria 13, cujos comandantes foram os protagonistas das intrigas e conflitos nos anos que decorreram após a batalha do Lys, e que constituem um caso exemplar da clivagem existente entre os militares agravada pela conjuntura da guerra.

Como já se referiu, nas vésperas de 9 de Abril comandava o batalhão o major Gustavo de Andrade Piçarra, fazendo parte do seu estado-maior o major Júlio César Gil Iglésias, tenente ajudante António M. da Mota e Costa, alferes granadeiro José Francisco Sevivas, tenente observador João Baptista Trancoso, tenente granadeiro Alfredo Pereira Esteves, tenentes milicianos médicos José A. Ferreira Júnior, António Gonçalves e Manuel Neto Cabral e os alferes milicianos Alfredo Augusto Filipe, Francisco Pinto Veiga e António Ribeiro da Silva. Encontravam-se em licença de campanha o 2º comandante major Júlio César Gil Iglésias, o tenente ajudante António M. da Mota e Costa e o tenente granadeiro Alfredo Pereira Esteves.

A 1ª companhia era comandada nominalmente pelo capitão Bento Esteves Roma, tendo como comandantes de pelotão o tenente João Almeida Serra, alferes Luís Vaz de Oliveira e os alferes milicianos Abel Duarte Teixeira de Araújo e Manuel José da Cunha Chaves em diligência no grupo de metralhadoras. Até final de Janeiro de 1918, Bento Roma esteve de serviço a dar instrução de esgrima e baioneta no campo de Marthes, tendo sido enviado para a frente após o encerramento daquele campo e haver cessado o motivo da sua permanência à retaguarda. Todavia, em virtude de ter sido concedida licença de campanha ao segundo comandante de batalhão major Júlio César Gil Iglésias e ao tenente ajudante António Mota e Costa, Esteves Roma foi nomeado 2º comandante interino do batalhão em 28 de Janeiro, assumindo a interinidade de comandante da 1ª companhia o tenente João Almeida Serra. Desta companhia encontravam-se em licença de campanha o alferes Luís Vaz de Oliveira, de baixa no hospital o alferes miliciano Abel Duarte Teixeira de Araújo, e em diligência no grupo de metralhadoras o alferes miliciano Manuel José da Cunha Chaves. Em 9 de Abril, nenhum oficial desta companhia desempenhava as funções de que era titular, obrigando a que fosse comandada por um tenente e alguns pelotões por sargentos. Houve ainda necessidade de deslocar em serviço nesta companhia o tenente miliciano Arnaldo Armindo Martins da 4ª e da reserva o Alferes Augusto Borges da Costa.

Da 2ª companhia faziam parte o seu comandante capitão José Teixeira dos Santos Júnior, o seu adjunto tenente Mário Augusto Vaz, os alferes António Martins Correia e António Pires da Silva e o alferes miliciano António Dias. Por licença de campanha do seu comandante o tenente Alcídeo de Almeida, deslocado da 4ª companhia, comandava interinamente a 2ª companhia em 9 de Abril. De baixa no hospital encontrava-se o adjunto do comandante e em licença de campanha o alferes miliciano António Dias. Apenas dois alferes ocupavam os seus cargos como comandantes de pelotão. Os outros dois pelotões foram entregues à responsabilidade de sargentos.

O capitão David José Gonçalves Magno foi dos poucos comandantes do CEP que acompanhou a sua companhia, a 3ª do batalhão de infantaria 13, desde a partida da sua unidade de Vila Real a 21 de Abril de 1917 até ao dia 11 de Abril de 1918, quando lhe foi dada ordem de retirada pelo comando inglês por se ter reconhecido a impossibilidade de sustentar a sua posição por mais tempo. Comandavam os pelotões desta companhia o tenente Tibério Pereira da Silva, os alferes Manuel Pereira Martins e Agostinho de Almeida Graça e o alferes miliciano Armando Augusto Calejo. Este último encontrava-se de licença de campanha tendo, por isso, o comando do pelotão sido entregue interinamente a um sargento.

A 4ª companhia era constituída pelos seguintes oficiais: como comandante o capitão João da Encarnação Maçãs Fernandes, os tenentes Alcídio A. Lopes de Almeida e João Augusto Gonçalves e os tenentes milicianos Domingos dos Santos Moura e Arnaldo Armindo Martins.

Como já foi referenciado, na impossibilidade do capitão José Teixeira Júnior exercer o comando da 2ª companhia foi nomeado seu comandante interino o tenente Alcídeo de Almeida, e o tenente miliciano Arnaldo Armindo Martins foi deslocado em serviço para a 1ª companhia. Além destes oficiais, faziam parte da reserva do batalhão de infantaria 13 o capitão Manuel Fernandes Barata e os alferes António Pires, António Monteiro Grilo, Agostinho de Sá Vieira, todos hospitalizados, e ainda o alferes José Augusto Borges da Costa a fazer serviço na 1ª companhia.

Concluindo, as interinidades limitaram manifestamente a capacidade da competência profissional dos comandos, em particular a dos que deveriam lidar directamente com os soldados. Não seria pois grande surpresa que, ao primeiro grande ataque levado a cabo pelo inimigo, as tropas se sentissem completamente desorientadas.

De facto, foi nesta conjuntura de carência e de inaptidão de muitos quadros, de contradições e dilemas que as tropas portuguesas, abatidas e desmoralizadas, foram apanhadas na segunda fase da grande ofensiva alemã da primavera de 1918 que há várias semanas tinha vindo a ser preparada, provocando o total desbaratamento do CEP como força de combate e de resistência ao inimigo.

Fazendo fé nos dados transmitidos pelos documentos e na unanimidade dos testemunhos dos actores intervenientes no palco da guerra, não existindo qualquer motivo para os colocar em dúvida, não será necessária grande reflexão para se concluir que o CEP estava condenado ao fracasso antes da batalha. O 9 de Abril de La Lys foi apenas o golpe final.

Todavia, na perspectiva do que se tem vindo a afirmar, entende-se que seria uma injustiça e um erro intencional grave atribuir o fracasso do 9 de Abril e do CEP na sua globalidade aos comandos dos sectores por motivações políticas, ideológicas ou partidárias. A responsabilidade do desastre deve encontrar-se a montante: nas decisões políticas de Lisboa e nos bastidores, bem longe das linhas, onde dezembristas e afonsistas se guerreavam em acusações mútuas. Esses, tanto dum lado como do outro, tiveram tempo suficiente para se colocarem a salvo.

13. O dispositivo militar do CEP nas vésperas do 9 de Abril: Fauquissart, Neuve Chapelle, Ferme du Bois; alteração logística de última hora

No final de Julho de 1917 era confiada à 1ª divisão comandada pelo coronel Gomes da Costa, graduado em general para esse efeito, toda a zona que em frente à ribeira do Lawe veio a formar o sector português constituído pelos três subsectores já referidos, Ferme du Bois, Neuve Chapelle e Fauquissart, dispondo em primeira linha todas as brigadas. O quartel-general estava sediado em St. Venant. Tacticamente, a 1ª divisão ficara dependente do XI corpo inglês sob as ordens do general Richard Haking. À retaguarda, conforme iam chegando de Portugal concentravam-se e preparavam-se as tropas da 2ª divisão, comandadas pelo general Simas Machado. Razões de ordem política governamental exigiram que fosse alargada a linha da frente. Para cumprimento dessa ordem, embora com alguma resistência de Gomes da Costa, foi reforçada essa linha com o 4º grupo de baterias de artilharia da 2ª divisão e com a 4ª brigada de infantaria pertencente à mesma divisão, que se deslocou para Neuve Chapelle, onde permaneceu como brigada de reserva da 1ª divisão. Porém essa 4ª brigada de pouco servia, já que os seus batalhões não tinham qualquer experiência de guerra de trincheiras, desconheciam a organização defensiva do sector e não tinham terminado ainda a instrução. Foi em vão o pedido de Gomes da Costa ao comandante do CEP para que lhe fosse dada uma reserva de divisão capaz de prestar um auxílio eficaz em caso de ataque do inimigo, indo de encontro às pretensões do comando inglês. Constatada essa impossibilidade, a 4ª brigada continuou a acumular as suas funções com a instrução complementar das tropas junto dos sectores ingleses. Terminada a instrução, foi-lhe ordenado em Setembro para render a 1ª brigada no subsector de Ferme du Bois.

A questão essencial continuava, contudo, por resolver. No sentido de proporcionar uma maior projecção e valorização do CEP junto dos aliados o governo português, apoiado pela sua facção militar, pretendia colocar a 1ª e a 2ª divisões na linha da frente no sentido de constituir um sector de corpo de exército, e formar uma 3ª divisão de reserva com os quatro ou cinco mil homens que seriam enviados mensalmente de Portugal. Não era, todavia, a estratégia de Gomes da Costa nem do comando inglês, que entendiam que a frente deveria reduzir-se a um sector divisional, dispondo as duas divisões em profundidade de modo que uma fosse reserva da outra. Desta forma assegurava-se melhor a continuidade e a regularidade do esforço das tropas, permitindo a sua rotação. A decisão política do maior intervencionismo possível superou a estratégia militar. Para o major Vasco de Carvalho esta determinação constituiu um momento decisivo da intervenção militar portuguesa em França, “decidiu o futuro do CEP e de então em diante o desperdício do nosso enorme esforço em França era

fatal e irremediável”³⁰⁸. Nem os quatro mil homens embarcaram para França nem a suposta 3ª divisão chegou a formar-se, e Gomes da Costa passou a contar somente com os seus próprios recursos, exigindo dia a dia maiores sacrifícios aos militares da primeira linha que chegavam ao estado de degradação moral e física, cujas razões já foram expostas anteriormente. Em poucas palavras, o general comandante do CEP advertia para a discrepância em que podia tornar-se a decisão política: aos oficiais compete obedecer, aos políticos não errar.

A decisão política forçada por Norton de Matos e Afonso Costa só viria a ser alterada pela convenção de Janeiro de 1918 entre os governos inglês e português. Voltava-se ao ponto de vista britânico e de Gomes da Costa: o CEP deixava de funcionar taticamente como corpo de exército, reorganizando-se com uma divisão na frente com três brigadas em primeira linha, reforçada com uma brigada de infantaria de reserva e uma divisão à retaguarda como depósito e unidade de instrução. Para Vasco de Carvalho, o baixo estado moral e físico das tropas poderia ter-se evitado se, em vez de se ter teimado em colocar as duas divisões na primeira linha logo em Outubro ou Novembro, tivesse sido aplicado o dispositivo pretendido pelos ingleses. É um facto que a nova estratégia veio fora de tempo, quando já as duas divisões se encontravam esgotadas, com necessidade imediata de rendição e sem terem quem as substituísse. Mesmo assim só nos primeiros dias de Abril se concretizaram as novas instruções levadas pelo coronel Sínel de Cordes que, em princípio de Março, assumira a chefia do estado-maior do CEP. Por isso se entende a ordem inopinada do comando do exército britânico nas vésperas de 9 de Abril: mas era tarde de mais.

À 2ª divisão que entrara na linha em 26 de Novembro de 1917 cabia agora ocupar o lugar de defesa de toda a frente, devendo a 1ª divisão retirar para a retaguarda, depois de nove meses seguidos na 1ª linha. Uma brigada de infantaria, um grupo de baterias e dois grupos de metralhadoras da 1ª divisão deveriam passar a fazer parte da 2ª divisão. Determinara-se que esta mudança deveria ter lugar em 26 de Março, altura em que a 55ª divisão britânica, motivada pela necessidade de redução da frente portuguesa, deveria ocupar uma parte do subsector de Ferme du Bois no flanco direito, com o seu quartel-general em Locon. Porém em 24 de Março uma comunicação do quartel-general do CEP notificava o comando da 2ª divisão de que o comando britânico resolvera suspender a execução dos acordos em virtude da ofensiva na frente do Somme, iniciada em 21 de Março. Uma vez terminada, o comando britânico reiniciou as respectivas diligências no sentido de concretizar no terreno o novo

³⁰⁸ Carvalho, 1924: 22.

dispositivo militar português. Assim em 3 de Abril nova ordem foi comunicada pelo quartel-general do CEP à 2ª divisão, segundo a qual “a partir de 6 o comando do CEP deixava de ter responsabilidade na defesa, a 1ª divisão seguia nesse mesmo dia para a retaguarda e a 2ª divisão tomaria conta de todo o sector português”³⁰⁹.

Aparentemente parecia simples a aplicação da ordem emanada do comando do CEP para alterar o dispositivo. Todavia subsistia o problema das inúmeras alterações das brigadas que iriam transitar de uma divisão para a outra, contribuindo para o aumento da desordem, a confusão e a indisciplina que se iriam gerar poucos dias antes do grande bombardeamento da madrugada de 9 de Abril.

Desde 20 de Março que a 1ª divisão tinha apenas a 1ª brigada na primeira linha do subsector de Ferme du Bois. A 2ª brigada encontrava-se de reserva da divisão e a 3ª com a missão de defender o subsector de Neuve Chapelle. Da 2ª divisão, a 4ª brigada ocupava a 1ª linha de Fauquissart, a 6ª estava em Chapigny, tendo a 5ª como reserva da divisão na 2ª linha, sedeadada em La Gorgue desde 7 de Março. Como já foi referido, a partir de 20 de Março a 2ª divisão passou a ser comandada interinamente pelo general Gomes da Costa. Como das três brigadas da 1ª divisão a que mais tempo se encontrava em período de descanso como reserva era a 2ª, Gomes da Costa propôs que deveria ser esta a acompanhar a 2ª divisão na linha da frente. Porém uma ordem de 3 de Abril do quartel geral do CEP determinava que a 3ª abandonasse o subsector de Neuve Chapelle na noite de 6 para 7 de Abril com a intenção de, na manhã de 9, marchar para a área de reserva do XI corpo. Cumprindo a determinação a 3ª brigada montou o quartel-general em La Gorgue, onde se encontrava a 5ª brigada de reserva da 2ª divisão. A mesma ordem ordenava que a 2ª brigada rendesse a 1ª na noite de 4 para 5 do referido mês. A 1ª divisão ficaria deste modo reduzida à 1ª e 3ª brigadas, sendo deslocadas para a retaguarda no dia 6 de Abril. Todavia não ficaram por aqui as inúmeras alterações, ordens e contra-ordens, mudanças, transferências, alargamentos ou encurtamentos dos sectores e, particularmente, as rendições de alguns batalhões aos quais não seria possível fazer mais exigências, como constava dos relatórios anteriormente analisados e que estiveram na origem de graves incidentes disciplinares com as tropas dos batalhões da 2ª brigada. De todas as brigadas das divisões a 3ª e a 4ª eram as que tinham mais razão de queixa, pois encontravam-se nas trincheiras há nove e oito meses, respectivamente, com excepção de pequenas interrupções.

³⁰⁹ Carvalho, 1924: 41.

Por isso o comandante da 4ª brigada alertava para a necessidade de os seus homens serem rendidos para descanso, pois o sector em que se encontravam, Fauquissart, teria sido fortemente castigado pelo inimigo durante o mês de Março e que a nada mais poderiam ser forçados. Numa tentativa de se proceder a uma solução mínima, Gomes da Costa propôs que a 5ª brigada, que se encontrava de reserva em La Gorgue, viesse render a responsável pela defesa da linha da frente do subsector de Fauquissart. No sentido de agilizar estas ordens, os comandos dos batalhões de infantaria 10 e 17 da 5ª brigada, destinados a ficar nas primeiras linhas, iniciaram os reconhecimentos necessários do respectivo subsector. Mas na noite de 4 para 5 de Abril contra-ordem urgente do comando da divisão “mandava executar de imediato o reconhecimento do subsector de Ferme du Bois, devendo todos os batalhões da brigada ocupar na noite seguinte todo o subsector, assumindo o comando da 5ª brigada a responsabilidade da defesa deste sector desde as 7 horas da manhã do dia 6”³¹⁰.

Esta alteração inesperada teve origem na sublevação de alguns batalhões da 2ª brigada, particularmente de infantaria 7. As tropas da 2ª brigada, após tantos meses seguidos na 1ª linha como parte da 1ª divisão, apesar de algum tempo de reserva entendiam ter o mesmo direito de usufruir do justo e necessário descanso, tal como a 1ª e 3ª brigadas. Por isso ficaram surpreendidas com a ordem de ir guarnecer o subsector de Ferme du Bois, incorporadas na 2ª divisão. Não se conformando com a atitude considerada injusta, de desigualdade e de presumíveis favores a tropas em prejuízo de outras, nos dias 4 e 5 de Abril os três batalhões da 2ª brigada, em particular o batalhão de infantaria 7, esboçaram um movimento de resistência à ordem de ocupar as linhas do subsector de Ferme du Bois, onde o quartel-general da 2ª brigada deveria render o da 1ª na noite de 5 para 6 do referido mês. Não fosse a diligência eficaz da maioria dos oficiais da 2ª brigada, a situação de insubordinação poderia ter assumido contornos extremamente graves para militares em tempo de guerra. A sublevação ficou limitada apenas ao batalhão de infantaria 7, onde o espírito de disciplina, a ordem e o respeito pela autoridade desapareceram completamente, chegando ao ponto de no acantonamento do batalhão o próprio comandante da divisão ser “alvo de doestos e injúrias da parte da soldadesca amotinada, que levou a sua audácia ao ponto de fazer fogo contra o automóvel do general Gomes da Costa, quando retirava”³¹¹. Como resultado da desobediência o batalhão foi transferido para o depósito disciplinar, sendo o seu número eliminado. Apesar dos outros batalhões da 2ª brigada passarem a obedecer aos seus oficiais, não era possível ao comando

³¹⁰ Carvalho, 1924: 43.

³¹¹ Carvalho, 1924: 44.

contar com eles e, por isso, foram rendidos pela 5ª brigada de infantaria, passando a 3ª brigada a fazer parte da 2ª divisão e reserva do sector, ficando estacionado o seu quartel-general em La Gorgue.

Para Gomes da Costa não seria grande surpresa aquela reacção das tropas. O batalhão de infantaria 7 encontrava-se na frente desde o início e “batera-se modelarmente nas Linhas”³¹². Era pois de esperar que aos seus militares fosse proporcionado o mesmo tratamento dado às outras brigadas. Em 2 e 3 de Abril, em notas enviadas ao CEP, Gomes da Costa prevenia o comandante Tamagnini de que era impossível manter a disciplina, a eficiência das unidades e garantir a defesa do sector, declinando por isso a responsabilidade do que resultasse do facto de se guarnecer uma frente tão extensa com efectivos tão reduzidos.

No dia 6 de Abril o tenente general Haking comandante do XI corpo deslocou-se a Lestrem para conferenciar com o general Gomes da Costa, comandante da 2ª divisão, informando-o de que a divisão portuguesa deveria melhorar as defesas da linha B.

Na manhã do dia 7 de Abril, o comandante da 5ª brigada assumia a responsabilidade da defesa do subsector de Ferme du Bois sob o comando do XI exército britânico e, não se vislumbrando outra solução para o subsector de Fauquissart, era pedido à 4ª brigada “mais um supremo e último esforço”³¹³.

É de presumir que, perante a exposição de Gomes da Costa e dos comandantes de brigadas sobre a situação lastimável em que as tropas portuguesas se encontravam, o general inglês se terá sensibilizado e iniciasse o processo para que a sua rendição se efectuasse o mais rápido possível, antes que uma catástrofe se precipitasse sobre o sector. A resolução foi tomada, mas também demasiado tarde. Dois dias depois o desastre chegou.

Em 7 de Abril foram realizados os respectivos ajustamentos das brigadas e as deslocações necessárias dos batalhões, de harmonia com as novas frentes e as necessidades de cada subsector.

Na madrugada de 9 de Abril o dispositivo militar da 2ª divisão encontrava-se assim distribuído, em conformidade com o mapa elaborado pelo capitão de infantaria David Magno³¹⁴ que nos parece o mais ajustado e perceptível para este estudo, com as adaptações julgadas convenientes: em Lestrem permaneceu o comando da divisão e o seu respectivo estado-maior; mais próximo deste comando foi aquartelada a 3ª brigada comandada pelo coronel João Júlio dos Reis e Silva, a quem foi atribuída a função de reserva divisionária, com a responsabilidade

³¹² Magno, 1967: 41.

³¹³ Carvalho, 1924:45

³¹⁴ ANEXO D, figura 4.2. mapa 4.

da conservação, manutenção e defesa de Village Line (Linha das Aldeias) ou linha intermédia, de acordo com o plano de defesa. Com o comando em La Gorgue, a norte do sector, os seus batalhões foram distribuídos e acantonados da seguinte forma: em La Gorgue, o batalhão de Infantaria 12; em Riez Bailleul, infantaria 9; em Pont Riqueul, infantaria 14 e em Croix Marmuse, infantaria 15.

O quartel-general da 4ª brigada, a mais esgotada de todas e comandada interinamente pelo tenente-coronel Eugénio Carlos Mardel Ferreira foi instalar-se em Laventie, como resultado da supressão do subsector de Chapigny. Os seus batalhões 8 e 10, acantonados respectivamente em Picantin e Hougoumont, passaram a cobrir a linha da frente de Fauquissart, cuja via principal era a rua do Telleloy. O batalhão 29 foi acantonado em Red House junto ao flanco esquerdo inglês, enquanto o batalhão 3 servia de reserva da brigada em Laventie.

A defesa do subsector de Neuve Chapelle, situado entre Fauquissart e Ferme du Bois estava à responsabilidade da 6ª brigada sob o comando do coronel Felisberto Alves Pedrosa, oficial que irá ter um protagonismo relevante no caso dos capitães Bento Roma e David Magno. Com o quartel-general em Huit Maisons, os seus batalhões 2 e 1 acantonaram, respectivamente, em Lonely, próximo da Rua Baquerot e em Curzon, tendo como apoio à linha da frente o batalhão 11 aquartelado em Loretto e o 5 de reserva, em Pont du Hem.

A sul de todo o sector português, do lado direito do flanco britânico encontrava-se a 5ª brigada de infantaria, tendo à frente o coronel Diocleciano Augusto Martins, com a missão de proteger o subsector da Ferme du Bois. O comando instalou-se em Les Falcons, próximo da Rua du Bois, sendo transferido depois para Cense du Raux, episódio que levantou o problema das comunicações e que será abordado no capítulo seguinte. Para dar cumprimento à missão de defesa da linha da frente foram acantonados em Landsdowne o batalhão 17 e o 10 em Epinette. Ao batalhão 4 foi dada a função de apoio aos batalhões 7 e 10 e ao batalhão 13, acantonado em Ferme Bourel, a de reserva da brigada.

Eram estas as forças portuguesas a quem o CEP tinha confiado a defesa do sector de enorme dimensão, incorporadas tacticamente no XI corpo britânico. A partir de 7 de Abril, a 2ª divisão tinha à sua responsabilidade a defesa duma frente que até então era protegida pelas duas divisões numa extensão de cerca doze quilómetros, desde New Rope, a sul, até Le Pincantin, a norte. Perante o novo ordenamento do dispositivo militar houve necessidade de se proceder a alterações nos planos de defesa. Os corpos de exército ingleses eram formados geralmente por três divisões, duas das quais eram colocadas em primeira linha e a outra na situação de reserva.

Não era o mesmo que acontecia com as tropas portuguesas. O CEP era constituído apenas por duas divisões. Enquanto as duas se mantiveram na linha da frente, o comando não dispôs das tropas necessárias para uma reserva de corpo. Quando a 1ª divisão saiu para a retaguarda e a 2ª passou a tomar conta de todo o sector português, o comandante do XI corpo tenente-general Haking expôs em 6 de Abril ao comandante da 2ª divisão algumas alterações ao plano de defesa do sector. A principal relacionava-se com a defesa da *Linha B*. Era nesta Linha que a divisão deveria oferecer o máximo de resistência. Parece sintomático que no dia 8 de Abril, vésperas do grande ataque, numa reunião em Lestrem perante os comandantes das brigadas o tenente-general Haking definisse categoricamente como deveria ser empregue a 2ª divisão: “A divisão deve morrer na “B Line”³¹⁵. O facto de lhe ter sido aumentada uma brigada pouco ou nada servia para a defesa do sistema frontal, já que lhe tinha sido previamente estabelecida a função de manter, guarnecer e defender a linha das aldeias (*Village Line*). Por outro lado, nenhum dos elementos da brigada chegou a fazer o reconhecimento nem da *Village Line* nem de qualquer outro local que deveria ocupar. Era, substancialmente, a guarnição de uma 2ª linha de defesa e não uma reserva de apoio às outras brigadas. A tarefa não se adivinhava nada fácil às forças desta 2ª divisão, pelo contrário: ao baixo estado moral e físico das tropas, à grande falta de quadros e ao já bem conhecido e citado fenómeno das interinidades, veio juntar-se o desconhecimento quase total do terreno em que grande parte das tropas deveria exercer a defesa em caso de ataque do inimigo. A 4ª brigada foi a única a permanecer no mesmo subsector, Fauquissart, até ao ataque de 9 de Abril. A 6ª brigada, agora em Neuve Chapelle, passou a maior parte dos meses acantonada em Chapigny e a 5ª quase sempre como reserva da divisão.

Desde que por opção política se forçou a beligerância, como se tem vindo a referenciar, não faltaram ao longo de todo o processo contradições, incoerências, ordens, contra-ordens e dilemas nos vários graus da hierarquia de comando do CEP, situações controversas que, implicando a movimentação de milhares de tropas, podem sempre implicar consequências imprevisíveis e extremamente gravosas: os casos da 5ª e 4ª brigadas de infantaria ilustram bem o que se pretende afirmar. Na noite de 4 para 5 de Abril, o comando da 5ª sedado em La Gorgue, que estava destacado para render a 4ª brigada em Fauquissart a norte do sector, para onde já alguns batalhões tinham ido proceder ao respectivo reconhecimento, recebeu ordem de execução imediata para fazer o reconhecimento em Ferme du Bois onde, no dia 6, os batalhões deveriam acantonar, como resultado da insubordinação dos batalhões da 2ª

³¹⁵ Carvalho, 1924: 125.

brigada. A grande distância que vai de La Gorge, no extremo norte do sector, até às linhas de Ferme du Bois, no extremo sul, não permitia que o trajecto fosse executado a pé no sentido de se fazer um reconhecimento imediato. Foi combinado então com o comando da divisão que apenas três batalhões entrassem no sector de Ferme du Bois na noite de 5 para 6, devendo o outro batalhão entrar na noite imediata³¹⁶. Os batalhões 4, 10 e 17 da 5ª brigada iniciaram a caminhada até ao subsector Ferme du Bois, onde chegaram no dia previsto. Na tarde do dia 5, o batalhão de infantaria 13 recebeu ordem para ir render o batalhão 24 acantonado na aldeia de La Couture, sendo proibido o contacto entre as praças das duas unidades. Os graves acontecimentos que determinaram estas mudanças, cujas consequências negativas recaíram particularmente sobre as praças e os seus directos comandantes, contribuíram significativamente para a cansaço físico e a sua desmoralização.

A disciplina e a condição militares não admitem que, em qualquer circunstância, as ordens se discutam; porém podem ser questionáveis as causas que provocam as insurreições.

David Magno registou no seu testemunho o esforço árduo a que os batalhões da 5ª brigada foram inexoravelmente submetidos, cumprindo escrupulosamente o seu dever militar quando lhes foi ordenado para ocuparem Ferme du Bois e, referindo-se particularmente ao seu batalhão, anotava:

Foi numa atmosfera de cansaço, de desmoralização, de defectismo e indisciplina que o *descanso* do 13 se interrompeu, sem o mais leve murmúrio. Batalhão disciplinado por incitamento dos seus oficiais, desde o embarque em Alcântara-Mar, ao seu Comando, sempre flutuante, pouco ou nada devia!

De Riez Balilleul, os quilómetros foram palmilhados na madrugada de 5 para 6, sob o compasso do vento e chuva (...) Quando chegámos a La Couture, ainda a noite era negra. Não sem que, todos combalidos do corpo e dos pés, além dos retardatários habituais se deixassem descair da frente sobre as formações da cauda pelo cumprimento rápido da ordem e em consequência da deslocação nocturna. O mapa da força, assinado pelo comandante do 13, acusava quarenta homens nos hospitais e ambulâncias, por cada companhia – fora duas dezenas de convalescentes – reflectindo o estado de saúde ou de fadiga, das praças do Batalhão³¹⁷.

Não deixa de ser significativo o aparte de Magno relativo à postura dos comandantes do seu batalhão: disciplinado desde Alcântara-Mar, ao seu *Comando pouco ou nada nada devia*, revelando um desfasamento entre os comandantes de companhia e o seu estado-maior. Os conflitos, desavenças e as discórdias situavam-se efectivamente no cerne do CEP. No batalhão

³¹⁶ Carvalho, 1924: 44.

³¹⁷ Magno, 1967: 42.

de infantaria 13, como noutros, era notória a clivagem entre oficiais que enfrentavam a guerra cumprindo o dever do profissionalismo e da condição militar, e os que tentavam por todos os meios esquivar-se ao inimigo, aguardando pacificamente o regresso à retaguarda ou à pátria. O desentendimento entre o comandante do batalhão de infantaria 13 major Piçarra, o 2º comandante interino capitão Esteves Roma e o capitão David Magno comandante da 3ª companhia, que veio a prolongar-se nos anos seguintes, constitui um exemplo evidente da ruptura no seio da instituição militar.

Muito pouco ou quase nada se poderia esperar de uma força militar com este estado de espírito em vésperas de um ataque violento do inimigo. David Magno resume em poucas palavras o sentimento geral das tropas: “A avaliar pelas do 13, as forças portuguesas estão esgotadas do corpo e desiludidas da alma. Atingiram o firmamento do seu calvário. O cansaço foi a maior coroa de martírio dos Portugueses na Flandres”³¹⁸.

É de notar ainda para maior confusão que, na manhã do dia 6, ao fazer o reconhecimento do posto de comando do subsector de Ferme du Bois, o comando da 5ª brigada fosse lá encontrar ainda instalado o quartel-general da 2ª brigada.

Quanto à 4ª brigada, que fora objecto de discussão com o tenente-general Haking devido ao seu estado de extremo desgaste físico com a promessa de ser rendida de imediato, como já se afirmou anteriormente, foi-lhe pedido, ou melhor, exigido mais um esforço, que infelizmente não veio a ser possível nem “necessário”.

14. Surpresa ou previsibilidade do ataque inimigo; movimentações alemãs e deslocação de civis para a retaguarda; negligência das informações vindas da Frente; a ordem de rendição

A vasta documentação actualmente disponibilizada pelos arquivos nacionais e internacionais, pelos arquivos de família e pelos muitos testemunhos publicados por intervenientes directos na frente de batalha permite desconstruir o mito alimentado durante décadas, no meio de contradições, de que os militares portugueses foram apanhados de surpresa na batalha de La Lys, em 9 de Abril de 1918. Segundo esta narrativa, o desastre do CEP teria sido causado não por decisões políticas erradas, fraqueza, cansaço e desorganização das tropas e de negligência perante as informações vindas da frente, mas tão-somente por um ataque inesperado dos alemães e pela desproporção do número de combatentes. Isto é, o inimigo, tendo conhecimento de que as tropas portuguesas iriam ser rendidas, resolvera de um momento para

³¹⁸ Magno, 1967: 40.

o outro atacar, como fazia constantemente, mas daquela vez com maior intensidade. Mas nada se prevera.

É o próprio comandante da divisão, juntamente com os seus oficiais do estado-maior, a confirmar a negligência relativamente às informações vindas das primeiras linhas ao receberem a nota do quartel-general do Corpo Português datada de 28 de Fevereiro e assinada pelo chefe do estado-maior, na qual se comunicava “não sendo provável um ataque em larga escala na nossa frente, antes do mês de Maio”³¹⁹. Gomes da Costa afirma que suspiraram de alívio e respiraram fundo e que se riram do pouco valor dos indícios e das informações que tinham obtido por intermédio das patrulhas e postos de observação. Alguns oficiais da linha da frente entendiam que a nota do quartel-general chegava tardia e desactualizada. A situação tinha-se alterado significativamente e, como refere David Magno, “as condições que a ditaram (a nota) serem susceptíveis de modificar-se de manhã para a tarde, quanto mais em relação a meses”³²⁰. Sobre ataques de grande envergadura, o comando do CEP convencera-se de que seriam possíveis só para o mês de Maio. Por isso mesmo, depois da circular de 28 de Fevereiro não voltou a abordar o assunto com o comando do CEP. É flagrante a descoordenação entre os comandos do CEP e o da 2ª divisão.

A revolução de Outubro de 1917 na Rússia e a assinatura do tratado de paz russo-alemão em Brest-Litovsk, a 3 de Março de 1918, permitiram aos alemães voltar contra a Frente Ocidental o seu poderio. Os bolcheviques aceitaram todas as exigências dos negociadores alemães, das quais faziam parte 2 600 canhões e 5 000 metralhadoras capturadas aos russos no período em que as negociações foram interrompidas. Os termos do Tratado de Brest-Litovsk beneficiavam apenas os alemães, vindo de encontro ao projecto de Ludendorff, que desde Fevereiro entendia ser indispensável um violento ataque na Frente Ocidental. Para isso seria necessário concentrar o maior número possível de tropas e de material bélico, procurando garantir a vitória antes que as numerosas tropas americanas atingissem as linhas da frente.

Se até final de Fevereiro de 1918 as iniciativas militares na Frente Ocidental partiram das potências aliadas, mas nenhuma com sucesso absoluto que derrotasse definitivamente o inimigo, a partir de Março as potências centrais tomaram consciência de que a vitória ou a derrota da guerra iriam decidir-se em poucos meses. Nesse sentido, para Ludendorff a transferência do contingente militar que se encontrava na Frente Leste seria determinante para uma vitória decisiva alemã sobre os aliados na Frente Ocidental, isolando as tropas francesas

³¹⁹ Costa, 1934:161.

³²⁰ Magno 19167: 47.

das inglesas, conquistando Paris, empurrando os ingleses para lá do Canal da Mancha e obrigando a Inglaterra a capitular. A estratégia de Ludendorff exigia algumas semanas para a definição e preparação do ataque numa zona específica restrita e, em particular, todo o cuidado para que o inimigo não se apercebesse dos planos. Ludendorff convencera-se que, perante o fracasso vitorioso do Somme, esta seria talvez a última oportunidade de vencer definitivamente o inimigo. E os ingleses tinham plena consciência das intenções do comando alemão.

Como fase preliminar duma intervenção em grande escala contra as forças inglesas e francesas os alemães iniciaram, em 9 de Março, uma série de bombardeamentos de artilharia sobre toda a Frente Ocidental. Nesse dia foi lançado meio milhão de granadas de gás mostarda entre Ypres e Saint-Quentin. Também na frente portuguesa, na sequência das informações de dois prisioneiros feitos em 1 de Março de que brevemente os alemães “realizariam um ataque com o fim de melhorarem as posições”³²¹, em 2 de Março foi atacado o subsector de Chapigny, a 7 o posto de Lansdonne, na noite de 9 para 10 Ferme du Bois, em 12 Fauquissart, repetindo-se os ataques em 14 e 19, e nas noites de 20 para 21, de 24 e de 25, sendo todos repelidos pelas tropas portuguesas. Em 20 de Março dava-se por concluída a preparação para a grande ofensiva que os alemães, com 50 divisões prontas para actuar em cenário de guerra, consideravam “como a maior missão da sua história”³²². Em 21 iniciava-se o primeiro grande ataque da Primavera, *Operação Michael*, que para Ludendorff e o Kaiser deveria ser determinante para pôr termo à guerra com a vitória dos alemães. O objectivo era atravessar o Somme, conquistar Amiens e tomar Paris. Pela forte resistência imposta pelas tropas aliadas à ofensiva dos exércitos das potências centrais, em 4 de Abril o comando alemão viu-se forçado a suspender e abandonar definitivamente o ataque a Amiens, apesar das cerca de 250 000 baixas causadas às tropas francesas e inglesas, embora com perdas semelhantes nas forças alemãs.

Enquanto as tropas aliadas se ocupavam da defesa de Amiens e Paris Ludendorff, com um poder considerável, passava à segunda fase da ofensiva mais a norte, com o objectivo de atravessar o rio Lys, invadir o Saliente de Ypres, tomar Calais e Dunquerque e forçar os ingleses a passar o canal. Esta estratégia passava por atacar e eliminar a divisão portuguesa, não só porque era o elo mais fraco mas também porque a desmoralização das suas tropas era

³²¹ Costa, 1931: 158.

³²² Costa, 1934: 142.

conhecida dos alemães. Baptizada de *Operação Georgette* e preparada durante todo o mês de Março, iniciou uma série de ataques à 2ª divisão portuguesa e à 55ª e 40ª divisões inglesas.

Se na *Operação Michael* o ataque alemão compreendeu uma extensão de cerca de 70 quilómetros e o conhecimento e os objectivos da actividade inimiga tornavam-se mais difíceis de detectar para os observadores aliados, o mesmo não aconteceu com a preparação da *Operação Georgette*. A grande concentração de tropas inimigas numa zona de pequena superfície, o enorme movimento de veículos pesados e de comboios, o transporte e carregamento de munições, as posições da artilharia, a construção de abrigos e o reconhecimento da aviação inimiga não era possível passarem despercebidos às tropas da 1ª linha e aos observadores da divisão portuguesa, devido à curta distância que os separava. Entre os militares eram frequentes os comentários sobre a actividade na retaguarda alemã, particularmente em frente de Neuve Chapelle e de Ferme du Bois, a qual era também registada no boletim de informações do exército britânico. No sumário de um dos boletins eram anunciadas claramente as movimentações inimigas, que os militares portugueses liam com muita apreensão:

Do grande número de camiões que circulavam nas estradas do inimigo; da camuflagem de numerosas posições da artilharia; do ruído dos trabalhos nocturnos; das crateras que apareciam no terreno destinadas a ocultar grupos de assalto; de tropas acumuladas na nossa frente, trazendo os seus números tapados para não identificar as divisões a que pertenciam; de serem notados grupos de oficiais com cartas, estudando as linhas de ataque à nossa frente e o aparecimento de tabuletas indicativas de sectores ou de unidades³²³.

Gomes da Costa refere que a partir do dia 4 de Abril os oficiais do estado-maior da divisão se encontravam seriamente preocupados com os movimentos anormais que se verificavam à retaguarda do inimigo, confirmados pelas patrulhas e pelos postos de observação. Mas com a recepção da *circular* vinda do quartel-general do CEP datada de 28 de Fevereiro informando “não sendo provável um ataque em larga escala na nossa frente, antes do mês de Maio”³²⁴, o comandante da divisão acrescentou “Foi um alívio! Respirámos fundo. E rimos de nós próprios do pouco valor dos indícios e informações que tínhamos recolhido”³²⁵. Comentando as contradições existentes na própria circular assinada pelo chefe do estado-maior, particularmente as relacionadas com o plano de defesa, o comandante da divisão concluía com alguma ironia: “Louvámos o Senhor, e fomo-nos deitar porque já era tarde, e cremos que o

³²³ Magno, 1967: 45.

³²⁴ Costa, 1920: 161.

³²⁵ Idem.

mesmo o fez o Comando do Corpo português”³²⁶. Na iminência de um ataque de grandes proporções foram as próprias autoridades francesas que, à medida que o inimigo ia concentrando novas tropas, aconselharam as populações civis a transferir-se com os seus haveres para a retaguarda a partir de 15 de Março, cujo serviço foi inclusivamente prestado pelas viaturas de esquadrão e de companhia da divisão portuguesa³²⁷. Também os ingleses sabiam o que lhes estava reservado: por isso trataram com antecedência de mandar recuar a artilharia pesada, evacuar os depósitos e as arrecadações e dar ordens aos provisores de incendiar tudo no caso de serem forçados a retirar. Estas manobras não eram, com certeza, desconhecidas das autoridades militares portuguesas e, contudo, poucas ou nenhuma acções preventivas foram tomadas. Aliás são bem significativas as atitudes dos comandos da divisão e do batalhão de infantaria 13 acerca do momento crítico que estaria prestes a acontecer. Como foi referido pelo general Gomes da Costa, os oficiais do estado-maior da divisão riram-se das informações que vinham da frente e foram dormir sossegadamente. Após se ter iniciado o bombardeamento na madrugada de 9 de Abril, o 2º comandante interino capitão Bento Roma escreveu no seu relatório da batalha que “como não se pensava em ofensiva, pois atribuíam-se o movimento desusado na frente a uma rendição, riamos-nos da cara do oficial sapador que estava apavorado com as importantes reparações que, com a sua gente teria de fazer”³²⁸. Mesmo na situação de previsibilidade de um ataque iminente é indubitável uma clara divergência entre os oficiais, tanto com os das primeiras linhas como os da retaguarda, ao ponto de alguns “considerarem os observadores uns idiotas”³²⁹. Perante o contexto que para os observadores da 1ª linha era mais que evidente, no boletim de informações da divisão de 4 de Abril e referente ao dia 3 colocava-se a hipótese, ingénua ou absurda, de se tratar de uma rendição das tropas inimigas, informando ao mesmo tempo existir um movimento superior aos últimos dias em viaturas automóveis, transporte de materiais em direcção à 1ª linha e o aparecimento de oficiais a reconhecer as linhas³³⁰. Também a actividade anormal da aviação inimiga dias antes da batalha, sobrevoando as linhas portuguesas em contraste com o silêncio das baterias, era reveladora que algo de grave se estaria a preparar.

O general Ferreira Martins (1938), sub-chefe do estado-maior do CEP, tentou desviar a “surpresa” do ataque de 9 de Abril não para as tropas portuguesas mas para o comando inglês, que não esperava uma investida antes de 12 ou 13, insinuando deste modo que o fracasso da

³²⁶ Costa, 1920: 161 e 165.

³²⁷ Magno, 1967: 45.

³²⁸ Mota e Costa, 1959: 300, Relatório de Bento Roma.

³²⁹ Magno, 1967: 43.

³³⁰ Carvalho, 1924: 146.

2ª divisão deveria ser atribuído ao comando britânico³³¹. Se era no sector português que havia todos os indícios de uma ofensiva em grande escala, competia aos seus comandantes a preparação e a prevenção. A surpresa não passaria de um mito para justificar um erro político e estratégico.

Para agravar a postura de despreocupação ou incúria relativamente às informações que previam um ataque em grande escala, no dia 8 de Abril chegou ao comando da divisão a ordem nº 328 do XI Corpo comunicando a rendição apressada da divisão portuguesa pelas divisões 55ª e 50ª inglesas, sendo transmitida aos comandos das brigadas e batalhões através da ordem nº 46 do comando da divisão. A tentativa da rendição da divisão portuguesa pelas divisões inglesas não era inédita: em Fevereiro de 1918, os ingleses propuseram pela primeira vez a retirada da força portuguesa da linha da frente, repetindo a proposta em Março, mas sempre com a oposição do governo de Lisboa. Perante a insistência inglesa de que a divisão portuguesa estaria a colocar em risco a situação aliada, Lisboa acabou por ceder e concordar em meados do mês de Março de 1918³³². Uma ordem de 4 de Abril do comando do 1º exército britânico no sentido de se efectivar a rendição seria anulada quase de imediato, tendo chegado ao comando na tarde de 8 de Abril uma nova e definitiva ordem, devendo a rendição processar-se nas noites de 9 para 10 e de 10 para 11 de Abril.

De acordo com a ordem 328 do exército inglês e a nº 46 do comando da 2ª divisão, as brigadas deveriam marchar para a área de reserva do XI corpo britânico da seguinte forma: a 3ª brigada de reserva sairia na noite de 9 para 10; a 4ª brigada no subsector de Fauquissart, a norte, seria rendida por uma brigada da 50ª divisão de 10 para 11; a 6ª brigada, rendida por uma brigada da 51ª divisão no subsector de Neuve Chapelle, ao centro, marcharia na noite de 9 para 10 e a 5ª brigada, responsável pela defesa do subsector de Ferme du Bois, seria rendida na noite de 9 para 10 por uma brigada da 51ª divisão. A artilharia divisionária continuaria nos sectores da divisão até novas ordens. A partir das 10 horas do dia 10 o quartel-general da divisão deveria sedear-se em S. Venant³³³.

Não cabe neste estudo uma análise profunda das intenções que levaram o comando britânico a retirar à pressa da frente a 2ª divisão portuguesa. Importa contudo salientar alguns aspectos que se julgam importantes, no sentido de melhor se compreender a atitude inglesa. Tanto os britânicos como os alemães conheciam bem o baixo moral das tropas portuguesas. Para a defesa do sector português, numa extensão de cerca de 12 quilómetros a 2ª divisão tinha

³³¹ Martins, 1938: 24.

³³² Telo, 2010: 400.

³³³ Carvalho, 1924: 152.

apenas uma brigada em cada subsector, reduzida em trinta por cento dos efectivos. Cada brigada tinha dois batalhões na frente, um em apoio e outro de reserva. A defesa dos flancos do sector português era da responsabilidade das brigadas inglesas: a norte a 119ª, pertencente à 40ª divisão, e a sul a brigada 165 da 55ª divisão. Os alemães colocaram na frente 7 divisões frescas, bem preparadas e treinadas com tácticas e armamento moderno, 5 em apoio e uma em reserva, num total de 13 divisões. Numa reflexão especulativa sobre as intenções do comando inglês ter alterado por várias vezes a data da rendição dos portugueses, marcando-a definitivamente para as noites de 9 e 10 de Abril, ao historiador António Telo coloca-se a questão se o estado-maior britânico não marcou propositadamente a retirada para aqueles dias “justamente para que fossem eles a sofrer o ímpeto do primeiro assalto, que era sempre o mais forte”³³⁴. E continuando a especular em termos de lógica, o historiador acrescenta que qualquer divisão que estivesse em La Lys no dia 9 seria previsivelmente desfeita, fosse portuguesa ou inglesa e, por isso, sob o ponto de vista britânico “era preferível que fosse uma divisão portuguesa com fraco potencial combativo, que era uma fonte de problemas desde há meses, do que uma britânica”³³⁵, poupando deste modo uma divisão ao choque inicial que seria relevante para o desenvolvimento do contra-ataque. Ao preocuparem-se apenas com a rendição, os comandos portugueses deixaram-se envolver na armadilha.

Pondo de lado qualquer tipo de especulação ou conjectura sobre as intenções do comando britânico, embora perfeitamente justificável e racional, a verdade é que a decisão de render a divisão portuguesa veio demasiado tarde. Contudo, a razão fundamental que motivou o seu desastre foram os sucessivos erros e a teimosia ambiciosa de Lisboa, como se tem vindo a afirmar, com uma incapacidade total de análise crítica dos acontecimentos em manter na frente de um inimigo poderoso um pequeníssimo corpo de exército, esgotado física e moralmente à espera de ser rendido. Não eram apenas os ingleses e os antigueristas que discordavam da estratégia política e diplomática seguida pelo governo do Partido Democrático: nas vésperas da revolução dezembrista reuniu-se em La Gorgue, sede do quartel-general da 3ª brigada de infantaria, um número razoável de oficiais no activo e de milicianos guerristas, alguns deles deputados que se ofereceram para ir para França e que “organizaram um dossiê com as deficiências orgânicas e funcionais das nossas tropas e das culpas governativas no tocante a este aspecto dum candente problema nacional”³³⁶. Estes oficiais estavam decididos a utilizar as suas prerrogativas parlamentares para virem a Lisboa denunciar na Câmara dos Deputados

³³⁴ Telo, 2010: 407.

³³⁵ Telo, 2010: 407.

³³⁶ Leal, 1967: 60.

“os defeitos e erros e reclamarem as necessárias modificações na conduta ministerial”³³⁷, com a justificação de que na realidade os problemas do CEP já eram extremamente graves antes de 5 de Dezembro. Porém terminada com sucesso a revolução, os mesmos militares prepararam-se para culpabilizar o caudilho Sidónio e os seus partidários duma previsível derrocada do CEP. Nem os ingleses escaparam a essa acusação: os guerristas acusaram de traição a Portugal a pérfida Albion por o general Bernardiston se ter dirigido à pressa ao Parque Eduardo VII cumprimentar Sidónio, o cabecilha do golpe militar.

Os alemães, e muito provavelmente os ingleses, souberam usar a situação de debilidade dos portugueses para atingir os seus objectivos. E não terá sido com certeza por uma razão especulativa, que os alemães decidiram atacar o sector português na noite de oito para nove de Abril, enquanto as suas tropas preparavam a rendição. Para os republicanos intervencionistas era necessário encontrar uma fundamentação que atribuísse aos seus opositores, então no governo, a causa da derrota do CEP. A hipotética justificação teve origem na cidade de Paris, em particular nas palavras do então afastado embaixador português João Chagas. É certo que em todas as guerras, mesmo durante os períodos fora de conflito, todos os Estados procuram assegurar a paz nos seus territórios através da actividade de espionagem. Tanto as potências centrais como os aliados procuravam manter um serviço de informações que lhes permitisse, tanto quanto possível, conhecer as actividades do inimigo. Todavia, a interpretação dada por João Chagas ao artigo do *Petit Parisien* do dia 13 de Abril sobre o que acontecera às tropas portuguesas no dia 9, parece demasiado forçada. O correspondente do jornal afirma ser “um caso sem precedentes” o facto de os alemães caírem sobre as tropas portuguesas quando estas se preparavam para a rendição, questionando se seria por acaso, se pelas condições atmosféricas favoráveis ou pela actividade dos seus espiões. João Chagas não hesitou, inclinando-se para a hipótese de que os alemães teriam sido prevenidos pelos portugueses em França³³⁸. O ex-embaixador em Paris tentou desvendar o enigma através de uma carta que o seu amigo Luiz Galhardo lhe dirigira de Madrid em 8 de Fevereiro de 1918 acerca das causas do “golpe de mão de Lisboa”, mas que apenas tivera a oportunidade de ler em 14 de Abril, quando tentava descobrir a causa do falhanço das tropas portuguesas. Nessa carta, Galhardo confidenciava a João Chagas as intenções de Sidónio Pais acerca do envio de tropas para França: “Irão para França e para África apenas os oficiais democráticos, as unidades democráticas e as forças indispensáveis, para não descobrir a intriga, que a

³³⁷ Idem.

³³⁸ Chagas; 1932, vol. III: 57.

fracassada ofensiva sobre a frente ocidental com a qual se contava imediatamente, deveria ocultar a confusão da derrota”³³⁹. Ao proceder a uma análise mais aprofundada do conteúdo da missiva, João Chagas concluiu que haveria um possível entendimento entre gente de Lisboa e a Alemanha³⁴⁰. Sendo assim, a informação passada aos alemães de que as tropas iriam ser rendidas no dia 9 de Abril só poderia ter partido dos sidonistas de Lisboa, ideia aproveitada pelos republicanos intervencionistas para relançar a campanha contra Sidónio Pais. Apesar de consistir apenas num acto especulativo, sem qualquer documento que justifique a acusação, foi a partir do jornalista, escritor, diplomata e político João Chagas que surgiu e foi sustentado o boato de que o desastre do CEP teria sido da responsabilidade de Sidónio Pais e dos seus partidários. Um mito que permaneceu ao longo dos anos e que carece de fundamentação.

A partir do dia 8 de Abril a maioria dos oficiais portugueses negligenciou toda a actividade dos alemães, fantasiando inconscientemente de que para eles a guerra chegara ao fim e dedicando todo o cuidado a preparar a rendição, descurando as intenções do inimigo. Aquela postura de grande parte dos militares na frente de batalha apenas demonstrava que a guerra em nada lhes dizia respeito, o que viria a custar um preço muito elevado a toda a divisão, como se verá no capítulo seguinte.

³³⁹ Chagas, 1932, vol. III: 58.

³⁴⁰ Chagas, Idem: 58.

CAPÍTULO III - OPERAÇÃO GEORGETTE: SOB O VENDAVAL - INDECISÕES E DIVERGÊNCIAS NO COMANDO DO BI 13

Neste capítulo proceder-se-á à análise dos acontecimentos que decorreram das 4h15m do dia 9 de Abril até cerca das 12h do dia 10, momento em que tropas portuguesas e inglesas se renderam ao inimigo em La Couture; o fogo de barragem rolante da artilharia alemã, indecisões, ordens e contraordens dos comandos, a desagregação dos batalhões, o caos entre os militares, a rendição, os prisioneiros de guerra, o regimento de infantaria 13 de Vila Real e as clivagens nos comandos, em particular na 3ª companhia do capitão David Magno.

1. Dia 9 de Abril, 4h.15m: início da ofensiva alemã

Como se referiu no capítulo anterior, não era de todo plausível colocar alguma dúvida sobre a iminência de um ataque em grandes proporções na frente portuguesa. Todos os indícios apontavam no sentido de que ele se concretizaria o mais rápido possível. O fracasso alemão no Somme, a chegada das largas centenas de milhares de soldados americanos e a transferência das tropas inimigas do Leste para a Frente Ocidental seriam sinais mais do que suficientes para que os comandos portugueses entrassem em alerta máximo, no sentido de reduzirem ao mínimo as perdas humanas e materiais. Era a oportunidade de os alemães jogarem a última cartada começando pelo elo mais fraco, desmoralizando a principal força de resistência: os ingleses. Contudo, grande parte do oficialato português com missões de comando, tanto na frente como na retaguarda, parecia não ter entendido a gravidade da situação, agindo com imprudência perante a força de um inimigo que, duas semanas antes, tinha aniquilado um quarto de milhão de homens das forças aliadas e perdido outro tanto. Durante o mês de Março e nos primeiros dias de Abril a aviação alemã voara a baixa altitude sobre a organização defensiva portuguesa para fazer o reconhecimento exacto por onde iniciaria o bombardeamento: quartéis-generais, respectivos comandos de baterias, brigadas e batalhões e estradas que conduziam a S. Venant, sede do quartel-general do CEP. Os anteriores bombardeamentos a estes locais, às posições das baterias e aos depósitos, e a destruição das barreiras de arame farpado constituíam como que uma antevisão do terreno que os alemães iriam atacar. Todas as informações e suspeitas de que dispunha o comandante da divisão deveriam apontar para uma ofensiva de consequências imprevisíveis sobre a frente portuguesa. Tinha chegado, inclusivamente, ao conhecimento do comando britânico de que a 81ª divisão alemã iria ser substituída pela 5ª, destinada especialmente a um ataque em Neuve

Chapelle e “que o número de divisões do 6º exército de von Quast na frente portuguesa aumentara a 10 na primeira linha e 6 em reserva”³⁴¹.

Nos primeiros dias de Abril, o artilheiro por excelência do exército alemão coronel Bruchmuler foi encarregado de inspeccionar toda a artilharia, verificando que se encontrava pronta para iniciar a ofensiva. Enquanto todos os preparativos inimigos decorriam com grande celeridade, os oficiais portugueses ocupavam-se apenas em preparar-se para executar a ordem de rendição.

Foi nestas circunstâncias que “desde as 20 horas e 30 minutos do dia 8 até à 1 hora da madrugada do dia 9 Abril a artilharia alemã executou sobre as nossas posições de artilharia rajadas de quatro a cinco minutos de duração, intervaladas de 10 a 15 minutos”³⁴², uma espécie de ensaio para ajustar o tiro, seguindo-se uma pausa para que os oficiais portugueses pudessem acabar de “fazer as malas” para o seu regresso e refugiar-se no seu calmo sono, como bem relata o 2º comandante interino do BI 13, capitão Esteves Roma: “Estive à espera (da ordem de rendição) até à meia-noite e, como visse que não chegava, resolvi deitar-me, o que fiz, nunca supondo ser despertado como fui e, menos ainda, ter a rendição que tive”³⁴³. A mesma atitude de descansar e confiar na sorte teve a maioria dos oficiais da divisão, apesar de todos os sinais de que estaria iminente um ataque fatal. A táctica alemã produziu o efeito desejado: a manobra resultou e as forças portuguesas caíram ingenuamente na armadilha. Pelas 4h e 15 minutos da madrugada do dia 9 de Abril de 1918 explodiu na sede do comando do CEP em S. Vénant, onde se encontrava o general Tamagnini, a primeira granada de grande calibre, anunciando o começo do golpe final ao Corpo Expedicionário Português enquanto força de combate. Dava-se início ao que viria a chamar-se a batalha de Armentières para os alemães, de Ypres para os ingleses e, lamentavelmente para os portugueses, a batalha de La Lys. Segundo Gomes da Costa e Vasco Vieira de Carvalho, a ofensiva *Georgette*, cujo objectivo seria alcançar a planície de St. Omer cortando o sector da Flandres da frente central do teatro de guerra, conquistando as bases inglesas de Dunquerque, Calais e Boulogne e forçando os britânicos a passar o canal, fraccionava-se em três períodos distintos: o primeiro seria o ataque em 9 de Abril do 6º exército alemão de von Quast, assaltando as posições anglo-portuguesas na frente Ferme du Bois - Givenchy; no segundo, em 10 de Abril, o 4º exército de von Armin deveria apoderar-se das posições inglesas entre Hollebecke e Armantières, conjugando os dois exércitos numa mesma ofensiva; o terceiro deveria estender-se para norte até ao sector belga,

³⁴¹ Costa, 1920: 166.

³⁴² Costa, 1920: 168.

³⁴³ Mota e Costa; 1959: 300, Relatório de Roma.

tomar o monte Kemmel e apoderar-se de Ypres³⁴⁴. Mas o principal núcleo de massa de tropas alemãs comandadas pelo general Bernhardi foi lançado sobre a 2ª divisão portuguesa, situada no centro da frente de ataque.

De facto a narrativa portuguesa sobre esta batalha, por conveniências várias ou por desconhecimento dos factos, tornou-se excessivamente redutora ao longo de várias décadas limitando a sua incidência apenas a 9 de Abril, como se nesse dia tudo tivesse terminado. Na realidade, o dia 9 de Abril consistiu apenas na eliminação de um pequeno obstáculo, aproveitando-se o inimigo das circunstâncias favoráveis que lhe eram oferecidas e das quais se presume ter delas conhecimento. A batalha não se reduziu apenas ao dia 9, prolongando-se para alguns militares portugueses durante os dias 10 e 11 e, para os aliados, até ao final do mês. A historiografia tradicional portuguesa, mesmo a mais recente, não teve em conta essa realidade. Para este estudo importa constatar o que aconteceu no dia 9 de Abril mas também o que se passou nos combates nos dias 10 e 11, em que os poucos militares que restavam dos batalhões de infantaria 13 e 15 lutaram até à exaustão ao lado dos soldados escoceses em Les Lobes, nas “vizinhanças” de La Couture. Foi o próprio comando do exército Seaforth Highlanders da Escócia que forçou os militares portugueses a retirar para a retaguarda, não só por se terem esgotado as munições mas, sobretudo, por se encontrarem completamente exauridos após cinquenta e seis horas de intenso combate junto dos seus combatentes³⁴⁵. Esta atitude de força, coragem, valentia e perseverança dos militares portugueses revestiu-se de grande valor e dignidade para o exército britânico e iria ter repercussões no pós-guerra, provocando clivagens e rupturas pouco dignificantes para a ética e condição de militares, particularmente entre oficiais. Les Lobes, embora não directamente, iria tornar-se no alvo do grave desentendimento dos comandantes do batalhão de infantaria 13 major Pissarra e capitão Bento Roma com o capitão da 3ª companhia David Magno, configurando um caso exemplar da situação de ruptura que se verificava no meio dos oficiais do CEP, cujo desfecho haveria de terminar num litígio jurídico dirimido pelo Tribunal Militar Territorial do Porto, como se verá em capítulos seguintes.

Após a queda da primeira granada no quartel-general do CEP em St Venant seguiu-se um violento bombardeamento levado a cabo por 7 divisões alemãs (32, 10, 8, 1, 18, 43 e 4) apoiadas por outras 5 (11, 14, 35, 16, 44), comandadas pelo general von Bernhardi e ainda por

³⁴⁴ Carvalho, 1924:159 e Costa, 1921: 69. O conteúdo das obras citadas do major Vasco de Carvalho e do general Gomes da Costa têm por base na generalidade o Relatório de Vitorino Godinho que, por sua vez, remete para os Relatórios de Comandantes de Brigada, de batalhão e de Companhia e que se encontram no Arquivo Histórico Militar.

³⁴⁵ Magno, 1967: 155.

uma de reserva, sobre os quartéis-generais da divisão e das brigadas, atingindo os comandos dos batalhões, dos grupos de baterias, cruzamentos de estradas e saídas e entradas nas povoações³⁴⁶. Na linha da frente, as tropas aliadas tinham apenas três divisões: a Norte a 55ª, a Sul a 40ª e ao centro a 2ª divisão portuguesa. O ataque das divisões inimigas foi organizado em quatro colunas ou corpos de exército: o IV corpo, comandado pelo general von Kraewel deveria dirigir-se para Oeste e atacar a fatigada 40ª divisão inglesa, vinda do Somme, obrigando-a retirar para a retaguarda do canal do Lawe, em direcção a Locon. O XIX e o VI corpos de Bernhardt e Karlowitz atacariam pelo centro, com o objectivo de atingir a linha do Lys e do Lawe. O II corpo comandado por von Stetten progrediria na ala direita movimentando-se para Noroeste, forçando os seus homens a retroceder e avançando depois para Nordeste, fazendo o cerco à 2ª divisão.

Pelas 4 horas e 30 minutos, o comando deu-se conta de que as ligações telefónicas estabelecidas entre as diversas chefias estavam completamente destruídas. Perante o corte das comunicações com os comandos das brigadas e na impossibilidade de serem restabelecidas devido à violência do fogo inimigo, o comando da divisão apercebeu-se de que estaria efectivamente na presença de um grande ataque sobre todo o sector, e não apenas de uma represália aos bombardeamentos anteriores das baterias portuguesas. Com o decorrer dos minutos e das horas a carga de canhoneio foi aumentando de intensidade e extensão, desde Béthune a Armentières, abarcando toda a frente do sector português, bem como os flancos direito e esquerdo das divisões britânicas.

O peso principal do ataque da artilharia alemã, como se referiu, incidiu sobre toda a divisão portuguesa nas primeiras linhas dos subsectores de Fauquissart, Neuve Chapelle e Ferme du Bois, na linha Intermédia e nos grupos de baterias, diminuindo-lhes a capacidade de contra-ataque, particularmente pela incapacidade de municionamento. Tal como o fogo da artilharia alemã foi vital para a desorganização e desorientação da força portuguesa, do mesmo modo deveria proceder a artilharia do CEP no sentido de responder ao inimigo, conter o seu avanço terrestre e permitir a reorganização do contra-ataque. Não o fez nem o poderia fazer, porque não tinha artilharia pesada como o inimigo. Esgotadas as munições, a maior parte das baterias ficaram inoperacionais sem qualquer poder de barragem, vendo-se forçadas a retirar para a retaguarda as que o conseguiram. No centro, os objectivos do inimigo foram completamente

³⁴⁶ A 1ª divisão do CEP encontrava-se já na retaguarda, em Desvres, bem longe da Frente. Para Vasco de Carvalho, a sua presença na zona da Frente, mesmo como reserva, teria sido utilíssima, para prolongar por mais tempo a acção das tropas portuguesas na batalha, substituindo ou reforçando a 2ª Divisão, Carvalho, 1924: 162.

atingidos, destroçando completamente a 2ª divisão e fazendo encostar a 40ª divisão britânica atrás do Lawe. Armentières cairia apenas no dia 11 de Abril.

2. A resposta do dispositivo militar do sector português; confusão e divergências nos comandos; indecisões, ordens e contraordens; desorganização e desagregação das baterias, dos batalhões e das companhias.

No sentido de melhor se entender o contexto do fracasso das tropas portuguesas nesse dia, julga-se fundamental referir o procedimento das baterias dos vários grupos de artilharia na defesa do sector português. Embora se considere importante, mas não sendo esse o objecto principal do estudo, dispensa-se o recurso a grandes detalhes.

As baterias pertencentes ao 6º grupo³⁴⁷, sob o comando do tenente-coronel Teotónio Morais Sarmiento com a missão de cobrir os batalhões 8, 20, 29 e 3, protegendo a frente de Fauquissart, resistiram apenas até às 11h da manhã do dia 9 de Abril. Quanto à 1ª bateria, que ocupava uma posição recuada, o seu comandante foi morto aos primeiros bombardeamentos e os outros oficiais foram dados como desaparecidos. Não se conhecendo dados sobre o seu procedimento, o comando da divisão pressupõe que nem sequer terá chegado a fazer fogo³⁴⁸. A 2ª bateria abriu fogo 5 minutos depois de iniciado o bombardeamento, a pedido do oficial de ligação. Porém, com excepção de um sargento, os outros elementos que constituíam a guarnição foram mortos. Através do seu comandante, a bateria ainda fez fogo até às 10 horas e 30 minutos, momento em que acabaram a munições e apareceram os alemães, tomando conta da posição e do material. Todos os oficiais desapareceram. Relativamente à 3ª bateria, também as comunicações foram destruídas no começo do bombardeamento. Pelas 9 horas e trinta minutos os oficiais do batalhão 20, que fugiam para a retaguarda, informaram o comandante daquela bateria que “o inimigo tinha tomado conta da posição e da guarnição que então lá se encontrava, ninguém se salvara quando chegaram os alemães, nada mais se sabendo”³⁴⁹. Mesmo sem pedido, a 4ª bateria rompeu o fogo contra o inimigo. O seu comandante ao verificar, entre as 8 horas e 30 minutos e as 9 horas, que muitas praças retiravam da linha da frente para a retaguarda, mandou às ordenanças do comando do grupo que preparassem tudo para abandonar a posição. Pelas 11 horas, ao aperceber-se de que os alemães estavam próximos, mandou inutilizar o material e retirar³⁵⁰.

³⁴⁷ ANEXO D, figura 4.2. mapa 4.

³⁴⁸ AHM, Caixa 144, 1ª Div. 35ª Sec.

³⁴⁹ AHM, Caixa 144, 1ª Div, 35ª sec.

³⁵⁰ AHM, caixa 144, 1ª Div, 35ª Sec.

A missão do 2º grupo de baterias de artilharia, comandado interinamente pelo major Adriano da Costa Macedo, era a de proteger o dispositivo que se encontrava na frente do subsector de Neuve Chapelle constituído pela 6ª brigada, com os batalhões 2 e 1 na linha da frente, o BI 11 em apoio e o BI 5 de reserva. Desde o começo do bombardeamento que foram cortadas as comunicações do comandante do grupo com as suas baterias. Apesar dessa eventualidade, as guarnições em geral tentaram cumprir a sua missão.

A 1ª bateria rompeu fogo a partir das 4 horas e 45 minutos. Pelas 10 horas e 30 minutos o comandante foi informado de que os alemães se tinham apoderado da 2ª linha e seria necessário, por isso, reduzir o alcance do tiro. Todavia, pelas 11 horas e 45 minutos as baterias alemãs carregaram sobre a 1ª bateria portuguesa e “já não havendo infantaria para proteger a posição, esta foi evacuada pelas guarnições”³⁵¹. A 2ª bateria iniciou o fogo de SOS a seguir ao começo do bombardeamento inimigo. Tendo esgotado as munições às 10 horas e 30 minutos, o comandante ordenou a evacuação, que se efectuou pelas 11 horas e 45 minutos. A 3ª bateria, que ocupava uma posição mais recuada, mesmo sem ter recebido ordem contra-atacou pelas 4 horas e 30 minutos. Porém, pelas 11 horas e 15 minutos uma forte barragem inimiga inutilizou as peças e feriu o capitão e várias praças, obrigando a retirar para a retaguarda, o que veio a acontecer pelas 12 horas e 45 minutos. A 4ª bateria iniciou também o fogo no início do bombardeamento. Sendo atingida pela artilharia inimiga ficou apenas com dois obuses, vendo-se forçada a retirar pelas 10 horas³⁵².

No que respeita ao 1º grupo de baterias de artilharia, sediado em Vieille Chapelle e comandado pelo tenente-coronel Alberto das Neves e Castro, logo no início do bombardeamento recebeu um pedido de SOS da parte do subsector de Ferme du Bois. Mas estando as comunicações cortadas, o pedido não pôde ser transmitido às baterias. Todavia soube-se que a 1ª bateria, comandada pelo tenente Mendonça e Pinho, rompeu fogo em SOS pelas 4 horas e 15 minutos contra o inimigo até às 11 horas e 15 minutos. A 2ª bateria, que ocupava uma posição recuada, pelas 11 horas rompeu fogo sobre a linha intermédia onde já se encontravam os alemães, tendo depois recuado. A 3ª bateria iniciou o fogo de SOS no começo do bombardeamento, tendo cessado pelas 11 horas por falta de munições e retirou-se. Esta bateria teria também por missão proteger o subsector de Neuve Chapelle. De maneira semelhante se sucederam os acontecimentos com a 4ª bateria que, fazendo fogo sobre Neuve

³⁵¹ AHM. Caixa 144, 1ª Div, 35ª Sec.

³⁵² AHM, caixa 144, 1ª Div, 35ª Sec.

Chapelle, viu-se obrigada a retirar pelas 11 horas e 30 minutos por se terem esgotado as munições.

Em Mesplaux, a sul do sector, encontrava-se sedado o 5º grupo de baterias de artilharia sob o comando do tenente-coronel José Pacheco, que deveria responder, de acordo com o sistema defensivo, a qualquer ataque ou provocação inimiga ao subsector de Ferme du Bois. Este grupo de baterias deveria fazer a cobertura à 5ª brigada, protegendo os batalhões 10 e 17 que se encontravam na 1ª linha, o batalhão 4 em apoio e o batalhão 13 de reserva. Para os objectivos deste estudo tem particular relevância o procedimento das guarnições de todo o grupo, uma vez que terá implicações com o batalhão 13 de Vila Real.

Passados alguns minutos do início do bombardeamento, as comunicações telefónicas do comando do 5º grupo com as baterias ficaram cortadas. Não sendo possível restabelecer essas ligações, foram enviadas estafetas às baterias com as respectivas ordens de procedimento, mas nenhuma delas chegou a cumprir a sua missão. Durante toda a manhã do dia 9, o tenente-coronel Pacheco recusou-se a acreditar nas informações dos soldados fugidos da frente de que os alemães estavam já próximos da Village Line. Achando as informações exageradas, recusou-se a emitir qualquer ordem de ataque “à espera que viessem comunicações dignas de crédito”³⁵³. Por volta das 12 horas, a situação no comando do grupo tornou-se insustentável devido à violência do bombardeamento e transferiu-se para o lugar onde se encontrava o escalão da 1ª bateria, perto de Vieille Chapelle. Porém sendo perseguido pela artilharia inimiga retirou para Locon e, pelas 16 horas, recebeu ordem para se dirigir para Calonne Sur-La Lys, bem longe da frente, entregando as baterias à sua sorte. Todavia, a pedido ou não, as baterias do 5º grupo deram fogo depois do inimigo ter começado o bombardeamento.

A guarnição da 1ª bateria comandada pelo capitão Braz de Oliveira, que no momento se encontrava com a maior dotação de munições, abriu fogo sobre o inimigo respondendo a um SOS no início do bombardeamento, mesmo sem ordem do comandante de grupo, tal como estava *determinado* pelo Plano de Defesa, tendo-o prolongado até às 8 horas e 45 minutos. Pelas 10 horas, ao ter conhecimento de que os alemães se encontravam perto da 3ª linha, o seu comandante mandou recomeçar o fogo e encurtar o tiro. Ao serem inutilizadas duas bocas-de-fogo e esgotadas as munições, os militares tentaram defender-se à chegada dos alemães a tiro de pistola, ficando prisioneiros o comandante da bateria e os alferes Costa Cabral, Almeida Sacadura e Gonçalves Costa. Alguns carros com material ainda conseguiram fugir para a

³⁵³ Carvalho, 1924: 230.

retaguarda mas, não sendo possível transpor o canal do Lawe por se encontrar a ponte destruída, abandonaram os carros e mataram os animais³⁵⁴.

A 2ª bateria sob o comando do capitão Luciano Monteiro Pacheco, apesar das comunicações cortadas, fez fogo em SOS até cerca das 9 horas, altura em que o comandante foi gravemente ferido, juntamente com os alferes Joaquim Marques e Sacramento Monteiro. Todavia, deve acrescentar-se que apenas o capitão Pacheco foi conduzido para o posto de socorros da bateria onde requisitou um ambulância para o transportar para o hospital³⁵⁵. Faltando-lhe as munições e não sendo possível resolver a situação, a guarnição recebeu ordem para retirar para Calonne, ficando porém todo o material e a maioria da guarnição prisioneiros, incluindo os oficiais feridos e o aspirante Parente Júnior.

Tarefa mais fácil ou quase nula teve a 3ª bateria, sob o comando do capitão Faria Leal. Sendo reserva do sector, tinha por missão apoiar as tropas da reserva divisionária que praticamente não existia na defesa da Village Line. Encontrava-se mais recuada, mas bem referenciada pelo inimigo. Para não se denunciar não poderia fazer fogo sem ordens superiores. Por volta das 8 horas foi violentamente atingida pela artilharia inimiga. Como não recebera a nova determinação do comando para que cada bateria procedesse por iniciativa própria, o seu comandante acompanhado de alguns oficiais retirou-se para a retaguarda, no sentido de obter informações mais concretas, deixando a bateria entregue ao oficial-de-dia e proibindo-o de fazer fogo sem a sua autorização. Nem o capitão Faria Leal nem os oficiais que o acompanharam voltaram. As informações sobre o avanço dos alemães e a ordem do comandante da bateria criaram na guarnição uma situação de verdadeiro dilema: desobedecer ao comandante disparando contra o inimigo, ou entregar-se passivamente, como aliás viria acontecer com os oficiais em La Couture, no dia 10. Prevaleceu o bom senso do oficial-de-dia que, ao ter conhecimento que à 2ª bateria já havia sido dada ordem de retirar, mandou inutilizar o material e retirou com a guarnição.

Também a 4ª bateria de obuses comandada pelo tenente Henrique Pereira do Vale rompeu fogo de SOS a partir das 4 horas e trinta minutos até às 9 horas e 30 minutos. Foi provavelmente a que mais sofreu com a violência da artilharia alemã que, disparando granadas de todos os calibres, incluindo as de gás, colocou fora de combate a maior parte da guarnição. Pelas 10 horas todo o pessoal se encontrava no posto de socorros, ferido ou gaseado, acabando

³⁵⁴ Carvalho, 1924: 232.

³⁵⁵ Carvalho; 1924:233.

por retirar para a retaguarda. Cerca das 11 horas a infantaria alemã cruzava as ruas Du Bois e Chavattes, apoderando-se de todo o material da bateria³⁵⁶.

Pode concluir-se que a artilharia do CEP, independentemente da boa vontade e do esforço dos soldados que constituíam as guarnições, fracassou em toda a extensão na missão de que estava incumbida. Em primeiro lugar, porque algumas baterias não receberam qualquer ordem ou indicações precisas para abrir fogo e outras por se terem esgotado as munições, não havendo possibilidade de remuniciar. Segundo, porque houve comandantes que se retiraram para a retaguarda deixando as guarnições à sua sorte e outros, não acreditando que o que se estava a passar era demasiado sério e grave, apenas se aperceberam quando já estavam sob as ordens do inimigo e o denso nevoeiro desaparecera. E, finalmente, importa relevar que uma simples artilharia de campanha seria de todo impotente para executar uma barragem precisa e de sustentar o violento bombardeamento da artilharia pesada alemã: tudo falhou. A 2ª divisão não possuía no terreno artilharia pesada com capacidade de resposta à artilharia alemã, nem se encontrava em condições para que os britânicos a colocassem à sua disposição. O terreno plano ocupado pelo sector português era facilmente vigiado pelos alemães, que o destruiriam com relativa facilidade. Ceder artilharia pesada à 2ª divisão seria, para os ingleses, o mesmo que acontecera com a questão dos navios para o transporte de tropas portuguesas: um desperdício. Para o almirantado britânico, um erro táctico sobre um exército fraco não teria grandes consequências no contexto da guerra, mas para os aliados poderia ser vital.

Anulada a artilharia do CEP, o meio que maiores perdas poderia causar ao inimigo, os alemães puderam penetrar com grande facilidade nas linhas defendidas pelas tropas portuguesas. Foi o que na realidade aconteceu, já que as forças na linha da frente rapidamente sucumbiram perante o bombardeamento e o avanço da infantaria.

Mas se a derrota de La Lys se deveu em grande parte à missão frustrada da artilharia, o pânico, desorientação e desorganização das tropas de infantaria nas primeiras linhas foram de um pavor total. Por isso, importa igualmente analisar a reação das brigadas ao ataque inimigo.

Como foi referido, com o início do bombardeamento a partir das 4 horas e 15 minutos gerou-se a confusão nas linhas da frente, nos comandos das brigadas, batalhões e companhias. O corte das comunicações telefónicas impossibilitou que as ordens do comando da divisão chegassem às brigadas e destas às linhas. Os SOS enviados às baterias pelos batalhões das linhas da frente não chegavam ao seu destino, o mesmo acontecendo com os estafetas, que partiam mas não regressavam: de pouco ou nada valeram. Até por volta das 8 horas, o medo

³⁵⁶ AHM, caixa 144, 1ª Div, 35ª Sec. e Carvalho, 1924; 236.

e a desordem apoderaram-se de todas as tropas sem excepção, ao ponto do capitão do batalhão 20 da 4ª brigada, que deveria defender a frente de Fauquissart, dar aos seus homens o grito de “salve-se quem puder”³⁵⁷, recuando para lugares incertos à retaguarda. Também aqui começaram a falhar desde o início a estratégia e a logística não apenas do comando da divisão, que passou a noite a estudar a forma da rendição, como também dos comandos das brigadas e dos respectivos batalhões, que nada fizeram para apurar e adequar o sistema defensivo. O comandante do CEP é muito claro sobre o estado de espírito que dominava a força portuguesa num momento em que se previa estar iminente um golpe de grande envergadura: “a terceira brigada não completou o indispensável e as outras, que guarneciam as trincheiras, contavam os minutos para ser rendidas”³⁵⁸. Pode concluir-se que a manobra para a rendição condicionou toda a manobra da defesa e o contra-ataque da divisão.

Não deixa de ser insólita a primeira ordem do comandante da divisão perante a agressividade da ofensiva. Pelas 5 horas e 45 minutos o coronel João Júlio dos Reis e Silva, comandante da 3ª brigada considerada de reserva, recebeu ordens daquele comando para ocupar a Linha Intermédia, Village Line, ou Linha das Aldeias, onde deveriam resistir as tropas de reserva até à chegada dos reforços ingleses. Aquela brigada, que tinha sido rendida no dia 7 de Abril no subsector de Neuve Chapelle onde permanecera três meses, preparava-se para iniciar a marcha de rendição na manhã do dia 9 para a área de reserva do XI corpo britânico. Os graduados, desconhecendo completamente o sistema defensivo dos postos da referida linha intermédia, não puderam cumprir a ordem do comando da divisão, já que não tiveram oportunidade de fazer o seu reconhecimento. Ao serem atacadas as suas posições pelo bombardeamento inimigo, uma parte da brigada foi aniquilada, os batalhões 9, 12, 14 e 15 desorganizaram-se e muitas tropas dispersaram pela retaguarda do sector, indo algumas ocasionalmente de encontro às tropas inglesas do XI corpo, ao lado das quais iriam combater nos dias 10 e 11 de Abril, como aconteceu com algumas tropas do batalhão 13. Esta situação é reveladora da incapacidade das tropas portuguesas, colocadas numa frente de combate sem uma estratégia operacional devidamente planeada.

O que se passou nas primeiras linhas na sequência dos bombardeamentos alemães foi uma autêntica catástrofe. Num dos relatórios preliminares a seguir à batalha, o general Tamagnini afirmou não ter dúvidas de que os batalhões em 1ª linha se bateram com valentia, considerando o tempo que as tropas inimigas levaram desde que iniciaram o ataque até ultrapassar a linha

³⁵⁷ Costa, 1931: 194),

³⁵⁸ AHM, caixa 1294, 5ª Divisão, 35ª, nº 5, O Combate de 9 de Abril).

B e os poucos homens que restaram desses batalhões³⁵⁹. Os relatórios e os pedidos de SOS de todas as frentes de batalha levam a conclusões bem diferentes. Os que se encontravam nas primeiras linhas e que não foram atingidos pela artilharia inimiga ou não foram feitos prisioneiros fugiram para a retaguarda, sem qualquer contacto directo com o inimigo, vagueando apavorados pelos mais diversos lugares. É o próprio comandante do CEP a testemunhar ter visto passar soldados desarmados pela estrada ao longo de Merville a S. Vénant, misturados com viaturas regimentais e carros civis que fugiam do inimigo, afirmando igualmente que o comandante Gomes da Costa encontrou muitas tropas fugitivas em Callonne, sede da divisão, com as quais procurou organizar uma unidade, mas não havia oficiais para a comandar³⁶⁰. Grande parte desses militares fugiu para a base ou foi abrigar-se nos redutos de La Couture, à espera do abrandamento da artilharia. Nas linhas da frente o caos foi total nos três subsectores.

A defesa do subsector de Fauquissart era da responsabilidade da 4ª brigada de infantaria sob o comando interino do tenente-coronel Eugénio Carlos Mardel Ferreira, com o seu quartel-general em Laventie, tendo na 1ª linha os batalhões de infantaria 8 e 20, que estabeleciam as ligações com as tropas inglesas da 55ª divisão, situadas à sua esquerda. O batalhão 29 encontrava-se na situação de apoio e o 3 em reserva. Desde o início o bombardeamento atingiu o quartel-general, com um abundante emprego de gases. Pelas 4 horas e 30 minutos ouviram-se as últimas palavras do comando da brigada pela voz do ajudante capitão Henriques Nogueira, a comunicar que não tinha qualquer informação das linhas. Com as ligações cortadas, as baterias não responderam aos SOS lançados pelas linhas da frente e os soldados, em pânico e em desordem no meio de denso nevoeiro, fugiram em debandada para a retaguarda, misturados com ingleses e civis. Por falta de informações na frente de Fauquissart, o comandante da divisão enviou o major Passos e Sousa, do estado-maior, no sentido de averiguar a situação naquele subsector. Regressando pelas 11 horas, informou que os alemães progrediam sobre Laventie, sede do comando da 4ª brigada, e que muitos soldados vindos da frente “convergiavam em desordem sobre as povoações de mistura com a população civil em debandada”³⁶¹. O batalhão inglês do flanco esquerdo cedeu perante o bombardeamento e retirou, permitindo aos alemães atacarem o batalhão 8 pela retaguarda. Pelas 9 horas, o inimigo tomou-o de assalto fazendo prisioneiros quase todos os seus homens, incluindo o comandante que seguia na retirada juntamente com o capitão médico Levy Maria de Carvalho

³⁵⁹ AHM, Caixa 1294, 5ª Div, 3ª Sec, O Combate de 9 de Abril.

³⁶⁰ AHM; caixa 1294, 5ª, 3ª Sec, O Combate de 9 de Abril.

³⁶¹ Carvalho, 1924: 200.

e Almeida. Não foi muito diferente o que aconteceu com o batalhão 20, que se encontrava reduzidíssimo e com muito poucas espingardas o que, numa situação de guerra e na frente de combate, se afigura muito estranho. Após o início do bombardeamento não recebeu quaisquer reforços nem apoio da parte da artilharia e as companhias da frente, munidas apenas duma metralhadora ligeira, foram obrigadas abandonar a 1ª linha. Às 4h45, a 1ª e 3ª companhias abandonaram a linha A. Pelas 6h00 o comandante da 2ª companhia, alferes Alves, entrou na linha B apenas com oito praças, tendo o resto da companhia sido dizimado ou fugido para a retaguarda. A posição do comandante da 4ª companhia alferes Andrade que, desorientado e só, fora obrigado pelas 5 horas e 30 minutos a abandonar a 1ª linha porque estava destruída e a sua companhia quase desbaratada pelo inimigo, é reveladora da situação caótica que se passava na frente de combate³⁶². Pelas 9 horas e 30 minutos os alemães efectuaram o último lanço sobre as trincheiras defendidas pelo batalhão 20, fazendo prisioneiros todos os oficiais, incluindo o seu comandante.

O batalhão 29 que se encontrava em apoio à 4ª brigada começou a ser atingido pelo fogo pelas mesmas horas da madrugada do dia 9. As tentativas de apoiar os batalhões da frente não tiveram qualquer viabilidade. Às 8h00 já o inimigo se encontrava na 2ª linha de Fauquissart e às 9h15 o comandante do batalhão comunicava à 4ª brigada que homens vindos da frente informavam que a 2ª linha se encontrava abandonada. Pelas 10 horas e 30 minutos, com um número de baixas muito elevado, ordenou a retirada.

Quanto ao batalhão de infantaria 3, de reserva à brigada em Laventie, a sua acção foi insignificante. Laventie foi esmagada logo no início do bombardeamento com granadas de grosso calibre. Parte da guarnição foi morta pelo bombardeamento e outra aprisionada, incluindo muitos feridos. Na realidade, pelas 9 horas e 45 minutos os fugitivos das linhas afirmavam que a linha B, onde o general Haking pretendia que o CEP deveria morrer, estava perdida para os alemães em toda a frente. Dos 18 oficiais que formavam este batalhão de infantaria, apenas 3 não figuram no número de feridos, desaparecidos ou mortos³⁶³. Após o 9 de Abril, os militares que restaram deste batalhão foram integrados no batalhão de infantaria 20, vindo a insubordinar-se em 27 de Outubro de 1918 com toda a brigada do Minho, o que motivou a sua extinção.

Se a capitulação do batalhão britânico permitiu ao inimigo atacar o batalhão 8 pela retaguarda, o desbaratamento de toda a 4ª brigada facilitou-lhe a progressão para o Lawe e

³⁶² Dorbalino Martins, 1995: 200.

³⁶³ Dorbalino Martins, 1995: 144.

para sul, iniciando o cerco ao principal abrigo que se encontrava em La Couture, para onde convergira uma boa parte dos oficiais na esperança de que a tormenta passasse.

Quanto à acção da 6ª brigada comandada pelo coronel Alves Pedrosa, que assumira a defesa do subsector de Neuve Chapelle a partir de 7 de Abril, nenhuma informação chegava ao conhecimento do quartel-general da divisão após o início do bombardeamento. Apenas se sabia que o seu comando se encontrava em Huit Maisons, isolado e sem informações da frente. Todavia, pelo pedido de SOS feito pela 1ª companhia do batalhão de infantaria 1 conclui-se que o bombardeamento sobre este subsector teve início às 4 horas e 10 minutos da madrugada do dia 9. As estafetas enviadas para recolher informações e levar ordens do comando aos batalhões não regressaram, não cumpriram a missão e, além disso, o denso nevoeiro não permitia à artilharia observar os foguetões lançados como sinais. A única informação que tropas fugidas da frente davam cerca das 10 horas era a de que a instalação do comando tinha sido incendiada, havendo vários feridos. No sentido de obter dados concretos sobre o que estava a acontecer com as tropas dessa brigada, pelas 10 horas o general Gomes da Costa enviou o capitão Cateado Mena a Huit Maisons. Pouco depois o oficial regressava ao comando relatando que, depois de várias tentativas, conseguira chegar ao quartel-general da 6ª brigada onde encontrou o seu comandante coronel Alves Pedrosa, o 2º comandante tenente-coronel Malheiro, o capitão Nogueira, várias praças e muitos feridos. Referia ainda que a situação da brigada estava comprometida, ignorando em absoluto o que teria acontecido a todas as tropas³⁶⁴. A seguir ao bombardeamento, o comandante expediu ordem para avançarem infantaria 11 de apoio e infantaria 5 de reserva, mas ao porem-se em movimento viram-se obrigadas a retroceder devido à violenta barragem de fogo.

Na obra que se tem vindo a citar e no seu relatório sobre a batalha, Gomes da Costa apresentou outros detalhes acerca do comportamento dos vários batalhões da 6ª brigada, que permitem inferir da desorganização táctica e logística que reinava na estrutura do dispositivo militar da divisão e do próprio CEP, reveladoras da indecisões e desentendimentos entre grande parte dos oficiais, ou seja, da ausência de liderança. A guerra pouco ou nada lhes dizia e a principal preocupação era conseguir uma oportunidade de se esgueirarem para a retaguarda ou regressar ao país. A historiografia estrangeira corrobora a desorganização das tropas portuguesas. Daniel Veraghen, por exemplo, ao referir-se ao 9 de Abril afirma que as divisões portuguesas se encontravam mal equipadas e que, desde o primeiro assalto, os portugueses

³⁶⁴ AHM, caixa 144, 1ª Div, 35ª Sec. O Combate de 9 de Abril.

ficaram desordenados e desorganizados, deixando cair rapidamente Neuve-Chapelle assim como as aldeias próximas³⁶⁵.

Foram várias as comunicações recebidas no quartel-general da divisão com origem no comando da 6ª brigada. Pelas 7 horas e 45 minutos, o inimigo fez uma barragem entre o comando do batalhão 1 e o da brigada, batendo a 1ª linha e obrigando a infantaria a recuar. Pelas 9 horas, um sargento fugido das linhas informava “que as primeiras estavam arrasadas, com a maioria da guarnição fora de combate e o inimigo penetrando nelas”³⁶⁶. Pelas 9 horas e 30 minutos o inimigo intensificou o bombardeamento sobre as trincheiras guarnecidas pelo batalhão 1, avançou, matou e aprisionou defensores. Pelas 10 horas e 30 minutos eram aprisionados o seu comandante, dois comandantes de companhia e vários soldados, sendo a posição ocupada pelo inimigo. Segundo o major Vasco Vieira de Carvalho, as tropas do batalhão 1 desapareceram quase em absoluto, na maioria soterradas, com todos os seus oficiais nas mãos do inimigo³⁶⁷. De modo semelhante aconteceu com o batalhão 2 que guarnecia a 1ª linha, em paralelo com o batalhão 1 no mesmo subsector de Neuve Chapelle. Logo que se iniciou o ataque da artilharia inimiga, o capitão Américo Olavo tentou por todos os meios pedir apoio por SOS à artilharia mas sem sucesso, devido ao corte das comunicações. Pelas 6 horas tinha evacuado a 1ª linha e pelas 8 horas e 30 minutos um soldado vindo da frente dizia ao comandante do batalhão que a 2ª linha estava arrasada e tudo morto³⁶⁸. Às 10 e 20 as metralhadoras inimigas varreram toda a zona, apoderando-se da posição. O batalhão de apoio de infantaria 11 sob o comando interino do capitão Manuel Dias tornou-se praticamente inoperacional. Com as comunicações cortadas, pelas 6 horas enviou estafetas ao comando dos batalhões no sentido de receber ordens para executar a acção mais apropriada, mas os homens não voltaram: por isso, nem chegou a ter conhecimento da acção que deveria desempenhar. Às 11 horas e 30 minutos a artilharia inimiga atingiu violentamente a casa do comando, abatendo e soterrando alguns militares que ali se encontravam. A 3ª companhia daquele batalhão atingida pelas metralhadoras inimigas pelas 12 horas retirou desordenadamente através dos campos, o mesmo acontecendo com as 2ª e 4ª companhias, caindo alguns pelotões inteiramente em poder do inimigo. Dos 710 homens que constituíam o batalhão 11, salvaram-se 320³⁶⁹. Quanto ao batalhão de reserva nº 5 comandado pelo major Mário do Vale, a sorte

³⁶⁵ Veraghen, *Les batailles célèbres de l'histoire* La bataille de la Lys, 9 au 29 avril 1918, bataillescelebres.web44.net.

³⁶⁶ AHM, caxa 144, 1ª Divisão, 35ª Sec., O Combate de 9 de Abril.

³⁶⁷ Carvalho, 1924: 244.

³⁶⁸ Carvalho, 1924: 138.

³⁶⁹ Costa, 1931: 205 e Carvalho, 1924: 247.

não foi diferente. Situado no centro do sector português e na principal via de comunicação, a estrada de La Bassée, o bombardeamento produziu um efeito devastador nas tropas. Além disso, grande parte dos soldados fugidos da linha da frente causavam o pânico e a desmoralização nas praças do BI 5, arrastando-as para a retaguarda. Das 658 praças que o deveriam formar, em 9 de Abril apenas contava com 400 combatentes. Com ordem do comando da brigada para prosseguir para a frente juntamente com o batalhão 11, ao iniciar a marcha o comandante da 1ª companhia caiu ferido. Os homens desmoralizados dispersaram-se e os que restaram, juntando-se à 4ª companhia, retiraram para Calonne. De nada valeu a ameaça de fuzilamento dada pelo capelão Manuel Caetano, incitando os soldados fugitivos a regressarem às linhas e combater o inimigo. Perante a grave situação era absolutamente impossível pensar em resistir. Os soldados não estavam na disposição de cumprir a vontade do general Haking.

O comandante da 6ª brigada, completamente isolado sem qualquer unidade à sua disposição, perante as informações dos soldados que vinham das primeiras linhas encontrava-se face a um dramático dilema: fugir do inimigo ou esperar resignadamente o aprisionamento ou a morte, sem capacidade de o enfrentar pela força. Segundo Vieira de Carvalho, na véspera do ataque Gomes da Costa ordenara ao coronel Alves Pedrosa que fossem dadas instruções aos batalhões que, em caso de ataque inimigo, “a ninguém fosse permitido retirar-se do seu posto, que a 2ª linha seria a linha de resistência suprema, onde se vencia ou morria”³⁷⁰. O coronel Alves Pedrosa, mesmo contra a posição dum capitão inglês Roschrow e dos seus oficiais que o aconselhavam a abandonar Huit Maisons e retirar, decidiu ficar no seu posto à espera do inimigo, cumprindo escrupulosamente a determinação de Haking e Gomes da Costa, dando porém a cada um a liberdade de proceder como quisesse³⁷¹. Dois oficiais e quase todas as praças retiraram, incluindo o capitão inglês. A partir das 12h15 o bombardeamento intensificou-se e pelas 13h30 começava o ataque ao comando da brigada em Huit Maisons Post.

Pelas 14 horas do dia 9 não chegaram os hipotéticos reforços ingleses mas sim uma patrulha alemã, que disparou imediatamente um tiro contra o alferes Oliveira quando este, com o tenente Malheiro, assomou à janela para presenciar o aparato bélico. Os alemães cercaram a casa, não deixando alternativa aos militares portugueses a não ser a rendição. O comandante da patrulha, de pistola aperrada e apontada ao peito dos oficiais portugueses, apenas

³⁷⁰ Carvalho, 1924: 257.

³⁷¹ Magno, 1921:128.

pronunciou uma única palavra que David Magno diz ter sido *Aus*, traduzindo-a por “vamos”, fazendo prisioneiras todas as tropas³⁷². A 6ª brigada terminava assim, abrindo-se mais uma brecha para o cerco a toda a divisão³⁷³. Estava aberto e livre o caminho para o encontro com os ingleses que guarneciam a linha de corpo por detrás do canal do Lawe. A limpeza iria continuar até às 12 horas do dia seguinte.

Pode considerar-se inusitada a postura do comandante da 6ª brigada: entregar-se ao inimigo sob o pretexto de uma ilusória esperança de reforços sem ter recebido qualquer ordem de retirada, ou cumprir escrupulosamente a ordem de Haking e de Gomes da Costa que era morrer na linha B. Este e outros oficiais enquadravam-se perfeitamente nas directrizes e decisões políticas de Lisboa, particularmente tomadas até 5 de Dezembro de 1917, cuja perspectiva era de colocar na frente de batalha o maior número possível de homens, independentemente do que lhes viesse a acontecer, mesmo que fosse apenas para “servir de escudo” ou de “carne para canhão”, desde que no Concerto das Nações lhes fosse proporcionado reivindicar muita glória para o Partido e pouco mais. Lamentavelmente, o triunfo ficou reduzido à recuperação de Quionga. Os oficiais portugueses ignoravam mas deveriam ter conhecimento de que, perante a grande ofensiva alemã, o comando inglês já tinha decidido que a 2ª divisão portuguesa deveria reorganizar-se e ocupar a linha de defesa da Lawe, o que não aconteceu. Desorganização, falta de comunicação e desentendimento constante entre os comandos portugueses eram sinais inequívocos de que o desastre seria inevitável perante um inimigo bem armado e disciplinado, de cujo poderio e capacidades bélicas já tinha dado provas.

Mas não foi apenas nos subsectores de Fauquissart e de Neuve Chapelle que as tropas do CEP cederam de modo brutal perante um ataque mais violento e prolongado do inimigo.

Também os homens da 5ª brigada de infantaria que guarneciam o subsector de Ferme du Bois, limite sul do sector português, foram vítimas da mesma provação. Eram comandados pelo coronel Diocleciano Augusto Martins, tendo como 2º comandante o tenente-coronel João Craveiro Lopes e como ajudante o capitão António José Teixeira. Os batalhões 10 e 17 comandados, respectivamente, pelos majores Guilherme Correia de Araújo e José Augusto

³⁷² Magno. 1921: 129 e Carvalho, 1924: 258). Magno e Vieira de Carvalho terão confundido com outra palavra semelhante *heraus*, correspondente a uma ordem “fora..., para fora..., saiam”. A propósito deste episódio, o Dr. Júlio Magno, médico, filho do capitão David Magno, que se interessou profundamente pelo que se passou em La Lys e particularmente em La Couture, escreveu no espaço em branco da página 129 do *Livro da Guerra*, o que o Dr. Afonso Malheiro seu colega e amigo lhe transmitira, contado pelo seu pai, coronel Alexandre Malheiro, 2º Comandante da 6ª BI: “Quando os alemães investiram na sala do Q.G., o coronel Alves Pedrosa, à frente de todos, baixote, capote de cavalaria, assustado e de braços erguidos dizia para eles: - Le portugais est bom... Le portugais est bom”.

³⁷³ Foi dissolvida em 19 de Abril de 1918, passando alguns dos seus homens para a 5ª brigada.

Duque guarneciam as primeiras linhas do subsector. O batalhão 4 comandado pelo tenente-coronel Sande Lemos encontrava-se na situação de apoio na direita e o batalhão 13, sob o comando do major Gustavo de Andrade Piçarra, constituía a reserva do subsector acantonado a cerca de mil metros de La Couture ³⁷⁴. No final de Janeiro de 1918 o capitão Bento Roma, comandante da 1ª companhia do batalhão 13, fora nomeado 2º comandante interino ³⁷⁵.

Para este estudo interessa de modo especial o que se passou com a 5ª brigada e, em particular, os factos ocorridos com os oficiais e alguns sargentos do batalhão 13, que permitem verificar como eram evidentes os antagonismos entre os militares.

Determinações políticas inconsequentes, tácticas erradas, ordens e contraordens de comandos de brigadas e de batalhões conduziram ao caos naquela frente de batalha. Perante um inimigo poderoso que se preparava para um ataque considerado vital na decisão da guerra, os comandos portugueses ocupavam-se nas secretarias a assinar os papéis da rendição das tropas, ou repousavam confiando nas boas intenções do destino. Assim o provam os documentos, como se verá. Porém, os planos do inimigo estavam traçados e eram para cumprir.

Quando em Abril a 5ª brigada entrou a guarnecer o subsector de Ferme du Bois, encontrava-se com os efectivos desfalcados e esgotados moral e fisicamente. Segundo o major Vasco Vieira de Carvalho, os batalhões estariam reduzidos aproximadamente a 50% dos seus homens ³⁷⁶. De 9 de Março a 6 de Abril estivera à retaguarda como reserva da divisão, embora as suas tropas se mantivessem cansadas dos meses em que permaneceram nas 1ªs linhas.

Uma das grandes lacunas que tornou muito complicada a vida dos militares do CEP e em particular a 5ª brigada, presumindo que o poder político provavelmente a ignorasse e que os oficiais da retaguarda nem sequer se apercebessem da sua gravidade, teria a ver com as comunicações. A penúria do material telefónico do CEP, como se lhe refere Vasco Vieira de Carvalho ³⁷⁷ era de tal ordem que, mesmo quando as duas divisões se encontravam em 1ª linha, havia apenas uma única linha telefónica para comunicar com a frente. E quando por qualquer motivo deixasse de operar, a solução era recorrer às linhas telefónicas das brigadas inglesas. O que se passou com a 5ª brigada nas vésperas da batalha de 9 de Abril é significativo da negligência ou incúria atribuída ao serviço de comunicações e do desentendimento entre os oficiais do comando, cujas consequências viriam a ser desastrosas.

³⁷⁴ Ver ANEXO D, figura 4.2. mapa 4.

³⁷⁵ Importa salientar que a 5ª brigada deveria ser rendida na noite de 9 para 10 de Abril e não durante o dia 9, como erradamente dá a entender a maior parte dos relatórios.

³⁷⁶ Carvalho, 1924: 212.

³⁷⁷ Carvalho, 1924: 212.

No dia 6 de Abril, o comandante da divisão decidira deslocar o quartel-general da 5ª brigada de Les Facons, local da central telefónica, onde tinha acabado de render precipitadamente a 2ª brigada, para Cense du Raux, zona há muito bem referenciada pelo inimigo. Nesse mesmo dia o comandante da brigada, acompanhado do seu adjunto, dirigiu-se a Cense du Raux no sentido de fazer o reconhecimento e averiguar as condições de que o local dispunha para instalar o seu comando. Foi informado pelas autoridades locais do perigo dessa transferência: sempre que o inimigo notava maior movimento aquela zona era imediatamente bombardeada, uma vez que era conhecida pelos alemães e tinha boa visibilidade. Esse problema já tinha acontecido anteriormente: quando a 1ª brigada de infantaria pretendia instalar naquele local a sua guarnição vira-se obrigada a transferir-se para Les Facons, devido ao contínuo bombardeamento alemão. No dia 7 de Abril, durante a conferência que decorreria em Lestrem, o coronel Diocleciano Martins fez notar insistentemente ao general Gomes da Costa a grande inconveniência da mudança do seu comando para Cense du Raux. Gomes da Costa não se demoveu face às razões apresentadas e ordenou que a transferência se efectuasse nesse dia. Uma última tentativa foi levada a cabo pelo tenente-coronel Sande Lemos, amigo pessoal de Gomes da Costa, que se deslocou ao quartel-general da divisão expondo mais uma vez a gravidade da situação ao seu comandante. Todos os argumentos e diligências foram inúteis: a decisão era irrevogável e, nesse mesmo dia, o comando da brigada transferiu-se para Cense du Raux, o que representava ficar sem comunicação com os batalhões enquanto não se procedesse à montagem de uma linha telefónica entre a central e o quartel-general. De nada valeram no dia 8 as diligências de Gomes da Costa para que rapidamente se estabelecessem novas ligações entre o comando, os batalhões e a divisão, deslocando-se pessoalmente a Cense du Raux³⁷⁸. O desastre estava eminente: no mesmo dia o comandante do 1º exército inglês, general Horne, terá comunicado ao general Haking, à frente do XI corpo, que os alemães iriam atacar nessa noite. No sentido de evitar uma catástrofe de proporções incalculáveis, a única solução estaria no comando britânico: retirar o mais depressa possível todos aqueles homens para a retaguarda. Mas era tarde.

Como aconteceu nos outros subsectores, pelas 4 horas e 15 minutos começou intenso bombardeamento sobre o comando da 5ª brigada, baterias e terreno próximo com granadas de vários calibres e de gás, sendo interrompidas completamente as comunicações telefónicas com os batalhões. O comandante da brigada enviou estafetas aos batalhões no sentido de obter informações acerca dos acontecimentos, mas nenhuma chegou ao seu destino nem regressou.

³⁷⁸ Carvalho, 1924: 213.

Pelas 7 horas e 30 minutos foi enviado pelo comando da divisão o capitão do estado-maior, Cadeado Mena, a fim de estabelecer ligação com a 5ª brigada, como acontecera com a 6ª. Nas informações ao comando da divisão, o oficial relatou que o quartel-general da brigada teria sido abandonado em virtude do bombardeamento e que encontrara os seus oficiais, comandante, 2º comandante, ajudante, capitão Teixeira, capitão Cansado, 1º adjunto e telefonistas reunidos no subsolo da casa que oferecia maior segurança³⁷⁹. O capitão Mena informou Gomes da Costa de que, pelas 7 horas e 30 minutos, o comandante da brigada ordenara que os batalhões de apoio e reserva (4 e 13) reforçassem as primeiras linhas. Nos seus relatórios os comandantes dos batalhões afirmaram, contudo, não ter recebido essa ordem, até porque a linha da frente já se encontrava evacuada. Era natural que assim tivesse acontecido, já que os alemães tiveram o cuidado de cortar todas as comunicações no início do bombardeamento, o que não seria muito complicado pois eram extremamente frágeis. Por outro lado, a acreditar nas afirmações do major Vasco de Carvalho no suposto quartel-general da 5ª brigada não existia qualquer linha telefónica.

Na manhã de 9 de Abril, o comandante da 5ª brigada encontrava-se sem comunicações com o comando da divisão e com as suas tropas porque não chegaram a existir. Como se previa, o bombardeamento da artilharia inimiga sobre Cense du Raux foi de tal intensidade que o quartel-general da brigada ficou reduzido a escombros. Pelas 13 horas, uma patrulha inimiga penetrou na cave onde estavam abrigados os oficiais e fez prisioneiros o comandante coronel Diocleciano Martins, o 2º comandante tenente-coronel João Carlos Craveiro Lopes, os capitães António José Teixeira e Jaime Pires Cansado, 1º adjunto, o tenente Delduque da Costa, 2º adjunto, e os alferes Prior Coutinho, oficial de sinaleiros, e Jesus Pires. Os outros oficiais do estado-maior da brigada encontravam-se mais à retaguarda em Les Facons, escapando por isso das mãos do inimigo e dando razão ao comando da brigada quando afirmara perante Gomes da Costa que Les Facons seria mais seguro do que Cense du Raux. Um erro estratégico que poderia ter sido evitado, ou talvez não: de outra forma não teriam a medalha de grandes combatentes frente ao inimigo, embora prisioneiros.

Os militares dos batalhões foram praticamente abandonados à sorte dos comandos mais audazes e competentes, ou à infelicidade dos que não souberam ou não quiseram cumprir o que a condição de militar os obrigava ou ainda daqueles que, simplesmente, procuravam a

³⁷⁹ AHM caixa 144, 1ª Div, 35ª Sec. O Combate de 9 de Abril.

medalha da heroicidade sem o sacrifício da luta, mesmo que isso significasse o preço da vida das suas tropas³⁸⁰. Às decisões políticas erradas seguiram-se atitudes militares inadequadas.

Nas vésperas do 9 de Abril o batalhão de infantaria 10 estava reduzido a 600 homens e destes cerca de 200 encontravam-se na situação de doença, nas ambulâncias e nos hospitais. Ocupava a 1ª linha do subsector mais à direita, em ligação com as tropas inglesas da 55ª divisão. O batalhão de infantaria 12, pertencente à 3ª brigada, recebera ordem para reforçar o batalhão 10 com 160 homens, o que não chegou a acontecer. O início do bombardeamento interrompera de imediato as ligações telefónicas com o grupo de baterias. De qualquer modo, estas foram respondendo enquanto foi possível como se referiu anteriormente, mesmo sem os pedidos de SOS. As estafetas enviadas ao comando da brigada e às companhias no sentido de obter informações não mais voltaram. O ataque dos alemães começou sobre o sector da direita, ocupado pelos ingleses; estes cederam terreno, recuaram e permitiram ao inimigo penetrar nas primeiras linhas. Pelas 6 horas já o inimigo tinha colocado peças de artilharia na *Terra de Ninguém* e, pelas 8 horas, envolvia pela frente e pela retaguarda a linha avançada defendida pelo batalhão 10. Relata o comandante de infantaria 10 que, pelas 9 horas, o inimigo ocupara a 2ª linha continuando com violência o bombardeamento sobre o batalhão, deixando o seu comando completamente isolado. Pelas 9 horas e 30 minutos a 3ª companhia, a mais sacrificada, estava reduzida a um terço do efectivo inicial³⁸¹. O bombardeamento foi de tal modo violento que uma grande parte dos seus homens foi morta ou ferida e os sobreviventes feitos prisioneiros. Às 9 horas e 40 minutos, perante a perseguição dos alemães, o comandante do batalhão decidiu retirar para os abrigos da retaguarda com o resto das tropas, deixando nas mãos do inimigo metade do seu efectivo com a maior parte dos oficiais: porém acrescenta no relatório que as lutas nas linhas portuguesas terão terminado cerca das 10 horas³⁸².

Não deixam de ser estranhas as contradições existentes nos relatórios de alguns oficiais. Mesmo perante o corte de comunicações, as linhas arrasadas pela artilharia, a infantaria inimiga a avançar com segurança em terreno limpo, o denso nevoeiro, o pânico gerado nas praças portuguesas a fugir para a retaguarda, oficiais portugueses pretenderam a qualquer preço e à força criar heróis, fantasiando combates à baioneta ou corpo a corpo com o inimigo, justificando assim o direito à recompensa. Se às 9 horas e 30 minutos o que restava da 3ª companhia fora aprisionado pelo inimigo e às 9 e 40 o comandante do batalhão se vira

³⁸⁰ Confrontando alguns Relatórios redigidos por oficiais durante o cativeiro ou um ano após a batalha, verificam-se imensas contradições com os que foram escritos nos dias imediatos a 9 de Abril, solicitados pelos Comandos do CEP e da Divisão.

³⁸¹ AHM. Caixa 144, 1ª Div. 35ª Sec. O Combate de 9 Abril.

³⁸² Carvalho, 1924: 223.

obrigado a retirar para os abrigos da retaguarda, não se percebe por que afirma que “que a luta nas linhas portuguesas apenas terminou cerca das 10 horas”. Grande parte dos oficiais, particularmente os comandos de batalhão, só contactou com o inimigo quando este lhes deu voz de prisão.

O local da 1ª linha guarnecido pelo batalhão 17 era bem mais complexo, já que o posto de comando se situava a grande distância³⁸³ do quartel-general da brigada, mantendo-se sempre isolado sem receber qualquer comunicação devido ao corte das comunicações. O assalto nestas linhas terá sido mais rápido, surpreendendo todas as suas companhias. Pelas 9 horas e 30 minutos já os alemães ocupavam o comando do batalhão, tendo-se salvado pouco mais de uma centena de homens que se encontravam à retaguarda dos oficiais. E destes, apenas conseguiu evadir-se o tenente médico Viana Correia.

O batalhão de infantaria 4, que se encontrava em apoio deste subsector sob o comando do tenente-coronel Sande Lemos, tinha as suas companhias demasiado dispersas para que pudesse exercer qualquer acção útil de conjunto. Devido ao forte bombardeamento, ficou igualmente desde o início sem comunicações telefónicas com as companhias e com o comando da brigada, uma vez que, como se referiu anteriormente, não existia telefone em Cense du Raux. A insistência de Sande Lemos junto do comando da divisão no sentido de evitar a saída de Les Facons era bem justificada. Também nenhuma das ordenanças enviadas ao quartel-general da brigada, aos batalhões da frente ou às companhias regressara. Sem qualquer ordem, preparou-se para oferecer resistência com as únicas praças que tinha que eram as do comando. Apenas pelas 10 horas teve a notícia, através de soldados do batalhão 10 fugidos da frente, que as 1ªs linhas se encontravam em poder dos alemães. Os homens que tinha à sua disposição nada poderiam fazer perante a intensidade da barragem de fogo inimigo. Pela mesma hora, o batalhão 4 foi surpreendido pelos alemães, caindo nas suas mãos sem poder cumprir a missão de apoio à defesa do subsector, desaparecendo todos os seus oficiais e salvando-se apenas 144 praças³⁸⁴. Era este uma parte do cenário militar do subsector português de Ferme du Bois na Flandres.

3. O batalhão de infantaria 13 de Vila Real; enfrentar o inimigo ou esperar pela rendição; indecisão do comando, desorganização das companhias e fracasso da missão; a 3ª companhia do capitão David Magno: desbaratamento, ordens e contraordens, extravio e dilema do seu comandante.

³⁸³ ANEXO D, figura 4.2. mapa 4.

³⁸⁴ AHM, caixa 144, 1ª Div. 35ª Sec, “O Combate de 9 de Abril” e Carvalho, 1924: 223.

Na prossecução dos objectivos deste estudo entendeu-se importante desenvolver, de forma mais detalhada, a acção do BI 13 na batalha de La Lys e em particular a da 3ª companhia e do seu comandante capitão David Magno como exemplo protótipo das divisões entre os militares.

No dia 9 de Abril o batalhão de infantaria 13 de Vila Real encontrava-se em reserva da 5ª brigada e de protecção ao principal abrigo dos oficiais, o reduto de La Couture, como reforço da Village Line.

La Couture era um posto da chamada Linha de Corpo com vários entrincheiramentos à volta da aldeia, defendidos “frente e em redor por emaranhadas teias de arame farpado”. No centro localizava-se o Bloch-house, um fortim, recinto escuro, um refúgio constituído por dois andares com seteiras para metralhadoras e um abrigo em betão, à prova de artilharia³⁸⁵.

Enquanto a Senechal Ferm, à frente, era um ponto de relativo valor, o reduto constituía o segundo lugar de defesa quando a frente da Senechal se perdesse e se pretendesse segurar o terreno a todo o custo, enquanto não chegassem os reforços. Era, portanto, um ponto de apoio no qual se fariam as últimas resistências e não as primeiras, como esclarece David Magno³⁸⁶. A sua defesa era da exclusiva responsabilidade do XI corpo britânico. Como era de supor que os batalhões portugueses de reserva ou de apoio marchariam para a frente em caso de grande ataque, como aliás estava determinado nos planos de defesa na ordem do general Haking, o alto comando aliado mandou guarnecer o posto da Linha de Corpo de La Couture com setenta praças de um batalhão de ciclistas do XI corpo inglês com metralhadoras pesadas e ligeiras. Assim, a partir da 6 horas e 30 minutos da manhã do dia 9 de Abril o batalhão começou a ocupar La Couture Post. A força era comandada por um major, dois capitães e dois subalternos. Juntamente com estas forças britânicas encontravam-se setenta e oito praças portuguesas do 1º grupo de companhias de pioneiros que, dado o longo e intenso bombardeamento tiveram uma acção nula, já que permaneceram sempre no abrigo do Black-house até serem feitas prisioneiras. Os seus oficiais não tiveram tempo de fugir e foram aprisionados na retaguarda da povoação³⁸⁷. No reduto de La Couture, o Black-house era um dos locais mais seguros das linhas e por isso para lá convergiram oficiais vindos da frente ou perdidos das suas tropas. Ali já se tinham refugiado também os comandos de infantaria 14 e 15.

³⁸⁵ Magno, 1967: 86.

³⁸⁶ Magno, 1923: 7, Relatório Adicional.

³⁸⁷ Magno, 1967: 86.

Como forma de guarnecer La Couture, foram colocadas à sua volta as companhias do batalhão de Infantaria 13³⁸⁸. Na frente, na Senechal Farm a cerca de 500 metros do reduto encontrava-se o comando do batalhão com a 1ª e 2ª companhias comandadas, respectivamente, pelos tenentes João Augusto Gonçalves e Alcídio de Almeida. Os comandantes de pelotão da 1ª companhia eram os alferes Arnaldo Armindo Martins, Agostinho de Sá Vieira e o 2º sargento Manuel Martins Cacheira. Comandavam os pelotões da 2ª companhia os alferes António Dias, António Pires e um 2º sargento. A sul, na Ferme Bourel, a cerca de 1000 metros de La Couture, encontrava-se a 3ª companhia do capitão David Magno como reserva do batalhão, tendo como comandantes de pelotão o alferes Agostinho de Almeida Graça e os 2ºs sargentos António Almeida e Álvaro Costa. A 4ª companhia, acantonada à retaguarda no extremo da povoação de La Couture, era comandada pelo capitão João da Encarnação Maçãs Fernandes e tinha como comandantes de pelotão o alferes Domingos Santos Moura e dois 2ºs sargentos. Entre a Senechal e a 4ª companhia localizava-se o Reduto³⁸⁹. A referência ao dispositivo deste batalhão é fundamental para se perceber as divisões, discórdias ou desavenças que se encontravam latentes entre os militares e que viriam a manifestar-se posteriormente à guerra.

Regresse-se ao batalhão 13. Desde o início do ataque que a zona de La Couture, como todas as outras, fora bombardeada pela artilharia inimiga, sendo cortadas todas as comunicações. Como não foi possível ao comando da brigada enviar qualquer ordem ou informação, em virtude de não ter sido montada a respectiva linha telefónica, o comando do batalhão não tomou qualquer decisão que ajustasse o dispositivo de forma a responder ao inimigo. Este imobilismo terá condicionado toda a manobra do batalhão, que viria a redundar em fracasso. Pelas 8 horas, o quartel-general da brigada, em Cense du Raux, enviara uma ordenança ao comando do batalhão no sentido de reforçar a frente como estava “determinado”³⁹⁰. Todavia, desconhecendo-se as suas intenções, a ordenança tomou o caminho errado e, em vez de se dirigir para norte rumo a La Couture, encaminhou-se para oeste para a retaguarda, tendo sido vista mais tarde a caminho de Locon³⁹¹. Também o comandante do batalhão 13 major Pissarra, no seu relatório datado de 29 de Julho de 1919 afirma não ter recebido nenhuma ordem das “estações superiores”, nem notícia dos batalhões que estavam nas linhas acerca do ataque inimigo. Sobre a procura de informações, refere que no princípio do bombardeamento

³⁸⁸ ANEXO E, figura 1.3. mapa 5.

³⁸⁹ AHM, caixa 144, 1ª Div. 35ª Sec. O Combate de 9 de Abril e Magno, 1967: 54-54.

³⁹⁰ Era a expressão do Plano de Defesa no caso de não haver possibilidade de comunicações.

³⁹¹ Carvalho, 1924: 360. Não é conhecido o levantamento de qualquer auto por desobediência.

mandara um ciclista ao comando da brigada, voltando somente a vê-lo no regresso do seu cativeiro em França. O mesmo desvio aconteceu com o alferes António Ribeiro da Silva, oficial de sapadores do batalhão que, pelas 7 horas e 15 minutos, o major Pissarra enviara ao comando da brigada no sentido de receber ordens. No final do cativeiro teve conhecimento de que se encontrava em Portugal³⁹².

No seu relatório o comandante Gustavo Pissarra refere que operara por sua iniciativa em conformidade com o seguimento das operações, apesar de não ter recebido qualquer ordem superior. Parece, contudo, que batalhão 13 permaneceu em La Couture com todas as companhias no interior das casernas, não cumprindo a missão de guarnecer a Linha Intermédia. Analisando em pormenor o referido relatório, das hipotéticas disposições tomadas por livre iniciativa após o início do bombardeamento até às 9h30 do dia 9 não se vislumbra qualquer tipo de manobra do batalhão no sentido de sair para as linhas e resistir ao inimigo, como estava determinado no Plano de Defesa. Pelo contrário, encontram-se apenas generalidades vazias de conteúdo e elogios discutíveis e algo despropositados a alguns camaradas o que, aliás, vem de encontro ao comentário de que foi alvo pelo general Simas Machado: “É uma narrativa difusa e mal ordenada” (...). Não necessitava ter aludido tão insistentemente à sua iniciativa para provar que a teve”³⁹³. O mesmo procedimento de não levar a sério o início do bombardeamento terá seguido o 2º comandante interino capitão Bento Roma quando afirma no seu relatório que tendo rebentado uma granada na janela do quarto pelas 4 horas e 30 minutos, atingidos com bocados de tijolo, terra e calça, com um barulho ensurdecedor e todo o edifício a ser abalado, “riam-se sem saber o motivo certo do bombardeamento” convencidos de que “não era um mau cartão de despedida”, certos da rendição que lhes fora anunciada³⁹⁴. Não deixa de ser relevante a coincidência de algumas ideias nos dois relatórios, o que pode levar a presumir-se que a sua elaboração tenha sido em alguns aspectos concertada no sentido de mitigar a negligência na tomada de decisão que conduziu em parte ao desaire do batalhão em 9 Abril, uma vez que existem contradições em relatórios de outros oficiais. O comandante e o 2º comandante interino tiveram o cuidado e o tempo suficiente durante o cativeiro para ajustarem a hora em que ordenaram às companhias para saírem, mesmo desconhecendo completamente o terreno. A verdade punha em causa as suas capacidades de iniciativa. Questionar-se-ia o porquê da inércia entre as 4h 15 minutos e

³⁹² Mota e Costa, 1959: 281, Relatório de Pissarra. Também não constando que lhe tenha sido levantado qualquer auto de corpo de delito por desobediência.

³⁹³ AHM, caixa 1212, 5ª BI, Batalhão de Infantaria nº 13.

³⁹⁴ Mota e Costa, 1959: 302, Relatório de Bento Roma.

as 10 horas. Por isso, o major Pissarra escreveu no seu relatório que foi “às 7,15 pouco mais ou menos”³⁹⁵ e o capitão Bento Roma que “eram sete e um quarto pouco mais ou menos”³⁹⁶ quando ordenaram à 1ª, 2ª e 3ª companhias para avançarem a ocupar as trincheiras que ficavam a trezentos metros, à frente da Senechal. Esta versão, elaborada um ano depois da batalha, não corresponde aos relatórios já citados de Gomes da Costa, Vieira de Carvalho e David Magno, redigidos algum tempo depois do 9 de Abril. São os três concordantes em que somente pelas 9 horas e 30 minutos, sob o novo e violento fogo de barragem, o comandante do batalhão 13 decidiu mandar avançar as companhias, quando a linha B já estava tomada pelo inimigo em todo o sector. Deve acrescentar-se, todavia, que esta decisão só foi tomada porque o contramestre dos corneteiros do BI 17, fugindo da frente apavorado com as explosões, chegou junto do comandante da 3ª companhia capitão David Magno pelas 9 horas e 30 minutos³⁹⁷ gritando que os alemães estavam nas Linhas e que o seu comandante fora preso. David Magno, considerando o contramestre como desertor a espalhar notícias alarmantes e provocando o pânico entre os seus homens, repreendeu-o e enviou-o ao comando do seu batalhão³⁹⁸. A acreditar nestas declarações e nas do major Vieira de Carvalho, pode concluir-se que foi naquela hora e não “pelas sete horas e um quarto pouco mais ou menos” que o major Pissarra, juntamente com o seu interino capitão Bento Roma, saíram das caves da Senechal e se foram apercebendo, não totalmente convictos, de que afinal a situação não teria a “gentileza” que imaginavam.

Perante a situação catastrófica em que se encontrava toda a divisão e as informações dos fugitivos vindos da frente, dizendo que os boches tinham prendido o comando e todo o batalhão de apoio infantaria 4 e que grande parte das baterias já estava fora de combate, os comandantes do BI 13 mantinham ainda algum cepticismo em relação ao que estava a contecer a toda a divisão: “olhámo-nos sem saber se devíamos acreditar”³⁹⁹. Quando se aperceberam da realidade, era demasiado tarde.

Desde o início do bombardeamento até à tomada das 1ªs linhas o BI 13 manteve-se completamente imobilizado, à espera de ordens da brigada e da rendição pelos ingleses. O 2º comandante interino, capitão Roma, apresentou quatro argumentos para justificar o atraso da actuação da sua unidade: primeiro, porque o batalhão se encontrava entregue a si próprio, sem qualquer contacto com o comando da brigada; em segundo lugar, o facto de não lhe ter sido

³⁹⁵ Mota e Costa, 1959: 282, Relatório de Pissarra.

³⁹⁶ Mota e Costa, 1959: 302-303, Relatório Bento Roma.

³⁹⁷ Mota e Costa, 1959: 282. Pissarra diz que eram 7h 15m e Roma 8 horas: 304.

³⁹⁸ Magno, 1967: 59-60.

³⁹⁹ Mota e Costa, 1959: 304, Relatório de Bento Roma.

dado o Plano de Defesa, acusando deste erro o major Passos e Sousa; o terceiro argumento de Bento Roma era de que não conheciam o terreno e, finalmente, porque ao comando do 13 não fora transmitida qualquer ordem superior⁴⁰⁰. Estas afirmações do capitão Roma contradizem as do seu comandante. Em relação ao desconhecimento do terreno, o major Pissarra afirmou claramente que no dia 7 de Abril a maioria dos oficiais e as praças que foram com as ordenanças executaram o reconhecimento das estradas e caminhos de emergência até ao batalhão de apoio infantaria 4, tendo aí conferenciado com o seu comandante na presença dos oficiais do 13 e do 4, onde “trocámos impressões acerca dos serviços de que estávamos incumbidos e tendentes ao aperfeiçoamento e estudo do sector e respectiva defesa”⁴⁰¹. E ainda a propósito do reconhecimento da zona, o comandante Pissarra relata que “no dia 8 de Abril procedeu-se ao estudo e reconhecimento das estradas e caminhos de emergência para o subsector, acompanhado do capitão Roma, 2º comandante interino do batalhão, comandantes de companhia e também oficiais do BI 17”⁴⁰². Nesse mesmo dia, o comandante do batalhão afirmou que antes de partirem para as linhas estiveram a estudar na carta, no abrigo do comando, *tudo*⁴⁰³ quanto podia interessar à missão que se ia desempenhar⁴⁰⁴. Quanto à inexistência do Plano de Defesa seria óbvio que, em plena frente de combate, um comandante de batalhão não tratasse de tudo quanto poderia interessar à missão sem o Plano de Defesa. E para que não houvesse dúvida sobre o conhecimento do referido Plano, o comandante Pissarra explicou ainda que, no dia em que por sua iniciativa foi fazer o reconhecimento das linhas, acompanhado do alferes sapador Ribeiro da Silva, encontrou em Les Facons o tenente-coronel Queimadas, comandante interino da 2ª brigada, que a 5ª rendeu, e que durante mais de duas horas, “com a melhor boa vontade” prestou todos os esclarecimentos através do estudo da carta, acerca da defesa do subsector⁴⁰⁵. Aliás, como se referiu anteriormente, os Planos de Defesa transitavam de divisão para divisão, para as brigadas e para os batalhões, com os respectivos ajustamentos. Exigiam, todavia, uma análise contínua das respectivas alterações e adaptações aos vários subsectores, no caso de não haver oportunidade em vésperas de uma rendição. Bento Roma culpava no seu relatório Passos e Sousa de não ter entregado o Plano de Defesa ao seu batalhão no referido encontro no dia 8 de Abril. Esta acusação não terá grande fundamento, uma vez que a transmissão ou alterações destes Planos eram da

⁴⁰⁰ Mota e Costa Roma, 1959: 304, Relatório de Bento Roma.

⁴⁰¹ Mota e Costa, 1959: 277, Relatório de Pissarra.

⁴⁰² Costa, 1959: 277; Relatório de Pissarra.

⁴⁰³ O *itálico* é do autor deste estudo.

⁴⁰⁴ Mota e Costa, 1959: 277, Relatório de Pissarra.

⁴⁰⁵ Mota e Costa, 1959: 286, Relatório de Pissarra.

competência dos comandantes das brigadas que os deveriam transmitir aos batalhões⁴⁰⁶. Referindo-se ao aludido encontro, o próprio comandante de batalhão relata apenas que “na ocasião em que estávamos procedendo a este estudo (estudar a carta) chegou o snr. Major do E.M. Passos e Sousa, chefe interino do Estado-Maior da 2ª Divisão, com o qual trocámos impressões acerca da nossa missão”⁴⁰⁷. Não existe no relatório do comandante do batalhão qualquer referência ao hipotético Plano de Defesa da responsabilidade do major Passos e Sousa, de que fala o capitão Bento Roma. Também o pretexto apresentado pelo 2º comandante interino no seu relatório de que não receberam qualquer ordem para sair para as trincheiras carece de fundamento e é contestado por Gomes da Costa, que afirma: “tanto o 17 como o 13 estavam de sobra prevenidos dum ataque provável do inimigo, o que exigia que todos conhecessem bem as posições a ocupar segundo as prescrições do Plano de Defesa”⁴⁰⁸. Na circunstância de as comunicações serem de todo impossíveis da parte dos comandos em virtude de uma forte ofensiva, como efectivamente se verificou, os batalhões deveriam sair para as linhas combater o inimigo no terreno que tinham reconhecido. Assim procederam os comandantes do batalhão de infantaria 23, desde as 4h15m até às 10h00 do dia 9 de Abril. Todos os batalhões ficaram entregues à sua sorte após o corte das comunicações. Esse era um dos principais objectivos do inimigo: isolar os comandos, no sentido de lhes bloquear a manobra. Os batalhões apenas deveriam executar o que estava determinado.

Perante o aumento progressivo da intensidade do bombardeamento e dos gritos de pânico do contramestre dos corneteiros, a decisão tardia e precipitada dos comandantes do BI 13 complicou ainda mais a situação das companhias. Ignorando como o ataque estava a decorrer, os comandantes do BI 13 resolveram então enviar ordens às companhias para saírem dos aquartelamentos, municiadas apenas com as dotações individuais com que eram guarnecidas diariamente, gerando maior confusão entre as tropas. O trem regimental e de combate encontrava-se em Paradis-Epinette, a uma distância de 6 a 7 quilómetros à retaguarda, provocando assim uma grave carência de munições. As companhias não conheciam o terreno para onde eram enviadas, já que o único e fraco reconhecimento que puderam levar a cabo fora no dia 8, nos caminhos e estradas em direcção aos batalhões 4 e 17. Era na direcção desses batalhões que a manobra deveria efectuar-se e não para a zona de La Couture. Deste modo, era previsível que ao primeiro percalço as tropas se dispersassem sem destino, à procura de abrigo.

⁴⁰⁶ Costa, 1920: 85.

⁴⁰⁷ Mota e Costa, 1959: 277-278, Relatório de Pissarra.

⁴⁰⁸ Costa. 1920: 201.

Os poucos soldados da 1ª e 2ª companhias receberam ordens para marchar para a frente da Senechal. À 4ª companhia foi ordenada ficar em reserva do batalhão à retaguarda de La Couture contrariando o Plano de Defesa, já que a situação de reserva pertencia à 3ª companhia. Aliás, sobre a 4ª companhia ter ficado em La Couture Gomes da Costa declarou, numa nota de rodapé da obra que se tem vindo a citar, que aquela ordem do comandante do batalhão terá sido errónea, já que La Couture era um posto da Linha de Corpo e a obrigação do batalhão 13, tal como do 15, era a de guarnecer ou ocupar a Village Line⁴⁰⁹. Ainda acerca da 4ª companhia, o incidente ocorrido entre o 2º comandante interino e o capitão Maçãs Fernandes é significativo do ambiente que envolvia as relações entre os oficiais do BI 13. Quando o capitão Roma deu ordem àquela companhia para avançar, apesar de ter a mesma dotação individual das restantes, o seu comandante capitão Maçãs Fernandes recusou, declarando “peremptoriamente que não possuía munições para cumprir a ordem”⁴¹⁰.

A 2ª companhia comandada pelo tenente Alcídio Lopes de Almeida foi a primeira a sair. Seguiu-se-lhe a 1ª tendo à frente o tenente João Augusto Gonçalves, mas não estando presente mais nenhum oficial os pelotões tiveram de ser comandados por 2ºs sargentos, um dos quais o amanuense Manuel Cacheira, que se ofereceu. Os oficiais desta companhia, comandada anteriormente pelo capitão Roma, andavam pelas caves à procura das praças que tinham dispersado com o bombardeamento, e por lá se mantiveram. A companhia da formação, uma espécie de 5ª companhia também dispersa, refugiara-se no reduto com as praças misturadas e confundidas com as da 3ª e de outras companhias.

As ordens emanadas do comando para que as suas companhias saíssem para a frente, quando já as primeiras linhas estavam nas mãos do inimigo e o bombardeamento se tornava cada vez mais violento geraram um caos enorme entre os militares, contrariando o que é afirmado pelo comandante Pissarra no relatório: “os soldados iam tão animados para as trincheiras efectuando uma marcha de guerra, como iam para uma marcha itinerária (sic) de instrução”⁴¹¹. A essa hora já a desordem se estendera a todos os batalhões, companhias, pelotões e grupos de artilharia. Porém, um ano depois da batalha não faltou ao comandante Gustavo Pissarra um

⁴⁰⁹ Costa, 1920: 189

⁴¹⁰ Magno, 1923: 13, Relatório Adicional. Esta insubordinação não foi alvo de qualquer sanção por parte de Bento Roma. Pelo contrário, foi-lhe proposta a atribuição da Cruz de Guerra de 2ª Classe, apesar de nunca ter combatido e de se ter rendido logo que os alemães chegaram à retaguarda de La Couture, deixando a companhia à deriva. (Este oficial, muito sabedor e muito correcto, como afirma Pissarra, (Pissarra, Relatório: 293), passava a maior parte do seu tempo a dar informações a um agente inglês, uma vez que “falava correcta e fluentemente” a língua inglesa. O capitão Roma quando regressou do cativeiro desculpou-se por não o ter chamado a capítulo com o argumento de que a 4ª companhia tinha prestado grande serviço entre artilharias).

⁴¹¹ Mota e Costa, 1959: 290, Relatório de Pissarra.

pouco de veia poética à maneira camoniana para exaltar o suposto ânimo dos seus homens ao encontro do inimigo: “Feliz pois o dirigente que tais dirigidos tem”⁴¹².

As companhias tentaram, de facto, seguir para a frente com as praças que conseguiram congregar, já que muitas delas tinham dispersado e fugido do bombardeamento para os abrigos. Foram enviadas, contudo, para o local errado: La Couture. O BI 13 deveria guarnecer a Village Line em apoio ao BI 17 na frente inimiga, e não marchar para La Couture, a Norte. Durante o violento fogo de barragem sobre a Senechal Farm, as primeiras praças a desagregar-se pertenciam a dois pelotões da 1ª companhia, comandados pelos sargentos Manuel Augusto de Carvalho e Manuel Martins. Desconhecendo o paradeiro dos seus oficiais, refugiaram-se no reduto. Outro pelotão, que dispersara para a retaguarda sob comando do tenente João Augusto Gonçalves e dos subalternos alferes milicianos João Augusto Sá Vieira e Armando Armindo Marques foi parar às trincheiras do reduto da igreja. Os comandantes mantiveram-se separados dos seus homens na cave do boleto até receberem ordem para se dirigirem para o reduto⁴¹³. Presumivelmente no sentido de suavizar um pouco o grande fracasso da companhia e do seu 2º comandante no cumprimento total da missão, o major Pissarra não se esqueceu de referir no seu relatório que todos os seus elementos “em geral se conduziram bem batendo-se até ao último momento”⁴¹⁴. Os que não conseguiram dispersar para a base foram aprisionados pelas 12h00 do dia 10 de Abril quando os seus comandantes, abrigados no reduto de La Couture, se renderam ao inimigo sem qualquer resistência.

Pelos relatórios do comandante Pissarra e do 2º comandante interino Bento Roma pouco ou nada se pode inferir acerca do que se passou em concreto naquelas horas de violenta barragem de fogo sobre o batalhão de infantaria 13 e, particularmente, sobre a 3ª companhia. Numa análise crítica e detalhada desses dois documentos encontram-se algumas generalidades, a descrição de factos anteriores à batalha e muito pouco sobre o acontecimento. O relatório mais circunstanciado é o do capitão David Magno e só ele e os que o acompanharam saberiam o que, na realidade, se passara nos dias 9, 10 e 11 fora de La Couture. Tudo o resto, como se verificará, limitava-se a meras conjecturas, insinuações e meias verdades que fizeram a história e a memória da batalha. Voltemos então ao relatório de Gustavo Pissarra.

Após algumas considerações iniciais, o comandante do batalhão 13 começou por fazer a apologia da acção dos alemães, caracterizando-a como “uma enorme ofensiva previamente estudada e com objectivos bem definidos” contrastando-a com a dos portugueses, “onde

⁴¹² Mota e Costa, 1959: 290, Relatório Pissarra.

⁴¹³ Magno, 1967: 87.

⁴¹⁴ Mota e Costa, 1959: 284, Relatório de Pissarra.

sofremos muitas baixas quer por morte, quer por ferimentos quer por prisioneiros”⁴¹⁵. E prosseguindo os elogios ao comando inimigo é categórico: “A ofensiva foi muito violenta e a meu ver, muito estudada de antemão porque operações daquela natureza não se concebem num momento e nem se executam sem se atender a todas as circunstâncias que possam conduzir a um bom êxito”⁴¹⁶. Parece, contudo, exagerada a afirmação do major Gustavo Pissarra de que, apesar de tudo, se os alemães não conseguiram apoderar-se do grande centro metalúrgico de França em Béthune foi graças (implicitamente) à grande resistência dos portugueses porque vira, quando atravessou as linhas como prisioneiro, as perdas infligidas aos alemães⁴¹⁷.

Continuando a leitura do mesmo relatório, o comandante vai referindo que, com o aparecimento do contramestre de corneteiros do batalhão 17, resolveu enviar para a frente as suas companhias aproveitando para tecer rasgados elogios aos tenentes médicos António Anastácio Gonçalves e Manuel Neto Cabral, que cinco meses antes, em Cambrin, se tinham portado com grande valentia, particularmente o médico Anastácio Gonçalves, que reunia às qualidades de assiduidade e zelo inexcedíveis as de coragem, abnegação e espírito de sacrifício⁴¹⁸. A verdade é que no dia 9 de Abril o batalhão 13 ficara sem assistência médica, porque os referidos oficiais tiveram o cuidado de se deslocar para a base quando se aperceberam da violência da ofensiva.

E na senda dos louvores, o comandante do BI 13 menciona o tenente-ajudante António Manuel da Mota e Costa como “oficial muito inteligente, trabalhador e honesto que sendo um óptimo auxiliar transmitia ordens com toda a serenidade e sangue frio debaixo de intensos bombardeamentos”⁴¹⁹. Omitiu, porém, que este oficial fazia parte do estado-maior do comando do batalhão 13, nunca estivera na linha da frente nem comandara tropas e, em 9 de Abril, já não se encontrava no batalhão por ter sido requisitado para os Açores pelo seu tio, general Simas Machado. Não faltaram os elogios ao comandante da 1ª companhia João Augusto Gonçalves que, segundo Pissarra, marchou com coragem e brio a ocupar a posição que lhe foi determinada e todos os seus se conduziram bem, batendo-se até ao último momento⁴²⁰. Porém, o major Vasco de Carvalho contrapõe afirmando que “a 1ª companhia tinha destacado dois pelotões para a frente, logo atrás da 2ª companhia, mas não tendo ido

⁴¹⁵ Mota e Costa, 1959: 281, Relatório de Pissarra.

⁴¹⁶ Idem.

⁴¹⁷ Idem.

⁴¹⁸ Mota e Costa, 1959: 283, Relatório de Pissarra.

⁴¹⁹ Mota e Csta, 1959: 284, Relatório de Pissarra.

⁴²⁰ Mota e Costa, 1959: 284, relatório de Pissarra.

com comando suficiente as tropas dispersaram pouco depois para a retaguarda; poucos acompanharam o sargento Cacheira na resolução de se juntar à 2ª companhia”⁴²¹. Viria a refugiar-se no reduto juntamente com os comandantes do batalhão. Mais polémica terá sido a referência ao alferes miliciano José Francisco Gonçalves Sevivas. Numa das visitas ao batalhão, o coronel Diocleciano Martins perguntou pelo oficial de granadeiros, provavelmente para saber do municiação do batalhão. O major Pissarra respondeu de imediato que esse oficial, tenente Alfredo Ferreira Esteves, se encontrava de licença de campanha e que estava a ser substituído interinamente pelo alferes Sevivas. Pretendendo o comandante da 5ª brigada saber, através deste alferes, a situação do municiação do batalhão e do reabastecimento das linhas, diz o major Pissarra que o “alferes Sevivas fez-lhe uma exposição completa e mesmo única acerca de tal assunto, a ponto do sr. coronel Martins dizer: Sim senhor, é a melhor que tenho visto”⁴²². Constando esta narrativa no seu relatório, não se entende se o major Pissarra ignorava ou simplesmente se esquecera de que o alferes Sevivas tinha escapado do reduto onde se encontrava junto do capitão Roma, fugindo pra a Base do CEP na altura em que estavam a ser atacados pelos alemães escrevendo, por seu turno, no relatório que tinha visto morrer o seu comandante e o 2º comandante por carga de baioneta com o inimigo. Também é enigmática a forma como o capitão Roma descreve o desaparecimento do miliciano Sevivas: “no meio do matraquear das metralhadoras, é então que, sem saber explicar como, se desliga de mim o alferes Sevivas. Mete-se por uma trincheira de comunicação e perde-se numa volta”⁴²³. O subalterno aproveitou uma distração de Bento Roma e “cavou” para a Base. Apesar desta fuga para a retaguarda, Pissarra não esqueceu o seu conterrâneo propondo-lhe um louvor⁴²⁴. A mesma sorte coube ao tenente Alfredo Ferreira Esteves. Embora este oficial de granadeiros se encontrasse de licença de campanha no dia 9 de Abril, o seu comandante dedicou-lhe quase uma página repleta de elogios vulgares ou mesmo despropositados: “oficial muito inteligente e trabalhador (...) que contribuiu sempre com a sua acção inteligente e disciplinada para o aperfeiçoamento do batalhão”⁴²⁵. Com divagações, sem ordens e sem informações que o pusessem ao corrente da situação, o que se infere do decorrer do relatório do comandante Pissarra não é mais do que uma vaga esperança que chegassem reforços ou a rendição⁴²⁶.

⁴²¹ 421 Carvalho, 1924: 364.

⁴²² Mota e Costa, 1959: 287, Relatório de Pissarra.

⁴²³ Mota e Costa, 1959: 311, Relatório de Bento Roma.

⁴²⁴ Mota e Costa, 1959: 294 e 295, Relatório de Pissarra.

⁴²⁵ Mota e Costa, 1959, 288 Relatório Pissarra.

⁴²⁶ Mota e Costa, 1959: Relatório de Pissarra.

No relatório do comandante do 13 e particularmente no do 2º comandante interino, além de referências periféricas à realidade dos dias 9, 10 e 11 de Abril em La Lys, duas situações se tornam claramente evidentes: os louvores aos oficiais, mesmo àqueles que nesses dias se encontravam de licença de campanha, e a tentativa velada ou mesmo directa de desacreditar camaradas que pudessem pôr em causa a disputa pelas medalhas. São exemplos flagrantes desta atitude os ataques dissimulados aos oficiais do estado-maior da brigada, particularmente ao tenente-coronel Craveiro Lopes, capitães Cansado e Teixeira, tenente Delduque e directamente ao capitão David Magno embora, como afirma o general Simas Machado, com uma “narrativa difusa e abundantes incongruências”⁴²⁷. A clivagem entre oficiais do mesmo batalhão e oficiais da própria brigada é apenas o exemplo de uma parte do todo que se verificava no CEP.

Referindo-se à 3ª companhia e ao capitão David Magno, o major Pissarra apenas refere o seguinte:

Que era composta por heróicos e valentes transmontanos, dos transmontanos a quem os campos de La Couture haviam de servir de sepultura ou quartel, *mas por razões de ordem superior*,⁴²⁸ cheguei à conclusão que o seu comandante os não acompanhara até ao fim, marchando com um punhado deles para a retaguarda, sem receber ordem que lho determinasse, embora ele tente justificar o seu procedimento, com a atitude que tomou indo combater junto dos nossos aliados ingleses⁴²⁹.

Não havendo outros esclarecimentos neste relatório acerca do referido capitão, ignora-se o que o comandante do batalhão pretendia significar com a enigmática expressão “por razões de ordem superior”. Não deixa de ser curioso o contraste das recompensas aos comandantes de companhia propostas pelo comandante Pissarra: para o capitão Bento Roma a Cruz de Guerra de 1ª Classe, classificando-o como “óptimo oficial em toda a extensão da palavra”⁴³⁰. Assim não entenderam os comandos do CEP e da divisão como também a Comissão de recompensas, atribuindo ao capitão Roma apenas a Cruz de Guerra de 2ª Classe, tal como aconteceu a todos os comandantes de companhia. Sobre a condecoração atribuída ou a atribuir a David Magno, o seu comandante limitou-se a escrever no relatório as seguintes palavras: “faço-lhe as minhas referências pouco lisonjeiras (sic), pois o seu procedimento e ainda mais

⁴²⁷ Mota e Costa, 1959: 286 e 284, 285, 286 e 293, Relatório de Pissarra.

⁴²⁸ O itálico é do autor do estudo.

⁴²⁹ Mota e Costa, 1959: 285, Relatório de Pissarra.

⁴³⁰ Mota e Costa, 1959: 292, Relatório de Pissarra.

a forma de o pretender justificar, assim me determinam”⁴³¹. Porém, mais incisivas e controversas foram as insinuações dirigidas pelo capitão Roma aos seus camaradas, reveladoras de tudo o que se tem vindo a demonstrar: as relações entre os oficiais do CEP tinham atingido claramente a ruptura. O caso de David Magno é apenas um exemplo, senão paradigmático, das divisões na instituição militar levadas às últimas consequências. Foi nesse sentido que se decidiu estudá-lo em detalhe num esforço quanto possível de objectividade e imparcialidade, de acordo com a metodologia que nos propusemos seguir.

Apesar de ser uma narrativa “difusa e mal ordenada”, tal como Simas Machado caracterizava o relatório do capitão Bento Roma, são evidentes as denúncias e acusações a alguns oficiais, pouco harmoniosas com a ética e a nobreza militares. Registe-se o reparo feito ao comandante do batalhão de infantaria 24 acusando-o de, na noite de 5 para 6 de Abril, não ter desalojado as suas companhias para que as do seu batalhão encontrassem os alojamentos vazios quando chegassem. Roma considerou ainda mais grave ter encontrado o comandante do batalhão 24 “que dormia a sono solto e ficando muito admirado de o ver aparecer àquela hora”⁴³². Igual imputação é dirigida ao major Passos e Sousa, culpando-o de não ter entregado o plano de defesa para justificar o adiamento e a falta de decisão do comando do 13 na manobra do batalhão para cumprir o que estava determinado. No mesmo sentido e com o mesmo objectivo se infere a insinuação alusiva ao comando da brigada, ao referir que “o batalhão encontrava-se entregue a si próprio (...) e a brigada era como se não existisse”⁴³³.

Todavia, o principal alvo de ataque dos dois comandantes do 13 incidiu substancialmente sobre o comandante da 3ª companhia. A leitura e análise dos seus relatórios, bem como o contraditório do capitão Magno, não deixam qualquer dúvida. Se pelo lado do major Pissarra o reparo foi um pouco mais brando, as censuras e acusações demolidoras do capitão Bento Roma à acção e ao carácter daquele oficial, a que nos referiremos em contexto posterior, são reveladoras do mal-estar latente entre os oficiais do BI 13.

Numa conjuntura de guerra e perante um inimigo poderoso e bem organizado, com tácticas e armas modernas até então nunca utilizadas esparava-se da força portuguesa, particularmente dos comandos, uma concertação e camaradagem entre todos os oficiais no sentido de se evitar o maior número de perdas humanas e materiais. Não era o que se verificava.

⁴³¹ Mota e Costa, 1959: 293, Relatório e Pissarra. David Magno já tinha sido condecorado durante a guerra com a Cruz de Guerra de 2ª Classe.

⁴³² Mota e Costa, 1959: 297, Relatório de Bento Roma.

⁴³³ Mota e Costa, 1959: 304, Relatório de Bento Roma.

A posição da 3ª companhia aquartelada na Ferme Bourel tornara-se muito complexa. Desde as 4 horas e 15 minutos do dia 9 de Abril que as primeiras linhas continuavam a ser bombardeadas e as companhias do batalhão imobilizadas. Pelas 9h30 também a Ferme Bourel começou a ser fortemente bombardeada pela barragem de fogo da artilharia pesada inimiga, flagelando severamente as caves onde se encontrava a maior parte das praças. Iniciou-se o desbaratamento da companhia com muitos soldados feridos; outros, em pânico, dispersaram pelos campos à procura de abrigos, sendo impossível sustê-los já que, segundo afirma o capitão David Magno, “as praças não se encontravam acorrentadas e a *ferme* tinha portas para outros lados”⁴³⁴. Semelhante atitude era, aliás, comum em todas as companhias: sempre que havia um bombardeamento as praças, com receio de ficarem debaixo dos escombros, saíam à procura de locais mais seguros e mais afastados. Cerca de dois terços dos soldados da 3ª companhia desapareceram e de nada valeram ao seu comandante as ordens dadas aos 2ºs sargentos milicianos, arvorados em alferes comandantes⁴³⁵ no sentido de procurar e reunir os fugitivos. Alguns dos sargentos e soldados foram encontrados mais tarde em vários pontos da aldeia de La Couture, onde se misturaram com as outras companhias, ficando o comandante sem graduados. No sentido de evitar a dispersão das tropas que ainda restavam, Magno abrigou-as na cave ficando ele próprio de sentinela, aguardando um possível regresso⁴³⁶. Terá sido nestas circunstâncias e por volta dessa hora, com a companhia reduzida e quando a Ferme Bourel estava a ser severamente flagelada pela artilharia inimiga que o capitão Magno recebeu ordem do comandante do batalhão major Pissarra para se “APRESENTAR (*sic*) imediatamente no comando com a companhia. Após devolver o documento com a respectiva rubrica e o habitual “Ciente”, a ordem foi posta em execução de imediato, dirigindo-se para a Senechal Farm⁴³⁷. Cerca de mil metros separavam a Ferme Bourel, onde a 3ª companhia se encontrava afastada e isolada do comando, e a Senechal. Já próximo desta localidade, com as tropas reduzidas praticamente a um pelotão e sob um bombardeamento intenso, surgiu no caminho o alferes Manuel Martins, ajudante interino do batalhão destacado no reduto, transmitindo ao capitão Magno uma contraordem do comando para rodar para as trincheiras da igreja, a fim de evitar o choque com o inimigo que já se encontrava próximo. Sendo o caminho desconhecido do comandante da 3ª companhia, o ajudante do batalhão acompanhou-o até às referidas trincheiras. Pelas 10h00, a 3ª companhia estabelecia-se nas trincheiras à

⁴³⁴ Magno, 1923: 5, Relatório Adicional à Monografia do RI 13.

⁴³⁵ Magno, 1921: 141 e Carvalho, 1924: 362.

⁴³⁶ Carvalho, 1924 362.

⁴³⁷ Magno, 1923: 5, Relatório Adicional.

frente do reduto da igreja, em La Couture, encontrando-se reduzida a um pelotão de menos sessenta homens e dois oficiais: o comandante capitão David Magno e o subalterno alferes Graça⁴³⁸. Nessa mesma altura e perante a insistência do bombardeamento da artilharia alemã o comandante do batalhão, sem comunicar às companhias e sob o pretexto de não ter recebido ordens do comando da brigada, abandonou a cave da Senechal e foi refugiar-se à retaguarda no reduto da igreja junto dos ingleses, juntamente com os oficiais do seu estado-maior e os restos da 1ª companhia que dispersara, contrariando assim o plano de defesa que era de avançar para a Linha Intermédia, como estava “determinado”⁴³⁹. Era manifesto da parte dos comandos do batalhão que, nessa hora, já se tratava apenas de abandonar os alojamentos e proteger a frente de comando e não de marchar ao encontro do inimigo. Se os comandantes tivessem a intenção de enfrentar os alemães, a Senechal seria o ponto mais indicado na ordem para a frente, porque o terreno era descoberto e apropriado para nele se desenvolver a manobra de um batalhão. Nem a linha B viria a ser o ponto fundamental da defesa do sector nem a divisão haveria de aí morrer, como fora determinado pelo general Haking. Mas no seu relatório, o capitão Roma construiu uma narrativa diferente sobre a acção heróica do seu batalhão, plagiando o hino do regimento de infantaria 13 de Vila Real: “Palpita um peito d’ aço em cada farda, do 13 nem um passo à retaguarda”⁴⁴⁰.

Cerca de quarenta minutos mais tarde, pelas 10h40 e após o que restava da 3ª companhia ter executado a contraordem de Gustavo Pissarra para se instalar à frente do reduto da igreja o capitão Bento Roma, ao dirigir-se para o Bloch-house sob o pretexto de ir procurar munições junto dos ingleses, deparou-se com o capitão Magno, descrevendo o encontro no seu relatório nos seguintes termos:

Encontrei então ali próximo e com espanto meu, o comandante da 3ª companhia capitão Magno. Tinha abandonado o seu alojamento sem nada ter comunicado ao comando. Dei-lhe ordem para avançar para as trincheiras 6 que lhe mostrei na carta que trazia. Começou com evasivas, tendo eu de repetir-lhe várias vezes a ordem em termos enérgicos e por certo nada diplomáticos. Como não podia perder tempo, deixei-o e dirigi-me para o comando inglês. Estava presente o subalterno da companhia, Alferes Graça, que tudo ouviu e que avançou com a sua fracção para onde eu havia indicado. Este oficial foi feito prisioneiro, e no cativeiro, disse ao Ex.mo major comandante do

⁴³⁸ Magno, 1923: 6, Relatório Adicional e Carvalho, 1924: 363.

⁴³⁹ Magno, 1923: 6, 7, Relatório Adicional e Carvalho, 1924: 363). Como reserva do sector de Ferme du Bois, o BI 13 nada tinha a ver com o posto de La Couture.

⁴⁴⁰ Mota e Costa, 1959: 323, Relatório de Bento Roma.

batalhão que o seu comandante de companhia lhe havia dito: “Vá snr. Graça, vá indo que eu já lá vou”⁴⁴¹.

Foi com base neste encontro que se desencadeou todo o processo de insinuações e acusações de Roma ao seu camarada David Magno. As afirmações foram contraditadas pelo capitão David Magno no seu relatório adicional e confirmadas pelo major Vasco de Carvalho (1924). Segundo estes oficiais, o comandante da 3ª companhia não abandonara o seu alojamento por livre arbítrio, como pretendeu fazer passar o capitão Roma, mas porque lhe fora ordenado pelo seu comandante, facto que a ser considerado verdadeiro ilustra claramente a existência de uma acentuada descoordenação entre o comandante e o 2º comandante do batalhão.

Quanto à saída para ocupação das trincheiras e aos “termos enérgicos e nada diplomáticos” que o capitão Roma diz ter sido obrigado a usar várias vezes, Magno contestou aquela versão ao afirmar que o 2º comandante interino se aproximou e, de carta na mão sem invocar o nome do major Pissarra, deu-lhe uma contraordem dizendo: “A 3ª companhia vai deslocar-se para outras trincheiras, de reserva”⁴⁴². Perante a indefinição e ambiguidade de tal determinação, com um mapa sem coordenadas nem pormenores das supostas trincheiras de reserva e num terreno que não fora sequer reconhecido David Magno, no sentido de melhor poder cumprir a ordem, terá solicitado ao seu superior os esclarecimentos mínimos necessários, perguntando “em que direcção e a que distância” se encontrariam as referidas trincheiras. Bento Roma terá respondido simplesmente: para os lados da Queen Mary’s, junto da 2ª companhia”⁴⁴³, afastando-se da formação juntamente com tenente Trancoso, a caminho do reduto. A acreditar no que consta dos relatórios, terão sido as últimas e lacónicas palavras travadas entre estes dois oficiais.

Os capitães Bento Roma e David Magno, com larga experiência de vida militar particularmente nas campanhas de Angola, tinham plena consciência dos deveres e obrigações que impunha o nº 27 do regulamento de campanha. É a este regulamento que o capitão Magno recorre para justificar os pedidos de esclarecimento ao seu superior, pressupondo a consistência das suas afirmações que “quando a missão tenha sido dada com falta de nitidez ou precisão, todo o comando subordinado tem o dever de pedir que ela seja claramente definida”⁴⁴⁴.

⁴⁴¹ Mota e Costa, 1959: 306, Relatório de Bento Roma.

⁴⁴² Magno, 1923: 10, Relatório Adicional.

⁴⁴³ Magno, 1967: 88.

⁴⁴⁴ Magno, 1967: 88.

É também questionável o que Bento Roma afirma sobre a acção do alferes Graça. A versão de David Magno não se enquadra, de modo algum, com o exposto pelo 2º comandante. Magno conhecia apenas os caminhos para as linhas de que fizera reconhecimento, como todas as tropas da sua companhia, desconhecendo completamente o reduto, o Black-house e a topografia da aldeia. Mas perante a ordem do seu 2º comandante, tão supostamente lacónica e a imprecisão da resposta, Magno ordenou ao subalterno e seu imediato alferes Graça que saísse pela frente da trincheira, levando as praças que conseguisse juntar. Ele iria por outro lado, agregaria as praças que encontrasse e reunir-se-ia junto à 2ª companhia, “para os lados da Queen Mary’s Road”. Magno, tomando a direcção por onde acabara de sair o capitão Roma supondo que este oficial se dirigia para as linhas onde presumivelmente deveriam estar algumas tropas do 13 e o tenente Alcídio, seguiu os seus passos em sentido oposto, não para a frente (Queen Mary’s Road) mas para a retaguarda (Church’s Road)⁴⁴⁵. Este relato do capitão Magno sobre a saída dos oficiais para as hipotéticas trincheiras com as praças disponíveis encontra-se em sintonia com a descrição do major Vieira de Carvalho, ao afirmar:

Estas ordens e contraordens (do capitão Bento Roma) acabaram por desorganizar a pobre 3ª companhia, que já tinha sido tão castigada pelo bombardeamento. (...) Obedecendo à ordem de Bento Roma, o capitão Magno mandou sair o alferes Graça com as praças que pudesse levar por um lado enquanto ele, atravessando o block-house iria por outro lado para congregar o maior número possível, devendo encontrar-se depois nas trincheiras junto ao tenente Alcídio⁴⁴⁶.

Os “termos enérgicos e nada diplomáticos” que o capitão Roma teria utilizado para com o capitão Magno parecem não reunir qualquer consenso. Na sua narrativa, Vasco de Carvalho refere que, já depois do capitão Magno ter saído para executar a ordem do 2º comandante, o alferes Graça começou a reunir os soldados que ali havia, mas que “se encontrava a braços com a difícil tarefa de fazer sair para fora das trincheiras os soldados dispersos da mesma companhia”⁴⁴⁷. Foi nesta circunstância de grande dificuldade para o alferes Graça em fazer cumprir a ordem às suas tropas que o capitão Bento Roma, de regresso do comando do 15, “reiterou a Graça a sua ordem de despejo”⁴⁴⁸ apesar da profusa explosão de granadas inimigas e do denso nevoeiro. Na mesma sintonia estão as palavras do capitão Magno, ao referir que o 2º comandante interino “no regresso do Chateau, onde fora tratar de um possível remuniciamento, reiterou ao alferes Graça a ordem dada pouco antes ao comandante da sua companhia e, pela demora posta na execução, invectivou estes elementos da 3ª companhia,

⁴⁴⁵ Magno, 1923: 11, Relatório Adicional, Mapa 7.

⁴⁴⁶ Carvalho, 1924: 365.

⁴⁴⁷ Carvalho, 366.

⁴⁴⁸ Carvalho, 1924: 367

comandados pelo aludido subalterno - diz-se - *em termos enérgicos e por certo nada diplomáticos*⁴⁴⁹. Também o tenente Trancoso, que na altura se encontrava junto do capitão Magno no reduto, negou ter ouvido tais palavras do capitão Roma dirigidas ao comandante da 3ª companhia. O próprio conselho de guerra que julgou o capitão Magno em 1923, classificando as acções de todos os elementos do batalhão “elucidou também que o capitão da 1ª, 2º comandante interino, no seu relatório secreto, desviou capciosamente a seta eivada dos *termos enérgicos e por certo modo nada diplomáticos*... dirigida aos elementos da 3ª, do alferes Graça, para as costas do capitão Magno”⁴⁵⁰. As contradições e incoerências verificadas nos relatórios dos oficiais Roma, Pissarra, Magno, Graça, Vasco de Carvalho, Gomes da Costa, Vitorino Godinho, Tamagnini e outros permitem deduzir o estado de ruptura irreparável a que as tropas do CEP tinham chegado. As narrativas dos oficiais do 13 ilustram cabalmente a situação.

O caso do alferes Almeida Graça não ficaria por aqui. Este oficial, no seu relatório datado de 10 de Janeiro de 1919 em Cherbourg, França, referiu ter conseguido reunir e levar para o local indicado “todas as praças que se encontravam nas trincheiras”⁴⁵¹. Bento Roma não só reforçou o que disse Graça como foi muito mais além, acrescentando que “os 2º e 3º pelotões da 3ª companhia, comandados pelo alferes Graça e 2º sargento Almeida, para lá foram também”⁴⁵². O subalterno do capitão Magno retribuiu ao 2º comandante interino aquela gentileza com um enorme elogio: “este snr. cap. Roma, oficial destemido dotado de rara coragem dando sempre o exemplo de desprezo pelo perigo incitava as praças a avançarem”⁴⁵³. Também o texto do major Vieira de Carvalho contraria a versão de Roma e de Graça, garantindo que este oficial não conseguiu levar mais do que uma dúzia de homens e dois sargentos, apesar dos termos nada diplomáticos com que este subalterno da 3ª companhia recebeu a ordem de Bento Roma⁴⁵⁴.

Quanto à actuação do 2º sargento António de Almeida, a quem o capitão Roma propôs um grande louvor por ter acompanhado o alferes Graça a caminho da “posição indicada”⁴⁵⁵ e que o alferes Graça distinguiu pelo “sangue frio e bravura de que deu prova na ocasião da marcha para a frente debaixo de toda a espécie de metralha”, parece não corresponder à verdade dos

⁴⁴⁹ Magno, 1967: 90. O itálico é do autor deste estudo.

⁴⁵⁰ Magno, Relatório Adicional: 14.

⁴⁵¹ AHM, Caixa 1212, Batalhão de Infantaria 13, Relatório Agostinho de Almeida Graça.

⁴⁵² Mota e Costa, 1959: 308, Relatório de Bento Roma.

⁴⁵³ AHM, Caixa 1212, Batalhão de Infantaria 13, Relatório de Agostinho de Almeida Graça.

⁴⁵⁴ Carvalho, 1924: 367

⁴⁵⁵ Mota e Costa, 1959: 323, Relatório de Bento Roma.

factos. Os testemunhos de Magno e dos sargentos Salgado, Alves e Teixeira afirmam que Almeida “desaparecera desde a caserna na Ferme Bourel e só se tornou a ver para se entregar sem esforço aos alemães, próximo da igreja”⁴⁵⁶. Numa declaração adicional ao seu depoimento dirigida ao Tribunal Militar de Lisboa sobre o assunto, o 2º sargento da 3ª companhia Américo Maia Monteiro dos Santos reforçou a mesma ideia, atestando pela sua honra “ter visto o 2º sargento António de Almeida junto de mim em La Couture, tendo ainda conhecimento que pouco depois foi feito prisioneiro dos alemães. Não o vi avançar, nem comandar sector algum, porque tal era impossível, em virtude de as companhias manobram isoladas”⁴⁵⁷. A verdade é que o conteúdo do relatório deste 2º sargento Almeida com o apoio do alferes Graça valeram-lhe a condecoração com a Cruz de Guerra de 2ª Classe proposta por Bento Roma, com a justificação de que:

Tendo o seu comandante de companhia desaparecido, apesar disso avançou com a fracção do seu comando a ocupar a posição que havia sido indicada para a sua companhia, avanço que foi feito sob acção de violenta barragem inimiga e naquela posição se bateu com valor e brio até por completo se terem esgotado as munições, provando assim possuir qualidades de iniciativa e valor⁴⁵⁸.

Poderá igualmente ser posta em causa a credibilidade das palavras do alferes Graça acerca do 2º sargento Joaquim da Costa Pinheiro que, sob o seu comando, seguindo à retaguarda dos soldados foi atingido mortalmente por um estilhaço de granada. Este 2º sargento, segundo o relatório de David Magno, terá efectivamente sido morto por um estilhaço quando, cumprindo as suas ordens e não sob o comando de Almeida Graça, reunia algumas praças para se ir encontrar igualmente com ele nas referidas trincheiras.

De acordo com os depoimentos dos camaradas sargentos, o alferes Graça nem sequer terá chegado à frente da Senechal e todos os militares que se encontravam com ele foram feitos prisioneiros sem combate, resistência ou baixas. O mesmo acontecera com o tenente Alcídio da 2ª companhia.

Outra questão não menos controversa relaciona-se com a atitude tomada pelo alferes Graça quando chegou junto do tenente Alcídio. Não encontrando o capitão Magno nem qualquer das suas praças, ignorando em absoluto o que se teria passado com o seu comandante, autopromoveu-se a comandante da 3ª companhia, informando apenas o comando do batalhão desse facto, como o próprio afirma no seu relatório⁴⁵⁹. Num quadro mais analítico, o relatório

⁴⁵⁶ Magno, 1923: 15, Relatório Adicional.

⁴⁵⁷ Magno, 1923: 40, Relatório Adicional.

⁴⁵⁸ Biblioteca do Exército, O. E., 2ª Série nº 10, 1920, p 440.

⁴⁵⁹ AHM, Caixa 1212, Batalhão de Infantaria 13, Relatório do alferes Graça.

do alferes Almeida Graça, além de não conter uma única referência ao comandante de batalhão, pode resumir-se essencialmente a três pontos: primeiro, uma acusação ao capitão David Magno, seu comandante de companhia; segundo, uma lista de louvores ao 2º comandante interino capitão Bento Esteves Roma, que lhe valeu uma Cruz de Guerra e, finalmente, uma narrativa efabulada contra o inimigo, tendo-se rendido apenas porque se esgotaram as munições: “Se as munições não faltam, todas as praças teriam resistido com toda a valentia que as animavam, não permitindo ao inimigo o seu avanço a não ser por cima dos nossos cadáveres”⁴⁶⁰. A síndrome da “falta de munições” parece ter atingido toda a força portuguesa na Flandres.

O que se passou com o capitão David Magno na tentativa de executar a ordem ou contraordem que lhe foi dada pelo 2º comandante, e que foi objecto de várias acusações como traição, desobediência e abandono da companhia, não é muito diferente do que aconteceu com a maioria dos outros oficiais, a partir do início do bombardeamento na madrugada do dia 9 de Abril. A realidade dos factos, a partir das últimas e breves palavras com o capitão Bento Roma e da ordem dada aos seus subalternos só pode ser analisada a partir dos relatos do próprio David Magno, das praças que o acompanharam e dos camaradas ingleses que com ele lutaram nos dias 10 e 11 de Abril, nas vizinhanças de La Couture. Para além disso, quaisquer outras afirmações poderão não passar de presunções e conjecturas com base no que se ouvira dizer, contar ou no velho aforisma do “disse que disse”.

Em 1923, atendendo às acusações que o capitão Bento Roma fez ao capitão David Magno na *Monografia do Batalhão de Infantaria 13 de Vila Real* e que o Tribunal Militar considerara não terem fundamento, David Magno requereu ao ministro da Guerra a junção à referida *Monografia* de um Relatório Adicional onde eram expostos os factos ocorridos em La Couture e na batalha “a fim de que em face dos documentos se possa, de futuro, fazer justiça a todos”⁴⁶¹. Repor ou “fazer justiça a todos” não é esse o objectivo deste estudo mas procurar, tanto quanto possível, contribuir para a construção da verdade histórica tentando desconstruir mitos e fantasias de combates e de lutas corpo a corpo e à baioneta com o inimigo⁴⁶².

⁴⁶⁰ AHM, Caixa 1212, Relatório do alferes Graça.

⁴⁶¹ Magno, Relatório Adicional (1923). O requerimento foi deferido em 29 de Junho de 1923, por nota confidencial nº 269.

⁴⁶² As afirmações constantes tanto no Relatório Adicional à Monografia do 13, bem como as da sua defesa em Conselho de Guerra nunca foram postas em causa pela acusação. Todavia, foram ignoradas pela historiografia. Não será de todo errado atribuir a esse silêncio o que António Telo afirmou cem anos depois da Guerra: “O mais normal é que quem procura a verdade e a complexidade da realidade acabe silenciado e esmagado. (Telo, 2015: 262).

Volemos a La Couture. Após ter recebido a contraordem do 2º comandante impedindo a execução da ordem do major Pissarra no sentido de avançar para a Senechal, David Magno deu instruções aos seus subalternos para reunirem as tropas que se encontravam dispersas no sentido de avançar para as trincheiras a que Roma vagamente se referia, apesar dos caminhos serem completamente desconhecidos dos oficiais, sargentos e praças. No sentido de recolher o maior número de soldados, Magno ordenara então ao alferes Graça para seguir pela Queen Mary's Road enquanto ele caminharia pelo reduto por onde tinha saído o capitão Roma, supondo que este oficial se dirigia para as linhas do 13. Seguindo os passos do 2º comandante interino David Magno, ao atravessar o Black-house e procurando entrar na Queen Mary's Road, tomou a direcção errada no sentido da Church's Road, indo dar a uma trincheira de reserva próximo de Vieille Chapelle,⁴⁶³ onde permaneciam alguns homens do batalhão 14 sob o comando do capitão Oliveira, unidade que se encontrava em condições semelhantes à do 13, desorientada e desorganizada⁴⁶⁴. Quando Magno se apercebeu do erro e o tentou corrigir, as condições tinham-se modificado e a barragem de fogo do inimigo aumentara de modo brutal, situação confirmada pelo próprio capitão Roma: “As granadas choviam, choviam sem cessar e o nevoeiro era cada vez mais denso, nada se podendo ver”⁴⁶⁵. Perante a situação de grande ofensiva alemã em todo o sector português muitos oficiais por extravio, ou por necessidade de procurar refúgio, foram parar aos abrigos de La Couture. Magno reconheceu que se terá perdido, atribuindo a este desvio não só ter seguido os passos do 2º comandante, mas particularmente devido à chuva de granadas inimigas e ao denso nevoeiro que só permitia a visão de umas dezenas de metros. Surgiu-lhe então o dilema: abrigar-se nas trincheiras, retirar para a base sem combater, retroceder para o reduto sem ninguém e ficar prisioneiro, ou reunir as tropas dispersas em Vieille Chapelle e juntar-se às forças britânicas que avistara à retaguarda, posicionadas na defesa da linha do Lawe. Ao ter conhecimento por forças vindas da frente de que tudo estaria aniquilado, que o inimigo tinha inutilizado as baterias portuguesas, todas as linhas de defesa e aprisionado os comandantes de brigadas, batalhões e muitos outros oficiais e sargentos não hesitou e, abandonando a estrada que o podia levar a La Couture em relativa segurança decidiu, juntamente com as tropas que o acompanhavam e

⁴⁶³ ANEXO F, figura 2.3. mapa 6.

⁴⁶⁴ Também acerca deste oficial, o capitão Roma se equivocou ou não se informou convenientemente. No cativeiro, relata o 2º comandante, o coronel Felisberto Alves Pedrosa, disse ao comandante do batalhão 13 ter encontrado, no dia 9, antes de ser aprisionado, um capitão do 13, nutrido e louro, que marchava em sentido oposto à frente e ao qual ele diz ter dado ordem de retroceder. (Costa, 1959: 307, Relatório de Bento Roma). Era o capitão Manuel Oliveira e não o capitão Magno, como se concluiria mais tarde em Tribunal.

⁴⁶⁵ Mota e Costa, 1959: 307. Relatório de Bento Roma.

algumas praças perdidas de infantaria 15, ir reunir-se ao destacamento escocês pertencente ao 6.º batalhão dos Seafort Highlanders da 51.ª divisão, que defendia o canal do Lawe. David Magno entendeu que aquela decisão seria “o passo mais certo, mais útil e mais comprovativo do cumprimento do seu dever”⁴⁶⁶. Eram onze horas do dia 9 de Abril e Magno iria pagar caro esta decisão.

Não foi por um simples acaso que muitas unidades se desorganizaram e muitos oficiais se perderam com as suas tropas. Os extravios aconteceram principalmente com oficiais deslocados, como aconteceu com a 3ª companhia do 13 e toda a 3ª brigada de infantaria, motivados sem dúvida pela grande barragem de fogo com centenas de granadas de todos os calibres, mas também por decisões tácticas erradas e tardias, forçando as companhias a deslocar-se para terrenos não reconhecidos.

Tal como aconteceu com outros batalhões e companhias, a relação entre os oficiais de infantaria 13 testemunham e comprovam que a errada estratégia política de forçar a beligerância, sem um consenso generalizado da população e um forte apoio das forças armadas, conduziria à fractura inevitável da instituição militar. Os envolvimento entre os oficiais do 13, em particular o do 2º comandante interino e o capitão David Magno, com mútuas incriminações e deturpação de factos e faltas à verdade e à justiça constituem, sem qualquer dúvida, o exemplo paradigmático das clivagens no seio duma instituição que se orgulha de ser modelo de disciplina, ética, organização e defesa dos valores humanos e pátrios. Esta situação iria ao ponto de ruptura numa acção judicial requerida ao Conselho de Guerra pelo próprio capitão David Magno, envolvendo cerca de meia centena de militares na sua maioria oficiais, assunto que será objecto no último capítulo.

4. O cerco a La Couture; rendição sem resistência; o fim trágico militar do CEP

Como já se afirmou, as tropas da divisão portuguesa tinham como missão guarnecer a frente do sector que se estendia desde o rio Lys, a norte, ao canal Aire, a sul, e desde a frente de Fauquissart, Neuve Chapelle e Ferme du Bois a Leste até à linha do Corpo, à frente do canal do Lawe. O próprio reduto ou posto de defesa de La Couture era da responsabilidade do XI exército britânico. Esta força guarnecia os flancos direito e esquerdo do designado sector português e a retaguarda da 2ª divisão, atrás do Lawe. As forças portuguesas deveriam concentrar-se essencialmente na frente, ou seja nas primeiras linhas (A e B e eventualmente C). Foi nesse sentido que o general Haking ordenou a Gomes da Costa e aos comandantes de

⁴⁶⁶ Magno, 1923: 16, Relatório Adicional.

brigada que a 2ª divisão deveria morrer na linha B. A linha do Corpo, atrás do CEP, era da responsabilidade do comando britânico. É por isso que António Telo, entre outras razões, justifica que o sector do CEP não era como qualquer outro. O CEP do Lys não defendia um sistema completo, não recebeu um “sector” da frente, mas um “semi-sector”, ou seja, somente a parte da frente de um sector.

A ofensiva constante do inimigo a partir das 4h15m da madrugada do dia 9 de Abril, a forte barragem de fogo de artilharia pesada, particularmente a partir das 8 horas, bem como a tomada das primeiras linhas pelos alemães, inutilizaram as baterias da divisão e criaram o pânico e a desorganização nas tropas portuguesas. Oficiais, sargentos e praças de todas as brigadas, batalhões e companhias, apavorados com a agressividade do ataque dispersaram à procura de abrigos mais seguros, particularmente os que se situavam em La Couture.

Pelas 10h30 encontravam-se já em La Couture pequenas fracções da 1ª, 3ª e 4ª companhias de infantaria 13 com os seus comandantes e estado-maior, fracções da 2ª, 3ª e 4ª companhias de infantaria 15, a companhia do capitão Oliveira do 14 que, extraviado em Vieille Chapelle resolvera regressar a La Couture, o comandante do 29, Xavier da Costa, praças de infantaria 3, uma fracção de 78 pioneiros sem os oficiais e 70 ciclistas ingleses com metralhadoras, que para alí se deslocaram pelas 6h30 da manhã do dia 9 de Abril.

Numa tentativa frustrada de recolher praças que fugiam para a retaguarda e enfrentar o inimigo, o major Andrade Peres comandante do batalhão 15 da 3ª brigada recolheu também ao reduto com o 2º comandante, capitão Zaid da Fonseca. Ora, como afirma Gomes da Costa, “à excepção destes ciclistas ingleses, todas as forças do 13 e do 14 e do 15 não podiam estar em La Couture”⁴⁶⁷. Pelas 11h30m era a vez de chegar a La Couture o comandante da 4ª companhia do batalhão 15 capitão Brito, também extraviado, acompanhado do 2º pelotão do alferes padre Lopes Ferreira. Já lá se encontrava também o 3º pelotão da 2ª companhia do mesmo batalhão, instalando nas trincheiras um pequeno grupo de soldados.

Pelas 12h30m do dia 9 os alemães dispararam sobre La Couture, mas os ingleses conseguiram mantê-los à distância com o poder das suas metralhadoras. Por esta altura, conhecendo os alemães o estado de fraqueza do inimigo, o seu objectivo era avançar para o Lawe. Pelas 13h30m, o tenente Alcídio da 2ª companhia do 13 caiu prisioneiro com todos os que guarneciam a trincheira, permitindo ao inimigo infiltrar-se pela retaguarda aprisionando o tenente Gonçalves comandante da 1ª companhia do mesmo batalhão e os seus homens, os oficiais da companhia de pioneiros e todos os elementos da 4ª companhia do 13 que se tinham

⁴⁶⁷ Costa, 1920: 199.

dispersado. O resto da 4ª companhia não teve melhor sorte. À saída de La Couture, o capitão Maçãs Fernandes foi surpreendido por uma patrulha alemã que o aprisionou, bem como ao subalterno alferes Moura e algumas praças. As outras fugiram para a retaguarda, Vieille Chapelle, ou refugiaram-se no reduto. Pela mesma hora, os redutos de La Couture ficavam cercados pela frente e pelos flancos: o reduto-norte e o block-house, onde se encontravam o comando britânico, 4 oficiais e 70 praças inglesas; o reduto-centro, constituído por oficiais e praças do 13 e o reduto-sul ocupado pelo comandante do 15 com alguns oficiais e praças do seu batalhão e alguns elementos da formação. Vendo-se assediado por todos os flancos, o comandante do 15 major Andrade Peres fez recolher todas as tropas no block-house, uma casa arruinada fortemente organizada com dois andares de fogos e um abrigo de betão. As tropas que aí permaneciam iam disparando sobre as patrulhas alemãs que rondavam o abrigo com as poucas munições que os britânicos lhes forneceram.

Em pouco mais de seis horas os alemães conseguiram penetrar num ponto fundamental da linha de defesa do CEP que tenuamente ainda se mantinha, agora à guarda do major Andrade Peres. Num erro estratégico, o pouco que restava da força divisionária encurralara-se num abrigo com as forças mais diversas e desconexas, sem munições, facilitando a manobra ao inimigo. Na tarde do dia 9 seria um número muito reduzido de homens que, desvairados, perdidos e dispersos ao longo de todo o sector procuravam a sobrevivência resistindo ao inimigo, à fome e aos ferimentos. Por esta situação terá passado aquele que a imprensa viria a converter no mito do herói da Grande Guerra, o soldado Aníbal Milhais.

Durante a tarde do mesmo dia, a situação para as tropas que se encontravam no Block-house tornara-se muito complicada. Nem o alto comando britânico nem o comando do CEP tinham conhecimento do que se estava a passar em La Couture, a não ser através da confabulada informação do alferes metralhador José Francisco Sevivas do batalhão 13, que misteriosamente desaparecera de junto do 2º comandante e fugira para a base do CEP, levando a notícia de que estaria tudo perdido. Esta contrainformação terá levado a artilharia inglesa estacionada no Lawe a lançar um forte bombardeamento sobre La Couture julgando o forte tomado pelo inimigo, chegando a cair várias granadas inglesas em redor do block-house, pondo em perigo as poucas forças aliadas que lá se encontravam.

Presume-se que Gomes da Costa se terá equivocado sobre este bombardeamento ao afirmar no seu relatório que “pelas 16h00 o inimigo assalta o reduto, os primeiros assaltantes são abatidos a tiro de espingarda, seguindo-se a luta à granada de mão. Minutos depois o fortin

(sic) vai pelos ares com a explosão de um forninho”⁴⁶⁸. De facto, várias granadas terão caído à volta do reduto disparadas pela artilharia inglesa, supondo que o forte já estaria na posse dos alemães. Estes ripostaram, não contra o reduto mas contra as tropas inglesas que guarneciam o Lawe. Por outro lado, não se verificou qualquer assalto ao reduto e muito menos terá ido pelos ares. Não era intenção dos alemães destruir o Forte que, depois de tomado, lhes iria prestar bom serviço de protecção.

O mal-entendido de Gomes da Costa terá sido igualmente provocado pelo falso alarme do alferes Sevivas. Na sequência do boato espalhado por este subalterno da 3ª companhia do BI 13, o capitão Velhinho Correia, da Administração Militar e voluntário da guerra, enviou um artigo em francês para o jornal *Télégramme*, publicado no dia 4 de Maio, onde descrevia que as tropas portuguesas “só cederam as suas trincheiras depois de uma luta corpo a corpo, furiosa, selvagem, em que a baioneta exerceu o seu principal papel”⁴⁶⁹. Convicto da informação, o oficial da administração militar escrevia que o batalhão de infantaria 2 voltara para a retaguarda dizimado e todos os oficiais tinham tombado na refrega, entre os quais o jovem capitão Américo Olavo, antigo deputado que morrera como herói à frente da sua companhia⁴⁷⁰. E referindo-se aos homens do batalhão de infantaria 13, Velhinho Correia relatava: “Depois de ter sido gravemente ferido, o Comandante do 13 matou com uma espingarda o seu agressor e 3 ou 4 soldados, sucumbindo finalmente num terrível corpo a corpo”⁴⁷¹. E acerca do 2º comandante interino, capitão Bento Roma, atestava: “Não tendo já munições o 2º comandante do batalhão, depois de ter falado aos seus soldados fê-los carregar à baioneta”⁴⁷². Como veio a verificar-se, o capitão Américo Olavo não foi morto ficando apenas ferido, nem Gustavo Pissarra lutou contra qualquer inimigo ou foi morto e muito menos o capitão Bento Roma enfrentou os alemães à baioneta. Este artigo foi mais tarde traduzido para português, sendo impressos cerca de meio milhão de exemplares distribuídos pelo CEP e aos prisioneiros quando chegaram à fronteira. Destas informações e de outras semelhantes se construiu uma boa parte da História da intervenção de Portugal na 1ª Grande Guerra, incluindo o mito de herói do capitão Roma, tão citado por alguma historiografia.

⁴⁶⁸ AHM, Caixa 144, 1ª Div., 35ª Sec, O Combate de 9 Abril).

⁴⁶⁹ PT/AHM/55/3ª Série, Caixa 892. Cópia do artigo que Velhinho Correia enviou para o *Télégramme*, com o pseudónimo Edmond Equoy.

⁴⁷⁰ PT/AHM/55/3ª Série, Caixa 892. Cópia do artigo que Velhinho Correia enviou para o *Télégramme*, com o pseudónimo Edmond Equoy.

⁴⁷¹ PT/AHM/55/3ª Série, Caixa 892. Cópia do artigo que Velhinho Correia enviou para o *Télégramme*, com o pseudónimo Edmond Equoy.

⁴⁷² Idem.

Com a chegada da noite cessaram todos os bombardeamentos e os ataques da parte do inimigo. Na manhã do dia 10 os alemães iniciaram o assalto ao Block-house com bombardeamento e infantaria. Com as poucas armas e munições que possuíam, as tropas tentaram ainda resistir. Pelas 10h00 verificava-se grande actividade entre as tropas inimigas e o bombardeamento alemão aumentou rapidamente. Os alemães sabiam que a chave da resistência centrava-se essencialmente na guarnição inglesa e no Block-house. Após a tentativa de defesa dos ingleses, a situação tornara-se insustentável. Mais uma vez as munições tinham-se esgotado. Pelas 11h00 um graduado inglês que tinha sido capturado e ia acompanhado por duas praças alemãs gritou para o Forte, incitando a guarnição a entregar-se sob pena de bombardeamento e assalto. Ao mesmo tempo um soldado maqueiro português, que fora aprisionado na véspera, fez o mesmo ultimato comunicando que os alemães intimavam à rendição e mandavam dizer que, em caso de negativa, tudo seria destruído. Às 11h35m, os majores Peres e Pissarra e outros oficiais portugueses reuniram-se com o comandante do Forte para avaliar a situação, chegando à conclusão de que era inútil prolongar a resistência. Pelas 11h45m saíram os majores Peres e Pissarra juntamente com o major inglês para tratar da rendição junto do inimigo. Após ouvirem os termos apresentados pelo comandante das tropas alemãs, o comandante inglês e o major Peres regressaram ao reduto com a finalidade de desarmar e efectuar a entrega das forças e de todo o material de guerra ao inimigo, ficando o major Pissarra e o ajudante do major inglês como reféns. Ao meio dia terminava a rendição, sendo feitos prisioneiros 4 oficiais ingleses e 12 portugueses, 70 praças inglesas e 156 praças portuguesas⁴⁷³, sem qualquer tipo de resistência nem combates à baioneta⁴⁷⁴. Apenas um incidente terá ocorrido e que poderia ter provocado consequências bem perigosas e muito graves para as forças portuguesas. Ao descarregarem as armas para serem entregues aos alemães, propositadamente ou por negligência, uma rajada de metralhadora partiu duma seteira do Block-house provocando pânico entre as tropas: “Muitos reféns portugueses caem por terra, de joelhos e mãos postas a gritar”⁴⁷⁵, enquanto os alemães entravam no Forte a disparar, atingindo mortalmente um sargento e um capitão da força britânica. De nada valeram os protestos do comandante inglês e do major Peres, aos quais os

⁴⁷³ Carvalho, 1924: 378.

⁴⁷⁴ O historiador Luís Alves de Fraga, referindo-se aos factos ocorridos em La Couture com as tropas portuguesas nos dias 9 e 10 de Abril considera um dos vários casos de grande heroicidade praticados colectivamente na batalha de La Lys. Fraga, 2010: 424 e seguintes. Fraga afirma ter-se baseado essencialmente nos Relatórios de Bento Esteves Roma, de Gustavo Pissarra e do Major Peres de Infantaria 15.

⁴⁷⁵ Magno, 1967: 114 e Mota e Costa, 1959: 314, Relatório de Bento Roma.

alemães responderam ser motivo para fuzilamento, uma vez que aquele disparo contrariava as convenções internacionais do cessar-fogo. As afirmações de Bento Roma sobre este episódio poderão suscitar eventualmente algumas dúvidas: “Boches armados, despejam as suas espingardas sobre aqueles desgraçados que se não podem defender. É então que pela primeira vez na minha vida me vejo alvejado a 5 ou 6 metros de distância. Tenho ainda nos meus olhos e bem viva a chama do tiro a sair pela boca da espingarda”⁴⁷⁶. O capitão afirma ter sido alvejado por um tiro a uma distância de 5 ou 6 metros, mas afinal quem morreu foi um oficial inglês. Não consta que o 2º comandante interino tenha revelado em qualquer tempo ou lugar algum cuidado ou preocupação com as consequências de ter sido alvo de um tiro.

Dos 20 oficiais do batalhão 13 que se encontravam no sector português no primeiro dia da batalha, 9 ficaram prisioneiros nesse mesmo dia e 5 retiraram para a base; no dia 10 foram feitos prisioneiros 5, ficando a combater até ao dia 11 apenas 1, o capitão David Magno. Em La Couture verificaram-se três mortes: o 2º sargento Joaquim Pinheiro, atingido por um estilhaço no cumprimento de uma ordem do comandante de companhia; o 1º cabo António Gondar, atacado quando foi mandado sair para reconhecer vultos que se supunha ser de portugueses e o soldado José Manuel, desaparecido e, por isso, considerado igualmente morto. Estes números contradizem o que o comandante Pissarra escreveu no seu relatório: “vinham mais e fazendo-nos fogo pela frente, pelos flancos e pela retaguarda, encheram-nos as trincheiras de cadáveres e de feridos”⁴⁷⁷.

O Alto Comando Aliado e particularmente os britânicos tinham agora menos um problema para resolver na frente de batalha: as questões de indisciplina, o estado de esgotamento físico e moral das tropas portuguesas e as questões políticas na hierarquia militar do CEP. A entrada de Estados menores na guerra (Portugal, Itália e Roménia) fora mal avaliada, como refere John Keegan, não aumentando em nada a força dos aliados: “Pelo contrário, diminuíram-na, uma vez que as vezes por que passaram requeriam uma diversidade de recursos que não possuíam”⁴⁷⁸. Cumpria-se a profecia do velho *fado* português de que Cunha Leal tão bem se apercebeu quando, numa visita às suas tropas em La Gorgue, ouviu de três soldados, sem que eles tivessem notado a sua presença, a cantilena de que já se falava:

Nesta vida de cavanço,

A cavar como se vê,

⁴⁷⁶ Mota e Costa, 1959: 314, Relatório de Bento Roma.

⁴⁷⁷ Costa, 1959:289, Relatório do Major Gustavo Pissarra.

⁴⁷⁸ Keegan, 2014: 395. Para se ter a noção da insignificância que a historiografia estrangeira tem sobre a actuação do CEP na Grande Guerra, esta foi a única referência que John Keegan fez a Portugal e às suas tropas na sua obra de cerca de seiscentas páginas.

*Se os boches dão um avanço,
Cava todo o C.E.P.*⁴⁷⁹.

A partir da rendição, as tropas refugiadas em La Couture iniciavam o caminho do cativeiro à mercê do inimigo, sem luta, honra ou glória, ao contrário do que escreve o major Vasco Vieira de Carvalho, truncando uma notícia do jornal *The Times* do dia 11 de Abril, que dizia: “os restos de um batalhão português que defendia La Couture bateram-se com um valor extraordinário”⁴⁸⁰. Vasco Vieira de Carvalho baseou-se num telegrama publicado no *Diário de Notícias* do dia 14 de Abril originário do jornal inglês, tendo o periódico português amputado a palavra “vizinhanças”, de La Couture, (Les Lobes). O corte da referida palavra deu origem a uma interpretação errada dos factos ocorridos naquela localidade e que se propagou ao longo das décadas, sendo aproveitada por alguns oficiais para reivindicarem para si o heroísmo, prestígio, fama e, principalmente, o direito à medalha. Aqueles restos de batalhão português, que a imprensa inglesa e francesa tanto noticiaram e louvaram nada tinham a ver com os abrigados no reduto de La Couture, mas com os homens do 13 e do 15 comandados pelo capitão Magno que combateram ao lado dos ingleses em Les Lobes, “vizinhanças” de La Couture, junto ao canal ou ribeira do Lawe, assunto que se tratará mais em pormenor no capítulo seguinte⁴⁸¹.

⁴⁷⁹ Leal, 1967: 58.

⁴⁸⁰ Carvalho, 1914: 370.

⁴⁸¹ No BI 13, segundo relata David Magno, alguns cabos de secretaria arvoraram-se em sargentos para que o cativeiro lhes fosse melhorado. (Magno, 1967: 114).

CAPÍTULO IV – DAVID MAGNO E OS RESTOS DO BI 13 E 15 EM LES LOBES, NO LAWE; CONTRA-ATAQUE DOS ALIADOS E FIM DA BATALHA DE LA LYS

Nesta parte do estudo irá ser analisada a acção do capitão David Magno junto do exército escocês com as tropas que o acompanharam, a sua organização e combate em Les Lobes nos dias 9, 10 e 11 de Abril, a morte do último militar em combate, a ordem de retirada da frente em 11, a ofensiva dos aliados, o fim da batalha de La Lys, o regresso à retaguarda e a reorganização das tropas do CEP.

1. David Magno e o 6º batalhão escocês da Seaforth Highlanders da Alta Escócia; negociações de Magno com o tenente-coronel Samuel MacDonald.

A linha do Lawe, situada à retaguarda do sector português era guarnecida pela 51ª divisão, reserva do XI corpo britânico. Uma brigada da mesma divisão foi estabelecer-se ao sul de Vieille Chapelle, na retaguarda do canal do Lawe, para conter o avanço inimigo após a grande barragem de fogo de artilharia sobre a 2ª divisão portuguesa. Fazia parte desta brigada o 6º batalhão do Seaforth Highlanders da Escócia. Caindo nas mãos do inimigo todo o sector português, a primeira linha de defesa estendia-se, agora, ao longo do canal do Lawe. Foi neste local que, por volta das 11 horas do dia 9, o capitão David Magno avistando as tropas escocesas na retaguarda de Vieille Chapelle e ciente de que todo o seu batalhão se encontrava desorganizado, as companhias desbaratadas e grande parte de oficiais e praças mortos, feridos ou prisioneiros decidiu abandonar a estrada La Couture - Vieille Chapelle, e “oferecer-se para avançar com eles, como sendo o passo mais certo, mais útil e mais comprovativo do seu espírito de sacrifício e do seu extraordinário desejo de cumprir o seu Dever até ao fim”⁴⁸².

As tropas escocesas formavam o 6º batalhão do Seaforth Highlanders de Morayshire, símbolo de firmeza e resolução, de grande bravura, coragem e resistência inquebrantáveis. Constituído essencialmente por homens das Terras Altas da Escócia e integrado no Corpo Expedicionário Britânico (BEF – British Expeditionary Force) tinha fama de ser aguerrida e com profundo espírito nacionalista. As suas tropas distinguiam-se facilmente de todas as outras pelo uso do “kilt” e do “sporram”. O kilt era um saiote de lã com padrões de xadrez tartan, de quadrados e cores que variavam segundo o clã familiar, intimamente ligado à história da região. Era símbolo de orgulho e de nacionalidade escocesas⁴⁸³. Apesar de ter sido proibido em 1746 no

⁴⁸² Magno, 1923: 17, Relatório Adicional.

⁴⁸³ Segundo David Magno, o uso do kilt terá origem numa lenda que em que os Escoceses foram obrigados a usar um saiote, o kilt, por terem sido derrotados numa batalha. O vexame foi de tal ordem

fim da rebelião Jacobita⁴⁸⁴, foi introduzido novamente no século XIX graças à sua adopção pelos regimentos das Seaforth Highlanders do exército britânico.

Outro elemento de significado importante enquadrado no traje do militar escocês era o “sporran”. Para a tradicional indumentária foi necessário criar um acessório complementar, uma bolsa que permitisse aos militares guardar pequenos objectos ou dinheiro. O sporran era e continua a ser na actualidade usado numa tira de couro ou corrente, posicionado convencionalmente abaixo do cinto do kilt, podendo rodar à sua volta e facilitando deste modo a prática de qualquer movimento ao seu utilizador⁴⁸⁵.

David Magno foi apresentar-se ao comandante escocês, tenente-coronel Samuel Macdonald da Ordem dos Serviços Distintos, com as praças da sua companhia que conseguiu reunir e às quais se juntou um pelotão da 3ª do BI 15 do 1º sargento António de Matos Bugalho, que por ali se encontrava também perdido da sua companhia. O oficial escocês, não compreendendo a língua francesa, encaminhou David Magno para o seu imediato, o 2º comandante capitão Archibald David Macdonald, no sentido de averiguar as intenções do capitão português. Não foram fáceis, de início, as negociações entre os dois oficiais. O estado de esgotamento moral e físico bem como o fraco empenho das tropas portuguesas, as insubordinações, o desentendimento e as lutas políticas entre militares guerristas e antigueristas transportadas para o campo de batalha eram do conhecimento dos comandos ingleses. Perante esta percepção que o comando britânico tinha das tropas do CEP no terreno, acumulada com tantas outras questões complexas como a pressão do governo português em forçar a entrada na guerra, o problema dos transportes de tropas e a rendição da divisão portuguesa várias vezes proposta pelo comando inglês e recusada pelos portugueses, era presumível que os comandos escoceses colocassem objecções à “oferta” dos serviços do comandante da 3ª companhia do batalhão¹³, declinando qualquer serviço dos seus homens. Condescendendo, contudo, com a boa vontade do seu aliado, o 2º comandante escocês consentiu em aceitar apenas a sua

que, terminado o castigo, foram tão heróis em batalhas seguintes que transformaram esse símbolo de fraqueza num brasão de bravura.

⁴⁸⁴ A rebelião Jacobita entre as duas facções maçónicas rivais, a Grande Loja dos Antigos e a Grande Loja dos Modernos tinha como objectivo restaurar a Casa de Stuart, de Jaime II de Inglaterra e VII da Escócia Batalha de Culloden e o movimento Jacobita. Terminou com a batalha de Culloden em 16 de Abril de 1746 sendo os jacobitas católicos da Loja dos Antigos derrotados pelos fiéis da Casa de Hannover, proibindo o uso do kilt durante cerca de 100 anos.

⁴⁸⁵ No sporran está gravado o brasão de armas do Duque de Albany, senhor do Regimento que, em 1255, foi dado pelo rei Alexandre III da Escócia a Colin Fitzgerald, fundador dos Mackenzi, nome ainda actual da família Seaforth, por ter salvado o rei da fúria de um veado. No brasão, envolvendo a cabeça de um veado, está gravada a legenda gaélica “Cuidich’s Rìgh” que corresponde na língua inglesa “Help the King”, “Ajuda, Ampara, Salva o Rei”.

metralhadora com as respectivas munições. Não seria de estranhar esta atitude da parte de David Macdonal. Dos portugueses, os britânicos pretendiam somente as suas armas e nada de homens. Não seria a primeira vez que esta atitude fora tomada da parte britânica: em finais de 1914, nas negociações entre os governos de Londres e de Lisboa para a preparação da divisão portuguesa, os militares britânicos não se mostraram nada interessados nas tropas portuguesas, mas apenas no armamento que estivesse disponível nos seus depósitos. Perante a forte vontade de provocar a beligerância a todo o custo, o governo português decidiu “relutantemente” como afirma António Telo, enviar o armamento sem os homens⁴⁸⁶. Acreditando nas palavras de David Magno, não foi deste modo que se posicionou perante David Macdonald. Contrariado nas intenções e melindrado na sua dignidade de militar e de comandante numa missão que dizia respeito a todos os aliados, Magno não poupou na força das palavras, respondendo ao oficial escocês: “Os portugueses vêm aqui para combater a vosso lado... Não vêm para dispensar o armamento. Se não quereis ou não podeis aceitar, combateremos por aí...”⁴⁸⁷. Até prova em contrário, são dignas de crédito a atitude e as palavras do capitão.

Macdonal terá objectado: “Mas nós somos aliados e a situação é difícil! Precisamos apenas da vossa metralhadora. Com os reforços que esperamos ainda hoje, queremos repor o inimigo nas suas posições de ontem”⁴⁸⁸.

A estas palavras, o oficial português retorquiu com mais intensidade: “Por isso mesmo... Como portugueses, nós temos o direito e a ambição de ajudarmos a reconquistar o terreno que perdemos. De resto as armas só as entregam os vencidos ao inimigo vencedor”⁴⁸⁹.

A postura firme e enérgica do capitão Magno abrandou a resistência severa e fria do comandante, cedendo perante o oficial português com uma continência e um *shake-hands* cavalheiresco⁴⁹⁰. O comandante da 3ª companhia não tinha qualquer obrigação moral ou legal que o forçasse a continuar a combater, assim como os seus homens. Em conformidade com o Alto Comando britânico e depois de se presumir que da parte dos portugueses tudo estaria perdido, pelas 15h40m chegou ao conhecimento de David Magno que o comando da 2ª divisão ordenara a evacuação dos portugueses da área do I exército, sendo as tropas portuguesas dispensadas de combater, “para evitar aos ingleses o contágio de tropas batidas e desmoralizadas”⁴⁹¹.

⁴⁸⁶ Telo, 2010: 374.

⁴⁸⁷ Magno, 1921: 180.

⁴⁸⁸ Idem.

⁴⁸⁹ Idem.

⁴⁹⁰ Magno, 1967: 133.

⁴⁹¹ Magno, 1967:135.

Desde 7 de Agosto, dia em que os partidários da intervenção se ofereceram generosamente aos ingleses para entrar na guerra, que o governo britânico sempre declarara não estar interessado em tropas portuguesas. Esta foi mais uma prova significativa da manifestação dessa vontade que os políticos nunca quiseram entender: evitar o contágio de tropas indisciplinadas e desmoralizadas com as inglesas. Presume-se, contudo, que a dignidade e a condição de militar e de comandante, assim como o seu sentido patriótico, tal como acontecera na pacificação dos Dembos, se tenham imposto a David Magno para contrariar a ideia de indisciplina e desorganização do militar português perante os escoceses. Assim o solicitou e assim cumpriu.

O episódio ocorrido entre David Magno e David Macdonald terá constituído um dos acontecimentos mais simbólicos, ou mesmo o único, de tudo o que ocorreu com os militares do CEP durante toda a sua passagem pela Flandres, não existindo documentos que o possam colocar em dúvida ou contraditar. Estranham-se, contudo, as razões por que foi desconhecido ou ignorado, ao longo de décadas nas prateleiras dos arquivos, pela historiografia portuguesa.

Na perspectiva desta análise, não deixa de se considerar mais uma ilusão a acrescentar às catorze avançadas por António Telo. Desta omissão historiográfica permita-se destacar o silêncio total do guerrista e ex-subchefe do estado-maior do CEP, general Luís Ferreira Martins. Conhecendo bem os pormenores dos acontecimentos em La Couture e Les Lobes, o militar e historiador na sua obra *Portugal na Grande Guerra* (1935) ignorou completamente todos os factos ocorridos em Les Lobes, relevando apenas os pretensos heróis de La Couture⁴⁹².

Depois do comandante escocês ter consentido que o que restava das tropas das quatro brigadas da 2ª divisão combatesse ao lado do batalhão da 51ª divisão, David Magno organizou os seus homens segundo o plano do comandante do I exército. O 1º sargento Matos Bugalho continuou a comandar o pelotão do 15, enquanto o pelotão formado pelas praças do 13 era comandado pelo 2º sargento Álvaro da Costa, iniciando de imediato a construção de abrigos antes que chegassem os alemães⁴⁹³. Às poucas forças portuguesas foi destinado defender a testa-de-ponte da estrada Les Lobes - Paradis - Merville, à frente da estrada de Locon.

⁴⁹² No Prefácio do 1º volume, em 1935, o general Ferreira Martins afirmava categoricamente que “toda a literatura nacional da Guerra tem carácter anedótico, romântico, mesmo poético, à excepção de meia dúzia de publicações que mais se ocupam do assunto sob o ponto de vista militar e político” acrescentando que “faltava entre nós um livro desta natureza”, o seu, com todas as qualidades que os outros não tinham” Martins, 1935: 5 e 6.

⁴⁹³ Magno, 1967: 134). Magno inscreve no relatório da batalha mais de cinquenta nomes, de cerca de oitenta que se contaram inicialmente.

Não esperaram muito para que surgisse o ataque inimigo. Flanqueada La Couture e vencidas todas as linhas de resistência do sector português, na tarde do próprio dia 9 de Abril e respondendo a granadas inglesas que caíam em redor de La Couture⁴⁹⁴ os alemães bombardearam, atacando com grande violência as três brigadas da 51ª divisão estacionadas ao longo da linha do Lawe. Foi o primeiro banho de fogo das últimas tropas portuguesas nestas linhas, sendo ferido mortalmente um soldado português. Sobre este ataque, David Magno atribuiu a um correspondente de guerra que por ali se encontrava, ou que ocasionalmente terá passado pela zona, uma notícia do jornal francês *Télégramme* de 12 de Abril, que registava: “A história um dia falará da heroica resistência dos portugueses que, às 15 horas, ainda se batiam *próximo* de La Couture”⁴⁹⁵. Foi este o primeiro registo dos repórteres de guerra sobre a clarificação da resistência de tropas portuguesas “próximo”, “vizinhanças” ou “cercanias” de La Couture, e não em La Couture.

No sentido de legalizar e legitimar a sua acção junto dos seus comandantes, o capitão David Magno, através de uma autoambulância que avistara e a que se dirigira, expediu uma nota para o quartel-general da 2ª divisão e outra para o comando do seu batalhão, na qual dava conta da situação, participando onde se encontrava a combater o núcleo principal da sua companhia, “porque não desejava ser dado como morto enquanto fosse vivo”⁴⁹⁶. Nesse sentido, e para demonstrar total cooperação e camaradagem, David Magno reiterou o oferecimento dos seus serviços e dos seus homens ao 2º comandante escocês. E porque a tarde do dia 9 foi de intenso tiroteio, tendo sido ferido num braço o tenente-coronel Samuel David Macdonald, no dia seguinte Magno dirigiu-se ao comandante escocês solicitando-lhe que assinasse um documento que tinha redigido debaixo de fogo e que deveria enviar ao seu comandante de batalhão. O original foi redigido na língua francesa⁴⁹⁷, apresentando-se a tradução feita pelo próprio capitão Magno:

Em 9 de Abril de 1918. Meu tenente-coronel: Julgo conveniente mostrar que me pedistes uma metralhadora em nome da aliança, e vos respondi que as minhas forças ficavam com ela, ao vosso lado (se o permitísseis). Necessito igualmente que seja comunicada a minha situação ao meu batalhão. Agradeço-vos a assinatura. (a) Magno, capitão do 13 português.- (a) A. D. Macdonald, capt. For Lieut-Colonel Cernedy, D.S. O.⁴⁹⁸

⁴⁹⁴ Facto referido no capítulo anterior.

⁴⁹⁵ Magno, 1967: 135 e Magno, 1921: 183.

⁴⁹⁶ Magno 1921: 183. Presume-se ser uma referência ao comandante e 2º comandante do BI 13, que foram dados como mortos pelo Alferes Sevivas.

⁴⁹⁷ ANEXO F figura 1.4, Magno, 1923, Relatório Adicional.

⁴⁹⁸ Magno, 1967: 137 e Magno, 1921: 185.

Era dever do comandante da 3ª companhia informar a hierarquia do seu comando sobre o local onde se encontrava e as causas que o motivavam a prosseguir no combate ao lado dos aliados, mesmo depois de saber que todas as tropas da 2ª divisão portuguesa tinham ordem de evacuação para a retaguarda, dispensadas de combater. Sem a pretensão de fazer um juízo de valor acerca das intenções do oficial português, poder-se-á contudo concluir que a sua atitude de pretender legitimar perante os seus comandantes o prolongamento da missão contra o inimigo, junto das tropas escocesas, evidencia o cumprimento da condição e dever militares.

O que restava da 2ª divisão, uma mistura de ingleses com elementos dispersos dos batalhões de infantaria 13, 14 e 15 encontrava-se agora a caminho dos campos de prisioneiros e um outro grupo de 50 a 60 homens em Les Lobes, atrás do canal do Lawe, comandados pelo capitão David Magno, a combater ao lado dos escoceses.

2. Os alemães atacam no canal do Lawe, após rendição de La Couture; forças dispersas do BI 13 e do BI 15 comandadas por David Magno combatem em Les Lobes, Vizinhanças de La Couture, em 10 e 11 de Abril ao lado dos escoceses; última resistência e último militar português morto em combate

Ainda no dia 9 de Abril, como já se referiu, as forças alemãs com o reduto completamente cercado, aguardando o ataque final para o dia seguinte, caíram sobre a linha de defesa do Lawe com um forte bombardeamento e um violento tiroteio. O terreno liso e plano não oferecia qualquer protecção, facilitando ao inimigo uma melhor observação do alvo a atingir. Por isso as baixas, principalmente da parte das tropas inglesas, começaram a aparecer incluindo a de um soldado português. O londrino *The Times* do dia 11 de Abril também não esquecia o grande esforço do pequeno grupo de combatentes portugueses no Lawe: “Os oficiais britânicos manifestaram a sua admiração pela tenacidade portuguesa, espírito de camaradagem e valor com que combatem ao lado dos ingleses”⁴⁹⁹. Restos dos batalhões 13 e 15 combatiam agora ao lado das tropas aliadas pela mesma causa, o direito e a justiça, enquanto no reduto de La Couture outros “restos” encurralados e apavorados tinham aguardado um desfecho final com a complacência do inimigo.

Na manhã do dia 10 os alemães concentraram todo o movimento de ataque sobre o reduto de La Couture até à rendição, que se verificou pelas 12h00. Ao princípio da tarde todas as formações inimigas que se encontravam em La Couture dirigiram-se para o canal do Lawe. Em conformidade com o comandante escocês, o capitão David Magno ordenou aos seus

⁴⁹⁹ Magno, 1967: 136.

soldados que se estendessem em atiradores ao longo duma linha de 100 metros em terreno acidentado e mais protegido, no cruzamento da estrada de Paradis com a de Béthune, na localidade de Les Lobes, a uma distância de três a quatro quilómetros de La Couture. Na tarde do dia 10, o IV exército de von Armin juntamente com o VI exército de von Quast passaram o Lys em Estaires e, com granadas de gaz asfixiante, disparo de morteiros e metralhadoras reiniciaram um fogo sobre a linha do canal, estendendo o ataque até Hollebeke, atingindo a cumeeira de Messines: o terreno plano era propício ao fogo do inimigo. Os ingleses foram obrigados a evacuar Armantières. Militares que os alemães descobrissem ou se expusessem na mira das suas metralhadoras eram abatidos. Tornava-se necessário atingir Amiens e Merville o mais rápido possível. A partir da linha do Lawe, os escoceses sustiveram a carga até ordens de avançar no contra-ataque. Muitos regressaram em macas, estropiados ou mortos, sob o olhar dos militares portugueses menos expostos devido à sua posição à direita, mais difícil de ser referenciada pelo inimigo. A 51ª divisão situada a sul de Vieille Chapelle e com o apoio da 55ª na frente da ribeira do Loisne a norte ofereceram resistência, não permitindo às tropas inimigas estabelecer-se na margem esquerda e avançar sobre Béthune, como era seu plano⁵⁰⁰. Se, por um lado, o dia 9 foi de maior facilidade para a aproximação das tropas alemães sob a protecção do fogo da sua artilharia, no dia 10 a progressão tornou-se bem mais complicada devido aos obstáculos naturais à movimentação da artilharia pesada. Desbaratada a divisão portuguesa, os ingleses fizeram um recuo estratégico.

Era vital proteger e conservar dois objectivos essenciais: a linha dos montes Kemmel e a região mineira francesa mais próxima, Béthune, fundamental para a manutenção da guerra⁵⁰¹.

Ao aproximar-se o final do dia 10, a condição física dos militares portugueses no Lawe era muito delicada. Desde a madrugada de terça-feira dia 9 que não teria havido lugar nem para dormir, nem para alimentação. Era natural que a fome, o frio, o gelo, a tensão constante perante a ofensiva inimiga e a distância do restante corpo divisionário afectassem o estado moral e psicológico das poucas praças no terreno. Competia ao seu comandante atenuar, na medida possível, o desgaste das tropas. Com a chegada da noite, os disparos dos morteiros e

⁵⁰⁰ Carvalho, 1924: 1 74, 383 e Magno, 1967: 140.

⁵⁰¹ Na tarde de 10 de Abril, o símbolo da 2ª divisão, os militares abrigados em La Couture, eram removidos para os campos de prisioneiros da Alemanha. Para os Aliados e para a imprensa internacional, somente dois restos de tropas portuguesas continuavam a resistir e a combater perante os aliados e a imprensa internacional: uma companhia do 15 do tenente Tribolet que em vez de ocupar a Village Line se extraviara e fora encontrar os ingleses na ribeira do Loisne retirando posteriormente com eles para Hamel no sector britânico. A outra formação, constituída pelos extraviados da 3ª companhia e de outras companhias do 13 e um pelotão da 3ª companhia do 15, combatiam ao lado dos escoceses desde o canal do Lawe até Les Lobes. Tanto uma como outra formação retiraram com bastantes baixas.

de metralhadora diminuíram de intensidade. No sentido de não deixar desfalecer o ânimo que até então tinham demonstrado e de proporcionar a recuperação física aos seus soldados, o capitão David Magno mandou dois sargentos e duas ordenanças para a retaguarda das patrulhas britânicas procurar nos “estaminets” alimentação para os seus camaradas. Um oficial inglês, preocupado com a segurança dos portugueses que poderiam ser confundidos com o inimigo e atacados por patrulhas britânicas resolveu acompanhá-los, tendo regressado apenas pelas 10h00 da noite⁵⁰².

Nem os comandos britânicos e muito menos os militares portugueses teriam alguma suspeita de quando e como surgiria um novo ataque alemão. Perante esta conjuntura de incerteza das intenções do inimigo, o tenente-coronel Macdonald decidiu que no dia seguinte, 11, se procedesse à evacuação das tropas portuguesas, não apenas por um dever moral pelo espírito voluntário do dever militar manifestado por aquele grupo de soldados em tempo de guerra, mas também para dar cumprimento à ordem do I exército, que concedia dispensa geral de combate a todas as tropas do CEP.

Na madrugada do dia 11, os dois exércitos alemães com todas as divisões disponíveis lançaram um violento ataque sobre a linha do canal do Lawe. Durante os dias 9 e 10 de Abril os ingleses tinham destruído as pontes para a defesa das linhas do Lawe e do Lys, determinados a impedir a passagem do inimigo, protegendo-se com o poderoso fogo das suas metralhadoras. Porém, sob a protecção da noite e dissimulados com algum bombardeamento pesado e de metralha, os alemães levantaram dois pontões sobre o canal do Lawe: um a norte, em Le Marais e outro a sul de Vieille Chapelle. Passaram o Lys em Estaires e Lestrem e na manhã do dia 11 surpreenderam os portugueses e os ingleses⁵⁰³. Centenas ou milhares de homens armados e disciplinados, protegidos pelo bombardeamento da artilharia, atravessaram o canal e progrediram com um objectivo bem definido: terminar com a resistência britânica e avançar sobre a região mineira e os fornos de Béthune. Britânicos e portugueses tomaram as devidas precauções e prepararam-se para o embate. As patrulhas tinham desaparecido.

Na vanguarda das linhas em Les Lobes encontravam-se os poucos homens do 13 e do 15, comandados pelo capitão David Magno. Os alemães, reunidos agora num único exército, rolavam “como um cilindro esmagador, cadenciado e decidido direito a nós,” como descreve o capitão⁵⁰⁴. Não existia alternativa: lutar e vencer, ou morrer. Nem lugar para prisioneiros, porque não existia a ideia de qualquer rendição: ou vivos ou mortos. Era “a tragédia primária

⁵⁰² Magno, 1967: 142.

⁵⁰³ ANEXO G, figura 2.4. mapa 6.

⁵⁰⁴ Magno, 1967: 144.

do homem pelo homem”⁵⁰⁵. Quando a massa trituradora alemã se aproximou a uma distância de cerca de cinquenta metros, o capitão português deu o grito de “fogo vivo”. Com cerca de sessenta espingardas e apenas quatro metralhadoras, particularmente a “Lewis” de Manuel Cardoso Matos, os portugueses na vanguarda da linha apanharam de surpresa os alemães e, disparando sobre eles, causaram-lhes inúmeras baixas, obrigando uns a procurar abrigos e outros a recuar, permitindo aos ingleses preparar o contra-ataque. Se as primeiras baixas se verificaram do lado inimigo e motivaram o ânimo dos portugueses, a situação não iria prolongar-se por muito tempo. Os alemães reorganizaram-se: com armas mais poderosas e em número superior de homens bateram a testa e o flanco com o fogo rasteiro das metralhadoras ligeiras e pesadas. Começaram as baixas nas tropas portuguesas. Uma rajada fez saltar das mãos a arma a Augusto Martins. Tiveram de retirar gravemente feridos Manuel Ribeiro, Alfredo Freire Gato, António Joaquim, Armindo Alves e Manuel de Sousa assim como o soldado nº 550, Tomaz Ferreira da Silva, varado num pulso e ficando cego. Não havendo argumentos nem documentação que permitam pôr em dúvida as palavras de David Magno, aquele militar ferido num braço e sem ver deu uma forte lição de compostura e de aprumo, de correcção e disciplina militar a toda a instituição castrense ao pedir licença ao seu comandante para se retirar do combate: “Dá licença, meu capitão, que me retire, estou cego, não posso mais?”⁵⁰⁶ “Retira-te, que te pensem e que te levem”, foi a resposta de Magno.⁵⁰⁷ A sua promoção a sargento por distinção foi considerada por todos bem merecida. Mas a resposta alemã continuaria os estragos na força portuguesa: foi atingido mortalmente o comandante de pelotão do 15, Álvaro da Costa, quando incitava os seus homens a disparar contra os alemães. Pelas contas de David Magno, o número de feridos das suas tropas ultrapassava os vinte e quatro.

No sentido de averiguar a situação de combate das tropas portuguesas, Samuel Macdonald enviou o comandante da companhia escocesa que combatia ao lado dos portugueses na frente e flanco esquerdo. Na conferência que teve com o capitão português sobre vários assuntos, particularmente sobre munições, Magno solicitou que lhe fosse concedida nova posição à retaguarda, já que aquela onde se encontravam era estrategicamente boa mas taticamente péssima. Apesar de ter concordado com tudo o que o comandante português propôs, não foi possível ao oficial britânico satisfazer qualquer das exigências: não mais voltaria. Ao regressar à sua companhia foi atingido pelas balas inimigas e levado para o posto de socorros em

⁵⁰⁵ Magno, 1967: 145.

⁵⁰⁶ Magno, 1967: 148 e Magno, 1921: 195.

⁵⁰⁷ Magno, Idem.

situação grave. Magno reivindicou então para si o comando das poucas tropas portuguesas e escocesas que ainda restavam na defesa dum baluarte importante que era a testa-de-ponte para Merville⁵⁰⁸. O tiroteio intensificou-se de minuto a minuto. Abrigos ou trincheiras não existiam e a situação tornava-se cada vez mais insustentável. A máquina alemã com as metralhadoras automáticas varria todo o terreno com fogo rasteiro e as cabeças distraídas eram ceifadas de imediato. O soldado Miguel Marta do batalhão 13, ao elevar-se para disparar contra o inimigo foi atingido mortalmente na cabeça por uma bala. Os alemães aumentaram a violência do ataque com morteiros e lança granadas. Com as guarnições aniquiladas, calaram-se muitas armas. As munições começaram a faltar à guarnição portuguesa, aproximando-se a hora da prova: a morte ou a evacuação. Ainda não cercado mas em situação de fogo cruzado o capitão David Magno, sem qualquer hipótese de sucesso contra o inimigo, decidiu evitar o derramamento inútil do sangue dos seus homens. Iludindo os alemães, mandou colocar sobre uma saliência dos flancos capacetes de ferro de militares mortos, enquanto os seus últimos onze homens, dos cerca de 50 que tivera consigo desde o dia 9, iniciavam a “retirada lenta e disfarçadamente, arrastando-se e passando um a um, ao longo de uma tábua sobre um dreno largo e fundo⁵⁰⁹. Eram eles o seu comandante, os sargentos António Matos Bugalho, António Simão e Pompeu Martins, Gonçalves dos Reis e os soldados Manuel Cardoso de Matos, António Lucas, Clemente António do Carmo, Joaquim Mendes, Joaquim da Silva Sarmento, Laurindo dos Santos e Guilherme Pinto Lagariça, tendo sido alguns repatriados de imediato por gaseamento. Para trás ficaram os camaradas mortos, muitos escoceses e para sempre os portugueses ali desconhecidos e enterrados no cemitério de Vieille Chapelle: o 2º sargento Álvaro Costa e os soldados José da Mota e Sousa, António Lopes, Augusto Martins, Manuel Joaquim e Miguel Marta⁵¹⁰.

Ao fim de cinquenta e seis horas de combates consecutivos, esgotadas as forças e as munições, não restava alternativa aos militares portugueses senão cumprir a exigência do comando do I exército britânico: descolar da frente e juntar-se às tropas do CEP. Para aqueles homens, no final do dia 11 de Abril, partindo “debaixo do açoute flagelador das granadas de

⁵⁰⁸ Magno, 1967: 151.

⁵⁰⁹ Magno, 1921: 200.

⁵¹⁰ Parece ter sido a partir do cemitério de Vieille Chapelle que se levantou o que viria a ser o monumento de evocativo ao Soldado Desconhecido e que David Magno testemunha a sua morte em combate. A estes combatentes portugueses de Les Lobes, os alemães não quiseram deixar de prestar a sua homenagem, escrevendo nos braços duma cruz de madeira que se encontra no Museu Militar de Lisboa: “Hier Ruth in Gott, Ein Tapferer Portugiesischer”, (Aqui Jaz em Deus, um Heróico Português).

todos os calibres, estrada fora, marcha lenta e penosa, esfaimados e macilentos”⁵¹¹, a missão chegava ao fim com o dever cumprido, enquanto os últimos supostos “heróis de baioneta” de La Couture eram escoltados a caminho do cativeiro sem terem disparado uma bala. Os últimos combatentes da derrotada 2ª divisão chegavam a Desvres pela noite, onde se juntaram às outras tropas. Foram os correspondentes de guerra estrangeiros, franceses e ingleses que deram cobertura e seguiram com empenho e respeito a coragem e a tenacidade daquele punhado de homens. Assim relata o *Daily News* no dia 11 de Abril, através dum telegrama em francês, com origem em Paris, do seu correspondente Perry Robinson:

Frente britânica, 11 Abril 1918 – Pequenas unidades continuaram a combater desesperadamente contra efectivos muito superiores. Um batalhão português, na “vizinhança” de La Couture, distinguiu-se pela sua valentia; bateu-se até que se esgotaram as suas munições; mandou encontrar outras ficando amarrado às suas posições até ao seu quase aniquilamento.⁵¹²

Terminava deste modo a intervenção dos militares do CEP naquela que os portugueses viriam a chamar batalha de La Lys e que iria prolongar-se até ao final de Abril de 1918.

O objectivo do inimigo não era apoderar-se apenas do sector português, mas tratava-se do elo mais fraco que permitiria penetrar na sector britânico e forçá-lo a recuar para o canal atrás de Ypres, a 96 quilómetros do mar. A partir daí, seria possível levar os britânicos até à Mancha, o que não foi conseguido pela *Operação Michael*. Efectivamente para os portugueses os dias decisivos da batalha ocorreram a 10, com a rendição ao inimigo sem qualquer resistência em La Couture e a 11, quando os restos dos batalhões de infantaria 13 e 15 foram obrigados a retirar da linha da frente por se terem esgotado as munições. Não é objecto essencial deste estudo proceder a uma análise detalhada dos combates entre os exércitos aliados e as potências centrais a partir de 11 de Abril até ao final do mês. Contudo no ponto seguinte entendeu-se apresentar, embora de modo sucinto, a evolução dos acontecimentos que levaram o general Ludendorf a dar por terminada a segunda fase da ofensiva da Primavera, no sentido também de desfazer o mito da destruição do reduto e do Block-house de La Couture, criado e aproveitado por alguns oficiais que aí foram aprisionados para sustentarem os seus actos de heroísmo perante o inimigo.

3. Contra-ofensiva dos aliados e o fim da batalha de La Lys

As catorze divisões de Ludendorf que atacaram numa frente de dezasseis quilómetros em La Lys obrigaram os ingleses a recuar, tal como acontecera no Somme. Os bombardeamentos,

⁵¹¹ Magno, 1967: 155.

⁵¹² Magno, 1967: 155 e referido em Magno, 1921: 201 sendo publicado pelo Jornal *O Século* nº 13.073.

seguidos da descarga de duas mil toneladas de gás mostarda, fosgênio e difenilcloroarsina incapacitaram milhares de soldados britânicos. Muitos oficiais ficaram inabilitados para o comando das tropas. As diligências promovidas por Curchill para reabrir a frente Oriental não tiveram qualquer resultado positivo. Lenine e Trotsky estavam mais empenhados na consolidação do poder e na resposta a uma possível contra-revolução. O governo inglês alargou a conscrição à Irlanda, provocando grave agitação nos nacionalistas irlandeses. Eram precisos homens e mais homens e os americanos estavam apenas a chegar, enquanto na frente Ocidental a situação se tornava cada vez mais grave para os aliados. No dia 10 de Abril, os britânicos tinham sido expulso de Messines e obrigados a evacuar Armentières. As minas e os fornos de Béthune encontravam-se praticamente à vista do inimigo e o caminho para Merville, que as tropas portuguesas deveriam bloquear ao inimigo, estava agora livre.

Perante a possibilidade do ataque alemão tornar-se vital com a conquista do sector do saliente Ypres, dirigindo-se para norte, Calais e Dunquerque e para sul, Paris, e assustado com o comboio de artilharia de Bruchmüller que viera do Somme, Douglas Haig pediu a Foch que lhe enviasse reforços. O general francês recusou, considerando ser prioritária a preparação de uma contraofensiva sobre o Somme, a fim de desimpedir as vias de comunicação de Paris a Amiens. Foch entendia que esta ofensiva seria a melhor forma de travar o assalto alemão a Calais⁵¹³. Douglas Haig, sem alternativa, deu a famosa *Ordem do Dia* ao I e II exércitos, que ficou conhecida como ordem “entre a espada e a parede” ou “de costas para a parede”. “Entre a espada e a parede”, dizia: “acreditando na justiça da nossa causa, cada um de nós deve lutar até ao fim. Todas as posições devem ser mantidas até ao último homem. Não deve haver qualquer retirada”⁵¹⁴. Entretanto, enquanto os 25.000 americanos transportados desembarcavam e se preparavam para entrar nas linhas, britânicos, franceses, belgas, neozelandeses, sul-africanos e australianos eram forçados a recuar. Durante todo o dia 11 os alemães alargaram o ataque até ao Lys, sem contudo melhorarem a situação do flanco. O canal do Lawe constituía para o inimigo um grande obstáculo: as tropas britânicas lutaram denodadamente, correspondendo à “Ordem do Dia” e ao apelo do general Haig.

A 12 de Abril, uma divisão britânica chegada de Itália entrou na batalha. Foch, sob pressão dos acontecimentos, resolveu enviar auxílio aos ingleses. A sua contribuição forçou o inimigo a recuar, permitindo aos britânicos no dia seguinte ocupar novamente as elevações de Neuve Chapelle. Em Merville os combates ocorriam através de meios aéreos: sobre a cidade 170

⁵¹³ Daniel Veraghen *Les batailles célèbres de l'histoire*. bataillescelebres.web44.net.

⁵¹⁴ Keegan, 2014: 618.

aviões britânicos enfrentaram a força aérea alemã, sendo abatidos dez aparelhos aliados e cinco inimigos⁵¹⁵.

A 14 de Abril a posição de Neuve Chapelle, bem como as posições avançadas de Ypres e Passchendaele, foram reconquistadas pelos alemães. No dia seguinte, com três novas divisões apoderaram-se de Merville e obrigaram à evacuação de Bailleul. Os ingleses, apesar de responderem com tenacidade, foram cedendo algum terreno ao inimigo. O general Haig, ciente de que as reservas das suas tropas eram em número reduzido em relação às alemãs, estava determinado a abandonar o saliente Ypres, mas teve a oposição do comandante francês. Perante a recusa, os britânicos aproveitaram para reclamar junto de Foch o envio de mais quatro divisões francesas. A guerra encontrava-se num impasse de avanços e recuos e as tropas cada vez mais esgotadas. Por isso, em 15 de Abril Haig e Foch apelaram para que as tropas americanas entrassem o mais rapidamente possível em combate. Sem a colaboração russa e lançado todo o poderio alemão na frente ocidental, o apoio americano era vital para sustentar e derrotar o inimigo.

Em 16 de Abril a ofensiva continuou numa frente de 15km. Mais de mil neozelandeses foram feitos prisioneiros e no dia 20 nove milhões de granadas de gás mostarda e fosgênio foram lançados pelos alemães sobre Ypres, num total de 2000 toneladas de gás venenoso, tendo afectado mais de 8000 soldados britânicos⁵¹⁶. Givenchy, um dos baluartes do flanco direito aliado e que deveria ser tomada antes de Béthune, foi ocupada pelos alemães embora por pouco tempo. A acção enérgica da 55ª divisão territorial britânica que guarnecia a linha desde o canal de La Bassée até Richebourg recuperou facilmente a cidade, fazendo um milhar de prisioneiros nos três regimentos inimigos.

Em 17 e 18 de Abril o ataque ao monte Kemmel pelos alemães foi abortado com um número elevado de baixas: a guerra começava a enfraquecer do lado inimigo.

A partir do dia 20 de Abril e com os objectivos por alcançar, sem atingir nem Paris nem o mar, e com as tropas americanas no terreno, o inimigo entrou em processo de desmoralização. Motivado com a “Ordem do Dia” de Haig, o governo britânico fizera entrar em França, através do canal da Mancha, duzentos mil homens e um grande número de canhões. Uma nova arma entrava em acção: o tanque de guerra. Todos estes factores, conjugados com a entrada em acção directa dos tanques, fizeram com que o prato da balança começasse a inclinar-se para o lado dos aliados.

⁵¹⁵ Gilbert, 207: 613.

⁵¹⁶ Gilbert, 2007: 614.

Em 24 de Abril, a captura de Villers-Bretonneux na frente Ocidental motivou o primeiro confronto entre tanques aliados e alemães. Um tanque pesado britânico atacou severamente o primeiro adversário, obrigando todos os outros a fugir. Em perseguição destruíram vários tanques e fizeram um elevado número de prisioneiros.

Em 25 de Abril Villers-Bretonneux foi recapturada por um ataque anglo-australiano, com largas centenas de prisioneiros alemães. Nesse mesmo dia, a partir das 7 horas da manhã a aviação alemã bombardeou as posições francesas no monte Kemmel, um dos pontos altos flamengos. À tarde, as tropas aliadas foram obrigadas a abandonar aquela posição com a perda de 5.400 homens. No dia seguinte, tropas francesas obrigaram os alemães a abandonar Voormezeele e Locre, permitindo aos franceses recuperar Kemmel.

Em 28 de Abril, era a vez de os belgas repelirem um ataque alemão em Langemarck.

A 29, um novo e último ataque inimigo com treze divisões numa frente de 16 quilómetros permitiu ainda tomar a localidade de Scherpenberg, que foi recuperada de imediato. Esta conquista determinou o fim do avanço dos alemães que, desmoralizados e esgotados, renunciaram a tomar Ypres. Nessa noite, tal como acontecera no Somme, Ludendorff resolveu parar o ataque, terminando deste modo a chamada ofensiva sobre o Lys. A segunda ofensiva, tal como fora prevista por Ludendorff, não atingira os seus objectivos: nem os portos da Mancha nem o caminho de Paris. Para os aliados, a batalha do Lys constituiu um verdadeiro ponto de viragem e os soldados alemães, agora exaustos e deprimidos, tornavam-se incrédulos quanto às perspectivas de penetrar nas linhas inimigas. Nesta batalha terão perdido 120000 homens, de um total de 800000 do IV e VI exércitos.

Durante os meses de Maio e Junho, Ludendorff tentou ainda uma terceira ofensiva com a maior concentração de artilharia composta por seis mil canhões e dois milhões de bombas⁵¹⁷, na tentativa de chegar a Paris, convicto de que eliminaria facilmente as defesas francesas. Porém as duas divisões americanas que se juntaram aos aliados, particularmente a brigada de *Marines* que integrava uma das divisões, não permitiram o acesso dos alemães à estrada que conduziria a Reims, baluarte importante para a continuação da ofensiva até Paris. Seriam de facto os americanos a dar novo alento aos aliados, enviando duzentos e cinquenta mil homens por mês, com vinte e cinco divisões atrás da zona de batalha e quarenta e cinco à espera nos Estados Unidos, prontas a embarcar. Esta situação permitia aos aliados a substituição das baixas e a rotação para descanso, já que a infantaria britânica se encontrava desgastada pelos

⁵¹⁷ Keegan, 2014: 521.

constantes e violentos combates. A mesma capacidade de rendição não acontecia com as tropas alemãs.

Em 9 de Junho, Ludendorff resolveu atacar pelo rio Matz com o objectivo de fazer recuar os franceses para sul, atacar os britânicos pela retaguarda e seguir em direcção a Paris. Americanos e franceses resistiram e contra-atacaram, não permitindo o avanço. As tropas alemãs encontravam-se já muito enfraquecidas e em inferioridade numérica em relação aos aliados.

A 18 de Julho Ludendorff iniciava a que viria a ser a última tentativa de atingir Paris, adiando a ofensiva contra os britânicos na Flandres. Cinquenta e duas divisões atravessaram o rio Marne com o intuito de chegar à capital francesa. Avisados pelos serviços de informações, os comandos franceses e americanos prepararam-se e decidiram fazer frente ao inimigo perseguindo-o ao longo do rio e fazendo elevado número de prisioneiros. Era o início do contra-ataque aliado que iria conduzir ao Armistício em 11 de Novembro de 1918, com a derrota das potências centrais. Em 8 de Agosto a frota de tanques britânica e francesa arrasou completamente a frente alemã em Amiens bombardeando, destruindo e recuperando todo o sector português que tinha sido ocupado pelos alemães.

Foi no contra-ataque britânico de Julho e Agosto que o reduto de La Couture, tomado em 10 de Abril pelos alemães às tropas portuguesas e inglesas, foi completamente bombardeado e destruído pela artilharia inglesa, obrigando os alemães a retirar. Alguns oficiais portugueses que tinham sido feitos prisioneiros no reduto em 10 de Abril, com o presumível pretexto de engrandecer a sua acção heróica frente ao inimigo, pretenderam abusivamente fazer passar na sua narrativa, em discursos e conferências, que a violência do ataque naqueles dias terá sido de tal ordem que o reduto fora completamente arrasado, o que não corresponde à verdade. O reduto e o Block-house eram de grande utilidade na protecção dos comandos alemães e por isso forçaram a rendição dos portugueses e ingleses sem o seu bombardeamento. As fotografias que documentam o reduto reduzido a escombros só poderiam ter sido obtidas seis ou sete meses depois de 10 de Abril, quando a região foi tomada pelos aliados. Um mito, uma ilusão para não falar de erro, criados à volta de La Couture, com o patrocínio dos generais Gomes da Costa e Ferreira Martins. Este, referindo-se vagamente aos que lutaram “até à manhã do dia 11 de Abril”, terminava o capítulo com o título “O Sacrifício” louvando os actos heroicos que cobriram de glória o soldado português, comparando o bombardeamento do 9 de Abril com o do Somme. E referindo-se aos homens de La Couture concluía: “e, para coroamento destes feitos, destacamos pelo seu justo e merecido relevo, a notável e heróica defesa do reduto de La Couture, onde forças de infantaria 13 e 15 e britânicas se aguentaram

encarniçadamente, sem desfalecimento moral, apesar das graves perdas sofridas, até ao momento em que, esgotados todos os esforços, foram forçadas a render-se”⁵¹⁸.

4. A reorganização das tropas portuguesas e actividade na retaguarda

Completamente fora das linhas de combate, o exército português cansado, desarticulado e com a maior parte do material destruído procurava na retaguarda, por todos os meios, reorganizar-se no sentido de poder prestar ainda alguma colaboração à força aliada, tentando salvar a face da derrota do 9 de Abril e marcar uma posição nas ofensivas finais. Todavia, a situação não se tornava nada fácil para os comandos do CEP. A historiografia não é consensual relativamente às dificuldades que os comandantes da força portuguesa tiveram de enfrentar para reorganizar as duas divisões. Magalhães Godinho, por exemplo, entende que a principal barreira que se deparou aos chefes militares foi a política anti-intervencionista, germanófila e antirepublicana do governo de Sidónio Pais, embora refira também o cansaço de muitos comandos de unidades, os quadros esvaziados e o difícil relacionamento com os ingleses⁵¹⁹. No mesmo sentido se coloca Alves de Fraga, ao afirmar que “num ápice, Sidónio Pais, no calor da vitória do golpe militar (...) deitou por terra toda a política de afirmação nacional tão arduamente levantada”⁵²⁰, insinuando que a política de Lisboa era anti-anglófila, apesar do apoio do representante militar inglês, general Bernardiston e do seu embaixador, Sir Lancelot Carnegie, situação que parece contraditória. Porém, na sequência do que se tem vindo a analisar, o maior obstáculo para o cumprimento do objectivo pretendido pelos comandos portugueses residiria no receio, sempre sustentado pelos ingleses, em relação às capacidades das tropas portuguesas como combatentes o que, aliás, se confirmou pela enorme confusão no dia 9 de Abril. À desconfiança britânica juntava-se agora a dos franceses, que relegaram para um plano inferior os militares do CEP. Constituíram igualmente um factor considerável para o avolumar desse descrédito as clivagens no seio dos militares, provocadas por acusações mútuas do fracasso no Lys entre partidários do *dezembrismo* e do *intervencionismo*, de que tanto britânicos como franceses bem se aperceberam.

Perante a situação conjuntural em que se encontrava a 2ª divisão, (a 1ª divisão encontrava-se em Desvres, não tendo tomado parte na batalha) e no sentido de evitar maiores danos aos aliados que se encontravam verdadeiramente empenhados na derrota do inimigo, era de todo

⁵¹⁸ Martins, 1938: 5.

⁵¹⁹ Godinho, 2005: 211.

⁵²⁰ Fraga, 2010: 500.

plausível que franceses e ingleses atribuíssem um papel secundário ao que ainda restava da força do CEP.

Após ter conhecimento na manhã do dia 9 de Abril de que o inimigo se tinha apoderado das linhas A, B e C, o comando da 2ª divisão retirou de Lestrem para Calonne, convencido de que poderia prolongar a resistência. Só então se apercebeu da violência face ao grande número de soldados que já se encontravam e continuavam a chegar, fugidos de Lestrem, La Gorgue ou de Vieille Chapelle. Outros, procurando abrigos ainda mais seguros à retaguarda, foram vistos na estrada de Merville a caminho de S. Venant, onde se encontrava o comando do CEP. O general Ferreira Martins, baseado nos textos de Vasco de Carvalho, Gomes da Costa e David Magno corrobora as suas afirmações de que só nessa altura é que os comandos se aperceberam de que “o ataque tinha uma envergadura muito superior a todas as previsões e que as perdas deviam ser gravíssimas”⁵²¹.

Todas as iniciativas no sentido de organizar grupos de tropas para as enviar novamente para as linhas da frente foram completamente frustradas. No início da tarde do dia 9 uma granada inimiga caiu em Calonne, gerando o pânico no comando e nas tropas ali amontoadas. O comando da divisão, assustado com um possível bombardeamento do inimigo e perante um grande número praças desorganizadas, resolveu retirar-se para St. Venant dando conta desta decisão ao comando do XI Corpo. Foi por esta altura que o general Gomes da Costa recebeu uma ordem do comando do XI exército, impondo que a 2ª divisão deveria resistir na linha do Lawe: “A divisão portuguesa deve manter-se a todo o custo. Todas as passagens da ribeira do Lawe devem ser defendidas. Reúna todos os homens que retiram a Oeste do Lawe, desembaraçando estradas”⁵²². O regresso à linha do Lawe com as tropas desordenadas seria logisticamente impossível: primeiro porque, como afirma o major Vasco de Carvalho, das unidades de infantaria havia apenas destroços que não podiam ser utilizados e da artilharia divisionária apenas a 2ª bateria do 2º grupo de artilharia conseguira salvar o material⁵²³; em segundo lugar, aquelas tropas desmoralizadas encontravam-se já a uma larga distância da frente e seria muito difícil fazê-las avançar para as linhas que nem sequer conheciam, como acrescenta Vasco de Carvalho: “Fazer voltar aqueles soldados para a linha do Lawe afigurou-se uma impossibilidade absoluta”⁵²⁴. Por isso a determinação do comando britânico não foi cumprida, como acontecera com a ordem do general Douglas Haig de que a divisão portuguesa

⁵²¹ Martins, 1938: 50.

⁵²² Carvalho, 1924: 398.

⁵²³ Carvalho, 1924: 399.

⁵²⁴ Carvalho, 1924: 400.

deveria morrer na linha B. Os únicos que na realidade se encontravam a cumprir essa missão eram os últimos homens dos batalhões 13 e 15, sob o comando do capitão David Magno. Perante a realidade da situação exposta pelo general Gomes da Costa ao comandante do XI Corpo britânico, este não encontrou outra alternativa senão ordenar que as tropas recuassem para St. Venant. A partir daí, as tropas portuguesas deixavam de pertencer ao XI Corpo, ficando na dependência do 1º exército. Portugal prestava aos comandos ingleses mais uma prova de que a sua contribuição na guerra com forças militares constituía um grave erro, e o comando inglês teve um conhecimento claro de que a divisão portuguesa se encontrava inutilizada e incapaz de combater. De St. Venant as tropas foram encaminhadas para Desvres e depois para Samer. As brigadas 4ª, 5ª e 6ª encontravam-se reduzidíssimas e os grupos de baterias dizimados. O major Vieira de Carvalho, que presenciou o seu percurso até Samer, faz uma descrição bem realista do estado físico e moral em que se encontravam após o ataque de 9 de Abril:

Aos grupos ou isolados, soldados vagueavam ao acaso, sem destino e sem orientação; quase todos tinham deixado tudo, desde a espingarda à saquinha de riscado; muitos apenas salvaram a manta em que se embrulhavam e agora traziam ao ombro ou pendurada de um cajado, hábito da vida do campo levando um cajado, dada a falta da arma, dada a falta da espingarda voltava com a maior naturalidade na sensação agradável de terem já acabado a vida de soldado⁵²⁵.

Foi na manhã do dia 12 de Abril que oficiais do estado-maior da 2ª divisão, ao efectuarem um reconhecimento em Cormon junto de Samer encontraram outro grupo de militares, mas em circunstâncias bem diferentes:

Um grupo de soldados, todos sujos e enlameados, mas armados e equipados, ar fatigado, mas aspecto correcto e digno, de quem sentia a consciência do Dever cumprido (...). Pertenciam ao 13, comandava-os o capitão Magno e eram aqueles que tinham saído de La Couture, para vir depois combater junto do canal do Lawe juntamente com os escoceses da 51ª divisão⁵²⁶.

Eram os militares que tinham retirado da linha de combate do Lawe no dia anterior.

No dia 13 de Abril, como resultado da reorganização do CEP, a 2ª divisão concentrou as suas tropas na zona de Samer, enquanto os serviços da 1ª ficaram em Desvres, cada uma com o seu quartel-general.

Devido às enormes baixas sofridas pelos corpos ingleses e à falta de tropas para a execução de serviços auxiliares, o Alto Comando britânico requisitou a incorporação de forças portuguesas, uma vez que se encontravam disponíveis. Disponibilizadas a 1ª e 2ª brigadas da

⁵²⁵ Carvalho, 1924: 405

⁵²⁶ Carvalho, 1924: 407 e Magno, 1967: 170

1ª divisão, foram integradas nas 14ª e 16ª divisões britânicas, indo cavar trincheiras para Fauquembergues segundo a ordem do general Horne. As relações do comando do CEP foram-se agravando particularmente com os oficiais do 1º exército, em virtude das tropas portuguesas não corresponderem à execução dos serviços que lhes eram destinados. O clima de deterioração chegou ao ponto do general Ker, na presença do comandante do CEP, do subchefe do estado-maior Ferreira Martins e do chefe do estado-maior da 1ª divisão José de Serpa Pimentel, acusar os portugueses de “não dar tudo quanto podiam para trabalhos, tendo ainda alguns milhares de homens a comer sem trabalhar”, ameaçando com uma proposta do general Horne para a repatriação do CEP⁵²⁷. Magalhães Godinho interpreta esta incidente como um “desnorreamento dos comandos ingleses com a consciência pesada pelas suas inegáveis responsabilidades no desastre de 9 de Abril e pela política antiportuguesa dos ingleses”⁵²⁸. A investigação e análise da documentação apresentada neste estudo conduz-nos a uma interpretação diferente da deste historiador: a desorientação partiu da estratégia política errada de Lisboa e não de Londres. O almirantado britânico tudo fez para poupar as pobres e desarmadas tropas portuguesas, mas o governo utilizou todas as estratégias para forçar a Inglaterra a fazer o pedido em nome da aliança. Tudo o resto foram consequências dessa deliberada determinação, agravada por levar para o interior da instituição militar orientações político-ideológicas através dos partidários intervencionistas.

A força militar obedeceu como era o seu dever, apesar das divergências. Não era esta a forma de pensar e de agir dos representantes do poder político inglês: ainda antes de começar a guerra, a 4 de Abril de 1914, o primeiro ministro britânico Herbert Asquith alertava para a separação e respectivas competências entre o poder político e a organização militar: “O Exército nada ouvirá de mim sobre política, e em troca espero nada ouvir de política da parte do Exército”⁵²⁹.

O agravamento das relações entre ingleses e portugueses levou a que, no dia 22 de Abril, o 1º exército fizesse sair uma nota na qual era ordenada a dispersão das tropas portuguesas pelas unidades inglesas, e que todas as ordens seriam emanadas directamente do quartel-general britânico. Tamagnini protestou junto de Horne em 23, conseguindo que a referida nota não tivesse qualquer efeito. Em 26, o comando britânico decidiu integrar o CEP no XI corpo de exército, de acordo com o estabelecido em 6 de Abril. Perante o protesto dos oficiais

⁵²⁷ Martins, 1938: 61-62: 61-62

⁵²⁸ Godinho, 2005: 217

⁵²⁹ Duncan Brack, 2013, *The Dictionary of Liberal Quotations*: 17. “The Army hear Nothing of politics from me, and in return I expect to hear Nothing of politics from the Army”

portugueses das duas divisões, nomeadamente José de Serpa, Vitorino Godinho e os chefes de estado-maior das divisões foi possível formar um corpo de exército constituído pelos restos da 1ª e 2ª divisões. Tratou-se de reorganizar a 2ª divisão, competindo esta tarefa a Vitorino Henriques Godinho. Ficaria constituída por duas brigadas, a três batalhões por brigada e três companhias por batalhão. Para colmatar a falta de homens, foram tomadas medidas consideradas urgentes: terminar com as licenças para Portugal, fiscalizar as baixas aos hospitais, repatriar os doentes e, principalmente, pedir reforços a Lisboa. Algumas destas resoluções chegaram demasiado tarde e outras foram absolutamente inúteis. Como foi referido no capítulo II, o envio de reforços de Lisboa era praticamente impossível. O presidente Sidónio Pais bem tentou junto do governo britânico para que lhe fossem cedidos navios para o transporte de reforços para França. A resposta era previsível: em Setembro de 1917 o governo britânico recusara ao governo de Afonso Costa ceder mais navios para o transporte de tropas portuguesas e não seria agora, numa situação de extrema gravidade para os aliados em que estaria em causa a derrota ou a vitória na guerra, quando era necessário transportar centenas de milhares de homens da América para a Europa, que a Inglaterra iria dispensar navios a Portugal. Nem por terra nem por mar o governo britânico facilitou o transporte de mais portugueses para França, alegando ainda a epidemia que assolava Portugal. Apesar da tentativa de reorganização, as tropas portuguesas continuaram subalternizadas às ordens dos comandos ingleses, ocupando-se em serviços auxiliares.

Em princípios de Maio, o comando inglês mandou retirar o quartel-general do CEP para Ambleteuse, junto ao mar, onde a 2ª divisão, moralmente aniquilada, viria a dissolver-se.

Se as relações entre os oficiais portugueses e britânicos não eram de grande cordialidade, nos meses de Maio e Junho agravaram-se no interior da alta hierarquia do CEP, conduzindo à ruptura nos comandos. O coronel Sinel de Cordes pediu a demissão por discordar do seguidismo de Gomes da Costa para com os ingleses, seguido por quase todos os oficiais guerristas e antisidonistas do estado-maior como Roberto Baptista, Ferreira Martins e Vitorino Godinho, entre outros. Para agravar o mal-estar contribuiu igualmente a deterioração das relações entre Tamagnini e Gomes da Costa. Aproveitando uma visita a Lisboa, Tamagnini atacou Gomes da Costa e negociou com sucesso a sua destituição. Entretanto Gomes da Costa, beneficiando da oportunidade de ser comandante interino procedeu a algumas alterações, entre as quais a que dizia respeito à concessão de licenças e ao uso particular de viaturas pelos oficiais. Mas a que mais controvérsia gerou entre os dois comandantes foi a publicação, em Ordem de Serviço, de vários louvores por iniciativa de Gomes da Costa, bem como o envio para a secretaria da Guerra de uma lista dos oficiais que deveriam ser agraciados. Tamagnini

entendia que não era da competência do comandante da 2ª divisão apresentar essas propostas para a aprovação do ministro e, além disso, discordava da composição da lista. Por isso pediu para que não fosse tomada qualquer resolução sem o seu consentimento.

Segundo Vitorino Godinho, Tamagnini terá arrancado posteriormente folhas inteiras dessa lista, substituindo-as por outros nomes e propondo a Lisboa a substituição imediata de Gomes da Costa, o que veio a acontecer em 17 de Junho⁵³⁰. As clivagens na hierarquia do CEP levaram o governo de Lisboa a substituir muitos oficiais. Em 24 de Agosto, por ordem do exército de 31 de Julho de 1918, era a vez de Tamagnini ceder o comando do CEP ao general monárquico Tomaz Garcia Rosado, transitando o coronel João José Sinel Cordes para chefe do estado-maior, tentando salvar a vida do já moribundo Corpo Expedicionário. Nesse mesmo dia o general Tamagnini regressou a Lisboa, sem nunca ter conhecimento das razões da sua substituição. Os soldados portugueses, vivendo em condições péssimas em barracas com falta de água, fardamento e higiene, a desempenhar serviços muitas vezes aviltantes sob as ordens dos ingleses, frequentemente se encontravam à beira da revolta. Para além desta situação havia um grande número de doentes, feridos, estropeados ou gaseados, sempre na esperança de serem repatriados.

Qualquer esforço para reconstruir a divisão de combate era absolutamente em vão. Os ingleses não estavam interessados e o governo de Lisboa percebeu a inutilidade da insistência: os militares foram integrados em pequenas formações inglesas. Toda a energia, ambição política de unidade nacional e pretensão lugar de destaque no Concerto das Nações ficavam enterrados na areia junto ao mar, na cidade de Ambleuse, como testemunha o capitão David Magno:

Os nossos homens já não vibravam. Um saudosismo inveterado os dominava (..) Plantados à beira-mar, a ver navios e dirigíveis, durante o dia, a ouvir ronronar os aviões inimigos, durante a noite, o repouso físico da Ambleuse em nada modificou o seu estado de espírito, a não ser para recalcar o pensamento de que tal estágio nestas paragens constituía meio caminho para a expatriação de todos, a abrir pelos astenizados ou mais nostálgicos (...) Presenciamos alanceados o desbarato da batalha do Lys... Mas confessamos que muito mais nos compungiu o “desbarato” de Ambleuse⁵³¹.

É o próprio comandante do CEP a reconhecer a incapacidade de uma reorganização das tropas: “Os quadros estavam reduzidíssimos; chegou-se a não encontrar um major ou capitão em condições de se lhe confiar o comando de um batalhão (...) Os poucos oficiais que havia junto

⁵³⁰ Godinho, 2005: 226.

⁵³¹ Magno 1967: 178-179.

dos soldados, em geral, de nada serviam; não queriam voltar a combater; não queriam marchar para os trabalhos de defesa, pensando só em retirar para Portugal”⁵³².

Perante os dados e as reflexões expostas, e embora uma crítica aprofundada dos factos relacionados com o CEP após o 9, 10 e 11 de Abril não seja a questão essencial do tema em análise julgou-se, todavia, ter contribuído para a compreensão do objecto principal: forçar a beligerância foi o factor decisivo para a ruptura da instituição militar, tendo como modelo o caso de estudo do capitão David Magno, como será tratado no capítulo seguinte.

⁵³² Tamagnini, 1923, Parte III: CIX-CX.

CAPÍTULO V - DO RESCALDO DA BATALHA AO TRIBUNAL MILITAR; A BATALHA DA MEMÓRIA

Pretende-se com este último capítulo dar a conhecer o que se passou no rescaldo da batalha que permite concluir, indubitavelmente, que a entrada na guerra sem o consenso geral da nação conduziu a uma ruptura sem retorno no seio dos militares, plasmada no caso exemplar dos oficiais do BI 13 e em particular do capitão David Magno. A criação de mitos sem consistência não foi suficiente para o resgate da confiança, nem para a sociedade política nem para a instituição castrense. O fim do regime há muito estava anunciado.

1. Os equívocos de La Couture e de Les Lobes; os comandos portugueses e britânico reconhecem a audácia dos “restos” do 13 e do 15 em Les Lobes; a primeira Cruz de Guerra

Na perspectiva do tema que tem vindo a ser desenvolvido, a historiografia portuguesa e grande parte da comunicação social, dentro da insignificância que foi a actividade do CEP, referem-se à batalha de La Lys de uma forma redutora, limitando-se aos factos ocorridos em 9 e 10 de Abril de 1918, derrapando para vários equívocos na descrição e análise de algumas situações. Actualmente, a documentação existente no Arquivo Histórico Militar permite tornar claro que os principais combates com tropas dos batalhões 13 e 15 na zona de batalha do Lys e do Lawe nos dias 9, 10 e 11 de Abril de 1918 relacionam-se particularmente com os homens do capitão David Magno, e não apenas com a resistência da guarnição de La Couture. Aliás, a imprensa e a historiografia internacionais referem-se aos acontecimentos de Les Lobes e no canal do Lawe, ignorando quase por completo La Couture.

Decorrido o primeiro quarto de hora de bombardeamento, Gomes da Costa expediu ordens às brigadas no sentido de cumprirem o que era “determinado” no Plano de Defesa do sector português. Apesar do corte das comunicações não ter permitido que a ordem do comando tivesse chegado às respectivas brigadas e batalhões grande número de oficiais, tanto das unidades de infantaria como de artilharia tentou responder ao ataque dos alemães, embora sem sucesso, como ficou devidamente clarificado e documentado.

A mesma determinação de enfrentar o inimigo não se verificou com os comandos do batalhão de infantaria 13 que, apesar de os seus abrigos serem atingidos por forte bombardeamento, preferiram manter-se abrigados nas caves. O major Pissarra e o 2º comandante interino capitão Bento Esteves Roma viriam a justificar mais tarde aquela atitude de imobilismo argumentando que não se “pensava em ofensiva”, que o Plano de Defesa não lhes tinha sido dado e, por fim, que não tomaram qualquer iniciativa por não terem recebido

qualquer ordem da brigada. Só por volta das 10 horas do dia 9 de Abril, quando os alemães já tinham tomado as primeiras linhas e pressionados pelo contramestre dos corneteiros do batalhão 17, que desertara apavorado, é que decidiram ordenar a algumas companhias para avançar, mas sem saber muito bem para onde, como confirma o capitão Esteves Roma no seu relatório: “o boche estava já ali, a dois passos, e então era preciso avançar sim, mas com cautela, de mais a mais não conhecendo a bem dizer o terreno, pois mandamos marchar rapidamente para La Couture”⁵³³.

Como se comprovou, os argumentos apresentados particularmente pelo 2º comandante poderão padecer de alguma credibilidade. Primeiro, contrariando a afirmação de Bento Roma existia, na realidade, um Plano de Defesa. Em segundo lugar, pelo mesmo plano era ordenado que, se por qualquer motivo não houvesse possibilidade de comunicações com os respectivos comandos, ou seja, sendo inviável a emissão de qualquer ordem, as brigadas e os batalhões deveriam executar de imediato a missão que lhes estava determinada: ocupar as primeiras linhas, como o disposto pelos generais Haking e Gomes da Costa. A linha principal de defesa da divisão era a B. À divisão portuguesa pertencia a defesa das duas primeiras linhas A e B, dando tempo ao Corpo para ocupar a Village Line⁵³⁴. Por último, o tema de uma iminente e grande ofensiva a desencadear pelos alemães era objecto de todas as conferências entre oficiais sendo, por isso, do conhecimento de todas as unidades. A incapacidade dos comandantes do 13 em reorganizar as tropas, a falta de vontade ou o medo de saírem das caves onde se encontravam abrigados, tiveram como consequências o pânico e o desbaratamento do batalhão. A tomada de decisão foi tardia, errada e descoordenada numa altura em que o bombardeamento sobre todo o sector português atingia a sua maior intensidade. Todavia não deixou de ser efectuada com a máxima cautela para os comandantes, como assim prevenia o 2º comandante interino, capitão Esteves Roma. O cuidado foi de tal ordem que permaneceram nos seus abrigos, ao contrário do que divulgou o alferes Sevivas que os vira morrer por uma carga de baioneta.

Foi a partir destas circunstâncias que o capitão David Magno, perdendo-se no caminho, foi deparar-se com o contingente britânico constituído pelo Seaforth Highlanders da Escócia no Lawe onde, com os restos dos batalhões de infantaria 13 e 15 combateu nos dias 9, 10 e 11 de Abril e a que imprensa internacional deu larga cobertura⁵³⁵.

⁵³³ Mota e Costa, 1959: 304. Relatório de Bento Roma.

⁵³⁴ Mota e Costa, 1920: 91.

⁵³⁵ ANEXO H, figura 1.5. mapa 7, Relatório Adicional: 11.

Pelas 13 horas do dia 9 a aldeia de La Couture ficou cercada e o Forte completamente isolado, à mercê do inimigo até às 12.00h do dia seguinte. O comando do CEP e o Alto Comando britânico deixaram de ter qualquer informação sobre as tropas inglesas e portuguesas que lá se encontravam. O tenente Tribolet do 15, que também se desencaminhara na rua du Bois, retirara-se para Hamel juntando-se à 55ª divisão, fora da área do sector português.

Conclui-se, assim, que a partir do meio-dia de 10 de Abril os únicos combatentes portugueses em zona de guerra de que fala a imprensa internacional, citada pelo ministro de Portugal em Paris João Chagas, só podiam ser os “restos” do 13 e do 15, reunidos pelo capitão David Magno. Para a grande maioria daqueles 50 homens, 11 de Abril foi o dia fatídico. Quando se preparavam para descolar da frente, os exércitos de von Quast e de von Armin retomaram a ofensiva contra a testa-de-ponte que defendia a estrada para Merville. Decidindo enfrentar os alemães, a guarnição portuguesa foi quase aniquilada ficando reduzida a meia dúzia de militares⁵³⁶. Tentando poupar os últimos homens, David Magno decidiu recuar a render-se, transpondo estrategicamente a prancha do canal do Lawe, em Les Lobes. Com os alemães ficavam para trás os mortos portugueses, que mais tarde foram identificados.

Partindo da base documental existente, a reposição intelectual dos factos constitui um direito fundamental da História. A imprensa estrangeira e o *Diário* de João Chagas são elementos essenciais da sua veracidade. Correspondentes de guerra internacionais não pouparam encómios dirigidos àquele conjunto de soldados que se bateu heroicamente em Les Lobes, na batalha de La Lys. Igual atitude não pode ser atribuída à imprensa portuguesa, que não primou pelo rigor da informação ao reproduzir incorrectamente as notícias de alguns periódicos internacionais, induzindo em erro durante décadas a opinião pública e as próprias academias. A nota do *Diário de Notícias* de 14 de Abril de 1918 é um exemplo cabal deste *lapso*.

Relevando o que se passou com os últimos combatentes do 13 e do 15 e no sentido de desfazer o equívoco entre Les Lobes e La Couture, cita-se a tradução do texto da notícia do jornal *The Times* de Londres do dia 11 de Abril, subordinada ao título *Portuguese Ordeal* (Provação, Calvário ou Bravura Portuguesa), louvando a audácia dos militares portugueses na “vizinhança” ou “cercanias” de La Couture (*neighbourhood of La Couture*):

“Bravura Portuguesa – Fala-se num combate de extrema bravura travado por um batalhão de portugueses nas *cercanias de La Couture*, os quais lutaram até completo esgotamento das munições e depois de pedirem mais, agarram-se obstinadamente às posições que ocupavam

⁵³⁶ Ver ANEXO G, figura 2.4, mapa 6.

até ao extermínio da maior parte dos seus homens (sic)”⁵³⁷. No sentido de evitar qualquer mal-entendido, tomou-se a liberdade de citar na íntegra o texto do *Diário de Notícias* do dia 14 de Abril de 1918 referente à notícia do dia 11 do jornal *The Times*:

“O heroísmo português - Calorosos elogios ingleses”:

Os correspondentes de guerra continuam a prestar homenagem ao grande valor das tropas portuguesas contra as quais se desencadeou toda a força do ataque do dia 9. O “London Times” diz que, depois que os portugueses foram obrigados a retirar para a região de Fauquissart algumas pequenas unidades continuaram lutando desesperadamente nos arredores. Um batalhão português que defendia La Couture pelejou com um valor extraordinário até esgotar todas as suas munições retirando-se então para novas posições, deixando grande número de mortos. O correspondente elogia o valor e o impulso dos portugueses, assim como o fogo certo da sua artilharia que continuou fazendo fogo contra as fileiras alemãs até que elas caíram em massa sobre eles. Os oficiais britânicos manifestam a sua admiração pela tenacidade portuguesa e espírito de camaradagem e o valor com que combatem ao lado dos ingleses⁵³⁸.

O tradutor do *Diário de Notícias* omitiu a palavra “vizinhanças” ou “cercanias” (*neighbourhood*), ao escrever: “um batalhão português que defendia La Couture pelejou com um valor extraordinário...”⁵³⁹. Esta omissão do diário lisboeta provocou uma interpretação errada do texto original confundindo o episódio militar de Les Lobes com o de La Couture, o que permitiu a alguns militares apropriarem-se de forma abusiva de actos que nunca praticaram e que a história sobre o 9 de Abril alimentou até à actualidade de forma incorrecta. O telegrama do correspondente do *The Times* é datado de 11 de Abril e proveniente da frente britânica. Não se refere a La Couture, mas às “vizinhanças” de La Couture. No dia 11 de Abril, já todas as tropas portuguesas e inglesas que na véspera se encontravam em La Couture iam a caminho do cativeiro na Alemanha.

Maior rigor aplicou o diário *France*, de Bordeaux, ao publicar a notícia de M. Perry Robinson, correspondente do *Daily News* na frente britânica, não omitindo a palavra “voisinage” (vizinhança): “Heroísmo dos portugueses – Frente britânica, 11 de Abril - Pequenas unidades continuaram a combater desesperadamente contra efectivos muito

⁵³⁷ Magno, 1967: 156, nota 1. Tradução de David Magno. Original: “The tale is told of extremely gallant fighting in the neighbourhood of La Couture of a battalion of Portuguese who fought till they had used up all their ammunition and had to call for more, and then went on stubbornly clinging to their positions until a large proportion had been killed.

⁵³⁸ Arquivo do *Diário de Notícias*, 14 de Abril de 1914.

⁵³⁹ Arquivo do *Diário de Notícias*, 14 de Abril de 1918.

superiores. Um batalhão português, na *vizinhaça de La Couture*, distinguiu-se pela sua admirável valentia...”⁵⁴⁰.

Também João Chagas anotou integralmente no seu *Diário* de 12 de Abril de 1918 o mesmo telegrama, não suprimindo os termos “na vizinhaça”, (*dans la voisinage de La Couture*)⁵⁴¹.

No seu nº 13073 de 4 de Maio o jornal *O Século* fez igualmente eco deste telegrama, publicando uma nota telegráfica do seu correspondente de guerra, Almada Negreiros, pela qual afirmou ter tido conhecimento “de um destacamento de infantaria composto de 50 homens, comandado por um oficial, cumpriu o seu dever até ao fim. Na confusão do combate, viu-se misturado com as tropas inglesas, continuando a lutar com a mesma valentia durante dois dias, encontrando-se sós, no fim do combate o oficial e sete homens”⁵⁴². O destacamento e o oficial a que se refere Almada Negreiros não poderiam ser outros senão o capitão David Magno e os seus homens.

No dia 12 de Abril, era a vez do diário *Télégramme* de Boulogne expressar grande surpresa pela coragem daquele punhado de homens que lutava ao lado dos britânicos: “A história um dia falará da heroica resistência dos Portugueses que às 15 horas ainda se batiam PRÓXIMO de La Couture”⁵⁴³. Presume-se que o correspondente se referia ao último ataque do dia 11 sobre a testa-de-ponte em Les Lobes, defendida pelos soldados portugueses. O episódio citado pelo *Diário de Notícias* com o corte da palavra “vizinhaças” terá tido tão grande repercussão na imprensa que até “o jornal *Voz de Cabo Verde*, de 22 de Abril de 1918, chegou a atribuí-lo ao general Gomes da Costa, como fez uma revista portuguesa da guerra que então se publicava em Paris”⁵⁴⁴.

O equívoco com origem no *Diário de Notícias* ligado ao artigo do capitão Velhinho Correia e à fabulação do alferes Sevivas induziu em erro, não só grande parte da imprensa como também os comandantes do CEP, permitindo que alguns oficiais prisioneiros em La Couture, particularmente o 2º comandante interino capitão Roma, se apropriassem dos actos de determinação e bravura dirigidos pela imprensa internacional aos combatentes de Les Lobes

⁵⁴⁰ Magno, 1966: 67 e Chagas, 1931: 53. Original francês: “L’héroïsme des portugais – Front britannique, 11 Avril – Des petites unités continuèrent à combattre désespérément contre des effectifs très supérieurs. Un bataillon portugais, *dans le voisinage* de La Couture, se distingua par son admirable vaillance; il se batit jusqu’à ce qu’il eut épuisé ses munitions; il envoya chercher d’autres et resta obstinément accroché à ses positions jusqu’à ce qu’il eut été presque anéanti”. O itálico é do autor deste estudo.

⁵⁴¹ Chagas, 1933: 53 Vol III.

⁵⁴² Jornal *O Século*, 4 de Maio de 1918, 1ª página, título “Episódios épico-dramáticos da grande peleja de 9”, Biblioteca Nacional.

⁵⁴³ Magno, 1923: 35.

⁵⁴⁴ Magno, 1923: 36, Relatório Adicional.

na linha do Lawe, na presunção de que a verdade nunca seria reposta. Relativamente ao primeiro caso, citam-se a propósito alguns exemplos. A Ordem de Serviço nº 146 do CEP de 20 de Maio de 1918, dirigida ao comandante interino da 2ª divisão mandando publicar uma série de louvores, ilustra bem a confusão e desconhecimento do que se passara em La Couture. Pela Ordem do Corpo nº 144 de 29 do mesmo mês, o major Gustavo Pissarra comandante de infantaria 13 era louvado “porque, no combate do dia 9/4/1918, em La Couture, comandando o seu batalhão, manifestou muita coragem, decisão e espírito de sacrifício, determinando, dispondo e animando a resistência das forças junto das quais se encontrava, até que por fim empunhando uma espingarda resistiu até ao último extremo, sendo morto por uma granada de mão”⁵⁴⁵.

Pela mesma Ordem de Serviço e Ordem de Corpo, foi igualmente objecto de um louvor o “capitão da 1ª companhia de infantaria 13” Bento Esteves Roma, porque

No combate de 9/4/1918, manifestou superiores qualidades militares no exercício do seu cargo de 2º comandante interino, providenciando convenientemente para o inimigo ser repellido e dirigindo ainda de perto a acção da 1ª companhia de que era comandante, concorrendo com a sua palavra e exemplo para os actos de coragem, decisão e audácia da referida companhia em La Couture onde desapareceu⁵⁴⁶.

Todos os oficiais de infantaria 13 e de outros batalhões prisioneiros em La Couture nos dias 9 e 10 de Abril apareceram louvados na mesma Ordem de Serviço, em virtude de terem sido *mortos ou desaparecidos em combate*, entre os quais se destacam o major Andrade Pissarra comandante de infantaria 13, tenente João Augusto Gonçalves comandante da 1ª companhia do 13, tenente Gustavo de Figueiredo comandante de companhia de infantaria 15, tenente João Baptista Trancoso comandante da companhia de formação do 13, alferes miliciano António Dias da 2ª companhia de infantaria 13 e o alferes miliciano Francisco Pinto da Veiga comandante dos sinaleiros. Pela mesma Ordem de Serviço era igualmente louvado o capitão David Magno que, nos combates de 9 a 11 de Abril de 1918, “manifestou muita coragem, energia, decisão e competência no exercício do seu comando de companhia, indo por fim com praças que conseguiu reunir, combater ao lado de tropas inglesas”⁵⁴⁷. Mas também não faltou o louvor ao alferes José Francisco Gonçalves Sevivas porque “no dia 9 de Abril bateu-se em La Couture com muita coragem, sangue frio, decisão e competência”⁵⁴⁸.

⁵⁴⁵ PT/AHM/FP/55/1/890 Série 1, Ordem de Corpo 144, 29/5/1918.

⁵⁴⁶ PT/AHM/FP/55/1/890 Série 1, Ordem de Corpo 144, 29/5/1918.

⁵⁴⁷ PT/AHM/FP/55/1/890 Série 1, Ordem de Corpo 144, 29/5/1918.

⁵⁴⁸ Idem.

Quase todos os diários do país de 16 de Abril de 1918 publicaram os referidos louvores aos oficiais portugueses, incluindo o vespertino *A Capital*⁵⁴⁹.

Poderá considerar-se, no mínimo estranho, que António Manuel da Mota e Costa, alferes a cumprir missão no Açores em 9 de Abril de 1918, ao ser-lhe solicitada a elaboração da obra *Subsídios para a História do RI 13 de Vila Real* (1959) quando já era brigadeiro, e tendo conhecimento do que se passara em La Couture e Les Lobes tivesse insistido no equívoco, afirmando na referida obra:

Que o batalhão de infantaria 13, pela coragem, bravura e serenidade com que se bateu na batalha de 9 de Abril de 1918, defendendo heroicamente La Couture com a 1ª e 2ª companhia e um pelotão da 3ª, só se rendendo com os efectivos muito desfalcados pelo fogo do inimigo, depois de esgotadas as munições, conduta brilhante com que mereceu dos nossos aliados as mais elogiosas referências⁵⁵⁰.

Se houvesse lugar para falar de heroicidade em La Couture nos dias 9 e 10 de Abril, recairia sobre o major Raul de Andrade Peres comandante interino de infantaria 15, que organizou com o comandante inglês a tímida resistência e a rendição ao inimigo no exterior do Block-house.

Até o próprio monumento em La Couture não deixa de ser controverso de acordo com a nossa perspectiva. O padrão pelo qual os aliados, particularmente a França, deveriam honrar as tropas portuguesas que se bateram da forma como as circunstâncias lhes permitiram, nomeadamente os que caíram mortos, transformou-se numa espécie de padrão de sinal contrário: “L’Hommage de Portugal à La France Immortelle – Reduit de La Couture – 9 Avril 1918”. E por que não uma homenagem da França ao soldado português? Terá sido um equívoco da diplomacia de Lisboa, ou um agradecimento ao governo francês pela sua colaboração em forçar a Inglaterra a aceitar a beligerância portuguesa? A esta situação, que pouco enobrece a diplomacia portuguesa e os soldados que tombaram nas terras da Flandres sem nunca terem percebido os verdadeiros motivos da guerra, junta-se a iniciativa duvidosa de se ter dado o nome de coronel Bento Roma a uma das principais ruas de La Couture.

Alguns estudos académicos recentes, desconhecendo ou confundindo os acontecimentos de Les Lobes com os de La Couture, construíram a tese da grande heroicidade de militares portugueses na Grande Guerra com base em factos virtuais de bravura e audácia passados com homens em La Couture, sem qualquer consistência como os documentos comprovam.

⁵⁴⁹ *A Capital*, 16/4/1918.

⁵⁵⁰ Mota e Costa, 1959: 167-168.

Consultando o trabalho *Infantaria 13 mais de Três Séculos ao Serviço da Pátria* (2005) coordenado pelo coronel de infantaria Carlos Manuel Martins Branco, verifica-se que o autor se deixou envolver pelo inadmissível engano histórico relativo à lacuna na tradução da imprensa portuguesa dos jornais estrangeiros. Transcrevendo a nota do *Diário de Notícias*, também Carlos Branco omitiu as palavras *neighbourhood* e *voisignage* constantes no texto original da notícia dos jornais *The Times* e *Télégramme*: “os restos de um batalhão português que defendia La Couture bateram-se com um valor extraordinário” (...) “a história um dia falará da heroica resistência dos portugueses que, às 15 horas ainda se batiam em La Couture”⁵⁵¹. Com fundamento apenas no já citado relatório do capitão Bento Roma, o autor atribui aos militares portugueses de La Couture os actos praticados em Les Lobes pelos homens de David Magno. Quando Carlos Branco afirma que “o desempenho operacional do Batalhão foi reconhecido na imprensa internacional”, não terá sido com os soldados que se bateram em La Couture, mas no Lawe e Les Lobes. Persistindo na sua inexactidão, afirma que “como resultado da sua acção, o Batalhão 13 foi condecorado com a Cruz de Guerra de 1ª Classe”⁵⁵². Um equívoco criou novo equívoco, alterando a realidade dos factos. Se o autor tivesse seguido o texto original da notícia da imprensa estrangeira, teria escrito que “os restos de um batalhão português que lutava nas *vizinhanças* de La Couture bateram-se com um valor extraordinário”, e “a história um dia falará da heroica resistência dos portugueses que, às 15 horas ainda se batiam nas *vizinhanças* de La Couture”, e que a atribuição da Cruz de Guerra de 1ª classe ao batalhão do 13 teria sido como resultado do valor com que se bateram os homens do capitão Magno em Les Lobes, e não aos militares que se encontravam nos abrigos de La Couture. Sendo o autor da obra, comandante do regimento de infantaria 13 e, por isso, com acesso a toda a documentação existente acerca da acção do batalhão do seu regimento na batalha de La Lys, não se entende a omissão desta realidade histórica.

A mesma linha e igual imprecisão dos factos se verificam nas obras recentes de Luís Alves de Fraga sobre o batalhão de infantaria 13 e La Couture. Baseando-se essencialmente no relatório de Bento Roma o historiador ignorou outras fontes, nomeadamente os relatórios de David Magno sobre os episódios ocorridos em Les Lobes e todo o processo do Tribunal Militar Territorial do Porto.

No dia 16 de Abril de 1918, João Chagas anotava no seu *Diário* as notícias saídas na imprensa de Paris sobre as circunstâncias precisas em que se dera o ataque em 9 de Abril sobre

⁵⁵¹ Branco, 2005: 54.

⁵⁵² Idem.

o sector português. Citando o jornal *Le Temps*, Chagas escreveu que “as duas primeiras linhas denominadas A e B foram tomadas com uma grande facilidade e a resistência só assume um carácter verdadeiramente sério na linha C, muito felizmente *jallonné* por baterias inglesas”⁵⁵³. Ao anotar que o exército donde partiu o ataque contra o sector português era comandado pelo general von Quast e que a maior parte das suas tropas era bávara, o próprio representante diplomático de Portugal em França questionava-se:

“Onde se encontra neste momento a divisão portuguesa, ou o que resta dela?” A resposta veio de imediato: “Segundo leio – e Deus sabe com que satisfação o leio! – estaria ao sul do Lys, entre o Lawe e o Clarence, combatendo ao lado dos ingleses e cobrindo Béthune(...). Os portugueses continuam talvez a combater ao lado dos ingleses, mas o CEP não existe já (...) Passou à história”⁵⁵⁴.

Na realidade o CEP como corpo de exército terminara entre as 12 e as 13 horas de 9 de Abril.

Na obra “Do Intervencionismo ao Sidonismo” (2010) Alves de Fraga, referindo-se aos acontecimentos de La Couture, descreve os factos com base exclusivamente no controverso relatório de Bento Roma, embora admita que tenha consultado os relatórios do comandante Pissarra e do major Peres de infantaria 15. Ao aludir à “imprensa estrangeira e à batalha”, o historiador cai no equívoco do *Diário de Notícias*: citando o jornalista do *Daily News* Perry Robinson, na passagem onde se afirma que todos os correspondentes “rendem homenagem à resistência heroica das tropas portuguesas”, atribui esta heróica resistência ao episódio de La Couture⁵⁵⁵.

Na mesma perspectiva prossegue o conteúdo do artigo “La Lys, a batalha portuguesa” (2003), em que Fraga diz que às 12 horas do dia 10 de Abril foram aprisionadas as últimas tropas portuguesas que se mantiveram activas e continuaram a luta pela defesa da sua área⁵⁵⁶.

Acerca dos combates dos militares portugueses em Les Lobes o autor, depois de grandes elogios à acção de Bento Roma em La Couture, menciona muito superficialmente “que para além de La Couture houve a resistência do capitão David Magno, também comandante de uma companhia do batalhão de infantaria 13, na região da ribeira do Lawe que combateu com os seus homens até ao dia 11 ao lado dos escoceses”⁵⁵⁷.

⁵⁵³ Chagas, 1932: 62.

⁵⁵⁴ Chagas, 1933: 63.

⁵⁵⁵ Fraga, 2010: 433-434.

⁵⁵⁶ Fraga, 2003: 441, *Portugal - Grande Guerra, 1914-1918*, Coord. Afonso, Aniceto e Gomes, Carlos de Matos, Edição Diário de Notícias, 2003, Lisboa.

⁵⁵⁷ Fraga, 2010: 431.

Isabel Pestana Marques (2008), apoiando-se apenas no relatório de Bento Roma, ao descrever os acontecimentos que ocorreram nos dias 9 e 10 de Abril de 1918 no sector português deixa-se envolver pela mesma imprecisão entre La Couture e Les Lobes e nas criações fantasiosas daquele oficial. A historiadora, citando a polémica passagem de Bento Roma sobre a ordem que deu a David Magno para se dirigir às trincheiras, conclui que foi “nessa altura que se encontraram militares que preferiram reter-se por mais tempo, sem cumprirem as ordens de avançar para a 1ª linha e outros que avançaram ao encontro do inimigo”⁵⁵⁸. Considera-se que Pestana Marques se refere a David Magno como um daqueles militares que preferiu ficar abrigado a cumprir ordens de avançar para o inimigo. E prossegue baseando-se no mesmo relatório, que “a necessidade de munições motivou adaptações”, ou seja, em vez de avançar de imediato para a linha da Frente, procurou-se munições em postos intermédios e perante o caos procurou-se o remuniciamento local⁵⁵⁹. Quanto ao primeiro ponto, em relação aos militares que preferiram reter-se por mais tempo não cumprindo as ordens e as decisões tomadas, julga-se que a historiadora terá esquecido todo o processo ocorrido no Tribunal Militar Territorial do Porto em 1921 e 1923 sobre estas e outras acusações de Bento Roma. Nenhum dos factos imputados pelo 2º comandante interino do batalhão de infantaria 13 ao comandante da 3ª companhia foi provado pelo Tribunal como verdadeiro, como se verá mais adiante. No que se refere à segunda questão, o trem das munições que abastecia o batalhão de infantaria 13 encontrava-se a uma distância de seis quilómetros à retaguarda, o que tornava completamente impossível a provisão das armas. Havendo fortes indícios de uma ofensiva de grande envergadura, não será fácil perceber o tipo de logística concebido pelos respectivos comandantes colocando a longa distância os meios essenciais de combate: o trem com as munições. Numa situação tão dramática para todos os soldados do batalhão, não deixa de ser caricato o 2º comandante do 13 andar pelos redutos a mendigar munições aos ingleses: “granadas de mão ou de espingarda não havia. Deram-se a alguns homens vários sacos de terra cheios de cartuchos, cartuchos que infantaria 24 havia deixado espalhados pelo acantonamento”⁵⁶⁰. Enquanto Bento Roma passava o tempo na retaguarda supostamente à procura das tais munições, mandava para a frente os homens com a máscara de gás e “de baioneta em riste para então lutar frente a frente com a esperança do breve socorro britânico” escreve Isabel Pestana Marques⁵⁶¹.

⁵⁵⁸ Pestana Marques, 2008:380.

⁵⁵⁹ Idem: 380.

⁵⁶⁰ Mota e Costa, 1959: 305, Relatório de Bento Roma.

⁵⁶¹ Pestana Marques, 2008: 381.

Também Vitorino Magalhães Godinho (2005) acerca da realidade sobre a batalha de La Lys se refere às informações dos correspondentes britânicos de guerra colhidas por João Chagas e publicadas pelas imprensas francesa e inglesa, particularmente o *Daily News* e o *Petit Parisien*, a que já nos referimos. Descrevendo o que relata João Chagas, o historiador escreve que “a desesperada resistência de certos batalhões, como o de La Couture que, combatendo até esgotar as munições, continuou a lutar à baioneta”. Estes factos de que fala Magalhães Godinho não passaram da pura fantasia do alferes Sevivas e do capitão Velhinho Correia. Porém, a ficção transformou-se lentamente e foi aceite como verdade.

Em finais de 1917 e princípios de 1918, a guerra dos alemães era outra: granada na mão, espingarda de bandoleira ao ombro, metralhadora e cobertura de artilharia e morteiros. A guerra de combate à baioneta passara à história.

Quanto aos acontecimentos relacionados com os dias 9 e 10 de Abril na aldeia de La Couture, na qual se situavam importantes abrigos como o reduto e o forte Black-house, não existem praticamente referências na imprensa francesa e inglesa, levando a concluir que não passaram dum episódio insignificante para os aliados. As diminutas menções feitas à participação dos portugueses na Grande Guerra são, na generalidade, pouco abonatórias. O mesmo não se pode afirmar em relação aos militares que lutaram em Les Lobes, cujos combates foram directamente observados, anotados e devidamente noticiados pelos correspondentes estrangeiros, não esquecendo de mencionar escrupulosamente a palavra “cercanias”, “vizinhanças” ou mesmo “proximidades” no sentido de evitar erros ou confusões posteriores.

Esclarecer o equívoco entre Les Lobes e La Couture é fundamental para se entenderem os louvores com que foram agraciados os militares portugueses que combateram no Lawe até ao dia 11 de Abril. Em La Couture, nenhuma frente britânica terá existido ou passado, para além do comandante do Forte ser inglês e de algumas praças inglesas se terem lá instalado⁵⁶² embora fosse da sua responsabilidade a guarnição, uma vez que pertencia à Linha de Corpo.

Foi nestas circunstâncias e no reconhecimento da acção levada a cabo em Les Lobes que no campo de Ambliteuse, pelas 16 horas do dia 5 de Julho de 1918 o general Tamagnini, colocando ao peito de David Magno a primeira Cruz de Guerra em combate na Flandres, iniciou a condecoração dos militares que protagonizaram o episódio do Lawe (Les Lobes), no contexto da batalha de La Lys⁵⁶³. O reconhecimento da determinação e audácia daquele grupo

⁵⁶² Magno 1923: 35, Relatório Adicional, 1923 e 1967: 68.

⁵⁶³ Magno, 1921: 222. Documentado por fotografia.

de militares foi confirmado pelo comando do CEP e da 2ª divisão e pelos militares escoceses da força expedicionária britânica (B.E.F. British Expeditionary Force). Coube ao comandante interino do Seaforth Highlanders, Archibald MacDonald, em virtude do tenente-coronel Samuel MacDonald ter sido ferido na tarde do dia 9 de Abril, a missão de entregar a David Magno um documento proveniente do comando do quartel-general da 146ª brigada de infantaria da força expedicionária inglesa, dirigido directamente ao oficial português. O comando da 146ª brigada quis agradecer pessoalmente ao capitão Magno o novo alento dado às densas fileiras escocesas quando chegara à linha de batalha, ao afirmar:

O punhado de homens intrépidos, bem-dispostos e ainda firmes, apesar das terríveis provações, nada poderia mais fortemente contribuir para levantar o ânimo dos Escoceses do que a forma, pela qual, vós, bravos soldados, munidos de metralhadoras e espingardas, com um espírito admirável, vos prontificastes a dar-nos a vossa colaboração, para estancarmos a torrente das hordas inimigas que avançavam⁵⁶⁴.

Do conteúdo do documento poder-se-á concluir que não se tratava apenas de uma simples cortesia diplomática, mas muito mais do que isso: “a necessidade de pagar um tributo ao glorioso Regimento”⁵⁶⁵. Ao afirmar que “durante três dias, longos e cruéis, não obstante perdas pesadas e sangrentas, as tropas portuguesas aumentaram o esplendor da sua glória, causando entre os alemães destroços e baixas incalculáveis”⁵⁶⁶, o comando da brigada britânica veio confirmar que a acção dos militares no Lawe (Les Lobes), nada teve a ver com os factos ocorridos em La Couture. Os dias 9, 10 e 11 e Abril corresponderam às jornadas de combate em que intervieram os restos do 13 e do 15 ao lado dos escoceses no Lawe. Não foram muitas as ocasiões em que as tropas portuguesas receberam elogios britânicos deste teor em tempo de guerra. Não se entende e pode considerar-se estranho que a historiografia portuguesa tenha passado à margem desta documentação tão precisa e esclarecedora.

Foi na sequência destas referências britânicas aos militares que combateram em Les Lobes que o governo português decidiu agraciar os dois comandantes escoceses do Seaforth Highlanders. Nesse sentido, por decreto de 11 de Setembro de 1920 o ministério da Guerra condecorou com o grau de Comendador da Ordem Militar de Avis o tenente-coronel Samuel Archibald, comandante das tropas escocesas em combate nas linhas do Lawe e com o grau de Oficial da mesma Ordem o capitão Archibald David MacDonald, comandante interino do batalhão⁵⁶⁷.

⁵⁶⁴ Magno, 1966: 156 e Magno, 1921: 201-20.

⁵⁶⁵ Magno, 1966: 157.

⁵⁶⁶ Magno, 1966: 157.

⁵⁶⁷ Biblioteca do Exército, Ordem do Exército de 20 de Setembro de 1920, 2ª Série, p. 719 e 720.

A gratidão para com os combatentes do CEP ao lado dos escoceses no Lawe não se limitou às palavras do Archibald MacDonald. Cerca de quarenta anos mais tarde, no cumprimento da promessa de MacDonald de que “jamais a vossa glória poderá empalidecer no coração dos vossos irmãos escoceses”⁵⁶⁸ a embaixada britânica em Lisboa homenageou David Magno com a oferta de um antigo *sporrán* em prata, pertencente ao Seaforth Highlanders⁵⁶⁹. O acto de entrega ao oficial português coube ao tenente-coronel Norman Cochrane Fraser, adido militar em Lisboa e antigo comandante das tropas paraquedistas de 1939-1945 nas campanhas de França, Egipto e Norte de África. A insígnia militar escocesa era acompanhada de uma mensagem muito significativa assinada pelo tenente-coronel Fraser na qual as praças, oficiais e antigos combatentes do antiquíssimo regimento do Seaforth Highlanders se associavam à homenagem ao capitão do 13, reconhecendo a estreita colaboração do camarada de armas na primeira linha da Flandres nos combates terríveis e sangrentos que se desenrolaram nos dias 9, 10 e 11 de Abril de 1918⁵⁷⁰.

O reconhecimento pelas tropas britânicas, comandos do CEP e 2ª divisão das acções levadas a cabo pelos restos de infantaria 13 e 15 em Les Lobes parece não ter agradado aos comandantes do batalhão de infantaria 13, particularmente ao 2º comandante capitão Bento Roma. O louvor e a condecoração com a medalha de guerra de 2ª classe estariam na origem da contenda entre os comandantes do batalhão e David Magno. As relações de animosidade entre Bento Esteves Roma e David Magno já vinham de tempos anteriores e atingiram o ponto máximo de ruptura durante a guerra e particularmente depois, tornando-se num caso bem significativo das fracturas na instituição militar, como se poderá constatar a seguir.

2. Capitães Bento Roma e David Magno, exemplo das clivagens na instituição militar; notas biográficas dos dois oficiais.

Para melhor se poder entender o contexto das relações entre os capitães Bento Roma e David Magno envolvendo algumas dezenas de oficiais, sargentos, cabos e praças durante e depois da guerra e que conduziram ao estado de fractura irreductível, julgou-se conveniente apresentar algumas notas biográficas mais significativas relativas ao percurso dos dois oficiais.

O capitão Bento Esteves Roma, natural de Chaves onde nasceu em 2 de Janeiro de 1884 era militar do quadro permanente, tendo frequentado a Escola do Exército entre 1906 e 1909,

⁵⁶⁸ Magno, 1966: 157.

⁵⁶⁹ ANEXO I, figura 5. Magno, 1960: 49. O *sporrán* oferecido a David Magno pelo Regimento Seaforth Highlanders encontra-se em exposição na Sala da Grande Guerra do Museu Militar de Lisboa, fazendo parte do espólio particular de David Magno e que a família decidiu gentilmente oferecer àquele Museu.

⁵⁷⁰ Magno, 1966: 160.

sendo promovido a alferes nesse último ano. Em 10 de Outubro de 1910 estava colocado no regimento de infantaria de Chaves. Não se lhe conhecia qualquer filiação partidária. Todavia, um facto expressivo revelava a sua tendência republicana: ao mesmo tempo que o administrador do concelho Dr. António Granjo proclamava o novo regime na Câmara Municipal, o alferes Bento Roma hasteava a bandeira da República na unidade militar.

Em 1912 foi mobilizado para Angola como tenente, tendo desempenhado várias comissões de serviço militar nos distritos de Benguela e Huila: comandou os postos de Bimbe, na circunscrição do Bailundo e de S. João e Pocolo em Huila, tendo regressado à metrópole em 1913. Em Janeiro de 1915 embarcou novamente para Angola integrado no batalhão de infantaria 19, incluído na coluna expedicionária do general Pereira de Eça para a ocupação do Cuanhama e participando nos combates de Môngua e de Chana de Mula em Agosto de 1915. Em fins de Agosto desse ano, com a vitória das forças do general Pereira de Eça sobre os rebeldes cuanhamas, cuamatos e outras tribos comandados pelo soba Mandume do Cuanhama com o apoio de material de guerra bóer, terminava a revolta dos indígenas em Angola graças à acção determinada do general Pereira de Eça, já como governador-geral de Angola nomeado por Pimenta de Castro.

Terminada a campanha do Cuamato, Bento Roma regressou a Portugal em Março de 1916, sendo colocado no regimento de infantaria 13, sediado em Vila Real. Em 21 de Abril o batalhão de infantaria 13 partiu para Lisboa em comboios especiais, embarcando por via marítima para Brest no dia seguinte. O comando da 1ª companhia do batalhão pertencia ao capitão Bento Esteves Roma. Na França passou quase todo o tempo como instrutor de esgrima e baioneta no campo de Marthes, alcunhado de “Campo de Manet”, de que foi responsável até ao seu encerramento, por não se justificar o tipo de instrução de guerra aí praticado devido à introdução de novos meios e tácticas de combate. Na fase final do conflito e acerca da instrução ministrada no campo de Marthes, David Magno testemunhou no seu *Livro de Guerra* o que sucedeu com o batalhão de infantaria 13 durante o período que lá passou em Julho de 1917:

“Este demorava uma semana e por isso as unidades iam para ali bivacar. Todavia com alguns batalhões não sucedeu assim, fazendo-se percorrer as companhias debaixo de chuva, de mochila às costas, chapéu de ferro e butes pesados, mais de 16kms por dia, sem poderem mudar de roupa (...) esforço que não correspondia à necessidade e que era mesmo conta-producente fortalecer por um lado e enfraquecer pelo outro”⁵⁷¹.

⁵⁷¹ Magno, 1921: 49.

Em fins de Janeiro de 1918 Bento Roma regressou à sua companhia, sendo logo nomeado 2º comandante interino do batalhão. Em 10 de Abril foi feito prisioneiro juntamente com todos os oficiais, sargentos e praças que se encontravam abrigados em La Couture, sem oferecer qualquer resistência ao inimigo. Porém, os “fantasiosos actos de bravura e de heroísmo” que lhe foram atribuídos em La Couture valeram-lhe mais tarde o nome de uma rua naquela localidade, em Lisboa, em Chaves e até na Ericeira.

Embora tivessem passado por vários campos de prisioneiros, os oficiais portugueses foram concentrados pelos alemães de Julho a Outubro em Breesen. O coronel Diocleciano Martins e o seu estado-maior da 5ª brigada, os comandantes do batalhão de infantaria 13 assim como os oficiais comandantes de companhia encontravam-se agora em poder o inimigo.

Após a libertação, Bento Roma foi nomeado comandante da companhia que representou Portugal no desfile sob o Arco de Triunfo, em 14 de Julho de 1919. Em 15 de Agosto desembarcou em Lisboa e foi desmobilizado. Porém, o ministro da Guerra republicano e intervencionista coronel Helder Ribeiro encarregou-o da preparação da escola de recrutas. Entre 1920 e 1923 foi governador militar do distrito de Cubando e depois na Lunda e Huíla em Angola, tendo regressado a Portugal em 1924. Em 17 de Agosto de 1921 Bento Roma entregou na secretaria do ministério da Guerra uma participação relativa à acção do capitão David Magno na batalha de La Lys, onde constavam acusações de cobardia e abandono da companhia que comandava frente ao inimigo. Estas acusações estiveram na origem de um processo que decorreu no Tribunal Militar territorial do Porto durante os anos de 1921 e 1923.

Entre 1930 e 1933 foi nomeado para vários cargos da província angolana, tendo exercido alguns durante um curto espaço de tempo e não chegando a tomar posse de outros por exoneração a seu pedido. Entre 1933 e 1935 terminaria a sua carreira como subdirector do Instituto Feminino da Educação e do Trabalho, em Odivelas.

Em 1949 fez parte da comissão central dos serviços da candidatura do general Norton de Matos à Presidência da República. Morreu em 23 de Dezembro de 1953.

David José Gonçalves Magno nasceu em Lamego, a 7 de Agosto de 1877. Após os estudos liceais, incorporou-se como voluntário em 1894 no regimento de infantaria 9, onde serviu durante 12 anos. Completados os estudos militares no curso da Escola Central de Sargentos passou a 1º sargento-cadete do regimento de infantaria 8 de Braga e, em 1906, foi promovido a alferes. Os exames, com aproveitamento nas línguas francesa e inglesa e literatura portuguesa, permitiram-lhe uma abordagem conjuntural das problemáticas política e cultural, assim como uma clara e fluente linguagem escrita.

Em 22 de Fevereiro de 1906 foi promovido a alferes e, em 7 de Março do mesmo ano, partiu para Angola. Ao desembarcar em Luanda foi nomeado instrutor de tiro da Carreira da Guarnição daquela cidade. Em 1907 foi colocado como adjunto no quartel-general da província e, em 1909, assumiu o comando militar de Lombige. Participou no *raid* do Zenza contra o soba dos Dembos, em 1908. Reconhecendo-lhe as capacidades militares, Paiva Couceiro confiou-lhe o comando militar dos Dembos Orientais (Lombige) ainda por submeter e ocupar. As tentativas de conquista do Dembo Caculo Caenda em 1872 e 1907 tinham falhado. Era intenção do governador Paiva Couceiro organizar uma coluna e tentar a ocupação, o que não veio a acontecer. Em Setembro de 1909 David Magno, por sua exclusiva responsabilidade, resolveu iniciar uma marcha de cinquenta quilómetros para o interior e ocupar a “banza” do soba dembo Caculo Caenda, D. Domingos Miguel Sebastião Caculo Caenda, descendente do rei do Congo e da rainha Jinga, um dos mais poderosos potentados de Angola. Com um punhado de landins, através de matas cerradas e montanhas e após várias emergências, muitas provações e sofrimentos, David Magno entrincheirou-se com os seus homens dentro do território do soba e levantou o forte de S.to António, depois conhecido por forte David Magno, onde arvorou uma bandeira portuguesa que mais tarde depositaria na Sociedade de Geografia.

David Magno não se limitou à tarefa de submissão dos sobas locais, preocupou-se também com o aspecto civilizacional. Na capital dos Dembos, apesar dos escassos recursos criou uma estação postal, promoveu o estabelecimento da primeira casa comercial, defendeu a criação de uma capitania-mor onde foi colocada uma companhia indígena, apresentou o primeiro estudo etnográfico dos povos de Angola e arquitectou o plano de submissão total dos dêmbicos pelo emprego da Coluna Ligeira, condenando o sistema de expedições em colunas. Este plano, que apresentou a Norton de Matos em 1912 viria a ser a servir de modelo a todas as expedições militares seguintes. Uma das medidas mais significativas que tomou naquela capital consistiu em fazer executar a lei que proibia a venda de armas e de pólvora, no sentido de reduzir ao mínimo as revoltas indígenas. Esta determinação, bem acolhida pelo governador, tornou-se extensiva a toda a província angolana. No seguimento dos louvores anteriores de Paiva Couceiro e Alves Roçadas, Norton de Matos comunicava sobre David Magno na sua informação anual de 1913: “Formo o melhor conceito deste oficial. Digno, honesto, enérgico e trabalhador, pode ser encarregado de qualquer serviço militar colonial”⁵⁷².

⁵⁷² PT/AHM/FP/55/1/890, Série 1 e Arquivo da Família, Fundo: David Magno. Série: Apontamentos/Biografia, Assunto: Cópia completa da biografia com apontamentos do pai Júlio Magno.

Por ter terminado a sua comissão regressou à metrópole e ao ministério da Guerra em 1910, passando de imediato à disponibilidade. Em 1911 foi requisitado para desempenhar uma comissão de serviço dependente do ministério das Colónias. Seguindo para Angola nesse ano foi colocado no quartel-general como adjunto, sendo promovido ao posto de tenente em Novembro de 1911. No mesmo ano foi nomeado novamente comandante militar de Lombige. Pedindo a exoneração do cargo no ano seguinte, voltou a ocupar o lugar de adjunto no quartel-general da província.

Em 1913, servindo como adjunto do quartel-general em Luanda foi chamado para combater uma sublevação dos Dembos, tomando parte activa no combate de Quingola que ocorreu em 3 de Julho. Após intensa fuzilaria, avançou para Quibaxe com um destacamento da coluna de operações, erguendo o forte de Arriaga em Balaguinga.

Sem a pretensão de se ir demasiado longe sobre a acção de Magno na ocupação do interior de Angola, cita-se apenas uma das conclusões duma tese de Mestrado recente: “Magno foi um bom estratega, tentou fraccionar o poder dos dembos para aumentar o seu e o poder da autoridade portuguesa. Ao contrário do que era habitual, Magno tentou a conquista suave dos Dembos. Pretendia trocar postos fixos por uma coluna, visto que estes nada rendiam por não haver cobrança de imposto”⁵⁷³.

Regressando à metrópole em Janeiro de 1914, foi colocado mais uma vez na disponibilidade do ministério da Guerra e no regimento de infantaria 9 em Lamego.

Por ordem do exército nº 7, 2ª série, passou ao regimento de infantaria 18 e, por decreto de 23 de Setembro de 1916, transitou para o regimento de infantaria 21 promovido a capitão, e para o regimento de infantaria 13 em 9 Dezembro do mesmo ano.

Fazendo parte do Corpo Expedicionário Português partiu de Vila Real em 21 de Abril de 1917, integrado no batalhão de infantaria 13 como comandante da 3ª companhia. No final da batalha de La Lys assumiu várias funções de comando, entre as quais se distinguem: ajudante da brigada do Minho; ajudante do comandante da 2ª divisão do CEP desde 20 de Novembro e ajudante do quartel-general da mesma divisão de 1 a 30 de Dezembro de 1918. Desembarcou em Lisboa em 1919. Desde a partida de Vila Real em 22 de Abril de 1917 até ao dia 12 de Abril de 1918, David Magno deverá ter sido provavelmente dos únicos comandantes que nunca abandonou a sua companhia, sempre nas linhas de combate tanto em África como na França. Nem com Afonso Costa nem com Sidónio Pais existiram da sua parte situações de comandante interino.

⁵⁷³ Marracho, 2008: 89.

Entre Julho de 1921 e Março de 1923 foi alvo dum auto de Corpo de Delito e julgado no Tribunal Militar Territorial do Porto por acusações que tiveram origem nos relatórios do ex-comandante e 2º comandante interino do batalhão de infantaria 13, major Gustavo Pissarra e capitão Bento Roma. O tribunal deu como não provadas as acusações e louvou os seus bons serviços, prestados tanto em Angola como na Flandres.

Em 1927, na sequência da revolta de Fevereiro foi preso e deportado juntamente com outros oficiais. Em 1928 foi promovido a major e colocado no regimento de infantaria 9, onde exerceu o cargo de comandante interino. Em Dezembro de 1932 passou ao Quadro de Reserva por ter sido julgado incapaz para o serviço activo. Tal como outros oficiais, David Magno recebeu várias condecorações, entre as quais se destaca a Cruz de Guerra de 2ª Classe e foi louvado por diversas situações. Todavia, na prossecução do objectivo deste trabalho entendeu-se por conveniente destacar a Medalha de Ouro da Classe de Comportamento Exemplar atribuída em 21 de Março de 1924, assim como um Louvor a 23 do referido mês pela “substancial alocução proferida na cerimónia do Juramento de Bandeira dos recrutas do regimento, com a qual, pela forma singela e clara que deu às suas palavras e pelos assuntos interessantes que versou, conseguiu prender e interessar, manifestamente a atenção dos mesmos recrutas, comprovando assim os seus Méritos de Oficial Inteligente e Culto”⁵⁷⁴. O reconhecimento da sua cultura terá contribuído para a nomeação como vogal auxiliar da Comissão de História Militar⁵⁷⁵. Morreu em 30 de Setembro de 1957.

3. Processo de desacréditação de David Magno por Bento Roma e Gustavo Pissarra; acusações de Bento Roma; pedido de Magno para ser julgado em Conselho de Guerra; a 3ª Divisão Militar procede a Auto de Corpo de Delito a David Magno; objecto da acusação: insubordinação e abandono da companhia; Magno prepara a defesa.

Os dias 9, 10 e 11 de Abril de 1918 marcaram o fim do CEP como unidade militar de combate no contexto da 1ª Grande Guerra. Pelas 12h00 do dia 10 de Abril, um grupo de tropas

⁵⁷⁴ O.R.I 18, de 24. Arquivo da Família. Fundo: David Magno. Série Documentos Pessoais. Assunto: Notas de Assento.

⁵⁷⁵ David Magno era membro da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia e sócio da Revista Militar. A partir dos 15 anos começou a colaborar em vários jornais, entre outros o *Progresso*, *Bracarense*, *Exército Português*. Sobre a missão em Angola escreveu *Etnografia dos Povos de Angola* (1912), *Monografia dos Dembos* (1912), *Sublevação dos Dembos* (1912), *Guerras Angolanas* (1934), *Os Dembos nos Anais de Angola e Congo 1484-1912*. Sobre a missão na Flandres as suas obras encontram-se na Bibliografia. A partir de 1950 ficou incapacitado para a escrita, motivo pelo qual os últimos livros foram publicados após a sua morte pelo filho, o médico Júlio Magno.

portuguesas refugiado em La Couture era dominado e feito prisioneiro pelas forças alemãs. Restava apenas um pequeno grupo de militares, que continuou a combater o inimigo na retaguarda do sector ao lado dos aliados até ao dia 11.

O 2º comandante do 13 capitão Roma lamenta no seu relatório que, após a rendição e feitos prisioneiros, alguns militares tenham sido vítimas de humilhações da parte dos alemães: a ele próprio “fizeram-no transportar boches feridos e roubaram-lhe as polainas que lhe arrancaram das pernas por se haver negado a dá-las”⁵⁷⁶. Mas bem pior terá acontecido ao alferes Antunes de infantaria 15, a quem roubaram as botas⁵⁷⁷.

A realidade parece ter sido diferente, particularmente para com os oficiais. Os alemães usaram de razoável benevolência para com aqueles *desgraçados*, para empregar o termo de Bento Roma referindo-se aos soldados, quando foi protestar junto dum oficial germânico pelas rajadas disparadas para dentro do Block-house. O oficial respondeu-lhe que ele, Bento Roma, “nada tinha a ver com isso, e que se poderia dar por muito feliz por lhe terem poupado a vida”⁵⁷⁸.

Durante os largos meses de cativeiro presume-se que os oficiais da 5ª brigada e, em particular, os do batalhão de infantaria 13 que se encontravam no mesmo campo de prisioneiros em Breesen, tiveram tempo e oportunidade para conciliar uma narrativa que justificasse o descalabro das tropas que comandavam e que, de vencidos e humilhados, se transformassem em heróis. Era a continuação da cortina de fumo da propaganda guerrista já que o sidonismo, ou parte dele, fora liquidado à porta da estação do Rossio em 14 de Dezembro de 1918.

Tudo terá começado com o falso alarme do Alferes Sevivas. Com base no boato do subalterno da 3ª companhia, o capitão Velhinho Correia escreveu um artigo que o fez chegar ao jornal *Télégramme* através do alferes Alfredo Filipe. O texto foi publicado no dia 4 de Maio de 1918, com o pseudónimo de *Edmond Equoy* e com o título “Soldados de Portugal- Quatro Brigadas Heróicas – Esgotadas as munições, os artilheiros lutam à baioneta”⁵⁷⁹. No regresso

⁵⁷⁶ Mota e Costa, 1959: 315, Relatório de Bento Roma.

⁵⁷⁷ Idem.

⁵⁷⁸ Mota e Costa, 1959: 315, Relatório de Bento Roma.

⁵⁷⁹ PT/AHM/FP/55/1/891, Série 2 e Magno, 1923, Relatório Adicional, Arquivo de família.

O capitão Magno convencera-se de que Bento Roma teve o cuidado de omitir no seu relatório a desobediência do capitão Maças Fernandes, comandante da 4ª companhia, com a finalidade de enfatizar a falta de acção da 3ª companhia bem como a do seu comandante. E para que Magno não tivesse acesso ao conteúdo desse relatório o 2º comandante interino colocou-lhe a chancela de “confidencial”, o que não aconteceu com os relatórios dos outros oficiais. Deste modo, Magno não teria qualquer possibilidade de preparar a respectiva a sua defesa antes que a participação chegasse à Secretaria da Guerra.

do cativo foram distribuídos aos prisioneiros quinhentos mil exemplares de um panfleto com o conteúdo desse artigo no qual se apregoava com inusitada firmeza que “não tendo já munições, o capitão Roma, depois de ter falado com os seus soldados, fê-los carregar à baioneta”⁵⁸⁰ e “como leões, eles partiram e fizeram grandes estragos nas fileiras inimigas”⁵⁸¹. Para o 2º comandante do 13, o conteúdo daquele panfleto terá constituído um forte estímulo para a elaboração do seu relatório com uma dose de ficção e de censura a alguns camaradas. Bento Roma desconhecia ainda o que João Chagas comentara, com alguma ironia fundamentada, nas listas dos oficiais feitos prisioneiros em 9 de Abril e publicadas nos jornais portugueses: “Foram feitos prisioneiros tenentes-coronéis, majores, capitães, tenentes e alferes. Parece-me muito prisioneiro para gente de quem se disse que se bateu heroicamente como leões. Prisioneiros dos alemães, estes bravos portugueses devem agora respirar melhor. Desta estão livres”⁵⁸².

O 2º comandante do 13 terá ficado surpreendido e não menos incomodado quando chegou ao seu conhecimento que um camarada de armas, o capitão da 3ª companhia David Magno com o qual as relações pessoais e profissionais constavam ser pouco conciliadoras, tivera um destino diferente. Não fora preso, combatera contra os alemães ao lado dos escoceses e, para cúmulo, fora louvado e condecorado em pleno conflito com a Cruz de Guerra de 2ª Classe pelo Alto Comando do CEP. Para Bento Roma aquela situação seria impensável já que, na sua opinião, Magno “era o pior do batalhão”, como também a 3ª companhia “devido ao seu comandante”⁵⁸³. Prossequindo na sua apreciação acerca de Magno, Bento Roma declarara que se continuasse no comando do batalhão estaria determinado a pedir para que o livrassem daquele elemento que era só prejudicial⁵⁸⁴. Para o ex-2º comandante de infantaria 13 não era de forma alguma admissível que o comandante de uma companhia do seu batalhão que “nenhuma acção tinha sobre os seus homens, nem poderia tê-la”⁵⁸⁵ pudesse ser agraciado pelos comandantes do CEP. Mas não se deteve apenas na incapacidade de liderança de Magno sobre os seus homens; insinuava que essa “capacidade lhe estaria naturalmente interdita”, isto é, referia-se a uma aptidão reservada apenas aos predestinados, nos quais não estaria incluído o capitão Magno.

⁵⁸⁰ PT/AHM/FP/55/1/891, Série 2, Magno, 1923, Relatório Adicional, Arquivo de família e Magno, 1966: 63.

⁵⁸¹ Idem

⁵⁸² Chagas, 1933: 140.

⁵⁸³ Mota e Costa, 1959: 298, Relatório de Bento Roma.

⁵⁸⁴ Mota e Costa, 1959: 299, Relatório de Bento Roma.

⁵⁸⁵ Mota e Costa, 1959: 298, Relatório de Bento Roma.

As relações entre os dois oficiais agravaram-se depois da guerra. Nas conferências, nos colóquios e na imprensa iam surgindo denúncias concretas que se transformaram numa espécie de retaliação da parte de Bento Roma⁵⁸⁶.

Um dos primeiros sinais teve lugar numa conferência na Escola Militar, em 15 de Junho de 1920. Na sua exposição, o 2º comandante após tecer rasgados elogios aos comandantes da 1ª, 2ª e 4ª companhias do seu batalhão e em particular a si próprio, referentes aos cerca de doze meses que passara a dar instrução de esgrima e baioneta no campo de Marthes, iniciou o ataque ao comandante da 3ª companhia acusando-o de ter abandonado o alojamento em Ferme Bourel sem nada comunicar ao comando do batalhão e de lhe ter desobedecido quando o mandou avançar com a sua companhia para as trincheiras⁵⁸⁷. Nessa data ainda David Magno desconhecia o conteúdo das acusações de que era alvo no relatório de Bento Roma sobre a guerra, que todos os comandantes foram obrigados a elaborar, mas a que este oficial colocara a chancela de *confidencial*. A fama que se criara à volta de Bento Roma, motivada pelo falso boato da “carga de baioneta” e publicitada na imprensa portuguesa motivou-lhe a presunção de reivindicar para si a glória de La Couture com o apoio daqueles a quem mais tinha beneficiado.

A relação entre os dois oficiais agravou-se com a publicação, em 1921, do *Livro da Guerra* de David Magno. O autor ignorando os “combates à baioneta” não propunha para recompensas aqueles que, no seu entender, não mereciam nem transformava em heróis os homens de La Couture. Esta omissão de David Magno terá provocado em Bento Roma o motivo suficiente para lhe incutir a força indispensável para executar o plano de retaliação que tinha sido preparado desde o cativeiro, de forma que a suposta boa-fé da desorientação de David Magno fosse injustificada e desacreditada. Para o 2º comandante o desígnio último seria que lhe fosse retirada a Cruz de Guerra.

Em 12 de Agosto 1921 David Magno, perante as acusações públicas, entregou na repartição do gabinete de Guerra para sua defesa um relatório de trinta páginas dactilografadas, com os detalhes da sua cooperação com os ingleses. No preâmbulo desse relatório o capitão da 3ª companhia deixava clara a determinação de querer responder perante um Conselho de Guerra se os seus esclarecimentos deixassem alguma dúvida⁵⁸⁸.

⁵⁸⁶ PT/AHM/55/3/ caixa 892, Vol. 1, Processo nº 1222, do TMTP, Declarações do capitão David Magno no auto de 1921.

⁵⁸⁷ PT/AHM/TMT/ Caixa 534, nº 1222/1922, TMTP, vol. 2.

⁵⁸⁸ PT/AHM/TMT/ caixa 534, nº 1222/1922, TMTP, vol. 1, Declarações do capitão David Magno no auto em 1921. Como se referiu na nota 579, Bento Roma colocou no seu relatório a nota de “confidencial”, com o provável objectivo de Magno não o poder consultar pondo em causa a

As clivagens existentes no seio da instituição militar iriam confirmar-se neste caso modelo.

Em 17 de Agosto, uma *participação* e nove documentos relativos à acção do capitão David Magno na batalha de La Lys deram entrada na repartição do gabinete do ministério da Guerra.

Uma comissão nomeada ao abrigo da portaria de 23 de Agosto de 1919 procedeu ao estudo dos respectivos documentos, concluindo que certas passagens respeitantes ao procedimento do capitão David Magno em La Lys deveriam solicitar a atenção do ministro da Guerra no sentido de esclarecer o seu papel no decurso da referida batalha, para que fosse feita inteira justiça.

Com base nos referidos documentos, a comissão emitiu um parecer, no qual o capitão David Magno

era acusado de cobardia e abandono da companhia que comandava em frente ao inimigo, deixando de cumprir ordens que recebera para avançar e ir tomar posição na linha de batalha, retirando com algumas praças, enquanto o seu subalterno, Agostinho Almeida Graça, avançava com o grosso da companhia, de que teve de assumir o comando⁵⁸⁹.

As incriminações tiveram origem nos relatórios do comandante do batalhão de infantaria 13, Gustavo de Andrade Pissarra, do capitão Bento Esteves Roma, 2º comandante interino, do tenente Augusto Gonçalves, comandante da 1ª companhia, e do alferes Agostinho de Almeida Graça, todos do mesmo regimento⁵⁹⁰. Em 5 de Setembro de 1921, um despacho do ministro mandou transferir a documentação para a 5ª repartição da 1ª divisão em Lisboa, a fim de dar parecer sobre a matéria.

Ao ter conhecimento das referências injuriosas que lhe eram feitas pelo 2º comandante interino na referida conferência de 15 de Maio de 1920, David Magno dirigiu ao ministro da Guerra um requerimento datado de 1 de Novembro de 1921 pelo qual, ao abrigo dos artigos 103 e 104 do Regulamento Disciplinar do Exército, fosse julgado e depois desagravado ou punido⁵⁹¹. A acompanhar o requerimento, Magno juntou uma contestação às acusações feitas por Bento Roma na citada conferência, assim como um conjunto de documentos numerados de 1 a 30⁵⁹². O documento nº 1 é constituído pelo *Livro da Guerra* de David Magno e o nº 2

insubordinação do capitão Maças Fernandes que se recusou obedecer à ordem de Bento Roma em marchar para as linhas, desculpando-se simplesmente de que não tinha munições. Ora, o municionamento diário era feito igualmente por todas as companhias. Ignora-se o motivo de não existir qualquer referência nos relatórios dos comandantes do BI 13 à desobediência de Maças Fernandes.

⁵⁸⁹ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922, vol 1.

⁵⁹⁰ PT/ AHM/TMT/ caixa 534/ Processo 1222/1922: vol. 1: folhas 5-13.

⁵⁹¹ PT/ AHM/TMT/ caixa 534/ Processo 1222/1922: 327.

⁵⁹² PT/AHM/TMT/ caixa 534/ Processo nº 1222/1922. A contestação dirigida ao ministro da Guerra encontra-se a pp 327 verso a 333. Os documentos numerados de 1 a 30 nas folhas um 334 a 392 verso.

pela conferência de Bento Roma publicada em 8 de Agosto de 1921. O documento nº 3 é cópia de um esboço elaborado por David Magno para avaliação das ordens dadas à 3ª companhia em La Couture. Os restantes documentos são, na sua essência, testemunhos escritos de um conjunto alargado de militares a quem David Magno teria solicitado um depoimento acerca da sua conduta antes, durante e após o 9 de Abril de 1918, o qual viria a servir de base ao seu relatório como resposta das testemunhas à inquirição ordenada pelo auditor, coronel Augusto Maria Soares. Responderam por carta a David Magno o alferes Manuel António Manuel da Mota e Costa, do Estado-Maior do batalhão, o 1º sargento José Pinto Borges da 3ª companhia de infantaria 13, o 2º sargento António Lobo da 3ª companhia de infantaria 13, o 2º sargento Vitorino de Carvalho de Macedo, da 2ª companhia de infantaria 13, o soldado António Nogueira da 3ª companhia de infantaria 13, o 2º sargento Vasco Barreira da 2ª companhia de infantaria 13, o 2º sargento da 1ª companhia de infantaria 13 Joaquim Alves, o soldado Manuel de Oliveira da 3ª companhia do 13, o 2º sargento José Pinto da 1ª companhia de infantaria 13, o 2º sargento Manuel Afonso Cardoso da formação de infantaria 15, o ex-comandante da 5ª brigada de infantaria coronel Francisco António Baptista, o capitão António Dias Bargão de infantaria 2, os 2ºs sargentos Arlindo Meireles e António Natividade Silva da 1ª companhia de infantaria 13, o 2º sargento da 2ª companhia de infantaria 13 evadido da Alemanha, o soldado Manuel Conde da 3ª companhia de infantaria 13 e Manuel Augusto de Carvalho, comandante de pelotão da 1ª companhia de infantaria 13. Alguns destes militares não se limitaram a enviar uma simples carta. Para melhor esclarecerem a sua perspectiva dos acontecimentos entregaram a David Magno os seus relatórios, como no caso do comandante do 2º pelotão da 1ª companhia de infantaria 13, Manuel Augusto de Carvalho⁵⁹³ e de Manuel Afonso Cardoso, 2º sargento da formação de infantaria 15⁵⁹⁴. Os seus testemunhos viriam a ser determinantes na sentença final do processo.

Em 3 de Novembro de 1921, a 1ª divisão enviou a referida participação ao comandante da 3ª divisão do exército sedeadada no Porto juntamente com todos os documentos para que, por ordem do ministro da Guerra, mandasse proceder a *auto de corpo de delito* ao capitão David José Gonçalves Magno, na altura em serviço no regimento de infantaria 18. Em 7 do referido mês, o comandante da divisão general João Evangelista Pinto de Magalhães comunicava ao tenente-coronel do 3º grupo de metralhadoras Augusto Maria Soares que procedesse ao auto

⁵⁹³ PT/AHM/TMT caixa 534: 378.

⁵⁹⁴ PT/AHM/TMT; caixa 534: 378.

de corpo de delito, em harmonia com a determinação da secretaria da Guerra, sendo-lhe entregue todo o processo pelo seu chefe do Estado-Maior.

4. Procedimento a Auto de Corpo de Delito; audição do acusado e dos delatores

No dia 11 do mês de Novembro de 1921, na cidade do Porto, o tenente-coronel Augusto Maria Lopes Soares, tendo nomeado como escrivão o capitão Manuel Ferreira da Silva Couto Júnior, procedeu a auto de “corpo de delito indirecto” no qual o capitão David Gonçalves Magno era “acusado de cobardia e abandono da companhia, que comandava, em frente do inimigo na batalha de La Lys”⁵⁹⁵ em conformidade com o relatório dos delatores major Gustavo Pissarra, capitão Bento Roma, tenente José Augusto Gonçalves e alferes Almeida Graça. Na leitura do auto ao “presumido delinquente”⁵⁹⁶ foi-lhe comunicado que poderia, querendo, fazer as declarações que entendesse acerca do assunto e apresentar todos os elementos de defesa de acordo com o código do Processo Criminal Militar.

Para se ter uma ideia da grande complexidade e dimensão do processo, foram envolvidos como testemunhas 48 militares assim distribuídos e com os postos devidamente actualizados aquando das respectivas audiências: 4 coronéis, 3 tenentes-coronéis, 1 major, 12 capitães, 12 tenentes, 1 alferes, 7 primeiros-sargentos, 5 segundos-sargentos, 2 primeiros-cabos e 1 soldado⁵⁹⁷. O envolvimento de 33 oficiais superiores e subalternos como depoentes no processo em Conselho de Guerra é uma demonstração de que a decisão de forçar a entrada no conflito sem a preparação adequada das tropas provocou uma penosa divisão no interior da instituição militar. É esse o objectivo que se intenta provar com este estudo, singularizado com os oficiais do BI 13, com o risco se incorrer em algumas repetições.

O processo desenrolou-se com a audição das testemunhas designadas pela acusação e pela defesa. Para que não restassem dúvidas sobre da verdade dos factos, o auditor decidiu ouvir igualmente todos os militares mencionados pelas testemunhas durante os seus depoimentos.

Em 22 de Novembro de 1921, dez dias após se ter procedido ao auto de corpo de delito, David Magno foi convocado ao quartel do 3º grupo de metralhadoras para responder às acusações que lhe eram imputadas. A batalha entre militares iria prosseguir nos quartéis e em muitas comarcas do país.

O depoente começou por afirmar que mal pôde conter a repulsa e conservar a serenidade ao ouvir as *malsinações* que lhe foram lidas, acintosamente preparadas para esmagarem a sua

⁵⁹⁵ PT/AHM/TMT, caixa 534, vol. 1: 40.

⁵⁹⁶ Idem: 40.

⁵⁹⁷ ANEXO J, figura 3,5. JA e JB, PT/AHM/TMT, caixa 534, vol 1.

honra e a recompensa a que tinha direito. Para David Magno, as acusações lançadas pelos seus detractores não eram mais do que invejas de “todos os tempos e uma questão de paixões e não de factos”⁵⁹⁸. E se eventualmente fosse praticada a inversão da justiça, sacrificando-o por ter perdido por culpa de outros o seu batalhão e de ter ido combater ao lado dos aliados, se tal sucedesse “teríamos condenado todo o heroísmo e glorificado toda a cobardia”⁵⁹⁹. O réu admitiu perante o auditor Augusto Soares que o seu camarada Bento Roma ter-se-ia contentado com as depreciações constantes no seu relatório da batalha e na conferência na Escola Militar. O problema ter-se-á complicado com a publicação do *Livro da Guerra* em que teria procurado, tanto quanto possível, a objectividade dos factos, alguns dos quais em nada se identificavam com as ambições heróicas de Bento Roma. Sobre o *modus vivendi* durante os poucos meses em que Bento Roma assumira a função de 2ºcomandante interino David Magno entendia que aquele oficial se encontrava em manifesta desigualdade de critérios com os outros camaradas, justificando-o com as seguintes palavras:

Quando o capitão Roma lá chegou perfeitamente fresco já todos os outros estavam fartos de sofrer as trincheiras e de lutar contra toda a espécie de dificuldades, pois que a falta de graduados e a desmoralização das tropas cresciam a par sem que esse oficial (Bento Roma) chegasse nunca a ter ocasião de compreender a ingrata vida de um comandante de companhia na guerra⁶⁰⁰.

Referindo-se a um pequeno incidente, em Riez Baileul, a que Bento Roma deu particular relevo no seu relatório e que para David Magno não passou de um “ligeiro equívoco do valor de uma palha”⁶⁰¹ entre os dois oficiais, o réu acusou o seu 2º comandante “de não saber nem reprimir dentro das normas do regulamento como comandante, nem da lealdade como homem”⁶⁰². Este episódio que Bento Roma relata no seu relatório é bem revelador das desavenças existentes em infantaria 13. Numa noite do mês de Março, em Riez Bailleul, bem longe das linhas da frente e onde o inimigo não dava o menor sinal, foi ordenado às companhias para se colocarem “em armas” e saírem das casernas. Os soldados, formados num campo alagado e coberto de gelo, inactivos, esperando tempos infintos sem qualquer justificação, começaram a queixar-se de que estavam a ser atingidos pelo reumatismo. A fim de evitar um maior enfraquecimento das tropas de que era responsável, ou para as conservar o mais possível aptas e vigorosas, David Magno autorizou que os seus homens ensarilhassem as armas e se encostassem a umas medas de palha que por ali se encontravam. Bento Roma,

⁵⁹⁸ PT/AHM/caixa 534/ Processo nº 1222/1922, vol 1: 11.

⁵⁹⁹ PT/AHM/caixa 534/ Processo nº 1222/1922, vol. 1: 11.

⁶⁰⁰ PT/AHM/TMT/ caixa 534/ Processo nº 1222/1922, vol. 1: 42 verso.

⁶⁰¹ Idem: 42.

⁶⁰² Idem: 42.

que nessa noite assumira o comando interino do batalhão devido à ausência do major Pissarra, saiu para ver se as ordens estavam a ser cumpridas. Para uma percepção mais clara das circunstâncias citam-se as palavras do 2º comandante:

Encontrei todas as companhias como se lhes havia determinado, excepto a infeliz 3ª. Os seus homens haviam-se metido por entre a palha das medas que ali havia e o seu comandante estava em casa, no quente, não que esta vida são dois dias... Mande-o chamar, desculpou-se mal como sempre fazia e, quando depois de lhe ordenar cumprisse rigorosamente o determinado, o deixei voltando à primeira companhia, para o que tinha de passar junto da vedação da ferme onde estava, mas pelo lado de fora, ouvia o snr. capitão que dizia aos seus soldados: “Vá, levantem-se que senão volta por aí ele” – o ele era eu – “e eu sou que o aturo”. Intervi (sic) imediatamente e fiz-lhe ver que fraco comandante de companhia era pois tinha de invocar o “ele” para fazer cumprir uma ordem⁶⁰³.

Respondendo ao auditor em sua defesa David Magno afirmou que ao aproximar-se e verificando que os soldados da 3ª companhia se encontravam à vontade, Bento Roma repreendeu-o e desautorizou-o perante os seus subordinados, retirando-se de imediato. A relação acintosa entre os dois oficiais estão bem patentes na resposta de Magno:

O capitão Bento Roma retirou-se vendo eu seguir estrada abaixo uma lanterna. Minutos depois, como uns adoentados voltaram a encostar-se para a palha, ralhei-lhes, dizendo-lhes que estavam fazendo com que ele os pudesse encontrar na sua anterior situação, comprometendo-me. Qual não foi porém a minha surpresa quando de súbito me sinto assaltado traiçoeiramente pelas seguintes palavras: *Ande, ande, tenha pena deles e desculpe-se comigo, porque tenho as costas largas*⁶⁰⁴.

Continuando a referir-se ao mesmo episódio, o depoente comentou para o auditor a atitude do 2º comandante: “Estas palavras eram do capitão Roma, que havendo simulado uma retirada, havia voltado nas pontas dos pés, para perto de nós, colocando-se a escutar, escondido com a escuridão da noite e com umas sebes, em risco de se afogar no dreno que ali havia”⁶⁰⁵. David Magno declarou que a partir daquela situação, que “comparava a um qualquer colegial que passava a fazer espírito desta caçada da palha para desacreditar a sua companhia”⁶⁰⁶ deixara de falar ao capitão Roma, a não ser por motivos de serviço.

Relativamente à crítica de que a “3ª companhia era a pior”, David Magno refutou a acusação reafirmando que, apesar de dispor apenas de um subalterno, o alferes Graça, e dos seus

⁶⁰³ Mota e Costa, 1959: 298-299, Relatório e Bento Roma.

⁶⁰⁴ PT/AHM/TMT/ caixa 534/ Processo nº 1222/1922, vol. 1: 42 verso.

⁶⁰⁵ PT/AHM/TMT/ caixa 534/ Processo nº 1222/1922, vol. 1: 42 verso.

⁶⁰⁶ Idem.

sargentos serem *milicianíssimos*, a 1ª companhia do capitão Roma era igual ou pior do que as outras, embora fosse a mais protegida e dotada de maior número de graduados⁶⁰⁷.

Sobre o reparo de falta de disciplina entre as praças da companhia, o depoente limitou-se a tecer algumas considerações sobre a falta de experiência e ignorância do 2º comandante interino para lidar com militares que há mais de 9 meses se encontravam nas linhas da frente, fatigados, desmoralizados, sem qualquer perspectiva de descanso ou de rendição, indiferentes a qualquer tipo de punição e sujeitos a revoltas imprevisíveis, como acontecera com infantaria 7, que se recusou a ir para as trincheiras. Apesar de tudo, Magno reafirmou que aplicava as faltas e os castigos, mas nem sequer havia prisão para colocar os prevaricadores.

Não deixa de ser curiosa e reveladora das desavenças entre os dois oficiais o que se passou nas vésperas do dia 9 de Abril, quando os comandantes do batalhão decidiram ir fazer o reconhecimento às linhas. Como se tinha decidido que cada oficial apenas visitaria o subsector que lhe estava destinado, que não era o caso da 3ª companhia, David Magno perguntou naturalmente ao seu comandante Pissarra se também ele deveria ir reconhecer as posições das outras companhias. Adiantando-se, Bento Roma interveio de imediato junto do comandante “achando que todos os oficiais deviam ir à 1ª linha e que lá dizia o ditado não deixes para amanhã o que podes fazer hoje”⁶⁰⁸. De acordo com as declarações do depoente, Gustavo Pissarra perante a eficaz e rápida intervenção do seu 2º comandante apenas terá comentado com um sorriso: “o Magno é melhor vir, não como comandante da companhia, mas como oficial, que ficará a comandar o batalhão se eu e o Roma morrermos”⁶⁰⁹. Magno terá respondido com “outro sorriso de desaprovação do agoiro”⁶¹⁰.

A propósito da frequência ou necessidade de deslocação às trincheiras no sentido de se proceder ao seu reconhecimento e ambiente das linhas, David Magno aproveitou a circunstância para evocar um episódio que, como solidário para com um camarada de armas e em tempo de guerra deixara cair no esquecimento, embora fosse de maior gravidade relativamente à denúncia que lhe estava a ser feita. Uma ironia do destino: quando o batalhão se encontrava em Pont Riqueul, um brigadeiro inglês, sob o pretexto de que o major Pissarra tinha medo de ir às linhas, suscitou a sua destituição do comando do batalhão de infantaria 13. Perante a grave situação e no sentido de ser evitado um acto de grande humilhação a um comandante de batalhão português instigado por um oficial inglês David Magno, juntamente

⁶⁰⁷ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922: 45 verso.

⁶⁰⁸ Mota e Costa, 1959: 300, Relatório de Bento Roma.

⁶⁰⁹ PT/AHM/caixa 534/ Processo nº 1222/1922, vol. 1: 46.

⁶¹⁰ Idem: 46.

com o alferes Mota e Costa do Estado-Maior do batalhão, tomaram a iniciativa de se dirigirem ao brigadeiro manifestando-lhe que a sua apreciação sobre o major Pissarra não correspondia à verdade. O oficial inglês aceitou a intervenção dos dois oficiais portugueses, resultando sem efeito o pedido de destituição de Gustavo Pissarra. Os majores Pedrosa e Craveiro Lopes tiveram conhecimento do facto, posteriormente resolvido com o coronel António Maria Baptista.

O depoente afirmou que todos os oficiais do 13 foram testemunhas, designadamente o tenente Trancoso da formação que perante a intriga que se estava a tecer entre os oficiais do batalhão comentaria mais tarde para David Magno: “Anda, Magno, salvaste o comandante, ainda te hás-de arrepender!”⁶¹¹. Ainda sobre o comandante Pissarra, este oficial também não se livrara de lhe ser atribuído pelo alferes Sevivas o grito de “salve-se quem puder” na madrugada do 9 de Abril.

Na sequência das primeiras declarações no auto o comandante da 3ª companhia referindo-se ao seu comportamento citou os testemunhos do coronel Aragão, atestando “o aprumo verdadeiramente militar” e de Norton de Matos que, depois de ter avaliado as suas qualidades em assuntos de operações afirmou, aquando das ocupações em Angola: “é um oficial digno e que se pode encarregar de qualquer serviço”. Para confirmar as suas competências ao serviço do batalhão o depoente, ao contrário do que acontecia com os outros comandantes de companhia, fora obrigado a acumular por largo tempo o cargo de tesoureiro, função da maior responsabilidade, não lhe permitindo muitas vezes estar junto dos seus homens como lhe competia. Salientou claramente perante o coronel Augusto Soares que se lhe atribuíram a responsabilidade administrativa do batalhão foi por ser considerado cumpridor, facto que se revelou quando do apuramento das contas das unidades: “no cofre da 5ª brigada, somente foi encontrado o depósito da 3ª companhia do 13, no valor de mil e oitocentos francos. Os depósitos do batalhão e das outras companhias andavam pelos bolsos e lá foram para a Alemanha”⁶¹². Estas afirmações não foram contraditadas durante ou depois do julgamento pelos comandantes do batalhão nem das outras companhias. Contra os ataques ao seu comportamento e qualidades militares, o declarante recorreu aos testemunhos escritos do coronel António Maria Baptista, então já falecido, do seu irmão coronel Francisco António Baptista, comandante interino da 5ª brigada e do capitão António Dias Bargão. Este oficial referindo-se a David Magno declarou que se encontrava pronto a testemunhar pela sua honra

⁶¹¹ PT/AHM/caixa 534/ Processo nº 1222/1922, vol. 1: 46 verso.

⁶¹² PT/AHM/caixa 534/ Processo nº 1222/1922, vol. 1: 46 verso.

que “durante o tempo em que serviu sob o meu comando em arriscadas operações, no interior de Angola, se provou ser sempre um oficial decidido, muito corajoso e excelente auxiliar do comando”⁶¹³.

Também o coronel de infantaria 1 Francisco António Baptista, testemunhando em seu nome e do irmão, não prescindiu do seu contributo para um melhor esclarecimento da verdade referindo-se a David Magno nos seguintes termos:

“Durante o tempo em que serviu sob o seu comando, tanto antes como depois de 9 de Abril, foi sempre um oficial disciplinado e disciplinador, não receando perigos. É meu dever acrescentar que meu falecido irmão, o coronel António Maria Baptista, protótipo dos homens de honra e que foi seu comandante de Brigada em França por mais de uma vez me afirmou ser um dos melhores comandantes de companhia que conhecera em França, tanto pela dedicação pelo serviço, como pelas qualidades militares”⁶¹⁴.

Uma das questões que gerou mais polémica e que poderá ser objecto de diferentes interpretações, sobre a fuga ou extravio para a retaguarda, tem a ver com o envolvimento do nome de David Magno com o coronel Pedrosa, comandante da 6ª brigada de infantaria que, na manhã de 9 de Abril, em Huit Maisons, terá “visto um capitão do 13 nutrido e louro que marchava em sentido oposto”. Pelos argumentos apresentados por David Magno só poderia haver duas interpretações acerca das declarações de Pedrosa durante o cativeiro: ou um franco equívoco do coronel ou uma congeminação architectada e consentida com Bento Roma e Gustavo Pissarra com objectivo claro de incriminar David Magno. O depoente não se preocupou demasiado com esta questão, remetendo para o seu *Livro da Guerra* e outros relatórios onde se poderiam verificar as contradições e incompatibilidades de horas, locais e distâncias entre o Lawe e Huit Maisons onde se dera a hipotética “visão” do coronel Pedrosa na manhã de 9 de Abril, matéria que será de novo abordada.

Quanto ao esclarecimento da sua desorientação, Magno apenas se referiu aos pontos indispensáveis tentando demonstrar a boa-fé no cumprimento das determinações. Como era previsível pela generalidade dos militares estar-se na iminência de uma grande ofensiva, declarou que tomara as respectivas providências para avançar logo que lhe fosse ordenado quando se iniciou o forte bombardeamento na madrugada do dia 9 de Abril. No comando do batalhão, apesar de se reconhecer a gravidade do ataque como o próprio Bento Roma sustentara na conferência na Escola Militar, definiu-se a situação com critérios opostos. Pensava-se ser apenas uma represália do inimigo respondendo a ataques anteriores, enquanto

⁶¹³ AHM Processo 1222, 1922, Doc. 19, p. 376.

⁶¹⁴ Idem: 375.

se preparava a rendição. Contrariando esta atitude, o comandante da 3ª companhia culpava o comando do batalhão 13 de *ingenuidade crassíssima*, estando na disposição de o acusar veementemente em tribunal não só para sua legítima defesa, mas ainda por tudo quanto daí derivara. As companhias que deveriam ir para as trincheiras ficaram nas casernas de armas ensarilhadas, equipadas e prontas não para avançar, como era percebido “perante tão formidável trovada de aço, mas para retirarem logo que chegassem os ingleses”⁶¹⁵.

A forte barragem que caiu pelas 9h30 minutos sobre as casernas da Ferme Bourel onde se encontrava a 3ª companhia provocou ferimentos graves, o pânico e a fuga dos militares para os refúgios de La Couture, onde o comando do 13 não lhes proporcionou sequer abrigo. Foi naquelas circunstâncias que se deu o desbaratamento da companhia. David Magno, em sua defesa, relatou ao auditor que não foi apenas a sua companhia que se desfez, o mesmo aconteceu com as outras embora com algumas diferenças. Referindo-se apenas a infantaria 13, durante a manhã e princípio da tarde do dia 9 de Abril tinham fugido do batalhão: da 1ª companhia sessenta e dois homens, da 2ª quarenta e oito, da 3ª quarenta e dois, da 4ª cento e vinte e seis e da formação sessenta e dois. David Magno não se esqueceu de lembrar que foi da sua companhia que desertou o menor número homens, apesar de ser considerada pelo 2º comandante a pior de todas do batalhão, de ter o menor número de graduados e de se encontrar em circunstâncias de deficiente protecção. E a propósito das fugas dos soldados, não excluindo oficiais e sargentos, David Magno expôs a Augusto Soares que a responsabilidade foi: “em primeiro lugar, da desmoralização do CEP, faltando o apoio político para fuzilar mais alguns; em segundo, a barragem que continuava caindo, terrível e desorganizadora; e, finalmente, a falta de previdência do comando do 13 que se deixou obcecar criminosamente pela espera da rendição”⁶¹⁶.

Refutando a acusação que lhe foi dirigida pelo seu subalterno alferes Graça de ter sido o primeiro a entrar e a ficar abrigado nas caves de uma casa que um proprietário lhe oferecera, deixando o alferes à porta, David Magno não teve dúvidas de que esta atitude do seu subordinado teria sido congeminada com Bento Roma durante o tempo do cativo. Magno confessou categoricamente que “o alferes Graça para lá se apressou a entrar”, justificando as razões de ter sido ele a ficar à porta da secretaria: impunha-se dar o exemplo de coragem aos seus camaradas debaixo de um terrível perigo; e quando chegasse alguma ordem, a pudesse executar de imediato. A propósito deste suposto complô do alferes Graça, foram chamadas à

⁶¹⁵ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922: 375 Idem: 51 verso.

⁶¹⁶ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo, nº 1222/1922: 52 verso.

consideração do auditor a pedido do depoente as declarações feitas pelo 2º sargento Manuel Afonso Cardoso do BI 15 acerca das tropas do 13 que tinham fugido a procurar os abrigos de La Couture:

Em 9 de Abril, ao chegar a La Couture presenciei as praças de infantaria 13, completamente desorientadas e até algumas descalças e em camisa dizendo: Fugam porque está tudo tomado e rendido, tendo sido por mim encontrada uma metralhadora abandonada pelo 13, a qual aproveitei para fazer fogo sobre o inimigo. Declaro mais que a resistência em La Couture se deve ao sr. major do 15, Raul de Andrade Peres, o qual vendo a desordem em que andava o 13, declarando os soldados que os oficiais estavam metidos nas caves, chamou um capitão comandante de companhia (4ª) para lhe perguntar qual era a ordem que tinha dado aos soldados, porque antes de isto tinha sido informado de que o mesmo capitão, mesmo antes de terem chegado os alemães, tinha mandado os seus soldados embora dizendo-lhes: salve-se quem puder. O sr. capitão respondeu atrapalhadamente que não. Então o sr. major do 15 intimou-o energicamente a que fosse organizar os seus soldados que era esse o seu dever. Declaro mais que este capitão fingiu que cumpriu a ordem, mas foi só enquanto esteve próximo do comandante⁶¹⁷.

No seu relatório, Gustavo Pissarra qualificou o capitão Maçãs Fernandes, comandante da 4ª companhia, de “muito sabedor e muito correcto”, propondo-lhe a Cruz de Guerra de 2ª classe. Bento Roma, não encontrando qualquer outra razão para lhe tecer elogios porque fora apanhado e preso de surpresa pelos alemães por volta das 12 horas do dia 9, resolveu louvá-lo por “falar correcta e correntemente (sic) a língua inglesa” prestando grandes serviços ao oficial inglês agente de ligação de artilharia⁶¹⁸.

Um dos pontos de maior gravidade que consta da acusação de Bento Roma, e que segundo o parecer da comissão nomeada por Portaria de 23 de Agosto de 1919 poderia pôr em causa a distinção de Cruz de Guerra de 2ª Classe conferida a David Magno, relaciona-se com o facto de ter abandonado a caserna em Ferme Bourel sem ordem do comando. Esse seria o propósito último dos comandantes do BI 13: retirar-lhe a Cruz de Guerra. O depoente defendeu-se afirmando que em todos os seus relatórios já tinha provado que a saída para a Senechal Ferme tinha sido ordenada pelo seu comandante Major Pissarra e que ele a executara de imediato com os homens que tinha, não ultrapassando um terço da companhia, uma vez que a maior parte das praças tinha fugido para a retaguarda ou para La Couture, local onde se situavam os melhores abrigos. Perto da Senechal recebera nova ordem do seu comandante, transmitida verbalmente pelo seu ajudante no sentido de se dirigir para umas trincheiras junto da igreja

⁶¹⁷ PT/AHM/TMT/ caixa 534, AHM, Processo nº 1222/1922, vol. 2: 373 e verso.

⁶¹⁸ Mota e Costa, 1959: Relatório Gustavo Pissarra: 310.

onde se foi encontrar com o tenente Baptista Trancoso, também com a sua formação reduzida e desorganizada. Aí, uma contraordem de Bento Roma enviava David Magno para umas trincheiras de reserva indefinidas, apontadas numa carta que David Magno diz ser da área de reserva na escala de 1/1000 000 e não da carta das trincheiras que era de 1/20 000. Este terá sido o ponto melindroso da acusação. Questionando o seu 2º comandante no sentido de precisar melhor a orientação das referidas trincheiras, a resposta terá sido lacónica e fria: “Para os lados da 2ª companhia, sobre a esquerda acerca de setecentos metros”, abandonando o lugar acompanhado do tenente Trancoso⁶¹⁹. Magno tentou esclarecer o auditor do que se passara entre ele e o seu subalterno alferes Graça e a consequente desorientação motivada pelo desconhecimento absoluto do local que o levaram até Vieille Chapelle, onde depois se iria juntar aos escoceses. Também o 2º sargento da 3ª companhia, num depoimento a pedido de David Magno, garantiu que numa altura em que o seu comandante estava de vigilância à porta da cave onde se abrigavam as suas tropas e o alferes Graça apareceu o capitão Roma “a mandar sair a 3ª visto ir para ali o comando do batalhão”, acrescentando que o capitão Magno saiu pela porta do reduto e o alferes Graça pelo lado oposto e que na altura em que Graça estava a saltar os arames o capitão Roma apareceu a dizer ao alferes Graça que fosse para os redutos à esquerda da secretaria do comando a cerca de um quilómetro da igreja⁶²⁰. Contrariando o conteúdo do seu relatório, terá sido naquele momento que o capitão Bento Roma deu as “ordens enérgicas” ao alferes Graça e não a David Magno. Perante a manifesta evidência das contradições nos relatos dos dois oficiais, o depoente solicitou que fossem ouvidos os testemunhos do tenente Trancoso e do alferes Graça assim como o do 2º sargento Tomaz Ferreira da Silva e o do primeiro cabo Clemente António do Carmo.

Nesta fase do processo de audição relativamente ao acusado e aos delatores, Magno lamentou a “verdadeira farsa de Graça se proclamar nos seus relatórios comandante da 3ª companhia, sem dispor da companhia e sem ser capitão dela”, acrescentando que aquela “falta de seriedade se estendeu no regresso do cativeiro a um comandante de um imaginário pelotão de assalto, referindo-se ao 2º sargento António de Almeida”⁶²¹ capturado junto à igreja. E para rematar as referências às atitudes do alferes Graça, David Magno não hesitou em afirmar perante o auditor que a história do 13 andava “envolta numa verdadeira burla moral”⁶²².

⁶¹⁹ PT/AHM/TMT/caixa 534, Processo nº 1222/1922, vol. 1: 54.

⁶²⁰ PT/AHM/TMT/ caixa 534, AHM, Processo nº 1222/1922, vol. 2: 363.

⁶²¹ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922, vol.1: 56 Verso.

⁶²² PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922, vol. 1: 57.

Perante a circunstância em que foi acusado por Gustavo Pissarra, Bento Roma e Almeida Graça de faltar ao dever para com os seus superiores e para com a sua pátria e confiante de que “um verdadeiro herói não falta à verdade”⁶²³, o depoente evocou como testemunha o comandante do 15 em La Couture, Major Andrade Peres.

Pelos depoimentos no TMTP parece não haver dúvida de que o capitão Magno sempre confessou sem rodeios, subterfúgios ou evasivas que se desorientara contra a sua vontade e por uma série de emergências que atribuiu apenas à sorte e ao destino e que, quando deu pelo engano, se achou sem soldados para corrigir ⁶²⁴. E para que lhe fosse feita justiça declarou ter entregado um requerimento e uma exposição onde solicitava ser desagravado pelo Conselho Superior de Disciplina do Exército. Com base nessa exposição rebateu perante o auditor todos os quesitos de que era acusado pelos denunciante.

Após a audição de David Magno foi a vez do major Gustavo Pissarra, ex-comandante do batalhão de infantaria 13, do tenente João Baptista Trancoso e do alferes Almeida Graça, devidamente requisitados às autoridades competentes para serem ouvidos como testemunhas no Auto. As audições ocorreram a partir do dia 3 de Dezembro de 1921.

Iniciado o interrogatório ao comandante Gustavo Pissarra, Augusto Soares pediu esclarecimento sobre “as *razões de ordem superior* por que chegou à conclusão de que o capitão Magno não acompanhara todos até ao fim” referindo-se à desorientação do comandante da 3ª companhia na manhã de 9 de Abril. Sob juramento de honra, o ex-comandante do 13 limitou-se a responder o que o alferes Graça lhe comunicara durante o cativeiro: que Esteves Roma ordenara a David Magno para avançar para as trincheiras com a sua companhia à frente da Senechal Ferme; que Magno não executara a ordem e, dizendo ao alferes Graça para reunir os homens que estavam dispersos, desapareceu com alguns ⁶²⁵. Quanto à ordem dada à 3ª companhia para se deslocar da Ferme Bourel para a Senechal Ferme, o depoente já não se lembrava se fora transmitida pelo alferes ajudante Martins ou pelo próprio 2º comandante interino garantindo, contudo, que fora comunicada ao comandante da 3ª tal como tinha sido dada, contradizendo assim a acusação de Bento Roma ao afirmar que David Magno abandonou as caves sem ordem do comando. Deste modo pode concluir-se que nem o comandante sabia se a ordem teria sido transmitida pelo 2º comandante, nem este teve conhecimento de qualquer dada a David Magno por Gustavo Pissarra. Quanto às misteriosas *razões de ordem superior*, não tendo sido apresentada qualquer explicação da parte do

⁶²³ Idem.

⁶²⁴ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922, vol. 1: 57 verso.

⁶²⁵ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922, vol. 1: 62 verso.

comandante do 13, presume-se que terão sido concertadas com o 2º comandante, Bento Roma. De qualquer modo, a confusão que se instalara no terreno iria transitar para a forma como os dois comandantes justificariam a sua incapacidade de reorganizar as tropas do batalhão e responder ao inimigo.

Tal como aconteceu no seu relatório e nas declarações feitas perante o auditor, encontra-se um sem número de imprecisões e incoerências, muitas das quais com base no dito popular do “disse que disse”, sem qualquer consistência, levando a concluir com alguma segurança que o principal centro de comando de batalhão se encontrava em Bento Roma e não em Gustavo Pissarra. É sintomático o caso da atitude e disciplina das companhias. O comandante de batalhão declarou perante o auditor que na fiscalização às companhias, juntamente com o 2º comandante, encontraram “*sempre tudo no seu posto*, mas ao capitão Magno, teve o referido major (capitão Roma) de lhe dizer coisas violentas, o que o mesmo major chama *com modos pouco diplomáticos*, justificando que a atitude de Bento Roma não seria mais do que uma acção pedagógica, “um incitamento, a que o valoroso major Roma fazia ao capitão Magno”⁶²⁶. Ao contrário de Bento Roma, Gustavo Pissarra nunca se referiu à falta de disciplina e à desorganização da 3ª companhia. Os termos enérgicos ou violentos, como declarou Gustavo Pissarra, foram-lhe relatados por Bento Roma e durante o cativeiro. Não deixa de ser surpreendente que o comandante de batalhão não estranhe que Bento Roma, que passara praticamente todo o tempo fora da sua companhia na reataguarda a dar instrução de esgrima e baioneta, fosse dar incitamento a outro camarada do mesmo posto que durante cerca de um ano percorrera quase todas as trincheiras, sofrendo no dia-a-dia os ataques do inimigo, acompanhando sempre a sua companhia, sem nunca ter dado sequer uma baixa por doença.

Pode considerar-se igualmente confuso e até contraditório o que pretendeu afirmar Gustavo Pissarra ao auditor: “Se o capitão Magno acompanhasse os seus homens até ao fim, como lhe cumpria, teria tido naturalmente a mesma sorte que tiveram o oficial e as praças da sua companhia que o fizeram, que uns morreram, outros caíram prisioneiros com os restantes camaradas do batalhão, que lutaram até ao fim”⁶²⁷. Verifica-se, contudo, que nenhum oficial do batalhão de infantaria 13 ou da 3ª companhia, a não ser o próprio David Magno, lutou até ao fim e muito menos corpo a corpo, como noticiou largamente *Edmond Equoy*, pseudónimo do capitão Velhinho Correia. O único subalterno existente na companhia era o alferes Graça, que foi feito prisioneiro. E nenhum deles morreu em combate nem lutou até ser aprisionado,

⁶²⁶ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922, vol. 1: 63.

⁶²⁷ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922, vol. 1: 63.

o mesmo acontecendo com todos os militares do batalhão, como já se referiu. O maior número de militares mortos em combate aconteceu no Lawe em 10 e 11 de Abril, comandados pelo capitão Magno.

Sendo perguntado a Gustavo Pissarra se antes da batalha de 9 de Abril tinha notado alguma animosidade entre Bento Roma e David Magno, declarou que não notara nem animosidade nem má vontade para com o comandante da 3ª companhia, “mas que o 2º comandante interino não tinha o capitão Magno como tão cumpridor dos seus deveres de comando como os outros comandantes de companhia. Que o capitão Roma não tinha animosidade contra ninguém, sendo somente muito exigente no cumprimento dos deveres de cada um”⁶²⁸. Acrescentou também que nunca o capitão Roma lhe transmitira qualquer falta de Magno que desse origem a procedimento disciplinar.

Não deixa de ser também singular a resposta à pergunta do auditor se antes da batalha formava um juízo desfavorável do capitão Magno. O comandante do 13 respondeu negativamente: que julgava o comandante da 3ª companhia com vontade de cumprir, “mas que ele não era tão inteligente, nem tão sabedor como os outros. Que foi durante algum tempo tesoureiro do batalhão, acumulando o cargo com o de comandante de companhia”⁶²⁹. É manifesta a falta de coerência na afirmação do comandante Pissarra. Se David Magno era considerado pelo seu comandante de batalhão o “menos inteligente e menos sabedor” de todos os outros comandantes de companhia e dos oficiais do Estado-Maior, questiona-se o motivo de lhe atribuir o cargo de tão elevada responsabilidade: tesoureiro do batalhão.

Sobre a contraordem transmitida pelo seu ajudante alferes Martins a David Magno para se dirigir para as trincheiras da igreja, declarou não se recordar. E se isso acontecera terá sido por lapso do ajudante de batalhão “que andava extenuado pelo trabalho que tinha”⁶³⁰. Situação idêntica de falha de memória “por mais que esforce a sua imaginação”⁶³¹ terá acontecido com a contraordem de Roma, quando este ordenou a Magno para se dirigir para as trincheiras desconhecidas.

Acerca do regresso do Bento Roma ao batalhão após o encerramento do campo de instrução de Marthes, o depoente declarou que o 2º comandante terá sido bem recebido no batalhão “não tendo desgostado os oficiais com a sua acção de comando”⁶³². Estas afirmações parecem não corresponder de todo à realidade dos factos: o comandante da 2ª companhia, capitão

⁶²⁸ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922: 64.

⁶²⁹ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922: 64.

⁶³⁰ PT/AHM/TMT/caixa 534, Processo nº 1222/1922: 64.

⁶³¹ Idem: 64.

⁶³² PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922: 64 verso.

Santos Júnior, logo que teve conhecimento da indigitação de Bento Roma para 2º comandante interino do batalhão afastou-se de imediato da Unidade, o mesmo acontecendo posteriormente com o tenente Serra da 1ª, não mais voltando ao batalhão⁶³³.

Sendo perguntado a Gustavo Pissarra se durante a batalha de La Lys o 2º comandante Roma lhe dera conhecimento de qualquer falta do capitão Magno ou relutância no cumprimento de ordens, Gustavo Pissarra respondeu que “só mais tarde, no cativeiro lhe comunicara estes factos”⁶³⁴. Terminando as suas declarações o ex-comandante do 13 reafirmou que “a confusão entre as tropas era grande, porque a intensidade do bombardeamento, a proximidade do inimigo, as baixas produzidas, todas as consequências duma ofensiva vigorosa, se faziam sobre elas sentir”⁶³⁵.

As últimas declarações, consensuais entre todos os militares que sofreram pesadas cargas de bombardeamento do inimigo a partir das 4h15 do dia 9 de Abril, parecem vir de encontro à fundamentação adiantada por David Magno para justificar o desbaratamento da sua companhia e, posteriormente, a desorientação no caminho para as trincheiras que o próprio Bento Roma manifesta não saber onde se situavam. Para agravar a situação relativamente às outras companhias, as caves da Ferme Bourel onde se encontrava a 3ª companhia não eram dotadas da mesma protecção que as do reduto da igreja, do block-house ou da Senechal onde o comando do 13 se instalara.

As clivagens entre os oficiais do 13 não se restringiam apenas ao capitão da 3ª companhia. Magno é apenas um caso levado ao extremo entre muitos que se verificavam entre oficiais do CEP.

A segunda testemunha a depor foi o alferes Agostinho Graça, subalterno da 3ª companhia. Sendo um dos pilares essenciais da acusação de Bento Roma, considera-se fundamental o seu depoimento no sentido de melhor se entender os enredos desenvolvidos por alguns oficiais prisioneiros, particularmente durante e depois do cativeiro. Interrogado sobre os factos constantes da acusação, disse que as ordens recebidas pela 3ª companhia emanadas do comando do batalhão para reunir as tropas e ir ocupar as trincheiras junto da igreja foram executadas com toda a regularidade. Sobre a contraordem verbal dada pelo 2º comandante ao capitão Magno para que saísse com a sua companhia e fosse ocupar as trincheiras, o depoente declarou:

⁶³³ Magno: 1966: 32.

⁶³⁴ PT/AHM/TMT/caixa 534, Processo 1222/1922: 64 verso.

⁶³⁵ PT/AHM/TMT/caixa 534, Processo 1222/1922: 65.

Que não encontrou da parte do capitão Magno qualquer resistência ao seu exacto cumprimento, e que as praças se achavam dispersas pelas trincheiras, não sendo fácil a sua reunião. Nesta ocasião como de resto em todo o decorrer da batalha o bombardeamento era intenso. Que o capitão Magno se achava na saída que dava da trincheira para a estrada e que depois da repetição da ordem do 2º comandante não mais o vira, tendo ele, passado tempo saído para as trincheiras, mas não pela saída onde se encontrava o capitão Magno. Que o capitão Magno lhe disse para ir juntar as praças, a fim de dar cumprimento à ordem do 2º comandante⁶³⁶.

Interrogado se o 2º comandante terá invocado o nome do comandante do batalhão para transmitir uma contraordem, o alferes Graça afirmou não se recordar. Igual lapso de lembrança manifestou acerca da hipotética *carta* que Bento Roma mostrara a David Magno e a si próprio, indicando-lhes as supostas trincheiras bem como o caminho a seguir de forma a manter a ligação com o flanco esquerdo da 2ª companhia do tenente Alcídio e na retaguarda com o comando do batalhão, como referira no seu relatório⁶³⁷. O depoente declarou que não se lembrava “que carta era, nem a escala”⁶³⁸. Confrontado com a posição de David Magno e com as afirmações constantes do seu relatório sobre o assunto, o auditor procedeu a uma acareação entre os dois oficiais, tendo o alferes concluído que afinal o “capitão Roma não indicara precisamente o caminho a seguir, mas sim, que o fez aproximadamente, indicando a direcção, concordando com estas afirmações o capitão Magno”⁶³⁹. Acrescentou ainda o depoente que “o capitão Roma não lhe fez uma indicação precisa, nem precisava de o fazer, porque o caminho era naturalmente para a frente”⁶⁴⁰. Todavia, no seu relatório, Agostinho Graça escreveu que “o 2º comandante ordenou na minha presença ao senhor capitão Magno para avançar com a sua companhia a ocupar as trincheiras à frente da Senecal Ferme, indicando-lhas na carta, bem como o caminho a seguir”⁶⁴¹ em óbvia contradição com o que afirmou ao auditor. Inquirido sobre a apreciação que fazia da sua companhia e do capitão David Magno, Almeida Graça respondeu que durante o tempo em que serviu no batalhão todos tinham em consideração o seu comandante e que a atitude da companhia nas diferentes fases da campanha “era sempre tão boa como as outras”⁶⁴².

⁶³⁶ PT/AHM/TMT/caixa 534, Processo 1222/1922: 65 verso.

⁶³⁷ AHM, Caixa 1212, Relatório de Agostinho de Almeida Graça.

⁶³⁸ PT/AHM/TMT/, caixa 534, Processo nº 1222/1922: 66.

⁶³⁹ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922: 66.

⁶⁴⁰ Idem: 66.

⁶⁴¹ AHM, caixa 1212, relatório do alferes Graça

⁶⁴² Idem: 66

Acerca da acusação dirigida por Bento Roma a David Magno de que terá sido o primeiro a abrigar-se numa casa que um proprietário lhe oferecera para alojar os restos da companhia, em virtude dos abrigos terem sido destruídos pelo bombardeamento, o auditor sentiu necessidade de fazer nova acareação entre Agostinho Graça e David Magno. Respondendo sobre o assunto, Graça declarou que ele próprio esteve abrigado com as praças e com o senhor capitão Magno. Contudo, Magno continuou a afirmar que, embora tivesse feito o reconhecimento do local, terá ficado sempre de alerta junto à porta.

O depoente terminou o seu depoimento confirmando que “o seu comandante de companhia sempre se mostrou disposto a cumprir o seu dever, até desaparecer”⁶⁴³ e que o “senhor capitão Roma apontava à sua companhia defeitos sem importância”⁶⁴⁴.

Confrontadas as afirmações constantes no relatório de Agostinho Graça e que serviram de base de sustentação para o levantamento do auto de corpo de delito e as declarações produzidas na audiência perante o coronel Augusto Sares, são notórias algumas incoerências e omissões da parte do subalterno da 3ª companhia.

Sendo o tenente Trancoso da Formação do 13 uma peça indispensável para confirmar as afirmações de Bento Roma no seu relatório, o auditor quis ouvi-lo de imediato. Nas suas declarações ficou registado que pelas dez horas do dia 9 de Abril recebera ordem do seu comandante de batalhão para que a sua companhia retirasse para as trincheiras de La Couture e que, após ter procedido ao reconhecimento do local, encontrou o capitão Magno com a sua companhia com um efectivo muito reduzido, oferecendo-lhe o seu apoio se assim o desejasse. Pouco depois, relatou o tenente Trancoso, aparecera o capitão Roma ordenando a David Magno para ir ocupar umas trincheiras à frente da Senechal Ferme, não se mostrando nada surpreendido de ter visto ali o capitão da 3ª companhia, contrariando assim o mencionado “espanto”⁶⁴⁵ de Bento Roma. Segundo o comandante da Formação, David Magno começara a reunir os seus homens para dar cumprimento à ordem, “não notando qualquer resistência, objecção ou evasiva da sua parte”⁶⁴⁶, dando de imediato indicações ao subalterno alferes Graça. Quanto às “palavras enérgicas e pouco diplomáticas” que Bento Roma terá proferido a David Magno, Trancoso confirmou que o 2º comandante voltou de novo ao mesmo local mas que não presenciara qualquer diálogo entre os dois oficiais, dando a entender que essas palavras terão sido dirigidas ao alferes Graça como se verificou no julgamento, uma vez que

⁶⁴³ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922: 67.

⁶⁴⁴ Idem: 67

⁶⁴⁵ Mota e Costa, 1959: 306, Relatório de Bento Roma.

⁶⁴⁶ PT/AHM/; TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922; vol. 1: 69.

David Magno já teria saído. Acerca do comportamento e atitudes da 3ª companhia, João Baptista Trancoso assegurou que não eram inferiores às outras “tendo sempre notado no senhor capitão Magno vontade de cumprir os seus deveres. Como não viu mais o capitão Magno supusera que tivesse morrido, tal como todos os que não se encontrassem em La Couture”⁶⁴⁷. Referindo-se ao desvio de Magno, o oficial confirmou que, devido à ramificação do traçado dentro do entrincheiramento de La Couture e o pouco ou nenhum do seu conhecimento, “era fácil alguém desorientar-se”⁶⁴⁸.

Após terem prestado declarações em auto de corpo de delito os militares que estiveram na base da acusação, exceptuando o 2º comandante Bento Roma por se encontrar em serviço em Angola, o auditor coronel Augusto Soares, no sentido de clarificar o que na realidade teria acontecido na manhã do dia 9 de Abril convocou todas as testemunhas, arroladas tanto pela acusação como pela defesa. As que, por variados motivos, não puderam deslocar-se ao quartel da 3ª divisão do exército no Porto responderam à carta precatória nos tribunais da comarca onde residiam ou faziam serviço, como se constatará no ponto seguinte.

Como base documental deste trabalho e, em particular, no caso que envolve directamente acusações mútuas dos oficiais do batalhão 13, considerou-se importante lembrar que afirmações constantes de um relatório de guerra, elaboradas muitas vezes sob pressões de vária ordem, poderão não ter correspondência com as produzidas sob juramento de honra perante um ou vários juízes num Tribunal, e particularmente em Tribunal Militar. Nesse sentido, presume-se toda a credibilidade na documentação apresentada.

5. Audição de testemunhas de acusação e defesa no quartel da 3ª Divisão do Exército e por carta precatória

Embora os depoimentos das testemunhas em circunstâncias diferentes corram o risco de parecerem redundantes com declarações aparentemente idênticas, julgou-se absolutamente necessário inseri-los para melhor clarificação dos factos.

No dia 17 de Dezembro de 1921 compareceram para depor pela acusação os tenentes Alcídio Lopes de Almeida, comandante da 2ª companhia de infantaria 13, João Augusto Gonçalves da 1ª e o segundo sargento do 3º grupo de companhias de Saúde, Manuel Rodrigues Catarino.

Sobre os factos atribuídos ao capitão Magno em 9 de Abril, o tenente Alcídio disse não saber nada, uma vez que eles se tinham passado à retaguarda da Senechal Ferme e ele encontrava-se com a sua companhia à frente dessa trincheira. A testemunha referiu sob juramento que

⁶⁴⁷ Idem: 69 verso.

⁶⁴⁸ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922, vol. 1: 69 verso.

pelas 14 horas do dia 9 de Abril recebera uma nota do comando do batalhão para que resistisse ao inimigo, prometendo que a 1ª e a 3ª companhias iriam reforçar a sua, mas que nem uma nem outra apareceram. Acerca desta ordem, soube durante o cativeiro pelo próprio tenente Gonçalves que este oficial tentou reforçar a sua companhia, mas que se extraviou e foi parar a outras trincheiras, onde foi feito prisioneiro. Contudo, não existe no relatório de Bento Roma qualquer referência a esta desorientação do comandante da 1ª companhia tenente Gonçalves, nem qualquer acusação quanto ao não cumprimento da sua ordem, omissão pela qual se poderá inferir que o 2º comandante interino tinha a intenção de atingir deliberadamente apenas o comandante da 3ª companhia. Inquirido sobre o comportamento de David Magno perante a sua companhia, o depoente declarou que não tivera com o ele “intimidade que lhe permita fazer um juízo seguro sobre este oficial, tendo contudo por ele consideração e julgando-o capaz de cumprir o seu dever. Tendo servido bastante tempo no mesmo batalhão, sabe que o capitão Magno foi um dos oficiais que nunca deram parte doente, fazendo com o batalhão todos os estágios que a este tocaram no serviço das trincheiras”⁶⁴⁹.

Muito vago foi o depoimento do comandante interino da 1ª companhia tenente João Gonçalves sobre as alegadas acusações ao capitão David Magno. Tal como as outras testemunhas, também este oficial relatou ao auditor não o que presenciou mas o que ouvira no tempo em que estivera no cativeiro na Alemanha. Acerca do acto de cobardia que era imputada a David Magno por Bento Roma, João Gonçalves afirmou “não ter com ele contacto tão íntimo que possa analisar qual o seu procedimento em ocasiões críticas, não podendo assim afirmar que fosse cobardia a causa do seu desaparecimento e que só ele David Magno estaria em condições de o poder explicar”⁶⁵⁰. Sobre o controverso encontro do coronel Felisberto Pedrosa com David Magno que o tenente Gonçalves refere no seu relatório, o depoente declarou que foi também no cativeiro que tivera uma conversa com aquele oficial superior sobre a acção de David Magno no dia 9 de Abril. No decorrer dessa conversa, referiu que Pedrosa lhe perguntara se Magno não “seria um capitão alourado que encontrei próximo do quartel da minha brigada, quando fui um pouco à frente ver o que se passava e que tomando posição junto dum muro o mandei avançar”⁶⁵¹? Igualmente também ouvira dizer que um sargento, sem precisar quem fosse, terá encontrado o capitão Magno e supondo-o perdido, se terá oferecido para o guiar, mas o oficial recusou⁶⁵². Como oficial do batalhão de infantaria

⁶⁴⁹ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 71.

⁶⁵⁰ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 72 verso.

⁶⁵¹ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 73.

⁶⁵² Idem: 73.

13, o tenente Gonçalves declarou não ter notado qualquer má vontade da parte dos oficiais contra o capitão David Magno. Porém, ouvira também dizer que “entre o capitão Magno e o segundo comandante Bento Roma, *havia qualquer coisa*, que supõe derivada de um mal-entendido, não podendo precisar de que natureza fosse”⁶⁵³. Sobre o comportamento da 3ª companhia o depoente, contrariando igualmente o parecer de Bento Roma, afirmou que estava “a par das outras”⁶⁵⁴.

O segundo sargento Manuel Catarino, interrogado a pedido de David Magno, declarou que a companhia deste oficial “era como as outras, sendo o seu comandante exigente no cumprimento dos deveres dos seus subordinados”⁶⁵⁵ e que na qualidade de enfermeiro da 3ª companhia “acompanhou o senhor capitão Magno, quando a companhia ia para as trincheiras, notando sempre que ele fazia o serviço como os outros comandantes de companhia”⁶⁵⁶. Sobre os acontecimentos ocorridos em 9 de Abril, Manuel Catarino não se pronunciou em virtude de ter baixado ao hospital por doença no mês de Janeiro desse ano.

No dia 22 de Janeiro de 1922, dando cumprimento a uma inquirição por deprecada proveniente do agente da polícia judiciária militar da 3ª divisão do exército, coronel Augusto Maria Soares, foi ouvido em Tomar como testemunha designada pelos autores da acusação o ex-comandante da 6ª brigada de infantaria coronel Felisberto Alves Pedrosa, agora comandante interino da 7ª divisão do exército. Nessa inquirição cumpriu a função de auditor o coronel Augusto Alves da Fonseca, comandante do regimento de infantaria nº 15, tendo como escrivão o capitão Luís António Aparício em serviço no mesmo regimento.

Solicitado a esclarecer as circunstâncias e o eventual diálogo que terá acontecido entre ele e um hipotético capitão da 3ª companhia do batalhão 13 em Huit Maisons, perto da sua brigada, Felisberto Pedrosa declarou que, de facto, tinha encontrado naquele local um oficial que não pudera cumprir uma ordem do seu comandante para ocupar um determinado posto, em virtude de um intenso bombardeamento ter originado a dispersão da companhia. Que estranhando aquela atitude numa ocasião tão grave, continuou a testemunha, invectivou o tal militar a reunir as suas praças e que procurasse por todas as formas cumprir a missão⁶⁵⁷. Sobre a identificação do referido oficial, Felisberto Pedrosa adiantou que os únicos sinais de que se recordava eram os seguintes: “estatura regular, um pouco nutrido, cor clara e cabelos

⁶⁵³ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 73.

⁶⁵⁴ Idem.

⁶⁵⁵ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 74.

⁶⁵⁶ Idem: 74.

⁶⁵⁷ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 113.

alourados ou castanhos-claros”⁶⁵⁸. Disse saber que pertencia a infantaria 13 porque ele lho comunicara, mas que não sabia o nome porque não lhe perguntara. Sobre a questão chave para apuramento dos factos, que consistia na hora a que o presumível encontro terá ocorrido, o depoente afirmou não precisar, mas que terá sido antes do meio-dia.

Se Felisberto Pedrosa considerava tão grave o que acontecera em relação ao referido oficial no cumprimento da sua missão parece, contudo, não ter sido tão diligente a invecivar os militares da sua brigada já que, pelas 14h30, todos tinham sido feitos prisioneiros no próprio quartel-general, sem qualquer resistência ao inimigo.

As declarações de ex-comandante da 6ª brigada sediada em Huit Maisons não convenceram de todo Augusto Soares. Ao analisar as respostas à deprecada e tendo por objectivo dissipar qualquer dúvida sobre o presumível encontro em Huit Maisons do coronel Felisberto Pedrosa com o capitão David Magno na manhã de 9 Abril, decidiu requisitar superiormente o coronel Pedrosa para se deslocar ao quartel do 3º grupo de metralhadoras na cidade do Porto, no sentido de se proceder ao reconhecimento presencial do suposto capitão da 3ª companhia. Assim, no dia 13 de Maio de 1922, três capitães do regimento de infantaria 18 igualmente fardados e de cabeça descoberta, incluindo o próprio David Magno, foram colocados numa sala do quartel da 3ª Divisão Militar do Porto preparada para o efeito. Tendo sido perguntado a Felisberto Pedrosa, na presença das testemunhas coronel de infantaria 18 Alexandre Malheiro e Joaquim Jerónimo Brito de Faria major do mesmo regimento, se entre os três capitães reconhecia o oficial a que aludia no seu depoimento, disse:

Que reconhecia no capitão Magno, entre os três oficiais, aquele que lhe parecia reunir todos os sinais do capitão que encontrou junto ao comando da brigada, em Huit Maisons, sem contudo poder afirmar de uma forma positiva e segura de que fosse esse oficial o encontrado nesse dia. Que esse oficial encontrado por ele depoente se encontrava nessa ocasião abrigado detrás de um muro em relação à companhia, com o capacete de ferro, fato de campanha empoeirado, circunstâncias estas que justificam não poder afirmar categoricamente ser o oficial presente aquele que encontrou⁶⁵⁹.

Questionado o “presumível delinquente” pelo oficial auditor se ficava conformado com as declarações da testemunha, respondeu negativamente, justificando mais uma vez que nessa hora referida pelo depoente se encontrava no Lawe com os escoceses, o que poderia comprovar com vinte testemunhas⁶⁶⁰. Importa acrescentar que a distância entre Huit Maisons

⁶⁵⁸ Idem: 113

⁶⁵⁹ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 81 verso.

⁶⁶⁰ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 81 verso

e o Lawe é superior a cinco quilómetros o que, na melhor das hipóteses e considerando a intensa barragem de fogo, a destruição de caminhos e estradas, as redes de arame farpado e o denso nevoeiro, Magno e os seus homens levariam no mínimo hora e meia a chegar ao canal do Lawe, o que não aconteceria antes das 12h30 ou 13h00.

A atitude de convicção e de firmeza de David Magno perante o auditor e as testemunhas presentes na sala parece ter provocado alguma hesitação nos depoimentos do então comandante da 7ª divisão do exército. Todavia, apesar de ratificar as palavras anteriores, Pedrosa quis frisar de seguida que afinal “tanto os sinais, como o traje do oficial que nas circunstâncias citadas encontrou no dia 9 de Abril de 1918 não ficaram na sua mente tão nítidas quanto o necessário para reconhecer sem possibilidade de equívoco o referido oficial”⁶⁶¹.

De facto, poderá deduzir-se também que os sinais exteriores poderiam induzir a alguns equívocos. O próprio coronel Felisberto Pedrosa declarou que não notara no fardamento de David Magno qualquer indicação numérica da unidade a que pertencia. Um outro detalhe poderá pôr em causa a veracidade de todo o conjunto das afirmações de Felisberto Pedrosa no que diz respeito à descrição física do referido oficial, particularmente ao cabelo. Em todas as declarações foi constante a afirmação da testemunha de que o referido oficial era “louro” “alourado”, “cabelo alourado” ou “castanhos-claros”. Como seria possível ao coronel Pedrosa descrever o oficial que se encontrava detrás de um muro como tendo cabelos louros, quando a sua cabeça estava coberta com o capacete de ferro? Por outro lado, David Magno garantiu que o número 13 do seu batalhão andou sempre bem nítido nos braços, o que não acontecera com o oficial que Felisberto Pedrosa dissera ter encontrado. Outra atitude verdadeiramente estranha é o facto de o coronel, como comandante de brigada, não ter pelo menos perguntado o nome do suposto capitão.

Tendo chegado ao conhecimento de David Magno as controversas declarações proferidas pelo coronel Felisberto Pedrosa no regimento de infantaria 15 de Tomar em resposta à deprecada que lhe fora enviada pelo coronel Augusto Maria Soares (recentemente promovido) aquele oficial requereu para ser ouvido novamente a fim de fundamentar alguns factos que julgava convenientes para a sua defesa. Embora este acontecimento já tenha sido abordado em capítulos anteriores, considera-se contudo pertinente uma abordagem mais detalhada que permita uma maior contribuição no aclaramento da realidade.

⁶⁶¹ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 82

Nesta audição, David Magno pretendeu demonstrar que o ex-comandante da 6ª brigada de infantaria se tinha equivocado em relação ao oficial que encontrara em Huit Maisons. Felisberto Pedrosa terá sido confundido com um outro capitão, o ex-comandante da 1ª companhia de infantaria 14, conhecido por capitão Oliveira, transviado como muitos outros pelas ordens que recebera do seu batalhão. Segundo a versão de David Magno, que não fora contestada, pouco antes de se juntar aos escoceses no canal do Lawe terá encontrado numa trincheira entre La Couture e Vieille Chapelle um capitão que não trazia qualquer número, julgando inicialmente que fosse do 15 ou dos pioneiros. Mais tarde e após averiguações, concluiu que deveria ser o capitão Oliveira do 14. No sentido de desfazer a dúvida, Magno tentou contactar aquele oficial por duas vezes através de carta registada, a última enviada em 16 de Maio de 1922 não tendo, contudo, obtido qualquer resposta. No suposto encontro, Oliveira terá perguntado ao declarante “que posto era aquele e para onde ia aquela estrada”⁶⁶². Devido ao intenso bombardeamento inimigo e à sucessão de granadas que entretanto caíram sobre o terreno Oliveira terá corrido para outro lado, desaparecendo sem se despedir. O 2º sargento Tomás Ferreira da Silva que se encontrava junto de Magno ainda lhe terá dito: “aqui não se pode estar”⁶⁶³. Relacionado com este episódio, o ex-oficial granadeiro tenente Henrique Matos Serra contaria mais tarde a David Magno que terá avistado entre as onze e as doze horas de 9 de Abril em Huit Maisons, na estrada que seguia para Vieille Chapelle, a cerca de três quilómetros do local de que falara David Magno, um capitão cheio de terra, sem número, de bigode cortado louro ou castanho, que lhe parecia ser o oficial que se terá separado de David Magno e ao qual Felisberto Pedrosa se terá dirigido⁶⁶⁴. O equívoco terá surgido durante o cativeiro na Alemanha, quando o antigo comandante da 6ª brigada Felisberto Pedrosa descrevera aos comandantes do batalhão de infantaria 13 os sinais exteriores de um capitão que terá encontrado perdido em Huit Maisons. Esses sinais coincidiam, de certo modo, com os de David Magno.

Após o Armistício e no regresso dos oficiais da Alemanha o boato espalhou-se rapidamente: aquele capitão que não cumprira a missão que lhe fora transmitida pelo comando era do 13 e só poderia ser David Magno, o único que não morrera nem tinha ficado prisioneiro. Para se certificarem do facto, quando Gustavo pissarra e Bento Roma regressaram do cativeiro perguntaram a David Magno se era verdade ter sido encontrado pelo coronel Felisberto Pedrosa, tendo aquele oficial respondido negativamente. Esta resposta não terá agradado aos

⁶⁶² PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 87.

⁶⁶³ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 87.

⁶⁶⁴ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 88.

antigos comandantes do batalhão de infantaria 13. Incomodado com a extensão do rumor que se estava a espalhar por todo o CEP, David Magno dirigiu um requerimento ao ministro da Guerra “pedindo para ordenar ao senhor coronel Pedrosa para desfazer o boato de ter encontrado um capitão que lhe *pareceu* ser do treze”⁶⁶⁵. O requerimento foi entregue ao então chefe do estado-maior major Victorino Godinho, que aconselhou David Magno a escrever em primeiro lugar ao coronel Pedrosa. No dia seguinte, o declarante dirigiu uma carta a Pedrosa nos seguintes termos:

Meu excelentíssimo coronel – Quando se soube na Alemanha que um capitão do 13, louro, não tinha ficado morto, nem prisioneiro, dizem-me que Vossa Excelência declarara que então seria um capitão que encontrara fora do seu lugar. Onde e quando foi isso? Como a declaração de Vossa Excelência obriga a formar juízo contra mim, espero dever à lealdade de Vossa Excelência uma carta registada em que desfaça este equívoco, autorizando-me a fazer dela o uso que for preciso⁶⁶⁶.

A carta foi registada em Crecque no dia 19 de Janeiro de 1919 no SPC, que servia o quartel-general. Felisberto Pedrosa remeteu-se ao silêncio e Magno não obteve qualquer resposta.

Na audição solicitada, o “presumível delinquente” declarou perante o coronel Augusto Maria Soares que, na altura em que escrevera a carta e nos tempos que se seguiram, desistiu de “obrigar o coronel Pedrosa a responder oficialmente”⁶⁶⁷, uma vez que nunca mais se falara no assunto, embora “os boatos fossem inúmeros acerca de tudo e de todos, consoante a importância, o amor, ou desamor que ligassem às pessoas”⁶⁶⁸. Se antes e durante a guerra eram bem conhecidas as divergências entre as facções militares, a sua continuação ou agravamento estão comprovados nos depoimentos inseridos no processo ocorrido no TMTP.

David Magno aproveitou para contestar perante o coronel Augusto Soares a forma como no quartel da 3ª divisão de metralhadoras do Porto se fizera o *reconhecimento* de um dos três capitães pelo coronel Pedrosa, considerando “a formalidade absurda de um reconhecimento em tais condições perigoso para toda a inocência, pois o senhor coronel Pedrosa não vinha procurar um desconhecido entre figuras semelhantes, e onde deveria estar também o capitão Oliveira, todos de chapéu de ferro”⁶⁶⁹.

Magno entendeu que a visita ao Porto do então comandante da 7ª divisão do exército teria sido feita em conluio com os camaradas de cativeiro Gustavo Pissarra e Bento Roma. O antigo comandante da 3ª companhia do batalhão de infantaria 13 não era de todo desconhecido de

⁶⁶⁵ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 88 verso.

⁶⁶⁶ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 88 verso.

⁶⁶⁷ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 89.

⁶⁶⁸ Idem: 89

⁶⁶⁹ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 89 verso.

Felisberto Pedrosa, não apenas pela sua fotografia que já tinha sido publicada no *Livro da Guerra*, mas porque se tinham cruzado por diversas vezes na Flandres quando o arguido fizera parte da brigada que Pedrosa comandou interinamente, assim como nos encontros que tiveram na livraria do Aire⁶⁷⁰.

O processo de acusação encontrava-se a evoluir para uma situação de maior gravidade. Tendo essa percepção e no sentido de provar as suas afirmações e a sua inculpabilidade em relação aos factos de que era acusado, David Magno indicou mais vinte testemunhas, incluindo cinco indivíduos que constituíam o número legal para o Tribunal: o capitão Augusto da Conceição Fontes, em serviço no batalhão nº 4 da Guarda Nacional Republicana, o capitão Firmino Ferreira, do secretariado militar, em serviço no quartel-general da 3ª divisão, o capitão António Manuel da Mota e Costa, os tenentes Francisco Figueiredo de Carvalho e Celestino Soares Carneiro; António de Matos Bogalho, alferes de infantaria em 9 de Abril, como testemunha em como cerca das 11 horas do dia 9 de Abril encontrara o capitão Magno no Lawe para o lado de Locon; os 1ºs sargentos Pompeu Martins Gonçalves dos Reis, José António Simão, Manuel Afonso Cardoso e José Fernandes; o 2º sargento Joaquim Alves, como testemunha de que passando na ponte de Vieille Chapelle pelo meio-dia “soube logo ali que o capitão Magno havia muito tempo se havia juntado aos escoceses”⁶⁷¹ e o 2º sargento reformado Tomás Ferreira da Silva que não se tendo separado nunca de Magno, era testemunha de que ele se oferecera aos escoceses por volta das 11 horas; os 1ºs cabos Carlos Fernandes Teixeira, Alfredo Freire Nêno, Clemente António do Carmo e vários soldados.

Ainda acerca do hipotético encontro em Huit Maisons o capitão Augusto Fontes afirmou, numa carta dirigida a David Magno, ter percorrido “por várias vezes toda a área de Huit Maisons entre as 11 e as 12 horas e não encontrara por lá o capitão Magno nem forças do 13, mas sim, encontrou ali depois das 10h30m de 9 de Abril, abrigado no reduto de Huit Maisons o capitão Oliveira do 14 o qual comandava cerca de um pelotão”⁶⁷². Segundo Augusto Fontes, nessa altura o capitão Oliveira apresentava características exteriores idênticas às descritas anteriormente pelo tenente Henriques Matos Serra e que se assemelhavam às de David Magno, consubstanciando assim a possibilidade de induzir alguém em erro.

Em 7 de Fevereiro, perante a dificuldade logística de ouvir as restantes testemunhas indicadas por David Magno uma vez que algumas delas se encontravam licenciadas e outras em parte incerta, o oficial auditor solicitou a presença do “presumível delincente “ no sentido

⁶⁷⁰ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 90

⁶⁷¹ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 91 verso

⁶⁷² PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 91

de o informar da dificuldade, ou mesmo até da impossibilidade, de cumprimento de algumas deprecadas. Ficou acordado então entre Magno e o auditor que seria enviado para audição das testemunhas um conjunto de trinta e três perguntas formuladas pelo próprio capitão, a que deveriam responder no tribunal da comarca da sua residência, ou no tribunal da comarca a que pertenciam os quartéis onde os militares prestavam serviço. A fim de executar esta decisão, o auditor enviou aos respectivos tribunais de comarca da residência ou do serviço das testemunhas indicadas por David Magno as respectivas deprecadas, acompanhadas do respectivo questionário.

Em 22 de Fevereiro de 1922 foi a vez de ser ouvido o major Raul de Andrade Peres, comandante interino do batalhão de infantaria 15 em 9 de Abril, por nesta data se encontrar em licença de campanha o major Ferreira do Amaral. Interrogado sobre os factos de que David Magno era acusado, Raul Peres respondeu que nada sabia sobre o que acontecera com aquele oficial no dia 9 de Abril. Apenas tivera conhecimento do que se passara quando o encontrou no regimento de infantaria 18, onde os dois faziam serviço. Todavia, o seu depoimento não deixa de ser relevante na apreciação e compreensão da conjuntura militar e estratégica que se verificou nos dias 9 e 10 de Abril sobre os acontecimentos de La Couture. O depoente declarou que, quando pelas 10 horas o 13 chegou a La Couture, a barragem era intensíssima sobre a povoação, produzindo uma enorme confusão e tendo muitos soldados do 13 e do 15 abandonado as suas formações. Foi peremptório ao afirmar que foi com as forças do 15 que guarneceu La Couture onde resistiu até ao dia seguinte, contrariando deste modo as palavras de Bento Roma e Gustavo Pissarra que pretenderam reivindicar para si o conjecturado acto heróico. Sobre o extravio de David Magno Raul Peres, em consenso com outros oficiais, considerou igualmente que “o traçado do reduto de La Couture era complicado, podendo facilmente dar lugar a extravios”⁶⁷³. E sobre o mesmo assunto deu a garantia seguinte:

Quem ocupasse pela primeira vez o reduto de La Couture poderia facilmente enganar-se na saída, tomando um caminho diferente ao que desejaria, pelo menos enquanto não lhe fosse possível referenciar por qualquer modo a direcção desejada. E assim julga possível e provável que ao capitão David Magno tal tivesse acontecido no momento em que saiu do referido reduto ⁶⁷⁴.

Apesar de fazer parte da 3ª brigada de infantaria que em 9 de Abril constituía a reserva da 2ª divisão e perante toda a confusão gerada pela barragem de artilharia alemã, o comandante do 15 saiu do fortim a fim de apoiar as forças da frente, não lhe sendo possível ocupar os postos em virtude do avanço do inimigo. Por isso, o major Raul Peres e a 2ª companhia ficaram

⁶⁷³ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 77 verso.

⁶⁷⁴ Idem: 77 verso

em La Couture, onde resistiram até às 12 horas do dia 10 de Abril. Durante esse período o comandante do 15 teve oportunidade de conhecer todas as vicissitudes favoráveis e adversas que o reduto de La Couture poderia oferecer e particularmente o seu forte, o Block-house, não considerando por isso nada surpreendente o extravio do capitão David Magno. Terminando o seu depoimento, afirmou ainda que antes de se ter procedido ao auto de corpo de delito contra o capitão Magno já este lhe teria manifestado a intenção de reclamar contra as declarações proferidas por Bento Roma numa conferência na Escola Militar sobre a acção de infantaria 13 na batalha de 9 de Abril⁶⁷⁵.

Numa tentativa de consolidar a acusação dirigida contra David Magno, o major Gustavo Pissarra enviou ao auditor tenente-coronel Augusto Soares uma nota suplementar datada de 22 de Fevereiro de 1922, na qual solicitava que fossem ouvidas como testemunhas Alfredo Augusto Filipe, o médico António Gonçalves, José Sevivas, António de Almeida e António Alves Janeiro Sobrinho, sendo os dois últimos de infantaria 13 de Vila Real. O coronel Augusto Maria Sares diligenciou de imediato no sentido de serem enviadas as respectivas deprecadas, para serem ouvidos o mais rapidamente possível.

A fim de se tentar uma percepção mais completa e objectiva do que conduziu à decisão dos jurados e do juiz Presidente do Tribunal Militar Territorial do Porto, considera-se imprescindível apresentar o depoimento de todas as testemunhas indicadas, tanto pelos denunciantes como pelo acusado.

No dia 6 de Março de 1922, na residência do governo do distrito de Luanda onde se situava a divisão militar de Angola, em cumprimento do pedido em deprecada do Auto de Corpo de Delito que se tem vindo a abordar, foi ouvido Bento Esteves Roma, à data no posto de major, em serviço naquela província portuguesa. Presidiu à inquirição Joaquim Duarte Silva, tenente-coronel do Quadro Ocidental das Forças Ultramarinas, tendo como escrivão o tenente de infantaria Júlio Pereira Machado. As respostas aos quesitos constantes da carta precatória deram entrada no quartel da 3ª divisão militar do Porto em 10 de Abril de 1922, sendo consideradas nesta inquirição como as mais contundentes e demolidoras em relação ao profissionalismo militar do capitão Magno. Assim julgou-se conveniente citar as próprias palavras do inquirido no sentido de melhor se entenderem as dissensões que dominavam as relações entre os dois oficiais.

⁶⁷⁵ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 78.

Quis o auditor saber se, de facto, o inquirido Bento Roma terá dado a ordem ao capitão Magno para avançar com a sua companhia, determinando-lhe o novo posto a ocupar com indicações detalhadas sobre a carta ou sobre o terreno, ao que ele respondeu:

Deu ao senhor capitão Magno a ordem para avançar mostrando-lhe na carta que trazia o ponto a ocupar e que era numa trincheira além da Senechal Ferme. Essa mesma carta havia servido para indicar à primeira e segunda companhias a posição que deviam ir ocupar e que ocuparam tendo sido dada ao senhor capitão Magno com os mesmos detalhes (...) Além disso, havendo o senhor capitão Magno procedido juntamente com o comando, oficiais do Estado-Maior do batalhão e restantes comandantes de companhia ao reconhecimento do sector tinha passado perto da trincheira que por mim lhe foi indicada. Mas há mais e é que o seu subalterno alferes Agostinho Almeida Graça avançou com parte da sua companhia apesar da ordem não lhe haver sido dada directamente o que prova que foi dada com os detalhes precisos para poder ser cumprida a *não ser que o senhor capitão Magno nesse momento se não encontrasse no pleno das suas faculdades* o que não notou sucedesse (sic)⁶⁷⁶.

O que estava em causa para o comandante da 3ª companhia não era o cumprimento da ordem dada pelo 2º comandante interino para avançar para as trincheiras, mas para que trincheiras se deveria deslocar e onde se situavam. O denunciante declarou que mostrara a Magno na carta o ponto a ocupar, “numa trincheira além da Senechal”. Entretanto, o acusado escreveu no seu relatório que passados quarenta minutos da 3ª companhia se ter instalado e tomado posição no reduto da igreja, Bento Roma aproximou-se e, de carta na mão, lhe dissera: “a 3ª companhia vai deslocar-se para outras trincheiras, de reserva”⁶⁷⁷. Magno, perguntando a Bento Roma qual a direcção e a que distância, disse ter ouvido apenas a palavras lacónicas: “para a frente”. Quanto à hipotética carta, a confusão não é menor. Magno afirmou que nela não existiam nem coordenadas nem pormenores das referidas trincheiras e que pertencia a outra área. O alferes Agostinho Graça escreveu no seu relatório que o 2º comandante ordenou a Magno na sua presença para avançar, indicando-lhe na carta o caminho a seguir. Porém, na acareação com David Magno reconheceu que afinal não se lembrava nem de carta, nem de coordenadas, nem de orientações precisas dadas por Bento Roma, o que parece tratar-se dum possível acto previamente congeminado, posto em causa perante o juramento sob compromisso de honra.

Confessou também a testemunha, na inquirição em Luanda, que o capitão Magno tinha feito o reconhecimento do sector com os outros comandantes e oficiais do estado-maior e que “tinha

⁶⁷⁶ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 2: 278 verso e 279. O itálico é do autor do estudo.

⁶⁷⁷ Magno, Relatório Adicional à Monografia do RI 13, 1923: 10.

passado perto da trincheira que lhe indicara”⁶⁷⁸. O único reconhecimento a que se refere Bento Roma foi efectuado na véspera de 9 de Abril e apenas aos subsectores onde se encontravam os batalhões n.ºs 4, 10 e 17, pertencentes à 5ª brigada de infantaria, e que nada tinham a ver com La Couture, cuja defesa não era da competência de infantaria 13. O comandante do batalhão Gustavo Pissarra foi muito claro no seu relatório sobre o reconhecimento a que se refere Bento Roma: “No dia 8 procedeu-se ao estudo e reconhecimento das estradas e caminhos de emergência para o subsector”⁶⁷⁹. Por outro lado, a 3ª companhia do batalhão de infantaria 13 estava aquartelada em Ferme Bourel, a cerca de mil metros do comando, enquanto as outras companhias que estavam mais próximo de La Couture tinham possibilidade de obter um conhecimento mínimo do local. O subsector guarnecido pela 5ª brigada estendia-se para leste e sul de La Couture e não para norte, para onde Bento Roma pretendeu enviar a 1ª, 2ª e 3ª companhias que desconheciam completamente o terreno, o que se tornou na principal causa de terem sido capturadas de surpresa pelo inimigo. Ainda acerca da ordem dada e da presumível carta, não se entende a que propósito e qual o objectivo pretendido pelo depoente Bento Roma quando evocou a possibilidade de que, naquele momento, David Magno não estivesse “no pleno das suas faculdades”.

Quanto ao segundo quesito no qual foi perguntado se o inquirido ao dar a ordem notou da parte do capitão Magno alguma resistência, a resposta foi categórica: “o senhor capitão Magno não lhe disse que não cumpria a ordem. Se assim tivesse sucedido ela testemunha *tinha pronto remédio na pistola* que trazia à cinta que de vez poria de lado e para sempre quem não sabia ser militar”⁶⁸⁰. Mas referindo-se à sua execução, Bento Roma afirmou que Magno “começou com evasivas mostrando muito pouca vontade em avançar”, tendo necessidade de “invectivar para tal procedimento”⁶⁸¹. Comparando a atitude de Magno com a dos comandantes das outras companhias, o inquirido garantiu que “nenhuma relutância havia mostrado em seguir para a frente e todos procuraram com a máxima rapidez e boa vontade cumprir as ordens transmitidas”⁶⁸². Na realidade, pela análise de vários relatórios e depoimentos de oficiais e sargentos não parece que Bento Roma tenha demonstrado assim tanta destreza em servir-se do tal “remédio na pistola” para fazer cumprir ordens, como foi o caso do capitão Maçãs Fernandes da 4ª companhia, que se recusou a cumprir a ordem de Bento Roma para avançar para as linhas por falta de munições, o mesmo acontecendo com José Sevivas que, mesmo ao

⁶⁷⁸ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo n.º 1222/1922 vol. 2: 279 verso.

⁶⁷⁹ Mota e Costa, 1959: 276.

⁶⁸⁰ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo n.º 1222/1922 vol. 2: 279.

⁶⁸¹ Idem: 279.

⁶⁸² PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo n.º 1222/1922 vol. 2: 279.

seu lado, o abandonou fugindo para a Base e daí para Lisboa, sem que a pistola de Bento Roma tivesse sido usada. A afirmação do inquirido parece de todo inconveniente para com um oficial do mesmo posto e do mesmo batalhão, uma dose de descortesia para com alguns camaradas e sinal de fraqueza, ou mesmo cobardia, para com outros.

Ao terceiro quesito, o auditor pretendeu saber se haveria algum facto que justificasse a suposta demora no cumprimento da ordem. Bento Roma declarou que para esse cumprimento “nenhuma dificuldade havia a não ser a de vencer o bombardeamento o que neste caso não pode ser invocado como dificuldade pois em combate as balas são em sua opinião (da testemunha) um factor secundário no cumprimento de uma ordem”⁶⁸³. Importa relembrar o que Bento Roma escrevera no seu relatório, referindo-se ao que se estava a passar pelas 10h 30m: “o bombardeamento é formidável. A Senechal Ferme treme abalada até aos alicerces, já foi atingida em vários pontos e aparecem os primeiros feridos. Os invólucros vazios das granadas dão alarme de gás. É dia mas mal se vê, pois o nevoeiro é denso e mais denso o tornam ainda os constantes rebentamentos e os destroços por estes produzidos”⁶⁸⁴. Se para o 2º comandante do 13 fora muito vantajoso descrever no seu relatório a gravidade e violência do bombardeamento para ficar abrigado nas caves, na inquirição feita na Divisão Militar de Angola afinal as coisas não teriam acontecido bem assim: no caso de David Magno, as dificuldades provocadas pelas balas e estilhaços “não eram tão grandes que não se pudessem vencer”. Não podem ser ignoradas as diferentes atitudes e incoerências de Bento Roma, de acordo com a conveniência das circunstâncias que põem em causa a sua credibilidade em todo o processo.

Acerca do suposto extravio do capitão da 3ª companhia, o ex-comandante interino do 13 respondeu ao quarto quesito afirmando não compreender a razão que levou David Magno a desorientar-se em sentido diametralmente oposto ao indicado.

Foi-lhe perguntado se durante o tempo que esteve em França como 2º comandante formara algum juízo sobre o capitão Magno que o levasse a admitir que fosse por cobardia que abandonou a sua companhia na batalha. Bento Roma respondeu que no decorrer desse tempo verificou que o capitão David Magno “era pouco cuidadoso no desempenho dos diferentes serviços, falta de iniciativa, bem como lhe notou sempre *uma grande presença de corpo e ausência de espírito*”⁶⁸⁵. Para provar a tal “ausência de espírito e a grande presença de corpo”, Bento Roma não se coibiu em recorrer a uma linguagem confusa, irónica e até vulgar para o

⁶⁸³ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 2: 280.

⁶⁸⁴ Mota e Costa, 1959: 303, Relatório de Bento Roma.

⁶⁸⁵ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 2: 286 verso.

desprestígio de David Magno. Referindo-se a um artigo publicado na *Revista Militar* sobre os Dembos, o ex-2º comandante interino de infantaria 13 glosou o capitão Magno de pretender que “aquela região fique estabelecida estarrecida a contemplá-lo depois de morto (sic)”⁶⁸⁶. Respondendo à sétima pergunta se houve qualquer procedimento disciplinar antes da batalha de La Lys, Bento Roma afirmou desconhecer⁶⁸⁷. Era natural que a testemunha ignorasse qualquer procedimento disciplinar levantado ao capitão da 3ª companhia: primeiro porque esteve muito pouco tempo ao serviço do batalhão, embora fosse oficialmente o comandante da 1ª companhia e, em segundo lugar, porque não consta que tenha havido qualquer motivo de ordem comportamental irregular da parte de David Magno para lhe ser movido qualquer processo. A única acusação feita ao comandante da 3ª companhia partira de Bento Esteves Roma e depois da guerra.

Para justificar as suas afirmações, o depoente pediu para serem interrogados o capitão Alfredo Ferreira Esteves, o alferes António Dias, tenente Alcídio de Almeida, alferes Alfredo Filipe, alferes Agostinho Graça e os sargentos Manuel Martins Cacheira e Gomes de Carvalho e todos os oficiais e praças do seu ex-batalhão⁶⁸⁸.

Das declarações produzidas pelo capitão Bento Roma nesta inquirição, umas contraditórias e outras fora de contexto, poderá deduzir-se sem margem de erro que tiveram como objectivo não o apuramento da verdade dos factos mas, unicamente, desacreditar o seu camarada, denegrindo a sua personalidade e acção como cidadão e como oficial do exército no sentido de lhe ser retirada a condecoração. Não será errado concluir que esta atitude do ex-2º comandante interino dum batalhão e oficial do quadro permanente em nada contribuiu para a sua dignidade pessoal e muito menos para a honorabilidade da instituição militar a que pertencia, e o que Tribunal Militar Territorial acabou por confirmar. Porém, por motivos inexplicáveis, a imprensa e a historiografia dedicaram-lhe estimados elogios, já que a política de reconciliação e de unidade nacional assim o exigia.

Em 29 de Março de 1922 foi convocado para prestar declarações o tenente médico miliciano Manuel Neto Cabral do estado-maior de infantaria 13, por ter sido mencionado no depoimento dos alferes Sevivas e Alfredo Filipe. O auditor inquiriu o depoente sobre as referências que lhe fizera a testemunha Augusto Filipe “quanto à afirmação de que os soldados que retiraram eram da 3ª companhia e que assim procediam porque o seu comandante, capitão Rodrigo (sic)

⁶⁸⁶ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 2: 286 verso.

⁶⁸⁷ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 2: 286 verso.

⁶⁸⁸ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 2: 289 verso.

Magno igual procedimento tinha adoptado”⁶⁸⁹. O oficial miliciano médico respondeu que isso tinha acontecido porque ouvira dizer a algumas praças.

O que se pode inferir do depoimento anterior, como aliás de muitos outros já mencionados, é que se está perante um conjunto de afirmações e insinuações com base apenas em boatos inconsistentes, levantados em particular durante o período do cativeiro na Alemanha.

A partir de 18 de Maio de 1922 começaram a ser ouvidas as testemunhas indicadas no depoimento do capitão Roma e residentes na área da 3ª divisão. A primeira foi João Baptista Correia Araújo, tenente miliciano de infantaria. Interrogado a propósito da acção do capitão Magno no dia 9 de Abril, declarou que não poderia formar um juízo concreto sobre a conduta desse oficial no dia da batalha, mas que o encontrara em Dèvres no dia 11 ou 12 de Abril e lhe perguntara pelos oficiais seus conhecidos de infantaria 13. David Magno respondera que “não poderia dar informações visto a batalha ter sido uma grande confusão e que se extraviaram da sua unidade vindo depois combater com os ingleses”⁶⁹⁰. Relatou ainda este tenente miliciano que mais tarde contara esta conversa ao capitão Roma e que este lhe dissera que o capitão Magno não cumprira uma ordem de serviço que lhe transmitira, ignorando as razões que o levaram assim a proceder⁶⁹¹. Não parece relevante no contexto geral da acusação o testemunho deste oficial miliciano, pouco acrescentando às provas.

Seguiu-se a audição do capitão na disponibilidade Alfredo Ferreira Esteves que, após o juramento de honra de desempenhar as funções de testemunha, “aos costumes disse estar de relações cortadas com o suposto delinquente, mas que nem por isso deixaria de ser verdadeiro”⁶⁹². Alfredo Esteves, tenente granadeiro do estado-maior do 13, era um dos privilegiados que se encontrava em Portugal em gozo de licença de campanha quando ocorreu a batalha de La Lys. Por isso, confessou ao auditor nada ter presenciado e que “só em fins de Abril conseguiu sair para ir juntar-se ao CEP”⁶⁹³. Porém, quando chegou a França, “começou, por *curiosidade natural*, a inquirir da acção do seu batalhão”⁶⁹⁴, iniciando a construção de mais um enredo do “ouvir dizer” focado na pessoa do capitão David Magno. Sendo o depoimento daquele capitão na disponibilidade bem revelador do já mencionado adágio popular do “disse que disse”, julgou-se conveniente citar parte do seu conteúdo:

⁶⁸⁹ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 79 verso.

⁶⁹⁰ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 83.

⁶⁹¹ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 83.

⁶⁹² PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 83 verso.

⁶⁹³ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 84.

⁶⁹⁴ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 84.

Soube da boca de algumas praças de quem não recorda nem dos números nem dos nomes que se dizia que o capitão senhor Magno, quando avançava a cumprir uma ordem do segundo comandante do batalhão, capitão Roma, ordem que o mesmo Roma tinha repetido em modos bastante zangados, a fim de ir ocupar uma trincheira na frente, o referido capitão, senhor Magno dissera para os soldados que o acompanhavam “que quem quisesse, fosse andando, ou então que seguissem com ele”. Que, tendo algumas semanas depois, o depoente, interrogado casualmente uma das ordenanças que acompanhava o mesmo senhor Magno no dia 9 de Abril e que tinha sido proposta para a condecoração da Cruz de Guerra pelo mesmo capitão e de facto condecorada, esta lhe dissera que o senhor Magno acompanhado por algumas praças da sua companhia e entre elas a citada ordenança, quando começaram a cumprir a ordem de avanço dada pela segunda vez pelo segundo comandante capitão Roma, tomaram por uma trincheira para a retaguarda guiados sempre pelo mesmo capitão Magno, andando assim uma ou duas horas, quase perdidos até que encontraram uma linha de atiradores ingleses que os obrigaram a deitar-se no chão ao lado dos ingleses e a baterem-se contra o inimigo e quem mais se salientou no modo como os obrigava a pararem e a deitarem-se foi um tenente inglês⁶⁹⁵.

A testemunha lembrava-se dos todos os detalhes da comunicação da referida praça, mas esquecera-se do seu número e do nome. Recordava-se, contudo, de pormenores que um outro soldado, que sabia apenas chamar-se Firmino Pinto e que se encontrava em serviço na Guarda Nacional Republicana, lhe relatara que o referido tenente inglês “para se fazer obedecido apontara uma pistola não só às praças mas também a David Magno”⁶⁹⁶. Segundo Alfredo Esteves, a troca de explicações sobre este assunto com David Magno terá estado na origem do corte de relações entre os dois oficiais. Continuando a sua audição, o depoente declarou também que mais tarde, quando se encontrava em Cherbourg a recolher elementos sobre os ex-prisioneiros de infantaria 13, soube da boca de algumas praças repatriadas que “entre todas as praças prisioneiras era voz corrente que se o senhor capitão Magno não tivesse fugido, infantaria 13 podia ter o *contentamento* de se ter sacrificado toda”⁶⁹⁷. Estas informações terão sido a chave de parte do relatório de Bento Roma na acusação dirigida a David Magno, uma vez que o depoente declarou no seu depoimento que lhe entregara as cópias do que ouvira às referidas praças.

Instado a emitir uma opinião sobre a 3ª companhia, declarou que lhe parecia ser “um pouco enfraquecida a acção directa do seu comandante sobre os soldados, do que resultava um pouco

⁶⁹⁵ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 84 verso.

⁶⁹⁶ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 85.

⁶⁹⁷ *Idem*: 85

de desleixo”⁶⁹⁸. E a terminar afirmou que não sabia, nem lhe constara que David Magno fosse alguma vez admoestado pelo comandante do batalhão. Fazendo parte do estado-maior do batalhão e com as boas relações que manifestava ter com o segundo comandante Bento Roma, pode concluir-se que se isso tivesse acontecido era suposto que a generalidade dos oficiais tivesse conhecimento. O depoimento deste oficial não deixa de ser mais um contributo no desfiar de intrigas forjadas entre militares durante e depois da guerra, que entraram na memória colectiva sobre a batalha do 9 de Abril.

Requisitado para ser chamado a depor sobre as declarações que lhe foram atribuídas pelo capitão Alfredo Ferreira Esteves, o soldado Firmino Pinto afirmou perante o auditor que não teve conhecimento directo da acção do capitão David Magno na batalha porque no dia 9 de Abril se encontrava de baixa no hospital, muito à retaguarda das linhas. Todavia, ouvira dizer no hospital a camaradas seus que “o capitão Magno tinha vindo para a retaguarda na ocasião em que ia para a frente uma brigada escocesa e que um oficial dessa brigada o obrigou a ir para a frente”⁶⁹⁹. Interrogado se podia declarar o nome e o número dessas praças, respondeu que não se lembrava nem do número nem do nome. Disse mais que o referido oficial escocês “apontara uma pistola, segundo o que lhe contaram, para o capitão Magno se fazer obedecido”⁷⁰⁰. E nada mais consta na audição do soldado Firmino Pinto.

Não será de todo faltar à verdade pôr em dúvida a credibilidade dos factos apontados pelos depoentes capitão Alfredo Ferreira Esteves e soldado Firmino Pinto. O 2º comandante interino utilizou a informação que lhe foi transmitida pelo capitão Alfredo Esteves. Este recebera-a do soldado Firmino Pinto que, por sua vez, a ouvira a camaradas anónimos quando se encontrava no hospital. E deste modo se foi construindo o anátema da 3ª companhia e do seu comandante, em proveito da mítica “carga de baioneta” em La Couture. Meias verdades ou meias mentiras transformaram-se em verdades absolutas.

Após ter conhecimento das declarações do coronel Felisberto Pedrosa prestadas no regimento de Infantaria 15 em Tomar, e no quartel da 3ª divisão de metralhadoras no Porto, o rol das vinte testemunhas apresentadas por David Magno começou a ser ouvido no início do mês de Junho do mesmo ano pelo auditor Augusto Maria Soares, prolongando-se até ao dia 13 de Julho, data em que foi encerrado o auto de Corpo de Delito. Foi solicitado pelo “presumido delinquente” que fossem interrogadas sobre cada item de que era acusado e

⁶⁹⁸ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 85 verso.

⁶⁹⁹ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 86.

⁷⁰⁰ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 86 verso.

particularmente acerca do cumprimento rigoroso dos seus deveres como militar, oficial e comandante de companhia antes, durante e depois da guerra.

Não pretendendo tornar demasiado extenso este assunto, nem tão pouco ocultar testemunhos relevantes que conduzam à objectividade deste estudo, ele restringir-se-á aos mais pertinentes, uma vez que alguns apresentam declarações muito semelhantes.

A primeira pessoa a ser ouvida foi o coronel Alexandre José Malheiro, comandante do regimento de infantaria 18 que, pronunciando-se a propósito das qualidades do capitão Magno, afirmou:

Que o tem na conta de oficial brioso e digno e tanto assim que apenas teve conhecimento de certa conferência publicada por Bento Roma, em que eram feitas referências desagradáveis, o mesmo capitão se lhe dirigiu indignado, declarando que ia requerer um conselho de disciplina onde pudesse refutar a falsidade de tais acusações (...) Que considera o capitão Magno capaz de desempenhar qualquer serviço por muito arriscado que seja⁷⁰¹.

Seguiu-se a audição de Celestino Soares Carneiro, tenente miliciano em serviço no mesmo regimento. Este oficial referiu-se à campanha de descrédito levada a cabo em Cherburgo pelo capitão Esteves Roma contra Magno. Quando o batalhão de infantaria 9, de que fazia parte, aguardava o repatriamento em Cherburg, Celestino Carneiro confessou ao auditor:

Que ouvira por vezes discutir a atitude do capitão Magno no 9 de Abril, sendo aplaudida por uns e incompreendida por outros; que o facto da citada discussão era devido ao capitão Magno *não ter confirmado a carga de baioneta*⁷⁰² dada pelo 13 no dia 9 de Abril; conseguiu reunir soldados para combater ao lado dos escoceses, prova evidente dos seus dotes de bom soldado e patriota, pois outro, atendendo à confusão que reinou na manhã de 9 de Abril teria decerto retirado⁷⁰³.

O alferes miliciano Teotónio da Malta Jota abordou também a campanha de descrédito movida contra o capitão Magno. Aguardando igualmente em Cherburg o regresso a Portugal, disse ter ouvido a um grupo de oficiais falar da campanha que se pretendia mover contra o capitão Magno da parte dos oficiais que com ele serviram no batalhão de infantaria 13, acrescentando que “essa campanha fora iniciada no cativeiro preparando esses oficiais o espírito dos soldados que houvessem de prestar declarações sobre a acção do referido batalhão”⁷⁰⁴. Neste depoimento pode inferir-se, no mínimo, a existência de uma insinuação de que Bento Roma e Gustavo Pissarra congeminaram durante o cativeiro afastar qualquer veleidade de pretenso heroísmo militar ou patriótico de David Magno na batalha de 9 de Abril.

⁷⁰¹ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 97 e verso.

⁷⁰² O itálico é do autor deste estudo.

⁷⁰³ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 98.

⁷⁰⁴ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 99 verso.

Também o coronel de infantaria e chefe do distrito de recrutamento nº 18 José do Nascimento Pinheiro, interrogado sobre o conceito que tinha do capitão Magno declarou que, pelas suas qualidades de disciplina e decisão, o julgava incapaz de ter cometido um desvio no 9 de Abril “sem que a isso fosse obrigado pela força invencível das circunstâncias”⁷⁰⁵.

A contraordem dada pelo comandante Pissarra a David Magno através do ajudante alferes Manuel Martins para se dirigir para as trincheiras do reduto da igreja e que Bento Roma acusa o comandante da 3ª companhia de o ter feito sem autorização do comando do batalhão, foi presenciada pelo 2º sargento Joaquim Alves da 4ª companhia. De acordo com o seu depoimento no dia 10 de Junho de 1922, mais uma vez é contrariada a acusação de Bento Roma: sobre a 3ª companhia, aquele sargento declarou que o seu desbaratamento se deveu às pesadas baixas e à grande confusão e desordem em todo o batalhão⁷⁰⁶.

As testemunhas indicadas, tanto pela acusação como pela defesa, que não puderam ser ouvidas pelo auditor no quartel da 3º grupo de metralhadoras responderam por deprecada aos respectivos quesitos no tribunal de comarca das unidades em que prestavam serviço, ou no tribunal de comarca da residência no caso dos militares licenciados, como já foi referenciado. As respostas foram enviadas para o auditor coronel Augusto Maria Soares, que organizou o processo a fim de o enviar ao Tribunal Militar Territorial do Porto. Por isso, tendo ouvido todas as testemunhas, no dia 13 de Julho de 1922 deu por encerrado o auto de corpo de delito, apensando os seguintes documentos: 28 deprecadas, três documentos de defesa apresentados pelo “presumido delinquente”, um *Livro da Guerra*, três cartas das trincheiras, France Sheet 36ª 9.E. Edition G, - France Sheet S. N.Edition 9. A e La Couture, - Trenches Corrected. To 26-2-18, e duas notas, uma do comando do regimento de infantaria 27 e outra do tenente-coronel Gustavo de Andrade Pissarra, comandante do grupo de metralhadoras⁷⁰⁷.

Devido ao número elevado de testemunhas indicadas particularmente pela defesa, e pela sua grande dispersão pelo país, o coronel Augusto Maria Soares enviou cartas precatórias aos quartéis ou tribunais da comarca onde prestavam serviço ou residiam, no sentido de responderem a um conjunto de quesitos relacionados com a acusação constante no auto de corpo de delito. Assim, de acordo com os quesitos constantes na respectiva deprecada, as testemunhas convocadas responderam perante o juiz da respectiva comarca, sendo as respostas enviadas para o auditor da 3ª divisão militar a fim de ser apurada toda a verdade e aplicar a respectiva justiça.

⁷⁰⁵ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 100 verso

⁷⁰⁶ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 104

⁷⁰⁷ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol, 1: 107 verso

Em 22 de Fevereiro de 1922 foi ouvido na comarca de Amarante o 1º cabo Joaquim Mendes Teixeira de Melo de infantaria 13. Acerca da atitude de David Magno para com a companhia, Joaquim Melo declarou que o seu comandante era o primeiro a aparecer na formatura da companhia, pontual nas horas e disciplina e rigoroso para com os soldados, sargentos e oficiais⁷⁰⁸. Sobre a problemática questão de que o capitão Magno se teria abrigado com os soldados quando um proprietário francês lhe oferecera a cave da sua casa, Joaquim Teixeira de Melo desmentiu o facto, afirmando que Graça e Magno “estiveram na companhia dos soldados, o capitão Magno à porta da ferme, à espera das ordens do comando do batalhão, e o alferes Graça na caserna, estando tudo por ordem dos oficiais para marchar para a primeira linha”⁷⁰⁹. Considera-se o testemunho de 1º cabo verdadeiramente significativo para se perceber o que se passou com a desorientação de Magno e dos seus homens. Confirmou Joaquim Teixeira de Melo que quando Magno e os soldados que o acompanhavam saíram para dar cumprimento à ordem de Bento Roma, atravessaram uma casa escura e desconhecida e, passando por umas trincheiras, seguiram julgando que estavam no caminho certo; que de vez enquanto Magno perguntava aos soldados que encontrava por ali fugidos se era por ali o caminho, ao qual respondiam que iam bem. Quando na ponte de Vieille Chapelle Magno procurou reunir as praças e graduados de vários batalhões que por ali se encontravam dispersos e sem comando, ouviu um soldado gritar: “fujam que está tudo perdido”⁷¹⁰. Então David Magno dirigindo-se aos soldados, perguntou quem o queria acompanhar, obtendo apenas a disponibilidade da ordenança Tomás. Avançaram os dois, mas como os alemães tivessem feito fogo regressaram à ponte. Reunindo então os soldados que por lá se encontravam, entre os quais o 1º cabo depoente, foram oferecer-se aos escoceses⁷¹¹. Confirmou que, ao dirigir-se ao oficial inglês, este terá dito a Magno que só pretendia a sua metralhadora, respondendo-lhe o capitão que o soldado português também sabia fazer fogo com metralhadora. Nessa altura o capitão deveria ter consigo cerca de cinquenta praças de infantaria 13 e 15. Magno terá chegado junto dos escoceses antes do meio-dia. Referiu ainda que o capitão nunca deixou de ocupar a sua actividade de comando, dizendo para os seus homens que estavam a ser observados por estrangeiros. Respondendo ao último quesito, disse que David Magno só deu ordem de retirada no dia 11 de Abril, quando já não tinham munições e se encontravam completamente cercados⁷¹².

⁷⁰⁸ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 124.

⁷⁰⁹ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 125 verso.

⁷¹⁰ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 127.

⁷¹¹ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 127 verso.

⁷¹² PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 129 verso.

Os mesmos trinta e três quesitos foram enviados para o juiz de direito da comarca do Peso da Régua, aos quais deveriam responder os 2ºs sargentos de infantaria 13 José Pinto Borges licenciado e Tomás Ferreira da Silva, na situação de reformado. Intimado a comparecer no tribunal, José Pinto Borges apresentou-se perante o juiz de direito doutor Adolfo de Araújo Ramos no dia 22 de Fevereiro de 1922. Interrogado acerca da atitude de Bento Roma para com a 3ª companhia, respondeu que durante o tempo em que esteve em França, ouviu dizer às praças do batalhão que o capitão Bento Esteves Roma não gostava das praças da 3ª companhia por “andar mal com o capitão David Magno”⁷¹³, declarando também que o referido oficial comparecia sempre às formaturas da sua companhia às horas regulamentares, sempre com disciplina rigorosa para com os soldados, sargentos e oficiais⁷¹⁴. Acerca do que acontecera na manhã de 9 de Abril, o declarante afirmou ser verdade que quando caiu de repente o bombardeamento sobre a caserna onde se encontrava a 3ª companhia, em Ferme Bourel, o capitão Magno procurou formar a companhia, mas que os soldados de dois pelotões tinham fugido para diferentes pontos de La Couture, tendo ordenado aos sargentos que fossem à sua procura. Contrariando o alferes Graça aquando se abrigaram na cave de uma casa oferecida por um proprietário francês, esta testemunha declarou que Graça fugira com os soldados para dentro da cave, ficando o capitão Magno à porta à espera de ordens do comando⁷¹⁵.

Em seguida foi ouvido o 2º sargento Tomás Ferreira da Silva promovido por distinção, que também seguira o capitão Magno até ao Lawe no combate ao lado dos escoceses. Por isso, sendo actor directo nos acontecimentos e não pelo que ouvira dizer, as suas declarações revestem-se de uma particular importância. As respostas a vários quesitos não divergiram na essência da testemunha anterior acrescentando, todavia, que durante todo o tempo que esteve em França ouvia dizer que o capitão Bento Roma perseguia e não desculpava as praças da 3ª companhia por andar de relações cortadas com David Magno⁷¹⁶. Acerca do polémico encontro e suposto diálogo entre o capitão Roma e David Magno nas trincheiras junto à igreja, a testemunha declarou ao juiz de Direito da comarca do Peso da Régua:

Quando o capitão Roma chegou às trincheiras da Igreja, perguntou que companhia era a que ali estava, obtendo em resposta que era a 3ª companhia. Então o mesmo capitão deu ordem ao capitão Magno em bom modo, que saísse dali para ir para a frente do comando com a companhia ao que o mesmo obedeceu imediatamente, dando em seguida ordens ao alferes Graça para juntar os seus

⁷¹³ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 141 verso.

⁷¹⁴ Idem: 141 verso.

⁷¹⁵ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 143.

⁷¹⁶ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 143 verso.

soldados para avançar com eles por um lado que ele iria pelo outro para depois se juntarem no sítio combinado⁷¹⁷.

Referiu ainda o 2º sargento Tomás da Silva que, ao chegarem a umas trincheiras nos arredores de La Couture fizeram alto, mas já muitos soldados tinham desaparecido. Encontraram aí um capitão de quem reconheceram a patente pelos galões, alguns soldados que fugiram dos bombardeamentos e que não pertenciam ao 13 nem sabia a que regimento pertenciam. Aquele oficial seria o capitão Oliveira, que o coronel Pedrosa confundira com o capitão da 3ª companhia. Ali ficou David Magno com os seus soldados a combater ao lado dos escoceses até se esgotarem as munições. Declarou ainda o depoente que o capitão Magno enviara ao major inglês a sua ordenança portadora de bilhetes, não sabendo porém o seu conteúdo nem a resposta do oficial inglês⁷¹⁸. Referia-se esta testemunha ao documento a que já se aludiu anteriormente, em que David Magno solicitava a assinatura de comandante escocês em como se colocava ao seu serviço e dos aliados e não por imposição de qualquer oficial inglês⁷¹⁹. Acrescentou o depoente que, após o seu oferecimento aos escoceses e já debaixo de forte bombardeamento, a atitude do seu capitão “foi sempre de bravura e valentia, inculcando com a sua coragem e serenidade ânimo nos soldados aos quais estimulava para se portarem com brio e valor”⁷²⁰. Confirmou ainda que, no final do dia 10 de Abril, David Magno fez todas as diligências junto dos oficiais escoceses no sentido de proporcionar alimentação aos seus soldados, o que foi conseguido pelas dez horas da noite. Na linha de fogo, Magno combatera tal como os soldados. E que não viu o capitão perder a calma ou alterar-se quando no terceiro dia viu uma linha inimiga avançar para ele a curta distância, sendo ele próprio a dirigir o combate, que causou bastantes baixas ao inimigo e também nos seus homens, incluindo o próprio depoente que no dia 11 de Abril foi ferido em combate, tendo retirado para baixar ao hospital⁷²¹.

Uma das testemunhas não menos relevante para acusação seria o ajudante interino do batalhão alferes Manuel Pereira Martins, promovido a tenente, em serviço no regimento 13 de Vila Real. Foi ouvido por deprecada no seu regimento perante o capitão João Baptista Gomes e o alferes António Augusto Pereira Vaz, que serviu de escrivão. Interrogado sobre o que acontecera com o batalhão 13 no dia da batalha de La Lys respondeu que pouco poderia dizer, em virtude de se encontrar próximo do comando. No entanto, pelo que lhe contaram e

⁷¹⁷ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1:146 verso.

⁷¹⁸ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 147.

⁷¹⁹ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 160.

⁷²⁰ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 160.

⁷²¹ Idem.

por ordens dadas pelo comando disse saber o seguinte: “Que, por ouvir dizer, achando-se a companhia em Bourel Ferme (sic) o seu comandante senhor capitão Magno quando o bombardeamento se tornou mais intenso dissera salve-se quem puder ao que o primeiro-sargento António Almeida respondera: meu capitão o bombardeamento pode terminar e os alemães vem por aí e nós temos que nos bater com eles, tendo o senhor capitão Magno mandado calar, dizendo que era uma coisa muito séria, que não era uma retaliação”⁷²². Sobre o encontro do capitão Roma com David Magno junto à trincheiras da igreja, o alferes Martins disse também ter ouvido que o capitão Roma ordenara a David Magno para sair para as tais trincheiras indicando-lhe na carta onde ficavam. Mas como Magno se demorasse em sair, apareceu novamente o senhor capitão Roma junto do senhor comandante de companhia e com voz enérgica disse-lhe: “então o senhor ainda aí está? Porque é que não cumpriu a minha ordem”⁷²³? Sobre a ordem dada pelo comandante do batalhão para que a 3ª companhia se dirigisse da Ferme Bourel para a Senechal Ferme pelas 9 horas e 30 minutos no dia 9 de Abril, o depoente disse não se lembrar da ordenança que levou a ordem, nem quem a deu e se foi verbal ou por escrito. Porém, que se lembrava da ordem verbal que Gustavo Pissarra dera ao capitão Magno para que fosse ocupar as trincheiras da Senechal Ferme. O depoimento deste alferes ajudante do batalhão parece enfermar de alguma inconsistência. Em primeiro lugar, as suas afirmações foram baseadas apenas no que ouvira dizer e muito provavelmente durante o tempo de cativeiro. Em segundo, a única afirmação que lhe diz directamente respeito, e mesmo assim de certo modo confusa, tem a ver com a contraordem verbal que o comandante de batalhão lhe dera para transmitir a David Magno para se dirigir para as trincheiras da igreja e não para a Senechal Ferme. Ao referir que o capitão Roma terá indicado na carta a David Magno e a Agostinho Graça onde ficavam as desconhecidas trincheiras, não parece ser verdade. O insuspeito no caso, alferes Graça, afirmou não haver carta nem escala. E sobre a ordem enérgica que o capitão Roma terá dado a David Magno existem várias versões, e nenhuma delas consta das testemunhas presenciais na altura, somente pelo que se ouvira dizer, acontecendo o mesmo quanto à expressão de “salve-se quem puder” atribuída a David Magno apenas pelo alferes Martins. Estas incoerências permitem perceber, de facto, a existência de um conluio entre os comandos do BI 13 e a testemunha no sentido de incriminar o comandante da 3ª companhia.

⁷²² PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 166.

⁷²³ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 167.

A 24 de mês de Fevereiro, no quartel de infantaria nº 34 em Almeida foi inquirido por deprecada o sargento José António Simão, citado como testemunha. Dos requisitos que lhe foram apresentados referiu apenas que ele próprio e mais alguns soldados foram com o capitão Magno ao quartel dos escoceses pedir alimentação e munições no dia 10 pela noite⁷²⁴.

Também o 1º cabo Clemente António do Carmo respondeu no dia 6 de Março de 1922 como testemunha no Tribunal Judicial de Vila Real à carta precatória proveniente do Tribunal Militar do Porto. Este militar acompanhara até ao fim o capitão David Magno. Foram-lhe apresentados os trinta e três quesitos para emitir o que teria a dizer, tendo em consideração que se encontrava sob juramento de honra. Sobre o primeiro quesito, afirmou que enquanto fez parte do batalhão de infantaria 13, convenceu-se plenamente de que o capitão Roma tratava sempre de desgostar o capitão Magno e até perseguia as praças da 3ª companhia. Em relação aos restantes quesitos, o depoente afirmou a sua veracidade em todos os outros, confirmando que foi o comandante da 3ª companhia quem se ofereceu aos escoceses e não obrigado por qualquer oficial inglês, sendo ele o único a dirigir o combate⁷²⁵. No dia 22 de Fevereiro de 1918, foi a vez do 1º sargento Pompeu Martins ser presente no quartel de infantaria 24 onde prestava serviço a fim de dar o seu contributo para o esclarecimento da verdade relativa ao referido auto de corpo de delito. Interessam, de modo particular, as afirmações deste sargento, já que parecem ser apresentadas de modo conciso e sem subterfúgios. Pompeu Martins falou do que viu e do que fez e não do que ouvira dizer. Interrogado sobre os onze quesitos, constantes da carta de inquirição, respondeu: “foi antes do meio dia de 9 de Abril que com algumas praças e com o capitão David Magno se juntou aos escoceses”⁷²⁶; que o capitão Magno enviara uma nota para o comando a comunicar a situação; que perante a frequência da queda de morteiros os soldados pediram ao capitão para retirar; que David Magno se vira obrigado a ir junto dos escoceses reclamar rações para os seus homens, como também reclamar pás para abrir trincheiras; que o seu capitão procurou animar os seus homens a combater, indicando-lhes a presença de estrangeiros; que quando o seu comandante se deslocava à retaguarda muitas vezes tinha de se lançar por terra para evitar o fogo das metralhadoras, no que era imitado por todos os combatentes; que era o único oficial português que ali se encontrava e por isso o único a dirigir o combate, ajudado pelos sargentos⁷²⁷. E a terminar, o sargento Pompeu Martins garantiu que todos os que lutaram em Les Lobes

⁷²⁴ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 173 verso.

⁷²⁵ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 186 verso e 187.

⁷²⁶ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 201verso.

⁷²⁷ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 201-203.

“portaram-se admiravelmente, sendo grandes as baixas produzidas no inimigo e que o seu capitão só deu ordem de retirada quando já não havia munições e estavam completamente cercados pelo inimigo”⁷²⁸.

Como já tinha sido solicitado pelo capitão David Magno para ser ouvido como testemunha no respectivo auto, o coronel Francisco Maria Baptista, então comandante do regimento de infantaria nº 1 em Lisboa, deslocou-se em 20 de Fevereiro de 1922 ao regimento de cavalaria nº 2, aquartelado em Belém. Foi perante o comandante daquele regimento, coronel Alberto Bivar de Sousa e do capitão Justino da Cruz e cumpridas todas as formalidades legais, que Francisco Maria Baptista na qualidade de antigo comandante interino da 5ª brigada do CEP iniciou o seu depoimento. Instado a pronunciar-se se durante o tempo em que exercera aquela função se recordava de ter distinguido a 3ª companhia do batalhão de infantaria 13, respondeu: “que efectivamente notou que essa companhia excedia algumas das outras companhias do batalhão de infantaria 13 pelo aspecto militar que os seus soldados apresentavam, pelo seu asseio, disciplina e instrução”⁷²⁹. Inquirido se sabia qual o conceito que tinha da referida companhia o falecido coronel António Maria Baptista, antigo comandante da mesma brigada, não hesitou em dizer que o “capitão Magno era tido em grande conceito pelo coronel António Maria Baptista que lhe fazia as melhores referências”⁷³⁰. Como comandante da brigada do Minho, depois da batalha do 9 de Abril e tendo como ajudante o capitão Magno, o coronel Francisco Baptista afirmou ter reconhecido “sempre naquele oficial boas qualidades militares, cheio de lealdade para com os superiores, acompanhando-o sempre nas ocasiões mais arriscadas”⁷³¹.

A carta precatória enviada para que o alferes António Matos Bogalho do 15 se pronunciasse sobre os acontecimentos referidos na acusação continha apenas onze quesitos. Foi ouvido no dia 22 de Fevereiro no quartel do regimento de infantaria nº 22, sedado em Portalegre. Respondendo aos quesitos, disse que o capitão David Magno ocupou com satisfação os postos designados pelos oficiais do estado-maior inglês e que assistiu ao seu oferecimento aos escoceses. Que o batalhão de infantaria 15 se encontrava em reserva na retaguarda em Croix Marmuse e tendo de avançar na manhã do dia 9 extraviaram-se as companhias, encontrando-se no trajecto alguns soldados com os ingleses e David Magno junto do canal do Lawe⁷³². Que ele, Matos Bogalho, teve conhecimento pelas suas ordenanças e praças do seu pelotão da

⁷²⁸ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 203 verso.

⁷²⁹ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 207 verso.

⁷³⁰ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 207 verso.

⁷³¹ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 207 verso.

⁷³² PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 212 verso.

ordem de retirada dos portugueses e que, por ordem do capitão Magno, fez a relação do pessoal presente e que a enviou para o quartel-general. Este alferes reforçou os depoimentos anteriores, afirmando que o capitão Magno tomou sempre atitudes de comando, encorajando as praças com atitudes de incitamento⁷³³. Em 6 de Março de 1922 foi intimado a prestar declarações como testemunha no regimento de infantaria nº 33, aquartelado em Coimbra onde prestava serviço como tenente miliciano, o ex-alferes miliciano António Dias, comandante de pelotão da 2ª companhia do batalhão de infantaria 13. Sendo-lhe perguntado acerca da acção do capitão David Magno no dia 9 de Abril o seu depoimento, muito vago e pouco esclarecedor, não foi além do que ouvira dizer no cativo, particularmente quanto ao suposto encontro em Huit Maisons do coronel Pedrosa com o capitão Magno. No seu depoimento, António Dias declarou que no cativo lhe constara que o coronel Alves Pedrosa tinha encontrado perto de Vieille Chapelle um capitão de infantaria 13 que vinha de La Couture, o qual não lhe soubera explicar a sua retirada e que o mesmo senhor o censurara e lhe ordenou que reunisse os seus homens não sabendo, porém, se o coronel se referia ou não ao capitão Magno⁷³⁴.

No sentido de dar cumprimento à carta precatória no dia 17 de Março de 1922 compareceram no 1º Tribunal Militar de Lisboa o capitão médico miliciano António Gonçalves e o tenente de administração militar Alfredo Esteves, a fim de prestarem declarações como testemunhas tendo como juiz auditor o doutor José Ribeiro Castanho. Sobre a acção do comandante da 3ª companhia no dia 9 de Abril, António Gonçalves disse não poder dar qualquer informação por ter sido chamado a fazer serviço na Base alguns dias antes da batalha de La Lys afirmando, contudo, que ouvira dizer “que o capitão Magno durante a batalha abandonara a sua companhia, constando-lhe também que ele desobedeceu às ordens categóricas dadas pelo comandante do batalhão, não lhe repugnando admitir estes factos, visto que a informação que tinha do capitão Magno era má, como oficial e como elemento de combate”⁷³⁵. De seguida foi ouvido Alfredo Augusto Filipe que disse ser o provisor do batalhão de infantaria 13 e que tinha sido informado por alguns soldados, a quem incumbira dos serviços de ligação com o comando, que tinham encontrado na estrada de Paradis bastantes soldados da 3ª companhia, fugindo do comando “porque assim o tinha feito o seu capitão”⁷³⁶; que no cruzamento da estrada de Paradis recolheu alguns soldados da 3ª companhia que lhe confirmaram as informações. Que os mesmos soldados lhe contaram que o capitão Magno, ao atravessar a

⁷³³ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1, Processo: 213.

⁷³⁴ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 222.

⁷³⁵ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 226 verso.

⁷³⁶ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 227.

linha de atiradores ingleses com os seus homens “um oficial inglês se dirigira ao capitão Magno intimando-o a entregar-lhe aquela arma, tendo ficado o capitão Magno com a metralhadora e alguns soldados incorporados na linha inglesa”⁷³⁷.

Também no dia 6 de Março de 1922 foi ouvido no quartel do regimento de infantaria 19 em Chaves o ex-alferes granadeiro do estado-maior do 13 José Francisco Gonçalves Sevivas, de quem já se falou largamente, para responder à carta precatória da 3ª divisão do exército acerca do auto de corpo de delito que tem vindo a ser referenciado neste estudo. Será conveniente recordar que foi este oficial que se retirou dissimuladamente de junto de Bento Roma fugindo para a Base, apregoando que os seus comandantes de batalhão tinham sido mortos por carga de baioneta. Talvez por estar a responder perante um oficial da mesma graduação (tenente) e dum alferes, as declarações da testemunha parecem ser tão assertivas como contraditórias e confusas. Por isso se decidiu fazer algumas citações textuais. A testemunha começou por declarar “que não tendo nesse dia (9 de Abril) feito serviço sob as ordens do capitão Magno, nem tendo tão pouco colaborado com ele intimamente em qualquer acção parcial da batalha, não pode por isso afirmar coisa alguma acerca do procedimento do oficial em questão”⁷³⁸. Todavia, relatou que depois da batalha o capitão Magno evitou que a testemunha falasse com o general Gomes da Costa, “evitando que os factos fossem conhecidos”⁷³⁹. Sobre o não cumprimento da ordem do comandante Gustavo a David Magno, a que Sevivas chama *retirada*, disse:

Que em verdade, desde os primeiros momentos após a batalha desse dia, ouviu que este senhor capitão não só não cumpriu a ordem recebida do comando do batalhão para avançar com a sua companhia como também retirou, abandonando completamente com alguns soldados da sua companhia o batalhão a que pertencia, isto sem ordem para tal e quando este apenas começava e empenhar-se na acção⁷⁴⁰.

Embora não tendo presenciado qualquer dos factos, Sevivas enfatizando a mesma ideia garantiu:

Saber perfeitamente, por já ter ouvido ao próprio senhor tenente-coronel Pissarra que ao capitão Magno não fora dada ordem para retirar, o que ele testemunha não tinha dúvida alguma em acreditar ainda que lho não dissessem, pois nem podia compreender que, quando as três restantes

⁷³⁷ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 228.

⁷³⁸ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 244 verso.

⁷³⁹ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 244 verso.

⁷⁴⁰ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 244 verso.

companhias se empenhavam a sério e se aguentavam até à noite do dia nove, o capitão Magno recebera ordem para retirar logo às primeiras horas do dia⁷⁴¹.

Foi Gustavo Pissarra a contraditar na sua audição as palavras tão convictas desta testemunha, que não entendera sequer que a ordem dada pelo seu comandante a David Magno não era de retirada, mas para se deslocar da Ferme Bourel para junto das trincheiras do comando na Senechal Ferme, às 9 horas e 30 minutos e não às primeiras horas do dia como pretendeu.

José Sevivas arrogou-se no seu depoimento como único conhecedor do maior número de detalhes da batalha e o único oficial que, tendo tomado parte em toda a acção do batalhão, estava a salvo naquela altura. Por isso entendeu poder afiançar “que o capitão Magno não assumiu de facto o comando, e que ele tem a impressão, como de resto todos os outros oficiais, de que o acusado apenas se demorou o tempo preciso para colher dos outros elementos com que no seu relatório pudesse deixar perceber a sua suposta larga presença na batalha”⁷⁴². Não será de todo perceptível o que pretendeu dizer o alferes José Sevivas com a última afirmação. Insinuar hipoteticamente que o capitão Magno se manteve na batalha durante os dias 10 e 11 de Abril apenas para colher elementos de outros militares para o seu relatório e justificar a sua larga presença durante a contenda, talvez se possa considerar uma ideia excêntrica. Também não corresponde à verdade que Sevivas tenha tomado parte em toda a acção do batalhão. Primeiro, porque fazendo parte do estado-maior do batalhão nada presenciou de quanto se passava com as companhias, mantendo-se sempre abrigado nos redutos tal como os seus comandantes. Em segundo lugar, como já se afirmou, logo que surgiu a oportunidade esquivou-se para a Base, com ou sem o consentimento do 2º comandante Esteves Roma.

As contradições e incoerências do depoimento do alferes Sevivas foram de tamanha gravidade e de crédito tão duvidoso que o próprio auditor, coronel Augusto Maria Soares solicitou uma nova audição para que a verdade fosse efectivamente apurada. Por isso, Sevivas foi ouvido mais uma vez no dia 1 de Abril de 1922 no regimento de infantaria 19 de Chaves, mas agora tendo como auditor o capitão Luís Borges Júnior, de posto superior. Solicitado a dar esclarecimentos sobre as dúvidas constantes na nova carta precatória declarou “manter em absoluto o seu primitivo depoimento”⁷⁴³, recusando a existência de qualquer contradição, aclarando, contudo, que o que existe no “seu depoimento se refere a pensamentos”. Numa leitura mais cuidada daquelas declarações, não parece que a manutenção do primeiro depoimento fosse tão absoluta como afirmara. Foi dizendo que as suas palavras tinham sido

⁷⁴¹ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 246.

⁷⁴² PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 1: 245.

⁷⁴³ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 2: 250 verso.

mal interpretadas, apesar de ouvidas e confirmadas pelo próprio. Na sequência do pedido do coronel Augusto Maria Soares para tornar claras algumas afirmações, as palavras do alferes tornaram-se ainda mais obscuras, tentando explicar que em algumas situações eram apenas “pensamentos”⁷⁴⁴, como aconteceu no caso do não cumprimento da ordem do comandante: que lhe constara pelo alferes Graça que o senhor capitão Magno não tinha manifestado relutância no cumprimento da ordem para avançar e que depois de lhe ter sido dada esta ordem ela tivera de ser repetida com energia pelo segundo comandante do batalhão.

Para justificar nesta segunda audição a sua falta de memória, a testemunha desculpou-se “dizendo que não estava acostumado a tomar apontamentos desta natureza”⁷⁴⁵. Quanto à retirada e abandono da companhia por parte do capitão Magno, Sevivas alterou completamente o seu depoimento dizendo “que tal afirmação nunca a fez e que simplesmente deve ter dito que “ouviu” alguém fazer essa afirmação e que não viu retirar o senhor capitão Magno”⁷⁴⁶. Sobre a confabulação de que os seus comandantes tinham sido mortos por carga de baioneta do inimigo, a testemunha aproveitou a ocasião para se desembaraçar do boato, atribuindo-o a um soldado de metralhadoras ligeiras da 3ª companhia, e imputando a sua divulgação ao relatório de David Magno pelo grande crédito de que beneficiava no meio dos militares. Não deixa de ser singular esta revelação do alferes Sevivas: na messe David Magno não usufruía de qualquer credibilidade, mas para justificar a divulgação do boato o capitão era um oficial muito credível entre os camaradas.

Como acontecera com o alferes Sevivas, também o auditor coronel Augusto Maria Soares encontrou algumas discrepâncias nos depoimentos do subalterno da 3ª companhia Agostinho Graça e do ajudante do batalhão Manuel Martins. A fim de serem esclarecidas algumas dúvidas, os dois oficiais foram intimados a comparecer num auto de acareação presidido pelo coronel do regimento de infantaria 13 José Anastácio da Luz Fallé, que teve lugar no dia 30 de Março de 1922. Nas respostas aos quesitos formulados pelo auditor do Processo, tanto Agostinho Graça como Manuel Martins confirmaram que a 3ª companhia do capitão Magno deixou Ferme Bourel por ordem do comandante de batalhão, contrariando deste modo a acusação de Bento Roma⁷⁴⁷. E relativamente à ordem dada por este oficial para ir ocupar as supostas trincheiras à frente da Senechal, o alferes Graça repetiu que não houve qualquer resistência da parte de David Magno, sendo cumprida com toda a regularidade. Porém, o

⁷⁴⁴ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 2: 251.

⁷⁴⁵ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 2: 251 verso.

⁷⁴⁶ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 2: 251 verso.

⁷⁴⁷ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 2: 260 verso.

alferes Manuel Martins confirmou que ouvira dizer aos sargentos Janeiro Sobrinho, Alves Maio e António Almeida que a referida ordem teria sido dada pela segunda vez “de uma maneira enérgica”⁷⁴⁸.

Quanto à afirmação do “salve-se quem puder” atribuída a David Magno no depoimento anterior, Agostinho Graça recusou que alguma vez lhe tivesse atribuído essa frase, afirmando apenas que a ouvira proferir aos sargentos António de Almeida e António Alves Janeiro Sobrinho ao serviço em infantaria 13. Igual resposta foi dada por Manuel Martins⁷⁴⁹. Para esclarecimento da situação, o coronel José Anastácio Fallé solicitou a comparência dos sargentos Almeida, Sobrinho e Maio. António Almeida confirmou que “bastante tempo depois de começar o bombardeamento, tendo caído uma granada que matou alguns homens o capitão Magno, voltando-se para os homens, disse: “salve-se quem puder”⁷⁵⁰. António Sobrinho atestou que “quando o bombardeamento se tornou mais intenso o capitão Magno dirigindo-se às praças disse: “salve-se quem puder, em virtude do que um grande número de praças fugiu”; por seu lado, Manuel Maio declarou não ter ouvido ao capitão Magno a referida frase⁷⁵¹.

Para averiguar das capacidades e do cumprimento dos deveres militares de David Magno, o coronel Augusto Maria Soares quis ouvir através de carta precatória um seu camarada de armas, o capitão António Dias Bargão adido ao regimento de Artilharia de Costa sediado no Bom Sucesso, em Lisboa. Interrogado se alguma vez, em tempo de paz ou de operações, tinha servido com o capitão Magno, pedia-se que se pronunciasse sobre o conceito que tinha sobre o seu brio militar, qualidades de carácter e valor pessoal. Sem subterfúgios, António Bargão respondeu:

Que tendo sido escolhido pelo Governo-Geral de Angola em princípios de 1909 para desempenhar uma missão espinhosa, que consistia em comandar uma coluna composta de três companhias disciplinares de Angola, existentes ali ao tempo, e mais algumas praças do Corpo de Polícia de Luanda, tropas aquelas, indisciplinadas, que só por si lhe davam que fazer, com o fim de castigar os rebeldes dos Dembos que constantemente guerreavam os povos avassalados, convidou para acompanhar a testemunha nesse arriscado serviço o alferes David José Gonçalves Magno, então adjunto do quartel-general, o qual aceitou imediatamente, e da melhor boa vontade, e de tal modo se conduziu perante tantas dificuldades e até mesmo de perigos, que a testemunha para lhe fazer justiça o propôs para um louvor que crê ter averbado na sua folha de registo. E diz mais a

⁷⁴⁸ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 2: 261.

⁷⁴⁹ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 2: 261 verso.

⁷⁵⁰ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 2: 264 verso.

⁷⁵¹ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 2: 267.

testemunha que conhece aquele oficial há longo tempo como um excelente carácter, possuidor de preciosas qualidades de cidadão e patriota⁷⁵².

Outra testemunha apresentada por Bento Esteves Roma foi o sargento amanuense do 13 Manuel Cacheira. No dia 19 de Maio de 1922 foi interrogado na Escola Militar, onde prestava serviço. Não se considera o seu testemunho relevante: disse apenas que soube no cativeiro que o capitão Magno não fora feito prisioneiro⁷⁵³. Menos relevante mas mais confuso foi o testemunho do tenente-coronel António Gorjão Couceiro de Albuquerque, ao afirmar que não sabia coisa alguma acerca do capitão David Magno na batalha de La Lys, porque nessa data “se encontrava em Dèvres com o quartel-general da 1ª divisão”⁷⁵⁴. Apesar de nada saber, este tenente-coronel a desempenhar as funções de professor na escola militar não deixou, contudo, de afirmar que no dia 10 (o itálico é propositado) de Abril de 1918 viu o “referido capitão na messe do comando onde jantou, referindo-se nessa altura a detalhes da sua conduta na referida batalha não tendo fixado nem confirmando os detalhes por ele narrados na altura”⁷⁵⁵. Nesse dia 10 de Abril e na hora em que o tenente-coronel António Albuquerque e os seus camaradas se deliciavam com o jantar, o capitão Magno procurava entre os camponeses uma sopa para matar a fome aos seus homens. Assim se foi construindo o equívoco e a memória errada do 9 de Abril sobre o capitão David Magno, baseada no que “disse que disse” e no que se ouvira contar. Admitindo que António Gorjão Couceiro de Albuquerque tenha cometido apenas o lapso de trocar a data de 10 por 11 ou 12 de Abril, a sua análise pouco cuidada conduziria a um erro em cadeia, pondo em causa, em benefício de outros, toda a acção do capitão David Magno junto dos aliados e da opinião pública nacional. Foi com base nestes equívocos e em outros semelhantes que Bento Roma procurou subverter a acção do capitão da 3ª companhia, aproveitando-se da desorientação daquele oficial por razões pelas quais David Magno não se sentia responsável. A ida para a guerra sem qualquer preparação não dividiu apenas a instituição, provovou um enorme abalo na ética militar.

Não menos imprecisas e complexas foram as respostas do 1º sargento José Gomes de Carvalho da secção de metralhadoras da Formação à inquirição pedida por deprecada ao comandante de infantaria nº 9, aquartelado em Lamego. Ouvido perante o tenente José Alexandrino de Paula Pinto e o 2º sargento Guilherme de Sequeira disse que vira o capitão Roma mandar tomar posições às duas primeiras companhias e “a seguir viu também entregar

⁷⁵² PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 2: 272.

⁷⁵³ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 2: 294 verso.

⁷⁵⁴ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 2: 298.

⁷⁵⁵ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 2: 298 verso.

a uma praça uma ordem escrita para a 3ª companhia avançar e tomar uma determinada posição, ouvindo dizer ao mesmo senhor capitão Roma no momento em que fazia a entrega da mesma ordem: “Ao Senhor capitão Magno, comandante da 3ª companhia”⁷⁵⁶. Os vários relatórios, incluindo o de Bento Roma e o de David Magno, colocam em causa a credibilidade das palavras de José Gomes de Carvalho. Este sargento não poderia ter visto entregar a uma praça qualquer ordem escrita por Bento Roma, simplesmente porque não existiu e muito menos ouvido dizer ao capitão Roma que era para entregar ao capitão Magno, já que foi o próprio capitão Roma quem deu a ordem verbal a David Magno. Pelo depoimento desta testemunha, não apenas referente a este episódio como aos elogios tecidos à acção do alferes Graça e do sargento Almeida no dia 9 de Abril, conclui-se que seria mais uma peça mal conseguida na confabulação orquestrada pelo capitão Bento Roma para comprometer David Magno.

Ao comandante do regimento de infantaria nº 15 de Tomar foi enviada carta precatória para que o sargento Manuel Afonso Cardoso se pronunciasse sobre o comportamento do antigo comandante da 3ª companhia. No dia 9 de Abril aquele sargento fazia parte da Formação de infantaria 15 e, ouvido no dia 15 de Junho de 1922 declarou nunca ter feito serviço com o capitão Magno, ignorando por isso qual o motivo por que o tinham dado com testemunha. Assim, não poderia dar qualquer resposta aos quesitos que diziam respeito a esse oficial na carta precatória. Todavia, adiantou que na manhã do dia 9 de Abril o seu comandante de batalhão major Peres adoptou uma atitude bastante enérgica para com um oficial do 13⁷⁵⁷. Presume-se que esta testemunha se referia ao comandante da 4ª companhia do 13 Maçãs Fernandes, que tinha sido recentemente promovido a capitão. Numa carta e num relatório enviados anteriormente ao acto de inquirição a David Magno sobre o que acontecera acerca deste episódio, Manuel Afonso Cardoso manifestara-se muito mais contundente em relação ao referido capitão, escrevendo no seu relatório:

Que o major Raul Peres vendo a desordem em que andava o 13 (em La Couture), declarando os soldados que os oficiais estavam metidos nas caves, chamou um senhor capitão comandante da companhia para lhe perguntar qual era a ordem que tinha dado aos soldados, porque antes disto tinha sido informado que o mesmo capitão, antes mesmo que chegassem os alemães, tinha mandado os seus soldados embora, dizendo-lhes “salve-se quem puder”. O senhor capitão respondeu atrapalhadamente que não. Então o senhor major intimou energicamente a que fosse organizar os seus soldados, que era esse o seu dever. Declara-se mais que este senhor fingiu que

⁷⁵⁶ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 2: 302 verso.

⁷⁵⁷ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 2: 310.

cumpriu a ordem mas foi só enquanto esteve próximo do comando. Não vi que o 13 desse qualquer carga de baioneta, nem ouvi dizer que a desse, sabendo só que uma pequena força se rendeu no dia 10, pelas onze horas com o comando de infantaria 15⁷⁵⁸.

Para o objectivo deste estudo, as declarações do sargento Manuel Cardoso do regimento de infantaria 15 merecem particular atenção quanto à sua objectividade e imparcialidade. Pertencendo a batalhões e brigadas diferentes localizados nos extremos de todo o sector português, um a norte e outro a sul, não parece ter havido qualquer contacto entre os seus militares e muito menos com os oficiais subalternos ou sargentos, comandantes interinos de pelotão. O único encontro entre as tropas dos dois batalhões terá acontecido precisamente na manhã do dia 9 de Abril, no meio da grande confusão que se gerara após o bombardeamento e da incapacidade dos comandantes poderem reorganizar as tropas, com a situação completamente fora do seu controlo. Deste modo Manuel Cardoso, não conhecendo David Magno nem Bento Roma nem as próprias tropas de infantaria 13, não se presume que tivesse alguma vantagem em favorecer qualquer das partes. A narrativa onde foi mencionado o episódio do suposto capitão, que só poderia ser o comandante da 4ª companhia Maçãs Fernandes, em nada poderia abonar a atitude deste oficial nem a dos comandantes do batalhão número 13, que por ali também se encontravam abrigados. Estas afirmações, além de patentear um contributo fundamental para a objectividade dos factos, poderão suscitar a ideia de que se está perante uma maquinação congeminada intencionalmente durante o cativeiro no sentido de se alterar a verdade, com a conivência de vários graus da hierarquia militar, da política e da própria imprensa doméstica, adensando a cortina de fumo sobre o que correria mal do ponto de vista militar.

No mesmo dia em que foi ouvida a testemunha anterior, teve lugar no quartel do regimento de infantaria 10 em Bragança o depoimento do capitão José Mendes Alçada, em serviço no regimento 34. Segundo a nossa perspectiva, as suas declarações terão contribuído de forma denunciadora e objectiva para a desconstrução da demanda infundada e delatória contra o que se passara com as tropas portuguesas e o seu comandante em La Couture e em Les Lobes, assim como muito provavelmente para a decisão da sentença do Tribunal. Este oficial foi indicado ao auditor como testemunha, tanto da acusação como da defesa, para ser inquirido sobre os factos de que o réu era acusado. Chamado a pronunciar-se sobre os quesitos constantes da deprecada, se conhecia o capitão Magno e quais as suas qualidades militares e patrióticas, José Alçada disse:

⁷⁵⁸ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 2. 392.

Que conhecia o capitão Magno e que fizera serviço com ele em infantaria 9 de 1913 a 1914, formando desse oficial o melhor conceito, possuindo um caracter rígido e leal que sempre gozou de fama de ser um militar brioso, sabedor e de possuir as mais elevadas qualidades patrióticas, julgando-o por isso de cometer qualquer acção menos digna, principalmente um acto de negligência e muito menos de cobardia de forma envergonhar a farda, a qual tem sempre procurado dignificar, em todos os actos de sua já longa carreira militar, o que é sobejamente conhecido por todos aqueles que com ele têm servido; tendo no sertão africano dado evidentes provas de um voluntário arrojo e de uma extraordinária força de vontade pouco vulgares, julgando-o absolutamente incapaz de cometer o mais pequeno acto contra o brio e decoro militar, sem que a isso tivesse sido obrigado pela força imperiosa e invencível das circunstâncias⁷⁵⁹.

E continuando o seu esclarecimento ao que lhe foi solicitado o capitão Alçada, referindo-se às relações entre Bento Roma e David Magno, não escondeu ter conhecimento que o capitão David Magno tem sido injustamente alvo de de uma campanha de descrédito, “por questão de paixões passadas e não de ordem militar”⁷⁶⁰.

A 15 de Junho de 1922 foram ouvidos como testemunhas no quartel do regimento de infantaria 13 de Vila Real os tenentes Francisco Carvalho de Figueiredo e João Baptista de Almeida Trancoso e o capitão António Manuel da Mota e Costa, alferes em 9 Abril. Os quesitos enviados em deprecada foram os mesmos para estes oficiais. Respondendo às perguntas, Francisco Figueiredo disse que nada poderia responder porque em 9 de Abril se encontrava em Portugal no gozo de licença. Muito evasivo foi também o depoimento do tenente Trancoso, parecendo não pretender comprometer-se nem com Bento Roma nem com David Magno. Apesar de fazer parte do estado-maior do batalhão de infantaria 13 disse não saber precisar nem a que hora o comando saiu para a Senechal, nem que ouvira Bento Roma dar ordens a David Magno, como também não poderia precisar o tempo necessário para chegar a Vieille Chapelle. Sobre a exigência de Magno em questões de serviço e se possuía prestígio entre os seus subordinados quer pelas qualidades morais quer militares, Trancoso respondeu que não teve possibilidade de conhecer as suas exigências; quanto ao prestígio de Magno junto dos seus subordinados desconhecia como era apreciado pelos outros, mas que para ele “merecia-lhe o conceito de ser prestigioso”⁷⁶¹. Sendo acusado por algumas testemunhas de que sempre que “se agravava a tormenta na primeira linha” o capitão Magno ia receber ordens ao comando do batalhão e se demorava tanto quanto era possível, sendo tal facto motivo de comentários jocosos entre os oficiais do estado-maior, o tenente Trancoso refutou a acusação

⁷⁵⁹ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 2: 314 e verso.

⁷⁶⁰ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 2: 314 Verso.

⁷⁶¹ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 2: 320.

“não se recordando que Magno fosse alguma vez receber ordens ao batalhão naquelas circunstâncias e se alguma vez lá foi em qualquer ocasião não se demorava mais do que o tempo indispensável”⁷⁶². É oportuno lembrar que sendo David Magno o tesoureiro do batalhão, seria muito provável que tivesse de se deslocar com frequência à sede do comando.

Também o alferes Mota e Costa a quem foi atribuída a missão de elaborar a *Monografia do Batalhão de Infantaria 13* afirmou que não pôde responder aos quesitos respeitantes ao 9 de Abril, em virtude de se encontrar de licença de campanha em Portugal. Sobre as questões de serviço e se o capitão possuía prestígio entre os seus subordinados, Mota e Costa confirmou o depoimento da testemunha anterior: “que o capitão Magno era um oficial disciplinado e disciplinador em questões de serviço para com todos e sempre lhe conheceu boas qualidades morais e militares que lhe deviam dar prestígio entre os seus subordinados”⁷⁶³. Quanto a deslocar-se ao batalhão “sempre que se agravava a tormenta” este oficial, que permaneceu no estado-maior até ao fim de Fevereiro de 1918 no lugar de ajudante do batalhão, garantiu “que em ocasião alguma e muito menos durante qualquer ataque ou bombardeamento à primeira linha, viu o capitão Magno no comando do batalhão; que quando era chamado ao comando por questões de serviço nunca notou que ele se demorasse mais do que o tempo indispensável; que nunca ouvira fazer comentários alegres acerca da vinda do capitão Magno ao comando”⁷⁶⁴.

Os depoimentos dos três oficiais, embora não se refiram aos factos ocorridos em 9, 10 e 11 de Abril relacionados com a acção do capitão David Magno constituem, todavia, um testemunho determinante no esclarecimento da verdade relativa ao carácter de um oficial que se bateu junto dos aliados até ao fim, mesmo a isso não sendo obrigado.

No dia 1 de Julho de 1922 o sargento José Fernandes prestou declarações no Hospital Militar de Lisboa, onde se encontrava de baixa por doença. Fazendo parte da 3ª companhia de infantaria 13, justificou nada poder dizer sobre os factos ocorridos durante a batalha por no dia 9 de Abril se encontrar de baixa no hospital da Base. Contudo, sobre a atitude do capitão Magno para com os seus militares afirmou:

Que foi sempre tanto nas primeiras linhas como na retaguarda um oficial disciplinado e disciplinador tanto para com as praças como para os subalternos. Que nunca notou que os

⁷⁶² PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 2: 321.

⁷⁶³ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 2: 322.

⁷⁶⁴ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 2: 322 verso.

subalternos cometessem quaisquer actos que o obrigasse a proceder com energia e que sempre que qualquer oficial ou praça se distinguiu o elogiava na frente da companhia⁷⁶⁵.

Ouvidas as testemunhas e concretizadas todas as inquirições segundo os termos legais, em 28 de Setembro de 1922 o general comandante da 3ª divisão do exército Tomás de Sousa Rosa determinou que se procedesse ao *sumário de culpa*, encarregando o promotor de Justiça junto do Tribunal Militar Territorial do Porto de prosseguir nos termos do processo⁷⁶⁶.

A decisão tomada pelo general comandante assentou em dois factos constantes do auto de corpo de delito que, no seu parecer, concluiu terem-se verificado:

Primeiro: Que o capitão David Magno no dia 9 de Abril de 1918 deixou de executar ordens dadas pelo seu comandante do batalhão major Gustavo Pissarra e que lhe foram transmitidas por intermédio do 2º comandante ao tempo capitão Bento Esteves Roma para avançar e ir tomar posição na linha de batalha, facto que constituía o crime previsto e punido pelo artigo 69º, nº 2 do Código de Justiça Militar⁷⁶⁷.

Segundo: Que o mesmo capitão no referido dia 9 de Abril e durante a batalha de La Lys abandonou sem autorização, ordem ou força maior, a força do seu comando, enquanto o alferes Agostinho Graça, seu subalterno, avançava com o grosso da companhia, de que teve de assumir o comando, facto que estabelecia o previsto crime punido pelo nº 2 do artigo 100 do Código de Justiça Militar⁷⁶⁸.

A partir daquela data, o capitão David José Gonçalves Magno passou à situação de *arguido* no Processo. Nesse sentido foi chamado à auditoria do Tribunal Militar Territorial do Porto e, na presença do juiz auditor Dr. Gonçalo Loureiro Mesquita Raul, do secretário do tribunal e do defensor oficioso capitão António José Pires, foram-lhe expostos os factos objecto da arguição. Foi informado de que poderia fazer as declarações que entendesse acerca do assunto, apresentar documentos, requerer exames ou outras diligências para prova da sua inocência.

Interrogado acerca do crime de que era acusado, o arguido foi breve na sua resposta: confirmou as declarações prestadas nas folhas 41 a 45, 55 verso a 61 e 86 verso até 96 verso constantes do Processo, apresentando como testemunhas o capitão Manuel de Oliveira da Casa de Reclusão de Viseu e o 2º sargento de infantaria 13 Guilhermino Augusto Teixeira. A primeira para “depor como principal testemunha do facto importante de presenciar o desbarato das forças que ele, arguido, na estrada entre La Couture e Vieille Chapelle, por efeito duma terrível

⁷⁶⁵ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 2: 325 verso.

⁷⁶⁶ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 2: 470 verso.

⁷⁶⁷ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 2: 470.

⁷⁶⁸ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 2: 470.

barragem e ainda sobre o facto de ele, arguido, não ter seguido para Huit Maisons nem ter sido ali visto”⁷⁶⁹. Relativamente à segunda testemunha Guilhermino Teixeira, o arguido pretendeu que depusesse perante o juiz acerca da circunstância de que era “público e notório que no quartel do regimento 13 de Vila Real o sargento António de Almeida não praticou o feito pelo qual foi promovido e condecorado não comandando pelotão algum da companhia dele, arguido, em La Couture”⁷⁷⁰. O arguido requereu, por isso, que fossem ouvidos os referidos militares.

E assim aconteceu. No dia 7 de Novembro de 1922 compareceu perante o juiz auditor Dr. Gonçalo Loureiro Mesquita Raul o 2º sargento Guilhermino Teixeira, do 13 de Vila Real. Sobre a questão para a qual fora intimado a depor, confirmou que era “público e notório no quartel do 13 e em Vila Real que o 1º sargento António de Almeida não praticou o feito pelo qual foi promovido e condecorado não comandando pelotão algum da companhia do capitão, arguido, David José Gonçalves Magno, em La Couture”⁷⁷¹. Importa esclarecer que António de Almeida, 2º sargento da 3ª companhia, foi promovido a 1º sargento e condecorado por iniciativa de Bento Roma. Por não existirem acções concretas praticadas por este 2º sargento, o 2º comandante atribuiu-lhe no seu relatório apenas generalidades, tais como: “avançou com a fracção do seu comando para a posição que havia sido dada à sua companhia, avanço que foi feito sob a acção de violenta barragem inimiga, e naquela posição se bateu com valor e brio até se lhe terem esgotados as munições”⁷⁷². Na verdade, o 2º sargento António de Almeida fora um dos que se refugiara com os seus homens no reduto até ser aprisionado pelos alemães às 12 horas do dia 10 de Abril. Estas generalidades podiam ser extensivas a qualquer militar da 2ª divisão que se encontrasse tanto na frente como na retaguarda. Observa-se uma dominante curiosa em quase todos os relatórios para se justificar a derrota militar: lutou-se até se esgotarem as munições e ficarem prisioneiros.

A guerra de movimentos tinha terminado. Estava-se na guerra de posições e de trincheiras. O mínimo que seria exigido dos comandos de brigada, batalhão ou companhia era o provisionamento dos militares com munições em conformidade com as exigências da situação. Sendo previsível um ataque em grande escala, a logística do dispositivo militar deveria ter previsto o municiamento das tropas capaz de poder responder, sustentar ou vencer o inimigo. Os tempos de baioneta e da esgrima tinham terminado. Os comandantes do 13

⁷⁶⁹ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 2: 472 verso.

⁷⁷⁰ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 2: Processo: 472.

⁷⁷¹ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 3: 474.

⁷⁷² Mota Costa, 1959: 323, Relatório de Bento Roma.

menosprezaram as informações de que um ataque em grande escala estaria iminente, desprotegendo as suas companhias com os meios essenciais para se defenderem e sustar o avanço do inimigo. Não se percebe o motivo por que o trem das munições do BI 13 se encontrava a seis quilómetros de distância, à retaguarda do batalhão. Falhou redondamente também a logística conduzindo ao fracasso da manobra.

No dia 10 de Novembro de 1922, dando cumprimento à pretensão do arguido, finalmente prestou declarações na auditoria do Tribunal Territorial situado em Viseu o capitão Manuel de Oliveira. Respondendo à carta precatória que lhe foi lida, disse que quando em 9 de Abril avançou para ocupar um posto das Linhas das Aldeias próximo de Vieille Chapelle encontrou pelas sete e meia da manhã em debandada alguns soldados de infantaria 13 que fugiam da frente em virtude de um grande bombardeamento, procurando abrigar-se em zonas menos batidas. Pedindo-lhes informações acerca do inimigo, responderam-lhe que “vinha já perto”. Mais tarde, referiu a testemunha, encontrou um capitão de infantaria 13 e depois soube que era o capitão Magno do referido regimento “perguntando-lhe sobre pormenores do combate e se lhe podia indicar onde ficavam os postos a que se dirigir por não conhecer aquela posição, o que fez em face da sua carta e em poucas palavras, seguindo depois a sua marcha, nunca mais tornando a ver o capitão Magno nem no reduto de Huit Maisons situado na linha de corpo”⁷⁷³. No seu depoimento, o capitão Oliveira confirmou que Magno terá sido efectivamente visto na estrada de Vieille Chapelle para La Couture e não em Huit Maisons, contrariando deste modo também as pretensões de Pedrosa e de Bento Roma. Mais uma vez, e porque é o objecto principal deste estudo pretendemos salientar que se a decisão de ir para a guerra constituiu o motivo fundamental da divisão na instituição militar, a guerra e o pós-guerra provocaram a ruptura insanável entre os militares, oficiais, sargentos e praças do batalhão 13, de que o caso do capitão David é exemplo paradigmático remetido para o Conselho de Guerra.

6. Auditor do Tribunal Militar Territorial do Porto envia o processo para julgamento; Magno acusado de dois crimes: desobediência ao comandante e abandono da companhia na frente do inimigo; novas audições de testemunhas

Após a audição das testemunhas Manuel de Oliveira e Guilhermino Teixeira, em 20 de Dezembro de 1922 o auditor do Tribunal Militar Territorial do Porto Dr. Gonçalo Loureiro Mesquita Raul concluiu, ou melhor, *afigurou-se-lhe* “existirem nos autos elementos de prova

⁷⁷³ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 3: 481.

bastantes contra o arguido David José Gonçalves Magno⁷⁷⁴. Nesse sentido, requerendo para que o arguido respondesse em Tribunal, Gonçalo Mesquita Raul enviou o processo para julgamento pela prática dos crimes, com os seguintes elementos de prova:

- Ter deixado de executar a ordem dada pelo seu comandante do batalhão, tenente-coronel Gustavo de Andrade Pissarra, que lhe foi transmitida pelo 2º comandante do batalhão ao tempo capitão Bento Esteves Roma, no reduto de trincheiras, junto da igreja de La Couture para avançar com a sua companhia a ocupar as trincheiras à frente da Senechal Ferme;
- Haver abandonado, sem autorização, ordem ou força maior, as praças da companhia de seu comando, enquanto o alferes seu subalterno Agostinho Almeida Graça, avançando com o grosso da mesma companhia a ocupar as referidas trincheiras além da Senechal ferme.

Estes factos foram praticados na frente do inimigo, em vista do disposto no artigo 50 do CJM, acrescendo a circunstância de já ter começado a esse tempo a batalha da La Lys em que a mesma companhia tomou parte. São crimes punidos nos artigos 69, 1º 100, 2º do Código de Justiça militar. Sou de parecer de que deve responder por eles neste Tribunal Militar⁷⁷⁵.

Em 27 de Dezembro de 1922 o general comandante da 3ª divisão do exército Tomás de Sousa Rosa, com base no disposto no nº 1º do artigo 208 do Código do Processo Criminal Militar e usando das faculdades que o mesmo lhe conferia determinou que fosse instaurada a acusação contra o capitão David José Gonçalves Magno, “devendo responder no Tribunal Militar competente pelos referidos crimes”⁷⁷⁶. David Magno passava agora à situação de réu no processo.

O general Tomás de Sousa Rosa fundamentou a sua decisão numa análise *atenta* ao *auto de corpo de delito*, ao *processo sumário* de culpa formada ao capitão David Magno, na *exposição do juiz auditor* junto do Tribunal Militar Territorial do Porto e do respectivo *promotor de justiça*, concluindo assim que o arguido terá praticado os crimes de insubordinação e de abandono do comando da companhia. Esta decisão foi comunicada oficialmente ao arguido no dia 29 de Dezembro de 1922.

Lendo atentamente a determinação do general comandante Tomás de Sousa Rosa, verifica-se que ela se baseia exclusivamente nos elementos constantes da decisão do auditor do tribunal juiz Gonçalo Loureiro Mesquita Raúl, copiando literalmente as suas palavras⁷⁷⁷. Por isso, não será de todo despropositado questionar a conclusão do general em relação ao arguido ao afirmar que “visto e atentamente examinado o presente processo (...) se mostra que o referido

⁷⁷⁴ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 3: 482 verso.

⁷⁷⁵ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 3: 482 verso e 483.

⁷⁷⁶ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 3: 484-485.

⁷⁷⁷ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 3: 484 e verso.

oficial (...) praticou os factos criminosos”. Nem o juiz auditor junto do Tribunal Militar Territorial nem o general comandante da 3ª divisão fizeram qualquer referência aos depoimentos do elevado número de testemunhas ouvidas pelo auditor coronel Augusto Maria Soares durante todo o ano de 1922, que colocaram em dúvida as conclusões do auditor. Neste contexto poder-se-á questionar, ou mesmo presumir, que não terá existido da parte da alta hierarquia militar e política envolvida qualquer interesse em revelar o seu conhecimento com a intenção de que o “presumível criminoso” fosse condenado e que o assunto ficaria definitivamente arrumado e esquecido. A reconciliação nacional pelo silêncio assim o exigia.

Outro factor não menos importante nas conclusões do Dr. Gonçalo Mesquita Raúl e do general Tomás Rosa consiste numa alteração dissimulada, propositadamente ou por incúria, relativamente aos pontos da acusação. A imputação inicial de Bento Roma era de que David Magno abandonara as caves da Bourel Ferme dirigindo-se para a Senechal Ferme, sem ordem do comando. Não se produzindo qualquer efeito por ser contestada por todas as testemunhas, incluindo o seu subalterno Almeida Graça, parece ter-se recorrido a nova estratégia que implicasse uma desobediência do réu: para o auditor do tribunal e para o comandante da 3ª divisão, a insubmissão afinal não fora ao comandante mas ao 2º comandante interino junto às trincheiras da igreja. Será importante lembrar que os testemunhos dos militares que intervieram directamente neste episódio desmentem em absoluto as acusações de Gonçalo Raúl e Tomás Rosa, provando mais uma vez que desconsideraram aqueles depoimentos.

Quanto à acusação de ter abandonado sem ordem, autorização ou força maior as praças da companhia, poderá considerar-se não mais do que uma falácia. Todos, por força maior, abandonaram os seus postos e não cumpriram minimamente o que estava “determinado”, a começar pelos comandos de brigada, batalhão, companhia e de pelotão. Os comandantes do batalhão 13 nada fizeram e as poucas ordens que deram foram tardias e erradas. Perante a intensidade do bombardeamento e sem qualquer iniciativa para avançar, os soldados dispersaram à procura de novos abrigos abandonando as companhias, não apenas os da 3ª como de todas as outras o que aliás foi evidente com os comandantes do 13. O comandante da 3ª companhia não deixou de cumprir a ordem do 2º comandante. Apenas ao tentar executá-la, desorientou-se com os seus homens, por desconhecer o percurso, não atingindo o objectivo, aliás bastante indefinido.

Importa recordar que Bento Roma, oficial do quadro permanente, fora promovido por distinção a major ainda durante o cativeiro, “por notáveis feitos de bravura, em campanha, nas trincheiras da Flandres, em 9 de Abril”. Esta situação, embora não correspondendo à realidade, conferiu-lhe elevado prestígio na imprensa e nos meios políticos e militares. Da

confiança dos republicanos no governo, ocupava em 1922-1923 cargos político-militares em Angola, como governador do distrito da Lunda e do Moxico e em 24 era governador interino da província. David Magno era um militar voluntário proveniente da escola de sargentos a quem alguma imprensa portuguesa já insinuava, a partir das acusações de Bento Roma, que teria abandonado a sua companhia. Era, pois, previsível que a pressão sobre a hierarquia militar produzisse efeito a favor de Bento Roma e de Gustavo Pissarra.

Na acusação do juiz auditor e do comandante da 3ª divisão do exército encontra-se explicitado que os referidos factos foram “praticados à frente do inimigo”, provando desconhecer em absoluto tudo o que se passara nos dias 9, 10 e 11 de Abril em todo o sector português. Com raras excepções, naqueles dias a grande maioria dos militares portugueses só avistou o inimigo quando este lhe deu voz de prisão.

Em 28 de Dezembro de 1922 o promotor de Justiça junto do Tribunal Militar Territorial do Porto confirmou o acto acusatório a David Magno, constituindo crimes pelos artigos 69º/ 1º e 100º/ 2º do Código de Justiça Militar, solicitando por isso que fossem impostas as penas da lei. Assim, em 29 de Dezembro, o juiz auditor do Tribunal Militar Territorial do Porto deu ordem para ser entregue ao acusado a nota de culpa, o que veio a acontecer nesse mesmo dia, sendo também detido na Casa de Reclusão do Porto.

Ao réu David Magno restava-lhe a última instância para que a verdade fosse reconhecida e feita a respectiva justiça: o Conselho de Guerra, o Tribunal. Por isso, a partir da Casa de Reclusão, em 31 de Dezembro de 1922 enviou à 3ª divisão do exército, nos termos do artigo 220º do Código do Processo Criminal Militar, um extenso documento constituído por 26 folhas escritas, frente e verso, a que deu o título *DEFESA*, acompanhado de outros oito, numerados de trinta e um a trinta e oito. Com esse documento o réu pretendeu provar ao Tribunal a sua inocência, refutando ponto por ponto todas as acusações que lhe foram dirigidas, apresentando para cada uma as respectivas testemunhas, atribuindo o desbaratamento da sua companhia e de todo o batalhão às determinações tardias e desencontradas do comandante e 2º comandante. A intenção era convencer o tribunal de que as manobras executadas pelos seus comandantes sob intensa barragem, à espera de que chegassem da retaguarda os ingleses que rendessem o 13, “haviam fatalmente de redundar na maior desordem”⁷⁷⁸.

É indubitável que as manobras do inimigo obrigavam a uma nova estratégia para evitar a perda de homens e de prisioneiros. A defesa de La Couture pertencia somente aos ingleses,

⁷⁷⁸ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 3: 496.

mas foi para esse reduto que os comandantes do 13 se foram abrigar, deixando o resto do batalhão à sua sorte.

Pela documentação que se tem vindo a referir e particularmente pelos depoimentos da grande maioria das testemunhas, tanto da acusação como da defesa, parece ser consensual que o ponto capital que poderia ser considerado como “único admissível em toda a acusação” diria respeito à impossibilidade de execução da ordem dada pelo 2º comandante para ir ocupar umas trincheiras de reserva, supostamente situadas a cerca de setecentos metros *além* da igreja e que gerou a polémica entre os dois capitães.

O arguido contestou a acusação do juiz auditor e do comandante da 3ª divisão de não cumprir nessa altura uma ordem do comandante Gustavo Pissarra, quando a ordem teria sido dada directamente pelo 2º comandante Bento Roma sem qualquer menção a Gustavo Pissarra, a qual foi posta imediatamente em execução. O arguido confirmou mais uma vez que a única razão do levantamento do auto, da sua prisão e do julgamento fora, sem dúvida, a publicação do seu *Livro da Guerra* que se tornara muito inconveniente para o capitão Roma. O mesmo aconteceu com as testemunhas que, desprezadas ou despeitadas na mesma publicação pela sua nulidade na acção da batalha, decidiram quatro anos mais tarde depor contra David Magno apenas pelo que tinham ouvido dizer.

Será também muito significativo e que poderá ter sido objecto de reflexão pelos elementos do júri do Tribunal o argumento apresentado pelo arguido a justificar que, apenas cinco anos depois dos factos, se ter procedido ao julgamento daquela questão. Para o arguido, o seu camarada Roma se quisesse ser justo para com ele, apenas teria que mencionar no seu relatório que Magno deixara de comparecer num ponto por ele indicado, como acontecera com outros, mas alongando a resistência contribuíra para a glória do próprio batalhão e para a vitória dos Aliados. Não foi essa a atitude do 2º comandante. O objectivo de Roma seria desconsiderar a acção do comandante da 3ª companhia junto dos escoceses, culminando com a perda da medalha que lhe fora atribuída. Roma estava ciente de que Magno combatera mais do que ele, sofrera mais mortos e causara mais baixas ao inimigo sem lhe oferecer um único prisioneiro⁷⁷⁹. Para Bento Roma, comandante das tropas nos Campos Elísios no regresso, isso era imperdoável.

Após ter entregado o seu relatório, (confidencial), iniciaram-se os ataques públicos a David Magno em conferências e na imprensa, alcançando deste modo quase todas as recompensas que o 2º comandante sempre ambicionou. E no sentido de não perturbar ainda mais a política

⁷⁷⁹ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 3: 511.

de reconciliação e de unidade nacional surgiu então, segundo as palavras de David Magno dirigidas ao Tribunal e contidas no documento a DEFESA, o capitão Alfredo Filipe, grande amigo do Bento Roma: em nome duma hipotética Comissão de Oficiais, fora encarregado de negociar com o ex-comandante da 3ª companhia. Assim, em 5 de Outubro de 1919 Alfredo Filipe convidara David Magno “a concorrer com a cópia do seu relatório e de todos os elementos que pudesse dispor para se publicar uma História completa do 13, tal como os factos se apresentavam e em que lhe seria dada toda a garantia”⁷⁸⁰. Magno interpretou o convite em duas vertentes: por um lado, ser-lhe-ia feita justiça em troca da confirmação da “carga de baioneta que faltava para completa glória do capitão Roma”⁷⁸¹; por outro, o reconhecimento por Bento Roma da “má diplomacia que tinham usado para com ele”⁷⁸². E tudo ficaria por ali. Para o então réu era tarde de mais. O relatório do 2º comandante teria causado prejuízos irreparáveis e Magno não aceitou em colaborar numa história que entendia ser “de heroísmo falso, baseado num relatório bastante afastado da justiça e da verdade”⁷⁸³. A réplica não tardou: na Conferência de 15 de Maio de 1920 na Escola Militar, perante um auditório limitado mas bem selecionado, Bento Roma arrasou o carácter de profissional e de cidadão do seu camarada de batalhão e, para o público em geral, fez-se a publicação da Conferência em 8 de Agosto do mesmo ano.

Roma atacava o seu opositor em várias frentes. Por isso o réu dirigiu-se ao Tribunal denunciando que se tratava de “um ataque simultâneo por terra e por mar, cuja razão e oportunidade não se justificava”⁷⁸⁴.

Magno tentou esclarecer o Tribunal de que o seu desvio não fora mais do que um pretexto para o capitão Roma levar a cabo o exercício da sua força como 2º comandante contra a razão de um seu subordinado.

Dos documentos numerados de trinta e um a trinta e oito, correspondendo às folhas 318 a 327 verso, entendeu-se dar relevo a um requerimento (documento número 38), enviado ao Tribunal Militar Territorial do Porto pelo pai do sargento Álvaro da Costa, morto em combate no dia 11 de Abril de 1918, em Les Lobes, às ordens do capitão David Magno. Decerto que não terá valor representativo na apreciação da realidade mas revela, contudo, a grande nobreza moral e de carácter do seu autor. O requerimento, em papel azul, é datado de 27 de Dezembro de 1922, sendo a assinatura do requerente, António da Costa, reconhecida no mesmo dia no

⁷⁸⁰ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 3: 511verso.

⁷⁸¹ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 3: 511verso.

⁷⁸² PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 3: 511verso e 512.

⁷⁸³ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 3: 512.

⁷⁸⁴ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 3: 513.

Cartório Notarial de Tomás Megre Restier Júnior, situado na cidade do Porto. Não se trata de uma fantasia, semelhante à do capitão Velhinho Correia sobre a morte à baioneta dos comandantes do BI 13, ou do major Ferreira do Amaral criador do soldado *milhões*. Preocupado com a prisão de David Magno⁷⁸⁵, o subscritor dirigiu-se ao Tribunal desta forma:

António da Costa, casado, de 49 anos de idade, residente na travessa da Sr^a. da Conceição nº 411, desta cidade do Porto, pai do 2º sargento Álvaro da Costa morto na batalha de La Lys em 11 de Abril de 1918, e promovido por distinção a 1º sargento pelo seu “acrisolado valor em combate”, sabendo que o Ex.mo Sr. capitão David Magno se achava preso para um Conselho de Guerra, por alguém ter levantado dúvidas à sua honra militar; e sabendo que o Sr. tenente Bugalho, 1º sargento Simão, 1º sargento Pompeu e mais de vinte outros bons combatentes estão unissonamente ao lado do Sr. capitão como testemunhas da sua heróica conduta na batalha ao lado dos escoceses; como que sentindo a favor do mesmo Sr. capitão a voz do meu filho que também seria sua testemunha se fosse vivo; ofereci-me para em seu nome testemunhar pela minha honra em como sempre me constou que meu querido filho morreu às ordens de um valoroso oficial, comandante da nossa última resistência no sector português. Declaro isto sem espírito de lisonja para meu estremecido filho e somente por um impulso da máxima lealdade perante quem, pelo contrário, poderia ter evitado a morte de meu filho e de vários outros se tivesse sido da qualidade de mandar retirar. Porto 27 de Dezembro de 1922, António da Costa⁷⁸⁶.

No dia 31 de Dezembro de 1922, o réu enviava ao Tribunal Militar Territorial do Porto o rol das testemunhas, em número de vinte e quatro, que deveriam ser novamente ouvidas para a sua defesa; oito em prova do seu extravio; outras oito para prova de que foi a companhia que o abandonou e as restantes para confirmação de como era incapaz de se desviar voluntariamente de qualquer ponto do dever. Das vinte e quatro apenas cinco não constavam do rol do libelo. Por motivos de residência ou de serviço nas mais variadas regiões do país, a maior parte das testemunhas voltou a ser interrogada por carta precatória, como aconteceu nas localidades de Vila Real, Régua, Viseu, Tomar, Bragança, Penafiel, Portalegre, Aveiro, Almeida e Amarante.

A partir de 13 de Janeiro 1923, David Magno foi notificado pelo Tribunal Militar Territorial do Porto do envio das deprecadas para as várias comarcas, para serem ouvidas as suas testemunhas, na sequência das quais poderia constituir advogado para assistir à inquirição. Na mesma data eram enviadas igualmente deprecadas ao Tribunal da comarca de Vila Real para

⁷⁸⁵ David Magno encontrava-se preso na Casa de Reclusão do Porto e saiu apenas depois da sentença do tribunal. Durante o tempo em que lá esteve foi visitado pelos coronéis Carlos da Maio Pinto, José Nascimento Pinheiro, Raúl Andrade Peres, Alexandre José Malheiro e José Martins Calado de Sousa, por 3 tenentes-coronéis, 11 majores, 3 capitães, 26 tenentes e 6 alferes. (PT/AHM/FP/55/1/893 nº 23)

⁷⁸⁶ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 3: 527 e verso

serem inquiridas testemunhas de acusação: António Manuel da Mota e Costa, João Baptista de Almeida Trancoso, Felisberto Alves Pedrosa, Agostinho de Almeida Graça José Gomes de Carvalho, Manuel Pereira Martins, António Alves Janeiro Sobrinho, Manuel Alves Maio, Clemente António do Carmo.

Importa assinalar que algumas testemunhas foram indicadas ao Tribunal tanto pela defesa como pela acusação, como sucedeu com António Manuel da Mota e Costa, João baptista Trancoso, Francisco Figueiredo de Carvalho 13 e Clemente António do Carmo. O réu David Magno nomeou como defensor officioso o capitão de infantaria 13, Albano Rodrigues de Carvalho.

Nestas inquirições solicitadas directamente pelo Tribunal, as testemunhas deveriam agora limitar-se a responder exclusivamente aos factos constantes da acusação. O promotor de justiça pretendia certificar-se do conteúdo dos depoimentos feitos anteriormente pela acusação e pela defesa, no sentido de decidir ou não a sua ratificação. Algumas testemunhas confirmaram apenas as declarações da primeira deprecada. Outras, porém, alteraram ou mesmo contrariaram o que haviam afirmado.

A primeira testemunha a ser inquirida em 3 de Fevereiro de 1923 foi o general Felisberto Pedrosa, elemento importante da acusação, comandante da 6ª divisão do Ejército. Interrogado sobre o facto de ter encontrado em Huit Maisons, na manhã de 9 de Abril, um capitão que identificou como sendo o capitão Magno do BI 13, Felisberto apresentou ao juiz da comarca de Vila Real uma versão algo diferente da que referira em Janeiro de 1922:

Que depois do meio-dia de 9 de Abril foi informado por um dos seus oficiais do mesmo quartel-general que na estrada próxima se encontrava um oficial com praças dispersas, sendo nessa ocasião ali violento bombardeamento inimigo. Que a seguir a testemunha foi pessoalmente a essa estrada reconhecer o citado oficial e praças, que extraordinariamente ali se encontravam. Dirigindo-se primeiramente ao oficial *notou que era português* e tinha a graduação de capitão, não tendo a ideia de já o ter encontrado e cujas características aproximadamente eram as seguintes: estatura regular, aparência de homem forte, cor clara e cabelos louros ou castanho-claros; que a testemunha interrogou o mesmo capitão sobre a unidade a que pertencia e a razão da sua estada ali (...) A testemunha disse que o aludido capitão lhe respondeu que pertencia ao BI 13 e que havia recebido a ordem do seu comandante de batalhão para sair com a sua companhia a um certo posto, cujo nome o capitão declinou. Acto contínuo perguntou por que não tinha o mesmo oficial cumprido a citada ordem, respondendo-lhe que o bombardeamento era tão intenso que originou a debandada dos seus soldados, alguns dos quais poderiam estar prisioneiros, ao que a testemunha lhe significou energicamente para reunir os seus homens que pudesse e ir cumprir

com a ordem que lhe foi dada. Que depois nada soube do destino do mesmo capitão, não podendo afiançar que tais factos se refiram precisamente ao capitão David Magno⁷⁸⁷.

No primeiro interrogatório em Janeiro de 1922 Felisberto Pedrosa referiu-se apenas a um oficial, não colocando a hipótese de ser estrangeiro. Nesta inquirição a memória tornara-se mais lúcida. Afinal o oficial era português e tinha a graduação de capitão. Relativamente às características físicas, Pedrosa não fez alterações. Quanto à identificação do referido capitão, na primeira audiência afirmou que pertencia ao 13, porque o próprio lho dissera. Mas um ano depois, Felisberto Pedrosa declarou quem fora ele que interrogara o oficial sobre a unidade a que pertencia, sendo-lhe respondido que era do BI 13. Também a hora do suposto encontro é discordante nas duas inquirições, podendo levar a concluir que terá havido um certo descuido no plano. Em Janeiro de 1922 teria sido antes do meio-dia; em Fevereiro de 1923 ocorreria depois do meio-dia. Esta alteração viria, de certo modo, em benefício da defesa de David Magno, já que a essa hora se encontrava junto dos escoceses, facto confirmado pelas várias testemunhas. Outra discordância evidente entre os dois depoimentos diz respeito à forma como se processou o suposto encontro. No primeiro, foi o comandante da brigada que saiu para se inteirar dos acontecimentos e terá encontrado o referido oficial, abrigado junto a um muro, a quem se dirigiu; no segundo, foi um dos seus oficiais que o informou que na estrada próxima se encontrava um tal oficial com praças dispersas e que resolveu proceder ao seu reconhecimento. Das três vezes que foi solicitado a depor este oficial apresentou uma versão diferente: quando foi ouvido em Tomar, no quartel da 3ª divisão e, finalmente, na deprecada proveniente do Tribunal. Estas contradições, vindas particularmente dum oficial-general, comandante de uma divisão, no nosso entender concertadas com as de um tenente-coronel, comandante de um grupo de metralhadoras e de um major, governador dum distrito em Angola, em nada terão contribuído para a credibilidade da acusação perante o júri do Tribunal, comprovando a existência duma conspiração contra o capitão David Magno.

Foi ouvida de imediato, a 2ª testemunha, António da Mota e Costa. Sendo-lhe perguntado sobre a matéria da acusação e da defesa que constava do articulado da deprecada disse que não julgava o arguido capaz de ter praticado o crime de que era acusado, pois que pelo conhecimento anterior que tinha dele o considerava um oficial, brioso, lúcido, disciplinado, disciplinador e corajoso, gozando da estima dos seus camaradas, qualidades que lhe reconheceu enquanto ajudante do batalhão⁷⁸⁸. Sobre o não cumprimento da ordem dada pelo 2º comandante ao arguido, o depoente afirmou estar convencido de que se não foi cumprida

⁷⁸⁷ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 4: 541 verso a 542 verso.

⁷⁸⁸ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 4: 553.

se deveu esse facto exclusivamente à desorientação muito compreensível para quem andou durante a marcha da Ferme Bourel para La Couture, debaixo dum intenso bombardeamento, procurando conter a disciplina. Em face das circunstâncias, a testemunha declarou que não compreendia que o capitão Magno deixasse de cumprir uma ordem por medo ou cobardia, concluindo que mesmo “que o capitão David Magno tivesse um momento de fraqueza, a sua falta deveria ser relevada, visto que foi após a sua retirada que se foi reunir aos escoceses com quem combateu, granjeando para as tropas portuguesas os maiores louvores da parte do comandante do batalhão escocês”⁷⁸⁹.

João Baptista Trancoso foi a 3ª testemunha a responder no Tribunal de Vila Real. Confirmou as declarações anteriores: que ouvira o 2º comandante da infantaria 13 dar ordem para ir ocupar as trincheiras e que vira o arguido reunir as praças que se encontravam junto da trincheira, o mesmo acontecendo com o alferes Graça; que o desconhecimento do reduto, assim como a passagem pelo Block-house, um autêntico labirinto e o intenso bombardeamento constituíam obstáculos fáceis para o extravio do arguido, como de qualquer outro⁷⁹⁰. Mais acrescentou que o capitão Magno gozou sempre da estima dos seus camaradas, sendo assíduo nas trincheiras e meticoloso nos serviços⁷⁹¹.

A testemunha que se seguiu, Francisco Carvalho Figueiredo, pouco acrescentou ao depoimento anterior pois que à data da batalha já não pertencia à 3ª companhia, não acreditando, contudo, que o arguido tivesse cometido o crime de que era acusado, a não ser por motivo de força maior⁷⁹².

O alferes Graça, elemento essencial no processo, foi chamado a depor no mesmo dia e local que as testemunhas anteriores. Declarou que vira o 2º comandante Bento Esteves Roma transmitir ao arguido a ordem que havia sido dada pelo 1º comandante Gustavo Pissarra para que as tropas da 3ª companhia fossem para as trincheiras da frente da Senechal, saindo também

⁷⁸⁹ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 4: 544 verso). Após a morte de David Magno, em 1957, o brigadeiro António Manuel da Mota e Costa publicou em 1959 a obra que se tem vindo a citar, *Subsídios para a História do RI 13*, na qual incluiu integralmente os relatórios de Gustavo Pissarra e de Bento Roma, tecendo-lhes os maiores encómios, ignorando qualquer dos relatórios do capitão Magno. Acerca das acusações de Gustavo Pissarra a David Magno no referido relatório, Mota e Costa refere apenas o seguinte numa nota de rodapé: “Quando o capitão Magno soube destas acusações, contra elas formulou o seu protesto e pediu para ser julgado. O Conselho de Guerra não o julgou culpado e ainda deu como provados os seus relevantes serviços” (Mota e Costa, 1959: 293). Os louros que os comandantes do BI 13 atribuíram ao ajudante Mota e Costa, que em 9 de Abril se encontrava ao serviço do seu tio general Simas Machado, Alto-Comissário da República, Açores, parecem ter justificado as homenagens prestadas na referida obra.

⁷⁹⁰ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922 vol. 4: 544 verso.

⁷⁹¹ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922, vol. 4: 545.

⁷⁹² PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922, vol. 4: 547.

o depoente para reunir as praças que se encontravam dispersas, mas quando regressou com algumas praças já não encontrou o capitão Magno. Disse ainda que soube as razões que levaram o capitão Magno a não acompanhar a sua companhia⁷⁹³.

No primeiro depoimento a 31 de Dezembro de 1921 perante o auditor Augusto Maria Soares foi perguntado ao alferes Agostinho Graça se o 2º comandante, ao dar a ordem ao capitão Magno, tinha invocado a nome do comandante Gustavo Pissarra. Agostinho Graça respondeu que não se lembrava. Porém em 3 de Fevereiro de 1923 afirmou ao juiz do Tribunal da comarca de Vila Real que “viu o 2º comandante transmitir ao arguido capitão Magno a ordem que havia sido dada pelo 1º comandante”⁷⁹⁴. A mudança de atitude do alferes Graça viria favorecer a acusação ao transferir a desobediência de David Magno ao capitão Roma para uma insubmissão ao comandante de batalhão, como pretendia no início o 2º comandante ao acusar o capitão Magno de abandonar a Ferme Bourel sem autorização do Comando. Tendo-se apercebido que aquela acusação não teria credibilidade porque entrava em contradição com a execução da ordem do comandante do batalhão, procurou alternativa para que o réu fosse incriminado. Não surpreende, por isso, que Agostinho Graça no final do ano de 1921 não se recordasse desse facto e que passados mais de 13 meses a sua memória se manifestasse muito mais lúcida.

O ajudante interino do batalhão Manuel Martins, por substituição do alferes Mota e Costa, confirmou ao juiz as declarações anteriores, dizendo que o comandante da 3ª companhia ao dirigir-se da Ferme Bourel para a Senechal Ferme por ordem do comandante Gustavo Pissarra, recebeu uma contraordem do mesmo comandante para seguir para outras trincheiras junto à igreja, onde o capitão Bento Roma disse ter encontrado com grande surpresa David Magno, seguindo depois o depoente o seu destino⁷⁹⁵. Foi a própria testemunha a portadora desta contraordem, pelo que merece toda a credibilidade.

Se o 2º comandante afirmou no seu relatório que encontrou com grande surpresa nas trincheiras junto à igreja o capitão da 3ª companhia e lhe deu contraordem para abandonar imediatamente aquele local para ir ocupar outras trincheiras, pode deduzir-se que essa ordem partira unicamente da iniciativa de Bento Roma e de modo algum do major Pissarra. Bento Roma desconhecia não só a ordem de Gustavo Pissarra para que a 3ª companhia se deslocasse para a Senechal Ferme, como a contraordem transmitida a Magno pelo ajudante Martins para

⁷⁹³ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922, vol. 4: 547 verso.

⁷⁹⁴ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922, vol. 4: 547 verso.

⁷⁹⁵ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922, vol. 4: 548.

se dirigir para as trincheiras junto à igreja, o que demonstra a óbvia descoordenação no comando do batalhão 13.

Também António Alves Janeiro Sobrinho declarou no Tribunal que “viu pessoalmente o 2º comandante Bento Roma transmitir a ordem que havia sido dada pelo comandante Gustavo Pissarra para que as tropas da 3ª companhia saíssem do reduto da igreja da La Couture, na direcção das trincheiras além da Senechal e que, efectivamente, essas tropas seguiram a ocupar essas trincheiras sob o comando do alferes Graça, sendo acompanhado pelo próprio depoente. Mais disse que o comandante David Magno não seguiu com esse pelotão, por já não se encontrar presente na ocasião em que se iniciou a marcha⁷⁹⁶.

Em sentido contrário e muito confuso foi o testemunho de Manuel Alves Maio ao declarar que o capitão Roma dera ordens ao arguido para avançar com a sua companhia para mencionadas trincheiras, “tendo dado esta ordem em virtude de uma contraordem que havia sido transmitida pelo comandante Gustavo Pissarra”. Confirmou que Roma deu essa ordem ao arguido mas não viu que ela tivesse vindo da parte do comandante de batalhão⁷⁹⁷.

Clemente António do Carmo declarou ao juiz auditor que na manhã do dia 9 de Abril a companhia encontrava-se na Ferme Bourel e, quando se deu o bombardeamento, muitas praças fugiram e outras ficaram feridas, dando baixa ao hospital. Que após a ordem dada pelo capitão Roma, Magno saiu com os homens que conseguiu reunir nas trincheiras junto à igreja e avançou em direcção às trincheiras indicadas *vagamente* pelo 2º comandante. A persistência do bombardeamento e o denso nevoeiro permitiram a fuga e o extravio de vários soldados bem como do comandante da companhia até encontrarem as tropas escocesas a quem o capitão Magno se foi oferecer para combater ao seu lado, o que viera a acontecer nos dias 9, 10 e 11. Quanto à atitude do arguido em relação aos seus camaradas, Clemente do Carmo declarou que Magno sempre gozara da sua consideração e estima, sendo assíduo e meticoloso em todos os serviços e justo na disciplina⁷⁹⁸.

O depoimento de António de Almeida foi pouco elucidativo. Declarou somente que vira o capitão Roma transmitir a ordem ao arguido para que fosse com a sua companhia ocupar as trincheiras além da Senechal e que se recordava que bastantes praças seguiram sob o comando do alferes Graça, não se encontrando já presente o capitão Magno quando iniciaram a marcha⁷⁹⁹.

⁷⁹⁶ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922, vol. 4: 551.

⁷⁹⁷ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922, vol. 4: 552 verso.

⁷⁹⁸ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922, vol. 4: 555 verso.

⁷⁹⁹ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922, vol. 4: 556 verso.

Em 23 de Fevereiro de 1923, na sala de audiências do tribunal militar territorial de Viseu, foi ouvido novamente o capitão Manuel de Oliveira perante o juiz auditor Dr. José Maria de Castro, o promotor de justiça e o defensor oficioso. As suas declarações complementam as anteriores. Por se considerar importante o seu conteúdo, devido às polémicas insinuações do capitão Roma no seu relatório e às declarações do general Felisberto Pedroso e tendo em conta a sua imparcialidade, achou-se conveniente citar novamente parte do referido depoimento. Ao juiz auditor Manuel de Oliveira declarou:

Que marchando de Pont du Hem para ocupar um dos postos da Linha das Aldeias encontrou em desbarato entre Vieille Chapelle e La Couture tropas de infantaria 13 que fugiam precipitadamente. Interrogadas por ele, disseram que tinha sido bombardeado o posto e não podendo aguentar retiravam sem ordem; que um pouco mais adiante a uma pequena distância encontrou um capitão, que mais tarde soube ser o arguido, procurando conter os soldados que andavam completamente desordenados e que lhe relatou estar o inimigo próximo e ter havido um forte bombardeamento que originou a forma como se encontravam as forças; que ela, testemunha seguiu o seu destino para Huit Maisons não tornando a ver o referido capitão Magno. Disse mais, ter verificado que o mesmo oficial empregava todos os possíveis esforços para seguir os soldados e demais praças que em consequência do bombardeamento fugiram em diversas direcções, vendo então que essas forças eram não só do batalhão de infantaria 13 mas também de diversas unidades; mais disse a testemunha que ignorou por completo o assunto de que o capitão acusado deixasse ou não de cumprir qualquer ordem que lhe fosse transmitida por Bento Esteves Roma em nome do comandante⁸⁰⁰.

Sobre a acusação de ter abandonado a companhia sem ordem ou força maior Manuel Oliveira disse não saber se era ou não verdadeira. Pareceu-lhe, contudo, pelos esforços e a boa vontade que viu empregar, no sentido de trazer ao cumprimento do dever os soldados numa conjuntura de bombardeamento, não ser o mesmo oficial capaz do acto de fraqueza de que foi acusado. Terminando o testemunho quis também informar em nome da justiça e da defesa que, estando como esteve no reduto de Huit Maisons, não viu aí o aludido capitão, nem lhe consta que lá tivesse estado, julgando-o mais uma vez “incapaz de um desfalecimento que pudesse importar menos observância pelos princípios do brio e da honra militar”⁸⁰¹.

No dia 2 de Fevereiro de 1923 foram mais uma vez ouvidas, no 2º Tribunal Militar Territorial de Lisboa, as seguintes testemunhas: o capitão António Gonçalves, coronel Francisco António Baptista, capitão António Dias Bargão, capitão João Augusto Gonçalves, 1º sargento Manuel Martins Cacheira e o soldado Armindo Alves.

⁸⁰⁰ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922, vol. 4: 573.

⁸⁰¹ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922, vol. 4: 573 verso.

António Gonçalves, Francisco Baptista, João Augusto Gonçalves e Manuel Martins Cacheira limitaram-se a confirmar as declarações que tinham prestado no auto de corpo de delito, nada mais acrescentando de relevância para o processo. O 1º cabo de infantaria 15 Armindo Alves declarou que desconhecia por completo os factos de que o capitão Magno era acusado. Mas interrogado pela defesa respondeu que “no dia 9 de Abril de 1918 andando ele e alguns camaradas do seu batalhão extraviados junto a Vieille Chapelle lhes apareceu um capitão de infantaria que mais tarde soube chamar-se David Magno que com alguns soldados, talvez de infantaria 13, os chamou e os incorporou, tomando a posição de Vieille Chapelle, indo combater ao lado dos escoceses”⁸⁰².

Pormenores revelados por militares praticamente incógnitos no conjunto de milhares de militares das mais variadas patentes poderão ter uma importância vital não apenas para o apuramento da verdade, mas também para transmitir uma ideia aproximada da desmoralização e da indisciplina dos soldados, da falta de estratégia dos comandos e da ausência de brio de muitos oficiais. A primeira medida que o general Montgomery anunciou quando chegou à Europa na 2ª Guerra Mundial foi a imposição da disciplina aos militares como condição essencial de uma força armada, situação que não seria apanágio dos militares do CEP.

O depoimento do tenente da 2ª companhia do 13 António Dias, ouvido no Tribunal da comarca de Coimbra em 22 de Janeiro de 1923, nada acrescentou ao assunto em questão. Declarou que a sua companhia recebera ordem do 2º comandante para ir ocupar as trincheiras da Senechal e que fora feito prisioneiro e conduzido para o interior da Alemanha, ouvindo dizer durante o seu cativeiro que o capitão Magno fora encontrado no caminho de Vieille Chapelle pelo coronel Alves Pedrosa e que o mandara para a frente⁸⁰³.

Por ser também um dos militares que acompanhou o capitão David Magno até ao final da intervenção portuguesa na batalha de La Lys, cita-se mais uma vez o essencial do depoimento do 1º cabo Joaquim Alves Teixeira de Melo produzido no tribunal da comarca de Amarante no dia 22 de Janeiro de 1923, confirmando as declarações proferidas em 22 de Fevereiro do ano anterior no tribunal judicial da mesma comarca⁸⁰⁴. Ao juiz auditor, sob a sua honra disse:

Quando estavam devidamente entrincheirados (no reduto da Igreja) apareceu o capitão Roma que deu ordem a Magno que a companhia fosse para outras trincheiras. Magno deu ordem a Graça para reunir os soldados e seguir para outras trincheiras e principiaram a dirigir-se para as tais trincheiras. Mas ao passarem através dum casa escura que fica junto da Igreja o senhor capitão

⁸⁰² PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922, vol. 4: 590 verso e 591.

⁸⁰³ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922, vol. 4: 640 verso.

⁸⁰⁴ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922, vol. 2: 253.

Magno foi ter à 4^a companhia onde estava o senhor capitão Roma a mandar avançar. E nessa ocasião a 3^a companhia quer pelo bombardeamento ser muito intenso e estarem já alguns soldados feridos quer por aparecerem alguns soldados a dizer que fugissem que estava tudo perdido dissolveu-se, ficando o capitão Magno com a sua companhia desorganizada e ficando junto dele apenas cinco soldados entre os quais ele depoente em vista do que o senhor capitão Magno resolveu seguir por uma estrada à retaguarda das trincheiras a ver se conseguia juntar de novo os seus soldados, indo dar a uma trincheira onde estava um outro capitão com uma pequena força que lhe disse que aquele sítio também era muito atacado pelo bombardeamento e vendo que não conseguia reunir os seus soldados, Magno com os seus cinco companheiros foi oferecer-se aos escoceses, onde estiveram três dias entrando no combate junto com os escoceses e fazendo fogo com uma metralhadora que levavam, que assim que o seu comandante Magno abandonasse as praças do seu comando antes pelo contrário procurou sempre reuni-las incitando-lhes coragem e como companheiro que foi do Magno viu que se ele não foi com a sua companhia para a 4^a companhia foi porque os soldados em grande parte debandaram, ficando ele apenas acompanhado das ordenanças e do soldado nº 100 do grupo das metralhadoras que trazia consigo uma metralhadora. Que o seu capitão Magno mostrou tal coragem no terceiro dia de combate, 11 de Abril que comandou junto dos escoceses uma pequena força portuguesa de que ele depoente fazia parte, a qual força com duas metralhadoras pesadas escocesas e um ligeira portuguesa destroçou por completo uma linha de soldados alemães que se aproximava do local onde combatiam⁸⁰⁵.

No dia 30 de Janeiro foi a vez do major Gustavo Pissarra responder perante o juiz auditor do Tribunal da Guarda. Acerca dos factos de que o réu era acusado, afirmou:

Primeiro - Que é verdade o capitão Magno não ter avançado com a sua companhia a ocupar as trincheiras à frente da Senechal pois no plano de desenvolvimento do batalhão de infantaria 13 para a luta, foi-lhe destinada uma missão, sabendo ele também que a ordem lhe fora transmitida pelo 2º comandante interino capitão Roma. Poderia nas lides da enorme luta havido qualquer equívoco derivado da transmissão verbal de qualquer instrução, isto é, ao capitão Magno depois de lhe ser transmitida a ordem de ir ocupar as referidas trincheiras ser dada qualquer instrução para o seu cumprimento. Mas não me parece, pois o meu fim era indutar o contacto com o inimigo, opondo-me ao seu intuito e isto foi muito bem compreendido por todos os meus dirigidos e o capitão Magno também devia compreender. Segundo – Estou intimamente convencido de que o capitão Magno abandonou o grosso da companhia, pois o seu subalterno, então alferes Graça no cativeiro me disse que o capitão Magno lhe dissera a ele Graça que reunisse os homens que por qualquer motivo estavam dispersos, desaparecendo ele com alguns. Tem em boa convicção e que

⁸⁰⁵ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922, vol. 4: 647 verso a 649 verso.

a afirmação do tenente Graça tenha sido verdadeira pelas razões que depôs no depoimento que fez no auto de corpo de delito⁸⁰⁶.

Não será de todo inadequado comparar o depoimento de um 1º cabo com o do seu superior hierárquico. Muito pouco se sabe do comandante do 13 durante o tempo em que esteve na frente e muito menos nos dias 9 e 10 de Abril, até ficar prisioneiro do inimigo. Após o regresso do cativo, os factos que mais se destacaram referentes à sua acção como comandante de batalhão foram as críticas à forma como elaborou o seu relatório: confuso, com linguagem pouco cuidada e não necessitando de tantos autoelogios para provar a sua grande heroicidade perante o inimigo. O depoimento do 1º cabo é relatado numa forma simples, clara e aparentemente real de quem presenciou e viveu os factos concretos, sem as generalidades que possam induzir em erro ou a interpretações ao gosto e conveniência dos intérpretes. Para além de um ou outro pormenor, em nada se afasta ou contradiz os depoimentos dos seus camaradas que participaram na batalha. De facto, segundo esta testemunha Magno recebeu ordem do 2º comandante para ir ocupar outras trincheiras e que a ordem fora cumprida, tal como acontecera com o alferes Graça. O 1º cabo Joaquim Teixeira de Melo foi testemunha presencial do acontecimento. O comandante Gustavo Pissarra, que apenas durante o cativo tivera conhecimento da contraordem dada por Bento Roma, declarou cinco anos depois que o capitão Magno não a executara.

Quanto ao plano de desenvolvimento para a luta, isto é, o Plano de Defesa a que se refere Gustavo Pissarra, demonstra mais uma vez a descoordenação patente entre o 1º e o 2º comandantes, pois segundo Bento Roma não existia porque não lhe fora entregue pelo major Passos e Sousa⁸⁰⁷. Admitindo, todavia, que esse Plano se encontrava na posse do comandante do batalhão, Gustavo Pissarra deveria ter ordenado de imediato a sua execução na situação de emergência que as circunstâncias exigiam: guarnecer as linhas da frente e morrer na Linha B, como estava “determinado”. Os comandantes do 13 esperaram durante seis horas que o vendaval acalmasse ou que os ingleses aparecessem para os render. Só quando se aperceberam de que não havia alternativa é que saíram então dos abrigos, pelo menos o 2º comandante, emitindo ordens confusas, desconexas e desprovidas de qualquer estratégia ou táctica de conjunto para sustentar o inimigo e, para agravar a situação, sem conhecimento do terreno. Era tarde. Neste depoimento Gustavo Pissarra não refere que a contraordem fora dada por ele e transmitida por Bento Roma a David Magno, o que contraria a acusação do promotor de justiça Gonçalo Raúl e do comandante da 3ª divisão do exército. O major Gustavo Pissarra

⁸⁰⁶ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922, vol. 4: 633 verso e 634.

⁸⁰⁷ Mota e Costa, 1959: 304, Relatório de Bento Roma.

fundamentou a sua convicção, de que Magno teria abandonado a companhia, naquilo que lhe dissera o subalterno alferes Graça no cativeiro, isto é, que Magno dissera a Graça para reunir os homens dispersos, desaparecendo com alguns. Pissarra desconhecia a contraordem de Bento Roma, bem como a direcção para onde se dirigiram ou haveriam de se dirigir os oficiais Magno e Graça, o que demonstra mais a enorme e grave desarticulação entre os comandantes e os oficiais do 13.

Em 25 do mês de Janeiro de 1923 compareceu o tenente António de Matos Bogalho no Tribunal Judicial de Portalegre para prestar declarações, de acordo com a deprecada enviada pelo promotor de justiça do Tribunal Militar Territorial do Porto. O militar confirmou não só as declarações produzidas na primeira audiência⁸⁰⁸ como descreveu outros detalhes importantes para a aclaração dos factos. Acerca da matéria da acusação afirmou que em 9 de Abril pertencia ao batalhão de infantaria 15, encontrando-se à retaguarda da posição em reserva e, por isso, não sabia se o capitão David Magno deixara ou não de executar a ordem dada pelo seu comandante⁸⁰⁹. Porém, nesse dia tinha avançado para a frente com a força que comandava e, a uns mil e quinhentos metros à direita de Vieille Chapelle, perto do Lawe, encontrou o capitão Magno que se deslocava em sentido contrário, acompanhado de algumas praças. Depois de trocadas algumas impressões sobre o que estava a acontecer resolveu dirigir-se a um oficial do estado-maior inglês pedindo-lhe instruções. O oficial indicou-lhe a posição que deveria ocupar e aí se conservou durante mais dois dias⁸¹⁰.

Naquela data, os 2ºs sargentos Tomás Ferreira da Silva e José Pinto Borges foram ouvidos no Tribunal da comarca do Peso da Régua, confirmando as declarações feitas em 22 de Fevereiro de 1922 em auto de corpo de delito, garantindo mais uma vez que não era verdade que o arguido capitão Magno tivesse desobedecido às ordens do seu comandante de batalhão. Pelo contrário, cumprira-as rigorosamente, assegurando também que era inteiramente falso ter abandonado as forças do seu comando durante a batalha de 9 de Abril⁸¹¹.

No mesmo dia, mas no Tribunal da comarca de Almeida, foi a vez de 1º sargento de infantaria 34 José António Simão prestar o seu depoimento à justiça. Sobre as acusações dirigidas ao arguido disse nada saber. Todavia afirmou que, pelas quinze horas do dia 9 de Abril, se reunira às tropas de infantaria 15 e, tomando o comando de um pelotão, foi juntar-se aos ingleses, retirando apenas no dia 11. Declarou ainda que durante o tempo em que a

⁸⁰⁸ Conferir, folhas 212 2 213 do Processo nº 1222/1922.

⁸⁰⁹ /AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922, vol 4: 655 verso.

⁸¹⁰ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922, vol. 4: 656.

⁸¹¹ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922, vol. 4: 663-664

testemunha acompanhou o referido oficial, o encontrou sempre corajoso, tendo por sua iniciativa salvo muitos soldados⁸¹².

Como já foi referido na audição do auto de corpo de delito, o depoimento de José Mendes Alçada capitão de infantaria 10 era considerado de importância relevante para o apuramento da verdade dos factos. Foi o último depoimento antes do julgamento. Depondo em 15 de Fevereiro de 1923 no tribunal da comarca de Almeida, aquele oficial confirmou na sua declaração que era público e notório que se tratava de uma questão de “paixões, em que o primeiro puxa pela força e o segundo puxa pela razão, tratando-se apenas de rivalidades, em que o capitão David Magno é acusado sem razão moral, visto que não pedem contas a mais ninguém em toda aquela barafunda da batalha”⁸¹³. Ouvira dizer a camaradas seus que foram feitos prisioneiros, que na Alemanha o capitão Bento Roma “não encobria o ódio que alimentava contra o seu rival David Magno”⁸¹⁴. Numa viagem de comboio, realizada em Novembro de 1919 entre o Entroncamento e Castelo Branco, o capitão Alçada mencionou no seu depoimento uma conversa que presenciara a militares que seguiam na mesma carruagem e que tinham estado também em França, a propósito de Bento Roma e David Magno Os referidos militares comentavam:

Que o Roma era melhor estar calado. Que não se portou com mais brio e valentia que os outros. De mais a mais tendo sido feito prisioneiro durante o combate, ele nada pode saber como o Magno se conduziu. Pela maneira impetuosa e inesperada como foi feito o ataque pelos alemães, não houve actos de cobardia da nossa parte, quem não retirou a tempo foi morto ou prisioneiro. Isto é que é a verdade e o contrário que para aí se diga não passa duma invenção gratuita. Que em Bragança, de onde o depoente veio há poucos dias também ouviu dizer por várias vezes aos camaradas que tinham estado prisioneiros que o capitão Bento Roma, já mesmo na Alemanha não encobria o ódio que alimentava contra o capitão seu rival David Magno, sendo evidente que anda aqui somente a paixão pessoal e não um assunto com a justiça, agravada com paixão pela publicação do “Livro da Guerra” feito e publicado pelo capitão David Magno com o fim de se justificar e prestar justa homenagem a homens envolvidos e esquecidos do CEP e ainda por o capitão Magno ter descoberto que não houve uma carga de baioneta dada sobre uma posição ocupada por metralhadoras. Como é público e notório que o capitão David Magno se extraviou e que os soldados lhe fugiram, vendo-se por este facto obrigado a oferecer-se aos Escoceses, onde se conduziu com notável valor e brio⁸¹⁵.

⁸¹² PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922, vol. 4: 871 verso.

⁸¹³ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922, vol. 4: 686.

⁸¹⁴ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922, vol. 4: 686 verso.

⁸¹⁵ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922, vol. 4: 685 verso.

Pelas apreciações que ouvira a todos os que tomaram parte na batalha, José Alçada confirmava ao tribunal que tudo aquilo foi uma “grande confusão e defecção, tendo cada um se comportado conforme as circunstâncias em que se viu envolvido”⁸¹⁶. Alçada acabou por reconhecer que considerava o capitão David Magno “um dos comandantes mais distintos, pelo seu carácter justo, pelo seu mais elevado pundonor, pelos seus mais elevados sentimentos patrióticos”⁸¹⁷. Desenvolvendo a sua análise em relação a Bento Roma, questionou que tendo o 2º comandante sido feito prisioneiro durante o combate não poderia saber como o Magno se conduzira naqueles dias. Pela maneira impetuosa e inesperada como fora feito o ataque “não houve actos de cobardia da nossa parte”, concluiu o capitão de infantaria 10⁸¹⁸.

Não se pretende neste estudo, nem é este o objectivo, qualquer interferência nas questões da jurisprudência mas somente tratar de matérias que conduziram ao seu desenvolvimento. No entanto, o depoimento desta testemunha, bem como o da maioria das anteriores, não necessitam de uma análise muito profunda que permita perspectivar a sentença do tribunal. Mais do que uma questão do foro militar ou judicial, tornara-se cada vez mais evidente que o os comandantes do BI 13 e particularmente Bento Roma se aproveitaram do exercício do comando no teatro de guerra para levar a cabo um ajuste de contas de relações pessoais mal resolvidas com outros oficiais, no caso concreto de David Magno, tornando-o num exemplo entre tantos outros das divisões entre militares. Foi nesta sequência que o processo foi enviado para o Conselho de Guerra, na convicção de que tudo na frente de batalha teria corrido pelo melhor, e que os insubordinados seriam devidamente punidos e silenciados.

7. Julgamento e sentença do Tribunal Militar Territorial do Porto

O julgamento iniciou-se às 12 horas do dia 16 de Março de 1923 na sala das sessões do Tribunal Militar Territorial da cidade do Porto, sob a presidência do coronel João Ambrósio Rodrigues, auditor Dr. Gonçalo Loureiro Raul, promotor de justiça major Joaquim Jerónimo de Brito Faria, o defensor oficioso coronel David Augusto Rodrigues e do secretário tenente Sebastião Moreira do Amaral. Foram intimadas a comparecer no Tribunal para assistirem ao julgamento o acusado e respectivas testemunhas legais. O secretário fez a chamada dos Jurados que, de imediato, tomaram os seus lugares: tenentes-coronéis Eduardo Bandeira de Lima e Augusto de Sousa Rosa, majores António Joaquim Valente, Júlio César Gil Iglésias, Joaquim Manuel Costa e Paulo Teixeira, como suplente. Declarada aberta a sessão, o

⁸¹⁶ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922, vol. 4: 685 verso.

⁸¹⁷ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922, vol. 4: 687.

⁸¹⁸ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922, vol. 4: 686.

Presidente mandou fazer a leitura da ordem para a instrução da acusação, libelo, defesa escrita e da nota de assentos. Depois de proceder à identificação do réu o Presidente do Tribunal advertiu-o tal como ao defensor oficioso de que poderiam dizer tudo quanto julgassem útil para a defesa, exprimindo-se com toda a liberdade, sem faltar ao respeito devido à lei.

O defensor oficioso coronel David Rodrigues pronunciando-se em nome do réu disse que contestava por negação os factos de que era acusado e, ele próprio como defensor, alegava: “1º - O seu exemplar comportamento militar; 2º - A prestação de serviços relevantes à sociedade prestados em África; 3º - A prestação de serviços relevantes à sociedade prestados em França”⁸¹⁹.

O auditor de justiça procedeu então aos interrogatórios do réu e das testemunhas, findos os quais foram reunidos todos os depoimentos de acusação e de defesa, incluindo os das testemunhas que depuseram em deprecada. Cumpridas as formalidades legais, o Presidente deu por terminada a “discussão em causa”. O auditor leu em voz alta quatro quesitos aos jurados presentes, a fim de emitirem o seu julgamento para a elaboração da sentença. A todos a resposta foi dada por *unanimidade*. Ao primeiro quesito foi-lhes perguntado:

Se está ou não provado que o réu David José Gonçalves Magno, que em 9 de Abril de 1918 durante a Batalha de La Lys sendo comandante da 3ª companhia do Regimento de Infantaria 13, que fazia parte das tropas em operações na 1ª linha do C.E.P. em França, deixou de executar a ordem dada pelo seu comandante de batalhão tenente-coronel Gustavo de Andrade Pissarra que lhe fora intimada pelo segundo comandante do mesmo batalhão, ao tempo capitão Bento Esteves Roma, no reduto das trincheiras de La Couture para avançar com a sua companhia para trincheiras à frente junto à Senechal Ferme? A resposta foi “Não por unanimidade”⁸²⁰.

Ao 2º quesito os jurados foram questionados se “a dita ordem foi intimada no uso de atribuições legítimas?” Os jurados responderam “Sim, por unanimidade”⁸²¹. Pelo 3º quesito repartido pelas alíneas a), b) e c) foi-lhes perguntado:

Se está ou não provado que o Réu na ocasião mencionada no quesito primeiro abandonou as forças da companhia de seu comando, enquanto o alferes subalterno Agostinho de Almeida Graça avançava com o grosso da sua companhia, aliás da mesma companhia a ocupar as referidas trincheiras, além das Senechal Ferme, alínea a) sem autorização, alínea b) sem ordem e alínea c) sem motivo ou força maior? Às três alíneas os jurados responderam “Não por unanimidade”⁸²².

⁸¹⁹ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922, vol. 4: 694 verso e 695

⁸²⁰ AHM. Processo nº 122, de 1922, vol. 4: 691

⁸²¹ *Idem*

⁸²² PT/AHM/TMT/, caixa 534, Processo nº 1222/1922, vol. 4: 691 e verso.

Pelo 4º e último quesito o Presidente do Tribunal pretendeu certificar-se, junto dos jurados, se ficaria provado ou não que o réu teria praticado serviços relevantes à sociedade tanto em África como na Flandres. Às duas alíneas foi respondido igualmente “sim por unanimidade”⁸²³. Finda a leitura dos quesitos o Presidente declarou interrompida audiência, tendo o júri recolhido à sala das conferências para deliberar.

Aberta novamente a audiência o juiz anunciou que se iria publicar a sentença. Cumpridas as solenidades legais, a sentença foi lida pelo secretário, na qual foi afirmado que “discutida a causa e propostos ao júri os respectivos quesitos, o júri deu como não provados os referidos crimes”, tendo o Presidente do Tribunal “julgado improcedente e não provada a acusação e o réu absolvido”⁸²⁴.

A sentença adivinha-se óbvia. O Tribunal percebera rapidamente, como o capitão Alçada havia declarado no seu depoimento, que a causa a ser julgada era apenas “um questão de paixão pessoal e não assunto de justiça” e muito menos um acto de desobediência ou cobardia perante o inimigo. O capitão Bento Esteves Roma servira-se do cargo de 2º comandante interino para proceder a um ajuste de contas com o seu camarada David Magno, aproveitando-se duma infelicidade, ou sorte, do comandante da 3ª companhia no dia da batalha. Porém, foi traído pelas suas incoerências, equívocos e distorções da realidade, como também por algumas testemunhas de que se serviu. O Tribunal não se deixou envolver na malograda estratégia perpetrada por Bento Esteves Roma para denegrir e desacreditar acção de David Magno. Recusando as acusações dos delatores, considerou verdadeiras as contestações apresentadas por Magno na sua defesa. O processo jurídico foi dado como definitivamente encerrado no dia 20 de Março de 1923, mas não as consequências morais, sociais e profissionais que recaíram sobre o capitão David Magno. As palavras do defensor oficioso coronel David Rodrigues são de um significado muito claro ao proclamar durante a audiência em pleno Tribunal que, “para honra do CEP, nunca o Auto contra o capitão David Magno devia ter sido levantado”⁸²⁵. Para este oficial superior, o que afinal estava em causa era a honra e a dignidade de todo o Corpo Expedicionário Português e não apenas a de um simples comandante de companhia. O caso do capitão David Magno constitui apenas uma pequenina parte de um todo, contaminado pela entrada no conflito.

⁸²³ PT/AHM/TMT/, caixa 534, Processo nº 1222/1922, vol. 4: 122, de 1922, vol. 4: 691 verso.

⁸²⁴ AHM Processo 122, 1922, Tribunal Militar Territorial do Porto, folhas 693. O Processo e constituído por 697 folhas, na sua maior parte escritas na frente e verso e devidamente numeradas.

⁸²⁵ Magno, 1966: 5.

Na perspectiva deste estudo, a complexidade do processo vem trazer à superfície o estado de clivagem que se verificou no seio da instituição militar, particularmente durante e depois da Guerra, motivada por uma decisão errada de forçar a beligerância sem que estivessem reunidas as mínimas condições militares, políticas, económicas, financeiras e sociais. As tropas lançadas e abandonadas na linha da frente eram na sua maioria analfabetas, desenraizadas da sua aldeia, desadaptadas ao armamento, à alimentação, com fardamento impróprio para o clima e, mais grave ainda, sem uma razão plausível que justificasse a permanência em terra estranha ou os objectivos da sua luta, conduzindo-as à desmoralização. Fernando Rosas elucida bem esta situação, quando escreve:

Não deixa de ser surpreendente, mesmo por quem queira compreender o espírito da época e do que estava em jogo, a forma como, a golpes de puro voluntarismo ideológico, os afonsistas e os seus apoiantes arrastaram Portugal, massivamente analfabeto, rudimentarmente industrializado, sofrendo já de uma terrível situação social, económica e financeira, para a mais vasta, sofisticada, mortífera e dispendiosa guerra que a humanidade tinha até então desconhecido.⁸²⁶

Não era, pois, de surpreender que à primeira grande ofensiva do inimigo as forças se desorganizassem completamente e os soldados dispersassem em busca da protecção, que não sentiam junto dos seus comandantes. A debandada foi total. Não estavam em causa a valentia, audácia, coragem, tenacidade, ou a capacidade de resistência e de combate do soldado português frente a qualquer inimigo. A decisão política errada, a fragilidade da diplomacia, o falhanço da estratégia militar, a táctica desadequada às novas armas de guerra, os erros da logística, a falta de liderança e de empenho da maioria dos comandantes das linhas levaram ao desastre. Na hora em que se tornou necessário fazer sair para a rua, os oficiais do estado-maior, das brigadas e dos batalhões, “o Museu”, como André Brun os designava, para reconhecerem a situação à frente, ou levarem ordens de importância capital à retaguarda, foram raros os que abandonaram os redutos, andando de abrigo em abrigo, como aconteceu com os comandantes do 13 de Vila Real: até cerca das 10 horas do dia 9 de Abril o comando do 13 permaneceu no seu abrigo, algum tempo depois deslocou-se para o do batalhão de infantaria 15, a seguir para o da 4ª companhia e posteriormente para o Block-house dos ingleses, onde foi feito prisioneiro. A maior parte dos comandos não percebeu minimamente as intenções do inimigo, nem usou a iniciativa e decisão que deveriam ser tomadas. Os heroísmos isolados dos poucos oficiais não foram suficientes para desvanecer a impressão geral derrotista da força portuguesa. Alegou-se que não se avançou por falta de ordens, ou

⁸²⁶ Rosas, 2009: 247

porque ninguém pediu socorro, ou ainda por estarem à esperada de rendição. Afinal quem apareceu foi o inimigo que os levou em paz para a Alemanha, como já se já referiu na citação de João Chagas: “Consta-se que ficaram prisioneiros coronéis, tenentes-coronéis, maiores, capitães, tenentes e alferes ... acho prisioneiros de mais para de quem se disse que se bateram como leões”. E “desta já nos livrámos”, terão pensado os militares portugueses a caminho do cativeiro. António Telo remata esta situação com o epílogo: “A República enquanto grande projecto nacional, efectivamente morre com a guerra”⁸²⁷. À mesma conclusão chegou Fernando Rosas: “Na realidade, a guerra foi a morte da primeira República”⁸²⁸. Apesar da quantidade de Cruzes e Louvores distribuídos indiscriminadamente pelas tropas, a guerra não provocou apenas uma fractura irreparável no seio da força militar, marcou também “o divórcio definitivo entre o grosso das forças armadas com a República”⁸²⁹.

8. A guerra das medalhas

Para muitos militares portugueses a guerra não terminara em 9 de Abril de 1918 nem com a assinatura do armistício. Com a chegada a Portugal dos últimos combatentes do CEP e dos prisioneiros abriu-se uma nova fase, que teve o seu início durante o cativeiro na Alemanha: a guerra das medalhas que, como se verificou ao longo desta investigação, terá sido o principal motivo que conduziu ao processo de Bento Roma contra David Magno. Este oficial fora condecorado com a Cruz de Guerra pela coragem e valor demonstrados perante o inimigo, ainda o conflito não tinha terminado⁸³⁰.

No regresso da Alemanha foi ordenado a todos os oficiais que elaborassem relatórios referente à sua acção de comando até serem feitos prisioneiros pelo inimigo. A partir das cinco, seis horas da manhã do dia 9 de Abril de 1918 estavam cortadas todas as comunicações do comando da 2ª divisão com as respectivas brigadas. Poucas foram as ordens que chegaram ao seu destino e também muito poucos foram os objectivos conseguidos com ordens em mão. Quando pelas 12 horas desse mesmo dia o comando inglês ordenou a retirada do comando da 2ª divisão portuguesa de Lestrem para Calonne, todas as tropas ficaram entregues à sua sorte. Houve comandantes de brigada, oficiais do estado-maior, comandantes de batalhão e de companhia que foram feridos ou feitos prisioneiros logo a seguir aos bombardeamentos e à barragem de artilharia.

⁸²⁷ Telo, 2010: 442.

⁸²⁸ Rosas, 2009: 248.

⁸²⁹ Telo, 2010, 443.

⁸³⁰ ANEXO K, figura 4.5. fotografia da condecoração de David Magno.

A partir do início da tarde do dia 9 de Abril os comandos da 2ª divisão e do CEP ficaram completamente alheios ao que se passava no sector, particularmente em La Couture após o cerco da aldeia pelo inimigo. As poucas notícias que chegaram à Base, levadas por soldados em alvoroço fugidos das suas companhias, eram desconcertantes e confusas. Esta situação de desconhecimento total por parte do comando da divisão acerca das acções levadas a cabo pelos comandantes de brigada, batalhões e companhias até ficarem prisioneiros proporcionou a alguns oficiais mencionar feitos hipotéticos de grande audácia perante o inimigo nos seus relatórios, que lhes proporcionassem a recompensa compatível com a função que exerciam. Durante e após o cativeiro concertaram-se actos de elevado heroísmo, tanto individuais como em grupo, que não passaram da simples fantasia. Iniciava-se no interior da instituição militar, particularmente entre os que tinham servido no CEP, um novo combate: o dos louvores e das medalhas.

Os comandantes do batalhão de infantaria 13 constituíram caso exemplar desta luta. Não era de estranhar que já tivessem chegado ao conhecimento do Presidente da República as polémicas afirmações de Bento Roma na escola Militar, publicitando os seus actos de heroísmo e dos camaradas que o aplaudiram em detrimento de outros. Não terá sido por acaso que, no dia 10 de Junho de 1920, António José de Almeida alertara para o avolumar do fenómeno das condecorações, num discurso proferido na Sociedade de Geografia na comemoração da memória dos mortos na Guerra: “Andam para aí esparsas sombras heróicas. A tradição franjada de glória e acolchoada de martírios parece que entrou aqui dentro para servir de almofada à cabeça dos heróis que repousam”⁸³¹.

Bento Roma precisava mesmo da medalha que, na hierarquia da ordem honorífica, fosse de grau superior à que fora atribuída a David Magno. Não era de modo algum admissível que um oficial seu subordinado, considerado o pior comandante do batalhão com origem na classe de sargento, fosse agraciado com um galardão igual ou superior ao seu, formado na Escola do Exército. Por isso iniciou a sua campanha publicitária de auto-promoção junto dos seus pares na Escola Militar.

Na sua longa palestra começou por tecer grandes elogios à forma como desempenhara as suas funções durante um ano enquanto director do Campo de Instrução das tropas portuguesas em França, a cerca de trinta quilómetros da linha da frente. A instrução dada aos militares portugueses constava essencialmente do emprego da baioneta e de esgrima, de que Bento Roma se tornara exímio executor, construção de trincheiras e execução de patrulhas. Durante

⁸³¹ Comissão Técnica da Arma de Infantaria (1922), *Livro de Ouro de Infantaria*, Edição dos Autores.

a palestra comunicou à plateia que teve tempo e oportunidade de “ouvir, ver e apreciar as qualidades de muitos senhores oficiais e de muitos soldados”. Embora dissesse que não entraria em detalhes sobre esse assunto, porque não era seu objectivo, não deixou de referir que os soldados que lhe deixaram a impressão de ser os melhores foram os oriundos das regiões montanhosas: Beiras e Trás-os-Montes⁸³². Não esqueceu, todavia, de enviar um remoque ao batalhão de infantaria de Tomar que no seu conceito, fora excepção àquela regra⁸³³.

No tempo em que permaneceu no Campo de Instrução relatou que não faltaram festas e concursos com a participação dos comandos português e inglês, visitas do Presidente da República Bernardino Machado, dos ministros da Guerra, Instrução, Negócios Estrangeiros e Finanças, personalidades como Norton de Matos, Barbosa Magalhães, Augusto Soares, Afonso Costa e vários oficiais estrangeiros e jornalistas. E num desabafo, confessou: “foi com um olhar de mágoa e saudade que dele me afastei; foi ali que eu deixei uma grande parte do meu esforço, foi ali que eu deixei parte da minha vida”⁸³⁴.

No princípio do ano de 1918 o Campo de Instrução fora encerrado em virtude da instrução aí ministrada se encontrar completamente desajustada às novas tácticas e meios de guerra aplicadas no terreno. O combate à baioneta ou esgrima já fazia parte do passado naquele conflito. Bento Roma teve de regressar ao seu batalhão onde deveria assumir finalmente o cargo de comandante da 3ª companhia, para o qual tinha sido nomeado. Porém escapou aos trabalhos duros e arriscados de quem, durante vinte e quatro horas, teve de comandar e zelar directamente pelas suas tropas. Sendo indicado para 2º comandante interino do batalhão, assumiu essas funções deixando a sua companhia ao cuidado dum comandante também interino.

A meio da conferência o tom do seu discurso sofreu uma completa metamorfose, plena de contradições e fantasias. Falou para o auditório imaginando-se como um simples soldado na linha da frente que já tivesse passado por todas as agruras e dificuldades das trincheiras, os ataques do “boche”, a lama e os rigores do Inverno, a piolheira e os ratos que tantas vezes o visitavam durante a noite, fazendo crer à plateia ouvinte que fazia parte da malta das trincheiras: “Nós, os da frente, éramos designados pelos da retaguarda pela *malta das trincheiras*. E na realidade, quando de lá saíamos cheios de lama trazendo bem estampadas nos rostos as noites sem dormir, éramos uma perfeita malta”⁸³⁵. Bento Roma que durante um

⁸³² PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922, vol. 2: 338. Também ele transmuntano.

⁸³³ Idem: 338.

⁸³⁴ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922, vol. 2: 328 verso.

⁸³⁵ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922, vol. 2: 340

ano gozara na retaguarda esplêndidas festas, recepções a altas individualidades portuguesas com toda a tranquilidade, era agora um crítico “dos que passavam a vida pelos *tea-room* de Boulogne, Brest e Calais”⁸³⁶. Ao elaborar este discurso esquecera-se de que fazia parte de um comando de batalhão e os comandos ficavam alguns quilómetros à retaguarda, onde se vivia comodamente e com segurança, e mesmo aí havia diferença de estatuto, como afirmou: “dentro dos comandos dos batalhões de infantaria dava-se essa desigualdade. O comandante de companhia estava melhor que o comandante de pelotão e o comandante de batalhão melhor que estes dois”⁸³⁷. Para Bento Roma a luta pela medalha após a guerra não passaria por elogiar e louvar os seus camaradas que tinham aguentado nas linhas da frente as vicissitudes do primeiro grande conflito mundial que iria alterar o rumo da Humanidade. Pelo contrário, convencera-se de que a crítica destrutiva, geral ou individualizada, lhe traria os benefícios que pretendia atingir. Nessa perspectiva, a meio da conferência e a propósito da transferência do seu batalhão de Rieuz Balilleul para La Couture para render o BI 24 em virtude do BI 7 se ter insubordinado, o 2º comandante interino e agora major não desperdiçou a oportunidade de mencionar que o seu batalhão “ao contrário dos outros batalhões da brigada, cumpriram a ordem recebida sem um murmúrio ... não havendo da parte, quer dos soldados, graduados ou oficiais, o mínimo de reparo, a mínima observação”⁸³⁸.

Chegado à descrição do dia 9 de Abril, ignorou praticamente o seu comandante de batalhão Gustavo Pissarra chamando a si todas as iniciativas tomadas ao nível do comando, tentando passar ao auditório a imagem mais de 1º do que 2º comandante interino, desde o último telefonema da brigada às 22 horas do dia 8 até serem feitos prisioneiros. Para ilustrar esta situação, cite-se apenas este exemplo: Bento Roma escreveu no relatório e confirmou posteriormente na já citada conferência que “Às 22 horas do dia 8 de Abril de 1918 houve nova chamada da brigada. Fui eu mesmo que fui ao telefone e de lá disseram-me que àquela hora já nos havia sido enviada a ordem de rendição. Foi a última comunicação que recebemos da brigada”⁸³⁹. Mas sobre a suposta chamada proveniente da 5ª brigada o seu comandante referia que, no dia 8 de Abril, pelas 22 horas pouco mais ou menos, fora prevenido telefonicamente pelo comando da brigada de que iria ser rendida no dia seguinte. Bento Roma disse que a hipotética chamada fora a última que recebera da brigada. Porém, Gustavo Pissarra insistiu que pelas 23 horas e 30 minutos tinam estabelecido novamente comunicação com a

⁸³⁶ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922, vol. 2: 340

⁸³⁷ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922, vol. 2: 339

⁸³⁸ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922, vol. 2: 347

⁸³⁹ Mota e Costa, 1959: 301, Relatório de Bento Roma

brigada e fora-lhes confirmado que a ordem chegaria⁸⁴⁰. Estas afirmações contraditórias dos comandantes de infantaria 13, relacionadas com factos extremamente graves, confirmam não só a descoordenação mas também um grave desentendimento entre os dois oficiais por duas ordens de razões: a primeira, pela ausência de liderança do comandante do 13 ao longo de toda a estadia em França, o que pôde constatar-se pela incapacidade disciplinar e de fazer aplicar as respectivas sanções aos incumpridores, apesar das múltiplas participações dos comandantes de companhia. Não consta que Pissarra tivesse aplicado um único castigo por sua iniciativa, o que levava os soldados, sargentos e muitos oficiais ao relaxamento da disciplina e do dever militar. Um episódio ocorrido com o 2º sargento António de Almeida ilustra bem falta de liderança de Gustavo Pissarra: o sargento tinha-se envolvido fisicamente com o soldado Abílio Rebelo da mesma companhia e punido com prisão correcional. O capitão David Magno solicitou ao comandante de batalhão a sua transferência mas Gustavo Pissarra recusou, teimando em mantê-lo na 3ª companhia, facto que poderá ter contribuído para agravar as relações entre os dois militares. A segunda razão relacionar-se-á com as ambições do capitão Bento Esteves Roma perante os seus camaradas. Para este oficial do quadro permanente, a missão exercida durante um ano como director e instrutor de luta de esgrima e baioneta no Campo de Marthes tê-lo-á convencido de que aquela instrução ministrada aos militares portugueses seria vital para a vitória dos aliados. Por outro lado, o contacto com altas individualidades políticas e militares portugueses convenceram-no de que gozaria de elevado prestígio nos Altos Comandos. Por isso, quando regressou ao batalhão, apercebendo-se da fraqueza e da acentuada inércia de Gustavo Pissarra, impô-se como verdadeiro comandante fazendo aplicar de imediato as tácticas utilizadas no Campo de Instrução e agravando as relações entre os oficiais.

No desfiar de correrias de um lado para o outro à procura de munições durante a manhã do 9 de Abril, surgiu a reprovação dirigida ao comandante da 3ª companhia. Para Bento Roma era imprescindível fazer passar a mensagem dentro da instituição militar e no público em geral, que tudo fora feito pelo comando do batalhão de infantaria 13 para que as tropas do CEP saíssem vitoriosas e honrassem o nome de Portugal por se terem batido com brio e valentia contra o inimigo e, particularmente, pelo combate à baioneta até ao esgotamento total. E se isso não aconteceu foi porque um capitão desobedeceu às ordens do comando. O impacto nos meios superiores da hierarquia militar surtiu efeito, particularmente depois da publicação do *Livro da Guerra*. Durante o cativo, Bento Roma definira com precisão os alvos a atingir

⁸⁴⁰ Mota e Costa, 1959: 279 Relatório de Gustavo Pissarra.

e os meios para lá chegar, com a conivência ou contrapartidas dos seus apoiantes: as medalhas ou “recompensas”, como são apelidadas nos relatórios.

Coube ao 2º comandante interino elaborar a lista dos eleitos entre as praças de pré, como refere no seu relatório, no sentido de com o seu louvor lhes prestar a devida homenagem, indo para eles toda a sua alma, todo o seu coração e todo o seu reconhecimento⁸⁴¹. A melhor gratidão revertia, em particular, para os sargentos que testemunharam em seu favor no processo contra o capitão David Magno: o 1º sargento metralhador José Gomes de Carvalho, prisioneiro no dia 10 no Block-house, em La Couture; 2º sargento Manuel Martins Cacheira amanuense que se oferecera para ir para as linhas com um pelotão da 1ª companhia, em virtude dos oficiais terem desaparecido e que foi feito prisioneiro no reduto de La Couture; 2º sargento observador Manuel Simões aprisionado em La Couture e o 2º sargento António de Almeida que abandonou a 3ª companhia indo refugiar-se no reduto de La Couture, onde foi feito prisioneiro no dia 10. Das recompensas propostas pelo 2º comandante do 13 aos cabos e soldados predominam os da 1ª companhia. Foram propostos ainda para louvor os 2ºs sargentos de remuniamento José Coelho e Américo Ferreira da 2ª companhia e Amantino Luís porque a caminho do cativeiro, sendo encarregado de juntamente com um soldado transportar um oficial inimigo ferido, passando junto dum soldado português atingido trocou o oficial pelo sargento⁸⁴². Quanto aos sargentos propostos para serem louvados, o lugar de destaque deveria ser reservado ao 2º sargento Américo Augusto Pelotas, um dos poucos militares que lutou directamente com os seus homens contra o inimigo sem recolher aos abrigos, quando os alemães iniciaram o cerco a La Couture. Bento Roma igualou-o a qualquer outro que tendo partido à procura de munições aparecera de mãos vazias, como aconteceu com o 2º sargento Américo Proença que, no seu entender, tinha desempenhado cabalmente a missão porque conseguira levar um cunhete⁸⁴³. Apesar de esquecido pelo 2º comandante, Américo Pelotas foi justamente condecorado e promovido a tenente a título póstumo.

São significativas as propostas de louvores a cabos e soldados. Para se ter uma ideia da presumível parcialidade de Bento Roma na escolha dos militares a fim de serem louvados, apresentam-se apenas os números referentes a cada companhia: da 1ª companhia foram propostos 5 cabos e 19 soldados, num total de 24 militares; da 2ª companhia 3 cabos e 14 soldados, perfazendo ao todo 17 militares; da 3ª companhia apenas 7 militares, sendo 1 cabo e 6 soldados; e, finalmente, da 4ª companhia Bento Roma escolheu apenas 3 soldados.

⁸⁴¹ Mota e Costa, 1959: 315.

⁸⁴² Mota e Costa, 1959: 322, Relatório de Bento Roma.

⁸⁴³ Mota e Costa, 1959: 320.

Observando em pormenor a distribuição dos escolhidos, verifica-se existir um claro benefício a favor da 1ª companhia, comandada interinamente pelo tenente Gonçalves e da qual o capitão Bento Roma era comandante efectivo. Ficou provado que essa companhia se desbaratara no início do bombardeamento: os oficiais e sargentos desapareceram e os soldados refugiaram-se no reduto, tendo ficado prisioneiros com o seu comandante ao meio-dia de 10 de Abril. Quanto à 2ª companhia, comandada pelo tenente Alcídio, é justificável a sua condecoração, uma vez que arriscara cumprir as ordens do 2º comandante, apesar de confusas e desconcertantes, sendo feito prisioneiro no terreno juntamente com alguns dos seus homens., Os poucos soldados a 3ª companhia, propostos por Bento Roma para serem louvados, tinham fugido para o reduto juntamente com o 2º sargento António Almeida, abandonando a companhia e refugiando-se em La Couture, ficando prisioneiros no dia 10. Mas Bento Roma teve um cuidado especial em distinguir António de Almeida, atribuindo-lhe qualidades de grande iniciativa e valor. Não será de todo errado supor que o louvor tivesse como retribuição o seu testemunho em Tribunal contra David Magno. No que respeita à 4ª companhia, comandada pelo capitão Maçãs Fernandes, apenas 3 soldados mereceram os louvores de Esteves Roma. Na realidade, esta companhia fora colocada de reserva na retaguarda e quando o 2º comandante ordenou a Maçãs Fernandes para avançar o oficial recusou-se, justificando não ter munições. Bento Roma não lhe perdoou e os seus homens foram marginalizados.

Não é do âmbito deste estudo proceder a uma análise do que se passou com os outros batalhões da 5ª brigada e, muito menos, com os das restantes brigadas acerca desta problemática. Embora existam casos de clivagens acentuadas e de lutas pelas medalhas entre oficiais de diferentes batalhões, considera-se todavia o caso do batalhão 13 verdadeiramente paradigmático dessa fractura e do verdadeiro combate pelas medalhas.

Se os Louvores destinados às *praças de pré* foram da responsabilidade do 2º comandante, as *Recompensas* aos oficiais competiam ao comandante de batalhão.

Como seria previsível as pretensões do capitão Bento Roma, em termos de honras e louvores, deveriam suplantar a de todos os outros comandantes de companhia ou que exercessem as funções de segundos comandantes. Gustavo Pissarra prometeu-lhe realizar o seu ambicionado desiderato: a Cruz de Guerra de 1ª Classe e promoção por distinção. Para que não restasse qualquer dúvida acerca do merecido galardão, o comandante do 13 não se poupou em elogios ao seu 2º comandante interino. Ao permanecer em França depois do cativeiro, assim se pode ler no relatório de Gustavo Pissarra, o capitão Roma dedicou-se à nobre missão de averiguar os factos que não deveriam ficar no esquecimento. E com aquele procedimento, relatou Pissarra, “fechou com chave de ouro a grande obra que produziu como

2º comandante do BI 13 na batalha de La Lys e como comandante da 1ª companhia em diferentes situações de guerra”⁸⁴⁴. O mote estava dado: Bento Roma fora um herói. Porém, pelo que se tem vindo a constatar a grande obra levada a cabo pelo 2º comandante na referida batalha, assim como a de comandante de companhia não passaram, contudo, de ficção: enquanto esteve em França nunca comandou a 1ª companhia, apesar de ser o seu comandante efectivo. Mas a medalha de 1ª classe representava superioridade em relação a todos os seus camaradas. Por isso, todos os meios justificavam os fins para a sua obtenção. A Comissão de Recompensas não se deixou iludir pelas intenções do 1º e 2º comandante do 13: ponderada a atribuição dos galardões aos oficiais de todas as companhias resolveu atribuir a Bento Roma apenas a Cruz de Guerra de 2ª Classe.

A mesma condecoração fora atribuída ao comandante da 4ª companhia Maçãs Fernandes. Bento Roma não terá comunicado a Gustavo Pissarra que aquele oficial, justificando que não tinha munições, desobedecera à sua ordem de ir para a frente em plena barragem do inimigo, apesar do municionamento diário ser constituído por cinquenta projecteis e atribuído igualmente a todos os militares. Seria contudo mais um aliado contra David Magno e, por isso, era de toda a conveniência esquecer o episódio, oferecendo-lhe a medalha, porque falava “correcta e correntemente a língua inglesa” e tinha prestado grandes serviços ao oficial inglês de ligação.

Foi igualmente singular a atribuição da Cruz de Guerra de 2ª Classe ao alferes miliciano provisor Alfredo Augusto Filipe: considerado pelo comandante de batalhão como oficial valente, disciplinado e inteligente, mereceu ser galardoado porque, estando acerca de nove quilómetros à retaguarda das linhas no parque de Paradis guardando o trem do batalhão, conseguiu recuar ainda mais, salvando o material. Este oficial, juntamente com os médicos que retiraram sem ordem do comando e que desconheciam completamente a conduta do capitão Magno no combate, logo que se encontraram com ele pediram-lhe que os propusesse no relatório “a fim de ficar no Quadro Permanente Exército”⁸⁴⁵. David Magno respondendo-lhe que se limitaria a transmitir superiormente apenas o que constasse no relatório de cada oficial, Alfredo Filipe recorreu ao capitão Velinho Correia, chefe dos serviços administrativos e camarada frequente da messe, para que o propusesse para Louvor, por haver retirado com o trem regimental “com notável ordem e compostura.”⁸⁴⁶. Velinho Correia terá retribuído a Alfredo Filipe o facto de ter sido este oficial a levar a Boulogne o já citado artigo para o *Télégramme*, assinado com o pseudónimo de Edmond Equoy. Não foi contudo

⁸⁴⁴ Mota e Costa, 1959: 292, Relatório de Gustavo Pissarra.

⁸⁴⁵ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922, vol. 2: 445.

⁸⁴⁶ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922, vol. 2: 445.

suficiente e Filipe iniciou uma nova estratégia para a obtenção da Cruz de Guerra: explorar o ódio que o capitão Roma alimentava contra David Magno. Bento Roma sabia que Alfredo Filipe teria colaborado na criação do seu prestígio ao servir de mensageiro de Velhinho Correia. Por isso tirou partido da situação: decorrido um ano após o referido Louvor, Alfredo Filipe era condecorado com a Cruz de Guerra de 2ª Classe, pela Ordem do Corpo nº 161 de 17 de Junho de 1919, por ter recuado com as viaturas para maior distância, à retaguarda dos ingleses.

As relações pouco cordiais de Alfredo Filipe com David Magno não foram provocadas apenas pela recusa do comandante da 3ª companhia em contribuir para a injustificada Cruz de Guerra. Tinham outros antecedentes. O serviço de Filipe no batalhão permitia-lhe ser um frequentador assíduo dos divertimentos em França e “facilmente se esquecia de que as segundas vias de facturas que apresentava ao tesoureiro do batalhão já tinham entrado em conta corrente, obrigando David Magno a ter toda a cautela com o referido oficial⁸⁴⁷. Outra situação que David Magno considerara pouco digna de Alfredo Filipe e que terá contribuído igualmente para agravar o relacionamento entre os dois militares teve a ver com a repreensão que lhe dirigiu por fazer a corte à “mademoiselle” que o desgraçado “chauffeur” deixara em Desvres, tendo o alferes Filipe contribuído para o seu fuzilamento⁸⁴⁸.

Envolvida também em algum mistério foi a recompensa conferida ao granadeiro Alfredo Ferreira Esteves. Companheiro de Alfredo Filipe nas diversões que se lhes proporcionavam, poderá ser considerado um dos mais felizes durante o tempo de conflito. Embarcou ao encontro da guerra como alferes e regressou como capitão, escapando da batalha. Nunca ultrapassou a linha de conforto nem sentiu o menor perigo. Quando algum tempo depois de 9 de Abril os militares começaram a reclamar, tal como os ingleses, que aqueles que se encontravam de licença em Portugal fossem dar folga aos seus camaradas em França, Alfredo Esteves viu-se obrigado a partir novamente para a Flandres, sendo instigado pelo capitão Santos a acompanhar os soldados que restavam do 15. Alguns dias depois regressaria novamente à pátria, sem ter chegado sequer a ouvir o troar da artilharia inimiga. Mas, Gustavo Pissarra propôs-lhe a atribuição da Cruz de Guerra de 2ª Classe porque no dia 30 de Novembro de 1917 “no subsector de Cambrain, com uma correcção inexcusável, providenciando logo acerca do reabastecimento de munições, ao mesmo tempo que fazia as suas observações a respeito da queda das granadas de gás que o inimigo lançava”⁸⁴⁹. Alfredo Esteves retribuiria

⁸⁴⁷ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922, vol. 2: 445 verso.

⁸⁴⁸ PT/AHM/TMT/ caixa 534, Processo nº 1222/1922, vol. 2: 445 verso.

⁸⁴⁹ Mota e Costa, 1959: 294, Relatório de Pissarra.

a Gustavo Pissarra e Bento Roma o favor pela sua medalha, oferecendo-se para testemunhar em Tribunal contra David Magno, não por qualquer acção que tivesse presenciado, mas simplesmente pelo que ouvira dizer. Ao controlar o estado-maior do batalhão, Bento Roma tinha nas mãos todos os oficiais. Não surpreende, por isso, que Alfredo Esteves prestasse os bons serviços ao 2º comandante em troca do galardão da Cruz de Guerra por se ter comportado com “uma coragem e dedicação inexcedíveis”⁸⁵⁰ em Cambrain. Ao tenente médico miliciano António Gonçalves foi também atribuída a Cruz de Guerra de 2ª Classe em virtude de “ter marchado para as primeiras linhas ainda debaixo de fogo para prestar socorros imediatos aos feridos se os houvesse”⁸⁵¹. Este oficial encontrava-se na Base no dia 9 de Abril, mas ofereceu-se a Bento Roma para testemunhar contra David Magno sobre a sua acção na batalha. Tal como aconteceu com a maioria dos seus camaradas declarou apenas o que ouvira dizer, como confirmou no Tribunal. O galardão parecia brilhar mais do que a verdade.

O tenente Alcídio Almeida comandante da 2ª companhia foi um dos poucos oficiais que tentou sair para a frente de acordo com o que as circunstâncias permitiam. O brigadeiro António Manuel da Mota e Costa, na obra *Subsídios para a História do RI 13*, referindo-se à acção do tenente Alcídio escreveu que este oficial encontrando-se cercado pelos alemães, por volta das três horas da tarde, reuniu com os alferes Graça e Pires da Silva, propondo “uma carga de baioneta sobre o inimigo. A morte era certa, mas morria-se com honra”⁸⁵². A realidade foi diferente: os alemães entraram nas trincheiras e a rendição efectuou-se sem o disparo de um único tiro e muito menos de carga baioneta. Contudo, são de estranhar as poucas referências de Gustavo Pissarra sobre a acção deste comandante. Alcídio Almeida foi condecorado com a Cruz de Guerra de 2ª Classe.

O tenente João Gonçalves comandante interino da 1ª companhia e prisioneiro no reduto de La Couture no dia 10 de Abril de 1918, teve direito ao mesmo galardão que os anteriores. Como acontecera com as outras companhias, na madrugada do dia 9 de Abril a maior parte dos soldados dispersou fugindo para a retaguarda ou procurando abrigos mais seguros. Ao verificar o desbaratamento da sua companhia refugiou-se no reduto com os soldados que o acompanhavam, entregando-se aos alemães no dia seguinte. Sendo Bento Roma comandante efectivo da 1ª companhia, não surpreende a atribuição da medalha ao seu substituto interino, bem como os louvores aos sargentos e praças. Não terá sido por acaso que o tenente João

⁸⁵⁰ Mota e Costa, 1959: 294, Relatório de Pissarra.

⁸⁵¹ Mota e Costa, 1959: 294, Relatório de Pissarra.

⁸⁵² Mota e Costa 1959: 155.

Gonçalves se prestou a testemunhar contra David Magno, mesmo que nada tivesse presenciado.

Se o alferes Alfredo Filipe foi o mensageiro encarregado de levar a carta a Boulogne para o *Télégramme*, o alferes José Sevivas terá sido o criador da notícia que haveria de criar o mito do herói de La Couture: Bento Esteves Roma. Como se confirmou foi Sevivas que, pelas 13 horas do dia 9 de Abril, fugiu para a Base do CEP em pleno ataque alemão, gritando que estava tudo tomado pelos alemães e que os seus comandantes tinham sido mortos a carregarem à baioneta. O próprio Bento Roma confirmou no seu relatório a versão deste episódio: “É então que, sem saber explicar como, se desliga de mim o alferes Sevivas. Mete-se por uma trincheira e perde-se numa volta”⁸⁵³. Todavia, Gustavo Pissarra propôs que fosse condecorado com a Cruz de Guerra de 2ª Classe porque “no dia 9 de Abril em La Couture, sendo oficial de metralhadoras, dirigiu o serviço da sua especialidade com muita inteligência e valor e, no período mais activo da luta, ele e o 2º sargento Gomes de Carvalho, cada um com a sua metralhadora, alvejaram nos diferentes pontos arriscados as patrulhas boches que avançavam por diferentes pontos a um tempo”⁸⁵⁴. Omitiu, contudo, a dupla deserção de Sevivas: primeiro, para a Base e depois de Ambleteuse para Portugal. A Cruz de Guerra concedida a este alferes proporcionou a Bento Roma aliciar mais um depoente contra o capitão da 3ª companhia, como de facto aconteceu.

O mesmo galardão foi atribuído ao alferes ajudante de batalhão António Manuel da Mota e Costa porque, como acontecera com alguns camaradas, no dia 30 de Novembro de 1917 em Cambrain se comportou com valor e brio ao lado do seu comandante. Contudo, não se encontrava em França no dia da batalha por estar de licença de campanha. Incumbido de elaborar a Monografia do 13 sobre a batalha de La Lys, não restam dúvidas quanto à sua parcialidade nas referências aos comandantes do 13, em detrimento do capitão David Magno.

Com tantos elogios de Agostinho Graça a Gustavo Pissarra e Bento Roma, outra coisa não seria de esperar que não fosse concedida a Cruz de Guerra de 2ª Classe ao único subalterno da 3ª companhia. Durante o cativeiro Bento Roma tirou proveito deste oficial para incendiar as relações com David Magno.

Os alferes António Dias e Pinto da Silva receberam igual galardão, sem qualquer intervenção de relevo na batalha. António Dias que fora intimado a responder em Tribunal

⁸⁵³ Mota e Costa, 1959: 310-311, Relatório de Bento Roma.

⁸⁵⁴ Mota e Costa, 1959: 295, Relatório de Gustavo Pissarra.

como testemunha de Bento Roma, não declarou nada mais do que ouvira dizer aos seus camaradas durante o cativo.

Para completar a procedimento de Gustavo Pissarra e Bento Roma restava agraciar o BI de 13. Nesse sentido, o 2º comandante não esqueceu de solicitar, no seu relatório, uma recompensa para a bandeira do regimento “que sirva para fazer ver, aos que mais tarde venham, que longe e bem longe da Pátria, houve nesta memorável guerra um punhado de homens que procuraram até ao fim cumprir com o seu dever e ser coerentes com a letra do hino da sua unidade que lá diz: Palpita um peito de aço em cada farda, do 13 nem um passo à retaguarda”⁸⁵⁵. Gustavo Pissarra, que elaborara o seu relatório seis meses depois, corroborou o pedido justificando que o regimento de Infantaria 13 “destacou para França um batalhão a quem as circunstâncias da guerra determinaram um importante papel que procurou desempenhar afrontando todos os perigos e não se poupando nunca aos maiores sacrifícios”⁸⁵⁶. A Comissão de Recompensas decidiu, de facto, condecorar o batalhão de infantaria 13 “pela coragem, bravura e serenidade com que se bateu na batalha, defendendo heroicamente La Couture com a 1ª companhia, a 2ª e um pelotão da 3ª, só se rendendo com os efectivos já muito desfalecidos pelo fogo inimigo, conduta brilhante que mereceu dos nossos aliados as mais elogiosas referências”⁸⁵⁷. Vários equívocos, incorrecções ou mesmo erros flagrantes são evidentes no conteúdo justificativo para atribuir a condecoração ao regimento: em primeiro lugar, apenas um reduzidíssimo número de soldados da 1ª, 2ª e 3ª companhias ficou em La Couture no dia 9 de Abril; a partir das 4 horas e 15 minutos desse dia, as companhias tinham-se desbaratado e a maior parte dos soldados dispersara, fugindo para a retaguarda. Os que o não conseguiram refugiaram-se nos abrigos, esperando não o reforço dos ingleses mas a chegada do inimigo, como sucedeu no dia 10. Em segundo lugar, durante a tarde e noite de 9 o inimigo não se preocupou com as tropas portuguesas que se encontravam cercadas no reduto, mas com os batalhões inglês e escocês que se encontravam atrás da linha do Lawe. Esses constituíam o verdadeiro perigo para os alemães. Entre a tarde de 9 e a manhã de 10, os alemães limitaram-se a exercer a vigilância sobre os portugueses e os poucos ingleses que se encurralaram em La Couture, enquanto aguardavam reforços para o caso de um contra-ataque aliado a partir do Lawe, o que não se verificou. No dia 10, duas ou três horas de tiroteio sobre o reduto bastaram para que o responsável pela sua defesa e os oficiais portugueses se

⁸⁵⁵ Mota Costa, 1959: 323, Relatório de Bento Roma.

⁸⁵⁶ Mota e Costa, 1959: 295, Relatório de Gustavo Pissarra.

⁸⁵⁷ AHM, Ordem do Exército nº 25 de 8 de Novembro de 1919, p. 1643 e PT/AHM/TMT/ caixa 534; Processo nº 1222/1922) vol. 1: 430 verso.

rendessem, sem qualquer resistência ao inimigo. Por isso, julga-se existir um excesso de zelo relativo ao desfalecimento dos efectivos, provocado pelo fogo inimigo. Por último, registe-se o erro colossal em atribuir aos homens de La Couture as mais elogiosas referências dos aliados. Como ficou devidamente documentado, as referências elogiosas dos aliados foram dirigidas exclusivamente aos homens que lutaram em Les Lobes, sob o comando de David Magno. Não seria desejável acreditar que os responsáveis que atribuíram o galhardete a infantaria 13 se tenham baseado apenas no artigo do capitão Velhinho Correia ou na publicação do alferes Humberto de Almeida *Memórias de um expedicionário a França*” onde é afirmado que “o batalhão de infantaria 13 (assim como todos os outros) ficaram trucidados e desfeitos, combatendo até à última, preferindo morrer a entregarem-se vergonhosamente”⁸⁵⁸. Por outro lado, se alguma resistência houve no reduto de La Couture, deveu-se principalmente ao pequeno número de ciclistas ingleses a quem cabia a responsabilidade da defesa e ao major Andrade Peres do batalhão 15 de Tomar. Toda esta conjuntura foi aproveitada por Bento Roma na construção da sua coroa de glória perante a instituição militar e a nação, tornando-se assim o herói das tropas portuguesas na 1ª Grande Guerra.

Para alcançar esse objectivo seria necessário combater de forma demolidora os seus concorrentes, o mais perigoso dos quais seria o capitão David Magno. A batalha deveria continuar até lhe ser retirada a condecoração que o Alto Comando do CEP, de harmonia com os oficiais ingleses e escoceses, lhe havia conferido. E assim surgiu o julgamento no Tribunal Militar Territorial do Porto. Tudo não passou duma falácia, duma grande mentira, de um embuste que se alimentou ao longo de várias décadas. Para os políticos republicanos e para os militares intervencionistas não era importante que os *heróis* da guerra fossem verdadeiros ou forjados. Sobretudo era necessário que eles existissem e fossem presenteados ao povo e à instituição militar que ansiava pelo acto da veneração do herói. O *Livro da Guerra* e a sentença do Tribunal Militar do Porto a favor de David Magno constituíram, por isso, uma pedra no charco, que era necessário esquecer. Os militares e os políticos do Estado Novo utilizaram o mesmo caminho para sobrelevarem o valor, o brio, a coragem e a abnegação da raça lusitana. Foi nesta conjuntura que surgiram e se alimentaram alguns mitos que em nada contribuíram para a realidade e a verdade históricas dos acontecimentos da 1ª Grande Guerra. A sua criação não sendo o objecto específico deste estudo, referiremos apenas o caso de Bento Esteves Roma, pelo impacto que teve na instituição militar e na historiografia, e ao soldado Milhões pela sua implantação popular.

⁸⁵⁸ Almeida, 1919: 156, citado por David Magno, PT/AHM/TMT/ caixa 534; Processo nº 1222/1922

9. Construção e desconstrução de mitos; a batalha da memória.

A tese do “primado da política interna” defendida por Nuno Severiano Teixeira, segundo a qual a estratégia dos “guerristas” em forçar a entrada de Portugal no conflito e de colocar as suas tropas no teatro principal da guerra teria por objectivo a afirmação política interna dos republicanos radicais, não está em contradição com a tese da política externa. Pelo contrário, as duas interligam-se e complementam-se. Uma compreensão geral e abrangente da conflitualidade e da beligerância portuguesa só é possível se for estabelecida interligação entre os factores de ordem interna e externa. As diligências de Afonso Costa apostavam seriamente para uma paridade estratégica de forças na guerra, principalmente com a Inglaterra, a fim de poder reivindicar, durante as negociações do processo de paz, os mesmos direitos que as grande potências, em particular os que respeitavam à política colonial. Os radicais da República viam nas tropas portuguesas, combatendo ao lado das inglesas e em terras de França, o grande argumento para o desenvolvimento do poder interno e da unidade nacional com o triunfo do partido guerrista e, ao mesmo tempo, o reconhecimento e legitimação incondicionais do regime pelos Estados vencedores. Para isso, era preciso que Portugal enviasse para o palco da guerra o maior número possível de homens, mesmo que mal preparados e mal equipados. O sucesso da força portuguesa ao lado dos aliados seria determinante para o triunfo político dos radicais democráticos. António Telo (2015) e António Paulo Duarte (2015) definem de um modo cabal a estratégia dos partidários da intervenção: “A guerra internacional mistura-se com a guerra civil intermitente interna, amplifica-a e muda-a (...) Estamos perante um conflito único e inseparável que se trava dentro e fora de fronteiras (...) os guerristas provocam a beligerância por todos os meios com o objectivo central de se manterem no poder e consolidar um regime radical débil”⁸⁵⁹. Paulo Duarte confirma: “A guerra externa seria o instrumento de resolução da guerra interna ao unir em torno de um partido triunfante Portugal e os portugueses”⁸⁶⁰. O jogo do Partido Democrático desenvolvia-se, portanto, nos dois campos: dentro e fora das fronteiras. Mas internamente as coisas não sucederam como os guerristas desejavam. Forçar a entrada no conflito europeu pelo Partido Democrático estimulou a “guerra larvar” a partir de Agosto de 1914, conduzindo ao extremar de posições políticas e militares internas. Não seria apenas na Flandres, mas também e principalmente nas ruas de Lisboa que se jogaria o futuro do regime. O governo conservador de Pimenta de Castro, o do radicalismo republicano do 14 de Maio, o 13 de

⁸⁵⁹ Telo, 2015: 235.

⁸⁶⁰ Duarte, 2015: 92.

Dezembro de 1916 e o golpe dezembrista de Sidónio Pais confirmam o panorama interno de “guerras civis intermitentes”. António Telo vai mais longe quando escreve que “é o mesmo objectivo e o mesmo conflito, só que uns combates decorrem dentro e outros fora de fronteiras, e que nem todas as acções militares fora de fronteiras são contra os alemães”⁸⁶¹, apresentando como exemplo que “as lutas originadas pela rebelião de vários batalhões do CEP travam-se entre portugueses no território francês”⁸⁶². Na realidade, grande parte dos oficiais que se encontrava em França, em particular nas primeiras linhas, era manifestamente oposta à participação e continuação de Portugal no conflito, por maior que fosse a propaganda desenvolvida pelos governos democrático ou dezembrista. Porém, dentro do país uma cortina de silêncio abafava a situação.

No final da guerra a instituição militar encontrava-se numa situação de ruptura insanável: guerristas e dezembristas acusavam-se mutuamente pelo desastre de La Lys. Em 1919, os monárquicos aproveitaram a fragilidade da força militar para levar a cabo, embora sem sucesso, um golpe militar que restabelecesse o anterior regime. Impunha-se, pois, aos republicanos moderados e radicais, para a defesa e consolidação do frágil regime republicano, minimizar o desastre do 9 de Abril perante a opinião pública. Atentativa da “Monarquia do Norte” era uma prova da sua debilidade. Era necessário transformar a profunda derrota do 9 de Abril numa grande jornada de valores, mitificando o destemido militar português pela sua bravura, audácia e coragem.

Foi neste contexto que, para salvar publicamente o prestígio abalado da instituição militar e dissipar o grave erro político perante os cidadãos, se recorreu ao mito da bravura do soldado português que lutou contra tudo e contra todos até se “acabarem as munições”, sofrendo a morte e o cativo.

Nesse sentido, procedeu-se à distribuição de prémios e ao *boom* da atribuição de louvores e medalhas. A imprensa (*O Mundo*, *A Luta*, *Capital*, *República*, *Diário de Lisboa*, *Século*, *Diário de Notícias*) e em particular o *Diário de Lisboa* encarregaram-se do resto. Rapidamente emergiram conjecturados heróis do 9 de Abril, na progressão conturbada da batalha da memória. Construídos a partir de sagas quiméricas, como acontecera em Aljubarrota e Alcácer-Quibir, alimentaram durante décadas o imaginário memorialista português. A sua criação e divulgação atravessaram a I República, Ditadura Militar e o Estado Novo com a cumplicidade das elites políticas, militares, culturais e da imprensa, condicionando a própria

⁸⁶¹ Telo, 2015: 235.

⁸⁶² Telo, Idem.

produção histórica. Erigiram-se monumentos ao soldado português, deram-se nomes a ruas e praças, criaram-se associações e ligas de combatentes. A pretexto de comemorações ou de efemérides multiplicaram-se os artigos em jornais e revistas, realizaram-se conferências e colóquios, promoveram-se edições de livros e memórias de oficiais, correspondendo muitos à simples curiosidade de episódios de vida privada dos protagonistas, de harmonia com a classe e elites dominantes ou corporativas, manipulando o passado e condicionando o futuro.

O “guerrismo” de Jaime Cortesão, Augusto Casimiro, Pina de Moraes, Carlos Selvagem e Américo Olavo, entre outros, transportaram para a sociedade uma visão patriótica e redentora do soldado português, moldada no soldado “milhões” e bem aproveitada pela classe política e militar. Sobre La Lys, “só era possível construir uma narrativa mitificadora” da batalha que conduzisse a uma reconciliação e unidade nacional⁸⁶³.

Deste modo, a produção historiográfica militar sobre a participação portuguesa na Grande Guerra superou em quantidade qualquer outro campo da historiografia, “não reactualizando em qualidade as suas perspectivas e, por isso mesmo, permanecendo ainda “largamente tributária do mito”, como reconhece Severiano Teixeira⁸⁶⁴. Na mesma linha se encontra António Telo sobre os historiadores militares que, convencidos de que estavam a prestar um bom serviço “abriram caminho a esta imensa deturpação, separando a frente interna da externa, desligando o político do militar”⁸⁶⁵.

Cem anos após o início do conflito, a memória e a história da participação portuguesa tornam-se cada vez menos pacíficas, todavia mais esclarecedoras. Como já se afirmou, não é exercício do historiador conferir legitimidade ou construir uma história oficial com base nos poderes públicos, mas “construir uma narrativa que acrescente conhecimento, que assinale os erros, combata as ideias falsas e desconstrua os mitos e a história da Grande Guerra está cheia de mitos e ideias falsas”⁸⁶⁶. Esta afirmação de Nuno Severiano Teixeira vem confirmar a necessidade da desmontagem de ideias erradas e desconstruir mitos de heróis fabricados e sustentados durante décadas. Considerada uma das questões secundárias, mas não menos importante deste estudo, pretendeu-se dar-lhe resposta a partir da base documental existente. Relacionados com os objectivos desta tese referiremos apenas, e de modo sucinto, dois exemplos: o falso alarme da morte de Bento Roma e de Gustavo Pissarra por carga de baioneta contra o inimigo e o tão divulgado mito do “soldado Milhões” (Aníbal Augusto Milhais).

⁸⁶³ Cruz, 2014: 59.

⁸⁶⁴ Teixeira, 1996: 40.

⁸⁶⁵ Telo, 2015: 261.

⁸⁶⁶ Teixeira, 2015: 17-18, “Prefácio” em Sílvia Correia (2015), *Entre a Morte e o Mito, Políticas da Memória da I Guerra Mundial (1918-1933*, Lisboa, Temas e Debates.

No período após o desastre de La Lys era necessário transformar o horror da morte “num esforço consolatório essencialmente público, numa reivindicação de glória, mais do que num lamento de atrocidade”⁸⁶⁷. Assim surgiram as condecorações, os louvores e as realizações comemorativas em torno da guerra, combatentes, feridos, prisioneiros, desaparecidos e dos mortos. Para o poder político republicano era urgente reconstituir os valores que no seu entender legitimaram a intervenção no conflito. Deste modo se justificaria a construção de uma visão patriótica e libertadora, legitimada politicamente pela fidelidade à aliança inglesa e eticamente “pelo revigoramento moral das energias nacionais que o soldado encarnava”⁸⁶⁸. A narrativa de alguns combatentes constituiu a base substancial na construção da memória da guerra, com o apoio da imprensa. Como já foi referido a mitificação do heroísmo de Bento Roma terá começado pelo fim da manhã de 9 de Abril. O alferes miliciano Sevivas que se encontrava junto do 2º comandante a disparar contra os alemães, aproveitando uma distração de Roma “meteu-se numa trincheira de comunicação e perdeu-se numa volta”⁸⁶⁹. Algumas horas mais tarde o desertor apareceria na Base do CEP a gritar que estava tudo perdido e que os seus comandantes tinham sido mortos numa carga de baioneta, mencionando pouco depois no seu relatório a desproporção de um português contra vinte alemães. O capitão Velinho Correia, aproveitando-se do boato de Sevivas, escreveu um artigo não menos confabulado, tecendo grandes elogios às tropas portuguesas, em particular ao batalhão e respectivos comandantes de infantaria 13. Traduzindo-o para francês, com o pseudónimo de *Edmod Equoy*, ordenou ao alferes Alfredo Filipe que o levasse a Boulogne a fim de ser publicado no *Télégramme*, o que veio a acontecer no dia 4 de Maio de 1918. Depois de elogiar os batalhões que lutaram desesperadamente e que “como leões fizeram grandes estragos nas fileiras inimigas”, Velinho Correia fez *justiça* aos comandantes do 13. A distribuição do artigo de aos prisioneiros de guerra, no seu regresso da Alemanha, provocou admiração em alguns militares, mas também surpresa e desconfiança da parte de muitos outros. E foi deste modo, com base numa notícia infundada, que Bento Roma se tornou no herói de La Couture e em corolário de La Lys. As ordens de serviço, ordens do corpo, relatórios de militares, conferências, imprensa portuguesa, levantamento de memoriais e a própria historiografia militar encarregaram-se de publicitar e alimentar a saga de La Couture e a morte da 2ª divisão na linha B, o que nunca acontecera.

⁸⁶⁷ Correia, 2015: 26.

⁸⁶⁸ Leal, 2003: 590 “Memória, literatura e ideologia, saudade, heroísmo e morte”, em Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (2003) *Portugal na Grande Guerra 1914-1918* Lisboa, *Diário de Notícias*.

⁸⁶⁹ Mota e Costa, 1959: 311, Relatório de Bento Roma.

A instável situação política interna assim o exigia. Por isso, não será inadequado concluir que políticos e militares no poder condescendessem em apresentar como verídicas as notícias referentes a La Couture, relegando para o esquecimento os acontecimentos em Les Lobes. O Memorial em La Couture do escultor Teixeira Lopes, inaugurado em 11 de Novembro 1928, assim como a escolha do nome do coronel Bento Roma para uma das ruas principais da localidade, demonstram bem a intenção de consolidar a farsa da bravura e do heroísmo na construção da memória colectiva. Convém lembrar que nenhum dos supostos heróis de La Couture, Gustavo Pissarra ou Bento Roma, estiveram presentes na inauguração do Memorial. A sua comparência seria particularmente incómoda perante o erro de terem sido dados como mortos por alegada carga de baioneta? Os generais Ferreira Martins e Santos Correia são exemplos significativos da estratégia mitificadora destas personagens, omitindo tantos outros. Iniciava-se uma nova batalha: a da memória.

Ferreira Martins, sub-chefe do Estado-Maior do CEP entre 1916-1919, referindo-se aos dias 9 e 10 em La Couture escreveu na sua obra: “o pedaço da Flandres, onde era o nosso sector, ficou nesse dia abundantemente regado com o sangue generoso de Portugueses, que souberam cumprir nobremente o seu dever, horando a Pátria. A Divisão tem de morrer na *B Line*, sentencia o general Haig. Estava cumprida a sentença”⁸⁷⁰. Na verdade, as linhas A e B tinham sido tomadas pelos alemães pelas 12h00 do dia 9 e todos os dados informam que em La Couture morreram apenas três militares e nenhum deles em combate, sendo feitos prisioneiros 370 homens. Em Les Lobes foram mortos seis militares, todos em combate frente ao inimigo e nenhum ficou prisioneiro. Todavia, o general não fez qualquer referência significativa aos acontecimentos naquela localidade. Em 1936, num artigo de 1ª página do *Diário de Notícias* do 18º aniversário do 9 de Abril, Ferreira Martins reforçava a mesma ideia e advertia paradoxalmente para não se deixar cair no esquecimento a data da batalha de La Lys, “que nos lembra a participação de Portugal na Guerra, contribuição valorosa para a consolidação da então jovem República Portuguesa”⁸⁷¹. Pelo mesmo texto o general prestava homenagem aos combatentes portugueses de La Couture, salientando ter sido o “último reduto da nossa defesa em 9 de Abril de 1918”⁸⁷². As palavras de Ferreira Martins são completamente inverosímeis: primeiro, porque a última resistência da “nossa defesa”, se assim se pode chamar, verificou-se em Les Lobes, atrás do Lawe, e não em La Couture e, em segundo lugar, a jovem República não iria sobreviver mais do que oito anos, encontrando-se o núcleo duro

⁸⁷⁰ Martins 1934, vol. 2: 55.

⁸⁷¹ Arquivo do *Diário de Notícias*, 9 de Abril de 1936 e Arquivo particular da família de Magno.

⁸⁷² Idem.

da sua liquidação precisamente dentro do CEP, naqueles que sempre se opuseram à forma como Portugal forçou a participação no conflito. As inúmeras condecorações que obteve e os cargos que o antigo sub-chefe do estado-maior do CEP⁸⁷³ desempenhou no final da Guerra, durante a ditadura militar e o Estado Novo, permitem de certo modo entender a vontade do general em manter e fortalecer os mitos da bravura heróica do militar português, em especial os que se encontravam mais próximo da alta hierarquia militar⁸⁷⁴.

Também o presidente da secção de Estudos Militares da Sociedade de Geografia de Lisboa general José dos Santos Correia exaltou o heroísmo dos homens de La Couture, omitindo qualquer referência aos combatentes portugueses no Lawe, numa conferência proferida em 1953 naquela Sociedade sob o tema “9 de Abril e a Primeira Grande Guerra”. O conhecimento e a sua leitura foram objecto de uma reclamação do médico Dr. Júlio Gonçalves Magno: numa carta dirigida ao general Santos Correia, em 30 de Junho de 1954, Júlio Magno insurgia-se contra o silêncio total sobre os combates em Les Lobes, agravado pelas referências bibliográficas seguidas pelo autor da conferência: *A 2ª Divisão Portuguesa na Batalha de La Lys* (1924) de Vasco de Carvalho e *A Grande Batalha do CEP* (1931) de Gomes da Costa. Se os autores das referidas obras fizeram várias referências à acção de David Magno e aos seus homens no Lawe, o Dr. Júlio Magno não entendeu o silêncio do general em toda a conferência, manifestando-lhe a sua indignação.

A atitude destes oficiais da alta hierarquia militar leva-nos a concluir que terá havido uma intencionalidade consciente em exaltar a acção de determinados elementos do CEP, mesmo que não correspondesse à realidade, ignorando os feitos e os testemunhos de outros actores que os comprometessem, permitindo pelo silêncio a manipulação da realidade histórica.

Esta batalha na construção da memória iria travar-se também na imprensa portuguesa. Para além do polémico equívoco do *Diário de Notícias*, referente à tradução do artigo do *Télégramme*, não faltaram periódicos para exaltar e difundir os actos heróicos de bravura do soldado português e dos comandantes de infantaria 13. Em 16 de Maio 1918, o *Jornal de Notícias* anunciava as mortes por combate à baioneta de Bento Roma e Gustavo Pissarra.

O jornal *O Século* de 21 de Maio de 1918, com origem num oficial não identificado que se encontrava em França, noticiava que na defesa de La Couture “o batalhão de Infantaria 13, privado de comunicações, pelas 7h30, marchou a ocupar as posições de combate. E, pelas

⁸⁷³ Chefe do Estado-Maior do Campo Entrincheirado de Lisboa de 1919 a 1926, promovido a general por escolha em 1930, comandante da Escola Central de Oficiais de 1929 a 1933 e administrador geral do Exército de 1936 a 1940.

⁸⁷⁴ Referimo-nos, obviamente, que é o que nos interessa para este estudo, a Bento Roma, Gustavo Pissarra e Andrade Peres.

15h00, o comandante Pissarra tomou então o partido heróico de atacar à baioneta a massa enorme do inimigo. (...) O inimigo, surpreendido, recuou, mas as metralhadoras voltaram a disparar e puseram um termo ao combate”⁸⁷⁵.

No dia 30 de Setembro o jornal *A Manhã*, inflamado até ao grotesco, descrevia sobre a última resistência em La Couture:

O que lá estava eram os restos esfarrapados de um batalhão que nesse dia também se cobriu de glória porque tinha vindo da frente até aí, repelindo à arma branca, em cargas furiosas, o avanço do inimigo. Sem ligações, a infantaria de Vila Real só teve uma preocupação: carregar, repetidas vezes, à baioneta, sobre o inimigo, demorando-o até que viessem socorros. Assim foi em La Couture. A casa foi caindo aos bocados, e os defensores caindo pouco a pouco”⁸⁷⁶.

Nos anos seguintes à guerra o protagonismo de Bento Roma relegara para o esquecimento o coronel Gustavo Pissarra, seu antigo comandante. Por isso, em 1936 este oficial decidiu vir a público não apenas para alimentar o equívoco com o suposto desígnio de defender a sua honra e a dos defensores de La Couture, mas também lembrar a sua presença, tão propositadamente desprezada, como sendo a de um dos principais actores no teatro da batalha. Para esse efeito, enviou uma carta ao seu conterrâneo Dr. Vasco Borges redactor do *Diário de Notícias*, a propósito da comemoração do 18º aniversário do 9 de Abril. Vasco Borges, que se recordava ainda de ter visto na cidade da Guarda o capitão Gustavo Pissarra partir para França “o oficial filho de gente humilde e sem fortuna” comandando uma companhia do BI 12, satisfez o pedido, dando publicidade à sua carta no dia solicitado. O conteúdo é um inventário de elogios à sua acção como comandante do 13 em 9 de Abril e aos seus homens, que cumpriram rigorosamente todas as suas ordens “à excepção de um capitão que não foi para o seu posto”⁸⁷⁷. A “excepção de um capitão” era, obviamente, uma referência a David Magno, esquecendo-se Gustavo Pissarra de que a sentença do Conselho de Guerra ilibara aquele oficial de todas as acusações.

Para o antigo comandante do 13 era importante reavivar a memória do fantasiado heroísmo de La Couture. Contudo, algo parece ser muito diferente comparado com o que escreveu no seu relatório: no texto enviado à imprensa não existe uma única menção ao seu camarada Bento Roma. Pissarra tinha urgência em recordar e apregoar aos construtores da memória colectiva os seus pergaminhos como comandante de “oficiais, sargentos e soldados que

⁸⁷⁵ Biblioteca Nacional, *O Século*, 21 de Maio de 1918.

⁸⁷⁶ PT/AHM/FP/55/891/21.

⁸⁷⁷ Arquivo do *Diário de Notícias*, 9 de Abril de 1936.

pareciam leões indomáveis, ora abrigados pelas massas cobridoras (sic) das trincheiras ora a peito descoberto”⁸⁷⁸.

Nenhum dos heróis da conjecturada “última resistência portuguesa” admitia ser degredado e esquecido nas prateleiras dos arquivos.

Em 28 de Abril do mesmo ano a carta de Gustavo Pissarra foi igualmente objecto de um protesto no mesmo jornal, pelo médico Júlio Gonçalves Magno, em virtude do seu pai David Magno se encontrar incapacitado “para ler e escrever devido a um esgotamento cerebral antecedido de uma hemiplegia facial que os seus escritos militares e outros originaram”⁸⁷⁹. Invocando o direito de resposta e o critério de justiça, o seu autor fez notar a Gustavo Pissarra que “Pior que a mentira... é a meia verdade”⁸⁸⁰. Refutando as afirmações do ex-comandante do 13, tal como acontecera com o general Santos Correia, remeteu as justificações para a sentença do Conselho de Guerra e também para as obras incontestadas de Vasco de Carvalho, *A 2ª Divisão Portuguesa na Batalha de La Lys* e de Gomes da Costa, *A Grande Batalha do CEP*, citando os factos ocorridos em Les Lobes.

Em 9 de Abril de 1969, foi a vez do Dr. Agostinho Sá Vieira, alferes da 1ª companhia do BI 13 em 9 de Abril, aplaudir Bento Roma num extenso artigo de primeira página no jornal *República*. Depois de discordar de algumas afirmações insignificantes escritas por David Magno no *Livro da Guerra* sobre o seu ferimento no 9 de Abril, Sá Vieira terminava com uma saudação aos sobreviventes da batalha, “sem de modo algum olvidar a grandíssima memória do meu grande comandante, coronel Bento Roma que, sob a fúria da metralha, que não chegou para perturbar-lhe a rígida serenidade, a espartana coragem, o desprezo absoluto pela morte, organizou a defesa do Reduto de La Couture, contribuindo para que este baluarte resistisse às investidas do inimigo, até ao dia 10 de Abril de 1918”⁸⁸¹. Vale a pena registar somente a desconsideração deste subalterno pelo seu verdadeiro comandante, major Gustavo Pissarra, substituindo-o pelo capitão Bento Roma, 2º comandante interino.

A alteração do paradigma na observação e descrição dos factos não deixa de ser relevante para o objecto deste estudo. Na narrativa de alguma alta hierarquia militar e semioficial, a última resistência portuguesa terá acontecido com grande heroísmo em La Couture, protagonizada por Bento Roma e Gustavo Pissarra: tudo terá corrido da melhor forma, com excepção do capitão David Magno que, sendo o pior do batalhão assim como a sua companhia,

⁸⁷⁸ Arquivo do *Diário de Notícias*, 9 de Abril de 1936.

⁸⁷⁹ Arquivo do *Diário de Notícias*, 28 de Abril de 1936).

⁸⁸⁰ Arquivo do *Diário de Notícias*, 28 de Abril de 1936.

⁸⁸¹ Arquivo particular da família de David Magno, *República*, 9 de Abril de 1969.

fora também desobediente e covarde perante o inimigo. Porém, uma outra narrativa permite interpretações e conclusões bem diferentes.

Certa imprensa portuguesa, pressionada pela evidência de alguns factos, vira-se coagida a trazer a público determinadas referências aos homens de Les Lobes e ao seu comandante David Magno.

Uma das primeiras citações feitas na imprensa sobre David Magno e Les Lobes encontra-se na revista *Arquivo Nacional* de 8 de Abril de 1932. O seu director Rocha Martins evocou a batalha do 9 de Abril num artigo de três páginas, ladeado de dezasseis fotografias de oficiais que estiveram em La Lys, encimadas pela do capitão David Magno. Uma dessas páginas foi dedicada à acção daquele oficial e aos soldados que o acompanharam no Lawe, enaltecendo as suas qualidades junto dos escoceses e referindo o louvor que o comandante britânico lhe dirigiu. Sobre La Couture, os elogios foram para o capitão Andrade Peres ignorando em absoluto Bento Roma ou Gustavo Pissarra⁸⁸².

No dia 9 de Abril de 1951, o jornalista Ferreira Crista publicou na primeira página do *Diário de Coimbra* um extenso artigo bem fundamentado com o título “Uma figura do 9 de Abril, Major David Magno”. Citando João Chagas, Vasco Vieira de Carvalho, Gomes da Costa, Rocha Martins e Jesus Pabon⁸⁸³, pretendeu realçar perante o público o valor de um oficial da região da Beira Douro que, junto dos aliados, “soube ter a força moral de ficar na linha de batalha, quando já nada o obrigava a esse sacrifício”⁸⁸⁴.

Em Junho de 1955, o *Jornal de Notícias* num pequeno artigo de página interior sob o título “Uma insígnia de um regimento escocês para o comandante dos soldados portugueses que combateram na batalha do Lys” noticiava a entrega do “Sporram” a David Magno pelo tenente-coronel Frazer, adido militar junto da embaixada britânica, em Lisboa. O jornalista registou que se tratava de “uma honrosa distinção, a comprovar a recordação de bravura que os soldados portugueses deixaram no espírito dos seus irmãos de armas”⁸⁸⁵. Não se refugiando na meia verdade, o autor referia que as praças e graduados do regimento do Seaforth Highlanders e antigos membros do batalhão 6 da Escócia enviaram a mais alta insígnia do regimento ao Sr. major David Magno “que comandou ao lado dos escoceses os soldados do BI 13 de Vila Real e do 15 de Tomar na primeira linha de fogo, durante os terríveis combates

⁸⁸² *ABC*, Ano 1, nº 13, 8 de Abril de 1932, pp. 8, 9 e 10.

⁸⁸³ Catedrático de História Moderna da Universidade de Madrid. Na sua obra *La Revolucion Portuguesa*, o autor distingue apenas os trabalhos de Vasco de Carvalho, Gomes da Costa e David Magno.

⁸⁸⁴ *Diário de Coimbra*, 9 de Abril de 1951.

⁸⁸⁵ *Jornal de Notícias*, 8 de Abril de 1955, p. 3.

nos dias 9, 10 e 11 de Abril, desde o canal do Lawe até Les Lobes (proximidades de La Couture), *derradeira resistência dos portugueses na Batalha de La Lys*⁸⁸⁶.

A mesma notícia foi publicada no dia 9 de Abril de 1955 no *Comércio do Porto*, com o título “Nove de Abril, Um oficial português herói da batalha de La Lys”⁸⁸⁷. O articulista referia-se igualmente à entrega a David Magno do antigo Sporam do regimento do Seaforth Highlanders e de uma mensagem de saudação dos antigos membros do batalhão nº 6, “exprimindo os sentimentos de fraterna amizade e o preito de admiração dos antigos combatentes escoceses pelo oficial português (...) prova do alto apreço em que os seus antigos camaradas escoceses têm as suas qualidades de militar conquistadas pela sua acção na memorável batalha”⁸⁸⁸.

Em 27 de Novembro de 1967, o *Diário do Norte* publicava um amplo texto, assinado por Abel Ribeiro, sobre o mesmo episódio. As suas primeiras palavras referem-se a uma segunda leitura da obra *Les Lobes*, de David Magno. O jornalista remetia os seus leitores para a “última resistência portuguesa na batalha de La Lys: em Les Lobes”.

Mas a batalha da memória iria prolongar-se através da narrativa historiográfica, mesmo a mais actual. Henrique Cruz, na sua tese de Mestrado sobre a construção do mito de La Lys (2014), defende que a mitificação da batalha terá começado precisamente com a notícia do *Télégramme*, difundida pelo *Diário de Notícias* em 12 de Abril de 1918 “a resistência heróica até à última bala, até ao último homem”⁸⁸⁹ nos hipotéticos combates à baioneta.

Na perspectiva do nosso estudo, toda a acção mitificadora partira de uma decisão errada e de uma situação forjada, mas que servia os objectivos dos partidários da intervenção e dissimulava a acção pouco abonatória de alguns oficiais. Era necessário convencer o público de que não teria sido possível fazer melhor: a enorme desproporção de homens e meios, a rapidez e a surpresa do inimigo não permitiram qualquer tipo de resistência aos soldados portugueses, nem mesmo aos ingleses. Apesar disso, para aqueles heróis a batalha teria sido considerada como um valor estratégico na resistência ao avanço do inimigo e os mortos, feridos e os prisioneiros foram o preço da liberdade, direito, justiça e da civilização.

A derrota da batalha tornara-se rapidamente numa vitória. Para as elites lá estava Bento Roma com direito a nome de Rua em La Couture, Lisboa, Vila Real, Chaves e Ericeira e uma referência marcante na historiografia nacional.

⁸⁸⁶ Idem. O itálico é do autor deste trabalho.

⁸⁸⁷ *Comércio do Porto*, 9 de Abril de 1955.

⁸⁸⁸ *Comércio do Porto*, Sábado, 9, de Abril de 1955.

⁸⁸⁹ Cruz, 2014: 60.

Ao povo fora-lhe oferecido o herói-soldado o “milhões, transmontano rude, simples e analfabeto, como a maioria da população.

Tal como em Aljubarrota onde o exército inimigo fugira “desconjuntado e errante, chacinado até por padeiras”, como lembra o historiador José Matoso (1993)⁸⁹⁰, também em La Lys um simples camponês, arrancado à sua terra natal e a quem entregaram uma farda e uma arma, tornara-se para muitos o verdadeiro símbolo nacional da coragem, valentia e bravura, enfim, da heroicidade do soldado português.

Uma padeira ajudara a vencer o inimigo e a salvar Portugal naquele dia 14 de Agosto de 1385. Os problemas económicos e sociais não deixaram de se agravar e as tradicionais queixas do povo contra os privilegiados não diminuíram. Os impostos extraordinários não só não terminaram como se tornaram crónicos. Porém, a mitificação do rei de “Boa Memória” e da “Padeira de Aljubarrota” alimentaram a propaganda patriótico-política da dinastia. E para a verdadeira interpretação dos factos, o rei não se esqueceu de deixar para memória futura a sua obra: o mosteiro da Batalha. Quanto à padeira, os movimentos populares não permitiram que caísse no esquecimento: foram construídas dezenas de estátuas em várias praças públicas, feitas pinturas em azulejaria, desenhos diversos, escreveram-se romances e nos livros escolares exaltou-se a mulher portuguesa. O rei D. João I e o grande estratega da batalha, Nuno Álvares Pereira, passaram a segundo plano perante a construção da lenda, do mito de uma padeira. Para as elites era indiferente que fosse falso ou verdadeiro: o objectivo era que o povo nele acreditasse; necessitava de um herói, de um ídolo popular.

Em 9 de Abril em La Lys todo o heroísmo do soldado português parece ter recaído apenas sobre o soldado Aníbal Augusto Milhais, que voluntariamente realizara a defesa do seu pelotão atacando com grande vigor o avanço do inimigo, não abandonando o seu posto senão quando portugueses e escoceses já tinham retirado, protegendo a retirada de todos indiferente à artilharia e às metralhadoras inimigas. É desta natureza que consta o seu louvor proposto pelo major Ferreira do Amaral comandante do 15 de Tomar.

Ferreira do Amaral, tal como muitos oficiais a quem foram distribuídas louvores de vária ordem sem nunca terem disparado um tiro frente ao inimigo ou nunca o terem visto, recusava-se a ser marginalizado nos acontecimentos de 9 de Abril. Por isso necessitava de um álibi, de um motivo qualquer que o ligasse à batalha, uma vez que se encontrava no gozo de licença naqueles dias. O seu batalhão 15 era comandado pelo major Andrade Peres, o verdadeiro herói de La Couture, aprisionado pelos alemães ao meio dia de 10 de Abril com todos os que lá se

⁸⁹⁰ Matoso 1993, Vol. 2: 497,

encontravam. Acerca do que se passara nos dias 9, 10 e 11 de Abril em La Lys, Ferreira do Amaral apenas soube pelo que lhe contaram ou do que ouvira dizer. A história do soldado Milhais terá chegado ao seu conhecimento através do tenente Fontes, comandante do 1º e 3º pelotões da 4ª companhia em 9 de Abril. Em 1 de Junho, quando Ferreira do Amaral regressou ao comando do que restava do BI 15 terá ficado surpreendido com as histórias espantosas que ouvira contar sobre os feitos do soldado Aníbal Augusto Milhais. Ordenando que se apresentasse, ter-lhe-á dito que era Aníbal Milhais mas que “valia milhões”. A partir de então ficaria a chamar-lhe Aníbal “Milhões”. Importa relevar que a única fonte de prova do que se passara nos quatro ou cinco dias em que Milhais andou perdido nos campos da Flandres e, particularmente, em Huit Maisons, é a do próprio. Não existe qualquer referência dos seus camaradas que possam comprovar a narrativa feita pelo referido soldado. Mesmo fazendo fé nas suas palavras, será de todo estranho que, considerando-se o principal baluarte para sustentar os alemães na cobertura na retirada dos portugueses e escoceses, não exista da parte dos seus comandantes, de militares portugueses ou estrangeiros qualquer informação que possa dar credibilidade às suas palavras.

Não se pretende, de modo algum, minimizar ou muito menos denegrir a bravura e coragem do soldado Aníbal Milhais numa situação em que foi chamado a desempenhar uma missão ao serviço da pátria e que por sorte ou habilidade terá escapado aos alemães. Nem tão pouco considerar menos importante a sua proveniência ou grau de cultura para a prática de actos de heroísmo patriótico. Estes avaliam-se pela coragem, empenho e dedicação às causas da nação. Importa unicamente apresentar um contributo que permita um melhor esclarecimento sobre a realidade dos factos e a forma de construção da lenda.

No princípio de Julho de 1918 começaram a ser publicados na Ordem do Corpo de Exército os Louvores e as Cruzes de Guerra atribuídos aos militares que, segundo os relatórios apresentados a uma comissão nomeada para o efeito, se tinham distinguido no combate nos dias 9, 10 e 11 de Abril. Do BI 15 eram atribuídas as Cruzes de Guerra a três oficiais e dois sargentos. Tamagnini, rigoroso na atribuição de condecorações, deixara de fora o soldado Aníbal Milhais. Porém Ferreira do Amaral não perdoara a omissão e, corrigindo as listas após a exoneração do comandante do CEP, publicou em 15 de Julho na sua Ordem nº 186 o seguinte louvor:

Soldado Aníbal Augusto Milhões, louvado porque sendo nº 1 da guarnição de metralhadoras revelou na batalha de 9 de Abril “sur La Lys” extraordinária bravura e coragem, efectuando o exemplo vivo da valentia, e realizando voluntariamente a defesa do seu pelotão em Huit Maisons, atacando com grande vigor o avanço inimigo, não abandonando o seu posto senão quando portugueses e escoceses

já tinham retirado, salvando alguns destes de caírem nas mãos do inimigo. Pois protegeu a retirada de todos, manejando sua metralhadora, com Valor, Lealdade e Mérito, indiferente à artilharia e metralhadoras inimigas⁸⁹¹.

Estava dado o passo para exigir ao general Garcia Rosado novo comandante do CEP a atribuição da Torre e Espada ao soldado de Murça. Ferreira do Amaral justificava que o motivo da exclusão de um louvor ao soldado Milhais teria sido porque “as propostas de recompensas para o BI 15 foram feitas por um oficial que nunca fez serviço no batalhão e não teve a honra de comandar os soldados que, de 9 a 11 de Abril, se bateram na frente portuguesa sem a abandonar⁸⁹². A justificação apresentada por Ferreira do Amaral parece ser inadequada, uma vez que também ele não esteve presente em La Lys, nem comandou quaisquer tropas nos dias da batalha.

Em 18 de Julho, na sequência do referido louvor, o comandante do 15 enviou uma carta ao general Garcia Rosado pressionando-o a atribuir ao soldado Milhais a Ordem de Torre e Espada, Lealdade e Mérito⁸⁹³. Para o governo de Lisboa, presidido por Sidónio Pais, uma proposta de concessão da mais alta condecoração a um soldado no terreno da guerra poderia, de certa forma, contribuir para apaziguar os ânimos dos seus opositores, exaltando a coragem e a bravura do combatente soldado português, particularmente em terra estrangeira. Apesar de a iniciativa ter partido de um oficial que se terá oferecido para ir para a Flandres, a sua posição quanto à entrada de Portugal no conflito foi claramente antiguerrista, tal como a dos que se encontravam então no poder. Por isso, não terá sido surpresa que a decisão durasse pouco mais de um mês. Em 31 de Agosto, na Ordem do Exército nº 16 era publicada a esperada condecoração:

Hei por bem decretar, sob proposta do Secretário de Estado da Guerra, que seja condecorado com a 4ª Classe da Ordem de Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito, o soldado nº 665 da 4ª companhia do regimento de infantaria nº 15, Aníbal Augusto Milhões, por se encontrar ao abrigo da alínea a) do artigo 3º do decreto nº 3386 de Setembro de 1917.

O Secretário de Estado da Guerra o faça publicar. Paços do Governo da República, 31 de Agosto de 1918

Sidónio Pais – Amílcar de Castro Abreu e Mota⁸⁹⁴.

⁸⁹¹ PT/AHM/FP/55/3/893/31, Fundo Particular de David Magno.

⁸⁹² Galope, 2015: 153.

⁸⁹³ AHM/1/35/1398/8.

⁸⁹⁴ Biblioteca do Exército, Ordem do Exército nº 16, 2ª Série, 31 de Agosto de 1918, p. 934.

O louvor de Ferreira do Amaral e a condecoração com a Ordem da Torre e Espada viriam a transformar o soldado Milhais “num símbolo dos soldados vivos e mortos, feridos ou ilesos, dos lembrados e dos esquecidos, os transmontanos, os ribatejanos a alma da raça”⁸⁹⁵.

Teria, contudo, sido relegado também para esquecimento como acontecera com tantos outros, se a imprensa lisboeta não vislumbra-se no episódio “Milhões” um filão jornalístico capaz de arrebatrar os seus leitores e a população durante semanas. E entre a verdade e a lenda, a imprensa optara pela lenda.

O contexto de crise económica, financeira, social e política, agravado por uma espiral inflacionista, tornou-se propício ao surgimento de mitos de heróis, capazes de aglutinar as massas em torno de um regime débil, em constante guerra civil larvar. Aos vivos e aos mortos da guerra não bastavam louvores, condecorações, cruces de guerra para oficiais, a criação de ligas ou associações de combatentes ou os memoriais aos conhecidos e desconhecidos. A decisão de ir para a guerra dividira os militares e uma guerra civil intermitente não apresentava sinais de diminuir ou desaparecer. Era urgente para os republicanos, partidários da intervenção novamente no poder, recuperar a coragem, a audácia, a bravura, a raça do soldado português perante o inimigo, concretizadas numa figura real e identificada com o homem do povo, a que aderissem as várias camadas da população. Coube ao *Diário de Lisboa* descobrir essa personagem e elevá-la à categoria mítica de herói da Grande Guerra, aclamada pelo povo e usada pelos sucessivos poderes, como propaganda política e de exaltação da “raça”. O jornalista Francisco Galope (2014) caracteriza bem a oportunidade do diário lisboeta: “Foi, e será sempre enquanto houver jornalismo, um excelente furo”⁸⁹⁶. Em 1924, seis anos após a Batalha de La Lys, o governo democrático presidido por Álvaro de Castro, juntamente com outros ministros militares que tinham feito parte do CEP, nomeadamente Américo Olavo ministro da Guerra, preparavam grandes festejos para as comemorações do aniversário do 9 de Abril, transformando esse dia numa campanha de unidade nacional. O governo decretara tolerância de ponto nas repartições públicas e facilidades na aquisição de bilhetes nos transportes ferroviários, com a pretensão de mobilizar a sociedade civil. Os actos comemorativos iriam realizar-se na Batalha, onde foram sepultados os dois soldados desconhecidos da Flandres e de África sob o monumento erigido em sua honra e memória. Para a cerimónia estava prevista apenas a presença da elite militar republicana no poder e, de

⁸⁹⁵ PT/AHM/FP/55/3/893/31, Fundo Particular de David Magno.

⁸⁹⁶ Galope, 2014: 12.

modo especial, os oficiais guerristas que tinham combatido ou marcado presença na Flandres, entre os quais Álvaro de Casto, Américo Olavo, Hélder Ribeiro e Sá Cardoso, ministros.

Da parte dos soldados, além duma representação do regimento de Leiria, para fazer a guarda de honra, ninguém fora convidado a participar nas solenidades. Porém, o *Diário de Lisboa* iria provocar uma alteração profunda no rito das cerimónias e na vida do soldado Milhais, atirando para os arquivos todos os outros que também lutaram, sofreram, ou morreram nas trincheiras alagadas da Flandres. A profecia de Ferreira do Amaral ia tornar-se realidade: Aníbal Milhais, perdido durante três ou quatro dias e que por sorte não fora apanhado pelo inimigo, caíra nas graças do diário lisboeta e passava a valer por todos os milhares de portugueses, por todos os milhões de militares que combateram todo o tempo e em todas as frentes.

Nos primeiros dias de Abril de 1924 o referido periódico, aproveitando-se dos grandes festejos que iriam ser realizados, fez vir à capital Aníbal Augusto “Milhões”, nascido na freguesia de Valongo, concelho de Murça, homem do povo simples, pobre e analfabeto, figura caracterizante dos milhares de soldados provincianos portugueses atirados para os campos da Flandres. No dia 3 de Abril o *Diário de Lisboa*, com grande surpresa da hierarquia militar, iniciava a glorificação do herói conferindo-lhe o lugar entre os maiores da história do País, comparando-o a celebridades lendárias estrangeiras: “O soldado Milhões é das figuras mais gloriosas do Exército português (...) O seu nome coberto de glória durante semanas ressoou como um herói da Távola”⁸⁹⁷. De seguida era censurado o ministro da Guerra por não ter incluído nos festejos alguns dos humildes e anónimos soldados que constituíram a grande massa da acção das tropas portuguesas no teatro do conflito e que tornaram possível a honra portuguesa. Justificando que o soldado Milhões praticara actos de grande bravura, expondo a vida sozinho e mantendo bem alto o nome glorioso dos portugueses antigos perante os ingleses atónitos, o periódico insurgia-se contra o facto de que nas comemorações, ao lado dos oficiais combatentes, não figurassem alguns dos pequenos, insignificantes, e eternos anónimos que tornaram possível a honra portuguesa⁸⁹⁸.

No dia seguinte o jornal insistia na mesma ideia de que o enaltecimento do dia 9 de Abril deveria dirigir-se a todos os “soldadinhos humildes”, aqueles que fizeram a guerra e voltaram cobertos de glória uma vez que os generais, majores, capitães e todas as grandes figuras da guerra já tinham tido a consagração, a recompensa e a sua hora de justiça. Nesse sentido, era

⁸⁹⁷ Fundação Mário Soares, *Diário de Lisboa*, 3 de Abril de 1924.

⁸⁹⁸ Fundação Mário Soares, *Diário de Lisboa*, 3 de Abril de 1924.

anunciada a presença do soldado Milhões na capital a convite do próprio diário, solicitando publicamente ao ministro da Guerra autorização para que fosse incluído nas cerimónias que iriam decorrer na Batalha, no dia 9. Os elogios ao “herói da Flandres” não foram poupados em títulos de primeira página, comparando-o aos “homens da Távola Redonda que cobrindo sozinho a retirada das tropas portuguesas, andando durante quatro dias por estradas e barrancos, combatendo, destroçando, aterrorizando o inimigo, alimentando-se de amêndoas doces”⁸⁹⁹. E os alemães perguntavam estupefactos: “Ainda há portugueses? E aonde?”⁹⁰⁰. Nesse mesmo dia o jornal felicitava já o ministro da Guerra, a Liga dos Combatentes e todo o governo por terem cedido à sua solicitação, convidando Augusto Milhais para ocupar o lugar à esquerda de Américo Olavo, nas cerimónias do dia 9, na Sala do Capítulo do Mosteiro da Batalha. À direita do ministro iria estar o general Simas Machado comandante da 5ª divisão. A montagem estava preparada para a exaltação nacional de um herói, mesmo que a realidade fosse diferente. Superado o primeiro obstáculo e comparando-o mais uma vez aos cavaleiros do rei Artur, o *Diário de Lisboa* continuava a preencher as suas páginas com os supostos feitos que o soldado de Valongo lhe ia relatando, divulgando deste modo a sua figura nos locais mais emblemáticos da capital, não esquecendo as massas que frequentavam os campos de futebol. Perante a euforia que se disseminava na população, toda da imprensa se deixava igualmente contagiar pela figura do suposto herói da Flandres. O caminho para a construção da lenda estava encontrado.

No dia 5 de Abril Milhões era apresentado pelo mesmo jornal com honras de primeira página como o “herói da Grande Guerra”, descrevendo como tinha sido condecorado na presença de quinze mil homens. O cronista não deixou de criticar “as nulidades a julgar que iludem a gente com o amaneirado dos seus feitos, os cobardes que apregoavam façanhas, tantos inúteis a fingir que os fadou o destino para super-homens que apetece agarrar o símbolo acabado de bravura e apontá-lo aos homens que se revejam neste espelho de simplicidade”⁹⁰¹.

A campanha publicitária do “herói de La Lys” continuou no dia 7 de Abril, festa de aniversário do director do *Diário de Lisboa* de Joaquim Manso. O ministro da Guerra já anteriormente se tinha associado a todas as homenagens que o referido jornal viesse a prestar ao soldado Milhões. Porém nesse dia Joaquim Manso receberia directamente do ministro um presente especial: congratulava-se pela lembrança que o jornal tivera em trazer a Lisboa

⁸⁹⁹ Fundação Mário Soares, *Diário de Lisboa*, 3 de Abril de 1924.

⁹⁰⁰ PT/AHM/FP/55/3/893/31, Fundo Particular de David Magno e Fundação Mário Soares, *Diário de Lisboa*, 4 de Abril de 1924.

⁹⁰¹ Fundação Mário Soares, *Diário de Lisboa*, 5 e Abril de 1924.

Aníbal Milhais e de o integrar nos festejos, prontificando-se para ajudar no que fosse necessário⁹⁰².

No dia 8 de Abril o director do mencionado jornal, preocupado com os rumores pouco abonatórios e muito cépticos que corriam nos cafés da capital e em alguma imprensa acerca dos polémicos e extraordinários feitos praticados pelo soldado Milhões durante a batalha de La Lys, publicou um comentário que tinha solicitado ao major Ferreira do Amaral no sentido de atenuar os maliciosos “mexericos” sobre o assunto. O oficial saiu de imediato em defesa do seu ex-subordinado, não poupando as críticas aos detractores e não admitindo que houvesse alguém em Portugal que pensasse que o Milhões não tivesse sido um herói no dia 9 de Abril. Citam-se as palavras de Ferreira do Amaral:

Há porventura nesta terra quem pense que o Milhões não foi alguém no dia 9 de Abril? Então nesse dia, e à hora em que o Milhões se batia na estrada de La Bassé, quem é que em terras de Portugal era vulto mais agigantado do que esse pobre cavador de Murça? Dizem-me que há quem rumoreje que como ele houve mais alguns. É uma consagração do que se sabe, em prejuízo do que não se sabe. O Milhões como meu subordinado, nunca me pediu nada. O que para ele propus e lhe foi concedido, nada mais constitui do que o reconhecimento de todo o seu valor de soldado. Na minha carreira militar não tenho, juro-o, uma hora como a dele, na estrada de La Bassé no dia 9 de Abril de 1918⁹⁰³.

Nesse mesmo dia o deputado do Partido Democrático Vasco Borges, dando cobertura à iniciativa do *Diário de Lisboa*, apresentou na Câmara dos Deputados uma proposta de lei, que foi aprovada, pela qual o nome de Valongo passaria para Valongo de Milhais. Alguns deputados ainda pretenderam, sem efeito, que em vez de Milhais fosse Milhões.

No dia 9 de Abril o mesmo periódico publicava uma fotografia do seu herói e descrevia o cortejo de Leiria até à Batalha, enaltecendo a “raça imortal”, incumbido a dois dos seus jornalistas a missão de conduzirem Milhões até ao local dos festejos. Durante o percurso anunciado por batedores, passando por Tores Vedras, Bombarral, Caldas da Rainha, Alcobaça e Aljubarrota aguardaram-no “entusiásticas manifestações de simpatia e admiração”⁹⁰⁴.

No dia seguinte uma fotografia na primeira página ilustrava a atitude do soldado Milhões a depor duas coroas de flores no túmulo dos soldados desconhecidos. Uma outra, tirada à direita do ministro da Guerra durante as solenidades, realçava a importância que tinha sido atribuída ao soldado de Murça. A elite militar que presidia à cerimónia na Sala do Capítulo deixou-se

⁹⁰² Fundação Mário Soares, *Diário de Lisboa*, 5 e Abril de 1924.

⁹⁰³ Fundação Mário Soares, *Diário de Lisboa*, 8 de Abril de 1924.

⁹⁰⁴ Fundação Mário Soares, *Diário de Lisboa*, 10 de Abril de 1924.

arrebatado pela onda de propaganda do diário lisboeta e pelo comentário crítico mas empolgante de Ferreira do Amaral, publicado no dia anterior.

Era óbvio que perante uma situação de grave crise económica, financeira, social e de uma manifesta fractura militar, à espera do golpe fatal no regime, se pretendesse aproveitar a onda da propaganda para reparar e enaltecer a honra e o prestígio perdidos em La Lys, mesmo que nada disso tivesse algo a ver com a realidade dos factos. Ninguém pretendia ficar de fora e não podia desperdiçar-se a oportunidade. Um extrato do discurso de Simas Machado, aliás o primeiro a tomar a palavra na cerimónia, é revelador do arrebatamento que possuiu a mente de alguns militares. Após a evocação das figuras sepultadas no mosteiro ao lado dos heróis da Grande Guerra, o antigo comandante do CEP ao terminar o seu discurso dirigiu-se directamente ao soldado de Valongo:

E agora deixem-me saudar esse humilde soldado, que tão grande soube ser na batalha formidável de La Lys. Esse glorioso combatente, que é a expressão máxima das qualidades do exército português, o símbolo perfeito da grandeza heróica da raça em todos os tempos e que ostenta ao peito as insígnias da Torre e Espada e da Cruz de Guerra de 1ª Classe representa pela beleza do seu heroísmo todo o valor do exército português”⁹⁰⁵

Também para o general Simas Machado nascera um novo herói da pátria. O exército português passava desde então a ter como expressão máxima das qualidades e como símbolo perfeito da grandeza heróica da raça um soldado do qual pouco ou nada se sabia. Do seu heroísmo perante o inimigo só o próprio poderia testemunhar.

Terminados os festejos, Milhais foi levado novamente para Lisboa. O mesmo diário não se limitou a apresentar o seu herói nas manifestações de rua, às massas de futebol ou a brindá-lo com cerimónias de honras militares. Era necessário e inseri-lo também no meio das elites culturais e artísticas. Nesse sentido, no dia 10 foi levado ao Teatro da Trindade para assistir à récita da opereta *O João Ratão*, da autoria de Ernesto Rodrigues, João Bastos e Félix Bermudes, representada pela companhia Satanela-Amarante, em homenagem aos combatentes da Guerra. Aníbal Augusto Milhais assistiu à exibição da peça ao lado do major Ferreira do Amaral. Coube a André Brun abrir o espectáculo com um discurso emocionante, fazendo o elogio heróico do soldado transmuntano, entusiasticamente aplaudido pela assistência. No intervalo, e acompanhado de alguns oficiais, foi levado a cumprimentar o Presidente da República que o recebeu no camarote real, tendo o Chefe do Estado oferecido ao “soldadinho humilde de Infantaria 15 um precioso anel antigo de platina e ouro com um

⁹⁰⁵ Fundação Mário Soares, *Diário de Lisboa*, 10 de Abril de 1924.

lindo camafeu azul-escuro, explicando-lhe a história simbólica do maravilhoso amuleto”⁹⁰⁶. No momento em que o Presidente da República assomou à boca do camarote, tendo ao seu lado o combatente de La Lys, “a sala vibrou com indiscutível entusiasmo, com vivas à Pátria, aos heróis, ao soldado Milhões e ao Chefe do Estado”⁹⁰⁷. Lisboa rendera-se ao soldado de Valongo, agora Valongo de Milhais. O mito expandia-se.

No dia seguinte o jornalista, entusiasmado pelos acontecimentos, interpretava as homenagens ao combatente Milhões muito para além de serem consideradas pessoais. Eram bem mais do que isso: constituíam uma consagração, uma apoteose ao soldado português. Poderia mesmo dizer-se que eram uma reabilitação. E como se tivesse combatido ao seu lado, o cronista afirmava perentoriamente que o “esforço do Milhões foi tal e tamanho que até os insucessos parciais devidos à inferioridade da minoria tiveram aspectos gloriosos e altamente honrosos mesmo sob o ponto vista rigorosamente militar”⁹⁰⁸. E concluía de forma determinante que se alguém pensasse ou supusesse que o soldado português nem sempre se batera tão bem, o erro, se o havia, estava desfeito⁹⁰⁹. A lenda tornava-se irreversível.

No dia 12 de Abril, de regresso a casa e sempre acompanhado pelos jornalistas do *Diário de Lisboa*, Milhais passou pelo Porto onde permaneceu dois dias. A recepção feita pelos habitantes da cidade nas ruas de Santo António, Santa Catarina e Praça da Batalha foi calorosa. Não faltou também aqui uma ida ao teatro Águia d'Ouro. A companhia Maria Matos Mendonça de Carvalho dedicou a peça *Em boa hora o diga*, de Gervásio Lobato em homenagem ao “herói de La Lys”. Uma parada militar com banda de música no campo do Bessa, jogos, provas de esgrima, concurso hípico e outras animações terminaram a sua passagem pela cidade invicta. Também em Vila Real, com as devidas proporções em relação a Lisboa e Porto, a estação do caminho-de-ferro foi pequena para a recepção a Milhais. Após uma sessão solene no quartel-general da 7ª divisão chefiada pelo general Alves Pedrosa, os jornalistas transportaram o seu herói até Murça, onde o aguardavam centenas de conterrâneos e todas as individualidades civis, militares e religiosas.

Estava criado e consolidado o mito do “soldado Milhões”, graças ao major Ferreira do Amaral e ao *Diário de Lisboa*. A campanha publicitária atingira todo o país e em pouco mais

⁹⁰⁶ Fundação Mário Soares, *Diário de Lisboa*, 11 de Abril de 2015.

⁹⁰⁷ Fundação Mário Soares, *Diário de Lisboa*, 11/047 1924).

⁹⁰⁸ Fundação Mário Soares, *Diário de Lisboa*, 11 de Abril de 1924.

⁹⁰⁹ Fundação Mário Soares, *Diário de Lisboa*, 11 de Abril de 1924. Não deixam de ser curiosos alguns presentes com que entidades privadas quiseram distinguir o soldado Milhões: Cita-se a oferta de “dois excelentes pares de botas que fez o sr. Virgílio Lopes, em nome da firma Lopes & Gomes Lda, da rua de S. Paulo, 105.

de uma semana passara-se da ficção ao mito. Daí em diante qualquer referência a Portugal na Grande Guerra teria de passar forçosamente pelo nome de “Milhões”. Não faltaram bustos, exposições, bandas desenhadas, entrevistas em jornais, revistas, rádios e mesmo em televisões.

A lenda do soldado Milhões encontra-se envolta numa série de meias verdades e contradições que permitiram ao longo de décadas uma narrativa simplista e errada dos factos de que o major Ferreira do Amaral e o *Diário de Lisboa* se tornaram verdadeiros patronos. A este jornal se deve a mitificação heróica do soldado de Murça, tendo como base fundamental o texto fantasiado publicado na edição do dia 24 de Abril de 1924, ao qual não faltaram exageros e meias verdades. Referindo-se ao texto, David Magno lamentava “a inconsciência e falta de escrúpulo com que se escreve que a metralhadora do Milhões foi a única que se salvou do 9 de Abril.”⁹¹⁰. Muitas outras se salvaram incluindo a do 1º cabo metralhador Manuel António de Matos que ao seu lado combatera até ao dia 11 em Les Lobes. Porém, a redacção do jornal sabia que o efeito emocional sobre os leitores seria muito maior se omitisse qualquer outro facto que lhe retirasse o protagonismo desejado. Para o *Diário de Lisboa*, o 9 de Abril haveria de reduzir-se à metralhadora (a *Luísa*) do soldado Milhões. As narrativas posteriores haveriam de resumir todos os homens de La Lys mortos, desaparecidos e feridos na frente e na rectaguarda, prisioneiros, combatentes, cobardes ou desertores ao soldado transmontano de Valongo de Murça.

David Magno ao recolher elementos para o seu *Livro da Guerra* (1920) terá ouvido alguém perguntar ao major Andrade Peres comandante do BI 15 em 9 e 10 de Abril, o que sabia acerca da história do Milhões. Peres terá respondido que dele nada sabia e que eram coisas lá do major Ferreira do Amaral⁹¹¹. O tenente Fontes terá dado uma resposta semelhante: “o Milhões fazia parte dos meus pelotões em Huit Maisons, mas eu não sei como o major Ferreira do Amaral arranjou essas coisas...”⁹¹².

O próprio conteúdo do louvor foi redigido em termos tão vagos e abstratos que poderia ser extensivo a qualquer outro militar. Nem poderia ser de outra forma, já que Ferreira do Amaral apenas teve conhecimento pelo que ouvira dizer e nem tudo correspondia à verdade. Nunca comandara o soldado Milhais durante os dias da batalha, como pretendeu fazer crer. A 3ª brigada de infantaria à qual pertencia o 15 comandado pelo major Andrade Peres encontrava-se de reserva nas vésperas de 9 de Abril. Quando se iniciou o bombardeamento na madrugada

⁹¹⁰ PT/AHM/FP/55/3/893/31, Fundo Particular de David Magno.

⁹¹¹ PT/AHM/FP/55/3/893/31, Fundo Particular de David Magno.

⁹¹² PT/AHM/FP/55/3/893/31, Fundo Particular de David Magno.

do dia 9, o comandante Peres recebeu ordem da sua brigada para avançar em direcção a La Couture em apoio da 3ª brigada de infantaria. Porém as companhias e os pelotões desorganizaram-se, como aconteceu com a generalidade dos batalhões de outras brigadas. Do 15, a maior parte dos militares dispersou e retirou para a retaguarda. Apenas um pequeno número conseguiu refugiar-se em La Couture, juntamente com o seu comandante, que ofereceu a resistência possível até ao meio dia de 10 de Abril. Alguns militares foram encontrados em Vieille Chapelle, sendo convidados a juntarem-se ao capitão David Magno para irem combater ao lado dos escoceses em Les Lobes. A companhia de Aníbal Milhais terá sido enviada para Huit Maisons, como o próprio afirma numa entrevista publicada em 6 de Maio de 1944 no *Comércio do Porto*, “onde se juntaram muitos refugiados todos desarmados”. Aí se terão dispersado e perdido devido aos fortes bombardeamentos⁹¹³. Ao contrário do que afirma Ferreira do Amaral, Aníbal Milhais nunca combatera fora da zona de Huit Maisons e muito menos na estrada de La Bassée, a cerca de dois quilómetros para a frente de Huit Maisons. A estrada de La Bassée era guarnecida pelos batalhões da 6ª brigada de infantaria, em particular os batalhões 1 e 5. Por volta das 11 horas do dia 9 de Abril aquela estrada encontrava-se completamente varrida e tomada pelos alemães e o mesmo aconteceu em Huit Maisons. Milhais só poderia retirar para a retaguarda, tal como aconteceu com os seus camaradas e nunca para a frente, em direcção ao inimigo. Qualquer soldado português que ficasse para trás teria sido morto ou aprisionado. A infantaria alemã avançou em pequenos grupos, abrindo caminho com granadas de mão e surpreendendo facilmente os portugueses. Daí o grande número de prisioneiros e o limitado número de mortos. Pelas 18 horas do dia 9, referidas por Aníbal Milhais, já todos os militares sobreviventes ou aprisionados se tinham deslocado para rectaguarda. O soldado ter-se-á perdido e deorientado, percorrendo cerca de trinta e cinco quilómetros até ser encontrado por um oficial inglês que o entregou aos militares portugueses, com a gravante de não saber ler e, por isso, com dificuldade em se orientar.

Mas não foi apenas Ferreira do Amaral quem fabricou uma série de equívocos. Aníbal Milhais, tentando construir a sua história deixou-se envolver numa série de contradições que colocam em causa a sua credibilidade. O principal logro relaciona-se precisamente com o major Ferreira do Amaral, a quem trata por seu comandante no dia 9 de Abril de 1918: “Na manhã de 9 de Abril, à hora do café o nosso comandante o Major Ferreira do Amaral voltou-se para nós e perguntou: Rapazes devemos avançar ou recuar? Que vos parece? (...) É claro, eu, nº 1 da metralhadora, fui o primeiro a declarar que queríamos avançar em socorro dos

⁹¹³ PT/AHM/FP/55/3/893/31.

nossos companheiros. (...) O comandante Ferreira do Amaral deu então ordem de avançar imediatamente para La Couture, donde não pudemos passar porque a ponte tinha sido destruída⁹¹⁴.

Supondo que esta afirmação de Aníbal Milhais não tivesse passado dum simples equívoco, constituiu todavia uma preciosidade para que a população menos informada se convencesse de que o soldado de Valongo se tinha transformado no herói de La Lys com o apoio do seu comandante Ferreira do Amaral. Não consta que este oficial alguma vez tivesse vindo a terreiro negar esta falsa afirmação. Apesar do seu analfabetismo, não é de todo aceitável ou compreensível que, mesmo vinte e cinco anos depois da batalha, o nº 1 da metralhadora tivesse errado com tanta convicção o nome do comandante do seu batalhão nos dias da batalha. Terá sido apenas um equívoco, uma recompensa, ou prestação dum serviço? Dois anos antes, Ferreira do Amaral (1922) na sua obra já citada *A Mentira da Flandres*, fazia um ataque cerrado aos políticos e em particular a toda a classe de oficiais do exército que tinha estado em França: “A impressão que deixou na opinião pública a classe de oficiais do exército foi pouco lisonjeira. Essa impressão pode dizer-se que foi má, e que por vezes foi péssima. Na questão da participação na guerra não só oficiais mas também políticos ficaram afogados num mar de lama ⁹¹⁵, esclarecendo de seguida o que pretendia com a elaboração da referida obra: “analisar o descalabro moral que a participação acarretou para o Exército”⁹¹⁶.

As clivagens dentro da instituição militar após a guerra não foram minimamente sanadas. Pelo contrário, agravaram-se. Milhões não teria sido mais do que um instrumento ao sabor de interesses de alguns oficiais, usado por defensores ou não da intervenção. Em 1924, os principais comandantes do CEP, Tamagnini e Gomes da Costa, encontravam-se totalmente marginalizados. Os mais conhecidos combatentes de La Lys, Andrade Peres em La Couture e David Magno em Les Lobes, assim como muitos outros oficiais, sargentos e soldados foram discriminados e desprezados nas prateleiras dos arquivos. O comandante do 15 foi riscado e lançado no esquecimento por Ferreira do Amaral. David Magno foi considerado proscrito praticamente até à actualidade, mesmo pelos comandantes posteriores do RI 13 de Vila Real, apesar do Conselho de Guerra o ter absolvido de todos os crimes de que os seus camaradas injustamente o acusaram. Bento Esteves Roma, que se entregou ao inimigo sem disparar um tiro, foi entronizado nas ruas e na historiografia como representação máxima da

⁹¹⁴ PT/AHM/FP/55/3/893/31, Fundo Particular de David Magno, citando o *Comércio do Porto* de 6 de Maio de 1944.

⁹¹⁵ Amaral, 1922: VIII.

⁹¹⁶ Amaral, 1922: IX.

combatividade e da bravura de todos os oficiais que se bateram pela pátria, pelo direito, pela justiça e pela liberdade. E Milhões subiu ao palco dos heróis como símbolo da raça de todos os soldados que combateram em La Lys

E assim se fabricaram heróis, se construíram lendas, se fez História. Mas de pouco ou nada valeram, já que a lenda e a realidade se tornaram incompatíveis. Se durante vários anos a larva da guerra civil se alojara nas instituições políticas e sociais, desenvolvera-se de modo mais evidente e mais acentuado no seio da instituição militar. A sua metamorfose seria uma questão de tempo e de oportunidade. Dois anos depois, em consequência de decisões erradas em série, a larva explodiu, pondo fim ao regime republicano radical, mesmo sem guerra civil. E na batalha da memória permanece o confronto entre o mito e a realidade. A opção deste trabalho foi de ir ao encontro da realidade.

CONCLUSÕES

O trabalho exaustivo levado a cabo nesta investigação permitiu, no nosso entender, dar uma resposta clara e fundamentada à questão principal que nos propusemos abordar: a decisão política de forçar a entrada de Portugal na Grande Guerra levou à fractura da instituição militar de que foi exemplo o capitão David Magno. Tudo o resto foram consequências.

Na prossecução dos objectivos a atingir para esclarecimento da questão essencial procuraram-se as explicações necessárias e possíveis para as questões secundárias decorrentes da matricial, entre as quais se destacam:

- As reformas da instituição militar e o contencioso entre milicianismo e quadro permanente.
- As divergências políticas e ideológicas que conduziram à ruptura do PRP.
- A posição irreduzível entre guerristas e não guerristas.
- As divergências entre os governos de Londres e de Lisboa: a resistência ao envio de tropas, a obsessão política do Partido Democrático em forçar a Inglaterra, o problema dos transportes.
- O dispositivo militar, a rotação e a rendição das tropas.
- O pesadelo da desmoralização como consequência do cansaço físico e psicológico.
- A ineficácia e as divergências nos comandos na linha da frente.
- As razões do insucesso no dia 9 de Abril: a estratégia, a táctica, a logística e a liderança, consequência de decisões políticas erradas.
- O equívoco de la Couture,
- O caso de David Magno
- A construção e desconstrução de mitos e a batalha da memória.

Assim, depois da apreciação crítica e análise de toda a documentação, concluiu-se:

1. As medidas tomadas pelos sectores mais radicais do Partido Republicano chefiado por Afonso Costa logo após a implantação da República provocaram desentendimentos com os moderados e conservadores, conduzindo à formação de novos partidos.

Perante a instabilidade interna, motivada pela ruptura política e social e pela oposição dos católicos e monárquicos agravada pela questão colonial, os republicanos radicais, políticos e militares ligados ao Partido Democrático pretenderam aproveitar a situação de guerra na Europa para forçar a entrada no conflito ao lado da Inglaterra. Pretendiam deste modo assegurar a consolidação do regime republicano radical e, particularmente, a sua manutenção no poder.

2. Se as orientações ideológicas mais fundamentalistas determinaram a divisão política do PRP e a questão religiosa instigou nos católicos uma forte rejeição ao novo regime, as tentativas de uma reforma profunda no Exército, com fortes censuras e desprestígio dos

oficiais do quadro permanente oriundos da monarquia, originaram um conflito constante no seio da instituição. Apenas um pequeno grupo de militares tinha participado activamente ao lado dos republicanos no golpe de 5 de Outubro, tendo a maioria do corpo de oficiais permitido a queda do regime monárquico pela sua passividade. Os dirigentes republicanos tinham a convicção de que se o grosso do corpo de oficiais do quadro permanente se mantivera inactivo perante a revolução, era claro que não poderiam confiar nele para levar a cabo as reformas pretendidas.

3. A República formalizara um novo paradigma para a instituição militar. O primeiro objectivo seria a política de destruição: liquidar o modelo de exército profissional da monarquia substituindo-o de imediato por um exército miliciano, modelo suíço, que lhe garantisse toda a confiança e segurança.

Coube ao ministro da Guerra coronel Xavier Correia Barreto promover todas as diligências no sentido de levar a cabo a tarefa. Para isso nomeou uma Comissão de Reorganização Geral do Exército presidida pelo general José Estêvão de Morais Sarmiento, que se rodeou de vários oficiais radicais do Partido Democrático e activistas do 5 de Outubro. O Regulamento de Disciplina Militar de 2 de Janeiro de 1911, a lei do Recrutamento de 2 de Março de 1911 e os decretos de 2 de Maio sobre a Organização Geral do Exército e a Escola de Guerra deveriam constituir os pilares essenciais para o êxito da sua reestruturação.

4. As reformas preconizadas pelo projecto político republicano, com fortes críticas ao modelo monárquico incluindo a generalidade dos seus oficiais, propiciaram as condições favoráveis ao aparecimento de uma vaga de fundo oposicionista no meio militar.

Os republicanos radicais, muitos ligados à “jovem turquia”, entenderam ser necessário manter a instituição sob vigilância contínua, com receio de que a contestação se manifestasse em ações concretas. Nesse sentido, disseminaram pelos quartéis militares da sua confiança, sargentos, cabos, praças e grupos de civis armados, carbonários e a “formiga branca” com a missão de controlar os actos ou qualquer forma de resistência. Foi assim que a indisciplina e a inversão da ordem dos valores penetraram no seio da instituição, pilar fundamental de suporte de um Estado.

5. Perante uma instituição que primava pela ordem institucional, eficiência, disciplina, apuro e brio, pela obediência e lealdade, dificilmente os seus elementos iriam tolerar um regime onde predominassem a instabilidade, a desordem e até a humilhação do oficialato. A decisão de terminar rapidamente com um corpo de oficiais permanente substituindo-o por oficiais milicianos seria de todo irrealista para o exército, tendo em conta a necessidade de defesa e de pacificação do império com a agravante de Portugal se encontrar numa conjuntura de

assédio por potências estrangeiras. A medida só não se concretizou como, pelo contrário, o quadro de oficiais permanentes aumentou entre 1910 e 1914. Se uma boa parte das reformas não passou de uma cortina de fumo de propaganda que não foi aplicada⁹¹⁷ contribuiu, contudo, para intensificar a divisão que se tornava cada vez mais evidente entre os militares.

6. As divergências viriam a agravar-se com a decisão obstinada dos políticos e militares radicais em forçar a entrada de Portugal no conflito, servindo-se de pretextos vários a fim de enviar para o cenário de guerra o maior número possível de homens: primeiro, o pedido da França em Setembro de 1914 para a cedência de bateria de peças de 75mm; segundo, a criação da Divisão Auxiliar Portuguesa que não passaria do papel devido aos conflitos internos; terceiro, a preparação da Divisão de Instrução, depois do sucesso da revolução democrática do 14 de Maio do mesmo ano; quarto, a diferença estratégica entre a Inglaterra e a França em relação à forma da intervenção de Portugal na guerra e, finalmente, a proposta sugerida por João Chagas ao Governo de Aristides Briand para que o Governo português requisitasse os navios alemães abrigados nos portos portugueses e os alugasse à França, que carecia de fretes⁹¹⁸.

Este último pretexto, o mais determinante para não colocar em perigo a velha aliada em favor da França, obrigaria a Inglaterra a assumir a chefia do processo. E assim surgiu o pedido ao Governo português da requisição dos barcos alemães ancorados nos portos do Império. João Chagas rejubilava com aleluias pelo facto de a Alemanha ter declarado guerra a Portugal. Finalmente os guerristas tinham atingido os seus objectivos e os desentendimentos avolumaram-se em todas as fases do processo antes, durante e depois da guerra.

7. A mobilização para Tancos denunciaria o fraco moral dos militares, o não empenhamento dos oficiais e mesmo a recusa de algumas companhias em seguir para o campo de instrução, como aconteceu com o regimento de Infantaria 21 da Covilhã. Para os guerristas, a instrução dada às tropas no polígono de Tancos terá constituído um “milagre”. Guerristas e antigueristas gladiavam-se quanto aos resultados dessa instrução: para os democráticos terá sido um “milagre”, para os opositores um verdadeiro fracasso.

No terreno do conflito verificou-se que o modelo de instrução ministrado aos militares portugueses durante os poucos meses que estiveram no Campo pouco ou nada teve a ver com o cenário de guerra que iriam encontrar. Tudo era diferente: exercícios, armas, práticas,

⁹¹⁷ Telo, 2010: 263.

⁹¹⁸ Telo, 2015: 241.

orografia, clima, alimentação e fardamento. Tancos foi uma festa para os partidários da intervenção e um pesadelo para os soldados.

8. Se a instrução em Tancos se processou com alguma acalmia, o mesmo não acontecera quando o governo anunciou que as tropas estariam prontas para embarcar. Depois da tentativa revolucionária dos militares e civis de Bragança e Mafra em 20 de Outubro de 1914 e com o Golpe das Espadas em Janeiro de 1915, o Exército assumia-se como elemento fundamental do antiguerrismo, isto é, daqueles que não pretendiam entrar no conflito sem um pedido claro da Inglaterra em nome da Aliança.

Militares antiguerristas, apoiados por civis, manifestaram-se dispostos a boicotar as intenções do governo, provocando motins e protestos em todo o país logo que os contingentes militares iniciassem a partida para França.

Machado dos Santos não esperou pela saída dos batalhões das suas unidades. Em 13 de Dezembro de 1916, no sentido de estancar a mobilização iniciou em Tomar um movimento militar antiguerrista, que se estendeu aos quartéis da Figueira da Foz e Abrantes. Sem o apoio suficiente para inverter o projecto dos militares radicais, o golpe falhou. Contudo, teve o efeito de influenciar, pelo menos silenciosamente, alguns oficiais como aconteceu nos regimentos de infantaria 34 de Santarém e 7 de Leiria, que se recusaram a embarcar em Janeiro de 1916. Machado dos Santos, preso, afirmou claramente que não era contra a participação de Portugal no conflito, mas contra a forma como o Partido Democrático forçara a sua entrada. Para a maioria dos apelidados de antiguerristas esta era de facto a questão essencial.

9. A escolha do próprio comandante do CEP general Tamagnini é prova evidente da divisão entre os militares que se encontravam em França. As referências ao general eram muito pouco lisonjeiras da parte dos radicais que o consideravam sem força nem prestígio e absolutamente incapaz. Era, contudo, um instrumento essencial ao poder político de Lisboa, como militar profissional, cumpridor e obediente.

10. Concluiu-se também neste estudo que todo o processo de transporte das tropas, desde as respectivas unidades até às linhas, ficou repleto de peripécias muito pouco dignificantes para a instituição militar: desorganização, insubordinações e recusas de embarque.

Mas seria a bordo que o comportamento dos militares portugueses iria causar grande surpresa aos comandantes ingleses dos navios: a indisciplina e a falta de empenhamento dos oficiais para manter a ordem dos seus subordinados em nada abonou a condição de uma força militar organizada, a caminho da frente de batalha.

Contudo, o mais surpreendente para a tripulação britânica foi a confrangedora ausência de princípios básicos de higiene da maioria das praças, de tal modo que o assunto teve de ser

discutido a nível diplomático superior. Por isso, se compreende a postura de rejeição dos transportes por parte do almirantado britânico.

Não será difícil imaginar a reacção embaraçosa de Manuel Teixeira Gomes, ministro de Portugal em Londres, quando o Secretário da Guerra o convocou para uma reunião para lhe expor a gravidade da falta de asseio dos soldados portugueses. Este contexto deu a Ferreira do Amaral a oportunidade de afirmar que o Governo português fizera embarcar para a Flandres gado, apenas gado.

11. Ainda as tropas não tinham chegado ao terreno e já era evidente o erro político de mandar para a frente milhares de homens sem as condições essenciais para o cumprimento da missão.

12. Constatou-se que foi em terras da Flandres que se intensificaram as clivagens entre os militares. Com as raras excepções dos que sempre honraram o brio e a condição militar ao serviço da pátria, uma boa parte dos oficiais, mesmo os que se encontravam nas linhas da frente, trataram de se proteger, inventando todos os meios de escapar para a retaguarda ou para Portugal. E uma vez no país, tudo fizeram para evitar o regresso.

13. Se a decisão de forçar a beligerância tomada pelos democráticos conduziu a uma ruptura acelerada no seio da instituição militar e a uma guerra civil larvar sempre pronta a explodir, o golpe de Sidónio de Dezembro de 1917 viria a alterar o paradigma, pelo menos conceptual. Os guerristas teriam, desde então, um argumento para justificar tudo o que de pior viesse a acontecer às tropas do CEP; os antigueristas, agora apelidados de dezembristas, seriam acusados de germanófilos e de pretenderem retirar Portugal da guerra.

14. Uma boa parte dos oficiais do CEP entretinha-se com acusações mútuas referente à política do governo de Lisboa, descurando as enormes capacidades de ataque do inimigo. Outros trataram de inventar os mais variados argumentos para retirar da linha da frente, substituídos por milicianos sem experiência nem competência, gerando mal-estar crónico entre as tropas.

15. Foi nessa conjuntura de grandes clivagens que os militares foram surpreendidos, ou se revelaram surpreendidos, com um intenso bombardeamento na madrugada de 9 de Abril. O desbaratamento da 2ª divisão que guarnecia o sector português foi total. Pelas 13h00 desse dia cerca de vinte e dois mil militares portugueses foram colocados fora de combate. Somente alguns pequenos grupos ou soldados dispersos ofereceram resistência ao inimigo, com relevância em La Couture até às 12h00 do dia 10 e em Le Lobes nos dias 9, 10 e 11, ao lado dos ingleses. Ao primeiro grande embate com o inimigo o CEP fora aniquilado.

16. Na perspectiva deste estudo podemos concluir que o desastre de 9 de Abril teve quatro causas fundamentais:

a) Falhou a estratégia política do Governo em pretender enviar para o terreno de combate uma força mal organizada, sem preparação, sem armas nem transportes, com graves falhas de liderança e contra o parecer da maioria da sociedade portuguesa. A direcção política perdeu a capacidade de perceber e de conceber uma estratégia adaptada à realidade da guerra, ignorando os verdadeiros problemas militares. Além da estratégia política falhou também a diplomacia externa na sua globalidade, ao forçar a principal Aliada “a fazer uma coisa que não queria efectivamente fazer”⁹¹⁹. Esse foi o verdadeiro erro político de Afonso Costa. Tudo o resto foram consequências.

b) Falhou a logística: sem meios para o transporte de tropas de Portugal para a Flandres tornou-se impossível proceder à sua rotação e rendição, conduzindo ao excesso de fadiga dos soldados. Desde a partida do primeiro contingente em finais de Janeiro de 1917 até 9 de Abril de 1918 verificou-se uma redução excessiva dos quadros, diminuindo o efectivo de espingardas. No dia 9 de Abril alguns batalhões estavam reduzidos a quase metade dos seus oficiais, pela facilidade com que se lhes concediam licenças de campanha. Os que se assumiram como comandantes interinos no comando dos batalhões, das companhias e dos plutões na sua maioria milicianos, não promoveram a moralização e a disciplina dos soldados. Não existia artilharia pesada nas mesmas proporções face a um ataque do inimigo. E na artilharia ligeira não abundavam as munições. Em síntese, os militares foram traídos pelas promessas falhadas dos decisores políticos. Se aos primeiros a ordem é de obedecer, aos segundos o dever é não errar.

c) Falharam igualmente a estratégia e a táctica militares. O dispositivo não se encontrava posicionado em profundidade para poder responder em contra-ataque, caso a linha da frente cedesse ao inimigo. Dos dezasseis batalhões que formavam a 2ª Divisão, sete encontravam-se na 1ª e 2ª linhas e quatro na linha das Aldeias, ou seja cerca de 75% das tropas encontrava-se posicionadas no local mais favorável ao inimigo. Por isso, às primeiras horas do dia 9 de Abril o bombardeamento foi de tal modo intenso que as primeiras linhas sucumbiram e não havia tropas à rectaguarda para uma contra-ofensiva. Uma divisão na linha da frente onde deveria morrer na linha B, como estava determinado pelo comando britânico, era uma sentença de morte.

d) Se a decisão política de forçar a entrada na guerra sem as condições indispensáveis constituiu a razão principal do desastre de 9 de Abril, uma boa parte dos militares não ficou também isenta dessa responsabilidade. Os comandantes das brigadas, batalhões e companhias

⁹¹⁹ Telo, 2010: 441.

deixaram-se iludir com os preparativos da rendição, descurando todas as informações e indícios de um ataque iminente, bem como as posições a ocupar. Falharam a liderança, a unidade e o espírito de corpo. Os que não foram mortos ou não ficaram prisioneiros desorganizaram-se, retirando-se para locais diferentes da sua posição de defesa. O CEP ficara fora de combate. Desde então a sua história perdera qualquer estatuto de força militar, passando para segundo ou terceiro plano.

16. Após a guerra, uma nova batalha viria a travar-se com o epicentro em La Couture e Les Lobes, tornando-se na principal fonte de denúncias e acusações colectivas e individuais.

Apesar do desaire provocado pela decisão política do Partido Democrático, ninguém pretendia dar-se por derrotado, mesmo que feito prisioneiro sem qualquer sinal de pólvora ou fumo nos canos das armas. Regressados do cativeiro, alguns houve que de vencidos se transformaram rapidamente em heróis, abrindo uma nova frente de batalha: a das medalhas.

Os oficiais do BI 13 criaram o modelo de como se pode ganhar ou perder, mesmo fora do palco da guerra. O que fora perdido no terreno da guerra era imprescindível recuperá-lo nos bastidores. Para isso socorreram-se dos mais variados estratagemas, permitindo uma narrativa de verdades, meias-verdades, falsidades, insinuações e acusações em conferências, artigos de jornais, publicação de livros e entrevistas. O capitão David Magno tornou-se no caso exemplar desta rivalidade recusando o silêncio. O último palco tornou-se. Contudo bem mais complicado: o Tribunal Militar, onde a condição e a ética militares não dão margem à escamoteação da verdade. O juramento pela honra assim o exige e, por isso, a sentença não beneficiou os delatores. Pelo contrário: ao absolver o capitão David Magno e elogiar as suas acções, pode deduzir-se que houve uma condenação clara não só dos delatores mas todo o contexto levado a cabo pelos guerristas. Não foi apenas o poder político que traíu os militares. No final da guerra não faltaram traições entre camaradas de armas.

Por último concluiu-se, que apesar de todas as contradições e dilemas identificados, a construção da narrativa acerca da intervenção de Portugal na guerra através da atribuição de medalhas e louvores, da imprensa, de publicação de memórias de oficiais, de programas escolares, comemorações de efemérides e homenagens, constituição de associações de combatentes e de romagens a túmulos, permitiu a criação de uma imagem mítica, nem sempre fidedigna.

Os mitos criados após a guerra, mais ou menos intensos, tinham objectivos claros: através de uma certa política de omissão e de silêncio exaltar o valor e a raça do herói português, atenuar as querelas entre guerristas e antigueristas e tentar a reconciliação e unidade nacional, salvando a pátria e o regime em perigo permanente. Contudo, era demasiado tarde. A ruptura

no seio da instituição militar e entre esta e a República atingira o seu ponto sem retorno. A guerra civil intermitente dera lugar ao golpe fatal de 28 de Maio de 1926 em que os protagonistas do CEP na Flandres estiveram presentes, no sentido de pôr fim de uma vez às ambições radicais republicanas.

O regime terminava ali. Mas a narrativa, uma vez tornada verdadeira, influenciou as várias gerações portuguesas e convenceu a nação, condicionando a produção histórica ao longo de décadas.

Não se pretendeu de forma alguma pôr em causa a valentia, audácia, coragem, tenacidade, capacidade de resistência e de combate do militar português, mas a decisão política, a fragilidade da diplomacia, o falhanço da estratégia, a táctica militar inadequada às novas armas e terreno, o erro da logística, a falta de liderança e de empenho dos comandantes.

É tempo, contudo, de ver para além desta cortina de fumo mesmo que, como escreve António Telo, “quem procura repor a verdade e a complexidade da realidade acabe silenciado e esmagado”⁹²⁰.

⁹²⁰ Telo, 2015: 262

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Fontes não editadas

1.1 Arquivos

Arquivo da Academia Militar

Arquivo da Biblioteca Nacional

Arquivo Diário de Notícias

Arquivo do Exército

Arquivo Histórico Militar (AHM), Lisboa.

Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), Lisboa.

Arquivo Particular da família do Capitão David Magno, Lamego

Arquivo do Public Record Office (PRO), Kew, Londres.

Arquivo do Regimento de Infantaria 13 (RI 9), Vila Real.

Arquivo do Regimento de Infantaria 9, (RI 13), Lamego.

1.2 Relatórios sobre a Batalha de La Lys

Costa, General Gomes da, *Relatório Sumário da Batalha de La Lys*, AHM, 1ª Div. 35ª. Sec. Cx. 144.

Graça, Alferes Agostinho, *Relatório*, AHM 1ª Div., 35ª Sec., Cx. 1301.

Godinho, major Vitorino, *Relatório*, AHM, 1ª Div, 35ª Sec, Caixa 144.

Lemos, Tenente-Coronel Sande de, *Relatório*, AHM, 1ª Div. 35ª, Sec. Cx. 1301, nº 11.

Peres, Major, *Relatório*, AHM, 1ª Div., 35ª Sec., Cx. 143, nº 75 - A.

Piçarra, Tenente-Coronel Gustavo de Andrade, *Relatório*, AHM, 1ª Div., 35ª Sec., Cx. 1301 nº 13.

Roma, Capitão Bento Esteves, *Relatório*, AHM, 1ª Div., 35ª Sec., Cx. 1272.

Seabra, Alferes Carlos de Almeida Beltrão de, *Relatório do Oficial Granadeiro do BI nº 1*, AHM, 1ª Div., 35ª Sec., Cx. 142, nº 5.

Silva, General Fernando Tamagnini de Abreu e, *Relatório*, AHM, 1ª Div., 35ª Sec. Cx. 1294.

Magno, Capitão David José Gonçalves, *Relatório Adicional à Monografia do RI 13, Portaria nº 2536 – 19-XI-1920, O.E. 14, 1ª S.* (dactilografado). Arquivo particular da família.

Magno, David (1923), - AHM- *Tribunal Militar Territorial do Porto, Processo Nº 1222, 3ª Divisão do Exército, 1922, Réu: David José Gonçalves Magno, Capitão do RI 18, CRIME: Insubordinação e abandono do Comando das suas forças em frente ao inimigo*, AHM.

1.3 Fontes editadas: colectâneas de documentos, revistas, periódicos e obras gerais

Portugal No Conflito Europeu 1ª e 2ª parte, 1920: “Documentos apresentados ao Congresso da República em 1920 pelo MNE, negociações até à declaração de guerra”, também conhecido por *Livro Branco da 1ª Guerra Mundial*, Lisboa, Imprensa Nacional.

Serrão, Joel, *Dicionário de História de Portugal, Vols. I, II, III, IV*, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1971.

Serrão, Joel, *Dicionário de História de Portugal, Suplemento 7, 8 e 9*, Lisboa, Figueirinhas, 1999.

Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, Lisboa e Rio de Janeiro.

1.4 Imprensa

ABC

A Batalha

A Capital

A Luta

A Manhã

A República

A Situação

Comércio do Porto

Daily News

Diário de Coimbra

Diário de Lisboa

Diário do Norte

Diário de Notícias

Diário do Governo

Ilustração Portuguesa

Jornal de Noticias

Le temps

O Comércio do Porto

O Corgo

O Liberal

O Mundo

O Século

Petit Parisien

Povo do Norte

Revista de Infantaria

Revista Militar

Télégramme

The Times

Vilarealense

Voz de Lamego

2. Bibliografia Geral

Afonso, Aniceto *et al* (coordenadores) (2010), *Portugal Grande Guerra 1914-1918*, Lisboa, *Diário de Notícias*.

Afonso, Aniceto, *A Revolta de Tomar*, (13 de Dezembro de 1916) (1981), *Boletim do AHM*, vol. LI, Lisboa, Estado-Maior do Exército.

Aires, Ribeiro (2010), *A República no Distrito de Vila Real (1873-1933)*, Vila Real, Edição Maronesa, Comunicação Social, Lda.

Almeida, Humberto de (1919), *Memórias de um Expedicionário a França, 2ª Brigada de Infantaria, 1917-1918*, Tipografia Sequeira, Porto.

Aron, Raymond (1962), *Paz e Guerra entre as Nações*, Rio de Janeiro.

Amaral, Ferreira do (1922), *A Mentira da Flandres... e o Medo*, Lisboa, J. Rodrigues.

Amaral, Ferreira do (1923), *A Batalha de La Lys. A batalha de Armantières ou o 9 de Abril*, Lisboa, tipografia do Comércio.

Azevedo, Américo Olavo Correia de (1919), *Na Grande Guerra*, Guimarães e Companhia Editores.

Axelrod, Alex (2000), *The Complete IDIOT's Guide World War I*, alpha books, Pearson USA, Inc., 201 West 103rd Street, Indianapolis, IN 46290, A Pearson Education Company.

Beamish, Richard J. e Francis A. March (2006), *History of The World War*, e-Book www.gutenberg.org.

Bernhardi, F. von (1912), *Germany And Next War*.

Black, Jeremy (2013), *Guerra Uma breve história*, Lisboa, Publicações D. Quixote.

Borges, General João Vieira, “Reviver A Grande Guerra na África Portuguesa” de Henrique Pires Monteiro”, *Revista Militar*, 5, Maio de 2014.

Borges, General João Vieira, “A Escola de Guerra em 1915”, *Assalto à Escola de Guerra 1915-1925*, Academia Militar 2015, Lisboa, Fronteira do Caos Editores.

Branco, Carlos Manuel Martins (coord.) (2005), *Infantaria 13, Mais de Três Seculos ao Serviço da Pátria*, Editor Regimento de Infantaria 13, Lisboa.

Braz, Capitão António (1990), “A Vida dos Prisioneiros Portugueses na Alemanha, *História Contemporânea de Portugal, Primeira República*, (dir. João Medina) Tomo II, Lisboa, Edição Multilar, p. 152-162.

Brun, André (2014), *A Malta das Trincheiras*, Lisboa, Guerra e Paz, reed.

Brun, André (1990), “A Malta das Trincheiras”, in *História Contemporânea de Portugal, Primeira República*, Tomo II (dir. João Medina), Lisboa, Edição Multilar, p. 93-105.

Camacho, Manuel de Brito (1935), *Portugal na Guerra*, Lisboa, Livraria Editora Guimarães e C.^a

Camacho, Manuel de Brito (1936), *Rescaldo da Guerra* (continuação), Lisboa, Livraria Editora Guimarães.

Carvalho, Major Mário Afonso de (1945), *O Bom Humor no CEP. Praça 1917-1918*, 2ª ed. Lisboa, Liga dos Combatentes da Grande Guerra.

Carvalho, Major Vasco Vieira de (1924), *A 2ª Divisão Portuguesa na Batalha de La Lys (9 de Abril de 1918)*, Lisboa, Lusitânia Editora.

Casimiro, Augusto (1919), *Sidónio Pais (Algumas notas sobre a intervenção de Portugal na Grande Guerra)*, Porto, Livraria Chardron.

Casimiro, Augusto (1920), *Calvários da Flandres (1918)*, Porto, Renascença Portuguesa.

Casimiro, Augusto (1918), *Nas Trincheiras da Flandres*, Porto, Renascença Portuguesa.

Casimiro, Augusto (2014), *Nas Trincheiras da Flandres*, (reed.) Lisboa, Quartz Editora/Direcção de História e Cultura Militar.

Chagas, João (1919-1932), *Diário I, II, III e IV*, Lisboa, Livraria Editora.

Cidade, Hernâni (1935), “Portugal na Guerra Mundial de 1914-1918”, in *História de Portugal*, (dir. Damião Peres), Vol. VII, Barcelos Portucalense, p. 491-522.

Clawsewitz, Karl von, (1979) *Da Guerra*, Brasília.

Comissão Técnica da Arma de Infantaria (1922), *Livro de Ouro de Infantaria*, Edição dos Autores

Correia, Sílvia (2011) *Políticas da Memória da 1ª Guerra Mundial em Portugal-1918-1933 Entre a Morte e o Mito* (Tese de doutoramento).

Cortesão, Jaime (1969), *Memórias da Grande Guerra*, 2ª ed., Lisboa.

Costa, Afonso (1976), *Discursos Parlamentares 1911-1914*, Amadora, Amadora.

Costa, António Manuel da Motta e (1960), *Subsídios para a História do R. I. 13*, Vila Real, Minerva Transmontana, 1960. (Anotado por David Magno).

Costa, General Gomes da, (1920), *A Grande Batalha do C.E.P. (a Batalha de La Lys): 9 de Abril de 1918*, Lisboa, Livraria Popular Francisco Franco.

Costa, General Gomes da, (1920), *O Corpo Expedicionário Português na Grande Guerra – A Batalha de La Lys – 9 de Abril de 1918*, Porto, Renascença Portuguesa.

Costa, General Gomes da (1925), *Guerra nas Colónias, 1914-18918*, Lisboa, Ed. Portugal-Brasil,

Cravinho, João (2009), *Visões do Mundo: Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo*, Imprensa das Ciências Sociais.

Dias, Costa (1920), *Flandres, Notas e Impressões*, Lisboa, Imprensa Libânio da Silva.

Dougherty, James e Robert L. Pfaltzgraff (2003), *As Relações Internacionais, As Teorias em Confronto*, Lisboa, Gradiva.

Duarte, António Paulo (2015) “A Guerra Civil Larvar e a beligerância Portuguesa na Grande Guerra” comunicação apresentada no *Coloquio A Grande Guerra - Um Século Depois*, realizado na Academia Militar em 12, 19, 26 de Novembro de 2014 e 3 de Dezembro de 2014, Lisboa, Fronteira do Caos Editores.

Duarte, Teófilo (1942), *Sidónio Pais e o seu Consulado*, Lisboa, Portugália.

Estando, Maria Lucília e Ana Maria Paz (2002), *Uma memória esquecida sobre a guerra de 1914-1918: batalha de La Lys*, Lisboa, ISCTE, Sep. “Ler a História”, 42, p. 249-282.

Ferreira, José Medeiros (1992), *O comportamento político dos militares. Forças Armadas e regimes políticos em Portugal no século XX*, Lisboa, Editorial Estampa.

Ferreira, José Medeiros (2004) “As Forças Armadas e a República, antes, durante e depois da Primeira Guerra Mundial”, *História Militar de Portugal*, Dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, Lisboa, Círculo de Leitores.

Ferro, Marc (1992), *História da 1ª Guerra Mundial 1914-1918*, Lisboa, Edições 70.

Fraga, Luís Alves de (2010), *Do Intervencionismo ao Sidonismo*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

Fraga, Luís Alves de (2006), *General Tomás Garcia Rosado: outro comandante do CEP: França 1918-1919*, Edit. Prefácio.

Fraga, Luís Alves de (2003), “O CEP depois de La Lys. Que fazer com estes restos?” in *Portugal e a Grande Guerra de 1914-1918*, (Coord. Aniceto Simões e Carlos Matos Gomes), Lisboa, Diário de Notícias.

Fraga, Luís Aves de (2006), “Portugal na Grande Guerra, uma mudança estratégica?” in *Revista de História das Ideias Políticas*, vol. 27, Coimbra. Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Fraga, Luís Alves de (1985) “Portugal na Grande Guerra. As Deserções e os Furtos”. Lisboa, in *Revista Militar*

Fraga, Luís Alves de (1990), “A Participação de Portugal na Grande Guerra”, in *História Contemporânea de Portugal, Primeira República*, Tomo II, (dir. de João Medina), Lisboa, Edição Multilar, p. 34-53.

Freiria, Fernando (1918), *Os Portugueses na Flandres*, Lisboa, Edição da Cooperativa Militar.

Galope, Francisco (2014), *O Herói Português da I Guerra Mundial*, Lisboa, Matéria-Prima Edições

Garcia, Fernando (1921), *Sidónio Pais. Um Ensaio de Psicologia Política*, Setúbal, Edição da Associação Setubalense de Caridade.

Geraldo, José Custódio Madaleno (2006), *José Maria Hermano Baptista, Um Herói na Grande Guerra 1917-1919*, Colecção História Militar - Estudos e Documentos, Lisboa, Ed. Prefácio.

Gilbert, Martin (2007), *A Primeira Guerra Mundial*, Lisboa, A Esfera dos Livros.

Godinho, Vitorino Magalhães (2005), *Vitorino Henriques Godinho, Pátria e República*, Colecção Parlamento, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

Gomez, Hipólito de la Torre (1990), *Na Encruzilhada da Grande Guerra. Portugal – Espanha, 1914-1918*, Lisboa, Ed. Estampa.

Gomes, Manuel Teixeira (1960), *Correspondência; cartas para políticos e diplomatas*, Lisboa, Portugália Editora.

Gonçalves, José António Sequeira (1989), *Sidónio Pais e a participação de Portugal na Guerra de 1914/1918* (Tese de Mestrado).

Granjo, António (1990), “A Grande Aventura (Cenas de Guerra) ”, in *História Contemporânea de Portugal Primeira República*, Tomo II, (dir. de João Medina), Lisboa, Edição Multilar, p.89-92.

Hart, B. M. Lindell (1967), *As Grandes Guerras da História*, S. Paulo, IBRASA.

Hart, B. M, Lindell (1992), *History of the First World War*, Londres, Papermac.

Henriques, Mendo e António Rosas Leitão (2001), *La Lys – 1918 – Aos Soldados Desconhecidos*, Col. Batalhas de Portugal, Lisboa, Prefácio.

Hobbes, Thomas (1615, *Leviathan*.

Howard, Michael (2002), *The First World War*, Oxford, University Press.

Keegan, John (2014), *A Primeira Grande Guerra Mundial*, Porto, Porto Editora.

Leal, Cunha (1967), *As Minhas Memórias*, Vol 2, Edição do Autor, Lisboa.

Leal, Ernesto Castro (2003), “Memória, literatura e ideologia, saudade, heroísmo e morte”, em Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes *Portugal na Grande Guerra 1914-1918*, Lisboa, Diário de Notícias.

Lichnowsky, Príncipe Karl Max (1990), “A Inglaterra e a Alemanha Projectam a Partilha das Colónias Portuguesas”, in *História Contemporânea de Portugal, Primeira República*, Tomo II (dir. João Medina), Lisboa, Edição Multilar, p. 35-37.

Lima, Guilhermina (2014), *As Batalhas que fizeram Portugal*, Lisboa, Livros D’Hoje.

Lourinho, Manuel Hermenegildo (2006), *Prisioneiros Portugueses na Alemanha 1º Grande Guerra 1917-1919*, Coleção História Militar - Estudos e Documentos, Lisboa, Ed. Prefácio (1ª edição 1980).

Magno, David (1921), *LIVRO da GUERRA de Portugal na Flandres*, Porto, Companhia Portuguesa Editora. (Anotado à mão).

Magno, David (1926), *A Situação Portuguesa*, Porto, Companhia Portuguesa Editora.

Magno, David (1960), *MEMÓRIA BIOGRÁFICA, “MUTU-UA” “NGUZU” DA OCUPAÇÃO DE “CACULO CAENDA” Capital dos Dembos, HERÓI DE “LES LOBES”*, Porto, Oficinas Gráficas do Comércio do Porto.

Magno, David (1930), *História do Regimento de Infantaria 9*, Lamego.

Magno, David (1966), *La Couture perante a História*, Porto, Oficina do Comércio do Porto.

Magno, David (1967), *LES- LOBES, Derradeira Resistência portuguesa na batalha de La Lys*, Tarouca, Impressos Explicativos.

Maquiavel, Nicolau (1532), *O Príncipe*.

Marques, A. Oliveira (1974), *O Segundo Governo de Afonso Costa, (1915-1916)*, Vol. 3, Lisboa, Publicações Europa-América.

Marques, A. Oliveira (1977), *O Terceiro Governo de Afonso Costa (1917)*, Lisboa, Livros Horizonte.

Marques, A. Oliveira (1988), *Ensaio da História da 1ª República*, Lisboa, Livros Horizonte.

Marques, A. Oliveira (1976), *História de Portugal*, Vol. II, Palas Editores, Lisboa, 6ª Edição.

Marques, A. Oliveira coord., Paulo Guinote, Pedro Teixeira e João José Alves Dias (2000), *Parlamentares e Ministros da República Portuguesa (1910-1926)*, Lisboa, Assembleia da República, Edições Afrontamento.

Marques, Isabel Pestana (2008), *Das Trincheiras com Saudade, a vida quotidiana dos militares portugueses na Primeira Grande Guerra*, Lisboa A Esfera dos Livros.

Marques, Isabel Pestana (2004), *Memórias do General 1915-1919, Os meus Três Comandos, de Fernando Tamagnini*, Viseu, Fundação Mariana Seixas.

Marques, Isabel Pestana (2002), *Os Portugueses nas Trincheiras: Um quotidiano de Guerra*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar.

Marracho, António José Machado (2008), *Revoltas e Campanhas nos Dembos, 47 anos de Independência às Portas de Luanda*, Tese de Mestrado em História, Defesa e Relações Internacionais, ISCTE/ Academia Militar.

Martelo, coronel David (2013), *Origens da Grande Guerra: Rumo às trincheiras. Percurso político-militar (1871-1914)*, Lisboa, Edições Sílabo.

Martins, Dorbalino dos Santos (1995), *Estudo de Pesquisa sobre a Intervenção Portuguesa na 1ª Guerra Mundial (1914-1918) na Flandres*, Estado-maior do Exército, Direcção de Documentação e História Militar, Lisboa.

Martins, Francisco da Rocha (1921), *Memórias sobre Sidónio Pais*. Publicado também na revista ABC do mesmo ano.

Martins, Francisco Rocha (1921), *Memórias sobre Sidónio Pais*, Lisboa, Sociedade Editorial ABC, Limitada.

Martins, General Luís Ferreira (1934), (dir.) *Portugal na Grande Guerra*, 1º vol., Lisboa, Ática.

Martins, General Luís Ferreira (1938), (dir.) *Portugal na Grande Guerra*, 2º vol., Lisboa, Ática.

Martins, General Luís Ferreira Martins (1937), “General Tomás Garcia Rosado” in *Revista Militar*, nº 9, Setembro 1937.

Martins, General Luís Ferreira (1942), *A Cooperação Anglo- Portuguesa na Grande Guerra de 1914-1918*, Lisboa, Serv. de Informação e Imprensa da Embaixada Britânica.

Matos, Luís Salgado de (2010), *Tudo o que sempre quis saber sobre a 1ª República em 37 mil palavras*, Lisboa, Colecção Breve História.

Matoso, José (1994), (dir.) *História de Portugal*, 8 vls, Círculo de Leitores.

Medina, João (1994), *Morte e Transfiguração de Sidónio Pais*, Lisboa, Edições Cosmos.

Mendes, Adelino e Oldemiro César, *A Cooperação de Portugal na Guerra Europeia. O milagre de Tancos*, Lisboa, Empresa Lusitana, sd.

Meneses, Filipe Ribeiro de (2000), *A União sagrada e o Sidonismo*, Lisboa, Edições Cosmos.

Moraes, Pina de (1921), *O Soldado Saudade na Grande Guerra*, Porto, Renascença Portuguesa.

Moreira, Adriano (2011) *Teoria das Relações Internacionais*, Coimbra, Almedina.

Morgenthau, Hans (1948) *Politics Among Nations*, NY.

Natário, Rui (2013), *As Grandes Batalhas da História de Portugal*, Lisboa, Marcador Editora.

Pabón, Jesus (sd, 1961?) *A Revolução Portuguesa*, Lisboa, Editora Aster.

Peres, Damião 1935, *História de Portugal*, Vol. VII, Edição Monumental, Barcelos, Portucalense Editora.

Peres, Damião (1954), (direcção literária), *História de Portugal*, Edição Monumental, Suplemento, Barcelos, Portucalense Editora.

Pires, Coronel Nuno Lemos (2015) “Carreira, Desafios, Ambições e Oportunidades dos Cadetes da Escola de Guerra” em *O assalto à Escola de Guerra 1915-2015*, Academia Militar, Lisboa, Fronteira do Caos Editores.

Pinto, Paulo Mendes (2002), *António Xavier Correia Barreto: Biografia de um Presidente do Senado, Assembleia da República*, Lisboa.

Ramalho, Miguel Nunes (2001 2ª ed.), *Sidónio Pais Diplomata e Conspirador 1912-1917*, Lisboa, Cosmos.

Ramos, Rui (2010), *História de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros.

Ramos, Rui (1994), “Segunda Fundação (1890-1926)”, in *História de Portugal*, vol. 6 (dir. José Matoso), Lisboa, Editorial Estampa.

Relvas, José (1977), *Memórias Políticas*, 1º vol., Lisboa, Terra Livre.

Roma, Bento Esteves (1921), *Os Portugueses nas Trincheiras da Grande Guerra*. Cruzada das Mulheres Portuguesas, Lisboa. Palestra feita na Escola Militar em 15 de Maio de 1921 em propaganda da “Aldeia Portuguesa” na Flandres.

Rosas, Fernando e Maria Fernanda Rolo (2007), *História da 1ª República Portuguesa*, Lisboa, Tinta da China.

Rosas, Fernando, (2010), *1910 a duas vozes. Porque venceu e porque se perdeu a I República*, Lisboa, Bertrand Editora.

Rouveirol, Patrick (2008), “La Lys, 9 Avril 1918. La Bataille Perdu des Soldats Inconnus Portugais”, in *Champs de Bataille. Histoire, stratégie e analyse*, dir. de Véronique Bertrand, s.l. Dezembro-Janeiro, p. 28-40.

Samara, Maria Alice (2003), *Verdes e Vermelhos, Portugal e a Guerra no ano de Sidónio Pais*, Lisboa, Editorial Notícias.

Rosado, David Miguel Pascoal (2009), *Proelium – Revista da Academia Militar*, “O General António Xavier Correia Barreto e a Jovem Turquia: Contributos para as Comemorações do Centenário da República”, série 6, nº 12.

Sardica, José Miguel (2013), *IBÉRIA, A Relação entre Portugal e Espanha no Século XX*, Lisboa, ALETHEIA Editores.

Santos, General Garcia dos et al (coord.) (2008), *As Transmissões Militares, da Guerra Peninsular ao 25 de Abril*, Lisboa, Edição da Comissão Portuguesa de História Militar.

Selvagem, Carlos, (pseud) (1963), *A batalha de La Lys e o marechal Gomes da Costa*, Lisboa.

Santos, Miguel Dias (2010), *Antiliberalismo e A Contra-revolução na I República 1910-1919*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

Serrão, Joaquim Veríssimo (1990), *História de Portugal*, Vol. XII., 1912-1926, Lisboa, Verbo.

Silva, António de Souza e, (2015), *Revista Aquae Flaviae*, nº 20 Julho 2015, Chaves, Edição do Grupo Cultural Aquae Flaviae.

Silva, Armando Malheiro da (2006), *Sidónio e o Sidonismo, História de uma vida* Vol. 1, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra/ Museu da Presidência da República.

Silva, Armando Malheiro da (2006), *História de um caso político*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra/ Museu da Presidência da República.

Sousa, Manuel Pinto Ferreira de (1970), *A Batalha de La Lys*, (S.L., s.n.), Sep. Ver. De Cultura CNA, Lousã, Tip. Lousanense.

Stone, Norman (2007) *Primeira Guerra Mundial – Uma História Concisa*, Lisboa, D. Quixote

Teixeira, Nuno Severiano *et al* (coord.) (1998), *Portugal e a Guerra, História das intervenções militares portuguesas nos conflitos mundiais séculos XIX e XX*, Lisboa, Edições Colibri.

Teixeira, Nuno Severiano (1996), *O Poder e a Guerra 1914-1918*, Lisboa, Editorial Estampa.

Teixeira, Nuno Severiano (1994), “Por que foi Portugal para a Guerra”, revista *História*, 2, Novembro.

Teixeira, Nuno Severiano (1992), “Os Prisioneiros Portugueses na Alemanha de 1917/18”, in revista *Penélope*, nº 8, 1992.

Teles, Basílio, *Na Flandres (o episódio militar de 9 de Abril)* (1918), Porto, Eduardo Tavares Martins Suc. es. Cf J. Medina p. 119.

Telo, António José (1980), *Decadência e Queda da 1 República*, vol. 1, Lisboa, A Regra do Jogo.

Telo, António José (1984), *Decadência e Queda da I República*, vol. 2, Lisboa, A Regra do Jogo.

Telo, António José (1990) “A República e o Exército”, in *História Contemporânea de Portugal*, Tomo II, dir. João Medina, Lisboa, Edição Multilar, p. 179-195.

Telo, António José (1991), *Lourenço Marques na Política Externa Portuguesa*, Lisboa, Cosmos.

Telo, António José (1993), *Os Açores e o Controlo do Atlântico*, Lisboa, Edições ASA.

Telo, António José e Hipólito de la Torre Gomez (2003), *Portugal y España en los sistemas internacionales contemporâneos*, Série Estudos Portugueses, 22, Mérida, Editora Regional de Extremadura.

Telo, António José (2004), *Moçambique - 1895 - A Campanha de Todos os Heróis*, Lisboa, Tribuna da História.

Telo, António José e Mário Álvares (2004), *Armamento do Exército Português, vol. I – Armamento Ligeiro*, Lisboa, Prefácio Editora.

Telo, António José (2010), *Primeira República I Do Sonho à Realidade*, Lisboa, Editorial Presença.

Telo, António José, (2011), *Primeira república II Como Cai um Regime*, Lisboa, Editorial Presença.

Telo, António José, (2014) e outros, *A Grande Guerra um Século depois*, Actas do Colóquio da Academi Militar, 12, 19, 26 de Novembro e 3 de Dezembro 2014.

Telo, António José (2015) “Erros e Ilusões sobre a beligerância Portuguesa”, comunicação apresentada no *Coloquio A Grande Guerra - Um Século Depois*, realizado na Academia Militar em 12, 19, 26 de Novembro de 2014 e 3 de Dezembro de 1914, Lisboa, Fronteira do Caos Editores, p. 261).

Brack, Dunkan (2013), *The Dictionary of Liberal Quotations*.

Trigo, Mário Dias (1936), *A Acção do 2º Grupo de Metralhadoras (3º Grupo de Metralhadoras do Corpo Expedicionário Português) na Grande Guerra (1917-1918)*, Lisboa, Imprensa Beleza.

Veraghen, Daniel, em *Les batailles célèbres de l'histoire*, bataillescélèbres.web44.net.

Westwell, Ian (2012), *World War I – Day by Day*, London, Art Editor, Duncan Brown.

Waltz, Kenneth (1954), *Man, the state and war. A theoretical analysis*, New York, Columbia, University Press.

Zabecki, David (2006), *The German 1918 Offensives: A Case Study in The Operational Level of War (Strategy and History)*, Routledge, NY, Taylor & Francis Group, Jul 27.

ANEXOS

ANEXO A

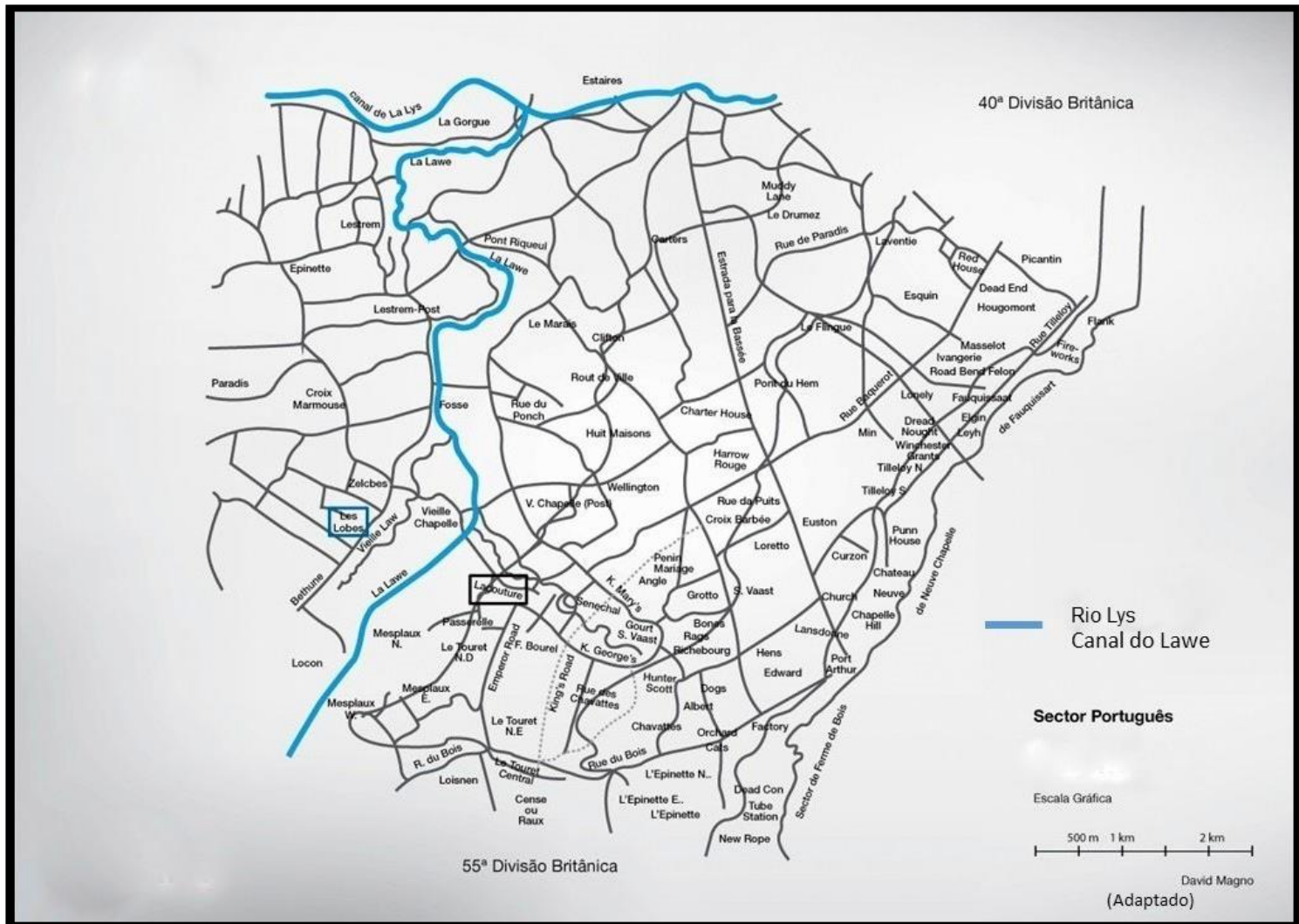


Figura 1.2 – Mapa 1

ANEXO B



Figura 2.2 - Mapa 2

Quartel-General da divisão e as 3 Frentes inimigas

ANEXO C



Figura 3.2 – Mapa 3

Linhas e Postos de Defesa

ANEXO D

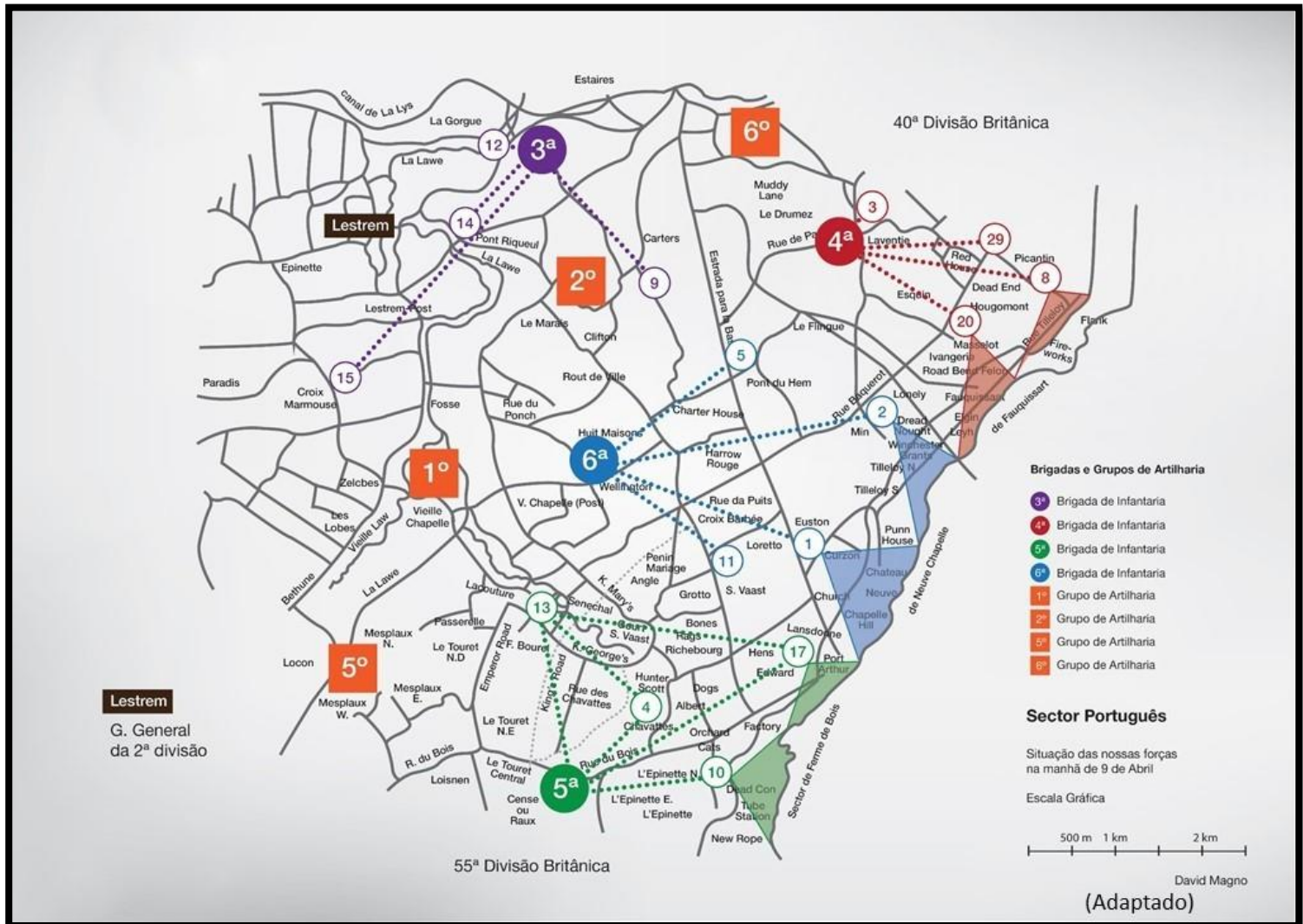


Figura 4.2 - Mapa 4

Grupos de Artilharia, Comandos de Brigadas e de Batalhões

ANEXO E

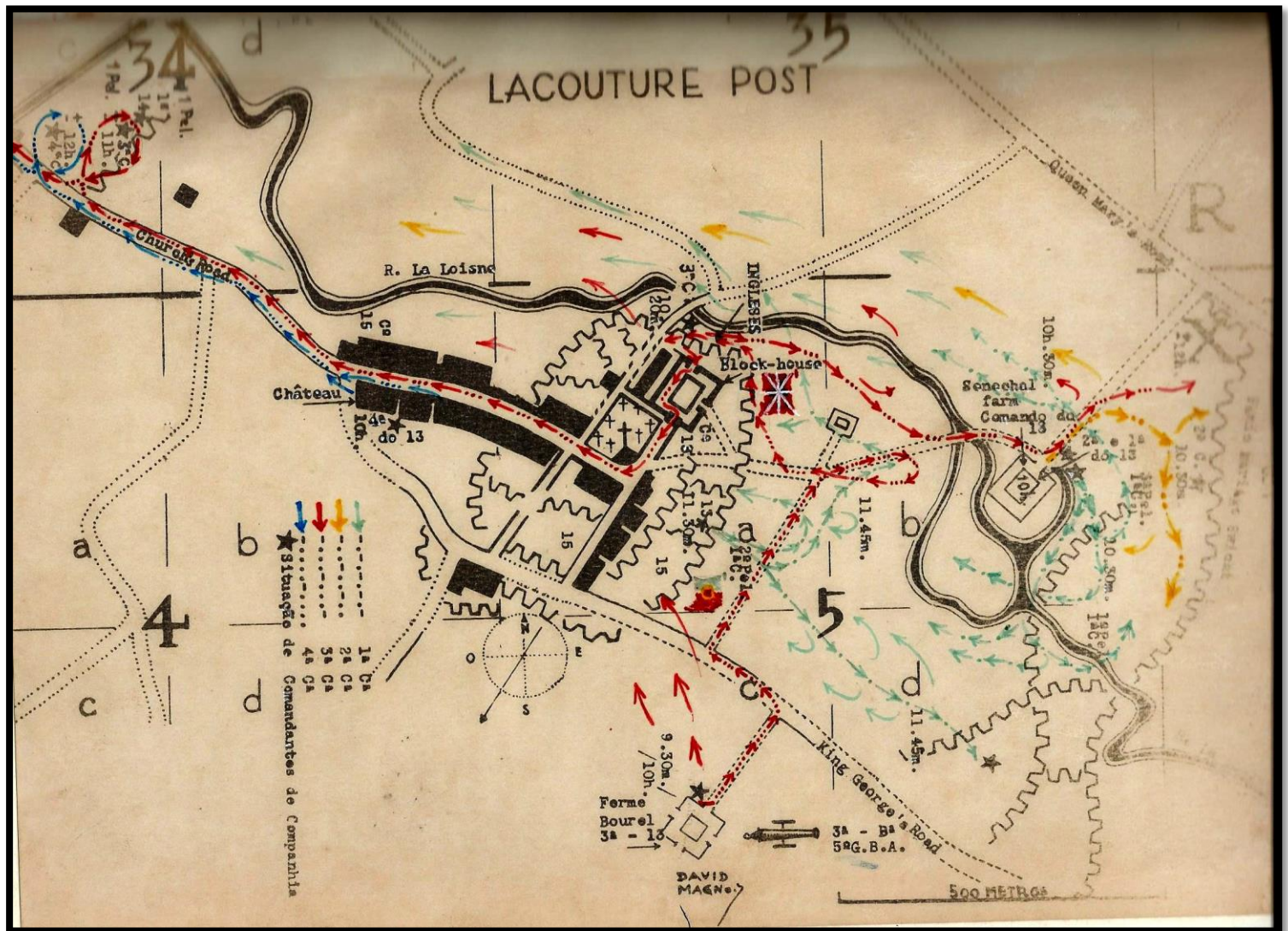


Figura 1.3 – Mapa 5

Localização e Movimentação do BI 13

ANEXO F

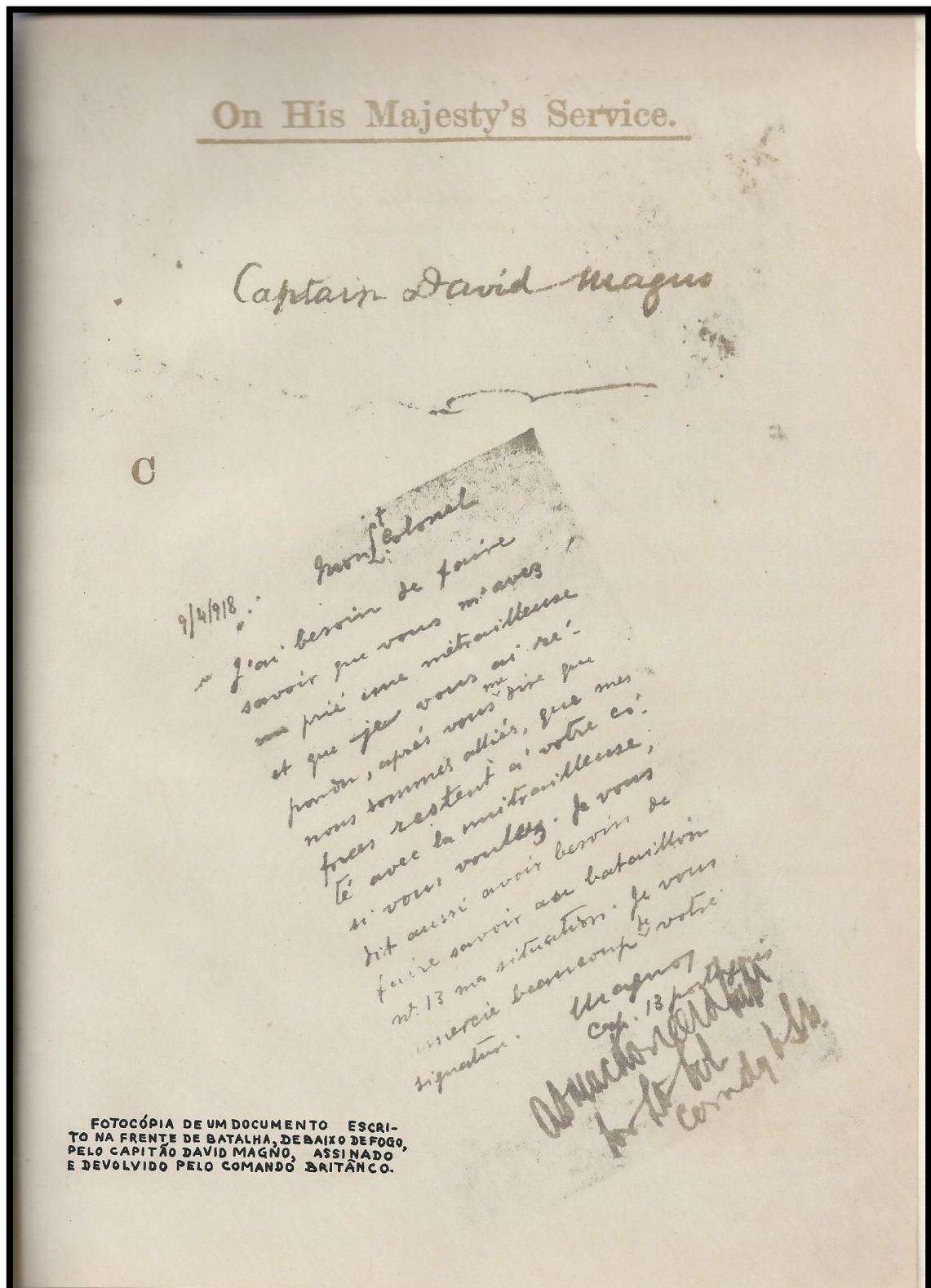


Figura 1.4

ANEXO G

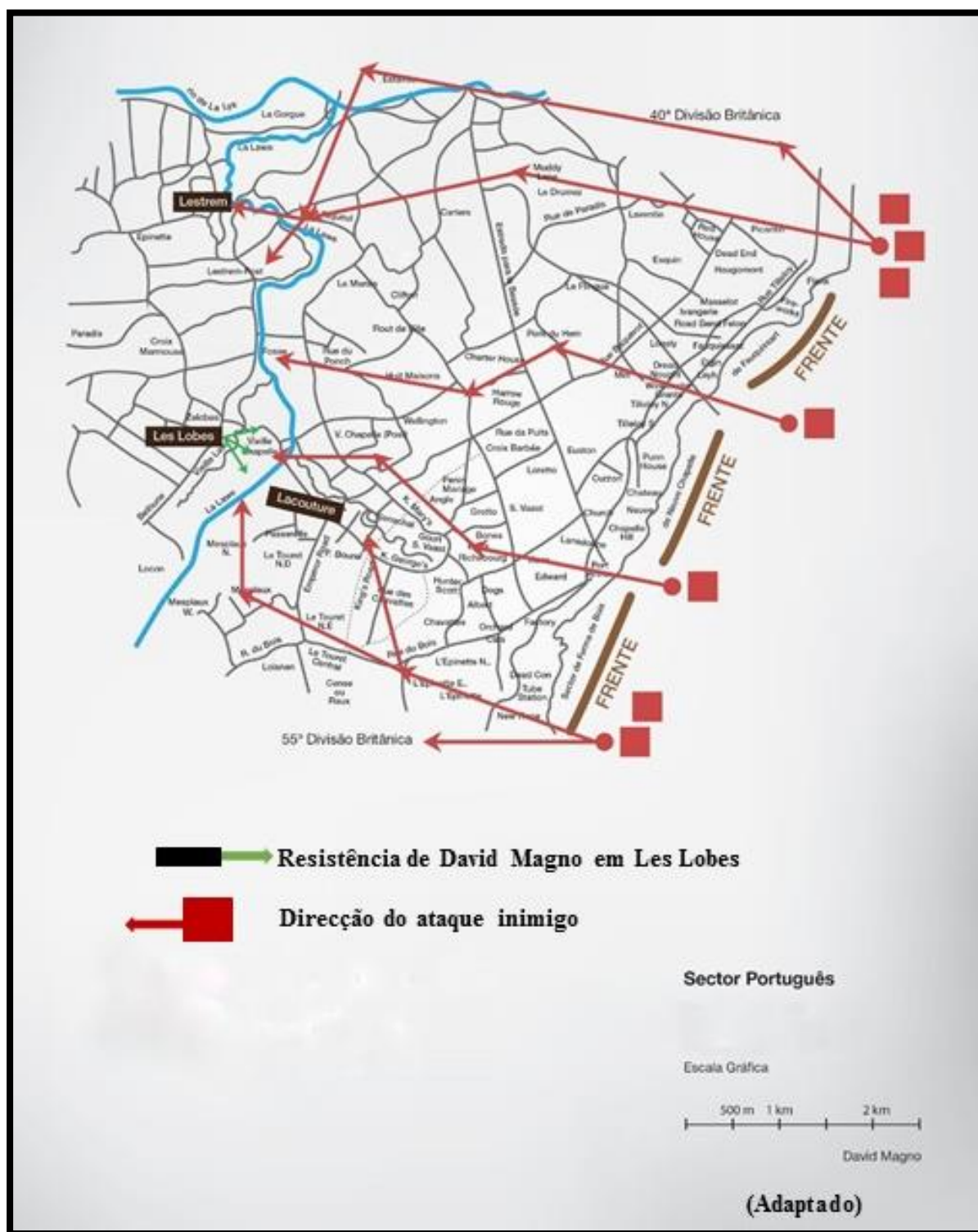


Figura 2.4 – Mapa 6

Ataque alemão e defesa em Les Lobes

ANEXO H

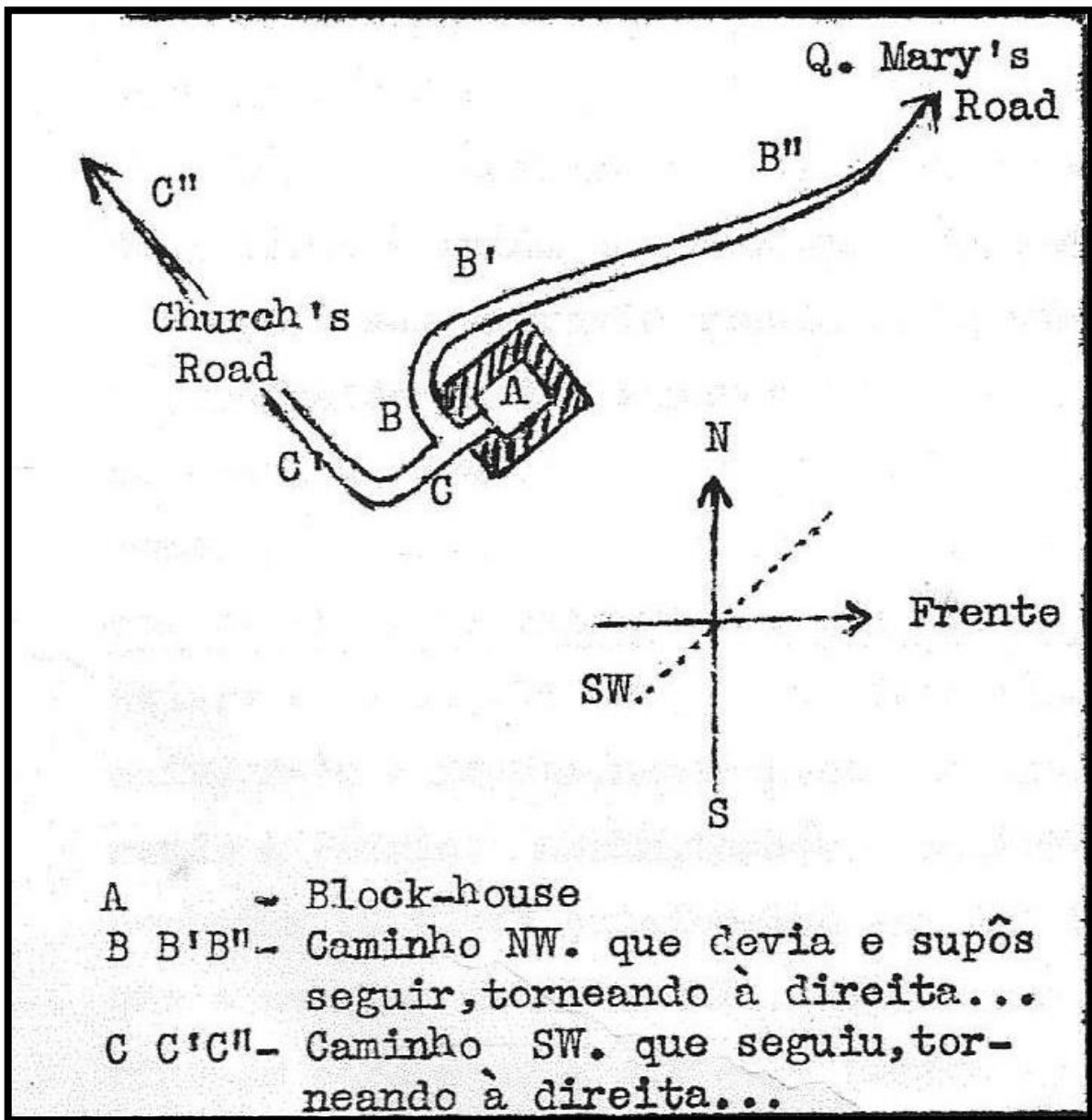
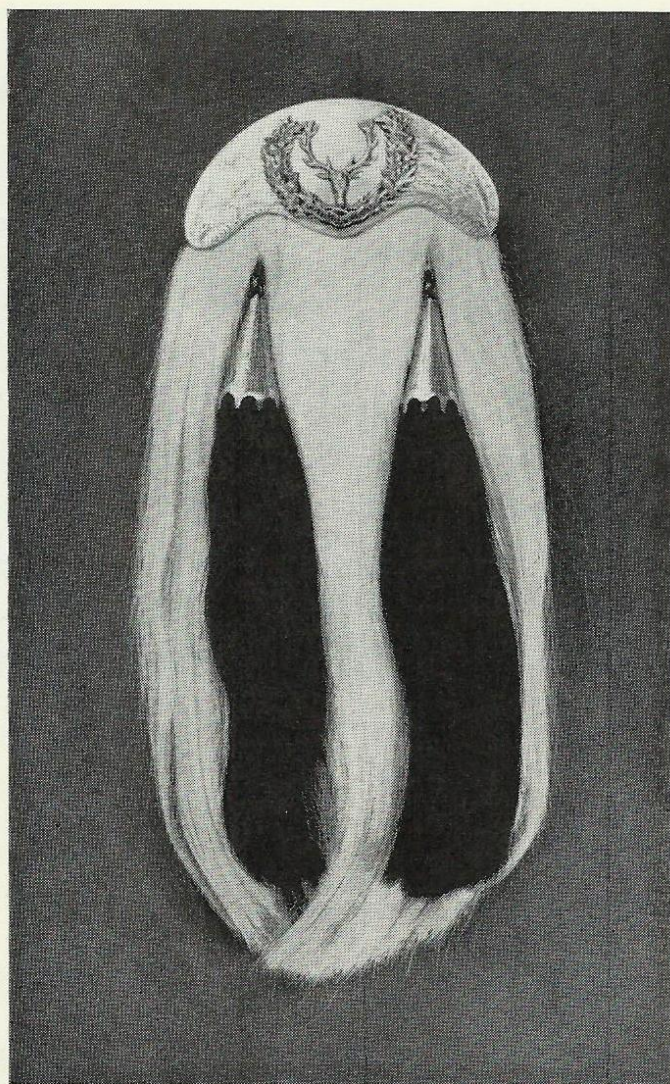


Figura 1.5 – Mapa 7

Desvio de David Magno (Relatório Adicional, 1923, p.11)

ANEXO I



«SPORRAN» militar que David Magno recebeu na Embaixada Britânica, em Lisboa, por intermédio do muito ilustre e bravo oficial escocês Adido Militar, Tenente Coronel Norman Cochrane Fraser, acompanhado duma mensagem das Praças, Oficiais e Antigos Combatentes do antiquíssimo Regimento de «Seaforth Highlanders».

Figura 2.5

David Magno. (Memória Biográfica, 1960, p.49)

ANEXO J

Pra. 7
8/12

108
Lam.
Cass.

cel.
O crime

Mauvel Ferreira da Silva Paulo Jr.
cap. 8º p. 100

= Ról de Testemunhas:

Relação das testemunhas que intervieram no auto de corpo de delito instaurado contra Carlos José dos Santos Magno, capitão do regimento de infantaria nº 18, acusado do crime de homicídio e abandono de comando da companhia, em frente do inimigo.

Corpo	Companhia	Número da Companhia	Rosto	Nome	Obs.
2º Grupo de M ^{da}	-	-	Ten. coronel	Gustavo Silvestre Pereira	62
R. Y. 13	-	-	Tenente	Agnostinho Silvestre Gazez	65
R. Y. 13	-	-	Tenente	José Baptista Francisco	68
G. N. P.	-	-	Capitão	Alcides Augusto Lopes Silvestre	70
G. N. P.	-	-	Capitão	José Augusto Gonçalves	72
3ª Comp. M ^{da}	-	-	2º Tenente	Mauvel Rodrigues Brito	79
R. Y. 18	-	-	Ten. coronel	Rafael Silvestre Pereira	77
R. Y. 6	-	-	Tenente-mor	Mauvel Netto Colares	79
R. Y. 31	-	-	Ten. mil.	José Baptista Pereira Silvestre	84
Na 1ª Companhia de Artilharia (2ª DE.)	-	-	Capitão	Alfredo Ferreira Estêvão	84
G. N. P.	4ª	113	Soldado	Fernando Paulo	86
R. Y. 18	-	-	Coronel	Alexandre José Malhada	86

Figura 3.5

Lista de acusadores, acusado e testemunhas.

(PT/AHM/TMT; caixa 534: 108, 108 verso, 109).

ANEXO Ja

1080

Corpo	Rank	Rank	Rank	Nome	Obs.
R. Y. 18	-	-	1st. mil	Christino Soares Carneiro	Recusado em auto.
R. Y. 18	-	-	2nd. mil	Teotônio da Motta Jotta	✓
D. B. 18	-	-	Coronel	Yaci do Nascimento Imbuia	✓
G. M. R.	-	-	Capitão	Augusto da Conceição Faria	✓
S. G. 3º D. E.	-	-	Cap. 1º mil	Simão Ferreira	102
-	-	-	-	Alvaro Gonçalves	Rua Urca de S. Sebastião 52 - Porto 103
-	-	-	-	Joaquim Alves	Rua do Bonfim 249 - Porto 104
Brigada nº 2	-	-	Capitão	Manoel Gonçalves Boleto Júnior	Recusado em auto.
Brig. 4º D. E.	-	-	Coronel	Sebastião Alves Pessoa	112
R. Y. 13	-	-	1º cabo	Joaquim Mendes Teixeira	Recusado em auto. - Amador 123
R. Y. 13	-	-	2º sargento	José Luís Borges	Recusado em auto. - Amador 141
R. Y. 13	-	-	2º sargento	Thomas Ferreira da Silva	Recusado em auto. - Amador 143
R. Y. 13	-	-	1º tenente	Manoel Pereira Martins	155-7
R. Y. 34	11º	967	1º sargento	José Antonio Lima	173
R. Y. 13	-	-	1º cabo	Clarence Antonio de Castro	Recusado em auto. - Amador 175
R. Y. 24	8º	1.061	1º sargento	Campos Martins	201
R. Y. 1	-	-	Coronel	Francisco Maria Baptista	213
R. Y. 22	-	-	1º tenente	Antônio de Mattos Ruyato	2176-213
R. Y. 35	-	-	1º mil	Antônio Dias	224-226
-	-	-	1º mil	Alfredo Augusto de Aguiar	Recusado em auto. - Amador 227
-	-	-	Capitão 1º mil	Sebastião Gonçalves	Recusado em auto. - Amador 237
R. Y. 19	-	-	1º mil	José Francisco Gonçalves Pereira	244

250

ANEXO Jb

109 ⁷⁰
Couto ^{10/11}

Corpo	Carregamento	Matrícula	Nome	Obs.
R. 9. 2	-	-	Capitão Antônio Dias Borges	
R. 9. 13	-	-	1º tenente Antônio S. Almeida	264
R. 9. 13	-	-	1º tenente Antônio Alves Gomes Almeida	265
R. 9. 13	-	-	1º tenente Manoel Alves de Almeida	267
	-	-	Maj. Raulo Estêvão Pereira	Recusado e nomeado para fuzileira de Armas de Artilharia de V. M. de la. 2
R. 9. 13	-	-	1º tenente Manoel Martins Pacheco	294
R. 9. 13	-	-	1º tenente Antônio Gomes de Almeida	298
R. 9. 9	55	405	1º tenente José Gomes de Carvalho	
R. 9. 15	22	432	1º tenente Manoel Afonso Cardoso	209
R. 9. 20	-	-	Capitão José Elzeir de Almeida	215
R. 9. 13	-	-	1º tenente Francisco Fernandes de Carvalho	Re. 10/11 e oito al.
R. 9. 13	-	-	1º tenente José Baptista S. Almeida	Re. 10/11 e oito al.
R. 9. 13	-	-	Capitão Antônio Manoel de Almeida e Costa	foram enviados por 2
R. 9. 13	-	-	1º tenente José Fernandes	depreçada.

Exatidão no Porto, 13 de Julho de 1922.

O Agente da Polícia Judiciária Militar:

Agente Maria da Costa

ANEXO K



Ambleteuse, 5. VII. 918 -- Primeira Cruz de Guerra da batalha do Lys.

Figura 4.5.
Condecoração de David Magno com Cruz de Guerra de 2ª Classe
(Memória Biográfica, 1960, p.39)

CURRICULUM VITAE

1. IDENTIFICAÇÃO E DADOS PESSOAIS

Nome: Miguel Nunes Ramalho

Nascimento: 7 de Outubro de 1946

Naturalidade: freguesia de Magueija, concelho de Lamego.

Profissão: Professor aposentado de História do Ensino Secundário e da Escola Prática da GNR.

Estado Civil: Casado com Teresa Maria Felgas da Silva Henrique Ramalho.

Residência: Av. de Roma, 69 RC DT.

Contactos: Tel: 217603595; Tm 969702910.

E-mail: profes.hist@gmail.com

2. CURRÍCULO ACADÉMICO

Bacharelato em História pela Faculdade de Letras de Lisboa.

Licenciatura em História, concluída em Julho de 1978 na Faculdade de Letras de Lisboa.

Mestrado em História Contemporânea, concluído em Maio de 1996 na Faculdade de Letras de Lisboa, com dissertação de tese subordinada ao tema “Sidónio Pais, de Berlim ao Parque Eduardo VII”.

3. CURRÍCULO PROFISSIONAL E ACTIVIDADES PARALELAS

Professor de História do Quadro de Nomeação Definitiva da Escola Secundária Rainha Dona Leonor, Lisboa.

Iniciei a actividade em Janeiro de 1973, leccionando com maior incidência as disciplinas de História Universal, Portugal e de Introdução à Política.

Desde 1993, por concurso público e em regime de acumulação, leccionei a disciplina de História de Portugal aos Cursos de Formação de Sargentos da Guarda Nacional Republicana, na Escola Prática da Guarda, em Queluz.

A partir de 1999 fui autor e coordenador do projecto da disciplina “Educação para a Cidadania” ministrada na Escola de Formação de Guardas da GNR.

Em 1984 e 1985 orientei um Curso de Política no Instituto para o Desenvolvimento das Ciências Humanas (IDHC, de curta duração).

De 1987 a 1991 colaborei nos Serviços Educativos do Palácio Nacional de Queluz como formador dos Cursos de Animadores Culturais e Guardas de Museu, que decorreram naquele palácio.

Em 1994 participei como “Observador da União Europeia” (EUNELSA) no processo eleitoral das primeiras eleições livres e multirraciais na África do Sul, tendo desempenhado a minha missão predominantemente no Norte do Transval. Por me ter sido solicitado pelo IEC (Independent Electoral Commission), fiz várias intervenções para os observadores internacionais (EU, ONU, OUA, COMMONWELT), em assuntos relacionados com Angola e Moçambique.

Em Outubro de 1994 fui enviado com “Observador das Nações Unidas” (ONUMOZ) ao processo eleitoral nas primeiras eleições livres e multipartidárias em Moçambique, exercendo a minha missão no distrito de Gaza.

Em Novembro de 1997, Setembro de 1998 e Dezembro de 2000 desempenhei a missão de “Supervisor” da OSCE nos vários processos eleitorais que decorreram na Bósnia, integrado no grupo de Observadores portugueses.

4. TRABALHOS PUBLICADOS

- *Sidónio Pais Diplomata e Conspirador, 1912-1917* (1998 e 2001), Edições Cosmos, tendo como base a Tese de Mestrado; prefácio de António Telo.

- *A Opressão Salazarta e a Força da Liberdade, Alfredo de Sousa, um resistente* (2007), Edições Comos.

- *As Eleições de 1958, Humberto na Campanha do Norte (Chaves, Vila Real Lamego Castro Daire e Viseu)* (2008) em co-autoria com Teresa Maria Henrique Ramalho.

- *Compêndio de História de Portugal* (1995) para o Curso de Formação de Sargentos da Guarda Nacional Republicana.

- *Compêndio de Educação para a Cidadania* (2000) para o Curso de Formação de Guardas da GNR.

- “Sidónio Pais e a outra República” (2012, texto apresentado no Congresso Nacional de História e Ciência Política, promovido pelo Museu da Presidência da República e Casino da Figueira da Foz, publicado na *Revista da Guarda*, nº 93, Janeiro-Março de 2012.

- “O missionário António Barroso em África: evangelizar civilizando”, conferência proferida, no auditório da Câmara Municipal de Barcelos, em 05/11/211, publicada em *D. António Barroso Memórias de um bispo missionário* (2012) coor. de Amadeu Gomes de Araújo.

Textos não publicados

- “O Ideário Republicano”. Conferência proferida no auditório da Câmara Municipal de Resende e dia 5 de Outubro de 2010, nas comemorações do centenário da República.
- “ A violência Sidonista”. Conferência apresentada no Colóquio *Encontros de Outono* que decorreu em Novembro de 2013 no auditório da Câmara de Vila Nova de Famalicão.